



# I SEMPSS

I Seminário de Política  
Social e Serviço Social

# IFCE

## **ANAIS DO I SEMINÁRIO DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL – I SEMPSS DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS IGUATU**

**ANAIS DO I SEMINÁRIO DE POLÍTICA  
SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL – I SEMPSS  
DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ -  
CAMPUS IGUATU**

**Realização**

Núcleo de Educação, Políticas Sociais e Serviço Social (NEPSSS) e Grupo de Estudos em Seguridade Social, Fundo Público e Ajuste fiscal do Serviço Social (IFCE/INSS).

**Parceria**

Conselho Regional de Serviço Social – CRESS -  
3ª Região – Ceará;  
Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnologia – SINASEFE;  
Associação dos Servidores do Instituto Federal do Ceará – ASSEIF;  
Escola de Saúde Pública de Iguatu – ESPI.

Iguatu, CE – v.1, n.1, jan. 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

---

S471 Seminário de Política Social e Serviço Social (1. : 2019 : Iguatu, CE)  
Anais do I Seminário de Política Social e Serviço Social [recurso eletrônico] /  
Instituto Federal do Ceará – *Campus* Iguatu ; Fabrício Rodrigues da Silva  
(coordenador). — Iguatu, CE : IFCE, 2020.  
520 p.

Tema: A desconstrução dos direitos sociais em tempos de ajuste fiscal.  
Evento realizado nos dias 17 e 18 de dezembro de 2019.

1. Serviço Social. 2. Política social. I. Instituto Federal do Ceará – *Campus*  
Iguatu. II. Silva, Fabrício Rodrigues da (Coord.). III. Título.

CDD 360

---

## **PERÍODO DE REALIZAÇÃO**

17 e 18 de dezembro de 2019

## **LOCAL DO EVENTO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Iguatu,  
unidade cajazeiras

Estrada Iguatu - Várzea Alegre, Km 5 S/n - Cajazeiras, Iguatu - CE, 63500-000

Telefone: (88) 3582-1000

## **EXPEDIENTE**

Periodicidade: Anual

Volume 1, Número 1, jan. 2020

## **CORPO EDITORIAL**

### **COORDENAÇÃO GERAL DA I EDIÇÃO**

Prof. Fabrício Rodrigues da Silva – IFCE

### **CONSELHO EDITORIAL**

Profa. Adriana Alves da Silva – IFCE

Profa. Cynthia Studart Albuquerque – IFCE

Prof. Fabrício Rodrigues da Silva – IFCE

Assistente Social Luciana Sátiro Silva – INSS

Profa. Moíza Siberia Silva de Medeiros – IFCE

### **CONSELHO CIENTÍFICO**

Profa. Adriana Alves da Silva

Assistente Social Anderson Nayan Soares de Freitas

Profa. Cynthia Studart Albuquerque

Prof. Daniel Rogers de Souza Ferreira

Prof. Fabrício Rodrigues da Silva

Assistente Social Luciana Sátiro Silva

Profa. Maria Keile Pinheiro

Profa. Moíza Siberia Silva de Medeiros

### **ÁREAS TEMÁTICAS**

Assistência Social

Estado, Sociedade e Política Social

Experiências do campo profissional em Serviço Social

Previdência Social

Saúde

### **ARTES**

Amanda Alboino – Jornalista da comunicação social/IFCE

## APRESENTAÇÃO

### O TEMA “A DESCONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS EM TEMPOS DE AJUSTE FISCAL”

O I Seminário de Política Social e Serviço Social – I SEMPSS foi pensado e realizado a partir da necessidade emergente da criação de espaços coletivos para debater a realidade das políticas sociais de proteção social, bem como, possibilitar a socialização da produção de conhecimento e construção de estratégias coletivas, tendo em vista o árduo contexto de desmonte dos direitos sociais, como consequência das contrarreformas e da intensificação do ajuste fiscal que subordina as políticas sociais a política econômica do Estado face a crise contemporânea do capital e as necessidades de acumulação do capital. Este contexto é decorrente da ofensiva neoliberal e neoconservadora em tempos de crise do capital, que assola a realidade brasileira desde a década de 90, sob os ditames do capital financeiro no assalto ao fundo público. A primeira edição do seminário materializou-se num espaço coletivo que possibilitou a discussão entre os discentes, profissionais e bacharéis do Serviço Social, a fim de possibilitar uma conscientização crítica e defesa intransigente destes direitos sociais destas políticas na particularidade brasileira, observando ainda as particularidades do Centro-Sul cearense, tendo em vista ser um assunto importante tanto para a formação profissional como para o exercício profissional dos Assistentes Sociais.

Nessa primeira edição, o evento teve como tema “A DESCONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS EM TEMPOS DE AJUSTE FISCAL”. Os Anais do I Seminário de Política Social e Serviço Social – I SEMPSS é composto por 50 (cinquenta) artigos completos – de reflexão teórica e experiências do campo profissional – que foram submetidos, avaliados e aprovados, em 05 (cinco) sessões temáticas: Assistência Social; Estado, Sociedade e Política Social; Experiências do campo profissional em Serviço Social; Previdência Social; e, Saúde. Destes, 39 (trinta e nove) foram apresentados na modalidade de comunicação oral, em sessões de apresentação, durante a realização do evento. Os Anais do I Seminário de Política Social e Serviço Social - I SEMPSS é uma publicação do Grupo de Estudos em Seguridade Social, Fundo Público e Ajuste Fiscal do Serviço Social do IFCE/INSS e do Núcleo de Educação, Políticas Sociais e Serviço Social (NEPSSS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e





IFce

I Seminário de Política Social e Serviço Social  
do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu

17 à 18 de dezembro de 2019  
Unidade Cajazeiras



Tecnologia do Ceará campus Iguatu. Esperamos que a produção de conhecimento contida nestes anais possa contribuir para as reflexões críticas e para a construção de estratégias coletivas em defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Iguatu – CE, 19 de Fevereiro de 2020

**Comissão organizadora do I Seminário de Política Social e Serviço Social – I  
SEMPSS**

## SUMÁRIO

<b>CONFERÊNCIA DE ABERTURA .....</b>	<b>11</b>
CONTRARREFORMAS DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL E OS ATAQUES AOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA.....	12
EM DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL E DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS NA CONJUNTURA .....	24
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>32</b>
AS IMPLICAÇÕES DA CONJUNTURA NEOLIBERAL PARA O TRABALHOS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS ATUANTES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	33
TRAJETÓRIAS ESCOLARES DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ...	42
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO .....	53
O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: DESENVOLVIMENTO E A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE A SUA MATERIALIZAÇÃO .....	64
UMA ANÁLISE ACERCA DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES .....	74
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA DE AVANÇOS E RETROCESSOS .....	83
INSTRUMENTALIDADE COMO CONJUNTO DE DIMENSÕES PRÁTICO-FORMATIVAS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE .....	91
BENEFÍCIOS EVENTUAIS E A CULTURA DO FAVOR.....	101
A ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS DESAFIOS NO ATUAL CONTEXTO .....	110
BENEFÍCIOS EVENTUAIS E ASSISTENCIAIS: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E TEÓRICAS	118
A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS .....	128
ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA “CRIANÇA FELIZ” NO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE: um resgate ao conservadorismo .....	136
<b>ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA SOCIAL .....</b>	<b>147</b>
A ONDA NEOLIBERAL E SEUS REBATIMENTOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS .....	148
CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: DILEMAS À EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL .....	157
A QUESTÃO DO USUÁRIO DE CRACK: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO ESTADO NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS .....	168
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E OS REBATIMENTOS NA POLITICA SOCIAL .....	178
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR .....	186
RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA E SUA RELEVÂNCIA NO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	195



O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: COMPETÊNCIAS E DESAFIOS ....	204
UMA ANÁLISE ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DO MESS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS E O SEU REFLEXO NA ATUAÇÃO DA CATEGORIA.....	214
DIREITO À MORADIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA: reflexões sobre o acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida em Iguatu Ceará.....	224
ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE: REFLEXÕES A PARTIR DO MOVIMENTO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE.....	235
MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DA MULHER NO CAMPO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL .....	246
MOVIMENTO “MÃES GUERREIRAS”: UMA LUTA POR DIREITOS NO CONTEXTO DO SISTEMA CAPITALISTA .....	253
LDB E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO/A ASSISTENTE SOCIAL: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL PARA ALICERÇAR O ELO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E O ÂMBITO ESCOLAR .....	264
QUANDO O FUTURO REPETE O PASSADO: o retorno das ideias social-liberal de FHC no governo Bolsonaro .....	275
GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI: COMO EXPRESSÃO DO MOVIMENTO NEGRO NO CARIRI.....	285
O PROGRAMA PACTO PELA VIDA E O DEBATE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM PERNAMBUCO - 2007 A 2018.....	295
<b>EXPERIÊNCIAS DO CAMPO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>304</b>
A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ .....	305
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIENCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS V .....	313
UM RELATO DA CONTRIBUIÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS DEMANDAS DE SAÚDE NO ENSINO SUPERIOR NA REALIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA.....	323
DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS E CONDICIONALIDADES DO PBF: promovendo o acompanhamento e a participação .....	332
DESAFIOS VIVENCIADOS NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAMPO DE ESTÁGIO.....	340
ANÁLISE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO: COM SUA MENTE EM PAZ, VOCÊ PODE MUITO MAIS! .....	351
RELATO DE EXPERIENCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM OLHAR SOBRE OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL .....	361
O PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) DO MUNICÍPIO DE IGUATU .....	371
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ABORDAGEM NO ESPAÇO ESCOLAR .....	381
ACESSO AOS DIREITOS E A MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR: um relato de experiência a partir do estágio na vigilância Socioassistencial .....	393

<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>402</b>
CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO .....	403
MODERNIZAÇÃO OU RETROCESSO?: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E A NECESSIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL .....	412
A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E SEUS REBATIMENTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA .....	423
OS IMPACTOS DA ERA DIGITAL PARA A POLÍTICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA .....	432
SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NA AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA RELATIVA PROFISSIONAL.....	443
SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL: OS DESMONTES DE DIREITOS A ESSA CATEGORIA TRABALHADORA .....	451
CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS .....	461
AS CONSEQUÊNCIAS DA REFORMA TRABALHISTA PARA O TRABALHADOR BRASILEIRO .....	470
<b>SAÚDE.....</b>	<b>479</b>
A MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE EM TEMPOS DE AJUSTE FISCAL.....	480
O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CAPS FRENTE ÀS RUPTURAS E CONTINUIDADES DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL.....	491
SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: OS ENTRAVES QUE IMPEDEM A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO SUS .....	501
A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE: AS IMPLICAÇÕES ENTRE O PROJETO PRIVATISTA E A REFORMA SANITÁRIA.....	510



IFce

I Seminário de Política Social e Serviço Social  
do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu

17 à 18 de dezembro de 2019  
Unidade Cajazeiras



# CONFERÊNCIA DE ABERTURA

11

## CONTRARREFORMAS DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL E OS ATAQUES AOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA<sup>1</sup>

**Prof. Me. André de Menezes Gonçalves<sup>2</sup>**

Este texto, que se origina de exposição realizada no I SEMPSS – Seminário de Política Social e Serviço Social, traz reflexões acerca do processo de desmonte do padrão de proteção social brasileiro, denominado seguridade social, particularizando os avanços e ataques sofridos junto às suas três políticas estruturantes previstas pela Constituição de 1988, a saúde, previdência e assistência social. Detém-se a apresentar e analisar, ainda, as contrarreformas da seguridade brasileira ocorridas nos últimos 25 anos, de FHC (1998) aos governos petistas (Lula-2003 e Dilma-2015), passando pela proposta de Temer (2018) e de Bolsonaro (2019).

Apesar das contradições e particularidades dos direitos da seguridade, são tempos de destruição de garantias sociais, com significativas perdas de direitos sociais e trabalhistas, trazendo sérias implicações nos processos de precarização da formação e do trabalho profissional nossos, assistentes sociais, e no projeto político profissional. Por uma questão pedagógica, estes últimos argumentos ficaram para a análise do tema dividido com a professora Medeiros.

Interessa-nos, nesta exposição, organizar e apresentar argumentos que, embora nesse trajeto complexo de contrarreforma da seguridade no Brasil, de Fernando Henrique Cardoso a Jair Bolsonaro, esse processo tem em comum a retirada de direitos da classe trabalhadora, a privatização e mercadorização de direitos e a destruição de um padrão mínimo de proteção construído no cenário dos anos 1990. Os poucos avanços que ocorreram na saúde, previdência e assistência social diluíram-se no contexto de contrarreforma do Estado e de hegemonia do neoliberalismo em todos os governos do período democrático brasileiro recente.

Apresento, introdutoriamente, alguns fundamentos sociohistóricos da seguridade social, suas características no Brasil no pós-1988 e faço uma exposição sobre as

---

<sup>1</sup> Palestra intitulada *Em Defesa da Seguridade Social e do Projeto Ético-Político do Serviço Social: Desafios na Conjuntura* proferida em ocasião de realização do I SEMPSS – Seminário de Política Social e Serviço Social no dia 18 de dezembro de 2019, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), na cidade de Iguatu/CE, em parceria com a professora Evelyne Medeiros (Universidade Federal de Pernambuco-UFPE). O texto foi adaptado para fins de sua publicação.

<sup>2</sup> Graduado em Serviço Social e Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (ambos pela Universidade Estadual do Ceará-UECE). Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG campus Sousa). E-mail: andre-mg@uol.com.br



particularidades das três políticas constituintes do sistema brasileiro. Exponho o processo de destruição do modelo de proteção social securitário por meio das contrarreformas de Fernando Henrique Cardoso, passando por Lula-Dilma, chegando até o ilegítimo Temer – cada um com seus ataques aos direitos sociais. E, necessariamente, apresento algumas das características da mais nefasta contrarreforma da previdência social imposta pelo governo Bolsonaro, com impactos extremamente negativos junto à classe trabalhadora, às mulheres e à juventude.

Acena-se para o consenso que a seguridade no Brasil, mesmo com limites dados pelo avanço do capitalismo periférico, mesmo com os ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, representa um padrão de proteção social destinado aos trabalhadores. Padrão esse inconcluso, que oscila entre a negação e a garantia de direitos, fruto da luta política travada pela classe trabalhadora ao exigir o reconhecimento da *questão social* pela via do acesso aos direitos e à cidadania nos marcos do capitalismo contemporâneo.

As políticas de proteção social, nas quais se incluem a saúde, a previdência e a assistência social, são consideradas produto histórico das lutas do trabalho, na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelo patronato. Quaisquer que sejam seus objetos específicos de intervenção, saúde, previdência ou assistência social, o escopo da seguridade depende tanto do nível de socialização da política conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital na incorporação das necessidades do trabalho (MOTA, 2006, p. 01).

As primeiras experiências de seguridade no mundo ocorreram em dois contextos distintos e consolidaram duas experiências opostas, mas que, no Brasil, pós-Constituição Federal de 1988, se fundiram.

O *modelo bismarckiano*, foi criado no final do século XIX, entre 1882-1883, na antiga Prússia (hoje Alemanha), por Otto Von Bismarck. Para atender parte das reivindicações de trabalhadores estratégicos à época para o desenvolvimento do capitalismo (marítimos, portuários e ferroviários), o chanceler Bismarck criou um sistema de proteção em situação de acidentes de trabalho, morte, aposentadoria e inatividade laboral.

Ergueu-se sob uma perspectiva contributiva, financiado essencialmente pela classe trabalhadora, seja pela contribuição direta ou indireta (impostos, produção de mais-valia, taxaço sobre a força de trabalho etc.). Esta foi uma das primeiras formas de se organizar um sistema de proteção baseado na lógica de seguro privado, em que o direito é devolvido ao trabalhador conforme a sua capacidade de contribuição. Esse modelo tem financiamento tripartite, com contribuições de empregados, patrões e do próprio Estado. Funda-se na lógica do seguro social: o direito à seguridade é proporcional à capacidade das prestações e, quem



paga a conta, é a classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2009). Historicamente é a condição formal de trabalho que garante o acesso à seguridade. A vinculação entre proteção social e seguridade pauta-se sob a lógica do direito do trabalho, ou *organização social do trabalho* (BOSCHETTI, 2009) ou pelo *código coercitivo do trabalho* (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

O chamado modelo bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados: no que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada; quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta de empregados e empregadores, baseada na folha de salários; em relação à gestão, teoricamente (e originalmente), cada benefício é organizado em Caixas, que são geridas pelo Estado, com participação dos contribuintes, ou seja, empregadores e empregados (BOSCHETTI, 2003). Esse modelo orientou e ainda sustenta muitos benefícios da seguridade social, sobretudo, os benefícios previdenciários (BOSCHETTI, 2009, p. 02).

No contexto do segundo pós-guerra, numa articulada aliança entre classes para a retomada do crescimento econômico dos países capitalistas destruídos pelo cenário de guerra, surgiu na Inglaterra, em meados de 1942, o *modelo beveridgiano*<sup>3</sup> de seguridade social. O que pesa esta proposta é a lógica do Estado de Bem Estar Social<sup>4</sup>, estrategicamente fundando num contexto em que o capital precisava retomar suas taxas de crescimento e acumulação.

Através de um *pacto* de classes, organiza um modelo de seguridade sobre a lógica da universalidade de acesso, com fortes tendências à não contributividade. A ideia proposta por Willian Beveridge, articulada com o modelo fordista-keynesiano, buscou a estruturação do pleno emprego nos países que vivenciaram a social democracia. Houve pesados investimentos no processo de reestruturação do capital, via destinação do fundo público estatal para tal fim, e também investimentos massivos em políticas sociais. Esse modelo avançou sob a lógica do social, destinado à classe trabalhadora e seus familiares na qualidade de dependentes, como afirma Boschetti (2009).

Para a autora, há duas contradições centrais nesses modelos que darão alicerce ao padrão de seguridade social brasileiro pós-Constituição Federal de 1988: primeiro, pela sua natureza, eles se excluem na dimensão do acesso e da contributividade; e, segundo, mesmo

<sup>3</sup> No sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais, e a gestão é pública, estatal (BOSCHETTI, 2009, p. 02-03).

<sup>4</sup> Este modo de regulação capitalista, que se realizou de distintas formas nos vários países da Europa e nos Estados Unidos, dá origem a um conjunto de instituições de bem-estar social que vão compor amplo e diversificado sistema de proteção social, cujos pilares se assentam na política de pleno emprego, nas políticas sociais universais, na estruturação de redes de proteção contra riscos sociais, nas quais se destacam o seguro-desemprego e a previdência social (BEHRING, 2006, p. 02-03).



contraditoriamente, garantem direitos, seja de forma mais restrita (lógica do seguro) ou de forma mais ampliada (lógica do social). E essa contradição aparecerá de forma central na seguridade a partir dos anos 1990 no Brasil. A lógica do seguro estará fortemente presente na concepção da previdência social, pois o acesso a ela dar-se pelo viés da contribuição, seja na qualidade de trabalhador formal ou contribuinte facultativo. Ou seja: só acessam a previdência aqueles que contribuem aos seus regimes (geral, próprios ou complementares). A lógica social está presente na universidade e não contributividade na saúde, pela via do Sistema Único de Saúde (SUS), que se desvencilha da “saúde previdenciária” típica dos anos 1960-1970, destinada quase que exclusivamente ao trabalhador formal.

Ainda presente também no tripé da seguridade brasileira, a política de assistência social tem vasto histórico de “não política pública”, com experiências calcadas no não direito, no favor, no mando, na filantropia e no assistencialismo. No pós-1988, ao lado da previdência e da saúde, torna-se política pública, de Estado, garantidora de direitos - pelo menos no plano legal normativo (seja na Lei Orgânica de Assistência Social (nº 8.742/1993) ou na Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145/2004)).

A política socioassistencial não tem perspectiva bismarckiana. Para acessar os programas, projetos, serviços e benefícios não há exigência de prévia contribuição, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF). Avança-se no caráter público e não contributivo. Mas também não se consolida como uma política Beveridgeana, pois não se estrutura pelo acesso universal, pois terá em sua marca o caráter da seletividade, pela via da tipificação *a quem dela necessitar* – necessidade essa marcada por concepções de *vulnerabilidade social*, *risco social*, violações de direitos e que, mesmo no marco do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), seletiviza famílias, indivíduos, grupos e populações pelo estigma identitário dos “necessitados” e “vulneráveis”.

Essa junção no âmbito da seguridade é o que Boschetti (2009) nomina de *sistema híbrido* de seguridade brasileiro. Essas lógicas, a social e a do seguro, se opõem e se atraem. Opõem-se na relação contribuição x não contribuição; e atraem-se na perspectiva da garantia de direitos, mesmo que restrita ou mais ampliada. Ao juntar num mesmo modelo de proteção social a lógica contributiva bismarckiana da previdência social, a lógica universal Beveridgeana da saúde e o caráter seletivista da assistência social, institui-se essa hibridez de modelos, erguida sob uma contradição central: negar direitos (pela contributividade e seletividade) e garantir direitos (pela universalidade e não contributividade).

Obviamente não é o modelo ideal de padrão proteção, mas aquele possível construído através de lutas e embates entre as classes sociais pós-Assembleia Nacional

Constituinte de 1987 e a conjuntura política da avalanche neoliberal nos anos 1990-2000 a partir do Governo de Fernando Collor de Melo. Esse processo alcançou: a) a consolidação do caráter contributivo da previdência social, especialmente pelas leis nº 8.213/1991 (Lei dos Planos de Benefícios Previdenciários) e nº 8.212/1991 (Lei da Seguridade Social e seu custeio), e também pela expansão da mercantilização e privatização dos planos previdenciários; b) a construção do SUS e de seus avanços controle social participativo, em especial de seus usuários nos conselhos e conferências de saúde<sup>5</sup>; c) a assistência social avança com a LOAS (1993) e o SUAS (pós-2004), com estruturação do sistema público, descentralizado e participativo de gestão da política socioassistencial<sup>6</sup>.

Passando por Collor de Melo, notadamente em Fernando Henrique Cardoso, intensificando-se em Lula-Dilma-Temer, os direitos sociais têm sido atacados, especialmente pela contrarreforma do Estado<sup>7</sup> e de mudança de seu papel na garantia dos direitos sociais, em especial aqueles que compõem a seguridade. Obviamente os governos militares ditatoriais que antecederam a reabertura política também promoveram ataques às políticas e aos direitos sociais, numa relação privatizante do Estado submisso à lógica do mercado e aos ditames do capital interno e internacional.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 20 e que foi aprovada somente em 1998. Além de criar o fator previdenciário (1999), um mecanismo que penaliza o trabalhador que antecipa sua aposentadoria com drástica redução no salário benefício, FHC substituiu a aposentadoria de tempo de serviço pelo tempo de contribuição, instituindo o mínimo de 35 anos para homens e 30 anos para mulheres para acesso ao benefício da aposentadoria. A proposta saiu derrotada em um ponto, que considerava de suma importância para conter o chamado *déficit* previdenciário: por um voto, o governo não conseguiu implementar a idade mínima para

<sup>5</sup> Afirmação da concepção de que a saúde tem determinantes políticos, culturais, econômicos e sociais, e reafirmação dos princípios da universalidade, integralidade, da autonomia dos usuários e da participação e do controle social da política foram as principais marcas do SUS nos anos 1990. Avança-se, ainda, o que Bravo (2006) chama de tensão entre os dois projetos em disputa: o da reforma sanitária versus o da saúde vinculada ao mercado ou saúde privatista, com reflexos na destruição e mercantilização do SUS.

<sup>6</sup> Mas ainda avançam processos de submissão da política assistencial aos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, à terceirização da gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela política previdenciária (via gestão do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), os recortes de atenção à pobreza extremada e ao cidadão pobre-consumidor, a disputa pelos recursos dos Fundos de Assistência Social pela rede socioassistencial privada – em que muitas vezes o Estado se desresponsabiliza pela implementação das ações; e, ainda, em experiências fundadas no primeiro damismo, no voluntariado (Criança Feliz), na benesse, no mando, na não avaliação dos impactos reais da política na vida de famílias, indivíduos, grupos e populações.

<sup>7</sup> O termo contrarreforma tem sido empregado, de forma crítica, às reformas neoliberais empreendidas sobre o Estado brasileiro a partir dos anos 1990 e que são orientadas para o mercado, pela via da privatização das políticas sociais e mercadorização dos direitos. Trata-se de “uma contrarreforma conservadora e regressiva, diferente do que postulam os que a projetaram entre as paredes dos gabinetes tecnocráticos e inspirados nas orientações das agências multilaterais” (BEHRING, 2009, p. 171).



aposentadoria. A Força Sindical acabou aceitando a proposta do governo e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) chegou a sinalizar um acordo para que a reforma fosse um “simples ajuste” na previdência. Pressionada por alas do PT (Partido dos Trabalhadores), na condição de opositor, a central trabalhista recuou e a proposta não foi aceita à época.

Neste governo, fora os processos de privatização, mercantilização e destruição do SUS, a assistência social, que mal havia sido regulamentada via LOAS, foi dizimada pelo famigerado Comunidade Solidária, programa de caráter meramente assistencialista, que evocava o papel da primeira dama e a discurso da solidariedade e filantropia empresariais e da própria sociedade. Na contramão da política de direitos, o programa fazia um forte apelo ao voluntarismo na área social e na educação, e promovia um verdadeiro desfinanciamento e desresponsabilização da política assistencial no país.

O governo Lula (2003), identificado entre o embate de sua classificação entre neodesenvolvimentista e ou social liberal<sup>8</sup>, realiza a segunda contrarreforma da previdência, alterando a aposentadoria dos servidores públicos do Executivo no final de 2003, realizando concessões políticas e estratégicas aos militares e ao Poder Judiciário – uma grande semelhança com a realidade atual. Por meio da PEC 41/2003, Lula envia mensagem ao Congresso Nacional para modificar a aposentadoria de servidores públicos, propondo fim ao benefício de valor integral a funcionários da União, criando um teto e um novo cálculo que levava em conta a média de contribuição do trabalhador para o fundo da previdência.

Além disso, o servidor público já aposentado foi obrigado a pagar 11% de contribuição previdenciária. Foi a primeira vez que beneficiários sofreram descontos depois de já terem obtido o benefício. O governo Lula excluiu representantes das Forças Armadas do pacote e criou um subteto do Judiciário em cada Estado<sup>9</sup>. Lula reeditou o fator previdenciário e, para quem ingressou na carreira pública após 2004, perdeu o direito à aposentadoria integral com o pacote do governo petista. Esse foi o cenário decisivo para a criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em dezembro de 2003. O PT expulsou da sigla os congressistas que votaram contra a proposta do governo, a exemplo de **Heloísa Helena** e **Luciana Genro**.

---

<sup>8</sup> Sobre o debate consultar as perspectivas diversas em: CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 112. São Paulo: Cortez, out./dez. 2012, p. 613-636; e BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. In: **Revista de Sociologia e Política** [on line]. Curitiba: UFPR, 2013, vol. 21, nº 47, p. 31-38.

<sup>9</sup> Da mesma forma, em dezembro de 2019, Jair Bolsonaro sancionou a reforma da previdência para as forças armadas. Ao contrário da reforma que atingiu negativamente os trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos do executivo federal, a reforma para militares reestruturou carreiras e concedeu outros benefícios, a exemplo da aposentadoria com valor integral do benefício e sem taxação dos salários-benefícios.

A análise que se faz do governo Lula é que a política macroeconômica do antigo governo foi mantida e as políticas sociais estão fragmentadas e subordinadas à lógica econômica. Nessa setorização, a concepção de seguridade social não foi valorizada, mantendo a segmentação das três políticas: saúde, assistência social e previdência social (BRAVO, 2006, p. 17).

Os planos de previdência social, conforme previa o artigo 201 da Constituição, cobrem trabalhadores e, em alguns casos seus dependentes, em situações de morte, acidentes de trabalho, encarceramento condenatório, doenças e invalidez, assim como maternidade. No que se refere à aposentadoria, a regra geral para acesso à mesma era a média dos últimos 36 salários de contribuição, acrescidos os critérios etário (65 anos para homens e 60 anos para mulheres) e tempo de contribuição (35 anos para o sexo masculino e 30 anos para o feminino). Dilma, em 2015, apresentou a Fórmula 85/95 para a iniciativa privada, em que pesa a soma da idade e o tempo de contribuição para mulher (85) e homem (95), substituindo o previsto no artigo 202 da Ordem Social. Ou seja, somam-se a idade e o tempo de contribuição para alcançar os prognósticos da fórmula<sup>10</sup>.

No governo de Dilma foi criada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (FUNPRESP), o que exige dos novos servidores públicos federais um pagamento adicional a um fundo complementar para aqueles que queiram se aposentar integralmente acima do teto previdenciário (atualmente no valor de R\$ 6.101,06 - Portaria nº 914/2020). O servidor é obrigado a pagar uma contribuição à parte, aderindo compulsoriamente à FUNPRESP ou a fundo de pensão privado.

Granemann (2015) explica que seria inconstitucional obrigar um trabalhador a aderir à previdência privada. Assim, a Lei n. 13.183 (Brasil, 2015b) trata do vago mas autoritário conceito de vínculo “automático” para todos que ingressarem como servidores públicos federais, sendo garantido o direito de desligamento posterior. É mais uma afronta à CF de 1988, que trata a previdência complementar como facultativa, defende Granemann (2015). Nas contrarreformas anteriores, a conjuntura política tanto no governo de FHC quanto de Lula, não permitiu instituir a previdência privada para os funcionários públicos federais. Deve-se salientar que isso se tornou realidade numa nova conjuntura política, sob o PT, a partir da Lei n. 12.618/12 (Brasil, 2012) por meio da Funpresp (LOURENÇO, CASTRO, GOULART, 2017, p. 478).

Continua, sob o crivo dos governos petistas, o processo de privatização da saúde e, mesmo nos marcos do SUAS, avançam o combate à pobreza sobre a perspectiva da focalização junto a famílias com baixos rendimentos e que vivenciam situações extremas de

<sup>10</sup> A Regra 85/95, de caráter progressivo, apresentada por Dilma, estipulava que até 30 de dezembro 2018, para se aposentar por tempo de contribuição, sem incidência do fator previdenciário, o segurado teria de somar 85 pontos, se mulher, e 95 pontos, se homem. Após 31 de dezembro de 2018, para afastar o uso do fator, a soma da idade e do tempo de contribuição terá de ser 86, se mulher, e 96, se homem. A lei limitava esse escalonamento a 2026, quando a soma para as mulheres deverá ser de 90 pontos e para os homens, 100, o que força uma maior contribuição do trabalhador.



pobreza. Para Bravo (2006), “com relação à saúde, havia uma expectativa que o governo Lula fortalecesse o projeto de reforma sanitária que foi questionado nos anos 90, havendo, no período, a consolidação do projeto de saúde articulado ao mercado ou privatista” (p. 16).

O ilegítimo Temer apresentou uma proposta ainda mais severa de contrarreforma da previdência, mas não conseguiu aprová-la do decurso de 2018 face ao período eleitoral, o que incluía a eleição de deputados federais e senadores. Ao anunciar intervenção federal no Rio de Janeiro, o presidente empossado pós-golpe-impeachment vetou qualquer chance de votação no Congresso Nacional, dada a proibição de alterar a Constituição enquanto houver intervenções em curso.

A agenda neoliberal de Temer pairou fortemente sobre sua proposta de reforma previdenciária. Foi a primeira a sugerir uma idade mínima para a aposentadoria, acabando com a diferença de gênero de cinco anos entre homens e mulheres. Além disso, sob um equivocado discurso demográfico<sup>11</sup>, essa idade mínima aumentaria conforme o avanço da expectativa de vida da população, penalizando, ainda mais, as pessoas idosas pobres. Havia a previsão do aumento de idade para 67 anos, com pelo menos 25 anos de contribuição para obter benefício e 49 anos de contribuição para o aposentado receber o valor integral do benefício.

O principal argumento para modificar a arquitetura dos sistemas estatais de proteção social, construídos num período de crescimento do pós-guerra, foi o dos custos crescentes dos sistemas previdenciários, os quais decorreriam, principalmente, de uma dramática trajetória demográfica de envelhecimento da população. A partir de então, um problema que é puramente de origem socioeconômica foi reduzido a um mero problema demográfico, diante do qual não há solução possível a não ser o corte de direitos, redução do valor dos benefícios e elevação de impostos. Essas ideias foram amplamente difundidas para a periferia do capitalismo e reformas privatizantes foram implantadas em vários países da América Latina (GENTIL, 2016, s/p).

No ataque aos direitos da classe trabalhadora, Temer propôs: a igualdade na idade de 65 anos de aposentadoria para homens e mulheres, revelando o lado machista e misógino da proposta governamental; o aumento de 15 para 25 anos o tempo mínimo de contribuição para servidores públicos, mantendo 15 anos para a iniciativa privada; o estabelecimento de 49 anos de contribuição para a aposentadoria integral, penalizando boa parte da juventude que não consegue ingresso em circuitos formais de trabalho; e o Benefício de Prestação Continuada

---

<sup>11</sup> O falso discurso demográfico tem sido usado por todos os governos recentes para o aumento das faixas de contribuição previdenciária, como explícito na fala de Dilma Rousseff, em seu pronunciamento em rádio, em 07 de janeiro de 2016: “Nós estamos envelhecendo mais e morrendo menos. Nossa expectativa de vida nos últimos anos aumentou talvez de forma bastante significativa, em torno de 4,6 anos. Isso implica que é muito difícil você equacionar um problema. Não é possível que a idade média de aposentadoria no Brasil seja de 55 anos. Para as mulheres, um pouco menos”.

(BPC) que seria desvinculado de seu valor ao do salário mínimo, aumentando a idade da pessoa idosa para concessão a 70 anos, agudizando ainda mais o caráter seletivo e excludente do benefício socioassistencial.

Apesar da proposta não ter sido apreciada pelos congressistas, Temer aprovou a PEC 241 (Proposta de Emenda Constitucional ou PEC 55) que estabeleceu um **teto de gastos** para o governo durante os próximos 20 anos, com consequências nefastas nas políticas de educação e saúde. Manteve o orçamento do exercício anterior, corrigido, apenas, pela inflação daquele ano. Aprovou, também, a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) que alterou profunda e regressivamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a partir de julho de 2017.

Com o discurso de flexibilização das leis trabalhistas, a reforma nas leis do trabalho de Temer trouxe sérias mudanças e impactos negativos para a classe trabalhadora, em que podemos citar: a jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48 horas, com as horas extras); não são consideradas dentro da jornada de trabalho as atividades não laborativas no âmbito da empresa como descanso, estudo, alimentação, interação entre pares e higiene pessoal. O tempo despendido até o local de trabalho e o retorno, por qualquer meio de transporte, também não é mais computado na jornada de trabalho. Criou o trabalho intermitente, situação em que o trabalhador é pago por período trabalhado, recebendo pelas horas ou diárias. De um modo geral, essas situações acontecem em contextos de desproteção do trabalho, marcados por extrema precarização das atividades e inexistência de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais.

Por fim, e mais danoso, Jair Bolsonaro chega à Presidência da República com 55,13% dos votos válidos em 2018 e com o apoio de setores que representam o que há de mais conservador em nossa sociedade. Reforçou seu compromisso com a agenda fascista-neoliberal e realizou a mais drástica reforma da previdência social no país. Apesar dos protestos e das mobilizações nacionais contra, a PEC da Reforma da Previdência de Bolsonaro foi aprovada no Senado por 60 votos favoráveis e 19 contrários e trouxe as seguintes características: diminuiu a diferença de gênero que era de 5 anos previstos na Constituição para apenas três anos, com determinação da idade mínima para se aposentar de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. Sabemos que muitas mulheres têm até jornadas triplas de trabalho e, em sua maioria, essas atividades não são reconhecidas para fins de cômputo de aposentadoria, reforçando a crítica de Silva (2012) sobre a concepção contratual da previdência no Brasil que retorna ao trabalhador, em forma de benefício previdenciário,

apenas um proporcional à contribuição feita, desconsiderando trajetórias de vidas, contextos sociais, condições de gênero, raça/etnia e geração. Para a autora, prevalece na previdência a noção restritiva de direitos, debidamente reforçada pelo contexto de crise do capital e pelo discurso de crise da previdência social, em detrimento de sua proteção social universal.

É válido ainda ressaltar outras mudanças ocorridas: o cálculo do valor da aposentadoria atingiu as mulheres que terão que contribuir por 35 anos para conseguir 100% do valor do benefício (aumentaram 5 anos), e os homens por 40 anos. Ao cumprir os requisitos para aposentadoria, o trabalhador receberia **60% da média salarial mais 2% a cada ano a mais de contribuição** para além do tempo mínimo obrigatório. O cálculo da média dos salários será de 80% maiores salários desde 1994 e descartados os 20% menores. O cerco chegou à pensão por morte, estabelecendo um novo cálculo do valor do benefício: 50% da aposentadoria mais 10% por dependente, mas não pode ser menor que um salário mínimo. Também, houve alterações nas alíquotas de desconto: na iniciativa privada de 8%, 9% a 11% passou para 7,5% (1 salário mínimo, atuais R\$ 1.039,00) a 14% (teto da previdência sobre R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06). Ao servidor público: de 11% para 7,5% a 22% de taxa de contribuição. Estes valores referem-se a janeiro de 2020.

Em todos os governos, sempre o discurso do (falso) déficit da previdência social tem sido usado para justificar as contrarreformas que atingem a massa de trabalhadores. O argumento governamental aponta para um saldo negativo de R\$ 195,2 bilhões em 2018, um aumento de 7% em relação a 2017. A despesa com benefícios cresceu 5,2% e fechou o ano em R\$ 586,4 bilhões. A arrecadação, por sua vez, subiu 4,4%, somando R\$ 391,2 bilhões. Porém, estudiosos como Gentil (2016) e membros da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) afirmam que os governos manipulam os números acerca do “caixa” da seguridade brasileira. Esses estudiosos apresentam dados que a previdência tem superávit e os governos têm desconsiderado a contabilidade oficial de receitas que deveriam ser integralmente designadas para o **Orçamento da Seguridade Social** (previdência, saúde e assistência social)<sup>12</sup> e suas **contribuições sociais**, como a **Contribuição para Financiamento da Seguridade Social** (COFINS) e a **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido** (CSLL). Juntas, somaram mais de **R\$ 260 bilhões** em 2015, segundo o Tesouro Nacional, como afirma Gentil (2016, s/p):

---

<sup>12</sup> O Orçamento Geral da União (OGU) é composto pelo Orçamento Fiscal, que compõe os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais diretas e indiretas; e o Orçamento da Seguridade Social, necessários à implementação das políticas de saúde, previdência e assistência social.



Tenho defendido a ideia de que o cálculo do déficit previdenciário não está correto, porque não se baseia nos preceitos da Constituição Federal de 1988, que estabelece o arcabouço jurídico do sistema de Seguridade Social. O cálculo do resultado previdenciário leva em consideração apenas a receita de contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) que incide sobre a folha de pagamento, diminuindo dessa receita o valor dos benefícios pagos aos trabalhadores. O resultado dá em déficit. Essa, no entanto, é uma equação simplificadora da questão. Há outras fontes de receita da Previdência que não são computadas nesse cálculo, como a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e a receita de concursos de prognósticos. Isso está expressamente garantido no artigo 195 da Constituição e acintosamente não é levado em consideração (grifo: a CPMF foi extinta em 2006).

O governo só contabiliza a relação arrecadação x destinação da previdência social, desconsiderando a integralidade do orçamento da seguridade; os orçamentos das três políticas não dialogam entre si, tampouco são considerados como um único. Além disso, os governos tem usado frequentemente a artimanha da **Desvinculação das Receitas da União (DRU)**, que permite que um percentual de 30% das receitas sejam usadas livremente, a exemplo para o pagamento de juros da dívida pública. Há, ainda, desonerações e isenções fiscais, falhas nos sistemas de arrecadação de receitas, calote empresarial e perdão de dívidas de empresas etc., o que gira em torno de mais de 100 bilhões, como apontam estudiosos da ANFIP.

Esse é o cenário de destruição do padrão de proteção social no Brasil em que a seguridade tem sido usada como moeda de barganha para o grande capital e como a mesma tem sido atingida fortemente pelos governos brasileiros pós-Constituição Federal de 1988. Aliado a isso, cresce no país uma onda conservadora, fundamentalista e autoritária, em que os direitos sociais não regredem apenas no âmbito da seguridade, mas na educação, no trabalho e renda, na cultura, nos direitos humanos. Sob o efeito cascata, localmente, as contrarreformas da previdência avançam para os governos estaduais, a exemplo das propostas de Camilo Santana, do PT cearense, e de Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte (RN), atacando ainda mais os direitos de servidores públicos.

Para Sposati (2009), as políticas sociais, e a própria seguridade, são campo de forças, embates e disputas entre concepções, interesses e perspectivas, e seu processo de efetivação como sistema de proteção e de direitos não escapa do movimento histórico entre as relações de forças sociais:

O modelo de proteção social não contributivo é uma direção (ou um norte histórico) de um caminho em construção na sociedade brasileira. Supõe conhecer e enfrentar obstáculos no percurso e também não desistir da chegada, pelo fato de ter que realizar mudanças durante o processo (p. 17).

Só nos resta a organização e a mobilização política da classe trabalhadora num cenário extremamente desfavorável à luta coletiva, mas não impossível de barrar estas e outras ondas privatizantes, a exemplo de nossos companheiros no Chile, Bolívia e França. A exemplo dos petroleiros em defesa da PETROBRÁS e da soberania nacional. Avancemos em defesa da seguridade brasileira pública, universal e protetiva.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** Biblioteca Básica do Serviço Social. 9ª Edição. Volume 02. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de política social. In: MOTA, Ana Elizabete (et al.) (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio.** 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no Brasil. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UNB, 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (et al.) (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

GENTIL, Denise. A farsa do déficit previdenciário. In: **Jornal da UFRJ.** Entrevista a Coryntho Baldez. UFRJ: Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2016. [www.controversia.com.br](http://www.controversia.com.br)

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; CASTRO, Francisco Antonio de; GOULART, Patrícia Martins. Crise do capital e o desmonte da previdência social no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade.** Nº 130. São Paulo: Cortez, set./dez. 2017, p. 467-486.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade social brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: MOTA, Ana Elizabete (et al.) (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização.** São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil.** Brasília: MDS; UNESCO, 2009.



## EM DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL E DO PROJETO ÉTICO- POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS NA CONJUNTURA<sup>13</sup>

Profa. Dra. Evelyne Medeiros Pereira<sup>14</sup>

A realidade atual nos parece caótica e os setores dominantes utilizam dos mais diferentes mecanismos para que ela seja, aos nossos olhos, de fato, caótica e para que nos percamos em meio ao bombardeamento de notícias absurdas e às reclamações e iniciativas dispersas. Assim, é de fundamental importância não cairmos na tentadora confusão, desânimo e insegurança que leva ao pessimismo fatalista que não é o da razão. Isto nos imobiliza. Por outro lado, não fazemos história conforme nossa vontade, mas sob condições dadas. Tal como nos disse Marx, *“a necessidade de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões”*.

A análise de conjuntura e seus reflexos na profissão deve, portanto, nos ajudar a entendermos algo muito além da mera sucessão de fatos, acontecimentos e caracterização do governo. Não se trata, desse modo, de visualizar apenas o movimento da pequena política, dos bastidores dos “de cima” e não os interesses reais que movem e operam no real. O entendimento sobre a realidade em que vivemos deve nos ajudar a visualizarmos e compreendermos a correlação entre as forças sociais no conjunto da sociedade e como estão posicionadas as classes sociais e seus interesses. Assim, farei uma exposição dividida em 3 momentos principais: o primeiro, tratará sobre os aspectos da formação social do Brasil: realidade brasileira; o segundo, abordará alguns aspectos da “política do Golpe” no Brasil; o terceiro, priorizará as repercussões desse contexto para o Serviço Social Brasileiro e o Projeto ético-político profissional.

24

### ASPECTOS DA FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL: REALIDADE BRASILEIRA ONTEM E HOJE

Decidi iniciar a exposição lembrando de uma canção que nos lança o seguinte questionamento: “O que é que pode fazer o homem [e a mulher] comum neste presente

<sup>13</sup> Palestra intitulada *Em Defesa da Seguridade Social e do Projeto Ético-Político do Serviço Social: Desafios na Conjuntura* proferida em ocasião de realização do I SEMPSS – Seminário de Política Social e Serviço Social no dia 18 de dezembro de 2019, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), na cidade de Iguatu/CE, em parceria com o professor André Menezes Gonçalves (Universidade Federal de Campina Grande-UFCG). O texto foi adaptado para fins de sua publicação e tem como referência as reflexões contidas no texto “Sobre o revisionismo conservador da renovação crítica do Serviço Social brasileiro” (2020, prelo).

<sup>14</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE *campus* Recife). E-mail: evelyne.mp2913@gmail.com.

instante se não sangrar?”. “Tentar inaugurar a vida inteiramente livre e triunfante?”. As palavras do querido Belchior falam muito do tempo presente. Um tempo que demonstra não apenas a validade, mas o pleno vigor da modernização conservadora por aqui. De um capitalismo dependente orquestrado pela completa funcionalidade do atraso.

Estamos vivendo mais um importante episódio de consolidação do padrão autocrático burguês no Brasil que carrega consigo os traços do escravismo colonial e a *aversão sociopática* às mudanças sociais da burguesia brasileira, parafraseando Florestan Fernandes. Padrão este concatenado a um movimento mundial do capital em que a prevalência dos traços da barbárie vai na contramão dos avanços democráticos e civilizatórios, realinhando o país ao “novo” imperialismo, tal como nos sinaliza David Harvey.

A burguesia brasileira demonstra, hoje ainda mais, que não assume, nem nunca assumiu *o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe é vantajoso*, conforme já nos afirmava Florestan. Para muitos, o que vemos hoje é a conformação de uma ampla unidade das frações burguesas, não sem fissuras, em volta do programa econômico ultra(neo)liberal, combinado com uma espécie de reacionarismo político-cultural. Isto mesmo que as contradições com a burguesia interna persistam. Estas, contudo, tornam-se “amiudadas”, secundarizadas, diante de questões consideradas maiores, a exemplo do volume de recursos que serão captados pelas privatizações e pela drástica redução dos direitos trabalhistas e sindicais.

No texto “Notas sobre o Fascismo na América Latina”, Florestan nos diz que “*o fascismo não perdeu como realidade histórica, nem seu significado político nem sua influência ativa*”. Ou seja, o fascismo persistiu até hoje como uma poderosa força política organizada contra, não apenas todos os movimentos socialistas, como também os próprios processos de democratização. Trata-se de “*uma força muito moderna, embora parte da nossa herança colonial, prendendo a história do Brasil e da América Latina a um passado que deveria estar morto e que foi ressuscitado pelas forças da modernização dependente*”, nas palavras do autor.

Daí os ganhos permitidos no período anterior, sob a direção da “frente neodesenvolvimentista”, mesmo que pontuais e bem abaixo das nossas expectativas, tornaram-se muito frente as necessidades de manutenção do padrão de dominação. O pacto social, naquele formato, não seria mais compatível com as necessidades do capital. Ao contrário, passou a representar, em certa medida, uma ameaça frente a recomposição da classe trabalhadora, nas suas condições de vida e trabalho. Isto, somado a ausência da construção de

força social e de uma ampla educação política junto aos setores populares, favoreceu a disputa pela direita e a operação de seus mecanismos de hegemonia econômica, política, cultural e moral, promovendo um verdadeiro cerco da esquerda brasileira e a ascensão de um movimento de extrema direita.

Como resultado vimos o desdobramento de mais um Golpe na história do país, mais um passo da *contrarrevolução preventiva* da burguesia brasileira associada aos interesses do grande capital internacional, permitindo maior unidade dos segmentos burgueses e um realinhamento do capital local ao capital financeiro internacional que não poderia abrir mais concessões, mesmo que mínimas.

### **A POLÍTICA DO GOLPE NO BRASIL: CRISE CAPITALISTA, CONTRADIÇÕES E BLOCO NO PODER**

O Golpe demonstra, portanto, o fim de um ciclo que iniciou no período da redemocratização. O fim do pacto da Nova República. Representa a necessidade de implementar tarefas hoje por parte do capital que não são viáveis pela via democrática. Vivemos o reforço absurdo da condição de dependência, sustentada pela manutenção e aprofundamento do padrão autocrático burguês que subordina o Estado (e seu modelo representativo) de forma cada vez mais explícita aos interesses único e exclusivamente burgueses. Isto torna o Estado cada vez menos permeável para as demandas dos setores populares e pelos setores progressistas.

A atual hegemonia burguesa tem sido construída e constituída tendo cada vez mais como base de sustentação nos processos de “embrutecimento cultural”, estratégias de consenso, muitas vezes coercitivas, violentas e fundamentalistas. O crescimento do neopentecostalismo dentro do Estado e dirigindo importante aparelhos privados de hegemonia é uma expressão disso. Desse modo, a barbarização da vida social é fato, não uma enunciação. Basta assistirmos os principais jornais e lermos as manchetes que compõem os noticiários.

A perspectiva de totalidade é cada vez mais abafada e o alvo das frustrações coletivas passa a ser o outro, as/os trabalhadoras/es das políticas e serviços sociais que passam a ser os verdadeiros vilões. Isto nos diz que quanto pior, pior. A pobreza e a miséria geram uma concepção de pensamento mágico como alternativa, portanto, criam barreiras para a conscientização e politização. Um quadro de verdadeira decadência civilizatória. Essa realidade nos diz que o projeto de dominação possui, em certa medida, apoio de setores populares que o tem legitimado, evidenciando que a melhoria nas condições de vida e



trabalho do período anterior não foram suficientes para tornar esses segmentos de classes politizados, nem ao menos os transformaram em cidadãos.

A “pedagogia do Golpe” recompõe a restauração conservadora, metaboliza, objetiva e subjetivamente, a produção de consensos, a apropriação do fundo público, a expropriação dos direitos e a pilhagem dos meios de vida das/os trabalhadoras/as. Transforma em interesses gerais da nação um projeto de morte e aniquilação política dos/as trabalhadoras/as, apagando sua história e a memória de resistências e lutas.

A política do Golpe tem construído saídas populistas e insuficientes para economia: estimular as redes de voluntarismo e o empreendedorismo por iniciativas religiosas, laicas e empresariais; liberação de FGTS, PIS/PASEP, contas inativas, 13º do bolsa família para negociar débitos bancários, o que não consegue ao menos movimentar o mercado interno. O exercício de direitos dá lugar ao *salve-se quem puder* pela via do consumo. Segundo Armando Boito Jr, a atual crise da democracia brasileira significa a “composição decomposta” entre neoliberalismo, neocolonialismo e neofascismo.

A “política do Golpe” tem sido, portanto, a política do extermínio, da devastação ambiental, do ódio, da expropriação desmedida, dos ataques mais severos à educação pública, das milícias, da guerra cultural contra o pensamento crítico. Contudo, é importante lembrar, conforme os ensinamentos do próprio Marx, tão atuais como nunca, que toda crise apresenta diversas possibilidades históricas. Se seu aprofundamento causa, por um lado, maior degradação e aviltamento das condições de vida dos 50 milhões de trabalhadores precarizados e sem direitos que se deparam cotidianamente com a fome e a falta de moradia; por outro, expõe as fragilidades e fraturas no bloco no poder.

Os efeitos desta crise se expressam em todo o continente latino-americano, pondo em xeque a grande referência de Paulo Guedes, de um “neoliberalismo bem-sucedido” chileno, que, tal como no Brasil, nunca conseguiu dar repostas às necessidades sociais do conjunto da população. O que revela, mais uma vez, o caráter explosivo da luta de classes no capitalismo dependente.

O fato é que, mesmo diante dessas fissuras, a correlação de forças não é favorável. Sofremos uma derrota política por parte de um projeto que já estava se constituindo há anos. Mesmo que aponte limites, crise e fissuras do neoliberalismo e da saída ultraconservadora fascista mundial, não nos coloca necessariamente diante de uma nova correlação de forças, de outro patamar da luta de classes e da abertura para a construção de um novo bloco histórico. As forças ultraconservadoras continuam se empenhando em manter a todo custo a hegemonia capitalista possível nesses tempos.



## AS REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO

O contexto que estamos vivendo nos leva a entender que estamos diante de um novo cenário da luta de classes que implica na configuração da questão social. Como o Serviço Social não é uma bolha, pode se converter em um instrumento de legitimação da barbárie, administrando a gestão da precarização do acesso aos serviços.

Dirigindo nossa atenção para a realidade mais recente do Brasil, observamos evidentes ameaças às atribuições e competências profissionais e novos (e velhos) dilemas postos à profissão, atualizando e recompondo disputas em torno do projeto profissional expressas, por exemplo, por meio do revisionismo teórico à renovação crítica do Serviço Social como também na ampliação de práticas de cunho disciplinador, moralizador e punitivo da classe trabalhadora. Trata-se de um contexto suscetível para propostas como aquela que intitula o recém lançado livro “Serviço Social para Corajosos” que, além da suposta novidade no uso de palavras de efeito, mais reatualiza elementos da crítica conservadora à reconceituação, já tão bem elencados por José Paulo Netto desde o início da década de 1980.

Assim, assume também notoriedade um conjunto de ideias que se remete a uma espécie de “retorno ao passado”, reivindicando o legado do “arranjo teórico-doutrinário” do “Serviço Social Tradicional” contra a direção do Projeto Ético-político do Serviço Social, comprometida com os interesses das/os trabalhadoras/as. Isto assinala que o Serviço Social brasileiro é permeável à “onda reacionária”, já que é uma profissão inscrita nas relações sociais.

Diante das concepções de profissão em disputa, há quem reivindique, nos dias de hoje, o retorno do diagnóstico social de Mary Richmond e das metodologias do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Há outros que defendem um Serviço Social fundado em ideias liberais e a favor do mercado, pois acreditam que a melhor forma de proteger os trabalhadores é defender a liberdade e a propriedade privada, sem a interferência do Estado via direitos sociais. O que se trata de uma completa incoerência com a própria condição de ser da/o assistente social.

Na verdade, a ofensiva neoconservadora empenha-se a se opor e construir mecanismos de desqualificação e deslegitimação no seio da categoria profissional do *legado da Virada*, da sua *onda progressista* que possibilitou darmos passos largos na *intenção de ruptura* com o conservadorismo, na luta e na defesa intransigente de direitos humanos e

sociais. Percebemos, assim, que o inegável avanço do pensamento conservador reacionário e de valores antagônicos ao Projeto ético-político profissional têm tido permeabilidade no interior da categoria dos assistentes sociais se expressando através da disputa da direção do projeto profissional. Ao mesmo tempo, a direção hegemônica do Serviço Social brasileiro, por meio dos sujeitos coletivos tais como CFESS, ABEPSS e ENESSO, reafirmam o compromisso e a direção da profissão coadunados às necessidades da classe trabalhadora que tomam nesse contexto uma natureza ainda mais radical.

Estamos falando de grupos políticos conservadores financiados pela extrema direita, criando falsas narrativas, tentando capitanear a adesão da base da categoria profissional, encampando pautas que, em sua maioria, vinculadas aos interesses do mercado e divergentes a compreensão ético-política das entidades da profissão. Outras tentativas estão em curso no intuito de deslegitimar e desqualificar a função político-administrativa dos conselhos, por meio de campanhas populistas e ataques nas redes sociais. Junto a isto, iniciativas encampadas pelo governo Bolsonaro buscam aniquilar as organizações da classe trabalhadora, tais como sindicatos e conselhos de classe, a exemplo da Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 108/2019 que altera a natureza jurídica dos conselhos profissionais e institui a não obrigatoriedade de inscrição, o que na prática significa a desregulamentação e desprofissionalização das ocupações.

Somado a isto, o contexto atual tende a intensificar o aumento do desemprego na área de Serviço Social, da precarização e da insegurança no trabalho. Tudo isso tem como desdobramento novas exigências às práticas profissionais e à organização da categoria. O mercado de trabalho passa a requerer mais ainda um trabalhador polivalente, com novas características técnicas e sociointelectivas, desdobrando-se nas mais diversas “oportunidades” oferecidas pela informalidade e/ou terceirização. Aqui a figura do empreendedor, adensando o fenômeno da “pejotização”, recai também sobre as condições subjetivas da/o trabalhador/a, reforçando a ideia de que o sucesso ou insucesso profissional diz respeito simplesmente à falta de atributos pessoais.

O cenário nos parece um tanto nebuloso e desanimador, contudo, ao contrário das teses endógenas e fatalistas, as contradições continuam possibilitando a construção de estratégias coletivas de resistência e enfrentamento ao conservadorismo, não apenas na profissão, mas no conjunto da sociedade.

Frente a tudo isso, como pensar táticas viáveis para construção de uma correlação de forças mais favorável para reafirmação da direção social estratégica do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro? Qual o papel das/os Assistentes Sociais nesse novo

desenho do Estado e das políticas públicas? Sem pretensão alguma de aventurar possíveis respostas, gostaria de lançar algumas pistas para a reflexão coletiva:

- a) Primeiro é preciso lembrar que a luta de classes não assume uma trajetória linear, especialmente numa crise. Isto muito embora a crise atual abra mais margem para retrocessos, mesmo não anulando as possibilidades. O que estamos vendo tem sido construído faz muito tempo. Portanto, para mudar essa correlação de forças é preciso muito, muito trabalho. Experimentarmos novas formas de organização e comunicação. Daí a importância da Educação Popular e das alianças mais amplas das forças democráticas e populares;
- b) Reestabelecer a unidade entre as demandas e o exercício profissional, transformando os elementos da prática profissional em objetos de pesquisa, caso contrário podemos criar, de fato, duas profissões: a que pensa e a que executa;
- c) Reafirmar os princípios do PEP não basta. Precisamos de ações concretas. Para isso, é importante pensar sobre as novas exigências da realidade. Caso contrário, abriremos um flanco para o pensamento conservador. Portanto, é preciso dar mais importância à formação básica (graduação) e ao peso do exercício profissional nessa conjuntura. Isto é necessário para enfrentarmos a crítica injusta e desonesta ao marxismo. O marxismo não é um manual de instrução, mas nos oferece condições melhores para entender a base material onde atuamos. Há que retomar o debate sobre instrumentalidade. Essa profissão não pode perder sua função social e deixar de valorizar profissionais que estão diretamente vinculados em processos de trabalho fundamentais para a garantia dos serviços. O Serviço Social crítico não pode ser uma “ilha de emancipação e crítica em meio ao mar de alienação”.

Isso, contudo, não dependerá apenas do Serviço Social, mas de toda uma classe em luta que permita mudar a atual correlação de forças sociais. O Serviço Social não será o demiurgo da revolução brasileira. Por fim, é fundamental lembrarmos que só conseguimos avançar, enquanto classe, mesmo nos piores momentos da história, porque apostamos na saída coletiva, não no *salve-se quem puder*.

Finalizo aqui lembrando que estamos numa região em que, como diria Carlos Nelson Coutinho, a crise *da sociedade brasileira apresenta-se com cores mais vivas e intensas do que no resto do Brasil*. E continua: “*De certo modo, na medida em que aí as contradições eram mais ‘clássicas’, o Nordeste era a região mais típica do Brasil; a sua crise expressava, em toda a sua crueza, a crise do conjunto do país*”. E é falando dessas terras das Ligas Camponesas, do Caldeirão, de tantas Anas, Chicos e Josés, que tiveram suas vidas dedicadas



à luta e resistência popular que termino por aqui, lembrando que há momentos da história difíceis, muito difíceis, mais nenhum deles insuperáveis.

Obrigada!



# ASSISTÊNCIA SOCIAL

## AS IMPLICAÇÕES DA CONJUNTURA NEOLIBERAL PARA O TRABALHOS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS ATUANTES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Amanda Karol de Oliveira Costa<sup>15</sup>  
Cilania Roseno Rodrigues<sup>16</sup>  
Matheus Cardoso de Oliveira<sup>17</sup>  
Solange Costa da Silva<sup>18</sup>  
Vandeilson Freitas da Silva<sup>19</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>20</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar as implicações da atual conjuntura dentro da ação profissional dos/das assistentes sociais e os seus rebatimentos dentro da política de assistência. Resgata a trajetória histórica e política da profissão com seus avanços e retrocessos enfatizando os desafios postos a categoria diante da perspectiva neoliberal. Analisa desde a institucionalização da profissão com viés caritativo até a implantação da política de assistência e sua efetivação como direito assegurado, na contemporaneidade. Analisa o crescimento dos campos de trabalho com a implementação da política de assistência que se situa como maior empregador dos/das assistentes sociais. Ao passo que sinaliza a diminuição destes postos com a refuncionalização do capitalismo em tempos neoliberais.

**Palavras-chave:** Assistência Social, Serviço Social, trabalho

33

### INTRODUÇÃO

Com a decadência do *Welfare State* que culmina-se com a crise da década de 1970, o mundo e o circuito capitalista passam por transformações econômicas e societárias trazendo à tona a era neoliberal, onde a acumulação passa a ser flexível, há uma nova configuração no mundo do trabalho substituindo o modelo fordista/keynesianista para a acumulação flexível – onde predomina o Toyotismo –, trazendo consigo a flexibilização do trabalho, a terceirização,

<sup>15</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [al.oliveiracosta@gmail.com](mailto:al.oliveiracosta@gmail.com);

<sup>16</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [ciroseno@gmail.com](mailto:ciroseno@gmail.com) ;

<sup>17</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [ciroseno@gmail.com](mailto:ciroseno@gmail.com) ;

<sup>18</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [Silvasolcs@gmail.com](mailto:Silvasolcs@gmail.com) ;

<sup>19</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [vandeilsonfreitasilva@gmail.com](mailto:vandeilsonfreitasilva@gmail.com) ;

<sup>20</sup> Professor orientador. Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE,, [fabricaoico@hotmail.com](mailto:fabricaoico@hotmail.com).

a implementação cada vez maior de máquinas, a globalização e a revolução tecnológica. Estes acontecimentos reverberam diretamente na discussão exposta no presente artigo.

Mesmo diante de todos esses acontecimentos no circuito global, aqui no nosso país como já de costume a implementação do neoliberalismo aconteceu de forma particular e tardia, em meados dos anos 1980 enquanto o mundo vivia a efervescência neoliberal, no Brasil ocorria o final da autocracia burguesa e uma crescente mobilização social que tencionava o Estado. Com isso, na contramão do mundo, o Brasil em 1988 promulgou, fruto das pressões sociais uma constituição cidadã, onde o povo se fez protagonista. Todavia com a chegada da década de 1990 a política neoliberal bate as portas da nossa nação, trazendo privatizações, a precarização do trabalho e a desregulamentação dos direitos sociais.

Toda essa discussão se faz importante para compreender como o trabalho do assistente social foi e continua sendo afetado por essas mudanças tanto no plano econômico quanto na sua dimensão crítica. Esta que por sua vez é de fundamental importância para o desenvolvimento de um trabalho emancipatório em consonância com o código de ética da profissão.

## **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL: OS DESAFIOS POSTOS PELA CONJUNTURA ATUAL**

34

A Assistência Social devido a sua construção histórico social por muito tempo foi compreendida como ações de cunho caritativo e voluntário, a meritocracia benemerência, filantropia e solidariedade condicionava o acesso dos mais necessitados aos benefícios prestados por ela (YAZBEK, 2009). Quanto a assistência social no Brasil, esta recebe um caráter histórico particular marcado apadrinhamento e clientelismo, elementos próprios da política e cultura brasileira construídas com base na escravidão, servidão e paternalismo de um país economicamente subordinado a lógica internacional do capital.

O caráter puramente assistencialista da Assistência social se transforma e a mesma passa a ser entendida como direito somente com a Constituição Federal de 1988, a qual garante a assistência social como responsabilidade do Estado e direito universal (de todos), passando a fazer parte das políticas que compõe o tripé da Seguridade Social<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> O tripé da seguridade social é composto por Assistência Social, Previdência e Saúde

A ideia de seguridade remete à de segurança, enquanto bem público e, portanto, deve ser um direito de todos/as e um dever do Estado. Então, essa segurança – pela velhice, pela doença, pela deficiência e pela idade - passa a ser reivindicada como direito de todos. É preciso ter em mente que a ideia de direito universal, ou seja, para todas as pessoas, inclusive as não contributivas; significa a garantia do direito independente de se contribuir ou não para isso. (CFESS, 2011, p.74)<sup>22</sup>

A partir disso, a Assistência social passa a ser compreendida como uma Política Pública de Estado (PNAS) regulamentada pela Lei Nº 8.742<sup>23</sup>, de 7 de dezembro de 1993, a chamada Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Por meio desta garantiu-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>24</sup> e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS)<sup>25</sup>. Em suma, são evidentes os avanços alcançados pela a Assistência Social brasileira a deixar de ser compreendida como mera manifestação da caridade, filantropia, clientelismo etc. e passar a ser entendida como Política Pública garantida por lei em benefício todos/as cidadãos que dela precisarem, guiando-se por uma perspectiva democrática de efetivação de direitos.

Apesar dos notáveis avanços da política de assistência social, ainda estão postos inúmeros desafios, pois apesar das conquistas legais e conceituais, ainda é difícil materializar no cotidiano aquilo que a política se propõe, tendo em vista a própria lógica capitalista que precariza e focaliza todas as políticas públicas sociais, as quais tem um caráter contraditório: ao passo que atende as reivindicações da classe trabalhadora, garante a reprodução ideológica e material do modo de produção capitalista.

Na relação conflituosa entre capital e trabalho, o Estado se apresenta como mediador de conflito, capaz de assegurar a produção e reprodução capitalista. Sendo assim, o Estado criar uma série de ações que amenizem os danos causados pela exploração do capital. É nesse cenário que surge algumas profissões como o Serviço Social que irá se inserir dentro das ações ou políticas do Estado, como é o caso da política de Assistência Social. Assim, um dos principais espaços socio ocupacionais do assistente social é a política de assistência social.

<sup>22</sup> O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011.

<sup>23</sup> A Lei Nº8.742, de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

<sup>24</sup> A Assistência Social é organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas) que é um sistema constituído nacionalmente com direção única, caracterizado pela gestão compartilhada e cofinanciamento das ações pelos três entes federados e pelo controle social exercido pelos Conselhos de Assistência Social dos municípios, Estados e União. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/suas>. Acesso em: 08/12/19.

<sup>25</sup> A Resolução Nº 269, DE 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.



Após a implantação do SUAS o trabalho dos assistentes sociais passou a ser cada vez mais requisitado no âmbito da assistência social, com a criação dos Centros de referência de assistência social (CRAS) e Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) surgiram novos espaços sociocupacionais, novas demandas de trabalho e também expansão dos cursos de graduação e pós graduação em Serviço Social. Tudo isso faz com que seja necessário refletir sobre o caráter contraditório do Serviço Social inserida na divisão socio técnica do trabalho como profissão que “participa dos mecanismos de manutenção quanto de mudança, respondendo a interesses do capital e também do trabalho, participando dos processos de dominação e de resistência, continuidade e ruptura da ordem social.” (RAICHELIS, 2010, p. 753)

Tendo em vista esse cenário marcado por contradições históricas e sociais tanto do Serviço Social, como da política de Assistência Social e do próprio modo de produção capitalista. É imprescindível a atuação dos assistentes sociais estejam orientados e respaldados pelo projeto ético político, materializado nos direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas diretrizes curriculares.

De acordo com os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social estabelecidos pelo CFESS<sup>26</sup>, a intervenção profissional na política de Assistência Social não deve seguir meramente a lógica funcional e técnica da instituição, nem pode construir suas intervenções sobre a perspectiva de culpabilizar e moralizar os sujeitos. Pois o profissional deve ter em mente a compreensão crítica da realidade social, percebendo-a não somente numa visão individual e subjetiva, mas também e principalmente os determinantes históricos sociais que formam a totalidade. Em outros termos é necessário que os assistentes sociais desenvolvam a:

Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (ABEPSS, 1996).<sup>27</sup>

Todavia, os assistentes sociais por estarem inseridos na divisão sociotécnica do trabalho é um trabalhador assalariado e por tanto, apesar da sua relativa autonomia e da sua

<sup>26</sup> Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014).

<sup>27</sup> ABEPSS - diretrizes gerais para o curso de Serviço social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996 Disponível em: [http://www.cressrs.org.br/docs/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares.pdf](http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf). Acesso em: 08/12/19.

orientação ética política é obrigado a atender as exigências institucionais do seu contratante que em grande medida é o Estado. Atualmente, na conjuntura neoliberal, tem sido cada vez mais difícil materializar no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais o projeto ético político da profissão e expandir a relativa autonomia do profissional, tendo em vista as transformações nas condições e relações de trabalho às quais se encontram-se extremamente precarizadas devido a lógica da reestruturação produtiva do capital.

A crise de superprodução capitalista no Estado bem-estar social<sup>28</sup> (*welfare state*) acarretou em uma série transformações societárias, devido a busca desenfreada pela retomada dos lucros capitalistas por meio da reestruturação produtiva. Isso impactou não apenas na economia, mas também provocou diversas mudanças culturais, ideológicas, política e sociais.

A partir dos anos 70, houve então a transição do sistema fordista Keynesiano para a acumulação flexível por meio de uma nova organização no mundo do trabalho e adesão de novas tecnologias produtivas mais avançadas. Com intuito de reduzir os custos da produção, as formas de contratação dos trabalhadores passaram a ser cada vez mais flexíveis e desprotegidas na perspectiva de direitos trabalhistas. Ainda com o objetivo de investir menos na esfera produtiva e resolver os problemas da escassez de recursos naturais o capitalismo dá início ao fenômeno da “globalização” em que os países economicamente dominantes exemplaram a matéria prima e da mão de obra mais barata dos países periféricos seguindo a lógica do desenvolvimento desigual e combinado.

Os assistentes sociais também compõem a classe trabalhadora e por isso encontram-se na mesma condição de precarização dos demais trabalhadores. Mais especificamente no âmbito dos profissionais de Serviço Social o que tem se colocado como precarização do trabalho para categoria profissional são os contratos temporários, geralmente os assistentes sociais na política de assistência são contratados por tempo de projeto, sem garantias trabalhistas, com intensificação das jornadas de trabalho, rebaixamento dos salários e condições materiais insuficientes para realizarem seu trabalho com qualidade.

A precarização das políticas sociais, inclusive da política de assistência social, também se apresenta como um desafio para os assistentes sociais. Pois tendo em vista a perspectiva neoliberal de desregulamentação do Estado e redução da intervenção social as políticas sociais estão sendo cada vez mais precárias e focalizadas voltando a organizar a partir de um ideário compensatório e assistencialista. Contraditoriamente, os serviços

---

<sup>28</sup> Estado de bem-estar social é um tipo de organização política, econômica e cultural que coloca o Estado como responsável por promover e organizador socialmente a economia. Cabe, ao Estado de bem-estar social, garantir serviços públicos e proteção à população, provendo dignidade aos naturais da nação. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado\\_de\\_bem-estar\\_social](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_bem-estar_social). Acesso em: 08/12/19.

prestados pela assistência social tem sido cada vez mais demandados pela população pois até mesmo os indivíduos em condição de trabalho encontram-se desprotegidos socialmente e em condições degradantes de vida devido a precarização das relações de trabalho. Nas palavras de Raichelis (2013, p.618):

O Estado passa à defesa de alternativas que envolvem a família, as organizações sociais e a "rede filantrópica de solidariedade social", abdicando de políticas universais ancoradas no direito de cidadania. As medidas postas em prática são reducionistas, voltadas primordialmente para situações extremas, com alto grau de seletividade e focalização, direcionadas à miséria e à pobreza absoluta, que não impactam de forma significativa os níveis de desigualdade social persistentes em nosso país. Nesse contexto, as políticas de proteção social têm sido cada vez mais intensamente demandadas por coletivos de trabalhadores que, mesmo exercendo atividades remuneradas, têm suas relações de trabalho marcadas pela informalidade, baixos salários, precarização, desemprego intermitente, o que transforma e redefine o perfil dos usuários das políticas sociais e dos programas sociais ofertados.

Com isso, é demandado aos Assistência Social respostas imediatas, rápidas e capazes de produzir resultados quantificados em altos números, assim o trabalho desse profissional torna-se cada vez mais tecnicizado e burocratizado. Isso se mostra como um desafio para a categoria profissional, que tem encontrado dificuldades tanto objetivas e quanto subjetivas para materializar nas suas intervenções profissionais cotidianas o Projeto Ético Político da profissão.

38

Nesse sentido, a precarização é ideologicamente funcional ao novo modelo de gestão do trabalho, na medida em que permite a emergência da "racionalidade" nova do capital e, ao mesmo tempo, subtrai dos trabalhadores o tempo necessário para sua organização política, articulação com movimentos sociais e usuários, seja pelo excesso de trabalho que os mobiliza no ambiente laboral, seja pelo esgotamento físico provocado por esse excesso. (BRISOLA, 2016, p.17)

Em termos mais simples, tem ocorrido também uma crescente despolitização da categoria profissional, pois a insegurança causada pelos contratos de trabalho precários, o aumento das demandas, a escassez e a burocracia dificultam a organização dos assistentes sociais. Além do mais, tendo em vista as condições postas pela reestruturação produtiva neoliberal a própria a classe trabalhadora apresenta-se atualmente mais fragmentada, heterogênea e despolitizada.

## **A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE AS IMPLICAÇÕES NEOLIBERAIS**

Diante do exposto, é possível compreender a evolução do papel do Serviço Social no Brasil ao longo das décadas. Se antes atuava em caráter de assistencialismo, após a



Constituição Cidadã passou a ter *status* de responsabilidade do Estado e de direito fundamental, fazendo assim, parte das políticas públicas que compõem o tripé da Seguridade Social: Assistência, Previdência e Saúde. Desse modo, é no contexto da Política Nacional de Assistência Social e diante dos seus evidentes avanços que a Assistência Social brasileira deixou de ser compreendida como mera manifestação da filantropia e da caridade.

No entanto, ainda é um desafio à Assistência Social tornar cotidiano os avanços alcançados nos âmbitos conceituais e legais, uma vez que é próprio da atuação Capitalista limitar a atuação das políticas públicas sociais: se por um lado atende as reivindicações da classe trabalhadora, por outro permite a reprodução ideológica e material do seu modo de produção. Assim, entendendo o Estado como mediador desse conflito, a política de Assistência Social torna-se, pois, fundamental. É nesse sentido que se destaca o papel do assistente social dentro da PNAS.

Outro ponto relevante que tange ao tema são as questões referentes ao trabalho do assistente social inserido nas contradições da conjuntura neoliberal. Diante da implantação do SUAS, o assistente social passou a ocupar outros espaços socio-ocupacionais, tanto dentro dos CRAS e CREAS, quanto na docência. Esse contexto de ampliação da demanda de trabalho do assistente social traz consigo a reflexão a respeito da contradição inerente do papel profissional do Assistente Social, uma vez que cabe a ele atuar nos processos de mudança e resistência para a ruptura da ordem social, mas está inserido no contexto que mantém e perpetua os interesses do capital e do trabalho.

Ainda, de acordo com os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (estabelecidos pelo CFESS), a ação do Assistente Social deve preconizar a crítica da realidade social vigente, compreendendo de forma plena a sua instalação dentro do processo histórico e cultural, regional e global. No entanto, o que se percebe é a imersão do trabalhador dentro do contexto da divisão capitalista do trabalho, atuando este como trabalhador assalariado. Esse fato o põe, apesar de sua relativa autonomia, obrigado às exigências de seu contratante, quase sempre o Estado. Nesse sentido, devido à crescente precarização das relações de trabalho dentro do neoliberalismo brasileiro, a atuação do Assistente Social dentro no Projeto Ético Político da profissão torna-se cada vez mais obstruída.

Nesse sentido, é fundamental a compreensão dos processos que ativamente contribuem para tornar precárias as relações de trabalho para o profissional da assistência social. Em um contexto global, pode-se citar a adoção do modelo de acumulação flexível e com ele a mudança na organização do trabalho, que trouxe vínculos cada vez mais flexíveis



na contratação de trabalhadores e relações mais desprotegidas no cumprimento de seus direitos. Assim, o assistente social tem sofrido hoje principalmente com a adoção de contratos temporários, com a falta de garantias trabalhistas, com a intensificação da jornada de trabalho, com os baixos salários e com a falta de condições materiais mínimas para a execução do seu trabalho. Todas essas são formas encontradas dentro da lógica neoliberal para diminuir os custos e aumentar os lucros.

Outro ponto relevante nessa discussão é a precarização que ocorre nas políticas sociais como um todo, e dentre elas na Política de Assistência Social. A compreensão dessa perspectiva deve levar em consideração a atuação da política neoliberal dentro do contexto da busca pelo Estado mínimo. Assim, a redução da influência do Estado traduz-se em políticas sociais cada vez mais precárias e focalizadas. Para a Assistência Social, a redução da atuação do Estado torna suas ações meramente compensatórias e assistencialistas, o que torna nítido o retrocesso e a perda de direitos adquiridos dentro do processo histórico da luta da Assistência Social no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as discussões debatidas no presente artigo podemos perceber que a temática se faz necessária e de suma importância para a compreensão do trabalho dos/das assistentes sociais, tendo em vista que este, sofre com os rebatimentos do capital, mudando sua dinâmica de atuação para que possa acompanhar as transformações da sociedade. Percebe-se também que a assistência social é afetada diretamente pela conjuntura neoliberal e por ser a maior empregadora da categoria, provoca assim uma diminuição dos campos de trabalho. Para uma percepção futura, entendemos que se esse cenário persistir, haverá um dano um de proporções maiores para a categoria, tendo em vista a crescente massa do exército assistencial de reserva. Mediante isto, percebe-se a necessidade das pressões e mobilizações sociais para tencionar o Estado em busca da não retirada dos seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS - **diretrizes gerais para o curso de Serviço social**. Com base no Currículo Mínimo aprovado em assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996 Disponível em: [http://www.cressrs.org.br/docs/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares.pdf](http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf). Acesso em: 08/12/19.

BRISOLA, Elisa Maria. O Assistente Social como trabalhador na Política de Assistência Social. **Serv. Soc. Rev.** Londrina., [s. l.], Jul/Dez 2016. DOI DOI: 10.5433/1679-4842.2016v19n1p05. Disponível em: <file:///C:/Users/akoli/Downloads/23701-127863-1-PB.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. PARÂMETROS PARA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília:CFESS, 2009.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo., [s. l.], 30 out. 2010.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo., [s. l.], Out/Dez 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 7ª ed. 2009

## TRAJETÓRIAS ESCOLARES DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Marcones da Silva Nascimento<sup>29</sup>  
José Aurício Lopes Araújo<sup>30</sup>  
Andreza Felix de Melo<sup>31</sup>  
Luan Lopes<sup>32</sup>

### RESUMO

Este artigo foi produzido a partir de uma experiência no curso de Educação Pobreza e Desigualdades Social – EPDS, com objetivo de realizar uma análise sobre educação, pobreza e desigualdade social a partir de uma entrevista a um(a) responsável familiar que acompanhe criança e adolescente integrante do Programa Bolsa Família – PBF, promovendo reflexões sobre a realidade em que estão inseridos(as) tais sujeitos, e fazendo um paralelo entre a trajetória escolar dos pais ou responsáveis em relação ao percurso estudantil que o filho, o neto entre outros vivenciam atualmente.

**Palavras-chave:** Educação, Pobreza, Programa Bolsa Família; Desigualdade Social..

### INTRODUÇÃO

O Curso de Aperfeiçoamento em Educação Pobreza e Desigualdades Sociais – EPDS é espaço privilegiado para formação profissional, principalmente daquelas categorias profissionais que trabalham com as chamadas expressões da “questão social”, ou melhor, o conjunto de desigualdades que são produzidas e reproduzidas no âmbito do cotidiano, que em si representam também uma luta política histórica entre as classes sociais. Para Iamamoto, a questão social:

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação cotidiana da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia[...] (IAMAMOTO apud CARVALHO, 1983, p. 77).

Por meio do conteúdo do curso EPDS, é possível desvelar um conjunto de percepções acerca da pobreza e da educação, ampliando a visão e superando concepções

<sup>29</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [marconesflautista@gmail.com](mailto:marconesflautista@gmail.com);

<sup>30</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [auricioaraujo8@gmail.com](mailto:auricioaraujo8@gmail.com);

<sup>31</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [andrezamelo01@hotmail.com](mailto:andrezamelo01@hotmail.com);

<sup>32</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [luanlopesds@gmail.com](mailto:luanlopesds@gmail.com);



simplistas e reducionistas, que, quando incorporadas ao tratamento profissional, não atuam no cerne das reais questões que envolvem tais temas.

O EPDS é espaço privilegiado para o aprimoramento e a formação continuada de todos aqueles que desejam redirecionar o olhar para o cotidiano. A expectativa era inclusive de que o curso nos instigue a desenvolver uma cultura profissional pautada na progressiva defesa da educação como direito de todos(as) e que o acesso à educação seja universalizado, respeitando os contextos espaciais vividos pelos sujeitos sociais.

Como etapa final deste processo de formação, nos foi colocada a elaboração do trabalho final de curso (TFC), que tem como objetivo analisar a trajetória escolar da responsável familiar beneficiada pelo Programa Bolsa Família (PBF), e como esta trajetória se diferencia de seus filhos. Neste trabalho, procuraremos evidenciar as condições de residência da família, bem como o contexto espacial em que está inserida, explicitaremos sobre como se dá o acompanhamento escolar das crianças e adolescentes, abordaremos as condições escolares em que estão inseridos e vamos analisar o corte geracional, e as percepções da entrevistada sobre o PBF, e quais os impactos deste programa para a educação dos/as filhos/as.

Como processo metodológico para análise e coleta de dados da realidade, utilizamos a entrevista semiestruturada. Nela podemos perceber que:

[...] tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. (MANZINI apud TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Na entrevista semiestruturada, dispomos de um ponto de partida para seguir a análise, e ao longo do percurso pode-se alterar as perguntas conforme o desenrolar da entrevista. Isso de certa forma dá mais liberdade ao pesquisador para coletar elementos. Há uma combinação de perguntas abertas e fechadas, há possibilidades de testar a capacidade do entrevistado com relação a novas situações, ou questões inesperadas que podem surgir durante o processo.

A adoção do roteiro para entrevista, se deu a partir de um modelo elaborado pela coordenação do EPDS, com perguntas a serem direcionadas a entrevistada, de modo em que se estabelecesse uma conversa produtiva, estava estruturado em cinco pontos, o primeiro eram perguntas relacionadas a dados preliminares da entrevistada (idade, sexo, escolaridade, município de moradia), o segundo se tratava da família e moradia (quantitativo de pessoas na



casa, condições de habitação, cômodos) o terceiro elencava questões sobre o acompanhamento escolar das(s) criança(s) e/ou adolescente(s) (rotina da escola, acompanhamento de reuniões, série cursada, situações de conflito etc). O quarto ponto pautava questões sobre a escola (estrutura, acesso à internet, material escolar etc), e o último momento estava centrado na trajetória escolar da entrevistada (como era a escola no período em que estudava, rotina, acompanhamento dos pais, paralelo entre gerações, acesso à educação no contexto de pobreza).

Desta forma foi possível construir uma ótima análise, lembrando que houve utilização de gravador, e com isso foi necessário a utilização de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, informando que a identidade da entrevistada será mantida em segredo e não será divulgada. Sobre a gravação, ela foi realizada dia 30 de maio do corrente ano, no quarto da casa da entrevistada, para chegar até a mesma, fomos até a Coordenação do Programa Bolsa Família da cidade de Cedro-CE, e conversando com a coordenadora do programa, ela nos indicou a família e repassou os dados necessários, endereço, contexto familiar.

## DESENVOLVIMENTO

44

A entrevistada tem 30 anos, é solteira e reside na zona urbana do município de Cedro (CE). Possui ensino médio completo e está cursando uma graduação em educação física. É mãe de dois filhos, sendo um menino de 07 anos e uma menina de 11 anos. Já faz nove anos que a família recebe o benefício do PBF, tendo iniciado em 2010.

Na sua residência, que fica no bairro Pega Avoante, ela mora próximo a quase todos os seus familiares: a filha mora com a avó materna, e o filho mora com ela em uma casa que foi cedida pelo pai. A casa conta com cinco cômodos, sendo sala, dois quartos, cozinha e banheiro. O menino faz o segundo ano, e a menina faz o sexto ano do ensino fundamental, e ambos estudam em escola particular.

Como a entrevistada relatou que a filha não mora com ela, então adicionamos mais uma pergunta no intuito de identificar a causa e, segundo a mesma, quando era casada, mais ou menos uns cinco anos atrás, ela morava com a filha e o esposo. Por motivos de separação, a filha acabou indo morar com a avó materna, e quando ela reatou o relacionamento:

[...] na segunda vez quando fui me juntar de novo, aí meu Pai e minha Mãe não deixou eu levar, porque quem ficava com ela pra mim trabalhar era minha Mãe, aí eu trabalhava o dia todo, era num salão de beleza e não tinha horário pra sair, aí por

conta disso meu pai não deixou mais eu levar ela, Por que era muito conturbada a relação minha com o pai deles, daí pai não aceitou mais, aí eu fui embora para São Paulo.

Tem sido recorrente no Brasil o aumento dos problemas relacionados à sobrevivência, de forma especial no caso da mulher, que por vezes se torna a única responsável por sua própria manutenção e a dos filhos. Por isso que no Módulo I do curso de aperfeiçoamento, um dos aspectos tratados por Pinzani e Rego (2015) no texto é principalmente a profundidade do fenômeno da pobreza e da desigualdade social, onde é preciso dar importância às discussões sobre os processos históricos que estão velados por questões patriarcais, de gênero, classe, raça/etnia. Impõe-se como desafio desmascarar todos os estigmas sociais que são colocados sobre os pobres como inferiores, desprovidos de terra, renda, poder, escola e trabalho.

A entrevistada nos relatou as inúmeras dificuldades que enfrentou ao ir para outro estado à procura de trabalho, e sobre ter se distanciado da filha, realidade muito presente no município onde reside atualmente, em que muitos jovens acabam indo para longe da família, por conta da dificuldade de geração de emprego e renda na cidade. Esse movimento é fruto da dinâmica em que a cidade se insere no movimento do capital, compreendido por Araújo (2013), da seguinte maneira, ao tratar do Bolsa Família:

Levando em consideração que as desigualdades regionais favorecem a divisão entre pobres e ricos territorialmente, como o Nordeste possui mais da metade da população muito pobre do país, captou 55% dos recursos do Programa Bolsa Família ao decorrer da década passada, o que influenciou diretamente tanto nas condições de vida dessa parcela populacional como na dinâmica econômica e territorial do interior nordestino com a constituição das chamadas “cidades médias”, dinamizando o comércio e gerando um impacto econômico e político. (ARAÚJO, 2013 apud MEDEIROS, 2019 p. 01).

Dado o padrão de desenvolvimento, operado principalmente no período em que a mãe teve que se deslocar para São Paulo, as condições de inserção do nordeste no PBF, haviam ampliado a participação dos mais pobres nas políticas assistenciais, o que favoreceu o deslocamento da mãe, para buscar um posto de trabalho qualificado.

No que se refere à rotina dos filhos da entrevistada, ela acentua que, mesmo a filha morando com a vó, ela está constantemente assumindo os papéis que lhe são atribuídos socialmente enquanto mulher, mãe e provedora do lar, como o custeio da escola, e as demais necessidades básicas da criança. A entrevistada entende que a filha é responsabilidade sua, mesmo morando com a avó.

Ao ser indagada sobre a rotina de estudos das crianças, a entrevistada relata que de certa forma tem ajuda de muitos familiares: pela manhã vai deixar o filho na escola e busca-o antes do meio dia, e à tarde o cunhado vai deixar e buscar a filha na escola, pois nesse período ela trabalha. A locomoção é por meio de motocicleta, e levam em torno de 10 minutos para chegar à escola. No que se refere ao interesse dos filhos, a mãe nota que o menino está começando uma “fase de preguiça”, e diz que, mesmo desta maneira, ele resolve os exercícios escolares, mas já percebe que a filha é menos interessada nos estudos.

Os deveres escolares não são ensinados pela mãe, ela apenas verifica se eles fizeram, pois paga reforço escolar. Por conta da jornada exaustiva de trabalho, acaba chegando muito cansada, mas entende a necessidade do acompanhamento. O alcance de bons resultados na escola não está somente condicionado ao fator de “aluno tirar notas boas”, pois não são as notas que definem a aprendizagem, mas, sim, o conjunto integrado de fatores, como o acompanhamento, o desenvolvimento de capacidades, a disciplina e a perseverança, que são qualidades individuais. Porém existem condições objetivas que se colocam frente à realidade dos sujeitos:

[...] como a presença de uma escola com infraestrutura apropriada e com professores(as) eficientes; a possibilidade de dispor de um lugar onde estudar com tranquilidade; o apoio de pais que prezam pelo estudo e podem encorajar ou até ajudar a criança a fazer seus deveres, etc. Mesmo as qualidades individuais, por vezes, só podem ser desenvolvidas a partir de condições objetivas: pensem nas consequências negativas da má nutrição sobre as capacidades de aprendizagem e memória[...] (PINZANI; REGO, 2015, p. 30).

É nessa perspectiva que, ao entrevistarmos a mãe, ela nos relata que os seus filhos não dispõem de um lugar adequado: “é aqui dentro do quarto mesmo, eu coloco eles para estudarem”. O quarto é pequeno, inclusive o local onde a mãe atende muitas pessoas, pois, além do seu trabalho no comércio, é revendedora de cosméticos, e os produtos ficam guardados no seu quarto em prateleiras. Sobre as reuniões escolares, ela relata que não perde nenhuma, e que participa ativamente de todos os eventos que a escola dispõe, está em constante contato com o professor dos filhos e sempre por dentro do comportamento e das dificuldades de aprendizagem. Vê inclusive que o filho está com dificuldades, pois está começando a ler.

Nesta mesma direção, aponta que nunca recebeu nenhuma reclamação dos filhos, que eles nunca tiveram problemas com os colegas de turma, e que nunca deixou de receber o benefício do PBF por descumprimento de condicionalidades. O sonho da mãe é ver os filhos formados, pois entende que não teve essa oportunidade tão cedo, como entrou no ensino



superior tardiamente, e fala que “hoje em dia, se você não tem uma faculdade, você não é nada na vida, infelizmente”.

Ao ser indagada sobre os benefícios trazidos pelo Bolsa Família, e como este ajuda na educação dos filhos, é categórica ao dizer que “o Bolsa Família deles é pra pagar a escola deles, que eles estudam em particular. E o reforço por enquanto, enquanto eu estiver recebendo este dinheiro é pra pagar a escola deles”. Entende que é necessária uma educação de qualidade, mas vê a coisa pública como algo ruim, o que é uma tendência que estamos vivendo atualmente de negação da coisa pública e exaltação do privado, fruto do ideário neoliberal que veio a ser implementado no Brasil na década de 1990.

Esse padrão privilegia a mercantilização das políticas sociais, transferindo para o setor privado as responsabilidades do Estado quanto às políticas públicas, em detrimento do atendimento às necessidades como direito, e investe na cooptação das organizações e lutas das classes subalternas pela intensificação de programas eminentemente assistencialistas, mas que atendem, mesmo precariamente, as necessidades prementes das classes subalternas. (MOTA; AMARAL, 2016, p. 21).

Não é nosso objetivo aqui entrar no mérito dessa discussão, mas, ao observarmos a fala da mãe da seguinte maneira “A do meu filho [...], por ser uma escola particular é muito rigorosa. Os professores têm mais pulso, têm mais controle do que uma escola pública. A pública hoje, eu já acho mais difícil de se lutar, porque tem muita criança que não quer estudar”. Entendemos que essa concepção coaduna, mesmo que não seja a intenção da entrevistada, com o ideário neoliberal, que se funda na concepção de que as necessidades sociais não devem passar pela órbita do Estado; pelo contrário, é o mercado que deve atendê-las. E nisto se processa uma total precarização e um desmonte dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, pois na égide da financeirização os direitos não são vistos como perspectivas universais, mas, sim, individuais, onde cada um é responsável pela sua trajetória e já dispõe dos meios para concorrer entre si. Essa lógica financeira: [...] impõe mecanismos de ampliação da taxa de exploração via: políticas de gestão; “enxugamento de mão-de-obra; intensificação do trabalho e aumento da jornada sem correspondente aumento dos salários[...] (IAMAMOTO, 2008, p. 113-114)

Os direitos sociais, sob este pensamento, são derrubados e transformados em serviços, onde há compra e venda no mercado. A grande privatização neoliberal não é das empresas estatais, mas dos direitos transformados em serviços mercantis. A ideologia que irá guiar este processo de legitimação é a meritocracia, segundo a qual cada indivíduo se torna um investimento que a família faz, segundo o dicionário Oxford Advanced Learner’s

Dictionary (2005), a seguinte definição: “País ou sistema social onde as pessoas obtêm poder ou dinheiro com base em sua capacidade”.

Continuando nosso roteiro da entrevista, a mãe percebe que a estrutura da escola não é adequada, mas que, por ser particular, já se diferencia das demais escolas do município, por conta da autoridade dos professores e do alto nível de cobrança. Na sala do filho, estudam 23 alunos, e ela considera que são muitos para uma escola privada; já a sala da filha são em média 18 estudantes. A escola não conta com biblioteca própria, utilizando o equipamento público do município para as atividades que realizam. Além de não possuir biblioteca, a escola também não conta com sala de informática, e segundo a mãe isso não é interessante, pois entende que “o mundo é digital”, e que crianças e adolescentes devem ter formação nessa área, pelo menos básica.

Na escola onde as crianças estudam não existe uma quadra para realização das atividades de educação física, com isso, o ambiente privado acaba solicitando ao município o uso da quadra pública para realização das aulas práticas e eventos da escola. Reproduz-se aqui aquele entendimento do privado se apropriando do que é público, como historicamente se dá no país. Os alunos não têm acesso a aulas de artes na escola, e a merenda escolar deve ser comprada pelos responsáveis das crianças e adolescentes. A mãe entende que o lanche que ela compra não é saudável, “porque o menino hoje em dia quer uma bolacha, quer um refrigerante, um pastel e essas coisas não são saudáveis. Ele gosta muito de suco de caixinha, e eu não acho saudável. Por mais que eu faça da fruta, ele não quer muito”. E encerra a resposta dizendo que é interessante que haja merenda escolar nas escolas particulares.

A fim de analisar o corte geracional entre pais e filhos na trajetória escolar, no âmbito do Bolsa Família, perguntei à entrevistada se ela frequentou a escola, e até que idade. Ela concluiu o ensino médio, estando na escola até os 17 anos, e após um ano da conclusão ela engravidou, o que, segundo a mesma, retardou sua vida estudantil, por ter ficado sem dar continuidade aos estudos, então aos 27 anos iniciou uma graduação em educação física no ano de 2015. Ela recorda que na época em que estudava o fundamental e o médio, a escola era estadual, o que tinha de certa forma uma qualidade de ensino, e uma infraestrutura totalmente preservada e que estava à frente de muitas escolas municipais.

Percebe-se que, no discurso da entrevistada, a educação tem papel primordial na vida dos sujeitos, porém entende que o processo de relação aluno-professor é baseado na autoridade, incorporando o discurso da “educação bancária”, como diria Paulo Freire [11]. Numa perspectiva de emancipação, a educação não deve ser depositária, mas, sim, dialógica, numa relação em que o professor ensina e aprende com os alunos, assim estabelecendo uma

relação de práxis educativa: A participação do sujeito no processo de construção do conhecimento, com métodos novos em que alunos e professores, juntos fundamentando a relação dialógica -dialética entre educador e educando: ambos aprendem juntos. (FREIRE apud CAMPOS; REIS, 2006, p. 07).

Freire propõe que a relação aluno-professor não seja pautada em um processo depositário, em que o aluno positivamente incorpora o que é dito pelo professor e reproduz da mesma maneira. A educação deve ser um processo de descoberta, de significação: um ato de produção e reprodução. Ao tratar do processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, Marx entende que:

Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material, produzem, também, os princípios, as idéias e as categorias de acordo com suas relações sociais. Assim, estas idéias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios. (MARX, 1985, p. 106, grifo do original).

Nessa abordagem, a realidade é espaço de transformação, de questionamento sobre determinações postas. Ao se analisar as diferenças geracionais entre pais e filhos após a adoção do PBF, percebemos nitidamente como a autonomização dos sujeitos se faz presente, e sua realidade é modificada mesmo que minimamente através de uma renda complementar a mais.

Dando continuidade ao processo de entrevista, a mãe nos relata que, mesmo tendo parado a vida estudantil, ainda fez alguns cursos para aprimorar uma de suas alternativas para ganhar dinheiro. Além de trabalhar no comércio, e ser revendedora de uma empresa de cosméticos, também é cabelereira.

Pelas lembranças de sua própria infância, a entrevistada teve participação intensa nas atividades propostas em sua escola. Ao ser questionada sobre a participação dos seus pais na sua vida estudantil, afirma que: “Na verdade meu pais só achavam ruim, porque tudo no mundo eu queria estar dentro”. No seu entendimento, a escola em que estudava era menos violenta, e os alunos queriam realmente estudar. O percurso para a escola era feito a pé, levava em torno de quinze minutos, pois ia conversando com seus amigos na estrada. Recorda a biblioteca que estava à disposição, a alimentação que segundo ela “era boa a merenda, tinha o cardápio dos dias”.

Ao indagarmos sobre os seus sonhos quando era jovem, nos diz que sempre teve vontade de ter muito dinheiro e concluir uma faculdade “Ah, eu sonhava em ter bem muito dinheiro, vou dizer logo isso, terminar a faculdade e ser bem rica (risadas). Todo sonho de



uma pessoa é ter condições de se manter e manter a família”. Nessa fala, vemos o quanto a renda monetária individual tem impacto sobre vidas dos sujeitos; com ela “compramos” nossa independência de qualquer laço ou compromisso.

Uma das partes que mais chamaram atenção é que ela começou a trabalhar muito cedo, em torno dos nove anos de idade. Para ela, o trabalho não atrapalhava na vida estudantil: cuidava de casa, vendia lanche em uma outra escola no contraturno. Porém percebemos que isso atrapalhava sim, pois ela mesma avaliou que “No meu tempo era mais difícil”, pois era exaustiva jornada que levava.

As diferenças apontadas pela entrevistada entre a escola em que estudou para a dos filhos são de que antes havia mais autoridade, e hoje não haveria mais. “Os alunos não respeitam os professores”, essa é a percepção dela, por isso, buscou se distanciar dessa avaliação negativa, ressaltando nas suas respostas que os filhos estão em escola particular.

Perguntamos como ela se sente ao retornar para a vida estudantil e quais os impactos desse processo. Ela está concluindo a faculdade, e o próximo passo será procurar trabalho na área. Sente-se realizada ao estar no ensino superior, considera que hoje o acesso é mais abrangente e que “[...] hoje as pessoas só não estudam se não quiserem”. Apesar desse posicionamento, sabe-se que não é possível generalizar, pois muitos ainda estão desassistidos pela ação do Estado, muitos ainda têm seus direitos negados.

Por fim, ao tratarmos essencialmente da discussão do Bolsa Família como porta de acesso a uma renda mínima, que garanta os mínimos para a sobrevivência, ela avalia: “Ave Maria Demais! Foi a salvação de muita gente, assim pra quem realmente sabe o valor desse dinheiro”. A “salvação” está justamente no fato de que muitos indivíduos, não tinham acesso a uma renda mínima para complementar a sobrevivência, e a partir da implementação do PBF, o impacto foi imenso, exatamente por propiciar condições materiais que autonomizassem esses sujeitos. Para superação da miséria, faz-se necessário este critério de renda, a desigualdade de renda e riqueza em uma sociedade efetivamente piora as condições de vida daqueles que estão no extremo superior da escala social, corroborando com inúmeros efeitos negativos como o baixo nível de confiança entre os membros da sociedade, aumento de patologias, mortalidade infantil, diminuição da perspectiva de vida.

A entrevistada nos mostra como a educação é importante para a emancipação dos sujeitos, para melhoria da qualidade de vida, aumento do nível de confiança dos indivíduos e o principal que é a realização profissional, a partir de uma área de atuação, que colabore na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, respeitando as diferenças, e promovendo principalmente uma cultura pautada na defesa dos direitos humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão da pobreza é ampla, e na atual tendência tem sofrido inúmeros rebatimentos, como interpretações reducionistas e simplistas, que jogam sobre os indivíduos responsabilidades que não são suas, mas, sim, decorrência do sistema capitalista. A individualização exacerbada promovida pelo neoliberalismo incide sobre as políticas dessa maneira, focalizando as políticas sociais, que ficam cada vez mais seletivas, promovendo um verdadeiro caos de disputa entre os indivíduos.

No atual cenário de desregulamentação dos direitos, de adoção de uma agenda privatista, a educação tem sido o alvo desses ataques, é tanto que as universidades vêm sofrendo inúmeros contingenciamentos, com objetivo de sucatear a estrutura e entrega-las ao setor privado. É nesse contexto que percebemos cada vez mais que resistência, e a luta são ferramentas necessárias para garantir tudo que foi conquistado através da Constituição Federal de 1988. Estar presente na sociedade dentro de um marco efetivo, não é somente transitar e cumprir tarefas, mas é enxergar o papel social das instituições, perceber a gama de direitos conquistados, e lutar pela efetivação daqueles que ainda não estão incluídos neste processo. A educação é um direito inerente a dignidade da pessoa humana, sendo assim, o Estado tem o dever de prover as condições necessárias ao seu pleno exercício.

51

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Maria de Fátima; REIS, Saviana Matos. **Sendas de Freire: opresiones y emancipaciones em um nuevo paradigma de vida.** Disponível em <[https://www.academia.edu/3607192/Sendas\\_de\\_Freire\\_opresiones\\_resistencias\\_y\\_emancipaciones\\_en\\_un\\_nuevo\\_paradigma\\_de\\_vida](https://www.academia.edu/3607192/Sendas_de_Freire_opresiones_resistencias_y_emancipaciones_en_un_nuevo_paradigma_de_vida)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul – **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo, Cortez Editora, 2014.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-Estruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros.** Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/2012/03/16/entrevista-semi-estruturada-analise-de-objetivos-e-de-roteiros/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia.** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985. Disponível em: <[http://ciml.250x.com/archive/marx\\_engels/portuguese/marx\\_miseria-da-filosofia.pdf](http://ciml.250x.com/archive/marx_engels/portuguese/marx_miseria-da-filosofia.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MOTA, Ana Elisabeth. AMARAL, Angela. (Org) – **Cenários, contradições e peijas do**

serviço social brasileiro. São Paulo, Cortez Editora, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez Editora, 2011.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. Desenvolvimento desigual, “questão regional” e tendências contemporâneas. **Revista Educ. Foco**, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 239- 268, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/26036>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Módulo I - Pobreza e cidadania**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<http://avaced.ced.ce.gov.br/tw/ced/desigualdadem1u1c1.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.



## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO

Bárbara Cristina da Silva Brandão<sup>33</sup>  
Talita de Freitas Lima<sup>34</sup>  
Laís Layanne Cardoso Pinheiro<sup>35</sup>  
Tatiane Souza da Silva<sup>36</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>37</sup>

### RESUMO

Este artigo é resultado de análise documental e do levantamento bibliográfico de obras que abordam a temática da violência contra a mulher desde a contextualização das violações dentro de uma sociedade patriarcal até as conquistas de direitos. Deste modo, esse trabalho busca refletir sobre a política de assistência social voltada a proteção da mulher vítima de violência e das leis que as amparam. Ponderando, sobretudo a conjuntura na qual o país se encontra atualmente, um contexto de crise política, ética e de desmonte dos direitos da população. Assim, buscamos compreender de que forma as/os Assistentes Sociais – inseridos na política de Assistência Social – podem contribuir com a garantia e efetivação dos direitos das mulheres, uma vez que é indispensável pensar em políticas que visem não somente a prevenção e erradicação das violências sofridas pelas mulheres, mas que também visem a emancipação feminina.

**Palavras-chave:** Mulher. Patriarcado. Violência. Assistência Social.

53

### INTRODUÇÃO

A discussão a respeito da violência contra a mulher tem estado em pauta constantemente, haja visto o contexto histórico e social no qual nos encontramos, onde há o constante desmonte dos direitos outrora conquistados. É imprescindível o debate e a desestruturação desse pensamento machista que agora se faz tão explícito.

Destaca-se, que inúmeras foram as conquistas a partir das lutas feministas e muito já se avançou no reconhecimento dos direitos das mulheres, podemos exemplificar com as Políticas de Assistência e os equipamentos criados para o enfrentamento dessa violência e

<sup>33</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [barbara-brandao@hotmail.com](mailto:barbara-brandao@hotmail.com);

<sup>34</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [talitaafreitas87@gmail.com](mailto:talitaafreitas87@gmail.com);

<sup>35</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [laislayannecp@hotmail.com](mailto:laislayannecp@hotmail.com);

<sup>36</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [tatianesouza123456@gmail.com](mailto:tatianesouza123456@gmail.com);

<sup>37</sup> Professor orientador. Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [abricioico@hotmail.com](mailto:abricioico@hotmail.com).

para o atendimento as mulheres que já sofreram violações, embasadas no machismo e no patriarcado da ideologia capitalista da sociedade brasileira.

As mulheres sempre foram vistas como objetos, seja para uso sexual ou para servir ao “amo”. A estruturação de uma sociedade patriarcal torna natural que o homem seja visto como superior a mulher, tendo esta sido considerada por muito tempo como o “sexo frágil”. A luta feminista pauta que nunca fomos fracas, sensíveis e desprotegidas, somos culturalmente educadas para nos percebermos dessa forma. O desmonte de direitos, a misoginia que mostra esse governo obscurecido, tenta de todas as formas desacreditar a luta feminista.

Com base no exposto, este trabalho visa a reflexão, sobre: Como se deu/dá a ideologia patriarcal? Quais direitos já foram conquistados pelas mulheres? De que forma e quais leis garantem esse direito? De que forma a participação do Assistente Social responde as expectativas criadas para a sua atuação dentro dos equipamentos de proteção da Assistência Social?

Portanto, para que nos aproximemos de explicações e/ou resoluções para as ponderações aqui apresentadas, realizamos análise documental que abordam a política de Assistência Social no Brasil e a inserção do Assistente Social nos equipamentos de proteção e prevenção a violência contra a mulher, como Política Nacional de Assistência Social, Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a lei nº 13.104/15, Lei do feminicídio e a Lei Maria da Penha. Realizamos ainda, uma revisão de bibliografia que tratam das temáticas abordadas.

## **VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DO PATRIARCADO**

O Brasil é um país perigoso quando se trata do gênero feminino, isso não é dado fictício diante de falácias apontadas por homens que acreditam que as mulheres se vitimizam diante de inúmeras violências. De acordo com a revista *ÉPOCA*, edição de 2019, o Brasil é o quinto país com maior taxa de feminicídio do mundo, diante disso as violências são inúmeras, como apontamos a seguir:

Nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio. Dentro de casa, a situação não foi necessariamente melhor. Entre os casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico. Após sofrer uma violência, mais da metade das mulheres (52%) não denunciou o agressor ou procurou ajuda. Os dados são de um levantamento do Datafolha feito em fevereiro encomendada pela ONG Fórum Brasileiro de

Segurança Pública (FBSP) para avaliar o impacto da violência contra as mulheres no Brasil. (FRANCO, 2019, p. 01)

As principais justificativas se fundam a partir de bases intrínsecas na própria construção social e cultural brasileira, o patriarcado. Compreendemos por patriarcado o poder em que o gênero masculino exerce sobre o gênero feminino e da dominação desta nos espaços públicos e privados. Consideramos que essa submissão feminina é algo estrutural devido aos preconceitos engendrados no seio da sociedade brasileira, onde se há uma divisão de papéis e atitudes considerados pela sociedade como femininas e masculinos, popularmente conhecidos como “coisas de meninos” e “coisas de meninas”.

Assim, as características assimiladas ao masculino são de proteção, coragem, agressividade, enquanto as mulheres sempre com papéis de delicadeza, fragilidade, impotência. Para além de aspectos característicos, o patriarcado atinge dimensões macro, associado ao modo de produção capitalista, envolvendo aspectos ideológicos, sociais, econômicos, como aponta Tenorio

[...] é a partir da divisão sexual do trabalho que podemos identificar a articulação entre patriarcado e capitalismo, e como um retroalimenta o outro. A divisão sexual do trabalho é a forma de organização social das relações de trabalho entre homens e mulheres, tanto o trabalho produtivo, quanto o trabalho reprodutivo, este último só considerado como trabalho com a contribuição das análises feministas. (TENORIO, 2019, p.12)

55

Diante disso, a materialização do patriarcado, segundo a perspectiva materialista histórico dialética está na reprodução da cultura do machismo, em que os homens se apropriam dos direitos das mulheres, considerando-as incapaz de tomar suas próprias decisões, tratando-a como propriedade, o que nos leva a atrelar a ideia de objetificação do corpo da mulher, rejeitando sua autonomia.

[...] a atuação das mulheres foi objeto de vários ataques, principalmente por pretextos morais, porquanto predominava o pensamento arcaico de que as elas deveriam se dedicar ao gerenciamento dos lares e aos cuidados para com filhos e maridos. Essa ocorrência intensificou a luta feminista, que teve início no íntimo da Revolução Francesa e reivindicava condições de igualdade nessa sociedade e direitos que privilegiassem as diferenças entre homem e mulher. Foi em razão das pressões exercidas na textura do movimento feminista que as mulheres obtiveram algumas conquistas, estando entre elas o acesso ao mercado de trabalho. Lícito é ressaltar, porém, que esses direitos, apesar de conquistados, foram moldados de acordo com os interesses e são funcionais ao modo de produção capitalista. (DIAS; BARBOSA; LIMA, 2019, 100-101)

As lutas feministas sempre objetivaram um ideário de justiça social e de uma nova sociabilidade onde as mulheres possam viver sem medo. Logo, é irracional igualar o feminismo ao machismo, levando em consideração as desigualdades produzidas que



perpassam a vida da mulher, pensar desse modo nos leva a induzir uma nova violência, desconsiderando a luta feminista.

O movimento feminista destacou-se por denunciar casos de violência contra a mulher, dando luz a essa realidade que por muito tempo foi camuflada. A violência exercida dentro dos lares permanecia sem que ninguém fizesse nem dissesse nada, a prova disso é um ditado popular muito conhecido no Brasil, “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, ou seja, por muito tempo a sociedade brasileira apoiou e encobriu os maus tratos a população feminina. Vale-se salientar, que a mulher por se encontrar inserida nessa cultura machista e acaba muitas vezes o reproduzindo.

Exposto isso, a categoria violência é algo pertinente ao se discutir patriarcado. Devido às inúmeras violações vivenciadas pelas mulheres, seja ela psicológica, patrimonial, moral, física e sexual, e também devido a sua base material, que representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência. De acordo com Saffioti (2004, p. 57-58), o patriarcado:

1. não se trata de uma relação privada, mas civil;
2. dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição;
3. configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
4. tem uma base material;
5. corporifica-se;
6. representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

É válido destacar, que muito se foi conquistado devido as lutas feministas e o reconhecimento dos direitos das mulheres, exemplo disso são as políticas de Assistência e os equipamento criados para o enfrentamento dessa violência e para o atendimento as mulheres que já sofreram alguma dessas diversas violências, embasadas no machismo e no patriarcado da ideologia capitalista da sociedade brasileira.

As violências supracitadas podem ser classificadas em violência intrafamiliar ou violência doméstica, que ocorre no seio da família, onde as mulheres deveriam se sentir seguras; a violência no trabalho, que se manifestam através de assédios, agressões físicas, psicológicas e sociais; e a violência institucional, que ocorre quando os equipamentos não garantem o respeito e o atendimento adequado para essas vítimas.

Um exemplo disso é a falta de conhecimento ao contratar em grande maioria funcionários de sexo masculino para trabalhar em uma delegacia de defesa da mulher, que por vezes excluem e inferiorizam o sofrimento das mulheres que vão denunciar esses tipos de agressões. Assim, o pessoal responsável por essa importante instituição precisa ser treinado

permanentemente, para serem inseridas em um programa de transformação da cultura da força e da violência de gênero.

Portanto, compreendemos que a política de assistência social tem sido algo relevante no que diz respeito ao enfrentamento da violência contra mulher, buscando a implementação e a articulação de políticas que atendam as particularidades vivenciadas por mulheres violentadas. Para que haja efetivação do enfrentamento se faz necessário que a rede de equipamentos atue para a isso, como a saúde, a assistência social, segurança públicas, escolas, entre outros. O objetivo principal deve ser desconstruir ideários que fazem a mulher ser tida como sujeito inferior e para que esta compreenda que não pode ser culpabilizada por tal.

Dito isso, as políticas devem agir em um processo de prevenção das violações e de combate, através das normatizações legais e do cumprimento destas. O nosso principal foco é trazer a Política de Assistência Social e como esta vem agindo nessa problemática, esta devendo garantir o atendimento humanizado e qualificado para as mulheres em situação de violência através:

da criação de serviços especializados (Casas-Abrigo, Centros de Referência, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher); e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos Federal, Estadual/Distrital, Municipal e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento). Vale ressaltar que, para a consecução dos quatro eixos da Política, é fundamental o monitoramento das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, ou seja, a avaliação sistemática e o acompanhamento de todas as iniciativas desenvolvidas nas áreas de prevenção, combate à violência contra as mulheres; a assistência e garantia de direitos. (Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2011, p.27)

A política de assistência social como proteção social objetiva ações que proteja os indivíduos que estejam inseridos em ciclos de violações, buscando atender as suas necessidades individuais e coletivas. Para isso, a política de assistência social divide a proteção especial em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. (COUTO, 2012)

A Proteção Social Básica objetiva principalmente ações de prevenção dos sujeitos, buscando o fortalecimento dos vinculo familiares e comunitários. A proteção social especial abrange situações de média e alta complexidade, que é onde o objeto de pesquisa aqui apontado se torna inserido. (COUTO, 2012)

As ações desenvolvidas nessa esfera são traçadas para sujeitos que se encontram com seus direitos violados, como abandono, violência, perda de vínculos, entre outros. Os

indivíduos atendidos pela política de Proteção Social Especial, geralmente tiverem os seus vínculos familiares e comunitário rompidos. (COUTO, 2012)

Dessa forma, a política deve garantir seguranças diante as problemáticas vivenciada pelos usuários, assim como preconiza a política Nacional de Assistência Social:

Na PNAS 2004, as seguranças, a serem garantidas são: segurança de acolhida [...]; segurança social de renda [...]; segurança de convívio [...]; segurança de desenvolvimento da autonomia[...]; a segurança de benefícios materiais ou em pecúnia [...]. (COUTO, 2012, p.65-66)

É importante que ações realizadas para esse público violado, deve compreender a autonomia das mulheres (vítimas), buscando a equidades dos sujeitos, respeitando suas crenças, ideologias, cultura, objetivando que as diversas políticas atendam a esse público. Assim são diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres:

Garantir o cumprimento dos tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado Brasileiro relativos ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Reconhecer a violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica que expressa a opressão das mulheres e que precisa ser tratada como questão da segurança, justiça, educação, assistência social e saúde pública. Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual e o tráfico de mulheres. Implementar medidas preventivas nas políticas públicas, de maneira integrada e intersetorial nas áreas de saúde, educação, assistência, turismo, comunicação, cultura, direitos humanos e justiça. 33 Incentivar a formação e capacitação de profissionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres, em especial no que tange à assistência. Estruturar a Redes de Atendimento à mulher em situação de violência nos Estados, Municípios e Distrito Federal. (Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2011, p.32-33)

Por isso, é de extrema importância para o/a assistente social e para os demais profissionais que trabalham na criação, implantação e execução das políticas que combatem a violência contra a mulher. Bem como em respeito ao código de ética do Serviço Social que se coloca contra todo tipo de opressão e preconceito, desigualdade e exclusão social. Com isso, se faz necessário pensar em políticas que visem não somente a erradicação das violências sofridas pelas mulheres, mas que também visem a emancipação feminina.

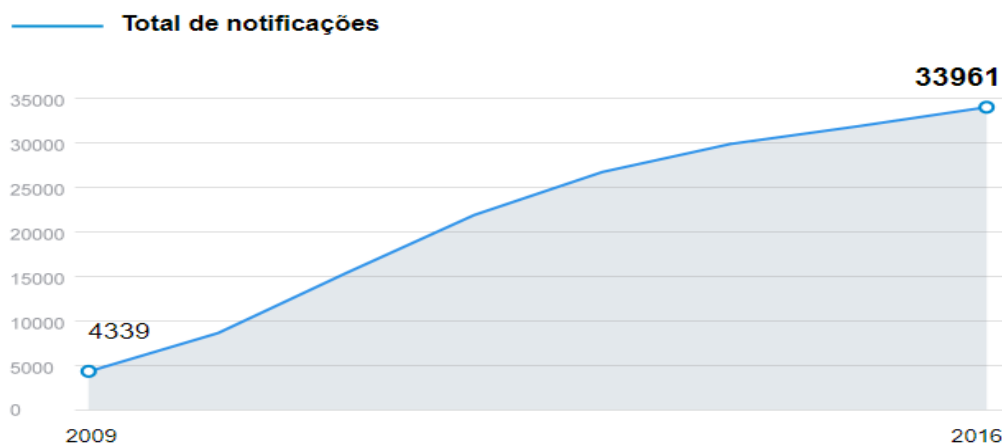
## **A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOB A ÓTICA DOS DESMONTES**

É notável que nos últimos anos houve um significativo avanço no quesito de informação sobre a violência contra a mulher. Muito se fala sobre os tipos de violência e como denunciá-las, mas ainda não conseguimos investir em respostas efetivas a essas



denúncias. Mesmo com tanta informação socializada, os números relacionados a esse tipo de violência só cresceram. Como podemos analisar nos gráficos a seguir:

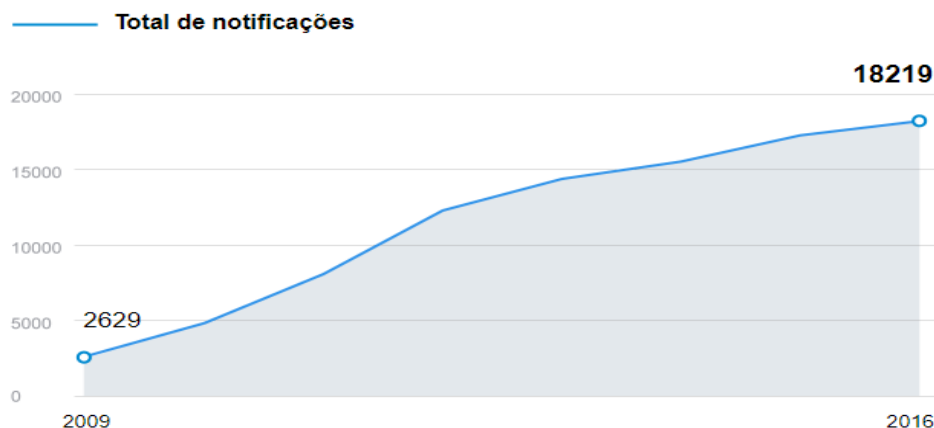
Gráfico 01 – Violência física por cônjuge ou namorado



Fonte: Ministério da saúde/SVS – Sistema de informação de Agravos de Notificação – Sinan NET

Entre 2009 e 2016 o número de notificações de violência física contra mulheres praticada por seus companheiros quadruplicou, segundo dados do Ministério da Saúde. O aumento da violência contra a mulher não se restringe apenas à física. Na lei Maria da Penha estão classificados outros tipos de violências como a patrimonial, a sexual, moral e psicológica. Entre esses outros tipo de violência os dados também são alarmantes, como exemplo de outra violação temos a violência psicológica, a qual sempre acompanha ou procede a violência física.

Gráfico 02 – Violência psicológica por cônjuge ou namorado



Fonte: Ministério da saúde/SVS – Sistema de informação de Agravos de Notificação – Sinan NET

Como resultado desse aumento da violência contra a mulher de uma forma geral, teremos também um significativo aumento nas taxas de feminicídio. De acordo com dados extraídos do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o feminicídio representam 29,6% dos homicídios dolosos contra mulheres em 2018. Foram registrados 1.151 casos em 2017 e 1206 em 2018, um aumento de 4% nos números totais.

Ainda segundo este mesmo anuário, 61% das vítimas são negras, em 81,8% dos casos o autor do crime foi o companheiro ou ex-companheiro, em relação a escolaridade 70,7% das vítimas tinham, no máximo, ensino fundamental e 65,6% dos casos tiveram a residência da vítima como local do crime.

A lei nº 13.104/15, Lei do feminicídio, se constituiu como um importante marco no que se refere à violência contra a mulher. Pois ao reconhecer a existência do feminicídio, o Estado brasileiro admiti a violência contra a mulher e a discriminação à condição de mulher (misoginia) como responsável por milhares de mortes de mulheres todos os anos. Mas ainda é preciso trabalhar na perspectiva de prevenção e enfrentamento a outros tipos de violações, pois quando o feminicídio acontece no âmbito doméstico, se apresenta já como resultado de outras series de violações que a mulher vem sofrendo na vida afetiva.

A lei Maria da Penha abrange várias questões como prevenção, medidas protetivas e trabalho com autores de violência. Porém, seu grande desafio é a efetivação, fazer com que essas ações sejam executadas em rede é um grande obstáculo.

A responsabilização dos agressores através de leis mais severas não deixa de ser uma importante conquista, porém, punir não está salvando a vida das mulheres. É necessário mais que apenas punir, é preciso prevenir. Esse debate de prevenção tem partir da base, lá na educação infantil, através de processos pedagógicos de reflexão acerca dos vários condicionantes da violência contra a mulher como o patriarcado e o machismo. Faz necessário debater igualdade de gênero e a múltiplas facetas da violência e suas manifestações.

Uma das grandes barreiras do enfrentamento à violência contra a mulher em nosso país trata-se de ser uma questão cultural. Por isso, a temática necessita ser abordada na perspectiva da prevenção. As várias legislações que temos são muito válidas, mas por si só não resolvem o problema, pois se tratando de uma questão cultural vai continuar se perpetuando, uma criança que ver o pai espancar ou humilhar a mãe, por exemplo, vai reproduzir esse comportamento e o ciclo nunca irá se romper.

Entretanto, apesar dos alarmantes números que nos mostram como a violência contra a mulher ainda é uma situação rotineira em nosso país, ao invés de se estarem investindo em políticas públicas, como acolhimentos institucionalizados para mulheres vítimas de violência

doméstica, considerando que significativa parcela das vítimas se submetem a permanecer junto ao agressor por falta de condições financeiras, as pautas trazidas em debate no atual governo são de total descaso com a população, e principalmente com os que mais necessitam de assistência.

Na atual conjuntura, de exorbitante aumento da violência, de uma forma geral, o governo traz em pauta decretos como o de nº 9.845 que flexibiliza o porte de armas de fogo. Para a violência contra a mulher isso representa mais descaso e maior número de feminicídios, considerando que, como vimos nos dados apresentados, a maioria dos agressores são pessoas próximas da vítima.

Essas mulheres, encurraladas pelo medo e a constante ameaça do seu agressor portando uma arma de fogo terão maior dificuldade em denunciar e procurar os equipamentos de referência para que sejam tomadas as devidas providências e efetivados os acompanhamentos necessário. Isso se constitui um enorme desafio para a rede de enfrentamento e prevenção à violência contra a mulher.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta análise foi possível perceber que grande parte das vítimas de violência doméstica não conseguem denunciar seu agressor, uma vez que em sua maioria trata-se do próprio companheiro. Faz-se necessário destacar que quando falamos de violência contra mulher, esta não se restringe apenas as relações amorosas, pois a lei deixa claro que esta pode ser aplicada em qualquer indivíduo que conviva com a vítima. Assim, pai, irmão, tio, cunhado entre outros, também responderão por suas agressões. É preciso enfatizar ainda que, a lei protege todas as mulheres independente de orientação sexual, isto é, a lei proteja as mulheres sem fazer nenhuma distinção se ela se encontra em uma relação hétero ou homoafetiva.

Observou-se que, algumas mulheres acabam preferindo não denunciar as agressões por se sentirem sozinhas, pois mesmo com as leis que lhe dão garantia de proteção, falta que o Estado aplique de maneira mais eficaz. Muitas dessas mulheres dependem de seus agressores financeira e emocionalmente, o que torna a situação ainda mais complicada pois a vítima na maioria das vezes não tem para onde ir.

Logo, a intervenção do profissional de Serviço Social se faz indispensável no combate a violência contra a mulher, desde a garantia de seus direitos ao atendimento nos equipamentos de proteção a mulher. Sabe-se que os desafios postos a área da assistência são inúmeros, mas cabe ao Assistente Social buscar alternativas para que possa atuar.



Diante do exposto, fica evidente a necessidade de ampliação das políticas de proteção a mulher, partindo da efetivação de seus direitos à implantação de novos equipamentos e casas que possam vir a acolher as usuárias. Assim, é dever do Assistente Social estando sempre pautado pelo Código de Ética da Profissão lutar pela garantia de direitos mesmo diante dessa retomada de ideários conservadores e neoliberais, pois de acordo com Yamamoto (2006, p.12), a profissão do Serviço Social exige para o seu exercício um profissional que tenha capacidade “para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais”.

## REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

COUTO, Berenice Rojas. **O sistema único de assistência social no Brasil**: uma realidade em movimento/ (orgs.) Berenice Rojas Couto... [et al.]. – 3.ed ver. E atual – São Paulo: Cortez, 2012.

DIAS. CiceraYanka.S; BARBOSA. John M; LIMA. Talita F. Sexualidade e Métodos Contraceptivos na Adolescência. *In Adolescência para a vida: diálogos e vivências / organizado por Adriana Alves da Silva, Elenilce Gomes de Oliveira, Jerciano Pinheiro Feijó, Myrlla Alves de Oliveira.* – Fortaleza: Edições UFC, 2019. p. 97 – 114.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, ano 13, 2019. ISSN 1983-7364. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf> Acesso em: 04 de dezembro de 2019.

FRANCO, Luiza. **Violência contra mulher**: Novos dados mostram que ‘não há lugar seguro no Brasil’. BBC News Brasil. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503> Acesso em: 03/12/2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

LIBÓRIO, Bárbara. **A violência contra a mulher no Brasil em cinco gráficos**. Revista Época. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/a-violencia-contra-mulher-no-brasil-em-cinco-graficos-23506457> Acesso em: 03/12/2019.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à**

**Violência Contra as Mulheres.** Brasília-DF, 2011. Disponível em:  
<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres> Acesso em: 03/12/2019.

Tenorio, Emilly Marques. **Machismo - Assistente no combate ao preconceito.** CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Brasília-DF, 2019. Disponível em:  
<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno06-Machismo-Site.pdf> Acesso em: 03/12/2019.

## O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: DESENVOLVIMENTO E A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE A SUA MATERIALIZAÇÃO

Camila dos Santos Lima<sup>38</sup>  
Antonio Vinícios Alves Costa<sup>39</sup>  
Analice Souza dos Santos<sup>40</sup>  
Márcia Pereira Ferreira<sup>41</sup>  
Maria Fabiane de Souza Oliveira<sup>42</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>43</sup>

**Resumo:** Dentro de um Estado cuja democracia se faz presente, se torna intrínseca o acesso a direitos que objetivam o bem-estar do cidadão, como o acesso a benefícios essenciais para a sua atual condição de vida. Levando em consideração a importância de tais benefícios, é que este presente artigo apresentará em suas páginas relevantes informações e análises sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este como um direito que está contido na Constituição Federal e que vem sofrendo diversos acometimentos. Um dos principais papéis do BPC é possibilitar ao idoso o direito de envelhecer com qualidade, como também oportunizar as pessoas com deficiência ou incapacidade de exercer alguma atividade laborativa o direito de ser assegurado. Será tratado através de uma síntese, o contexto nacional, ou seja, o percurso seguido até a criação do BPC. Inicia-se com a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS n° 8.742, que impõe uma forma de assegurar financeiramente os idosos que não contribuíram com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e pessoas que por algum impedimento relacionado à saúde ou incapacidade física não possam exercer atividade remunerada, assegurando assim o BPC. Será relatado o papel da política de assistência, as mudanças ocorridas nos benefícios para a pessoa idosa e para pessoa com deficiência entre os anos de 2003 e 2004, como também a situação do BPC na atual conjuntura, os seus cortes e monitoramentos, e o (des)serviço do Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – como principal mediador de acesso ao BPC.

64

**Palavras-chave:** Benefício de Prestação Continuada. Serviço Social. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). INSS.

### INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 representa um marco importante na história do Brasil ao promover a ampliação das liberdades civis e assegurar direitos e garantias fundamentais ao cidadão, garantindo a democracia que fora anulada no período anterior. Somando-se a isso a

<sup>38</sup>Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, kamila\_sod@hotmail.com

<sup>39</sup>Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, alvesvinicios27@gmail.com

<sup>40</sup>Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, santosaninha249@gmail.com

<sup>41</sup>Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, marciapereira18@outlook.com

<sup>42</sup>Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, fabisoliver22@outlook.com

<sup>43</sup> Professor Orientador: Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, e-mail: fabricioico@hotmail.com



Constituição estabelece o Sistema de Seguridade Social, com seu conceito de previdência social para os trabalhadores contribuem, universalizando a saúde e definindo a assistência social para quem dela necessitar. Contamos com a definição de Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado, e dentre seus objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária (BRASIL, 1993).

Em 1993, outro marco é atingido com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, nº 8.742, que entra em vigor com o objetivo de amparar as pessoas que estão à margem da sociedade e que não possuem condições de prover seu sustento ou que não podem contar com o auxílio da família. A partir disso é necessário voltar a Constituição e reconhecer em seu artigo 203, V, termos previsto “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida pela sua família”. Esse benefício assistencial é chamado Benefício de Prestação Continuada (BPC) e atualmente está incluindo no Sistema Único de Assistência Social, criado em 2005, na sua dimensão de proteção social básica, que prevê a oferta de serviços sociais que incluam beneficiários do BPC, com o objetivo de proporcionar bem-estar, integração e participação social para eles. O Benefício de Prestação Continuada é ofertado para os idosos a partir dos 65 anos – e as pessoas com deficiência, ocorre desde que comprovem renda familiar per capita inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo; desde beneficiários com deficiência precisam comprovar também “incapacidade para a vida independente” (BRASIL, 2018).

Dessa maneira, este artigo tem como objetivo realizar uma discussão acerca do Benefício de Prestação Continuada, baseando-se nas leis e bibliografias disponíveis como também realizando pesquisas em artigos que debatem sobre o tema em questão, buscando entender como esse benefício se expressa como direito ao cidadão, a atual perspectiva de acesso e os limites encontrados pelos assistentes sociais frente a atual conjuntura brasileira – já que estes profissionais atuam na mediação do acesso ao BPC no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

## **A CONSTRUÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – PBC NO PLANO DAS LEGISLAÇÕES**

Na década de 80, em decorrência do processo de democratização do Brasil, a partir do aumento e da fortificação dos movimentos sociais da classe trabalhadora em busca da garantia de direitos somado ao impacto causado na economia brasileira pela dívida externa extrapolada na ditadura militar, o modelo de Seguridade Social é aprovado na Constituição Federal ao mesmo tempo em que nasce dentro de um período de crise que se expressa de forma árdua nos anos 90. Apesar desse contexto contraditório, após o fim da Ditadura Militar (1964-1985) um conjunto de discussões e assembleias foram realizadas, dando-se a criação da Constituição Federal de 1988, em que nesta, a assistência social está prevista nos Artigos 203 e 204. A Constituição Federal, vem com a perspectiva de garantir aos cidadãos e cidadãs brasileiros e consolidação dos direitos mínimos básicos.

Contudo, devido a influência neoliberal e impulsionamento do mercado, ocorre a retração de inúmeros direitos previstos na constituição, dentre eles vale destacar o Benefício de Prestação Continuada – BPC, onde as políticas públicas sofreram grandes ataques e reduções, com a prerrogativa de redução de gastos do Estado. Somente em 1993, ocorre a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, com o objetivo de assegurar e organizar o estabelecimento do BPC, designado nos Artigos 21 e 22. Porém sua configuração ocorre a partir de critérios de concessão altamente rígidos e seletivos, como a comprovação da incapacidade de viver de forma independente e de não exercer atividades laborativas, como a idade mínima para idosos de setenta anos para a concessão do benefício, e renda per capita de até um quarto do salário mínimo vigente com revisão a cada dois anos, que irão limitar o acesso ao benefício de muitos e muitas indivíduos.

Somente em 1996, a partir do Decreto nº 1.744, de 8 de dezembro de 1995, esse direito tem sua concessão estabelecida de forma efetiva. Onde passa a ser operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgão responsável pela previdência social. Exatamente neste ponto que se estabelece uma característica marcante do BPC, pois esta passa a estar entre duas políticas da seguridade social, a assistência social e a previdência social. Todavia, enfatizamos que o BPC não é um direito previdenciário – apesar da sua inserção na operacionalização do INSS – ele é um benefício assistencial.

No INSS sua presença se estabelece de forma incômoda, pois esta refere-se à uma política da seguridade social que possui sua característica principal de contribuição, teve seus avanços a partir da privatização e da lógica do capital, onde oferta benefícios a quem trabalha ou contribui individualmente – tendo em vista a lógica do seguro resguardada nesta política –, contudo o BPC configura-se como um benefício que não necessita de contribuição, sendo considerado um “ponto fora da curva” ao que é estabelecido no INSS.

O BPC foi assegurado pela Lei 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS), tratando-se de um processo caracterizado a partir de diversas discussões e conflitos, onde havia críticas sobre a imprecisão da sua instauração entre a previdência e assistência, como também da provável redução de inserção no trabalho formal, havendo assim o receio de que muitos aderissem à previdência pelo trabalho informal, já que não precisariam contribuir para obter um benefício quando idosos.

Mas vale ressaltar que a inserção no trabalho informal não ocorre por opção, mas sim por imposição da configuração da sociedade capitalista, que causa o acirramento das desigualdades sociais. Desta forma, a lógica capitalista teve grande participação nas discussões para o estabelecimento da LOAS, e para Stopa (2019) os programas, benefícios e serviços têm uma abordagem compensatória e focalizada, e o BPC foi assegurado sob essa perspectiva.

Isso se torna mais evidente após o Decreto nº 1.744/95, que operacionalizou o BPC, causou um maior acirramento das exigências, além da comprovação de renda inferior a um quarto do salário mínimo, do indivíduo não possuir renda para sua subsistência, e a averiguação pelos médicos do INSS do laudo emitido pelo Sistema Único de Saúde – SUS, em relação as pessoas com deficiência. Tal decreto também autorizou a averiguação feita pelo INSS sobre a renda dos requerentes, sendo isto feito em conjunto com a assistência e também com abordagens feitas até com vizinhos dos beneficiários, com a finalidade de descobrir se as informações repassadas pelo requerente do benefício e sua família realmente estariam aptos a adentrar nesse programa de transferência de renda.

Todavia, no ano de 1998, ocorreram avanços, ainda como consequência do Decreto nº 1.744/95, como a redução de idade dos idosos para concessão do benefício, passando de setenta anos para sessenta e sete, e no ano 2000 a mesma idade seria reduzida novamente para sessenta e cinco anos, contudo, a segunda redução não ocorreu devido a Lei n. 9.720 de 1998<sup>44</sup>, que definiu que a idade mínima continuaria sendo sessenta e sete anos.

Somente em 2003, com a aprovação da Lei nº 10.741, que estabeleceu o Estatuto do Idoso<sup>45</sup>, a idade mínima para concessão do benefício foi definitivamente reduzida para sessenta e cinco anos, mesmo que segundo o Estatuto, “idoso é aquele com idade igual ou superior a sessenta anos”. Isto determinou um crescente número de benefícios concedidos a partir de 2004, quando essas mudanças entraram em vigor.

---

<sup>44</sup> Ementa que dispõe sobre a organização da assistência social, e dá outras providências.

<sup>45</sup> Lei Orgânica Brasileira que tem como intuito, assegurar os direitos referentes a pessoa com sessenta anos ou mais. Onde responsabiliza a família, a comunidade, a sociedade e o poder público em garantir tais direitos.



No que se refere a abrangência do BPC para a pessoa com deficiência, se estabelece diversos debates sobre o critério para definição de deficiência. Na LOAS (1993), o conceito estabelecido para a concessão do benefício está definido como “a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho”. Seguindo a linha já apresentada de limitação do acesso aos benefícios, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, vai tratar sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência<sup>46</sup>, trazendo no seu texto, a definição de incapacidade, baseada em um viés focalizado, que consiste em “Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

Contudo, ocorreram consideráveis avanços referentes ao conceito de incapacidade, que se deram a partir de diversas lutas, onde vale registrar a conquista referente ao Decreto nº 6.214/07, que se deu voltada para a avaliação do mesmo, envolvendo o grau de incapacidade e da deficiência, tendo como embasamento a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), sendo elaborada e designada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2001, onde atua:

[...] complementando o disposto no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, conceitua incapacidade como fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social.

Desta forma, esse decreto apresentou um novo viés referente a compreensão da pessoa com deficiência, mesmo que ainda tenha no seu texto, diversos traços do conceito de incapacidade presente na LOAS (1993).

O BPC constitui-se no repasse mensal de um salário mínimo a pessoa idosa com 65 anos ou mais e a pessoa com deficiência de qualquer idade e que tenha renda familiar per capita inferior a ¼ de salário mínimo. Esse benefício busca a garantia dos direitos que já são previstos pela Constituição Federal de 1988, porém, por diversos fatores sociais, econômicos, culturais entre outros, acabam não sendo acessados e/ou utilizados por uma parcela da sociedade brasileira, que irão vivenciar uma situação de vulnerabilidade cada vez mais presente em seu cotidiano. (BRASIL, 2018)

<sup>46</sup> Segundo o Artigo 1º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

O BPC foi instituído pela CF 88, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, mas somente foi implementado em 1996. Todavia, ao longo dos anos este benefício tem sofrido diversos processos de aperfeiçoamento, de modificações que vão atingir tanto aos beneficiários como aos seus familiares, uma vez que, a dinâmica familiar desses usuários em sua maioria possuem apenas esse benefício para se manterem, assim como vai atingir também aos profissionais da assistência social, que atuam diretamente junto a concessão deste benefício.

## **A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE A MATERIALIZAÇÃO DO BPC**

É a política de assistência social que tem uma relevante participação para que o usuário tenha acesso ao benefício, visto que é o profissional assistente social quem realiza o acolhimento do requerente; quem faz as devidas orientações para que seja feito o requerimento do benefício; é ele quem auxilia acerca da inserção do usuário no Cadastro Único; quem realiza os encaminhamentos dos usuários as demais instituições socioassistenciais, onde passaram a participar dos serviços e programas disponibilizados nos mesmos; encaminhamentos para outras políticas (saúde, educação, cultura etc.), realizar o acompanhamento dos usuários que apresentam um maior e risco pessoal e social; além de promover a divulgação desse benefício no território de sua atuação.

Vale salientar que os equipamentos que vão ter como atribuição, segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), em ofertar a inclusão desse usuário ao acesso a esse benefício de transferência de renda são o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e também o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde o primeiro deverá orientar a pessoa idosa e a pessoa com deficiência em como ter acesso ao benefício, realizar o acompanhamento desses usuários, focando sempre na sua autonomia e em seus direitos como cidadão. O segundo equipamento da assistência citado, pode auxiliar na garantia de direitos a esses usuários que se mostram com direitos violados e que devem ser encaminhados para o recebimento do BPC e/ou que já recebem o benefício, mas não usufruem do mesmo, pois alguém o mantém retido sobre seus próprios interesses e acabam violando os direitos desse idoso ou da pessoa com deficiência.

## A DESESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) E AS IMPLICAÇÕES NO ACESSO AO BPC

Há diversos aspectos a serem vistos, quando falamos do Serviço Social no campo da previdência social, onde o mesmo, atuará frente ao antagonismo da garantia dos direitos e aos interesses financeiros que se apresentam na esfera capitalista do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Devemos compreender que essa realidade da atuação profissional do assistente social no âmbito da previdência, ocorre através dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, que se tornaram determinantes para a efetivação dos direitos sociais e trabalhistas na conjuntura em que se fazia presente, passando a assistência social juntamente com a previdência social e a saúde a compor o que chamamos de Seguridade Social, estabelecendo assim a percepção de que os direitos devem ser garantidos pelo Estado e não como uma ação de paternalismo e/ou favor.

Depois de passados 96 anos de Previdência Social – considerando o seu nascimento em 1923 com a Lei Eloy Chaves que funda as Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAPS, vamos nós deparar com uma realidade de retrocessos e de impactos negativos tanto ao profissional do Serviço Social, que atua no campo da previdência, como aos usuários dessa política social. O país vive atualmente uma conjuntura histórica de conservadorismo eminente, bem como de retrocessos de direitos trabalhistas, sociais, na educação entre outros – tendo em vista a ofensiva neoliberal – esses retrocessos impactam diretamente nas classes sociais mais vulneráveis economicamente e socialmente, que já vivem em situações precárias de vida; de acesso a direitos constitucionais não tão presentes em sua realidade, e que através da previdência em parceria com a assistência social, conseguem ter acesso a informações e/ou acesso a programas e serviços de transferência de renda, para garantir uma renda a sua família e suprir algumas das necessidades básicas que se apresentam moradia, educação, alimentação, saúde.

Contudo, em 2019 presenciamos um golpe ao Serviço Social na previdência. A Medida Provisória 905/19, que prevê a extinção do Serviço Social no âmbito do INSS, uma vez que esse serviço previdenciário visava o atendimento aos usuários que recorriam ao INSS para buscar informações ou ter acesso a algum tipo de serviço que se caracterizava como direito, à pessoas idosas, pessoas com deficiência e demais que buscassem outros tipos de serviços disponibilizados pela instituição, e que presenciavam dificuldades em compreender algumas legislações e até mesmo na utilização de equipamentos digitais que se fazem cada



vez mais presentes nas instituições. Contudo, não observamos uma surpresa nessa medida, construída por um governo que diariamente realiza um desmonte dos direitos sociais e que não compreende as desigualdades sociais como uma materialização do sistema capitalista, que se torna benéfico para uma minoria da população e um martírio para uma grande parcela da sociedade brasileira, que vive em situações de informalidade e degradantes de vida. Sobre o Serviço Social no INSS, enfatizamos que:

[...] o Serviço Social previdenciário é concebido como assistência complementar, de “máxima importância para o futuro da previdência social” e de “magna repercussão no sentido da individualização do benefício, meta a que precisa atingir a previdência social, a fim de poder prestar, de modo verdadeiramente eficiente, seu decidido apoio à solução dos relevantes problemas dos desajustamentos sociais, que assoberbam a sociedade contemporânea e, em particular, o Brasil (CABRAL, 2011. p.21).

Os assistentes sociais que atuam no INSS, buscam garantir os direitos da classe trabalhadora e se opõem ao que estabelece os interesses da classe burguesa, sofrendo diariamente com embates de interesse, de desmonte das políticas sociais e do próprio INSS, que se apresenta com um viés financeiro e burocrático. A medida provisória, acaba que retirando esses profissionais de suas reais competências e atribuições, causando um dano tanto aos profissionais que perderam um campo de atuação de garantia de direitos aos usuários – conquistado através da luta histórica –, como também a redução de profissionais nesses equipamentos e contrariamente, um aumento das demandas que se apresentam aos que já estão trabalhando na área, assim como a ausência de concursos para profissionais especializados e críticos acerca da realidade vivenciada por cidadãos e cidadãs, para atuarem nessa área. Também trará – sobretudo – impactos aos usuários, que não terão acesso a informações e orientações de direitos e a benefícios, e de fato precisam ter que pagar por um serviço de orientação ofertado por outros profissionais liberais, como advogados – por exemplo – por consequência de um serviço que era público e foi extinto da instituição, entre outros, e que por um desmonte dos direitos sociais, vem sofrendo com o acirramento das expressões da questão social.

Por fim, percebemos o quão necessário é a presença do Serviço Social junto a previdência, de modo a proporcionar o acesso da classe trabalhadora aos serviços oferecidos pela instituição, principalmente na atual conjuntura de retrocessos trabalhistas e sociais, que expõem a necessidade das pessoas em buscarem, principalmente o benefício de prestação continuada- BPC, como forma de garantir a sobrevivência de sua família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos argumentos, problematizações e discussões expostos acerca do BPC nos traz até aqui uma análise crítica, para todo o seu processo de construção e suas modificações ao longo dos anos, de tal forma cabe ressaltar a importância da categoria profissional do Serviço Social para a garantia e permanência do programa, com a finalidade de amenizar os impactos socioeconômicos as pessoas idosas ou que possua alguma doença que impossibilite as suas atividades, não podendo assim gerar sua própria renda para sua sobrevivência.

Os dados expostos até aqui, traz a dimensão da luta e o processo evolutivo das leis regulamentadoras trazidas pela LOAS, e dos profissionais a qual desempenha um papel expressivo. Mesmo o BPC, sendo altamente focalizado, e burocrático, depois de 2004, com as mudanças previstas pelo Estatuto do Idoso, teve um aumento significativo de beneficiários acessando o BPC. Portanto esse trabalho tem o cunho investigativo e construtivo do processo de uma política pública que assegura a sobrevivência de uma grande quantidade de pessoas, no intuito de adquirir a dimensão teórico crítico para se respaldar a respeito da história do Serviço Social como base decisiva nas grandes conquistas sociais.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Madalena Martins; SILVA, Maria Ozanira da Silva E. O Benefício de Prestação Continuada – BPC: desvendando suas contradições e significados. **Ser Social**, n. 12. 2003.

BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Dispões sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. DOU, Brasília, DF. Disponível em:  
<https://www.planalto.gov.br/ccivil.03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 29/11/2019.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) Anotada**. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória 905**, extingue o Serviço Social Previdenciário. Disponível em:  
<https://cressgoias.org.br/noticias/663-medida-provisoria-905-extingue-servico-social-previdenciario>. Acesso em: 25/11/2019.

BRASIL. **O Benefício de Prestação Continuada – BPC, Guia para Técnicos e Gestores da Assistência Social**. 2018.



IFce

I Seminário de Política Social e Serviço Social  
do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu

17 à 18 de dezembro de 2019  
Unidade Cajazeiras



PAULA, Tatiana Pimentel de; MACHADO, Ana Karina da Cruz. **Benefício de prestação continuada (BPC) e a proposta de emenda constitucional (PEC) nº 287/2016.** VI Congresso Internacional de Envelhecimento Humano. 2019.

STOPA, Roberta. O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada (BPC): o penoso caminho para o acesso. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: 2019.



## UMA ANÁLISE ACERCA DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Jussara Maria de Souza Silva Marte<sup>47</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>48</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir e analisar – introdutoriamente – as problemáticas da atuação do Assistente Social frente a operacionalização do Programa Bolsa Família, problematizando as dificuldades impostas nesse programa e as suas implicações para os princípios que orientam o projeto ético-político da profissão. Recorre-se a uma pesquisa bibliográfica e opta-se pelo materialismo histórico-dialético para apreender e compreender a realidade deste objeto na particularidade brasileira. Consideramos ser importante compreender a natureza dos programas de transferência de renda no Brasil, sua importância para a população atendida, bem como, as implicações que este causa ao Assistente Social enquanto gestor – já que sua natureza possuiu uma relação intrínseca com as contradições desta sociedade marcada pela desigualdade social.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Pobreza. Assistente Social.

74

### INTRODUÇÃO

Este artigo surge como parte da pesquisa – do trabalho de conclusão de curso, em construção – tendo em vista o interesse e a inquietação de pesquisar o Programa Bolsa Família e a atuação do Assistente Social enquanto gestor desse Programa, pela busca de entender melhor a atuação profissional do Assistente Social nesses programas contemporâneas, levando em consideração o fato de que os próprios profissionais ao assumirem a gestão do Programa encontram algumas dificuldades em entender as atribuições exigidas na execução do mesmo<sup>49</sup>.

<sup>47</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [jusjussecretaria@hotmail.com](mailto:jusjussecretaria@hotmail.com);

<sup>48</sup> Professor orientador. Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [fabricioico@hotmail.com](mailto:fabricioico@hotmail.com).

<sup>49</sup> As aproximações com o objeto de pesquisa se deram através das discussões teóricas, a partir das leituras realizadas sobre a temática e da participação em seminários, palestras e encontros, direcionados a essa temática, como também a partir do Estágio Supervisionado I e II, que se deu na Secretaria do Trabalho e Assistência Social no Programa Bolsa Família do Município de Cedro-CE.

A observação que desenvolvemos no campo de estágio<sup>50</sup> durante os atendimentos de demanda espontânea, como também as visitas domiciliares realizadas, nos leva a refletir sobre o âmbito de intervenção profissional, pelas atribuições que lhes são impostas, através da reflexão a partir desse contato direto do Assistente Social com o público beneficiário do programa.

Como sabemos, a atuação do Assistente Social como profissão surge como forma de apaziguar as relações sociais que advinham de conflitos sociais, políticos e econômicos no âmago das relações sociais da sociedade capitalista mediadas através do Estado – e que no Brasil se dá a partir da década de 40. Para entender a importância deste debate – incluindo o trabalho do Assistente Social nesses novos espaços de atuação – é importante desvendar como este programa foi se constituindo ao longo do processo de construção das políticas de transferência de renda no Brasil, portanto, recorre-se a uma pesquisa bibliográfica e opta-se pelo materialismo histórico-dialético para apreender e compreender a realidade deste objeto na particularidade brasileira. Recorre-se ainda a um breve levantamento de dados por fontes secundárias em documentos, bem como, opta-se pelo uso observação simples.

Portanto, o objetivo deste artigo é discutir e analisar – introdutoriamente – as problemáticas da atuação do Assistente Social frente a operacionalização do Programa Bolsa Família, problematizando as dificuldades impostas nesse programa e as suas implicações para os princípios que orientam o projeto ético-político da profissão, problematizando ainda as dificuldades impostas nesse programa e as suas implicações para a autonomia relativa do Assistente Social. Considera-se ainda, de suma importância problematizar a atuação frente a este programa e os princípios ético-políticos como orientador da profissão frente aos parâmetros impostos neste programa, daí a importância do debate mediante a rotina vivenciada no Programa Bolsa Família.

## **OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA: UM OLHA CRÍTICA SOBRE A SUA FORMAÇÃO E AS INFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL**

A partir de análises históricas das relações sociais no modo de produção capitalista, percebe-se que a “questão social” está diretamente relacionada aos processos de exploração do trabalho, assim, surgem confrontos e embates através de ações reivindicatórias dos

---

<sup>50</sup> O campo de Estágio é o espaço que se destina a formação profissional que proporciona a identificação do recorte didático metodológico mediante a ação do supervisor de campo, identificando dificuldades operacionais na ação profissional quanto ao projeto ético político do Serviço Social cuja sustentação se dá na apropriação do conhecimento científico e na defesa da cidadania.

trabalhadores, mobilizações feitas pelo movimento operário, pressão social frente aos empregadores e ao Estado, essa organização são por melhorias e respostas as várias questões que afetavam a sociedade, já que essa pressão dos trabalhadores se configura como uma ameaça à ordem burguesa estabelecida.

Neste sentido, O Estado desenvolve estratégias e ações para evitar possíveis desgastes na relação com setores afetados, porém ele transforma a “questão social” em problemas sociais – tratando-a de forma particionada – e prefere resolver a situação de maneira não efetiva, com práticas assistencialistas de benemerência, direcionando assim a sociedade a solidariedade e a caridade humana. Partindo desse contexto é que o Serviço Social surge enquanto profissão, incorporado a atividades filantrópicas de intervenção tecnicista, colocada para atuar no controle das massas.

No Brasil, passamos por um processo de reconstrução do Estado Democrático de Direito, a partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, aprovada em cinco de outubro, nela inscreve-se um dos maiores avanços para a classe trabalhadora: a Seguridade Social, que tem como tripé: a saúde, a assistência e a previdência, precursora de avanços na área social. Assim, a Seguridade Social está descrita:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Como também a regulamentação Política de Assistência Social através dos artigos: Art.203: A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social; Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes. (BRASIL, 2003, p. 193).

76

A Seguridade tem como parâmetro os direitos sociais e assume a função de garantir as necessidades básicas para a reprodução dos trabalhadores. A seguridade Social – apesar de ser uma expressão tardia das conquistas progressistas – é consequência da consolidação do Estado Social, que no pós-guerra expandiu-se nos países de capitalismo central – Europa – marcando uma intervenção estatal que e regula não só as ações econômicas, mas também as sociais.

Nesse sentido, a expansão das políticas sociais é fruto expressivo desse contexto. Segundo Behring (2009, p. 01) A política social é reconhecida como “uma mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital”.

A Assistência Social – como política pública de Estado a partir da Seguridade Social – passou por um amplo processo de estruturação. Assim, para institucionalizar os avanços



tornar-se-ia necessário à criação e aprovação de algumas legislações, tais como a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei N.º 8.742 de sete de dezembro de 1993, que passou a vigorar no Brasil tendo em vista garantir o direito, a cidadania e o atendimento das necessidades básicas de uma parcela pauperizada da população. Ainda em 1993 instituído pela LOAS nasce o CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social com a missão de promover o controle social da Política Pública de Assistência Social.

Outro passo importante foi a Política Nacional de Assistência Social, regulamentada em setembro de 2004, estabelecendo princípios e diretrizes para implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social que organiza todas as demandas relativas a Assistência Social como serviços, programas, projetos e benefícios efetivando assim a implementação dessa política social, com o objetivo de garantir a universalização dos direitos sociais.

O público alvo da política de Assistência Social é uma parcela da população que se encontra em situações de “risco e vulnerabilidade social”<sup>51</sup>. Essa concepção de risco e vulnerabilidade, na contemporaneidade, surgiram a partir de um debate acerca de uma nova concepção de “questão social”, em que se apresentam novas possibilidades de possíveis causas e fenômenos que culminam no seu surgimento, como também, surgindo as possíveis formas de seu enfrentamento – sendo necessário ficarmos atentos para problematizar estas questões, já que:

Na verdade, há no contexto atual “novos pobres” (pessoas, famílias e grupos que se incorporam ressentimento aos níveis de pobreza), porém não há “nova pobreza”: os fatores causantes da pobreza, no MPC, são essencialmente os mesmos, a contradição capital-trabalho, a exploração, a subsunção real do trabalho ao capital, a apropriação privada dos fatores que determinam o desenvolvimento das forças produtivas. A pobreza e seus fundamentos não são novos, mas estrutural e própria do MPC, porém há formas novas de se manifestar ou expressar, e particularmente há novos sujeitos que hoje passam a ampliar as fileiras da população abaixo da linha de pobreza ou indigência. (SIQUEIRA, p. 205)

É a partir destas novas formas de enfrentar a pobreza que as políticas sociais na contemporaneidade assumem características focalizadas mediante as metodologias adotadas dada à centralidade dos Programas Sociais de Transferência de Renda - PTR, possibilitando

---

<sup>51</sup> A leitura da “nova pobreza” parte assim do pressuposto de que o acirramento da contradição capital trabalho, que ampliou a precarização das condições de trabalho, impactou negativamente os índices de pobreza absoluta, levando ao empobrecimento substantivo de segmentos da classe trabalhadora. [...] Contudo, essas expressões não rompem com o fundamento estrutural da pobreza na sociedade capitalista, mas guardam a essência da contradição, a produção da riqueza e sua apropriação privada”. (SIQUEIRA, P.203) Essas novas propostas de enfrentamento a questão social mediante os termos risco e vulnerabilidade social trazem formas de exclusão social, nos moldes da ofensiva neoliberal. Esse debate gera polemica pela visão a partir de territórios e grupos específicos, considerar territórios específicos como riscos sociais, como definição de intervenção e desenvolvimentos de políticas sociais focalizadas como possíveis formas de ação, compromete as formas de universalização. Esses conceitos operacionais são amplamente utilizados pelos trabalhadores do SUAS, mas, precisam sempre ser problemáticos tendo em vista que oculta o cerne que produz e reproduz a “Questão Social”.

assim o acesso a renda como enfrentamento da desigualdade social – mesmo que essa “renda” seja mínima. Os programas sociais que se apoiam na transferência de renda têm como objetivo melhorar as condições de vida da população de baixa renda. É nesse contexto de agudização da desigualdade social causada pelas medidas adotadas pelo neoliberalismo tendo em vista a crise estrutural do capitalismo que os Programas de Transferência de Renda ganham centralidade, como fetiche de enfrentamento da nova pobreza:

[...] o contexto de transformações societárias e da era neoliberal e como consequência o quadro de expansão do desemprego e exacerbção da pobreza é que predominam os Programas de Transferência de Renda (PTR) no Brasil como possibilidade de enfrentamento das novas expressões da questão social. (FRANÇA, 2015. p.6)

Estes programas de transferência de renda foram criados com o discurso de que podem assegurar sobrevivência às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza por meio do acesso direto a renda, são programas de transferência de renda condicionada, gerando promoção da autonomia e inclusão social dessas famílias. Por sua vez Ozanira (2007, p. 8) destaca que:

O entendimento seria de que as Políticas Sociais são importantes mecanismos para enfrentamento à pobreza, desde que articuladas à Política Econômica. Isto é, uma Política Econômica que considere a redistribuição de renda no país, a valorização da renda do trabalho, a geração de emprego, a proteção social do trabalhador, a inclusão de todos os trabalhadores formais ou informais, da cidade e do campo, num sistema nacional universal de Previdência Social, a efetivação de reforma agrária com assistência ao trabalhador do campo.

Certamente, as transferências de rendas – desde que ganharam centralidade na proteção social – não são articuladas a política econômica, pois a realidade efetiva tem mostrado que estes programas funcionam como uma ponte que só leva ao consumo das massas que estão excluídas do mercado de trabalho. Os programas de transferência de renda trouxeram uma nova estrutura, ainda num processo de desenvolvimento do surgimento de diferentes demandas à Política de Assistência. O objetivo era o enfrentamento a pobreza pelo acesso direto a renda e buscar incentivar aos usuários a independência financeira e outros benefícios. O maior programa de transferência de renda do Brasil é o Programa Bolsa Família – PBF, onde atende em média de 13,5 milhões de beneficiários, tendo um valor total de repasse cerca de 2,5 bilhões as famílias que se encontram no perfil do programa no mês de setembro de 2019, segundo dados da Secretaria de Cidadania (2019).

O Programa foi criado pelo Governo Federal em 2004 previsto na Lei Federal 10.836 de nove de janeiro, com o objetivo da unificação de vários programas sociais do governo facilitando assim a viabilidade, pois seria acompanhado por apenas um cadastro total de base

de dados: Cadastro Único do Governo Federal. Para confirmar os dados a Cartilha do Bolsa Família (2015) destaca que:

O cadastro único reúne informações sobre as famílias de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa –, sobre cada um de seus integrantes e sobre as condições dos domicílios onde moram. Isso permite ao Governo conhecer as reais condições de vida da população. (BRASIL, 2015. p. 04)

O Bolsa Família – ao ser gerido pelo Cadastro Único – possui também três eixos principais: complemento à renda, acesso aos direitos relacionados à saúde, educação e articulação de outras ações. Dessa forma Ozanira (2007, p. 01) coloca que:

O pressuposto central é de que articular uma transferência de renda com políticas e programas estruturantes, principalmente no campo da educação, saúde e trabalho, direcionados a famílias pobres pode interromper o ciclo vicioso da pobreza do presente e sua reprodução no futuro.

Para que essa articulação ocorra, a gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, a competência é distribuída entre União, Estado e Municípios (quem basicamente executa). O órgão gestor nacional é a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social – uma espécie secretaria após a redução do antigo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

O Programa Bolsa Família (PBF) tem por objetivo articular os diversos agentes políticos visando à promoção e à inclusão social das famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Dessa forma, estabeleceu um modelo de gestão compartilhada, em que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuam como corresponsáveis pela sua implantação, gestão e fiscalização. (BRASIL, 2017, p. 05)

O funcionamento do PBF se dá pela execução dos gestores das diferentes políticas enquanto responsáveis. No âmbito municipal, sua responsabilidade é de cadastramento e atualização de dados cadastrais, a concessão do benefício é através do SIGPBF, o controle social e os benefícios, gestado pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC, o sistema de condicionalidades é o SICON, que existe atualmente no Ministério da Cidadania através da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social:

O Programa Bolsa Família possui três processos principais: Gestão de Benefícios, Gestão de Condicionalidades e Gestão Financeira e conta com um Sistema de operacionalização e gestão, o Cadastro Único. A implantação do PBF pressupõe que estes processos e o Cadastro Único sejam realizados de forma compartilhada com os estados, o Distrito Federal e os municípios. Orienta, ainda, que o MDS desenvolva e utilize mecanismos de controle e acompanhamento para cada um deles, de forma a garantir a boa focalização do Programa Bolsa Família e o pleno cumprimento dos requisitos legais. (BRASIL, 2017, p.05).



É no âmbito deste programa – Bolsa Família – que o Assistente Social é chamado para atuar na contemporaneidade. As atividades realizadas pelo Assistente Social enquanto gestor<sup>52</sup> exige uma qualificação do profissional quando se refere à execução dessas políticas, pois em muitas das vezes os critérios exigidos aos beneficiários não são suficientes para que se tenha uma avaliação conclusiva das condições da família, em muitos dos casos a aplicabilidade para efetivação desses programas não condiz com a realidade, ou seja: queremos dizer que, um simples fator condicionante de renda não avalia totalmente o contexto social existente, como também a real necessidade daquela família. Por isso a importância de capacidades gerenciais para desenvolver essas funções, caracterizando como um cenário desafiador a profissão, tendo como ponto importante às informações e estímulos repassados aos usuários no que se trata da efetivação dos seus direitos.

## DILEMAS E DESAFIOS DO CONTEXTO ATUAL

O Programa Bolsa Família mantém suas bases de ordem gerencial, onde permanecem os critérios e condicionalidades de controle dos beneficiários, se configurando como uma política paliativa, no contexto de controle de gastos explícitos pelo atual Governo Federal então presidente Jair Bolsonaro (2019), com discurso ideal liberal, as várias reformas no âmbito econômico, com o objetivo de contingenciamento dos gastos das políticas públicas, implicando diretamente nos repasses das demandas das política nacional de Assistência Social mais precisamente nos programas de transferência de renda como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

A liberação de recursos a novos beneficiários não está acontecendo há alguns meses, os usuários fazem seu CadÚnico, estão inseridos dentro do perfil do programa, mas não houve a liberação de recursos. Enquanto o BPC houve algumas mudanças em caráter de condições através da Portaria Conjunta nº 03, de 21 de setembro de 2018 do Ministério do Desenvolvimento Social, onde dispõe regras de concessão, manutenção e revisão do benefício onde exige que os beneficiários ou possíveis beneficiários estejam rigorosamente inscritos e manter a atualização no banco de dados do cadastro único do governo federal, implicando onde o principal objetivo é o acompanhamento e cruzamento de dados com intuito de controle desses benefícios.

---

<sup>52</sup> O debate do assistente social enquanto gestor ainda é recente e tem ecoado principalmente com a organização da política de assistência social em um sistema descentralizado e participativo que é o SUAS. Com sua organização e padronização em serviços, programas, projetos e benefícios, os cargos de gestão protagonizam importante papel na consolidação da política pública de assistência social (CARDOSO, FAGUNDES, 2013).

O Programa Bolsa Família se apresenta como modelo de políticas sociais na contemporaneidade, é operada com práticas de controle burocrático de controle da pobreza, e dessa forma favorece as contradições relativas às atribuições colocadas ao profissional pela culpabilização do sujeito, isso fere a conduta profissional a partir dos princípios do Código de ética da profissão. Ou seja, como uma política tem o intuito de reduzir a pobreza pelo acesso à renda e efetivação dos direitos, mas é seletiva?

A crítica principal está relacionada às implementações das condicionalidades existentes na gestão do programa, que recai sobre a família, onde é um meio de controle do benefício e estratégia de fiscalização.

Considera-se para o cunho acadêmico a necessidade de pesquisas que abordem essa temática, pois discutir sobre a atuação profissional do Assistente Social nesses novos patamares das políticas públicas sociais contemporâneas, necessita literaturas, de mais estudo, tendo em vista as dificuldades encontradas para a realização dessa pesquisa, acreditamos que pelo fato de ser uma discussão ainda muito recente, já que o programa é muito jovem, e a maioria do material encontrado teórico existente é desenvolvido por parte da gestão do programa que é feito através da Secretaria de Cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se a importância de apropriar-se desse campo de tensão, formado pela distinção existente, levando em consideração os princípios do Código de Ética da Profissão e do Projeto Ético Político, na aplicação desses programas, no que se refere aos desafios impostos aos profissionais em reconhecerem suas atribuições mediante essa demanda, estando capacitado teoricamente com o aprofundamento da profissão para assumir tais competências.

O objetivo é refletir sobre o trabalho do Assistente Social nesses novos patamares de atuação, mediante sua expansão, levando em consideração todos os rebatimentos existentes na atualidade.

Esse trabalho tem grande relevância para a formação acadêmica tendo em vista que se refere à profissão e as possíveis relações construídas enquanto gestor de programas sociais de transferência de renda, bem como, nos demais espaços socio ocupacionais (já que é a PNAS e o SUAS se constituem como principal campo de trabalho dos Assistentes sociais). O exercício profissional e suas dimensões, na perspectiva de que o exercício profissional requer um conjunto de saberes que o possibilita reconhecer as determinações constitutivas deste campo,

como identificar à relação de teoria e prática, os conhecimentos que a orientam, a reflexão dos desafios da gestão social como possibilidade de refazer novas respostas profissionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa>. Acesso em 08/12/2019;

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cartilha Programa Bolsa Família 2015**. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Cartilhas/Cartilha\\_PBF\\_2015.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf). Acesso em 08/12/2019.

BRASIL. **Resolução CNS Nº 466**, de 12 de dezembro de 2012, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

CFESS. **Cartilha Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha\\_CFESS\\_Final\\_Grafica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf). Acesso em 08/12/2019.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993. Brasília.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 9 ed. São Paulo: 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os Espaços sócio ocupacionais do Assistente Social. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**, 2009. Disponível em: [www.unifesp.br/campus/san7/images/servicosocial/Texto\\_introdutorio\\_Marilda\\_Iamamoto.pdf](http://www.unifesp.br/campus/san7/images/servicosocial/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf). Acesso em 08/12/2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Atribuições privativas do (a) Assistente Social em questão**. CFESS/CRES, Brasília, DF, 2002.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**. 2007, vol. 12, n.6.



## A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA DE AVANÇOS E RETROCESSOS

Caio Vieira<sup>53</sup>  
Edna Nascimento<sup>54</sup>  
Mariana Moura<sup>55</sup>  
Patrícia Cavalcante<sup>56</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>5</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda a Política de Assistência Social no Brasil, como se dá o seu processo de avanços e retrocessos ao longo da história. A discussão suscitada reflete o afloramento das expressões da “questão social” no país, sob os efeitos das contradições de governos neoliberais, que tende, e sempre tendeu, a atender os interesses da classe dominante. Falar da crise que assola o país hoje e de como esta atinge as políticas sociais é também uma forma de não deixar silenciar a voz dos trabalhadores e usuários do SUAS, nos mais diversos recantos brasileiros.

**Palavras-chave:** Assistência Social, Neoliberalismo, Brasil.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de discussões proporcionadas pela Disciplina de Seguridade Social e Serviço Social, da grade curricular obrigatória do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

O trabalho busca contextualizar a Política de Assistência Social no Brasil, enquanto política pública, integrante do tripé da Seguridade Social, bem como traçar um caminho desde sua origem, quando tida como prática caritativa e/ou de benevolência, até os dias de hoje quando, apesar de reconhecida enquanto direito social, preconizada por nossa Carta Magna, vive-se um desmonte de direitos, um afloramento das expressões da “questão social”, sob os efeitos dos ajustes fiscais e da atual política de governo.

---

<sup>53</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [franciscocaiov8474@gmail.com](mailto:franciscocaiov8474@gmail.com)

<sup>54</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [star.edna@hotmail.com](mailto:star.edna@hotmail.com);

<sup>55</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [marianap.moura@hotmail.com](mailto:marianap.moura@hotmail.com);

<sup>4</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [rp.sat.jucas@gmail.com](mailto:rp.sat.jucas@gmail.com);

<sup>5</sup> Professor do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [fabricaoico@hotmail.com](mailto:fabricaoico@hotmail.com).

A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica pautada nos seguintes apontamentos: a Assistência Social no Brasil antes e depois da Constituição Federal de 1988 e os marcos legais que lhe procedem; o histórico de crise que vive o Brasil sob os efeitos neoliberais e como eles atingem a classe trabalhadora, sobretudo a Política de Assistência Social; a realidade atual que atinge usuários e trabalhadores do SUAS, mediante a retração de direitos, tida como principal estratégia governamental atualmente para o corte nos gastos públicos.

Não se tem a pretensão de abordar detalhadamente todos os aspectos que envolvem o objeto de estudo deste artigo, mas especialmente de apreender como se dá o caminho de avanços e retrocessos que pauta a Política de Assistência Social no Brasil, espaço de atuação profissional que mais emprega o profissional de Serviço Social.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Assistência Social nasce na sociedade capitalista, em meio às necessidades sociais da classe trabalhadora, que aparece sob os efeitos da desigualdade social frente às expressões da “questão social”. O seu reconhecimento, porém, enquanto direito do cidadão e dever do Estado, é tardio no Brasil, haja vista ser datado somente na Constituição Federal de 1988. Mais ainda, mesmo depois de sua vigência, o senso comum continua reproduzindo a imagem de uma política de ajuda, distanciando-a da obrigatoriedade do Estado em sua execução.

No Brasil dos anos 30, fazendo um resgate histórico, a Assistência Social tinha caráter caritativo, de favor aos fracos e pobres, dependendo dos esforços de solidariedade da Igreja Católica e sociedade civil. A Legião Brasileira de Assistência (LBA), de 1942, enfatiza o primeiro-damismo nesse processo. Criada pela primeira-dama da época, Darcy Vargas e exercida somente por mulheres, tinha como finalidade ajudar as famílias dos brasileiros que estavam na segunda guerra mundial. Esse critério nos remonta às protoformas da profissão quando o carisma e o testemunho das candidatas ao Serviço Social superavam a dimensão teórica, metodológica e/ou política.

Nas décadas posteriores, entre os anos 50 e 60, as carências eram vistas como responsabilidade do assistido e não resultado do meio em que estava inserido. Tinha sua ação baseada na noção de pobreza absoluta ou extrema e privilegiava a consciência do favor, pautada num cunho moralista, conservador, clientelista, regida por práticas religiosas e de solidariedade.

As décadas de 1990 e 2000 marcam a trajetória da Assistência Social. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, o campo das políticas públicas ganha visibilidade no cenário governamental. Nela, a Assistência Social caracteriza-se como direito do cidadão e dever do Estado a partir da tríade que compõe o Sistema de Seguridade Social Brasileira: Saúde – Previdência social – Assistência social. Em seu artigo 203, Seção IV, que trata da Assistência Social, afirma,

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988, p.122)

O que outrora era tida como prática de caridade e ajuda, ação que favorecia a política do mando e do favor, agora passa a ser responsabilidade do Estado, exigindo deste, a criação de espaços ocupacionais e profissionais especializados para sua execução. É saliente destacar que, por se tratar de um país que vive sob as ordens capitalistas, o fato de ser a Assistência Social reconhecida como direito, que deve ser garantida pelo Estado, enquanto política pública, não significa que, realmente, ela se materializa na vida de seus usuários. A proteção social brasileira sempre sofreu os efeitos de seu caráter focalizado e seletivo, haja vista a deficiência nos investimentos pertinentes à Política de Assistência Social em detrimento das demais.

Em 1993, é criada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Lei nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993, produto de muita luta da categoria para atingir o mesmo patamar dos direitos à previdência social e à saúde, e constituir o tripé da seguridade social. É ela que dá o suporte legal para que a política se materialize nas instituições, fazendo cumprir o direito preconizado na Carta Magna. É preciso ressaltar que, dentre os significativos avanços na



Assistência Social, destaca-se a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e a instituição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS<sup>57</sup>, em 2005.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS/2005) foi responsável por superar as distorções regionais históricas no que se refere ao financiamento e repasse dos pisos da proteção social básica e especial, nos níveis federal, estadual e municipal.

A partir desses marcos legais, ocorre a descentralização da oferta dos serviços socioassistenciais, organizando sua operacionalização em todo o território nacional, a Assistência Social se reconhece política pública e a classe trabalhadora brasileira pode ter acesso a projetos, programas, serviços e benefícios. Isso não significa, entretanto, que a luta e a resistência pela sua efetivação tenha se encerrado, ao contrário, esta é uma luta contínua dos servidores do SUAS que perdura até nossos dias.

A decisão do Governo Federal atual de reduzir o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) em Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, inclusa no Ministério da Cidadania, é a prova de que o reconhecimento de sua importância, fruto de muita luta dos trabalhadores do SUAS aos poucos vem sendo apagado das pautas governamentais. A violação de direitos e o sucateamento dos serviços públicos denotam o desmonte da Assistência Social como direito social nos dias atuais, resgatando-a ao cenário fragmentado e pontual de suas ações do passado.

O debate sobre o acesso à Política de Assistência Social no Brasil não pode acontecer sem levar em conta os programas de transferência de renda. Estes são estratégias do Governo Federal no combate à pobreza e extrema pobreza. Segundo Yazbek (2007), estes são destinados a realização de transferência monetária, sem contribuição prévia do cidadão, sendo a renda per capita o principal critério para acesso.

Programas como o Bolsa Escola e o Vale Gás, dentre outros, tiveram início no governo FHC e consolidaram-se, no governo Lula, no maior programa de transferência de renda: o Programa Bolsa Família (PBF). Pode se afirmar que hoje a base de dados do CadÚnico tem sido a principal fonte de informações (e a mais atualizada) sobre a realidade socioeconômica das famílias pobres e extremamente pobres do país. Por meio dela, a gestão

---

<sup>57</sup> Em julho de 2005, foi publicada a Norma Operacional Básica, construindo as bases para a implantação do SUAS. O SUAS deve regular, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público, sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e articulada com iniciativas da sociedade civil. (MARTINELLI, 2007)

da Política de Assistência Social deve produzir seus diagnósticos socioterritoriais e desenvolver, a partir destes, ações e serviços para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Uma crítica que gira em torno dos programas de transferência de renda é que estes não representam uma política de distribuição de renda no país, haja vista o seu orçamento ser resultado da contribuição, sobretudo, da classe trabalhadora e não do capital. Arrecada-se dos pobres, por meio de impostos altos e desproporcionais ao salário do trabalhador, enquanto os mais ricos do país são isentos de algumas contribuições.

É importante ressaltar que, mesmo o Programa Bolsa Família beneficiando, segundo informações do Ministério da Cidadania, mais de 13,5 milhões de famílias em 2019, a fila de espera do Cadastro Único só aumenta nos dias atuais. Numa conjuntura de crise que vive o país, na qual as manifestações da “questão social” como o desemprego, a fome, a falta de moradia, dentre outros, se afloram nas mais diversas realidades brasileiras, a classe trabalhadora, desempregada ou em condições precárias de trabalho, se configura cada vez mais como usuária da Política de Assistência Social. O discurso de uma Seguridade Social falida, a ameaça de cortes dos benefícios já ofertados e a não concessão de novos benefícios tem sido eminentes na atual política de governo.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), regulamentado pela LOAS e pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, também é um marco no acesso a renda no país. O benefício não vitalício e intransferível de um salário mínimo mensal é ofertado a pessoas idosas com 65 anos de idade ou mais e pessoas com deficiência, que devem estar inscritas no Cadastro Único e atender ao critério de renda per cápita de ¼ de salário mínimo. Hoje o BPC beneficia mais de 04 milhões de brasileiros, de acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, no entanto as medidas de cortes nos gastos sociais deste governo já vêm atingindo, ao longo do ano de 2019, por meio de ações estratégicas como averiguações cadastrais que poderão resultar em bloqueio ou suspensão do benefício.

A realidade de gastos sociais e olhar não prioritário para as políticas sociais que beneficiam a classe trabalhadora não é novo no Brasil. Porém, após o golpe de 2016 conduzido pelo Legislativo, o Judiciário e a mídia – em favor do capital –, os investimentos sociais sofrem duros retrocessos até hoje. O Governo Temer conduziu o país ao aumento expressivo da pobreza e da desigualdade. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE, divulgada em 2018, a quantidade de pessoas pobres no Brasil, entre 2016 e 2017, subiu de 25,7% para 26,5%: um aumento de 2 milhões da população. Já referente aos extremamente pobres o aumento foi ainda maior de 6,6% da população em 2016 para 7,4% em 2017, crescendo de 13,5 para 15,2 milhões. Aumento da precarização do trabalho, da

violência e da insegurança social também se destacam frente a um governo de políticas macroeconômicas neoliberais, agregando à Constituição decretos e emendas com medidas drásticas para a classe trabalhadora, que vem sendo aprofundadas pelo Governo atual.

Mesmo depois da Constituição Federal, nossa maior referência de garantia de direitos no país, uma série de medidas econômicas foram tomadas para atender aos ditames do neoliberalismo estabelecidos pelo Consenso de Washington. Tais medidas pautam até hoje as políticas de governo e ferem a plena efetivação material das políticas públicas no Brasil, sobretudo a Assistência Social e o seu acesso pela classe trabalhadora. Sposati (2005) traz que, a vivência de processos ditatoriais foi determinante para o tardamento e fragilidade na efetivação dos direitos sociais no território brasileiro.

As ideias neoliberais chegam ao Brasil e são implementadas à risca pelos governos de Collor, Itamar Franco e FHC, que estabeleceram formas de subordinação do Estado e das políticas sociais ao mercado, por meio de cortes de investimento em políticas públicas pautados na lógica neoliberal de estabilização econômica. Nesse período, a insatisfação das classes subalternas se intensifica e a classe dominante prontamente articula uma falsa alternativa ao neoliberalismo e que se tonará a tônica das políticas econômicas dos governos petistas no Brasil: o social liberalismo.

Diante da crise conjuntural, que ameaçava parcialmente a hegemonia neoliberal em regiões do planeta, ideólogos de diversas instituições ligados às classes dominantes iniciaram um processo de revisão dos principais pontos do projeto neoliberal, sintetizados no Consenso de Washington. Surgiu com esta revisão ideológica do neoliberalismo o que pode ser chamado de social-liberalismo, uma tentativa político-ideológica das classes dominantes de dar respostas às múltiplas tensões derivadas do acirramento das expressões da “questão social” e da luta política da classe trabalhadora. (CASTELO, 2012, p.47)

Os governos do PT marcam, não se pode negar, a história da classe trabalhadora brasileira no que se refere ao acesso às políticas sociais. A expansão dos programas de transferência de renda, o aumento do poder de consumo, o acesso ao crédito, ao ensino superior, a programas habitacionais, a cursos profissionalizantes, ao trabalho, permitem ao trabalhador brasileiro um avanço nas suas condições de vida. Avanço este que não nos isenta da reflexão sobre esses governos que não conseguiu transformar o trabalhador em sujeitos de direitos de fato, mas em consumidores. Mota (2012), ao expor a política econômica desses governos, afirma que, ao mesmo tempo em que cumpre tarefas democráticas, a pobreza aparece distanciada dos debates estruturais e é transformada num objeto técnico em si.



O golpe que conduziu a destituição da presidente eleita Dilma Roussef e conduziu ao poder Michel Temer visava aprofundar ainda mais as contrarreformas neoliberais, na intenção de elevar as taxas de lucro da classe dominante. A aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC nº 95/2016), que limita por 20 anos a ampliação dos gastos na área social, com o objetivo de garantir a conservação e modernização da ordem capitalista, é prova disso.

Por fim, o Governo de extrema-direita, eleito de maneira controversa, de Jair Messias Bolsonaro (2019) vem dando continuidade as contrarreformas macroeconômicas neoliberais de Temer isso já estava explícito em seu Plano de Governo que assumiu a responsabilidade de fazer os ajustes necessários para garantir crescimento com inflação baixa e geração de empregos, ou seja, manter a lógica de subordinação do Estado aos interesses do mercado e realizar cortes de investimentos públicos para manter a estabilização econômica do capital – piorando a situação do país ainda mais.

A cada publicação do Diário Oficial da União ou noticiário dos últimos meses, o povo brasileiro se depara com a cruenta realidade do afloramento das expressões da “questão social” que, por menos esclarecido que seja o trabalhador, ele consegue vivenciar materialmente em sua casa, em seu orçamento, nas suas despesas mais básicas, o reflexo de um governo que em nenhum momento, mesmo nos seus discursos mais moralistas de defensor do povo brasileiro, pensou na real condição de vida e de trabalho da classe trabalhadora deste país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa discussão concluímos que, com a ascensão ao poder do governo de extrema direita com fortes conotações fascistas, a esperança de que o Estado volte a assumir minimamente a responsabilidade de investir e expandir os programas sociais e as políticas sociais torna-se cada vez mais remota.

As intervenções do Governo Bolsonaro não só deram continuidade e aprofundam as medidas do Governo Temer como também se voltam totalmente à iniciativa de atender aos interesses do capital. Tais medidas implicarão em retrocessos à sociedade, dificultando a materialização dos serviços públicos e favorecendo o agravamento das expressões da questão social no Brasil.

A situação atual das políticas sociais no Brasil, fica claro, exige aos trabalhadores do SUAS, cada vez mais luta e resistência para pressionar um Governo Federal que prioriza

como solução para a conjuntura de crise, o desmonte de direitos e o corte nos investimentos sociais. A sociedade organizada é peça fundamental no enfrentamento dessa realidade. Caso contrário, todos os direitos sociais, conquistados pelo suor e sangue de muita gente no passado serão enterrados e esquecidos sob o silêncio de uma população imersa nas contradições de uma sociedade capitalista que parece está perdendo a voz e a esperança de defender dias melhores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Brasília, 1993.

BRASIL. **Plano de Governo 2007/2010 - Lula Presidente**. Disponível em: [http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa\\_de\\_governo\\_2007-2010.pdf](http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf). Acesso em 04 de dez. de 2019.

BRASIL. **Plano de Governo de Jair Bolsonaro 2019-2021**. Disponível em: [https://flaviobolsonaro.com/plano\\_de\\_governo\\_jair\\_bolsonaro\\_2018.pdf](https://flaviobolsonaro.com/plano_de_governo_jair_bolsonaro_2018.pdf). Acesso em 04 de dezembro de 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2012.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVEIRA, Jucimeri. **Sistema Único da Assistência Social em risco: tendência de uma agenda neoconservadora**. São Paulo, 2017.

SPOSATI, Aldaíza. **A gestão da assistência social na cidade de São Paulo (2001-2004)**. In: *Revista de Administração Pública/RAP*. Rio de Janeiro, 39 (3): 505-573, Maio/Junho, 2005.

## INSTRUMENTALIDADE COMO CONJUNTO DE DIMENSÕES PRÁTICO-FORMATIVAS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE

Camila Machado Pinheiro<sup>58</sup>  
Mônica Ivo de Oliveira<sup>59</sup>

### RESUMO

O presente artigo científico consiste em compreender a percepção dos profissionais do SUAS sobre a instrumentalidade no exercício profissional. Versa especificamente, evidenciar quais instrumentos e técnicas são utilizados pelos assistentes sociais para atender as demandas contemporâneas; identificar a posição ético-política do profissional diante desse contexto; e compreender se existe a possibilidade do processo de reflexão crítica na utilização dos instrumentos e técnicas. A investigação é de caráter qualitativo, que contempla pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando a aplicação de questionário, com quatro profissionais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, do município de Iguatu/CE. A análise dos questionários ocorreu a partir da técnica de análise de conteúdo, permitindo o confronto das informações coletadas com o referencial teórico pertinente à temática abordada, além de revelar os seguintes resultados: para a maioria dos profissionais participantes da pesquisa a categoria instrumentalidade está associada diretamente aos instrumentos técnicos-operativos; para todos os profissionais teoria/prática é uma relação de unicidade; os profissionais criam estratégias para efetivar o projeto ético-político e percebem a importância do constante aprimoramento das técnicas e instrumentos utilizados no exercício profissional.

91

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Assistência Social; Instrumentalidade.

### INTRODUÇÃO

O presente constructo teórico, “Instrumentalidade como Conjunto de Dimensões Prático-Formativas no Exercício Profissional nos Centros de Referência de Assistência Social do Município de Iguatu-Ce”, consiste em compreender a percepção dos profissionais do SUAS sobre a instrumentalidade no exercício profissional. E, especificamente, evidenciar quais instrumentos e técnicas são utilizados pelos assistentes sociais para atender as demandas contemporâneas; identificar a posição ético-política do profissional diante desse contexto; e compreender se existe a possibilidade do processo de reflexão crítica na utilização dos instrumentos e técnicas.

<sup>58</sup> Assistente Social; Pós-Graduada em Gestão Pública em Saúde pela faculdade Universidade Estadual do Ceará; Pós-Graduada em Serviço Social, Política Social e Seguridade Social pela Faculdade Vale do Salgado - [camilamachado.as@hotmail.com](mailto:camilamachado.as@hotmail.com).

<sup>59</sup> Professora Orientadora Especialista em Direito das Famílias na URCA. Docência do Ensino Superior – UNILEÃO - [monica.ivo@hotmail.com](mailto:monica.ivo@hotmail.com)



Estamos cientes da importância e relevância dessa temática, onde a instrumentalidade do Serviço Social é tratada neste artigo “enquanto categoria constitutiva do ser social, que incorpora o modo de existência e consciência dos homens na sociedade capitalista” (GUERRA, p.162, 2009). Entendemos como algo além de instrumentos de trabalhos, isto é, instrumentos técnico-operativos.

Compreendemos a relação teoria e prática como unidade complexa, submetida a uma relação dialética e histórica. Segundo Guerra (2009) e Santos (2010), teoria é um modo de ler e interpretar a realidade, e, a prática, é o lugar onde surgem as determinações para se pensar essa realidade, não obstante, é o âmbito onde o conhecimento ganha materialidade.

Destacamos que o Projeto Ético Político do Serviço Social, este vinculado a um projeto societário na perspectiva da transformação onde os princípios de liberdade, autonomia e emancipação são reafirmados e defendidos tendo como horizonte a construção de uma sociedade sem exploração, opressão e desigualdades (BRAZ, 2008). Esse projeto não se resume às demandas técnicas-operativas, mas vem avançando também no fortalecimento das lutas em defesa da emancipação humana.

Neste sentido, buscamos aprofundar o estudo da temática através de um delicado processo investigativo de cunho qualitativo a partir de pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando a técnica de aplicação de questionário e posteriormente usando a análise de conteúdo que consistiu em estabelecer a ligação entre os resultados encontrados através da pesquisa de campo com as bibliográficas que versam sobre o assunto.

Tocante à pesquisa de campo, cumpre frisar que os sujeitos são quatro profissionais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Iguatu/CE, ressaltando-se que para a adesão foi respeitada a escolha de participar ou não da pesquisa, critério imprescindível para a inserção dos participantes. Diante da ética e responsabilidade envolvidas no estudo, foi respeitado o total anonimato dos interlocutores deste artigo, que foram identificados por um número. Todos aceitaram participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

O caminho metodológico possibilitou alcançar os resultados esperados, de forma a compreender como os profissionais que atuam no SUAS no referido município percebem a instrumentalidade no exercício profissional. Desse modo, a expectativa ao final é que os leitores entendam que a prática profissional deve ser precedida pelo pensar sobre os valores que antecedem as ações do Serviço Social e sobre as respostas que a profissão vem dando às demandas postas, compreendendo ainda as direções que orientam tais demandas. Isto é, se faz importante o conhecimento da profissão, de suas condições, possibilidades e determinações.

Destacamos que essa pesquisa não se limita a estudar o Serviço Social do ponto de vista apenas teórico, mas, sobretudo, os determinantes postos pela sociedade capitalista à prática profissional, ou seja, a materialização da prática. Diante dessa heterogeneidade, afirmamos que esse objeto não se esgota neste artigo, pois é pertinente continuar o processo de investigação da definição do Serviço Social, suas atribuições e contribuições à sociedade contemporânea.

## DESENVOLVIMENTO

### Serviço Social e Instrumentalidade: Significado para a Prática Profissional

A prática profissional do assistente social é carregada de determinações históricas, marcadas pelos ditames econômicos e políticos da sociedade burguesa, em consequência, a instrumentalidade do Serviço Social encontra-se sobre o manto dessas determinações, interpondo-se sobre o exercício profissional.

Corroborando com Guerra (2011) a divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista cria um espaço sócio institucional para o assistente social, no entanto, é no desenvolvimento das forças produtivas que a profissão altera suas funções, se modifica, se moderniza, se renova. A vinculação entre a divisão social e técnica do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas influenciam profundamente a instrumentalidade do Serviço Social, bem como a consciência que os profissionais constroem sobre as relações sociais próprias da sociedade capitalista e que se peculiarizam na intervenção profissional.

Podemos considerar, que com a complexificação da produção no país, o Estado ao vislumbrar as possibilidades contidas no racionalismo, no sentido de manipular as contradições sociais, cria e aperfeiçoa um espaço sócio institucional a ser ocupado pelos assistentes sociais, entretanto, os desafios conjunturais da década dos anos de 1980 fizeram com que este espaço se complexificasse. “Aqui a perspectiva racionalista reveste-se de tecnicismo e instrumentalismo exacerbados” (Guerra, p. 124, 2011).

O Estado ao incorporar os princípios “cientificistas” da racionalização do processo de trabalho, buscou operar e mediar o minado campo no qual se defrontam às contradições entre capital e trabalho, pela via das políticas sociais, transformando-a em um instrumento técnico-burocrático. Neste sentido, temos o Estado não como um elemento mobilizador, mas instituição movimentada pelas lutas travadas no processo histórico das classes antagônicas, ou seja, no processo de produção e reprodução da vida material. Seu espaço de atuação

ultrapassa o âmbito restrito da legitimidade política do Estado junto à classe trabalhadora, “para se constituir em instrumentos minimizadores das formas selvagens e violentas de exploração que caracterizam o nosso processo de trabalho” (GUERRA, p. 134, 2011).

O racionalismo do capital monopolista no Brasil na formulação de políticas sociais repercute diretamente na intervenção profissional do assistente social, pois esta é a base material sob a qual o profissional se movimenta e, ao mesmo tempo, atribuem contornos e ordenamentos à intervenção profissional. Para Guerra (2011), a intervenção do assistente social obedece a estrutura organizativa dos monopólios, qual seja, atuar no controle dos desequilíbrios do sistema, normatização de procedimentos técnicos, desenvolvimento de novas tecnologias, exigências do aumento da lucratividade, na polivalência do trabalhador, interdisciplinaridade profissional, dentre outros.

A ausência de entendimento sobre as representações da consciência, sobretudo da base material que as produz e as mantém, encaminha o assistente social a tomar os fatos e fenômenos como eles aparecem à sua consciência, transformando estes pressupostos em modelos de intervenção profissional. Ora, Guerra (2011) sustenta que ao relegar as discussões sobre o significado social e político da profissão, em detrimento das formas de realizar a intervenção como neutras, ao não atribuir a devida importância às formas de representação que informam a profissão, os assistentes sociais suprimem o conteúdo social de suas ações, além de incorporarem sem críticas as determinações da ordem burguesa.

A autora aponta que, na sociedade capitalista a instrumentalidade é considerada categoria constitutiva do ser social. No entanto, acabam se transformando em mediações reificadas, ou seja, incorpora o modo de existência e consciência dos homens na sociedade capitalista. A utilização de instrumentos criados pelos trabalhadores só adquire caráter social se estiverem dentro do processo de produção coletiva, pois é característico da sociedade capitalista transformar as singularidades em meios de alcance das finalidades individuais. Sob essas determinações o assistente social cria instrumentos, meios reificados, ou seja, instrumentos encharcados com a ideologia capitalista.

Corroborando com Santos (2010) podemos inferir que:

A necessidade que põe finalidades põe também necessidade de buscar meios para efetivação dessas finalidades. A necessidade de buscar meios para realizar uma necessidade posta na finalidade faz com que os homens busquem alternativas que possibilitem a realização da finalidade, ou seja, busquem objetos que possuam características apropriadas à efetivação da finalidade dada. (idem, p. 57)

Desse modo, Guerra (2011) aponta que de acordo com a teoria social crítica elaborada por Marx, toda forma de objetivação humana necessita de meios, instrumentos e modos específicos para se concretizar. Marx considera que o primeiro ato histórico é o



trabalho, na sua concepção é atividade capaz de criar meios, objetos, instrumentos através da natureza, capazes de atender as necessidades do homem, ou seja, a forma primária e privilegiada dentre suas objetivações, isto é, de práxis.

No Serviço Social, a tendência que existe dentro da profissão de confundir a instrumentalidade do Serviço Social com os instrumentos de trabalho, atribuindo a este status superior aos outros componentes da prática foi materializada no processo de constituição da profissão, sobretudo no embate de interesses das classes antagônicas. Assim, podemos afirmar que a construção de instrumentos que buscam atender uma finalidade na sociedade capitalista, seja no Serviço Social ou em outra instituição possui em sua essência a ideologia da sociedade burguesa, processo determinado historicamente, ao longo da constituição da profissão. Podemos inferir, que o Serviço Social apresenta caráter dual, ou seja, “a instrumentalidade da profissão tanto conserva e reproduz aspectos do modo capitalista quando os nega e os supera” (GUERRA, p.159, 2011).

Segundo o pensamento de Guerra (2011),

A divisão - social, técnica e intelectual - do trabalho, enquanto formas pelas quais o antagonismo e a alienação se realizam, ao imprimir ao Serviço Social a instrumentalidade subjacente à ordem social capitalista assegura-lhe sua razão de ser. A dimensão instrumental da profissão, que se constitui na legalidade que ocupa maior âmbito e abrangência face a outras totalidades parciais, põe as particularidades e singularidades da profissão. (idem, p. 159)

Em conformidade às análises da autora, em primeira instância a direção social da intervenção, o projeto profissional, as metodologias, instrumentos e técnicas influenciados pelo movimento histórico da sociedade capitalista não se configuram como o modo ser do Serviço Social, pois são determinações exógenas à sua constituição. Entretanto, ao compor o projeto profissional como elementos fundamentais à objetivação das ações profissionais estes passam a ser endógenos, posto à definição dos meios adequados para alcançar finalidades. Os profissionais de Serviço Social ao atribuir superioridade aos instrumentos de trabalho em detrimento dos outros componentes da prática, dicotomiza-os do projeto profissional, o que acaba por tornar o que é acessório em essencial.

Neste sentido, percebemos na contemporaneidade, à medida que as relações sociais são produzidas e reproduzidas na sociabilidade do capital em crise, aceleram e agudizam as desigualdades sociais, a precarização no mundo do trabalho. As relações entre as classes antagônicas se complexificam exigindo criação de instrumentos, meios capazes de transformar a causalidade dada em causalidade posta. Desta forma, é indispensável que o assistente social tenha na reflexão ética, política e teórica a escolha dos instrumentos necessários à atuação profissional. Não obstante, considerar o conhecimento teórico como

elemento essencial para a construção do instrumento é indispensável à efetivação do trabalho. Segundo Santos (idem), “não basta escolher os meios, é preciso aplicá-los” (p.83).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos na pesquisa de campo e através da análise dos dados estão dispostos por temas, estes preponderantes na discussão travada ao longo deste, que foi um Trabalho de Conclusão de Curso. Assim, a categorização apresenta-se da seguinte forma: instrumentalidade, teoria e prática no exercício profissional e dimensão ético-política e utilização e análise crítica na execução dos instrumentos técnicos-operativos na prática profissional nos CRAS's do município de Iguatu-CE.

### A categoria instrumentalidade, teoria e prática no exercício profissional e dimensão ético-política

Durante o processo de pesquisa, foi possível observar que para a maioria dos profissionais a categoria instrumentalidade está associada diretamente aos instrumentos técnicos-operativos, ou seja, abordaram os instrumentos de trabalho como primordial para a execução de sua prática.

*[...]“a instrumentalidade é utilizada no momento em que referenciamos a família e/ou usuário, onde utilizamos o cadastro da família [...]” (AS 1)*

*[...]“eu utilizo os instrumentos técnicos-operativos em todas as intervenções propostas aqui no Cras [...]” (AS 2)*

*[...]“os instrumentos são principais porque sem eles não existiria o fazer profissional. [...] Então é isso que eu acho que é principal, primordial os instrumentos técnicos operativos [...]” (AS 3)*

Guerra (2011) pontua que no âmbito da profissão, ao confundir a instrumentalidade do Serviço Social com o conjunto de instrumentos e técnicas, a torna meio para o alcance de qualquer finalidade. Cabe destacar, que para o trabalho se realizar deve-se pressupor de um conhecimento concreto, de determinadas finalidades e de determinados meios para a sua efetivação, desse modo, a referida autora afirma a importância de situar os instrumentos não de forma isolada, mas como um dos elementos que constitui a dimensão técnico-operativo do Serviço Social.

Outra questão relevante que podemos observar na aproximação com os profissionais supramencionados é que ao tratarmos da relação teoria e prática no âmbito da prática

profissional, identificamos a não dicotomia entre ambos, o que demonstra que estamos superando um dos principais (falsos) dilemas da formação e do exercício profissional. Identificamos que os sujeitos da pesquisa entendem a relação de unicidade teoria/prática, na qual, por mais que ambas representem momentos diferenciados, formam o mesmo todo, numa relação dialética de totalidade. Em destaque, as seguintes respostas:

*“Uma fortalece a outra [...] esse processo dialético é primordial na intervenção qualificada do assistente social [...]” (AS 1)*

*“Teoria e prática andam juntas. O que encontramos de diferente é a realidade de um determinado, espaço/equipamento. Mas não se pode separar teoria e prática [...]” (AS 2)*

*“Não existe teoria sem prática e não existe prática sem teoria, ambas se complementam, elas devem estar em comunhão, uma não se dissocia da outra [...]” (AS 3)*

*“Avalio como algo extremamente interligado. Sempre me coloco em uma postura profissional que busca nos referenciais teóricos da profissão, sobretudo na teoria social crítica, elementos e direcionamentos que possam instrumentalizar meu exercício profissional sempre numa perspectiva de coerência e alinhamento com o Projeto Profissional que defendemos [...]” (AS 4)*

Santos (2010) define a relação teoria e prática como dialética e constitutivas da práxis. A relação intrínseca destas unidades é elementar para o desenvolvimento das ações práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais, posto que:

Teoria é a apreensão das determinações que constituem o concreto; e prática é o processo de constituição desse concreto; teoria é a forma de atingir pelo pensamento a totalidade, é a expressão do universal, ao mesmo tempo em que culmina no singular e no universal. É pela teoria que se podem desvendar a importância e o significado da prática social, ou seja, ela é o movimento pelo qual o singular atinge o universal e deste volta-se ao singular. A prática é constitutiva e constituinte das determinações do objeto, gera produtos que constituem o mundo real, não se confunde, portanto, com a teoria, mas pode ser o espaço de sua elaboração. (p. 27)

Desta forma, podemos afirmar que as ações práticas do cotidiano profissional devem ser pautadas em elementos teóricos, pois é mediante uma prática teoricamente pensada que se consegue responder as demandas dos usuários e das instituições onde os profissionais atuam.

Para tratarmos da dimensão ético-política no exercício profissional, recorremos a Ramos (2009) onde aponta que o projeto ético-político do Serviço Social apesar de ter chegado à maturidade na década de 1990, ainda se encontra em constante processo de construção. Até porque tal projeto não se limita a demandas técnico operativas e sim na formulação de referenciais teórico metodológicos e na potencialização das lutas em prol da emancipação política e humana. Diante disso, pode-se afirmar que o projeto profissional do Serviço Social se vincula a um projeto societário para além do capital.



Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 15-16).

A principal dificuldade em efetivar o projeto ético-político segundo Iamamoto (2009) é de torna-lo um guia efetivo para a intervenção profissional, o que exige dos profissionais um “esforço radical em integrar o dever ser com sua implementação prática” (p.26). Para tanto, a referida autora sugere que os profissionais disponham de alguns atributos como, senso crítico e capacidade propositiva para desenvolver ações direcionadas a democratização social.

Diante deste contexto, torna-se fundamental que os profissionais na atualidade percebam esses limites e tentem criar estratégias para os transformar em possibilidades. Podemos comprovar isto nas falas dos sujeitos da pesquisa.

*“Na conjuntura atual os desafios são enormes, porém, nós profissionais de serviço social temos como obrigação promover os valores éticos presentes em nosso código e compreender que precisamos cotidianamente nos posicionarmos em defesa da liberdade, da justiça social e engajar os usuários na construção de uma nova sociabilidade [...]”* (AS 1)

*“Tendo como possibilidade um processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero [...]”* (AS 2)

*“Minha prática está pautada nos pressupostos éticos-políticos, o que significa utilizar estratégias mediadoras de intervenção e isso depende da criticidade e o conhecimento acerca da profissão e de seu projeto ético-político [...]”* (AS 3)

*“Não é tarefa fácil, exige sobretudo, compreender a relação indissociável das dimensões que perpassam o exercício profissional (ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo), uma vez que a realidade social que atuamos se mostra cada vez mais complexa e contraditória.”* (AS 4)

Destarte, mesmo com a dificuldade de total materialização do projeto ético-político da profissão no exercício profissional, principalmente porque defronta com os preceitos da sociedade capitalista contemporânea, ele não deve deixar de ser implementado, pois é nele que estão contidos questão basilares como princípios e valores que dão direção a profissão e alarga os horizontes do trabalho profissional.

### **Utilização e análise crítica na execução dos instrumentos técnicos-operativos na prática profissional nos CRAS's do município de Iguatu-CE**

Ficou notável que para a execução da intervenção torna-se imprescindível que o profissional utilize do conjunto de estratégias, táticas e técnicas para efetivar o trabalho

profissional. Cabe dispor ainda que cada demanda tem especificidades próprias, por isso o profissional deve escolher as técnicas que melhor atenderão as necessidades dos usuários, ou seja, os instrumentos “não devem ser vistos de maneira estática, estanque. Eles são criados e recriados de acordo com os objetivos e com as exigências da ação profissional” (MIOTO, 2001, p. 148). Apresenta-se a concepção dos entrevistados com relação ao assunto.

*“É preciso uma reflexão crítica na utilização dos instrumentais, pois os mesmos são essenciais à materialização do fazer profissional no espaço sócio ocupacional [...]” (AS 1)*

*“Todos os instrumentos que são utilizados necessitam de uma compreensão antes e depois, pode ser por exemplo uma reflexão sobre uma determinada família, ou indivíduo, pontos positivos e negativos [...]” (AS 2)*

*“Os instrumentos técnico-operativos permitem a operacionalização da ação profissional, essa que deve passar sempre por um processo de reflexão.” (AS 3)*

*“A realidade é dinâmica e exige buscarmos aprimorar nossa intervenção, entretanto avalio que me esforço para manter uma visão sempre crítica dos instrumentos, bem como da realidade em que atuarei. Sempre busco refletir bastante sobre meu exercício profissional [...]” (AS 4)*

Deste modo, apreendemos que o instrumental é o resultado da capacidade criativa e da compreensão da realidade social para que a intervenção possa ser realizada com eficácia, responsabilidade e competência profissional. É importante destacar que, independente do instrumento que se utilize, o nosso modus operandi deve estar em plena sintonia com a dimensão ético-política, para não cairmos nas teias do conservadorismo e do tecnicismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se caracterizou a partir da categoria instrumentalidade, na Política de Assistência Social no município de Iguatu-Ceará, adensou-se ao objetivo de analisarmos a percepção dos profissionais do SUAS sobre a instrumentalidade no exercício profissional. Enfatizamos que a categoria mencionada nos ofereceu um leque diverso para problematizarmos questões que abrangem desde o surgimento do serviço social, perpassando pela política de assistência social e alcançando a dimensão técnico-operativa.

Na análise dos dados da pesquisa constatamos que os profissionais atribuíram status superior aos instrumentos de trabalho em detrimento dos outros componentes da prática, porém é indispensável pensar a instrumentalidade do Serviço Social para além da “especificidade” da profissão, ou seja, pensar que são infinitas as possibilidades de intervenção profissional, como diz Iamamoto (2004), “tomar um banho de realidade”.

É imperativo alcançar outra questão explícita pelos profissionais, essa que concerne a relação entre teoria e prática no exercício profissional, onde os mesmos consideraram elementar a unicidade destas categorias para a qualidade do exercício profissional, significa dizer que estamos avançando mesmo que a passos lentos nessa questão.

Nesse contexto, é importante ressaltar que mesmo o projeto ético-político da profissão materializado limitadamente, as possibilidades de um fazer profissional coerente são inúmeros, ou seja, o projeto ético-político não é uma idealização, este possui materialidade desde que o profissional de Serviço Social o reconheça para além das ações profissionais isoladas.

Diante desta reflexão, pode-se expor ainda que os profissionais percebem a necessidade da criticidade em relação a utilização dos instrumentos e técnicas, são essas reflexões que orientam alternativas de ações para a intervenção.

Nestes termos, percebe-se a importância de vislumbrar o significado sócio histórico da instrumentalidade como condição do exercício profissional do assistente social. Assim, cabe a nós apontarmos que o caminho para a instrumentalidade não é o regresso ao ensino das técnicas e instrumentos. Estes devem ser problematizados e postos a crítica, no intuito de avançar o debate sobre as competências profissionais dos assistentes sociais frente as instituições onde atuam.

## REFERÊNCIAS

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: *Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II nº 3. 2004.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 28ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. **Revista Serviço Social & Sociedade** nº 67. São Paulo: Cortez, 2001. p. 145-158.

RAMOS, S. R. **Limites e possibilidades históricas do projeto ético-político**. Revista *Inscrita* (Rio de Janeiro) 2009.

SANTOS, Claudia Mônica. **Na prática a Teoria é outra? Metas e Dilemas na relação entre teoria e prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.



## BENEFÍCIOS EVENTUAIS E A CULTURA DO FAVOR

Nathália Tavares Silva<sup>60</sup>  
Danyelee Braga Araújo<sup>61</sup>  
Letícia Pinheiro Martins<sup>62</sup>  
Neuria Alcântara de Matos<sup>63</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>64</sup>

### RESUMO

O presente artigo aborda brevemente o contexto histórico brasileiro e como ocorreram suas transformações societárias, de maneira que adequassem às mudanças aos ditames do capital internacional, mas que também continuassem os moldes e a cultura de favor que acompanha o país desde a era colonial. Os resquícios do clientelismo e do apadrinhamento encontram brechas para reacenderem até hoje mesmo com os direitos sociais já garantidos pela Constituição Federal de 1988. O que não é diferente na concessão dos benefícios eventuais da Política de Assistência Social. Realiza-se neste artigo uma pesquisa bibliográfica tendo como base o método do materialismo histórico dialético.

**Palavras-chave:** Política de Assistência. Benefícios Eventuais. Cultura do Favor.

### INTRODUÇÃO

A concessão dos benefícios socioassistenciais da política de Assistência Social ainda é rodeada de costumes que foram enraizados na cultura brasileira a partir de sua formação sócio histórica, dispendo de particularidades no que diz respeito a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil. Partindo desse pressuposto objetivamos construir uma discussão teórica e crítica ao que se intitula de cultura do favor com o enfoque na concessão dos benefícios eventuais dentro da política de assistência, na qual é institucionalizada na atuação que visa a garantia de direitos, mas que ainda traz em suas raízes o caráter assistencialista fincado por sua gênese.

---

<sup>60</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [nathalia.tavares.10@hotmail.com](mailto:nathalia.tavares.10@hotmail.com);

<sup>61</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [danyvirgulino12@gmail.com](mailto:danyvirgulino12@gmail.com);

<sup>62</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [leticiaacopi.325@gmail.com](mailto:leticiaacopi.325@gmail.com);

<sup>63</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [neuriacejesus@gmail.com](mailto:neuriacejesus@gmail.com).

<sup>64</sup> Professor orientador. Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [fabricaoico@hotmail.com](mailto:fabricaoico@hotmail.com).

A partir de um levantamento histórico acerca dos primórdios da Assistência Social no Brasil, percebemos que o caráter caritativo foi algo muito presente na construção histórica dessa política, o que deixou marcas até a contemporaneidade. Os benefícios eventuais fazem parte do rol de mecanismos da Política de Assistência criados com o fim de enfrentar as situações de vulnerabilidade e risco social encaradas pelos indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza.

## **A CULTURA DO FAVOR COMO ELEMENTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

A formação histórica do modo de produção capitalista é composta por inúmeras particularidades, o que reflete com afinco no engodo das relações sociais contemporâneas. E nos primórdios dessa formação, bem como em outros países latino americanos, estavam em demasiado atraso em relação às grandes potências mundiais, e neste mesmo período nosso país ainda fazia uso de um regime escravista que somente por pressões exteriores, finalmente é abolida em 1888. O que poderia resultar em uma emancipação dos escravos que agora seriam trabalhadores livres, o que não aconteceu devido a uma implementação forçada do sistema capitalista no nosso país para que se adequasse ao sistema dos países centrais, o que ocorreu então foi uma reconfiguração do modelo colonial para uma burguesia latifundiária.

Uma dessas particularidades é evidenciada em apenas moldar o velho sistema para que pareça algo novo, o que se alastrou para os direitos sociais que desde sempre como bem ressalta Mestriner (2008) continuam a ser tratadas pelas “duas irmãs siamesas” a benemerência e a filantropia, que sempre foram utilizadas para não conceder os direitos e não responsabilizar o Estado pela condição social dos seus cidadãos, deixando as expressões da questão social, que neste momento tendo em vista as mudanças econômicas estão mais agudizadas pelo avanço da revolução industrial e o estabelecimento do modo de produção capitalista. Neste momento estas expressões são enfrentadas pela iniciativa da Igreja Católica e das entidades sem fins lucrativos com o caráter beneficente e filantrópico.

Conforme pontua Mestriner (2008, p. 41) as obras beneficentes e caritativas,

ampliaram-se de forma acelerada, inicialmente procuravam apenas abrigar necessitados, sem separá-los e classificá-los, medida posterior que vai confundir assistência e repressão. Em virtude da superlotação constante, organizam e reorganizam espaços institucionais, e na segunda metade do século XIX são a base para a assistência higienista [...] com espaços para órfãos, alienados inválidos e delinquentes.

No Brasil a assistência partia das esmolas que a Igreja arrecadava para ajudar aos necessitados. A cultura do favor, do apadrinhamento também tem grande relevância na nossa formação sócia histórica assim como a filantropia, caridade e benemerência que reafirmam as práticas assistencialistas, e ao mesmo tempo são esvaziadas da compreensão do direito, reiteram e fortalecem o sistema capitalista na medida em que gerenciam a pobreza de forma sem compromisso, fortalecendo a cultura do favor e impedindo que os sujeitos tenham a compreensão que possuem direitos e que podem lutar coletivamente para garanti-los, construindo uma sociedade emancipada.

O desenvolvimento tardio do capitalismo no Brasil ocorreu sem realizar as transformações estruturais, ao contrário da burguesia europeia que tinha um projeto democrático – contraditório – e revolucionário, a burguesia brasileira tinha projetos autoritários para não perder seus privilégios e permanecer no poder, o que caracteriza o mandonismo onde as elites ditam o que precisa ser feito. A ideia principal da elite agrária era de harmonizar as classes para construir a própria economia e em especial desmobilizar as lutas sociais e conflitos de classe que foram trazidos pelos imigrantes após a abolição da escravatura.

O que este novo estilo de burguesia buscava era através de pequenas concessões, “cultura do favor”, para os seus trabalhadores, assim seria possível dominá-los, não muito divergente do que ocorre nos dias atuais, donde não há uma socialização do conhecimento das políticas públicas sociais e os políticos utilizam-se de direitos já garantidos para conseguirem se eleger. Neste período a previdência social eram totalmente vinculada a logica do seguro, ou seja, era paga pelo trabalhador e com a contrapartida do patão, não existindo a participação do Estado, apenas alguns servidores públicos possuíam a proteção social, e não havia uma proteção extensiva aos trabalhadores da iniciativa privada, em 1923 é criada a Lei Eloy Chaves considerada um marco na evolução da Seguridade Social no Brasil, criando nacionalmente as Caixas de Aposentadorias e Pensões para os ferroviários. De acordo com Boschetti (2008, p. 9):

O capitalismo brasileiro implantou um modelo de seguridade social sustentado predominantemente na lógica do seguro. Desde o reconhecimento legal dos tímidos e incipientes benefícios previdenciários com a Lei Elóy Chaves em 1923, predominou o acesso às políticas de previdência e de saúde apenas para os contribuintes da previdência social. A assistência social manteve-se, ao longo da história, como uma ação pública desprovida de reconhecimento legal como direito, mas associada institucionalmente e financeiramente à previdência social.



Após a publicação da Lei Eloy Chaves, o desenrolar das iniciativas que viriam no futuro a se constituir nas políticas sociais que conformam a Seguridade Social no Brasil passa pela Revolução de 1930, com o governo de Getúlio Vargas. Anterior a este governo nas eleições as relações de poder também eram resolvidas harmonicamente, vigorava no Brasil a política do “café com leite” aliança política (entre São Paulo e Minas Gerais), os grandes barões da República Velha, se revezavam no poder a cada eleição. Foi então em uma nova disputa outro partido contestou a validade das eleições, e tendo um de seus candidatos assassinado, aliada a insatisfação popular devido a crise do capital de 1929 detonada nos Estados Unidos, que prejudicou fortemente a economia brasileira, o planejamento de uma revolta armada, e a contribuição do Exército, o poder então foi passado para Getúlio Vargas.

A década de 1930, foi o período em que o Serviço Social se institucionalizou sob influência da Igreja Católica, porque as respostas pontuais da Igreja e também as repressões não estavam mais atendendo os anseios da população que necessitava de respostas para os agravos sociais, o perfil das Assistente Sociais da época eram basicamente as damas da alta sociedade inseridas na LBA (Legião Brasileira de Assistência) criada por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, e por isso o assistencialismo da época é comumente chamado de primeiro-damismo, este é associado ao trabalho de mulheres por lidar com pobres, fazer caridade e não formar pautas políticas.

Nesse mesmo período o CNSS (Conselho Nacional Serviço Social) foi criado, e tinha o objetivo de dar suporte às entidades filantrópicas e privadas que também promoviam assistência. O grande problema desses conselhos é que foram responsáveis por inúmeros desvios e isenções clientelistas a essas instituições, e que as ações eram fragmentadas, pontuais e desordenadas, pois não existiam normas e nem políticas para organizar e padronizar os atendimentos.

A partir dos anos de 1930 até 1945 no governo de Getúlio Vargas foi criando uma série de respostas aos anseios populares como o Ministério do Trabalho, a Lei da Sindicalização, a constituição do movimento operário e da classe trabalhadora, ganham o direito da organização sindical, se organizaram com as Associações de Socorro e Auxílio Mútuo, a formação de ligas e a Confederação Operária Brasileira, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), os regimes previdenciários e trabalhistas, a mudança da organização do sistema de caixas de aposentadoria e pensão para institutos de aposentadoria e pensão, também ampliou a intervenção estatal na área, pois o controle público ficou finalmente consolidado, já que os institutos eram dotados de natureza autárquica e subordinados

diretamente à União, em especial ao Ministério do Trabalho, a legislação securitária que foi apelidada de Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS).

Mas, acontece que apesar de tudo isso e por inúmeros outras providências que Getúlio tomou em seu governo ele ficou conhecido com “pai dos pobres” por efetivar algo que advinha de pressões exteriores, mas que por suas estratégias refletiam como se fossem favores ou bondade, o novo presidente não deixou de favorecer as classes dominantes, porém concilia as necessidades do povo com as exigências da elite brasileira, concedendo ao Estado autonomia para atuar como “novo coronel”, e continuando assim aliado as grandes potências tentando a todo momento desarticular possíveis lutas da classe proletária, antecipando-se a elas e deixando as políticas sociais como concessões, e através da perspectiva ideológica de favorecer o desenvolvimento capitalista, garantindo pela vias das leis a exploração e apaziguando os ânimos populares com mínimos.

Enquanto isso, os países Centrais vivenciavam o *Welfare State* (Estado de bem-estar social), que durou de 1945 a 1975, durante o período que correspondeu aos "trinta anos de ouro" na Europa, sendo que este foi um conjunto de ações do Estado (que passou a intervir nos problemas sociais, desenvolvido a partir do plano Beveridge na Inglaterra) que gerou o quase pleno emprego e diversas outras políticas sociais para os trabalhadores, como educação, saúde, moradia, previdência e assistência social, universalidade dos serviços sociais e de assistência social, acordos entre capital e trabalho, crescimento de programas sociais e outros, com o objetivo de conter as massas e gerar consumo das mercadorias produzidas pelo grande capital, gerando lucros e aumento de produção, o *Welfare State* sucumbiu, porque o capitalismo precisava acumular mais e garantir menos direitos e por isso implantou-se o modelo neoliberal.

Contudo, os países periféricos como o Brasil não chegaram sequer a sentir este modelo de plenitude social, e para a implementação do neoliberalismo que iniciou da década de 1970, utilizaram a repressão contra os movimentos sindicais que se dispersam com a instauração da autocracia burguesa que trouxe consigo grandes repressões por partes dos militares do governo, arrocho salarial, venda e privatização de estatais, que antes geraram empregos e satisfizeram as massas passou a criar uma revolta e mau estar social, com torturas, prisões, mortes e exílios, além de que neste período as provisões sociais foram esquecidas completamente e os olhares agora eram exclusivamente para a economia, voltando a velha máxima da caridade e benemerência, já que os preços de mercado estavam altíssimos e as pessoas não tinham como prover suas necessidades básicas. Aos moldes neoliberal permanece o Estado mínimo para o social e máximo para o capital, este modelo inflige diretamente na

vida da classe trabalhadora, culminando no desemprego, precarização do mundo do trabalho, reformas sociais, baixa remuneração, aumento das horas trabalhadas sem ganhos extras, restrição de "direitos", os anos de chumbo no Brasil findaram em 1985, devido às fortes pressões populares.

Os movimentos sociais continuaram na luta apesar das repressões e o marco principal foi com a grande greve em São Paulo que reuniu os trabalhadores no ABC paulista, que a classe operária tomou novamente fôlego e reagiu novamente contra os desmandos do sistema capitalista, culminando o fim da ditadura e a nova constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988, foi uma conquista da organização dos movimentos sociais que lutaram na tentativa da redemocratização do país, onde o Serviço Social também teve grande participação, a categoria enquanto profissão se aproximava cada vez mais de um viés crítico. A partir da CF de 1988 a Política de Assistência Social é institucionalizada como um leque de direitos que devem assim ser garantidos pelo Estado, esta política tendo suas ratificações como a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993), Política Nacional de Assistência Social (2004) e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS (2006).

A partir dessa institucionalização foram criados mecanismos de enfrentamento das desigualdades sociais, o que almejamos destacar aqui são os Benefícios eventuais, os relacionando com a cultura do favor que foi algo deixado de herança pela particular formação sócio histórica do Brasil. De acordo com o Ministério da Cidadania (2015):

Os Benefícios Eventuais são previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e oferecidos pelos municípios e Distrito Federal aos cidadãos e às suas famílias que não têm condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas ou que fragilize a manutenção do cidadão e sua família.

Estes benefícios são operacionalizados pelos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), são concedidos a indivíduos que são identificados como estando em situação de vulnerabilidade e risco social por um profissional de nível superior da equipe multiprofissional do CRAS. Os benefícios eventuais tem como um dos princípios atender as necessidades humanas básicas, como as necessidades básicas de uma mãe que acaba de ter o seu filho (auxílio natalidade) ou a família que acaba de perder um ente querido e não tem como arcar com as despesas para o velório (urna funerária) e enterro e ainda uma família que não dispõe do básico para suprir as necessidades de alimentação (Cesta Básica).

São muitas as discussões em torno da concessão dos benefícios eventuais, dentre elas queremos destacar o sentimento de débito de favor que é cultuado na concessão desses benefícios, cultura essa construída através de heranças deixadas desde os primórdios da



estruturação do Brasil enquanto colônia e na instauração no modo de produção capitalista, como podemos perceber a partir do resgate histórico feito anteriormente. A cultura do favor ainda se faz muito vívida na concessão dos benefícios socioassistenciais.

## RECONHECIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA COMO DIREITO

O âmbito da Assistência Social que atualmente é definida como política pública percorreu uma longa jornada até que se tornasse reconhecida como um direito. Como afirma Oliveira (2005) por muito tempo a Assistência Social foi o lugar da não política, da cultura do favor, de ações caritativas, voluntaristas de cunho solidário e assistencialista. O próprio trato do Estado era voltado para uma política caracterizada como fragmentada, pontual e paliativa, identificada como intervenção para os pobres, tendo esses como seu público-alvo através de ações marginais e secundária.

Historicamente a assistência se constituiu como uma cultura política discernida através de benesse, tutela, clientelismo e do favor, relações estas que se efetivaram através de ações focalizadas e emergenciais para as pessoas e famílias que necessitavam de “ajuda” por se encontrarem em situações de pobreza.

107

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre. (OLIVEIRA, 2007, p. 1)

Uma trajetória que se manifesta atrelada aos interesses da elite dominante, e que fortemente recebeu influências religiosas, ocasionando a longos anos até que de fato fosse instaurada como política pública, entendida como responsabilidade estatal e não mais como caridade, mas sim, um direito.

É importante ressaltar que esta forma de política do favor perpassa por todo contexto da formação do capitalismo e formação econômica do país e que perdura até os dias atuais. Assim, é correto afirmar que:

Busca-se assim contrarrestar uma das marcas da história política brasileira, que se construiu ao revés do imaginário igualitário da modernidade. História Política assentada na “ideologia do favor, como a nossa mediação quase universal”, que foi terreno fértil para a privatização do Estado e de entidades da sociedade civil segundo interesses particulares de grupos poderosos e influentes, em detrimento do cultivo do

espírito público. Uma sociedade hierarquizada que repõe no dia-a-dia e de forma ampliada privilégios, violências e discriminações de renda, poder, de raça, de gênero, entre outras, ampliando o fosso das desigualdades no marco diversificado das manifestações da questão social. (IAMAMOTO, 2006, p. 145)

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha proporcionado avanços no processo de mudança da assistência do favor para um caráter de democracia, direcionando a política pública no sentido do direito, e que mesmo ao longo desses anos se tenha expandido a consciência do direito, a política de assistência encontra no seu percurso desafios ainda a serem superados, como por exemplo, a efetividade do acesso ou a mediação do acesso ao direito que em várias situações é concedido através das práticas de favor.

Podemos observar isto nitidamente nas concessões dos benefícios eventuais, viabilizados através do CRAS, nestas situações é comum encontrar práticas de doações (caridade), a articulação com parcerias (público/ privado) ou estímulo do assistencialismo que vai dar enfoque na ajuda. Este tipo de prática é bastante utilizado em período eleitoral, o que faz com que as pessoas compreendam não como direito a ser cumprido mediante a legislação, mas como um favor que necessita ser retribuído de alguma maneira.

A cultura do favor está enraizada na sociedade desde muitos anos, perpassando de geração em geração o que envolve interesses políticos, econômicos e pessoais. Na prática, os benefícios eventuais acabam recebendo tratamento desqualificado, fragmentado e seletivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da discussão deste artigo podemos inferir que a cultura do favor está arraigada na história brasileira, desde os primórdios da formação sócio histórica do país, os direitos são materializados na vida dos cidadãos através da via do favor. Apesar da institucionalização de meios de enfrentamento das expressões da “questão social” a intervenção do Estado reforça mecanismos de alienação, pois os sujeitos não se reconhecem como portadores de direitos, e esse processo mistificador das relações sociais não ocorre meramente pelo acaso.

A cultura do favor é extremamente funcional ao modo de produção capitalista, na medida em que os sujeitos são alienados, não se reconhecem como classe trabalhadora que necessitam que seus direitos sejam garantidos, está cultura reforça o não comprometimento do Estado com a população, criam a falsa ideia que quem está no poder é bom e por isso está ajudando a população, ou seja, os direitos são utilizados como moeda de troca para concretizar objetivos pessoais e obscuros que reafirmam a manutenção do poder.

A Política de Assistência Social tem sofrido inúmeros ataques ao decorrer dos anos e nesta conjuntura atual o neoliberalismo tem ganhando ainda mais espaço no Estado e isso tem repercussão direta na vida da classe trabalhadora, pois a pauperização da população é alarmante. Simultaneamente a este processo a assistência social sofre ataques, é reduzida e operacionalizada através da cultura do favor. Neste cenário caótico, o Assistente Social deve articular cotidianamente no exercício profissional as dimensões da profissão, reafirmando o projeto ético-político, contribuindo na construção da cultura do direito, construindo coletivamente caminhos que possibilitem a verdadeira emancipação humana, em uma sociedade sem exploração.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficios-eventuais>. Acesso em 06 de dez. de 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Benefícios eventuais no SUAS: orientações técnicas**. Brasília, 2018.

BOSCHETTI, I. (2009). Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. CFESS. Conselho Federal de Serviço Social.(Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília. 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10a ed. São Paulo, Cortez, 2006.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Iris Maria de. Assistência social e cultura do atraso. III **Jornada internacional de políticas públicas**. São Luís, 2007.



## A ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS DESAFIOS NO ATUAL CONTEXTO

Suilane Chavier da Silva <sup>65</sup>  
Débora Cavalcante de Souza <sup>66</sup>  
Tamirys Alves da Silva Lavor <sup>67</sup>  
Elizângela Alves da Silva <sup>68</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva <sup>69</sup>

### RESUMO

Este trabalho pretende apresentar a Assistência Social e seus desafios no atual contexto que, gestada pela máquina estatal, passa por implicações advindas da divisão de classes. Baseando-se em autores clássicos e contemporâneos visa-se trazer ao debate as considerações referindo-se tanto a assistência como política de viabilização de direitos como mecanismo empregado pelo Estado para contribuir com o *status quo* do capital. Considerando a garantia legal trazida pela Constituição Federal de 1988 e os meios que o capitalismo encontra para desviar essas garantias e ampliar seu lucro. Dessa forma, discutiremos os avanços tendo em conta os marcos legislativos conquistados a partir da luta pela Constituição de 1988 e os retrocessos colocados pelo período neoliberal do governo FHC e a organização na estruturação da política a partir do governo Lula. Diante disso, realizaremos uma análise sobre os impactos decorrentes do modo de produção vigente na política de assistência para a população usuária.

**Palavras-chave:** Seguridade Social. Assistência Social. Neoliberalismo. Capitalismo. Serviço Social.

110

### INTRODUÇÃO

Impulsionada por mobilizações sociais em prol do fim da Ditadura Militar a Constituição Federal de 1988 posiciona a assistência social como uma política pública, colocando o Estado como responsável na efetivação de direitos de cidadania. Outra notoriedade da assistência social data de 1993, decorrente da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/93), a LOAS, tendo entre seus objetivos nortear as normas e critérios para organização da assistência e as ações atribuídas ao Estado na efetivação dos direitos assegurados constitucionalmente.

---

65 Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [suilanechavier94@gmail.com](mailto:suilanechavier94@gmail.com)

66 Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [deboracavalcante456@gmail.com](mailto:deboracavalcante456@gmail.com);

67 Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [tamyalves558@gmail.com](mailto:tamyalves558@gmail.com);

68 Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [elizangela\\_condado@hotmail.com](mailto:elizangela_condado@hotmail.com)

69 Professor orientador. Curso de serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [fabricaoico@hotmail.com](mailto:fabricaoico@hotmail.com).

A Política Nacional de Assistência Social é outro marco que, resultante das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social ocorrida em 2003, tem como mecanismo de gestão o Sistema Único de Assistência Social, criado no mesmo período com a finalidade de conduzir a Assistência Social “de forma descentralizada, regionalizada e hierarquizada, com base no território, com a definição clara das competências, atribuições, fontes e formas de financiamento nas três esferas de governo” (ROCHA, 2016, p. 116). A Política Nacional de Assistência Social compreende os mesmos princípios e diretrizes da LOAS. A inovação para a assistência a partir da PNAS foi a introdução da família como centralidade no acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios.

Vale considerar que a PNAS carrega um viés positivista, que passando a posicionar a família em um papel central, acaba – em muitas das vezes – culpabilizando os sujeitos, de certa forma ocultando as determinações sociais que repercute na vida dos usuários.

Fazendo uso da pesquisa bibliográfica, o presente artigo tem por intuito apresentar a Assistência Social enquanto política pública inserida no tripé da seguridade social e enquanto mecanismo utilizado pelo Estado para assegurar a manutenção de uma sociedade de classes – contribuindo na manutenção do *status quo* pelo capital –, apontando historicamente as conquistas e retrocessos na política e debatendo os desafios da política frente ao neoliberalismo.

Considerando a Assistência Social parte da Seguridade social ela vem experimentando imposições do Estado que beneficia o capital, em específico o capitalismo financeiro, que tomando grande parte da receita federal acaba retirando direitos sociais. A Assistência nos últimos anos vem se destacando na seguridade tendo em vista que ela não faz mediação com outros direitos como o trabalho, engrandecendo o exército de reserva fundamental ao modo de produção capitalista.

Mendosa (2012) e a Rocha (2016) abordam a estruturação da Assistência Social em três períodos: o da construção da LOAS em 1993, o governo FHC e o governo Lula. Neste sentido, analisa-se o avanço da regulamentação da Assistência Social, os desmontes trazidos à política pelas ideias neoliberais no governo FHC e os avanços implementados em um governo de viés esquerdista que, embora tenha trazido ganhos para os usuários da Assistência, deu continuidade aos ideais do governo anterior. Assim, pode-se dizer que a política Assistência Social no governo Lula, apesar de ter como base o discurso do combate à fome e a miséria como prioridade, suas ações implicaram na alimentação de um sistema cada vez mais nutrido de independência, se analisarmos a estrutura social que envolve as políticas que se dizem ser de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

Em síntese, o debate aqui desenvolvido permite compreender que apesar de a assistência ser necessária aos indivíduos que a ela recorrem, ainda há muito a ser conquistado. Isso porque sendo uma “concessão” de direitos ela também reproduz a suposta normalidade da estrutura social vigente. Sendo enormes os desafios para a efetivação da Assistência Social enquanto direito e grandes os desafios para as/os profissionais do Serviço Social que atuam na política, interessa discutirmos a temática para compreendermos até que ponto a assistência social se configura como direito.

## AS IMPLICAÇÕES DA OFENSIVA DO CAPITALISMO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS DESAFIOS

A assistência ao longo da história passou por várias definições, o conceito atual que é utilizado constitucionalmente a considera como: “[...] uma política pública, onde está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social<sup>70</sup> (SUAS), encontrando-se seu suporte na nossa Carta Magna de 1988, com o art. 203 da CF, onde diz que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. (BRASIL, 1993)

“A Assistência social [...] compreende um conjunto de ações e atividades desenvolvidas nas áreas pública e privada, com o objetivo de suprir, sanar ou prevenir, por meio de métodos e técnicas próprias, deficiências e necessidades de indivíduos ou grupos quanto à sobrevivência, convivência e autonomia social.” (MESTRINER, 2008, p. 16).

Levando em conta as discussões produzidas entre autoras/autores da assistência social, garantida na Constituição Federativa como política de viabilização de direitos, interessa trazer ao debate as diferentes considerações teóricas no intuito de compreendermos até que ponto a assistência social se constitui como direito social. A contradição da assistência relaciona-se a estrutura do modo de produção que com o apoio estatal utiliza-se de mecanismos para aquietação dos conflitos de classes, sendo a assistência constituída como um desses mecanismos.

Os autores que discutem a assistência social dividem-se entre os que visualizam a política como meio de garantia ao acesso à cidadania e os que a veem como uma forma do Estado reproduzir a existência de burguesia e do proletariado. De acordo com Rocha (2016), a

---

70 “O SUAS é um sistema público, que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.



partir do modo de produção capitalista a assistência revela-se em dois pontos: *stricto sensu* e *lato sensu*. Em sua forma *stricto sensu*, a assistência limita-se a atender de forma emergencial às mazelas decorrentes do capitalismo, que embora atenda às necessidades imediatas dos mais pobres acaba reproduzindo que a classe deve contentar-se com o mínimo que lhe é oferecido. Por outro lado a assistência *lato sensu* apoia-se na concepção de que é uma política que promove a articulação com as demais políticas sociais, apresentando-se como uma política de inclusão. Rocha (2016) afirma:

Na assistência social *lato sensu*, ser genérica na atenção não é garantir de tudo um pouco, como ocorre na assistência social *stricto sensu*, que assume para si a tarefa de fornecer o medicamento não garantido pela saúde, o material escolar não garantido pela educação e assim por diante. Ao contrário, ser genérica na atenção é ter a função de estender a cidadania aos segmentos excluídos pelas demais políticas sociais (PEREIRA, 1996 apud ROCHA, 2017, p. 97).

Isto posto, entende-se que a política de assistência social é contraditória ao passo que responde ao mesmo tempo interesses da classe trabalhadora e do capital – portanto, segue a lógica da política social no capitalismo.

No decorrer da história a assistência foi constantemente sacrificada em favor da classe dominante. Não se manifesta diferente na atualidade. Pelo contrário, vivenciamos um contexto neoliberal de regressão de direitos em que o governo lança cotidianamente ataques aos direitos sociais. Certo disso, compreende-se que é um grande desafio para a assistência social se efetivar enquanto política de viabilização de direitos. Nas considerações de Couto et al. (2012) o neoliberalismo conceitua a pobreza como algo ligado a incapacidade dos sujeitos em se refazerem frente as questões que dizem respeito à vida em sociedade, desconsiderando as causas sociais, econômicas e políticas que incidem na realidade dos indivíduos. Discorrem que: “O paradigma liberal ou neoliberal considera a pobreza uma imprevidência do indivíduo diante dos riscos que a vida oferece, das intempéries da natureza ou dos azares do destino”. (COUTO et al. 2012, p. 70).

Em resgate do contexto histórico, as implicações neoliberais na assistência foram notórias no governo FHC, no qual aderindo as determinações neoliberais do Consenso de Washington promoveu a privatização de estatais com o discurso de fazer uso dos recursos no investimento em políticas sociais<sup>4</sup> (MOTA, 2013). Sobre as ações que implicam consequências nas políticas sociais argumenta-se que:

As chamadas políticas de ajuste neoliberais constituem, em larga medida, a resposta do capital a essa crise, num pacote que inclui, entre seus principais ingredientes, a desregulamentação das relações de trabalho, amplos programas de privatização e a

abertura externa da economia. Todas essas iniciativas têm o objetivo de restaurar a rentabilidade do capital. (ARAÚJO, 2009, p. 32)

A marca do governo Fernando Henrique Cardoso na história da seguridade social efetuiu-se, entre outras questões, pela contrarreforma da Previdência Social. Tendo sequência o governo Lula em 2003, dá-se andamento a contrarreforma da Previdência e aos outros programas criados durante o governo de FHC. Não desconsiderando a perspectiva de governo esquerdista, ambas as reformas colocam a política de assistência social como sendo a única via de enfrentamento à pobreza. Como afirma a autora:

As propostas de reformas no padrão de proteção social, introduzidas no Brasil a partir dos anos 1990, seguem fazendo parte da agenda do atual governo. Do meu ponto de vista, as duas reformas da previdência constituíram-se numa das pré-condições para a definição do significado que assumiu a assistência social na atualidade, qual seja, a sua expansão como a estratégia central de atuação do Estado ante o agravamento da questão social no Brasil. (MOTA, 2013, p. 163)

Como já afirmado, algumas ações governamentais incidem diretamente nas conquistas sociais resultantes das lutas trabalhistas. A partir disso pode-se considerar as ações do Estado em favorecimento do capital, entre essas as reformas constitucionais, desonerações tributárias e a renúncia fiscal.

Fazendo um gancho para a atualidade, outra ameaça a Seguridade Social, que consequentemente trará implicações à assistência, é a proposta de reforma tributária que caminha no atual governo de Jair Bolsonaro (2019). Impulsionada no governo Lula a ameaça de reforma tributária em 2008 visava a “[...] extinção das contribuições sociais, tornando todas as fontes agregadas por somente três impostos: Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto do Valor Adicionado Federal (IVA), o que impediria a vinculação de recursos para a seguridade social.” (MENDES; WEILLER, 2015, p. 494)

Entre as propostas de reformas tributária que estão em construção uma delas tem a mesma direção da reforma pensada em 2008, ampliando a possibilidade de regressão na política de assistência, já que retira os tributos e contribuições sociais que tem seus valores destinados à seguridade social como exemplo a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. A ideia da reforma é unificar a arrecadação de impostos e diminuir a burocracia o que trará consequências para as políticas sociais – já que todo o orçamento será concentrado no governo federal.

Ainda referindo-se as imposições do capital, ao analisarmos os dados da Auditoria Cidadã da Dívida acerca dos gastos orçamentários do ano de 2018, percebe-se que além da

maior parte do orçamento federal ter sido utilizado para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública (40,66%) ainda houve uma diferença de 906 trilhões de gastos a menos com relação ao previsto. Com relação ao orçamento usado na seguridade social este somou 31,83% do orçamento, referindo-se à previdência (24,48%), saúde (4,09) e assistência (3,26).

## CONTRADIÇÕES E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sendo um país de capitalismo periférico, o Brasil é marcado pela desigualdade econômica, social e política – de forma mais expressiva. Nessa perspectiva a assistência pública realiza-se ao mesmo tempo sob a forma de humanização de um capitalismo violento. Contudo, apesar de o Estado fazer da assistência social um meio de manutenção do exército de reserva, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais ela tem seus aspectos positivos, tendo em vista as conquistas trazidas com a Constituição Federativa de 1988.

Sabe-se que as/os usuárias/usuários da política de Assistência Social são indivíduos que sofrem quotidianamente com a exclusão. Exclusão essa que se apresenta em vários sentidos: econômico, social, cultural etc. ocasionados pelo modo produtivo do capital, tal exclusão se configura como: “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2011, p. 27). Segundo Sposati (2014, p. 05),

A assistência é vista até como necessária por alguns, mas vazia de consequências transformadoras. Sua operação é revestida de um sentido de provisoriedade, mantendo-se isolada e desarticulada de outras práticas sociais.

Neste sentido, pondera-se que a Assistência Social é uma política desenvolvida nos limites que o Estado que ainda há muito a se alcançar para ser garantida como expressa a Constituição Federal. Destaca-se o período do governo Lula que apesar de seus limites trouxe avanços como a estruturação da política, criando – hoje, extinto – o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS como órgão gestor e rompendo com a cultura do primeiro damismo na assistência, e a expansão do Programa Bolsa Família. Levando em conta o programa Comunidade Solidária, pode-se considerar que o período do governo Lula foi um avanço, tornando-se “[...] marco simbólico que representa uma tentativa de dar a assistência social não somente um caráter técnico, mas de *estruturação* como uma política de Estado que



necessita da participação da sociedade civil na sua gestão, e não somente assistencialista [...]”. (ROCHA, 2016, p. 129). Frente essas ponderações analisa-se os desafios da Assistência Social e do exercício da profissão frente ao contexto histórico que se vivencia.

O que interessa aqui é compreender que ao longo da história a assistência social foi resultado de lutas da classe trabalhadora e que, sem deixar de considerar a importância dos avanços conquistados a partir de 1988, há limites que interferem na execução da assistência como uma política de garantia de direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os debates aqui desenvolvidos, a Assistência Social apresenta desafios no atual contexto, onde é marcado por avanços e retrocessos. O capitalismo mantém-se mediante a reprodução das desigualdades entre uma classe que trabalha e outra que se apropria da riqueza socialmente produzida. Debates que a Constituição Federal de 1988 foi uma conquista trazendo para a população a garantia legal da atenção do Estado na efetivação de direitos para minimizar as desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista. Porém apesar das conquistas o capital vem realizando ações no intuito de obter mais lucros que vem cortando esses direitos.

Neste sentido, é válido pensar quais as estratégias que serão ou são utilizadas para que esses direitos, apesar das inúmeras interferências da classe dominante venham a ser efetivados assim como se assegura constitucionalmente. Enquanto categoria que, embora seja requisitada para apaziguar os conflitos de classes, luta pela viabilização da classe que vive do trabalho ou daqueles que não pode vender a sua força de trabalho, seja por incapacidade ou por estar inscrita no exército de reserva que o capital detém.

Relevante indagar o fato da política de Assistência Social ser levada como a única via utilizada no Brasil para o enfrentamento à pobreza, tendo em vista que ela tem se constituído como uma política para os pobres, na qual progressivamente vem se tornando como uma meio de conservar o exército de reserva do capital, não se articulando com política de trabalho que venha a fornecer outras possibilidades as pessoas que vivem em pobreza ou extrema pobreza.

## REFERÊNCIAS

ANFIP. **Análise da seguridade social em 2017**. Brasília, 2018.

ARAÚJO, Elizeu Serra de. As Reformas da Previdência de FHC e Lula e o Sistema Brasileiro de Proteção Social. **Rev. Pol. Públ.** São Luís, v. 13, n. 1, p. 31-41, 2009.

BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, E. R. et al. (Orgs). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2019/02/grafico-2018.pdf>. Acesso em 06/12/2019.

ROCHA, Flávia Rebecca Fernandes. **A unidade contraditória da assistência e da previdência social: uma análise política da execução orçamentária no governo Lula.** - Fortaleza, EdUECE, 2016.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** -3. ed. - São Paulo, Cortez, 2008.

COUTO et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** - 3. ed rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **Seguridade Social Brasileira: O Sentido Político da Expansão da Assistência Social no Governo Lula.** In: **Sociabilidade burguesa e serviço social.** LEWGOY, Alzira et al; Organizadores: José Fernando Siqueira da Silva, Raquel Santos Sant'Anna, Edvânia Ângela de Souza Lourenço. – 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MENDES, Áquilas; WEILLER, José Alexandre Buso. **Renúncia fiscal (gasto tributário) em saúde: repercussões sobre o financiamento do SUS.** Saúde Debate. Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p.491-505, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** - 20. ed. - São Paulo, Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** - 12 ed. - São Paulo, Cortez, 2014.

## BENEFÍCIOS EVENTUAIS E ASSISTENCIAIS: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E TEÓRICAS

Jhenifer Hellen da Silva Cunha<sup>71</sup>  
Jessica Aline Rodrigues Cordeiro<sup>72</sup>  
Letícia Maria da Silva Araújo<sup>73</sup>  
Leiliana Ferreira Lima<sup>74</sup>  
Érika Maria Freires Vieira<sup>75</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>76</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo a elucidação técnica e teórica acerca dos benefícios eventuais e assistências, no sentido de permitir a orientação dos(das) usuários(as) da Política de Assistência Social. Iremos aqui nos restringir a abordar apenas alguns destes benefícios, sendo eles acessados a partir do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal). Dessa forma, analisar criticamente como essas informações estão chegando aos sujeitos que têm direito ao acesso, concessão e garantia, assim como, a forma que os profissionais estão repassando essas informações que se fazem necessárias para a garantia desses benefícios. O trabalho foi feito a partir do levantamento bibliográfico e documental.

**Palavras-chave:** Benefícios Eventuais. Assistenciais. Cadastro Único.

118

### INTRODUÇÃO

Como bem sabemos o contexto histórico brasileiro tem suas particularidades que o diferencia dos demais países de capitalismo central, que passaram pelo momento de importante relevância para se compreender como se dá as Políticas Sociais – na qual comumente chamamos de Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social, não aprofundaremos o debate, pois não é o foco do presente trabalho –, como também oportuniza o espaço de

---

<sup>71</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [jhenifer.hellen.jh@gmail.com](mailto:jhenifer.hellen.jh@gmail.com);

<sup>72</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [jessicaaliner98@gmail.com](mailto:jessicaaliner98@gmail.com);

<sup>73</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [leticiasilvaar1@gmail.com](mailto:leticiasilvaar1@gmail.com);

<sup>74</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [Leilaf21@gmail.com](mailto:Leilaf21@gmail.com);

<sup>75</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [erikafreiresv1@gmail.com](mailto:erikafreiresv1@gmail.com);

<sup>76</sup> Professor orientador. Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [fabricao@hotmail.com](mailto:fabricao@hotmail.com).



debate para se analisar o modelo de Assistência Social que no Brasil se faz presente e ativo na contemporaneidade.

As Políticas Sociais são de extrema importância no que tange a garantia do Bem-Estar da vida dos/das trabalhadores/as, no entanto, segue uma lógica que parte da classe hegemônica que tem como objetivo de regular a reprodução social da mesma, ou seja, os programas e benefícios que partem das Políticas de Assistência vão garantir minimamente a reprodução e manutenção da força de trabalho – empregado ou não – que vai ser expropriada pelo capitalismo. Desse modo, podemos aqui analisar criticamente a contradição inerente das Políticas Sociais, que servem também como salários indiretos para a classe trabalhadora. É imprescindível destacar que elas foram garantidas a custos altos, como a organização da classe trabalhadora e conseqüentemente a luta de Classes.

O presente artigo foi feito via levantamento bibliográfico e documental, que segundo Sá-Silva (2009), é um trabalho – leia-se aqui pesquisa documental – como sendo uma pesquisa de documentos, que ainda não tiveram influências, ou não foram pesquisados por outros autores, sendo esse tipo de pesquisa um caminho de excelente embasamento para ciências humanas e sociais. Já a bibliográfica, compreende-se por:

[...] a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet entre outras fontes (PIZZANI, L. 2012, p. 54).

119

Dessa forma, nos dando total suporte para que se fosse realizada da melhor maneira possível a pesquisa sobre o tema exposto, que surgiu através da seguinte indagação: “Os/as usuários/as da Política de Assistência tem conhecimento sobre os benefícios eventuais e assistenciais dos quais tem direito? Essas informações estão chegando de forma coerente para os beneficiários?”. A partir das indagações aqui expostas, resolvemos que tentaremos elucidar da melhor forma o assunto abordado, para que os sujeitos de direito possam acessar a essas informações, ou seja, tentaremos democratizar as informações para que os/as usuárias possam acessar o tripé que marca a Política que é estruturada pelo acesso, concessão e garantia de tais benefícios.

O trabalho é dividido em um tópico e seus respectivos subtópicos, em que o primeiro abordará a consolidação, definição e operacionalização dos benefícios eventuais, o segundo fará uma breve introdução aos benefícios, além de destacar os órgãos e instituições nas quais os beneficiários podem acessar e por fim o terceiro e último tópico abordará quais são

alguns dos benefícios eventuais e assistenciais que os usuários da Política de Assistência Social têm direito de acesso e garantia, sendo eles concedidos através do cadastramento e atualização bianual do CadÚnico, tendo enquanto base de análise as legislações responsáveis por subsidiar tais benefícios. E por fim, concluiremos com análises críticas sobre a falta de informações sobre tais benefícios, além de destacarmos a importância da categoria profissional para elevar e oportunizar os usuários ao acesso dessas informações.

## **CONTEXTO DE CONSOLIDAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NA GARANTIA DE DIREITOS**

### **DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

A Constituição Federal de 1988 foi um grande marco da redemocratização no Brasil após a Ditadura Militar (1964-1985) para criação, ampliação e garantia de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, suspensos no período ditatorial. No campo dos direitos sociais, estabeleceu o “Sistema de Seguridade Social” constituído por três pilares fundamentais: Saúde, Previdência e Assistência Social. O art. 194 da Constituição Federal prevê a Seguridade Social enquanto "um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social".

120

Com a instituição de avanços normativos decorrentes da Carta Magna e do conteúdo da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/93) a política de assistência social é conduzida a sua consolidação como direito do cidadão e dever do Estado na mesma proporção que o processo de aprimoramento dos benefícios eventuais.

Os Benefícios Eventuais integram a política de Assistência Social e são garantidos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, constituindo um tipo de proteção social e sua oferta define-se em caráter temporário para prevenção e enfrentamento de situações provisórias de desproteção social em consequência ou agravamento por nascimentos, mortes, vulnerabilidades<sup>77</sup> temporárias e calamidades públicas. Segundo a Lei Orgânica de Assistência Social:

---

<sup>77</sup> A concepção de vulnerabilidade utilizada neste artigo tem por referência a forma como o termo é empregado nas Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (BRASIL, 2011).

Compreendendo o contexto das famílias e indivíduos usuários e que tem direito aos benefícios eventuais é perceptível a importância desse tipo de proteção social para o fortalecimento das potencialidades de indivíduos e familiares, situando-os como elementos potencializadores da proteção ofertada pelos serviços de natureza básica ou especial, por tanto, um dos meios que se visualiza a necessidade de acesso a outras políticas públicas é a oferta de benefícios eventuais. À vista disso, as ofertas socioassistenciais devem ser garantidas a população em sua integralidade, mediante benefícios, serviços e programas, como meio de efetivação da capacidade protetiva do Estado e fortalecimento da autonomia das famílias, entendendo integralidade enquanto articulação contínua das ações e serviços preventivos a depender da complexidade exigida de cada caso. Decorrente a essa articulação a prestação dos benefícios eventuais deve dar-se em concordância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com base nos princípios dispostos no Decreto nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007.

Anterior a entrada em vigor da LOAS (1993), os auxílios “natalidade” e “funeral” eram ofertados pela política de Previdência Social, passando, a partir desta data, a serem tratadas enquanto como benefícios eventuais, tornando-se responsabilidade da política de Assistência Social. O decreto nº 6.307/07 traz, em seu Art. 3º, o que diz respeito ao benefício eventual decorrente da situação nascimento, que: “O auxílio por natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos: I - necessidades do nascituro; II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido; e III - apoio à família no caso de morte da mãe”. Este benefício é ofertado de forma ampla e gratuita, ou seja, independe de limite de renda ou contribuição.

Já em relação ao benefício eventual decorrente da situação de morte (auxílio funeral), o Art. 4º diz que:

O auxílio por morte atenderá, prioritariamente: I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento; II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros; e III - a ressarcimento, no caso da ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

Desta forma, este benefício não somente visa garantir um funeral digno, mas também garantir que as vulnerabilidades que se mostram ou se intensificam após a morte do(s) membro(s) da família requerente, sejam enfrentadas de forma efetiva.



A condição de vulnerabilidade temporária<sup>78</sup> poderá ter como uns dos meios para remediar, momentaneamente, o Benefício Eventual Alimentação, que, em sua maioria, é disponibilizado para a população em forma de cestas básicas, devendo, ainda assim, ser observado e analisado enquanto direito de cidadania e direito humano à alimentação, mesmo que seja ofertado de forma imediatista e ínfimo para suprir tais demandas. Este benefício acaba por gerar polêmicas pelo fato de que, muitas gestões públicas, ainda tratam este direito como “doação”, dando-o um cariz assistencialista, o que em nenhum momento a legislação trata desta forma, mas sim, como já frisado, como um direito dos usuários da política de Assistência Social.

## LOCAIS DE OFERTA E EQUIPE RESPONSÁVEL PELA OFERTA

Os Benefícios Eventuais são ofertados no âmbito dos serviços de proteção social básica e especial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com intuito de prevenir violações de direito e reparar direitos violados. Os indivíduos e famílias beneficiárias não podem ter como condicionalidade a participação nos programas, projetos e serviços socioassistenciais, ainda que possuam garantia de acesso ao PAIF e ao PAEFI, a adesão deve respeitar a livre escolha dos sujeitos. Sobre os locais de oferta, cabe à rede socioassistencial articular e definir os fluxos da demanda para integração das ofertas de benefícios e serviços, a fim de que a partir do estabelecimento do local de prestação dos benefícios eventuais e do referencial adequado do público demandante não se resulte em mais uma violação dessa população usuária, mediante a falta de repasses de informações e principalmente da exposição indevida dos casos.

A concessão é realizada por profissionais de nível superior, das equipes de referência do SUAS e da equipe técnica responsável, nesse último caso, quando há equipamentos específicos que ofertam os benefícios. É importante ressaltar que a oferta de Benefícios Eventuais não representa uma atribuição privativa de uma determinada categoria profissional. Visto que a responsabilidade de organizar e ofertar serviços, projetos, benefícios e programas são das equipes de referência é orientado que os Benefícios Eventuais sejam concedidos em todos os equipamentos socioassistenciais de referência da Assistência Social: CRAS, CREAS, Centro Pop e Centros-Dia, utilizando como principal critério as especificidades respectivas a

---

<sup>78</sup> Ver: DECRETO Nº 6.307, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007. Art. 7º.

cada equipamento e à população usuária dos serviços, permitindo a facilitação do acesso e garantia da integralidade da proteção social.

## **ANÁLISE TÉCNICA A RESPEITO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS E ASSISTENCIAIS**

O CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - segundo o Decreto nº 6.135/07 no Art. 2º:

O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

Permite, então, que o Estado conheça melhor a realidade socioeconômica da população, intervindo de forma mais efetiva possível nas expressões da questão social demandadas pela mesma. Neste cadastro serão registradas informações a respeito das características da residência, identificação de cada componente familiar, contendo seus níveis de escolaridade, a situação de trabalho e renda, entre outras, podendo, a partir de tais dados, ter o consentimento ou não dos benefícios ofertados pela política de Assistência Social advindos do Cadastro Único.

A partir do cadastramento no CadÚnico, os indivíduos e suas famílias devidamente inscritas, poderão acessar: o Programa Bolsa Família; o Benefício de Prestação Continuada; a Tarifa Social de Energia Elétrica; o Programa Minha Casa Minha Vida; a Carteira do Idoso; a Aposentadoria para Pessoas de Baixa Renda; o Telefone Popular; a Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição em Concursos Públicos; o Programas Cisternas; do Água para Todos; o Bolsa Verde (Programa de Apoio à Conservação Ambiental); o Bolsa Estiagem; o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais/ Assistência Técnica e Extensão Rural; o Programa Nacional de Reforma Agrária; o Programa Nacional de Crédito Fundiário; o Crédito Instalação; a Carta Social; os Serviços Assistenciais; o Programa Brasil Alfabetizado; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); a Identidade Jovem (ID Jovem); e a Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição no ENEM.

Por muitas vezes, pelo senso comum, a população em geral se refere ao CadÚnico como “o Bolsa Família”, isso por conta deste ser uns dos benefícios mais difundidos dentre todos. Isso se dá pelo fato de que a população mais empobrecida pôde, por meio deste, ter um maior poder de consumo na sociedade, como também permitiu a “saída” de muitos da

extrema pobreza. Criado de acordo com a Lei nº 10.836/04 o Programa Bolsa Família é “destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.”. Em seu Art. 1º no parágrafo único traz que

O Programa de que trata o *caput* tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

Sendo assim este é um benefício de transferência de renda que possibilita uma complementação na renda familiar, podendo ter acesso todas as famílias com renda per capita de até R\$ 89,00 mensais ou então aquelas com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos na composição familiar. Para garantia e continuidade do acesso e do recebimento do benefício se faz necessário que a família cumpra algumas condicionalidades, sendo elas a matrícula e a frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, vacinação, pesagem e medição devidamente acompanhados das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, assim como o acompanhamento do pré-natal das gestantes. No ato do descumprimento de tais condicionalidades poderá a família, inicialmente ser advertida, se tal ação persistir seguirá para o bloqueio, seguido de suspensão e cancelamento, podendo sempre ser pedido recursos, e tendo cada “penalidade” um efeito sobre o recebimento do benefício<sup>79</sup>.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), LEI Nº 8.742/93, no Art. 20 traz que “O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família”, contando enquanto composição famílias do beneficiário a compor renda o cônjuge ou companheiro, a mãe/madrasta ou o pai/padrasto, os irmãos, filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam na mesma residência. É destinado para aqueles, idosos ou deficientes, que não tenham acesso aos Benefícios Previdenciários, como também ter renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo. No caso da pessoa com deficiência considera-se “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental,

<sup>79</sup> Para mais informações sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família acessar: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>.



intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Para o acesso ao BPC se faz necessário, para além da atualização bianual do CadÚnico, um longo processo burocrático que perpassa por análises socioeconômicas, laudos e perícias médicas para a verificação das informações dadas pelo requerente, podendo ou não ser concedido. Em caso afirmativo, o mesmo poderá ser suspenso se a pessoa com deficiência beneficiária do BPC exercer atividade remunerada (também podendo ser em condição de microempreendedor), podendo, após o encerramento de tais atividades assim como o período de pagamento do seguro-desemprego, ser requerido à continuidade do pagamento do benefício até então suspenso, sem necessidade da repetição de todo o processo dito anteriormente (não se aplica se o beneficiário passar a ter acesso a benefícios previdenciários decorrentes da sua atividade laboral).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível destacar a importância dos Benefícios Eventuais e Assistências para a classe trabalhadora, que sofre cotidianamente com as expressões da “Questão Social” fruto da contradição entre capital e trabalho. Nesse sentido, concluímos o presente artigo analisando como é indispensável para os/as usuários/as da Política de Assistência Social a elucidação do tema, pois, muitas vezes essa discussão se encontra inacessível aos beneficiários desta política.

Assim como também podemos analisar que mesmo sendo extenso o número de benefícios e as legislações que os subsidiam, a garantia e o acessos da população aos mesmos muitas vezes não é materializada, e quando sim, não é realizada da forma efetiva para cumprir com os objetivos de tais benefícios, tendo assim, ainda muito que ser estudado e, principalmente, modificado para que a realidade social daqueles que desta política aqui abordada necessitam seja assim melhorada.

É importante salientar a necessidade de debater criticamente a maneira como essas informações estão chegando aos demandantes da Política via profissionais em Serviço Social que estão localizados nos espaços sócio-ocupacionais como no CREAS (Centro de Referência Especializada da Assistência Social) e principalmente o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), pois este é a porta de entrada no que tange o acesso, concessão e garantia dos Benefícios.

Por fim, ressaltamos o quão relevante é a compreensão, dos/das profissionais e sujeitos de direito, de que, tanto os benefícios abordados por este artigo, quanto todos aqueles disponibilizados pelo Estado, são direitos adquiridos por meio da luta de classes, onde a parcela da população que é oprimida por este sistema desigual reivindicou melhorias nas suas condições de vida e de trabalho, pois, em caso contrário, esses benefícios poderiam – e que por muitas vezes são – vistos, pelo senso, comum como privilégios dado aqueles “que não tem coragem de trabalhar”, sendo este pensamento consequência da falsa visão de meritocracia tão difundida na nossa sociedade. É então, a partir desta consciência a respeito dos benefícios, que se faz possível uma abordagem e análise crítica capaz de garantir os direitos e modificar a realidade social dos indivíduos.

## REFERÊNCIAS

SÁ-SILVA, Jackson Ronie *et al.* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, RS, ano I, n. I, 2009.

PIZZANI, Luciana; *et al.* A ARTE DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA BUSCA DO CONHECIMENTO. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, SP, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em:  
[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_194\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_194_.asp). Acesso em 05 de Dezembro de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Cidadania**, O que é e para que serve, Cadastro Único, Brasília, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em: 30 de nov. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Cidadania**, O que é, Programa Bolsa Família, Brasília, 2015, Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 30 de nov. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Benefícios Eventuais no SUAS: orientações técnicas, Documento sob consulta pública. Brasília: MDS, 2018.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Cidadania**, O que é e para que serve, Cadastro Único, Brasília, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em: 30 de nov. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Cidadania**, O que é, Programa Bolsa Família, Brasília, 2015, Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 30 de nov. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Benefícios Eventuais no SUAS: orientações técnicas, Documento sob consulta pública. Brasília: MDS, 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil**: capítulo 4 seção 1, Brasília, DF, 07/12/1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm). Acesso em: 30 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil**: capítulo 4 seção 2, Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm). Acesso em: 30 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007. Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Conselho Nacional de Assistência Social**, Brasília, DF, 14 dez. 2007. *E-book* (4 p.).

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. **Legislação Informatizada**, Brasília, DF, 9 jan. 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 nov. 2019

127

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil**, Brasília, DF, 27 jun. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm). Acesso em: 1 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Cidadania**, Condicionalidades, Brasília, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>. Acesso em: 01 de dez. de 2019.



## A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

Antônia Adriana de Souza<sup>80</sup>  
Ana Soraya Bernadino Silva<sup>81</sup>  
Clara Maria Costa Barboza<sup>82</sup>  
Joice Pereira da Silva<sup>83</sup>  
Luiz Carlos Barbosa Ferreira da Silva<sup>84</sup>  
Adriana Alves da Silva<sup>85</sup>

### RESUMO

O presente artigo caracteriza o trabalho do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Reflete a missão institucional dos CRAS que é uma unidade pública estatal integrante da política de assistência social, que oferta serviço da proteção social básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Analisa o trabalho da assistência social no cotidiano deste espaço sócio ocupacional e identifica os desafios postos para a efetivação e garantia de direitos da população assistida por este equipamento.

**Palavras-chave:** Assistente Social, CRAS, SUAS, Serviço Social, Trabalho.

### INTRODUÇÃO

O Serviço Social enquanto profissão se desenvolve a partir dos anos 30 do século XX, período marcado por um processo de expansão industrial como também de agravamento das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, submetida a uma intensa jornada de trabalho no chão de fábrica, que não dispensava mulheres, tampouco crianças, num intenso processo de pauperização a qual estavam submetidos, situação que se tornou nítida para a sociedade.

Ante essa realidade a classe trabalhadora passou a protagonizar com frequência para a época, protestos e reivindicações na busca de melhorias nas suas condições de vida e também de trabalho. Essa organização da classe trabalhadora, no entanto representava para o grande

<sup>80</sup> Estudante do curso de Serviço Social – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu. E-mail: [adryana1410@gmail.com](mailto:adryana1410@gmail.com)

<sup>81</sup> Estudante do curso de Serviço Social – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu. E-mail: [sorayabernadino92@gmail.com](mailto:sorayabernadino92@gmail.com)

<sup>82</sup> Estudante do curso de Serviço Social – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu. E-mail: [claramaria335@gmail.com](mailto:claramaria335@gmail.com)

<sup>83</sup> Estudante do curso de Serviço Social – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu. E-mail: [joicepereira2018@hotmail.com](mailto:joicepereira2018@hotmail.com)

<sup>84</sup> Estudante do curso de Serviço Social – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu. Técnico em administração – Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Amélia Figueiredo de Lavor. E-mail: [luiz-carlosigt@hotmail.com](mailto:luiz-carlosigt@hotmail.com)

<sup>85</sup> Doutora em Educação pela UFC, Docente EBTT do IFCE, Campus Iguatu. E-mail: [adriana.as.ce@gmail.com](mailto:adriana.as.ce@gmail.com)

capital uma ameaça, uma vez que conflitos emergidos nas manifestações, denunciavam as desigualdades e estavam colocando em risco a propriedade privada.

Como resposta a esses conflitos o Estado passa a assumir responsabilidades, ou seja, passa a intervir nas expressões da “questão social”<sup>86</sup>, não de forma a conceder melhorias para a classe trabalhadora, mas sim com o objetivo de colocar um fim nas manifestações e descontentamentos entre as classes para continuidade do sistema capitalista. É dessa forma, que estão postas as condições que requisitam a inserção do Serviço Social no mercado de trabalho, esse é demandado pelo Estado e pelos setores dominantes, para atuar junto a classe trabalhadora, em uma perspectiva de mediador, ou seja, está presente no cotidiano da classe operaria com vistas a impedir que essa se manifeste contra o capital. Assim nos primórdios da profissão, a responsabilidade dos assistentes sociais era conter os trabalhadores e ajusta-los a ordem vigente, tendo como base para essa atuação a doutrina social da igreja católica que se propagava na sociedade.

O caráter crítico do Serviço Social, assim como, a sua aproximação com as obras marxistas só ocorre a partir do movimento de reconceituação e renovação, no qual, o Serviço Social brasileiro busca a constituição de um Serviço Social próprio desvinculado das teorias norte-americanas, essas que se fizeram presentes nas protoformas da profissão.

Apesar do movimento de reconceituação se iniciar nos anos 60, particularmente no Brasil, a aproximação com o Marxismo só ocorre nos anos 1980, tendo em vista ter este movimento se deparado com o processo de ditadura militar, sendo o mesmo freado. O Serviço Social se aproxima fielmente das obras de Marx no período de redemocratização do Brasil após o período de autocracia burguesa, onde rompe com o tradicionalismo presente na profissão, como também, com suas práticas conservadoras.

Os anos 80 representaram não só um marco para o Serviço Social, como também, uma marco na viabilização de direitos para a sociedade, tendo em vista, que em 1988 é instituída a Constituição Federal do Brasil, essa que, é responsável por conduzir todo o nosso ordenamento jurídico, que se expressa enquanto um marco na garantia de direitos.

Além de conceder responsabilidades para o Estado, a Constituição instaura a assistência social, como também, a ampliação dos serviços e direitos, dando novos ares à seguridade social brasileira.

---

<sup>86</sup> De acordo com Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantem-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Assistência Social integra a seguridade social juntamente com a, saúde e a previdência social, assim de acordo com a Constituição Federal:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

É nos serviços prestados no âmbito da assistência social que se insere a atuação do assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a atuação profissional do Assistente Social inserido nesse equipamento, deve se afastar de toda a prática conservadora e moralizante, que repercute na origem da profissão.

130

## DESENVOLVIMENTO

O CRAS é um equipamento de proteção social inserido no SUAS (Sistema Único de Assistência Social), sistema que identifica as diversas demandas sociais existentes perante a sociedade. O CRAS tem o objetivo e a finalidade de prestar os serviços socioassistenciais.

No CRAS deve conter uma equipe técnica de trabalho, a qual deve compreender com clareza os conceitos inseridos no Manual do SUAS, podendo contribuir para organização e qualificação do conjunto de informações necessárias ao diagnóstico, planejamento e acompanhamento da família e dos indivíduos.

Em relação ao atendimento, o público prioritário deverá ser pessoas em situação de vulnerabilidade, o principal serviço do CRAS é o de proteção e atendimento integral a família. Como suporte a integração, existe o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV para assim aprofundar a essência do trabalho social.



Embora o projeto venha com objetivo de dá suporte integral a família, sabemos que não há recursos pra que o mesmo aconteça de forma integral, passando a ser uma forma de atuação perante a família e os indivíduos integrantes do equipamento de forma insipiente.

O objetivo do SUAS é atender as famílias e buscar fortalecer os vínculos, nesse processo cabe ao assistente social mediante a sua forma de atuação, entender os percursos formativos e metodológicos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, fazendo com que os grupos estejam sempre em processo constante de formação e participação. Ou seja, é importante que o profissional tenha conhecimento teórico para que se possa atuar na realidade em que está inserido.

É de suma importância o profissional ter conduta ética na verificação das informações prestadas por parte dos usuários, beneficiários de programas sociais de transferência de renda, os quais podem ser citados como exemplo, bolsa família e BPC, o profissional deve agir com ética para que não se tornem meros fiscalizadores do Estado.

O papel do assistente social dentro do equipamento deve ser com a finalidade de atuar em ações de caráter protetivo e preventivo em articulação com o projeto ético político da profissão atendendo assim as demandas apresentadas, embora saibamos que o Estado não dá suporte necessário para que tal função seja desempenhada de forma integral, pois existem regras institucionais que muitas vezes não conduzem com o projeto Ético Político, porém o Assistente Social mesmo diante das dificuldades deve manter sua conduta ética.

As formas de atendimento dentro do equipamento CRAS se dão através de demandas espontâneas, encaminhamento da rede socioassistencial, ocorrendo através do encaminhamento da rede de atendimento dentro das políticas públicas e a busca ativa da equipe do CRAS.

O primeiro contato com o equipamento e atendimentos que aconteceram dentro do mesmo, para os usuários será com a recepção, se tornando mais ágil o atendimento, com um atendimento extremamente educado, sempre respeitando e mantendo um bom diálogo entre o profissional e o usuário, sempre facilitando com a agilidade ao acesso e ao atendimento com o assistente social e equipe de referência.

Na recepção antecederá esse atendimento para a obtenção aos dados do usuário, registros e procedimentos, em seguida ele será encaminhado e atendido pelo o(a) assistente social, ou em caso de não obtenção do serviço ao devido atendimento, poderá ser designado ao agendamento conforme a disponibilidade da equipe de referência e o local (pois pode o assistente social está em visitas domiciliares ou em atividades externas).

Dáí percebe - se o grau de importância do atendimento na recepção, pois é preciso ter disponibilidade de instrumental específico de registros da localidade de origem do usuário, e das formas de acesso ao CRAS e demandas apresentada ao, (cadastro único, atendimento equipe de referencia SCFV), que logo, mas irá ser acolhida pelo o assistente social ou em outro profissional de nível superior da equipe que abrange tal área, por que é nessa acolhida que o profissional tem o primeiro contato com o usuário, orientando sobre os serviços disponibilizados no equipamento social, e o vínculo de confiança entre ambas as partes, com isso, passa a se estabelecer.

É Importante frisar que nessa acolhida do atendimento ao usuário pelo o assistente social, é necessário que ele (a) tenha determinada postura, pois, ao fazer a primeira escuta, em que o usuário precisará de atenção, se deve analisar a problematização, e assim se fazer necessário sigilo total das informações, para melhores orientações e encaminhamentos possíveis, e tudo isso trabalhado de acordo com o código de ética que exige do profissional ter sigilo obrigatório nos atendimentos, assim como no equipamento quanto nas visitas domiciliares.

É a partir desses atendimentos, que o assistente social colhe dados necessários para inserir ou não no acompanhamento familiar o PAIF. Os instrumentais utilizados nesses acompanhamentos e atendimentos mais adequados são: prontuários de atendimento, e relatório de cadastro único, portanto toda via, esses atendimentos realizados no CRAS, requer uma clareza, de que, toda família que está sendo acompanhada pelo o PAIF passa por uma série de atendimentos, para então ser realizados no CRAS, ou em visitas domiciliares.

O acompanhamento social realizado pelo PAIF tem caráter continuado e determinado. A inserção da família no programa se faz pelo prontuário SUAS que é de extrema importância para identificar as vulnerabilidades e potencialidades da mesma visando à construção de um plano de acompanhamento que esteja de acordo com os objetivos proposto pelo programa, mediante uma atuação preventiva, protetiva e proativa da equipe de referência. É por meio deste prontuário que as análises das condições sócio econômica da família bem como o território em que vivem são realizadas para só assim divisar as oportunidades e dificuldades de acesso aos equipamentos de políticas públicas.

A contextualização feita depois de todas as informações colhidas pelo profissional numa relação de confiança e sigilo que são resguardados a família é que de maneira genérica essa família é caracterizada de acordo com as especificidades que tiverem em comum com as já acompanhadas pelo programa determinando assim os grupos ou serviços de convivência

que serão inseridas. Desse modo é acordado com a família um cronograma e atividades que terão que participar, tais como as oficinas que devem ter um tema reflexivo do cotidiano.

A perspectiva territorial permite a adequação de políticas e programas públicos nos âmbitos da reprodução e da proteção social. Permite reinventar a política pública articulando redes de solidariedade microterritoriais, sociais e familiares. É no território, como espaço privilegiado, que se podem fortalecer os vínculos de pertencimento e redes sociorrelacionados assegurando apoios e proteção social. (CARVALHO,2014,p.48).

Desse modo é acordado com a família um cronograma e atividades que terão que participar, tais como as oficinas que devem ter um tema reflexivo do cotidiano. Também faz parte do PAIF ações comunitárias que buscam mobilizar toda a comunidade e estabelecer uma aproximação com o CRAS por meio dos eventos realizado pela a secretaria.

O desligamento da família do programa é determinado após um parecer técnico expedido pelo o profissional mediante uma avaliação que constate o aumento do poder aquisitivo, ou seja, de evolução da situação vulnerabilidade social que motivou o acompanhamento.

E com isso precisamos entender que há uma diferença entre acompanhamento e atendimento, pois é preciso compreender o contexto em que essa família está sendo inserido, por meio de entrevista ou estudo social, que subsidiarão a necessidade de abertura de prontuários SUAS de preenchimento obrigatório para as famílias em acompanhamento pelo PAIF, ou em manutenção na ficha de cadastro da família, para o caso de atendimento pontual, a partir disso que ocorre a definição, se a família será acompanhada ou somente atendida.

Ante todo o procedimento mostrado diante do que já foi explicado nesse contexto do trabalho do assistente social, cabe ressaltar a percepção do(a) mesmo na interpretação da situação exposta pelo o usuário, para além do imediatismo, refletir sobre que direção estabelecer no trabalho social com as famílias e oferecer respostas condizentes com a demanda, na direção e certa de orientação ou encaminhamento, que será feito através disso ou em outros atendimentos realizados até que a situação seja finalizada e a família não evolua para uma situação de risco social.

Para isso o assistente social tem que ter uma formação segundo as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a formação do profissional é baseada em três pontos, teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativo, para compreender o processo histórico em sua totalidade para identificar as demandas das pessoas que utilizam o CRAS e como deverá intervir dentro das competências legal do



assistente social. O exercício de atuação profissional no CRAS de acordo com IAMAMOTO (2009) “exige um profissional com largo conhecimento cultural e politicamente vigilante ao tempo histórico; atento para decifrar o que ainda não foi dito, atento os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder”.

Esses conhecimentos são necessários para a atuação no enfrentamento das demandas sociais do cotidiano do usuário de acordo com os procedimentos e instrumentos utilizados no trabalho social do CRAS. Tendo esse conhecimento de técnica para o diagnóstico, porém, se tem em muitas instituições de ensino uma formação que explana pouco os conteúdos do campo da assistência social, o que leva a uma formação não tão crítica e a atuação desse profissional não ocorre da maneira propositiva. O profissional que tem uma visão mais ampliada da realidade atua para fortalecimento dos vínculos familiares e comunidade, na busca de atender as demandas das famílias em situação de risco em toda sua especialidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo caracterizou o trabalho do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e identificou as dificuldades e controvérsias que se colocam diante do fazer profissional dentro do âmbito do CRAS, no caminho de buscar a legitimidade da política de assistência social na perspectiva do direito.

Constatou-se que vários são desafios a serem enfrentados, sendo necessária a visão sistemática do profissional com a finalidade de conseguir fazer à efetuação dos serviços da proteção social básica as famílias atendidas pelo CRAS. Observou-se também que formação para uma atuação prática e proativa é de uma imensa relevância, pois auxilia o conhecendo como deve agir diante das demandas da região onde está inserido o CRAS. Uma vez que se deve atuar nas devidas especificidade de cada usuário de acordo com a competência que o assistente social possui.

Mesmo com poucos recursos que torna o trabalho difícil, e serviços prestados focalizadas, percebeu-se que o Assistente Social deve manter uma prática crítica e ética, não reproduzindo o que a sociedade capitalista impõe, e sempre na busca de tornar-se uma prática tecnicista, de caráter focalizador dentro da profissão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (Serviço Social). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. **Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**, Brasília, 8 . 2011.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. ed. Cortez, SP, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. ed. Cortez, SP, 1998.

IAMAMOTO, Marilda. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília:CFESS/ABEPSS,2009

LOPES, Edilene. **O Papel do CRAS na efetivação da seguridade social enquanto sistema da seguridade**. *Serviço Social & Realidade, Franca, 16(2): 183-194, 2007*

## ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA “CRIANÇA FELIZ” NO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE: um resgate ao conservadorismo

Natália Soares de Oliveira<sup>87</sup>  
Alexandra Queiroga Cavalcante Bezerra<sup>88</sup>  
Carmem Maria Vieira de Amorim<sup>89</sup>  
Maria Heloiza Alexandre Marques<sup>90</sup>  
Luan Cabral da Silva Araujo<sup>91</sup>  
Luciana Sátiro Silva<sup>92</sup>

### RESUMO

Com o presente artigo pretendemos analisar o Programa Criança Feliz – PCF executado no município de Iguatu e suas ações pelo atual governo a partir de uma visão crítica acerca do papel do Estado. Tendo como referência, documentos colhidos na Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social – SETHAS do município que atuam como mantenedores do programa junto ao Centros de Referências da Assistência Social – CRAS. Como metodologia e análise, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa e de cunho empírico mediante estudo bibliográfico, optamos pelo materialismo histórico dialético para uma análise mais qualificada. A partir das reflexões construídas neste artigo é possível perceber que o trabalho realizado dentro do programa em pauta, possui um caráter assistencialista, indo na contramão da LOAS e do SUAS, o que põe sua manutenção em risco, diante da crescente onda conservadora que se alastra no país associada ainda pela falta de financiamento para a manutenção do programa de acordo com os objetivos do mesmo.

136

**Palavras-chave:** Assistencialismo. Assistência Social. Programa Criança Feliz.

### INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a Assistência Social brasileira fora marcada por sua visão como ação emergencial, filantrópica, caritativa e de benemerência. Segundo analisa Fontenele (2007), a referida política fora por anos secundarizada, mas com o passar do tempo, principalmente com os avanços legais após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei n. 8.742/93, estes marcos normativos passaram a ser um dos componentes fundamentais na luta pela concretização das práticas de

<sup>87</sup> Graduada pelo Curso de Serviço Social no IFCE – *Campus* Iguatu. E-mail: [nataliaelisesmendes@hotmail.com](mailto:nataliaelisesmendes@hotmail.com);

<sup>88</sup> Graduada pelo Curso de Serviço Social no IFCE – *Campus* Iguatu. E-mail: [alexandra\\_queiroga@hotmail.com](mailto:alexandra_queiroga@hotmail.com);

<sup>89</sup> Graduada pelo Curso de Serviço Social no IFCE – *Campus* Iguatu. E-mail: [carmem.ip@hotmail.com](mailto:carmem.ip@hotmail.com);

<sup>90</sup> Graduada pelo Curso de Serviço Social no IFCE – *Campus* Iguatu. E-mail: [heloisamilitao@hotmail.com](mailto:heloisamilitao@hotmail.com);

<sup>91</sup> Graduando em Curso de Serviço Social no IFCE – *Campus* Iguatu. E-mail: [luan.cabral66@hotmail.com](mailto:luan.cabral66@hotmail.com);

<sup>92</sup> Professor orientador: titulação mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará– UECE, [lusatiro@yahoo.com.br](mailto:lusatiro@yahoo.com.br).



igualdades e justiça social destinada ao atendimento dos contingentes da miséria no país, adquirindo, embora que ainda recentemente, *status* de política pública, compondo o tripé da Seguridade Social, sendo um dever do Estado, com gestão descentralizada e participativa.

Em síntese, conforme Behring e Boschetti (2011), o processo de concretização da Assistência Social em política pública foi lento e gradual, por ter que suplantar características históricas, como a morosidade na normatização legal, e com a focalização e seleção na abrangência da população usuária.

Tornamos relevante destacar que, no ponto de vista normativo, com o surgimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2003, foi outro instrumento de potencial destaque, por melhor organizar e estruturar nacionalmente suas ações, serviços, programas e benefícios, havendo avanços à política de forma geral, todavia presente desafios recorrentes para sua operacionalização.

Dentre esses desafios, destacamos o recente lançamento do governo federal de um programa governamental desenvolvido pelo atual Ministério da Cidadania ligado à Primeira Infância do SUAS, enquanto ações da Proteção Social Básica (PSB). Estamos tratando do “Programa Criança Feliz” (PCF), instituído através do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, objeto de estudo do presente trabalho. O PCF constitui-se como programa da Assistência Social nos termos do artigo 24 da LOAS, como ações socioassistenciais complementares e integradas a serviços e benefícios socioassistenciais, sendo integrado e executado nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), podendo ser operado de forma municipalizada ou em parceria com Organizações da Sociedade (OSCs). (BRASIL, 1993; BRASIL, 2014)

A centralidade da relevância desta análise se fundamenta em apontar reflexões teóricas e conjuntural sobre o Programa Criança Feliz a partir do lócus de investigação os Centros de Referência da Assistência Social de Iguatu-CE, observando as dimensões que envolvem seu objetivo enquanto programa governamental e seu papel como Estado de direito na atualidade brasileira, repleta de retrocessos e ameaças aos avanços que a política vinha atingindo com a implementação do SUAS. Dessa forma, tem como objetivo analisar o referido Programa, identificando as especificidades do processo de desresponsabilização do Estado diante das necessidades sociais de um município do Nordeste brasileiro, onde se exige maior resposta da proteção social estatal às famílias pobres.

Para tanto, realizamos análise de natureza qualitativa e de cunho empírico mediante estudo bibliográfico dos(as) principais estudiosos(as) sobre a política de Assistência Social sobre o tema. Ainda, também fizemos pesquisa documental por meio de leitura e análise do

projeto em alusão e legislação que o fundamenta sua forma de operacionalização nos equipamentos onde é desenvolvido.

## AS RECONFIGURAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL AO LONGO DAS DÉCADAS DE 1930 A 1990

É válido ressaltar que a formação sócio-histórica brasileira deu-se de forma tardia, o que impactou diretamente no desenvolvimento do país e de sua população. Como já apontado, a política de Assistência Social não foi diferente, pois esta sofreu os rebatimentos e influência dos aspectos econômicos, políticos e sociais do cenário nacional e internacional.

Os anos de 1930 demarcaram o início do processo de institucionalização da política em comento, a partir da filantropia, benemerência e ajuda, com viés da Igreja Católica no atendimento às expressões da questão social<sup>93</sup> oriundas da reprodução do capital brasileiro. Paulatinamente, com o desenvolvimento do pólo industrial nacional, principalmente no Sudeste do país, ocorre melhoria condições de vida e direitos, sempre conquistados por tensionamento e lutas da classe trabalhadora ao governo de Getúlio Vargas. Nessa correlação, o Estado Varguista passa a conceder direitos e ganhos a classe trabalhadora, a exemplo da criação Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), surgimento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, avanços na legislação previdenciária, havendo conquistas no campo dos direitos, embora muito restritas a uma pequena parcela de trabalhadores assalariados.

Em 1938, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), junto ao Ministério de Educação e Saúde (MES), articuladas por pessoas ligadas às ações filantrópicas. Sendo criados nesta época a LBA<sup>94</sup> (Legião Brasileira de Assistência) e o CNSS<sup>95</sup> (Conselho Nacional de Serviço Social). Como afirma Mestriner, (2008, p. 121), “No governo de Vargas, o controle da ação social continua centralizado na instância federal, por meio do CNSS, da

---

<sup>93</sup> A Questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.” (IAMAMOTO, 2005:77)

<sup>94</sup> As químicas específicas dos núcleos celulares da Assistência Social começam ser alteradas e espocam múltiplos agentes de transformação genética. Ao longo dos anos a LBA vai tencionar seu caráter político populista buscando alcançar uma proposta mais próxima ao Serviço Social, caminhou primeiro através da saída pela tecnocracia e não pela democracia (SPOSATI, 2011, p.31-32).

<sup>95</sup> O CNSS ganha uma nova função, além de analisar a concessão de subvenções, passa a reconhecer oficialmente as instituições sem fins lucrativos. O controle da ação social continua centralizado na instância federal, com ampla capilaridade de sua atuação, através de desconstrução de programas e serviços nos estados e municípios, reproduzindo, contudo o modelo estatal, não levando em conta as especificidades regionais (MEDEIROS, 2009).

LBA e dos demais macroorganismos, que estenderão com ampla capacidade sua ampla capilaridade sua atuação, mas apenas desconcentrando programas e serviços”.

A LBA acabou reproduzindo o modelo assistencialista, que já acontecia na esfera pública, ficando caracterizada pela então primeira Dama da época, a então reconhecida senhora Darcy Vargas e se consolidou como primeiro damismo a partir de Darcy Vargas no âmbito do social, especificamente nas décadas de 1930/ 1940.

A Assistência Social, além de delimitar a ação a um campo, o social, institucionaliza uma prática, imprime uma racionalidade, constrói um conhecimento. Assim, ela compreende um conjunto de ações e atividades desenvolvidas nas áreas pública e privada, com o objetivo de suprir, sanar ou prevenir, por meio de métodos e técnicas próprias, deficiências e necessidades de indivíduos ou grupos quanto à sobrevivência, convivência e autonomia social. Quando particular, a assistência caracteriza-se geralmente por iniciativas institucionalizadas em organizações sem fins lucrativos, direcionadas a dificuldades específicas: relativas à criança, à terceira idade, ao deficiente ou portador de necessidades especiais, ao migrante, ao abandonado, entre outras. Quando pública, poderá ter ou não o estatuto de política social, isto é, as ações e programas públicos não lhe configuram o estatuto de política social, ainda que ela inicie na esfera pública (MESTRINER, 2008, p.16).

A partir da década de 1960, o país sofreu o Golpe de Estado dado pela “Autocracia Burguesa” aliada aos Militares, mas precisamente no ano de 1964, sendo este período caracterizado segundo Netto como Ditadura Civil-Militar<sup>96</sup>. Segundo Netto, (2015, p. 41), “O desfecho de abril foi a solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contrarrevolucionário e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa” (AMORIM, 2019).

Assim, é nesse contexto, que de 1984 a 1988, vive-se no Brasil uma intensa mobilização Social. Em 1985, mas precisamente, tem-se a derrocada da Ditadura Militar e a abertura do país para a retomada de um período de redemocratização, onde se terá grandes lutas dos movimentos sociais, tendo o Movimento Estudantil uma participação importante, uma vez que lutou em defesa e a volta da democracia junto às massas sociais (AMORIM, 2019).

No decorrer da segunda metade da década de 1970, as grandes cidades brasileiras foram palco de inúmeras ações de contestação e de protesto, passeatas, greves, atos públicos, bloqueios de rua, acompanhamentos em frente a órgãos públicos, abaixoassinados, levadas e cabo pelas organizações estudantis, populares e operária. Também foi relevante a participação das camadas médias urbanas e intelectuais, artistas, setores progressistas do MDB, da igreja e das entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação de Imprensa (ABI). Mesmo com uma

<sup>96</sup>Termo utilizado e desenvolvido pelo autor renomadíssimo do Serviço Social, o então José Paulo Netto, em sua obra denominada e intitulada de “DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL PÓS- 64”. Assim, o mesmo discute criticamente esse termo em seu livro, aqui já denominado e traz elementos para uma análise de forma bem crítica sobre esse período histórico vivenciado no Brasil.



diversidade de interesses e reivindicações específicas, as diferentes organizações e movimentos se uniam num ponto em comum: a luta pelas liberdades democráticas – fim dos governos militares, do AI-5, da censura, das cassações, das torturas; pelos direitos humanos, pela anistia aos presos, cassados, exilados e perseguidos políticos, eleições livres (ver Sorj e Almeida, 1984; O'Donnell e Reis, 1988). As mobilizações pela redemocratização que confluíram nas “Diretas já” constituíram o maior movimento de massa que o Brasil já teve. De fevereiro a abril de 1984 milhares de pessoas se mobilizaram e compareceram às passeatas e aos comícios organizados por comissões suprapartidárias, objetivando restabelecer a democracia no país por meio de eleições diretas para Presidente da República. O movimento se desenvolveu em torno da votação da emenda Dante de Oliveira, que transformava em diretas as eleições para Presidente da República e necessitava da maioria de 2/3 do congresso para sua aprovação. A emenda foi votada em abril de 1984 e não conseguiu essa maioria qualificada (MONTAÑO E DURIGUETO, 2011, p. 273-274)

Em 1988, se terá a construção e consolidação da Carta Magna Nacional ou Constituição Federal de 1988, onde haverá a construção de direitos e obtenção da nossa Seguridade Social, esta tendo um modelo híbrido, pois contará com as três distintas políticas, estas tidas no âmbito e perspectiva do direito, sendo eles assegurados por Lei. Segundo Mestriner, (2008, p. 17), “A Constituição de 1988, pela primeira vez na história brasileira, conferiu um novo estatuto à Assistência Social, que foi, há pouco mais de dez anos, conceituada como política de seguridade social ao lado da saúde e previdência social” (AMORIM, 2019).

Contudo, como o Brasil é um país dependente economicamente e politicamente dos países cêntricos, os processos externos impactam o desenvolvimento nacional. Desta forma, com a crise de 1970 do capital, para se reerguer o capital lança medidas para voltar a se desenvolver e lucrar, se dando o processo de Reestruturação Produtiva, que chegarão juntamente com a flexibilização do trabalho (relações sociais), Neoliberalismo<sup>97</sup> e mundialização do capital<sup>98</sup>. Desta forma, tem-se o processo de precarização das formas de trabalho, em especial com a mudança no mundo do trabalho, o que rebate os países em especial periféricos ou subdesenvolvidos, como vemos abaixo com os autores.

É nesse cenário de liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais e de (contra) reforma do Estado, como forma de reestruturação e recomposição da hegemonia burguesa, que as políticas sociais assumirão uma nova feição, compatível com as estratégias atuais de acumulação, sob o comando financeiro. Assim, uma outra condicionalidade é imposta para os Estados nacionais: a de que não aumentem o gasto público para não produzir déficit fiscal e para gerar superávit primário; em

<sup>97</sup> [...] neoliberalismo como direção ideopolítica do processo de restauração do capital em crise fizeram com que as promessas da ideologia desenvolvimentista gradativamente passassem a entrar em contradição com os interesses do projeto burguês. Nesse momento histórico de intensificação da mundialização capitalista, o objetivo da política neoliberal era se apresentar como uma alternativa ideológica viável ao esgotamento do antigo modelo de substituição de importações e da ideologia desenvolvimentista (MARANHÃO, 2014, p. 05).

<sup>98</sup> [...] Pode ser apontado como processo de mundialização da economia, de constituição de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro, ou melhor, “uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação” [...] (CHESNAIS, 1996 E 1997, apud BEHRING 2008).

outras palavras: redução dos gastos públicos com políticas e serviços sociais (MONTAÑO E DURIGUETO, 2011, p.208-209).

Estas mudanças se dão na contramão da realidade nacional brasileira, chegando apenas na década de 1990, em decorrência dos processos tardios que aqui se dão, assim, no Brasil se dará o que denomina-se de Contrarreforma do Estado<sup>99</sup> com a chegada do Neoliberalismo, o que atingirá os direitos da classe trabalhadora, indo de contramão na materialização das políticas sociais e da recém Constituição Federal de 1988, que junto a ela traz a conquista da Seguridade Social, como também da política Assistência Social (para quem dela necessitar) como política de direito, juntamente com a Saúde (Universal) e a Previdência Social (caráter contributivo).

Deste modo, tem-se Estado macro para o capital e mínimo para o social, se dando uma série de cortes e retrocessos nas políticas públicas/sociais, estes vistos até os dias atuais, o que dá margem para o crescimento de Ong's e do terceiro setor, na medida em que o Estado se desresponsabiliza de suas funções e materialização dos direitos a classe trabalhadoras, com políticas sociais cada vez mais minimalistas, focalizadas e seletivistas, realidade cada vez mais atual e presente na sociabilidade de perdas de direitos e retrocessos no campo social.

Em setembro de 2004, temos a aprovação na Reunião Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. A Política de Assistência Social estabelece princípios e diretrizes para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e é o fruto de um processo de debates realizados nos Estados e no Distrito Federal durante o ano de 2004, a partir de uma proposta preliminar elaborada pela Secretaria Nacional de Assistência Social com a participação do CNAS, respeitando as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003.

A Assistência Social como política de proteção social instaura uma nova etapa na garantia de direitos, de caráter não contributivo ela visa garantir a todos, que dela necessitam, a provisão dessa proteção. A Política Nacional de Assistência Social se configura necessariamente na perspectiva socioterritorial, levando em consideração as vulnerabilidades e potencialidades de cada território.

Com base na PNAS, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) organizou e regulou em âmbito nacional o Sistema Único de Assistência

---

<sup>99</sup> Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da idéia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas conseqüências sociais e sua direção sócio-histórica (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 149).

Social (SUAS) de forma descentralizada, participativa e articulada com as demais políticas setoriais. Definiu ainda os serviços, programas e projetos em níveis de proteção social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. Para a materialização e efetivação da política no âmbito das proteções foram criados dois órgãos públicos: os CRAS – Centro de Referência da Assistência Social e os CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, de caráter municipal.

Dentro das perspectivas de proteção social foram sendo idealizados programas e projetos que garantissem tais objetivos, que tiveram seu auge durante os governos de 2003 a 2016. Durante os governos de Lula e Dilma diversos programas em atenção a pobreza, principalmente os de transferência de renda, possibilitaram à camada mais pobre brasileira o acesso a condições mínimas de sobrevivência.

Após o golpe de 2016, e a destituição da presidente Dilma Rousseff da presidência, ficando a cargo de Michel Temer, então vice-presidente, a continuidade do governo, podemos perceber uma onda larga de retrocessos e retirada de direitos já conquistados anteriormente, de modo a favorecer e garantir o avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo no país.

Dentre as estratégias adotadas pelo novo (des)governo de Temer, temos a consolidação do Programa Criança Feliz, alinhado ao Marco legal da Primeira Infância que traça as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

O Programa Criança Feliz surge como uma ferramenta para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam a estes meios para promover seu desenvolvimento integral. Foi instituído por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, e alterado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, de caráter intersetorial, tem como objetivo promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. O Criança Feliz tem como público prioritário: I - gestantes, crianças de até 3 (três) anos e suas famílias beneficiárias do Bolsa Família; II - crianças de até 6 (seis) anos e suas famílias beneficiárias do BPC2; III - crianças de até 6 (seis) anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ressalta-se que o Programa não exige contrapartida financeira dos Estados e Municípios, de acordo com a Portaria nº 2.496, de 17 de setembro de 2018.

A principal ação do Programa Criança Feliz se dá via realização de visitas domiciliares desenvolvidas pelos(as) visitantes(as) na residência das famílias incluídas no programa que assumem, então, as perspectivas da prevenção, da proteção e da promoção do



desenvolvimento infantil na primeira infância. O acompanhamento é realizado por meio de visitas das equipes do Criança Feliz às famílias, com ações pactuadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, operacionalizado pela PNAS, de sua instituição coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário incluído dentre os programas da proteção social básica que tem como equipamento de acompanhamento as unidades dos CRAS. Os(as) visitantes(as) são distribuídos de acordo com a territorialização prevista no SUAS, tendo ainda como técnicos de referência os(as) profissionais de nível superior de cada equipamento.

É importante pontuar que a equipe do programa é composta por visitantes (referência 40h): 01 profissional de nível médio ou superior para cada 30 beneficiários, e por supervisores (referência 40h): 01 profissional de nível superior para até 15 visitantes. O(a) visitante(a) é um(a) profissional de no mínimo nível médio (Resoluções nº 09/2014 e nº 17/2011 do CNAS), responsável por realizar as visitas domiciliares seguindo as orientações, diretrizes e metodologias do Programa, sempre com apoio de um supervisor. É delegado ao visitante a responsabilidade de orientar as famílias sobre os cuidados adequados e essenciais do dia-a-dia para o desenvolvimento integral da criança.

Alguns aspectos precisam ser pontuados sobre este programa, que em sua essência teve como principal articuladora, e então embaixadora, a ex-primeira dama, na época primeira-dama, Marcela Temer, que em seu discurso trouxe ao programa todo um caráter assistencialista, conservador, caritativo e policialesco e recupera antigas práticas da assistência social anterior a CF/88. Além de que, assemelha-se ao trabalho já desenvolvido na política de saúde com as agentes comunitárias de saúde.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Iguatu está localizado na região centro-sul do estado do Ceará, situado há aproximadamente 360 km da capital Fortaleza. É considerado o principal pólo econômico da região, tendo como condutores a indústria de móveis, calçados e serviços, arrecadando PIB municipal de R\$ 1.424,606, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE (2014), o que representa cerca de 10% do PIB do estado.

Tem população estimada em 103.255 habitantes, sendo 23% da zona rural e 77% da zona urbana, ainda segundo dados do IBGE (2018), configurando-se município de médio porte. Iguatu também é referência no âmbito da saúde regional, sendo uma microrregião que atende a população de nove cidades associadas à rede de serviços.

É importante salientar que embora o município represente um grau de desenvolvimento que tem se expressado de forma significativa para a região, este tem sofrido os severos impactos do contexto de crise que estamos vivenciando, em todos os âmbitos das políticas sociais, seja pelo desemprego ou pelos impactos da precarização das políticas, resultado de cortes de recursos ou a inviabilidade destes. O município possui ainda, de acordo com a Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social – SETHAS de Iguatu, seis unidades de Centro de Referência da Assistência Social – CRAS distribuídos pelo território da cidade e um Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, que conjuntamente às outras políticas públicas, não tem conseguido diminuir ou possibilitar a diminuição da pobreza no município, dado, principalmente, pelos desmontes nestas mesmas políticas.

No que diz respeito ao Programa Criança Feliz desenvolvido no município que de acordo com relatório e diálogo realizado com a Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social – SETHAS de Iguatu que em 2018 tinha como meta atender por mês 600 pessoas (crianças e/ou gestantes), esta foi cumprida e concluíram o ano acompanhando um total de 600 beneficiários por mês. Em 2019 a meta foi expandida para 750 pessoas, só conseguindo atender essa quantidade a partir de março, após a seleção para a contratação de novos visitantes. De março a setembro de 2019 o acompanhamento total foi de 750 pessoas, porém nos meses de outubro e novembro houve uma diminuição no número de visitantes e consequentemente o número de pessoas acompanhadas diminuiu significativamente, atualmente acompanhando apenas 570 pessoas. Atualmente o programa em Iguatu conta com uma equipe de 19 visitantes e 2 supervisoras.

De acordo com os objetivos do programa a SETHAS afirma estarem sendo atingidos no município, embora encontrem fragilidades e dificuldades, dada a conjuntura nacional de retrocessos na própria política, porém, os objetivos principais estão sendo contemplados. Há ainda os atrasos nos recebimentos dos recursos que incidem diretamente no financiamento das ações programadas. Em relatório enviado pela SETHAS no mês de novembro de 2019 em resposta à solicitação realizada pela a equipe de pesquisadores está afirma que esse ano o governo federal não conseguiu atualizar os recursos, e a última parcela recebida foi no mês de outubro referente ao recurso do mês de julho.

Que o Programa traz em si muitas contradições, e soa como uma necessidade de legitimação do (des)governo Temer é notório, porém, o que não podemos perder de vista é que, em sua essência ele carrega o retorno de antigas práticas assistencialistas, de

policciamento das famílias e cerceamento da autonomia dos sujeitos. Que embora o município tenha conseguido alcançar os objetivos principais do programa, estes ainda se apresentam com um viés mercadológico e de pouca materialização quanto aos resultados. O atraso nos repasses de seu financiamento acaba por responsabilizar apenas o trabalho executado pelos visitantes, inseridos na dinâmica intrafamiliar das famílias acompanhadas. O programa, ainda, não deixa claro quais atividades são desenvolvidas pelos visitantes que de fato possibilitem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e um bom desenvolvimento infantil, profissionais que via de regra, não passam por processos formativos continuados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o que foi exposto até aqui, podemos constatar um retrocesso no âmbito social e político, ocorre retomadas de práticas assistencialista, indo de encontro com os ideais dos atuais assistentes sociais. No qual visa o desenvolvimento da sociedade de modo uniforme, assim como acesso as políticas tidas como públicas e sociais.

O Programa Criança Feliz (PCF) traz esse caráter assistencialista, o que põe a manutenção do SUAS em risco diante a crescente onda conservadora que se alastra no país. Sendo assim, seria de grande relevância reafirma a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, não projetos de cunho caritativo, o que não é interessante para o desenvolvimento social. Tal projeto traz em contramão ao desenvolvimento social o assistencialismo, que já foi citado em linhas anteriores como retrocesso social.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Carmem Maria Vieira de. **AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DO IDOSO : UMA ANÁLISE DA REALIDADE DO CREAS NO MUNICÍPIO DE IGUATU-CEARÁ.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Instituto Federal do Ceará, Bacharelado em Serviço Social, Campus Iguatu, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2°. ED. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Eliane Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social - L.O.A.S., Lei n. 8.742. Brasília: DF, de 7 set. 1993.



CFESS. Porque dizer não ao Programa Criança Feliz. Gestão tecendo a luta na manhã desejada. 204/207. Rio de Janeiro (DF) de 07 de Janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1347>>. Acessado em: 23 de nov. de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-Methodológica**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2005(b).

\_\_\_\_\_, Marilda Vilenla. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41º. ED. São Paulo: Cortez, 2014.

MEDEIROS, Moíza Siberia de. **A trajetória da Assistência Social Brasileira: dos anos de 1930 aos antecedentes da promulgação da Constituição Federal de 1988**. São Luís Maranhão: 25 a 28 Agosto, 2009.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3º. ED. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 6º. ED. São Paulo: Cortez, 2011.



IFce

I Seminário de Política Social e Serviço Social  
do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu

17 à 18 de dezembro de 2019  
Unidade Cajazeiras



# ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA SOCIAL

147

## A ONDA NEOLIBERAL E SEUS REBATIMENTOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Antônia Rosyanny Soares Cavalcante<sup>100</sup>  
Cleane Silva Alves<sup>101</sup>  
Joyce Venâncio Soares<sup>102</sup>  
Paula Danny Nogueira Alcântara<sup>103</sup>  
Tainara Olegário Chagas<sup>104</sup>  
Adriana Alves da Silva<sup>105</sup>

### RESUMO

O artigo analisa os impactos das mudanças provenientes da invasão neoliberal e seus rebatimentos na configuração das políticas sociais. Para tanto, adentra o capitalismo para compreender a inserção da ideologia neoliberal nesse modo de produção, e identificar os impactos na formulação e implementação nas políticas sociais pelo Estado que nesse processo. Trata-se de pesquisa bibliográfica com apoio no marxismo, por meio de produções de autores embasados nessa perspectiva e de produções teóricas do Serviço Social. Conclui-se que o neoliberalismo tem conseguido seu objetivo de reproduzir o capital, priorizando o econômico e descuidando-se do social, com consequência para as políticas com impactos negativos. Diante desse cenário, observa-se a necessidade da classe explorada em manter-se organizada a fim de obter a consciência de classe necessária para reivindicar o cumprimento de políticas sociais voltadas para a sua sobrevivência, tendo em vista o contexto de desmonte que tais políticas vêm enfrentando com a agenda neoliberal.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Neoliberalismo. Política social.

148

### INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo identificar os impactos da ideologia capitalista neoliberal nas políticas sociais. Intenta-se, assim, em primeiro lugar, discutir o capitalismo, refletir sobre o neoliberalismo e sua inserção na sociedade, de forma a compreender os impactos do ideário neoliberal na formulação e execução das políticas sociais. Intenta-se assim conceituar o estágio do capitalismo maduro e as influências que recebe da agenda

<sup>100</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [rosyannygt@gmail.com](mailto:rosyannygt@gmail.com);

<sup>101</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [cleane220799@hotmail.com](mailto:cleane220799@hotmail.com);

<sup>102</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [joyceigt.venancio@hotmail.com](mailto:joyceigt.venancio@hotmail.com);

<sup>103</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [paulinhadanny2018@gmail.com](mailto:paulinhadanny2018@gmail.com);

<sup>104</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [tainaraolegario8@gmail.com](mailto:tainaraolegario8@gmail.com);

<sup>105</sup> Professor orientador: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [adriana.as.ce@gmail.com](mailto:adriana.as.ce@gmail.com).



neoliberal, de forma a enfatizar a mudança no papel do Estado diante da influência de tal estágio do capital, a fim de compreender a relação existente entre Estado e política social. Explora-se, assim, a invasão dessa onda neoliberal e quais as consequências para a sociedade, uma vez que esta tem retrocedido na garantia de direitos sob a agenda neoliberal.

As políticas sociais surgem no capitalismo, em meados do século XIX, como consequência das mobilizações operárias provenientes das mudanças trazidas pela Revolução Industrial, na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX. Surgem, assim, como “instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora” (MONTAÑO, 2007, p. 39).

Nesse contexto, as “ações sociais”, entre as décadas 1930 e 1960, eram responsabilidade de instituições religiosas. Contudo, com o passar do tempo, e com as mudanças políticas, sociais e econômicas, houve o surgimento das primeiras políticas sociais viabilizadas pelo Estado, as quais, no entanto, não eram para todos. Com a continuidade das lutas e reivindicações, os indivíduos foram conquistando aos poucos seus direitos, em forma de políticas sociais que lhe assegurassem tanto na sua vida pessoal como no trabalho.

Cabe destacar que o capitalismo é cíclico e passa por momentos de diferentes ideologias dominantes. Essas ideologias influenciam diretamente na conformação das políticas sociais, já que interferem na dinâmica entre Estado e sociedade. Um exemplo foi a mudança do papel do Estado nos meados do século XX — passando de Estado social a Estado neoliberal —, por conta da dinâmica capitalista, a qual vai se refazer em meios às crises que enfrenta.

Neste contexto, uma medida importante que pode ser citada e que rebate diretamente nas políticas sociais é a política de redução de gastos, uma vez que, para conter gastos, o capital condena os investimentos em políticas sociais feitos pelo Estado e prioriza o mercado, e assim a responsabilidade pelas políticas sociais passa do Estado para setores da sociedade civil, de forma que se tornam terceirizadas, focalizadas e precarizadas.

Para alcançar dos objetivos citados neste trabalho, a metodologia se ancorou na pesquisa qualitativa com coleta de dados bibliográficos, com o apoio de livros, artigos, periódicos e demais materiais publicados na internet para a produção do trabalho. A bibliografia consultada se reportaram as obras de autores embasados numa perspectiva crítica marxista e também de produções do Serviço Social.

## O CAPITALISMO E A ONDA NEOLIBERAL

Segundo Marx (1985, p. 754), o “Capital não é uma coisa material, mas uma determinada relação social de produção, correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade, que toma corpo em uma coisa material e lhe infunde um caráter social específico”. Na sociedade que vivemos, o capital é a relação social determinante, é “uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 30). A produção social se trata, portanto, não de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas e classes.

O sistema capitalista surge no século XV, após a decadência do sistema feudal. Tem como característica principal a instituição da propriedade privada, assim como a busca pelo lucro e o surgimento do trabalho assalariado. Conforme Mandel (1982), não existe produção sem perturbações, no capitalismo não há tendências de equilíbrio — ou seja, sempre haverá crises e desigualdade. É pressuposto desse sistema, na verdade, o "desenvolvimento desigual e combinado" — desequilíbrio. Isso quer dizer que é necessário que existam desenvolvimento e subdesenvolvimento ao mesmo tempo, para que, enquanto uns ganham, outros necessariamente tenham que perder. Às crises, Mandel denomina de ciclos ou ondas longas, que são períodos de aceleração/expansão e desaceleração/declínio do capital.

O capitalismo pode ser definido por três fases, que são capitalismo comercial, capitalismo imperialista ou monopolista e capitalismo tardio ou maduro. Na sua fase inicial, esse sistema era baseado no mercantilismo, em que surge a moeda e o controle estatal da economia; assim, passa a ser denominado como capitalismo mercantil ou comercial. Na sua segunda fase, denominada imperialismo ou fase monopolista do capitalismo, é caracterizada pela expansão da globalização e industrialização, por conta do advento da Segunda Revolução Industrial. Além disso, esse estágio é caracterizado pela lei dos bancos, das empresas multinacionais e das grandes corporações monopolistas, além de oligopólios. Nesse estágio imperialista ou monopolista, ocorre a fusão do capital monopolista bancário com o industrial, originando o capital financeiro, que se tornará central nesse estágio. Dessa forma, tanto as indústrias quanto os comércios eram controlados pelos bancos comerciais e outras instituições financeiras. Diante desse cenário, não há mais possibilidade de haver concorrência livre porque se constrói uma configuração em que surge uma aglomeração de empresas, que se tornam concentradas e centralizadas e, assim, assumem a posição de potências e passam a dominar o mercado. Esse é o cenário da grande inserção de monopólios, no qual só uma empresa domina um ramo de atividade. Se caracteriza por um grande crescimento econômico na medida em que surgiam novas ferramentas, como o surgimento dos transportes que

auxiliariam na entrega mais rápida de mercadorias, além de ter também como elementos um aumento no desenvolvimento técnico e uma maior socialização da produção — o que não significa dizer que há um aumento da apropriação, pois “a produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos” (LENIN, 2005, p. 26). Quanto à terceira fase, a atual do capitalismo, ela é denominada por Mandel (1982) de capitalismo tardio, e é perpassada pela passagem do Estado liberal para o Estado social e também pela irrupção da onda neoliberal, ou seja, o Estado assume diferentes características de acordo com os movimentos sócio-históricos e a dinâmica da produção. O capitalismo tardio tem como elementos a expansão das empresas multinacionais, a globalização de mercados e trabalho, o consumo em massa da capacidade produtiva — por conta do desenvolvimento tecnológico —, porém, por outro lado, é demarcado pela precarização do trabalho, advinda da redução do trabalho industrial e aumento da terceirização. Essa denominação — de capitalismo tardio — vem pelo fato de alguns autores acharem que o capitalismo, nessa fase, já passou do tempo de se transformar e deve ser superado. Outros, no entanto, denominam essa fase de capitalismo maduro, por acharem que já passou por todas as modificações possíveis e que já está na sua fase mais “adulta”.

O Estado liberal perde força com a crise de 1929, assim se fortalece o Estado social, com as políticas keynesianas — que se traduz na intervenção do Estado na economia e disponibilização de políticas sociais como forma de contornar os ciclos do capital. Esse estágio marca os anos gloriosos ou “Anos de Ouro” do capitalismo, que, no entanto, perde força entre as décadas de 1960 e 1970. Entre 1970-1974 e 1980-1982, o capital enfrenta outras crises, as quais vão contribuir para o declínio dos anos gloriosos. É o momento de crise do Estado Social e das políticas keynesianas, surgindo como resposta a essas crises o neoliberalismo. Assim, a saída usada pelo capital para sua reestruturação será a adoção de outra política ideológica, agora utilizando-se do neoliberalismo, o qual prioriza a taxa de lucros, e isso rebate nas políticas sociais.

O capitalismo tardio tem como características a expansão do processo de acumulação de capitais, financeirização da economia e a globalização de mercados e trabalho. Como consequência, observam-se mudanças no mundo do trabalho com a precarização das relações e condições de trabalho, por conta dos já citados processos de redução do trabalho industrial e aumento da terceirização a fim de aumentar a produtividade. Esse é um movimento característico do capital, já que ele só vê vantagem em viabilizar a regulação estatal enquanto haja aumento da taxa de lucros (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Assim ocorre o ataque



neoliberal às políticas sociais e o fortalecimento de seu discurso. É o que será discutido no tópico seguinte.

## A CONFORMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E OS REBATIMENTOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Não é possível especificar um período certo do surgimento das primeiras assimilações das chamadas atualmente políticas sociais, entretanto, pode-se destacar que como um processo social, elas originam-se na convergência dos movimentos de avanço do capitalismo como a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.

Sua origem está relacionada aos movimentos sociais de democracia e de formação dos estados-nação na Europa Ocidental no fim do século XIX, mas somente com a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, em sua fase mais tardia, após a Segunda Guerra Mundial, tem-se uma generalização da mesma. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 47).

As políticas sociais se generalizam no contexto do Estado de Bem-Estar Social, que influenciado pelos ideais keynesianos passa a intervir na economia como estratégias usadas para contornar a crise em que se encontrava o capital após a crise de superprodução no período do Estado liberal. Nasceram como resultado de lutas e reivindicações dos operários, decorrente das mudanças nas relações sociais trazidas pelo desenvolvimento industrial, e precarização das condições de trabalho que ao mesmo tempo, pressionam a classe trabalhadora a se organizar e interpelar em prol dos seus direitos. Como afirmam Behring & Boschetti (2009, p. 71), “As políticas sociais se generalizam nesse contexto, compondo o rol de medidas anticíclicas do período, e também foram o resultado de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com segmentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendidas”.

As políticas sociais têm cariz contraditório, na medida em que se mostram como resultado de lutas e reivindicação da classe trabalhadora mas não passam de concessão da classe burguesa. A burguesia “dá os anéis para não perder os dedos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009), ou seja, apenas concede as políticas sociais como forma de enfrentamento às expressões da “questão social” quando estas se agudizam, mas o fazem de forma pontual, sem tocar, obviamente, nas razões estruturais que produzem e inflamam essas expressões, pois isso seria o mesmo que extinguir sua hegemonia enquanto classe.

O neoliberalismo, por sua vez, traz novas formas de construir as políticas sociais, alterando os elementos do consenso de classes e iniciando grandes mudanças e retrocessos. A consolidação do neoliberalismo dá-se com “discursos que caracterizam o Estado como ineficaz, corrupto, propulsor de crises e dispendioso, e traz como resposta um projeto messiânico pautado em reformas a níveis jurídicos, econômicos e sociais, em um sentido que permite maior flexibilidade nas relações entre as classes” (ABREU, 2017). Outros aspectos de retrocesso são a lógica da privatização, entendendo-se, segundo essa lógica, que o patrimônio público estava a depravar no seio do Estado. Implantam-se, assim, várias medidas alicerçadas num viés que mantém altas taxas de juros, de superávit primário e de câmbio flutuante, desburocratizando e favorecendo o crescimento monetário em detrimento do cenário social.

O ideário neoliberal, reivindica o modelo de um Estado social em benefício de um Estado que dá prioridade ao econômico. As teses neoliberais defendem a estabilidade monetária em função de recuperar a taxa de lucro, e portanto estimulam a redução dos gastos sociais, provocando um real desmonte das políticas sociais.

Com a crise dos anos de ouro do capitalismo, em meados da década de 1960, o capital já começa a aderir essa postura neoliberal. O crescente processo de globalização e financeirização reconfigurou mundialmente as características do capitalismo, e esse processo leva a um acréscimo no investimento em tecnologia pelos capitalistas, a fim de aumentar a taxa de produtividade. Dessa forma, a partir dos anos 1980, vai haver a reestruturação da economia por meio da revolução tecnológica e também da revolução organizacional da produção — a reestruturação produtiva —, de forma a conseguir um aumento de produtividade do trabalho com o mínimo de custo, em prol da efetivação dos superlucros perseguidos pelo capital (BEHRING, 2008). A tal reestruturação produtiva tem como princípio a flexibilidade — ou acumulação flexível —, uma característica forte do neoliberalismo, que tem como reflexos impactos negativos na força de trabalho.

Em consequência da mudança da influência das ideias sociais para as neoliberais e com as medidas de redução de gastos, constata-se a instalação de uma série retrocessos nas conquistas de trabalhadores, como o desemprego ou a precarização das formas de trabalho e das relações trabalhistas, por conta dos processos de privatizações, terceirizações e flexibilizações tanto das formas e relações do trabalho, como do salário e da implantação das políticas sociais. A partir de então, as políticas sociais não são mais de responsabilidade do Estado, mas sim da sociedade civil — instituições privadas, Organizações Não Governamentais (ONGs), entre outras —, fortalecendo a ideologia do terceiro setor. O Estado, nesse contexto, só seria responsável por suprir as necessidades básicas, tais quais

saúde, educação, segurança etc. Dessa forma as políticas sociais se tornam precárias, e cada vez mais difíceis de serem acessadas pela população que a reivindica, principalmente as camadas mais pobres da sociedade, que inclusive sofrem um processo de criminalização e culpa pela sua situação, como se fossem responsáveis pelo seu estado, neste contexto suas atitudes são criminalizadas em vez de entendidas como reflexo da falta de direitos sociais, os quais, favorecendo o capital, se tornam mercantilizados, em decorrência da transferência da responsabilidade para setores da sociedade civil.

No modo capitalista de produção, e situando-se no contexto neoliberal, a desigualdade torna-se necessária e inevitável, considerando-se que esse modo de produção é inerentemente desigual, ou seja, para que uns ganhem, outros necessitam perder. O ideário neoliberal, inclusive, perpetua a afirmação de que o crescimento econômico levaria necessariamente ao fim da desigualdade social, ao mesmo tempo em que atribui às políticas sociais um mero caráter compensatório, apenas para atenuar os efeitos adversos de desigualdade causados por ele mesmo. Assim, as políticas sociais se tornam recursos de contenção social, e ainda contribuem para o favorecimento do objetivo neoliberal de propagar o pensamento, no imaginário popular, de que é necessário incentivar prioritariamente o crescimento econômico em detrimento do social.

No entanto, mesmo com essa característica contraditória das políticas sociais, e tendo em vista a ameaça neoliberal, elas são necessárias para que haja democratização do acesso a bens e serviços para a população e também atuam como condições imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social, possibilitando assim o atendimento de necessidades básicas para os cidadãos, como a educação pública, saúde e segurança — independente de sua classe social —, por mais que venham de forma focalizada e segmentada. Ademais, também demonstram o poder organizativo e reivindicatório da classe explorada, já que, por meio delas, essa classe pode se fortalecer e reconhecer-se enquanto classe oprimida no sistema capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição feita neste trabalho, esperamos ter clarificado as relações entre capital e política social e como acontecem os rebatimentos das crises do capital e da sua forma neoliberal na conformação dessas políticas, tendo em vista as mudanças no papel do Estado decorrentes da influência neoliberal.



O capitalismo produz crises, se alimentando dos problemas que ele mesmo gera, em busca de cumprir o único fim do capital que é a obtenção de lucro e (auto)valorização, sem considerar os possíveis rebatimentos que suas medidas podem trazer, numa verdadeira corrida autodestrutiva e suicida. Nessa busca por valorização, apenas ambiciona o lucro, de forma que dá preferência ao capital portador de juros. Isso faz com que haja a queda da taxa de lucros, impactando diretamente na conformação das políticas sociais.

Nessa discussão Behring & Boschetti (2009, p. 154-155) afirmam, sobre os governos de orientação neoliberal que "não buscaram [...] construir arenas de debate e negociação sobre a formulação das políticas públicas, e dirigiram-se para reformas constitucionais e medidas a serem aprovadas num Congresso Nacional balcanizado, ou mesmo para medidas provisórias". Nota-se a preferência por uma forma legalizada de impor suas vontades na política, de forma que a vontade da população é negligenciada. A ideia de governo democrático fica, nesse sentido, questionável. É uma democracia "de fachada", existente no papel mas desrespeitada pelas manobras políticas que os governos neoliberais implantam no seu seio.

Não obstante, como já especificado, os impactos negativos nas políticas sociais só mostram o quanto o capital é voraz e nocivo, e o quanto é necessário, para a classe explorada, manter-se ativa na luta pelos seus direitos em um contexto de negligência de direitos como esse. O objetivo do capital é justamente manter sua hegemonia por meio da invisibilização da sua face maléfica, de maneira que pretende silenciar a sua classe antagonica e mantê-la conformada e sem consciência de classe, assim obtendo o máximo de lucro possível e alimentando o sistema. Portanto, enquanto a classe trabalhadora se mantiver passiva, não haverá atendimento dos seus direitos. Se não for pela revolução, o mínimo que a classe trabalhadora pode fazer, nesse contexto, é apoiar-se nas políticas sociais, portanto deve buscar se manter integrada e organizada, a fim de resguardar seu potencial demandatório e sua força política enquanto classe.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Thinally Ribeiro. **As políticas sociais no neoliberalismo**: expressões da luta de classes. In: JORNADA INTERNACIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, Maranhão. **Anais**. Maranhão: UFMA, 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/aspolicassociaisnoneoliberalismoeexpressoesdalutadeclasses.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2. ed. São Paulo : Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 213 p. v. 2.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** (3ª ed.). São Paulo: Centauro, 2005.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução.** São Paulo: Cortez, 2007.

## CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: DILEMAS À EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL

Marcelly Batista de Oliveira <sup>106</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa<sup>107</sup> faz uma análise do projeto ético político do Serviço Social e da influência do conservadorismo em sua materialização. Seu objetivo é expor o avanço do conservadorismo como suporte ideológico responsável pelo surgimento dos dilemas e contradições por que passa a profissão na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Conservadorismo. Projeto ético político. Serviço Social.

### INTRODUÇÃO

Constitui o objetivo desse estudo analisar como o avanço das ideias e das práticas conservadoras tem interferido no Serviço Social contribuindo para o surgimento dos principais dilemas e contradições por que passa a profissão no que rege a efetivação e a materialização do projeto profissional em seus eixos estruturante: a formação, o exercício e a produção de conhecimento, uma vez que o conservadorismo se expressa nas relações profissionais incidindo sobre os avanços experimentados pela categoria na construção do mesmo.

A pesquisa se configura como de natureza teórica, de caráter bibliográfico com abordagem qualitativa. O método de análise empregado foi o materialismo histórico dialético. No desenvolvimento da pesquisa foram analisadas as categorias luta de classes, ideologia, contradição, trabalho e desigualdade social.

Apresentamos, a princípio, um esboço sobre o conservadorismo, suas origens e principais características, entendendo-o como ideologia, pensamento político, visão de mundo e estratégia política das classes dominantes no Brasil e em um segundo momento, analisamos os impactos do avanço conservador sobre o projeto ético político do Serviço Social que altera não somente as relações entre as classes da sociedade capitalista, mas sobretudo as demandas profissionais.

---

<sup>106</sup> Discente de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, marcellyams@gmail.com;

<sup>107</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



Portanto, é essencial, compreender o funcionamento atual da sociedade a partir dos fenômenos contemporâneos expressos sobretudo, no avanço do conservadorismo. Haja vista que, ao longo de sua maturidade teórica o Serviço Social construiu para si elementos de contraposição ao conservadorismo tradicionalista que o fundou como profissão. Sendo assim, esta pesquisa oferece uma contribuição singular ao arsenal bibliográfico que compõe o construto teórico acerca desta temática, analisados em diversas instâncias das ciências humanas e sociais, sem, com isso, desconsiderar a totalidade complexa e contraditória mais abrangente da sociedade capitalista.

## UM ESBOÇO SOBRE O CONSERVADORISMO

Como pressuposto teórico metodológico entendemos o conservadorismo como pensamento político, como visão de mundo fundado em tradições e valores, como ideologia e como estratégia política de construção de hegemonia das classes dominantes que repercute na contemporaneidade.

Segundo Vieira (1998), o Conservadorismo é tido como uma visão de mundo baseada em atitudes doutrinárias, pertencente a grupos específicos de uma determinada sociedade. Portanto, as atitudes e doutrinas conservadoras se representam em concepções de mundo, em construções ideológicas, em sistema de ideias, cujos significados se enraízam num grupo ou numa classe social que explicam essas atitudes e estas doutrinas.

Conforme Goldmann apud Vieira (1998), uma concepção de mundo é precisamente um conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo e os opõe aos outros grupos. Isto é relevante para pensar e explicar o modo como as classes de nossa sociedade se expressam e agem por meio das ideologias, da cultura, da política e da economia. Em síntese, uma concepção de mundo particular tende, na maioria das vezes, a profundas contradições no interior das relações sociais entre classes antagônicas.

Como visão de mundo, o pensamento conservador fundamenta-se na valorização da tradição como campo de verdades absolutas e eternas, na negação de quaisquer mudanças na estrutura de classes, na apreciação do presentismo como negação da história e de seus determinantes, também como determinação sobrenatural e defende a culpabilização das desigualdades sociais pelos indivíduos, e por fim, exalta a moral e os bons costumes da sociedade (BURKE, 2014; ESCORSIM NETTO, 2011; SOUZA, 2016).

O pensamento conservador, como muitos podem pensar, não nasce com as novas expressões da direita no Brasil e no mundo, ao contrário, ele é fruto de uma conjuntura

histórica muito mais antiga e específica que demarca o início da era moderna e a ascensão da burguesia como classe social dominante, ou seja, ele nasce como pensamento de oposição aos ideários da Revolução Francesa.

A gênese do conservadorismo como pensamento social e político, firmado na Europa com a formação da sociedade moderna entre os séculos XVI e XVIII pode ser identificada a partir das ideias contidas nas “Reflexões sobre a Revolução na França” (2014) de Edmund Burke, publicadas em 1790. As reflexões representavam abertamente os interesses políticos e econômicos da aristocracia feudal, classe destituída pela revolução burguesa. Originalmente, a raiz do pensamento conservador apresenta caráter aristocrata, isto é, manipulador, centralizador, obscurantista e defensor imediato das desigualdades sociais que perpassam a dinâmica e a vida dos indivíduos de uma determinada sociedade.

Contudo, as propostas elucidadas pela revolução francesa e pelo Iluminismo tornou o pensamento conservador clássico arcaico e sem fundamentos para a cultura da Modernidade. Assim, seu caráter autoritário, antirrevolucionário, antiprogressista e antiquado colocava-o em posição contrária ao desenvolvimento capitalista e à industrialização, com isso, as propostas restauradoras do conservadorismo tornaram-se obsoletas e utópicas diante da nova estrutura orientada pela emergente burguesia (ESCORSIM NETTO, 2011).

Entretanto, o pensamento conservador perde sua característica antiburguesa alinhando-se a defesa da ordem burguesa contra a ameaça revolucionária-socialista, diante disso, estrutura-se como filosofia social tanto quanto conhecimento científico-social, ou seja, como ciência e teoria política. Em virtude disso, o conservadorismo apoia-se ao positivismo e, no pós-48, funda as modernas ciências sociais tornando-se um importante componente da cultura burguesa no período de decadência (LUKÁCS apud ESCORSIM NETTO, 2011).

Segundo Iamamoto (2013, p. 25) “a fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista.” Neste sentido, os conservadores seriam “profetas do passado” (NISBET apud IAMAMOTO, 2013) que buscam atualizá-lo constantemente no presente negando, reprimindo e combatendo quaisquer perspectivas transformadoras da sociedade e dos princípios por eles defendidos.

Para o pensamento conservador, o ser humano é formado e modelado a partir das tradições e convicções ligadas a moral e todo aquele indivíduo hostil ao padrão estabelecido é, de imediato, antagônico às condições de existência natural da vida em sociedade. Tal concepção de homem subordinado e passível à ordem posta neutraliza perspectivas

emancipatórias e revolucionárias, conserva a dominação de classes e amplia a dicotomia entre dominantes e dominados.

Isto, leva-nos a questionar o papel e a função exercida pela ideologia no que compete as relações sociais. Por um lado, conservadores como Russel Kirk afirmam que o “conservadorismo é a negação da ideologia: é um estado da mente, um tipo de caráter, um modo de olhar para ordem social civil”, desse ponto de vista é muito mais fácil desqualificar perspectivas revolucionárias e democráticas, logo que para eles a ideologia é apenas propagação de ideias falsas opostas à ordem natural.

Para Lukács, a ideia de ideologia está vinculada à existência do ser social, às circunstâncias que perpassam a dinâmica da vida social e às suas ações conscientes, ou seja, a origem da ideologia é determinada pela atividade social dos homens. Portanto, do ponto de vista ontológico, ideologia e existência social são realidades inseparáveis.

Na conjuntura brasileira, por exemplo, unido ao neoliberalismo, o conservadorismo, não permite a superação das desigualdades entre as classes e tão pouco a construção de um novo projeto societário, do qual o Serviço Social é inteiramente defensor norteado por seu projeto profissional, pelo contrário, conservadores e neoliberais, respondem às lutas e resistência das classes subalternas com repressão, desmonte de direitos sociais, precarização dos postos de trabalhos e políticas sociais, entre outros. Em síntese, o pensamento conservador representa uma forma arbitrária e irracional de regência da sociedade.

## PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: UM BREVE HISTÓRICO

Na conjunta vigente, temos presenciado o avanço das ideias e das práticas conservadoras no meio social, por conseguinte este pensamento irá rebater, como veremos, no Serviço Social brasileiro contribuindo para o surgimento dos principais dilemas e contradições por que passa a profissão na contemporaneidade.

Somado a isso, convém destacar, entretanto, que o conservadorismo tem sido componente constante de análises e reflexões críticas em diversas instâncias das ciências humanas, sobretudo, no Serviço Social brasileiro. Isto porque o Serviço Social nasce e se desenvolve na órbita do conservadorismo que “supõe uma forma peculiar de pensamento e experiência prática” (IAMAMOTO, 2013, p. 24) que inserido no modo de pensar das classes sociais de determinada sociedade altera seu funcionamento e suas relações.

A emergência do Serviço Social como profissão sócio-política, interventiva e crítica é resultado do conjunto das transformações societárias advindas do processo de industrialização



no Brasil. Contudo, contraditoriamente, permite ao Serviço Social um processo de maturação teórica, prática e interventiva que “não é um puro resultado da vontade subjetiva dos seus protagonistas: ela expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira” (NETTO, 2015, p. 326).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento da sociedade e do capitalismo brasileiro contribuíram para o reordenamento do papel da profissão e para a construção de um projeto profissional direcionado à edificação de uma sociedade livre e sem classes, contrária à lógica exploradora do sistema do capital que da qual se origina a questão social, objeto central da intervenção profissional.

Para Chaves e Oliveira (2017), o Serviço Social constrói para si uma história também marcada por recuos, que podem ser identificados nas posturas submissas às exigências do mercado capitalista, definidas pelo conservadorismo que possui expressão tanto no âmbito do exercício profissional quanto no da formação, embora se caracterize como postura destoante da direção social, consolidada pelas entidades representativas da categoria”. Esse “complexo itinerário histórico” (Castro, 1989, p. 18) do Serviço Social oscila entre uma prática missionária, conservadora e vinculada aos segmentos dominantes da sociedade e uma prática transformadora, renovada e comprometida com os interesses da classe trabalhadora” (CHAVES, OLIVEIRA, 2017, p.144).

Destarte, apesar dos interesses do capital a profissão construiu para si própria na contraposição contra o conservadorismo uma direção ética e política comprometida com os interesses da classe trabalhadora e constrói um projeto profissional que tendo a liberdade como valor ético central e a defesa intransigente dos direitos humanos, contribui para a ampliação e consolidação da cidadania e para o surgimento da construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993).

Segundo Braz (2009), a natureza dos projetos societários e coletivos conectam-se às práticas e atividades da sociedade, sendo elas mesmas necessárias à constituição dos projetos em si. Para tanto, numa sociedade de classes, deve-se levar em consideração o caráter político de todas as práticas, visto que, todas elas envolvem interesses sociais que os determinam através de múltiplas mediações das contradições das classes sociais em conflito na sociedade.

Ainda que a prática profissional do(a) assistente social não se constitua como práxis produtiva, efetivando-se no conjunto das relações sociais, nela se imprime uma determinada direção social por meio das diversas ações profissionais – através das quais, como foi dito, incide-se sobre o comportamento e a ação dos homens –, balizadas pelo projeto profissional que a norteia. Esse projeto profissional por sua vez conecta-se a um determinado projeto

societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social (BRAZ, 2009, p. 190).

Segundo Amaral e Mota (2016, p.30), a construção do projeto profissional do Serviço Social “determinou a opção por uma direção social estratégica para a profissão com profundas refrações no exercício profissional, na formação profissional e na organização política dos assistentes sociais”.

A constituição deste projeto somente foi possível com o advento dos princípios e ideais do Movimento de Reconceitualização deflagrado na América Latina que, somado ao processo de redemocratização da sociedade brasileira abriram as portas para a renovação do Serviço Social. Conforme afirma Iamamoto (2007), representou um movimento duplo e contraditório, ou seja, foi um processo de ruptura teórica e política com os quadrantes do tradicionalismo de suas origens e ao mesmo tempo, “verificou-se o revigoramento de uma reação (neo)conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam” (NETTO apud IAMAMOTO, 1996).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

162

A renovação crítica do Serviço Social, representa do ponto de vista teórico-metodológico também, alterações significativas nas esferas do ensino, da pesquisa e da organização política dos assistentes sociais. Tal fato, pode ser percebido na qualidade da cultura acadêmica e no exercício dos assistentes sociais, em razão disto, o Serviço Social posiciona-se em novo patamar de atuação na realidade social.

O avanço do projeto profissional nos anos 1980 encontrou apoio na construção de elementos que o constituíram legalmente, como o Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n.8.662/93) e nas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-SESU/CONESS, 1999).

Embora o projeto político do Serviço Social não se restrinja aos instrumentos formais e legais, como a lei de regulamentação da profissão, as diretrizes curriculares, o código de ética profissional e os mecanismos de fiscalização do exercício profissional, possui uma força material que, para além de favorecer as condições da prática e da formação profissional, contribui para consolidar uma cultura profissional marcada por princípios, valores e referenciais teórico-metodológicos que abraçam a teoria marxiana, a superação da ordem

capitalista, o humanismo, o internacionalismo das lutas sociais e a radicalidade democrática, os quais fundamentam, articulam e medeiam — sob condições históricas precisas — a relação entre a realidade e a profissão (AMARAL; MOTA, 2016, p. 30).

Entretanto, a materialização do projeto ético político da profissão vem sofrendo implicações em sua prática caracterizada pelo avanço do pensamento conservador e da pós modernidade, fatores que deliberam os desafios e tensões contemporâneos da profissão, fruto do movimento da realidade em virtude das determinações socio históricas que se põem à profissão neste século, como afirmou Yamamoto (2007).

Em virtude das transformações societárias projetadas nos anos 1990, dirigidas pelas mudanças estruturais propostas pelo capital, podemos identificar um conjunto de ameaças que assolam a efetivação deste Projeto, provocando uma reconfiguração no núcleo social que afeta o modo de ser e viver da classe trabalhadora.

As contradições que hoje circundam a profissão do Serviço Social constituem-se graves impasses à materialização de seu projeto profissional, isso deve-se, sobretudo, ao resgate contemporâneo das ideias conservadoras que fundaram a profissão que tem na expansão da nova direita política no Brasil seu suporte ideológico basilar.

Acresce que as características contemporâneas do conservadorismo expressas na defesa da ordem, valorização das instituições, crescimento do fanatismo religioso, discursos de ódio, práticas protofascistas e o repúdio ao diferente, são, sem dúvidas, elementos essenciais que ajudam a pensar os desdobramentos da sociedade hodierna e a refletir a partir do projeto ético político a atuação e intervenção dos assistentes sociais.

Embora possua um projeto profissional direcionado à construção de uma nova sociedade, o avanço do conservadorismo no interior da profissão tem sido um desafio constante contrapondo-se aos princípios norteadores e à direção ética política apontados pelo projeto profissional. Neste sentido, os dilemas internos dificultam sua materialização incidindo diretamente em seus eixos estruturantes, a saber a formação, o exercício e a produção de conhecimento.

No que compete a formação acadêmica, por exemplo, o desafio ao projeto ético político evidencia-se na precarização do ensino superior e no sucateamento das instituições somado ao processo de mercantilização do ensino no país que atinge, no Serviço Social, sua máxima expressão na modalidade de educação à distância (EAD) com características precárias e aligeiradas.

Boschetti (2015), afirma que



O aligeiramento da formação e da pesquisa é um traço absolutamente contemporâneo. O expansionismo superficial de cursos é extremamente funcional ao conservadorismo, pois conserva e mesmo agudiza a perspectiva de formação funcional ao mercado e subordina os conteúdos profissionais à demanda do mercado, ou seja, do capital (p.658).

A formação acadêmica, torna-se uma estratégia de reprodução da classe trabalhadora e mercadoria imensamente lucrativa para o capital. Sendo assim, a mercantilização do sistema educacional na formação de assistentes sociais constitui-se como conservação, manutenção e reprodução da ordem capitalista.

As exigências do grande capital acabam por afetar ainda, a subjetividade dos agentes profissionais na medida em que os mesmos perdem o sentido da formação e o comprometimento com seu projeto ético político interferindo na atuação e prática profissional. Neste sentido “não é incomum encontrar profissionais (tanto os que atuam na prática profissional, quanto aqueles ligados às unidades de ensino) que sustentam a “inviabilidade” do projeto ético-político (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.12).

Nesta perspectiva, ainda que hajam profissionais comprometidos com seu projeto ético-político, o avanço e mesmo a reprodução do conservadorismo torna-se um elemento preocupante do tocante as relações de trabalho dos assistentes sociais bem como de sua intervenção, pois, uma vez que precarizadas as formas de trabalhos, as políticas sociais e os espaços socio ocupacionais as condições objetivas de reprodução desses agentes estão estritamente ligadas ao desenvolvimento do capital e de suas estratégias de conservação da estrutura e dominação de classes.

No nível da produção de conhecimento no Serviço Social as principais problemáticas que surgem, giram em torno do crescente avanço da pós-modernidade e do conservadorismo contemporâneo nas relações que permeiam o interior da profissão e interfere nos rumos das pesquisas voltadas campo social.

Atualmente, na esfera da produção de conhecimento, a categoria tem experimentado o que se denomina ‘crise de paradigmas’ nas ciências sociais, ou mesmo, crise dos modelos analíticos, explicativos no âmbito das ciências sociais. Todavia, a nova forma que se acentua na crise de paradigmas se deve às suas configurações na contemporaneidade e seu reatamento na pesquisa no campo do Serviço Social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante ressaltar que o conservadorismo nunca esteve ausente no Serviço Social, e o mesmo, na atualidade vem se reorganizando e encontrado forças junto as contemporâneas determinações societárias, logo que, sem elas, seria impossível compreender sua atualização.

Todavia, “verifica-se um reencontro do Serviço Social consigo próprio, sob novas bases, mediado pelas relações societárias, isto é, pelas relações de classes. Reencontra-se com seu passado histórico, que passa a ser reconstruído, adquirindo visibilidade, através das análises de cunho regional e estudos de casos” (IAMAMOTO, 2007, p. 236).

Portanto, se o enfrentamento ao conservadorismo nos permitiu construir o projeto ético-político do Serviço Social, hoje, juntamente aos conceitos pós-modernos se apresenta como um dos principais pensamentos que se opõem a efetivação do projeto profissional, pois a profissão “se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador” (BOSCHETTI, 2015).

Entendemos assim, que a discussão do papel profissional dentro da linha de ruptura com a herança conservadora do Serviço Social, deve passar pelo processo de construção de uma nova hegemonia que, tendo por centro o trabalhador, seja capaz de incluir em seu projeto para a sociedade as aspirações específicas. Portanto, a direção social da prática profissional deve ser incentivada no meio dos assistentes sociais, para que se ampliem as bases de um exercício profissional que respeite e contribua para a defesa do espaço democrático, da participação popular no momento histórico presente (IAMAMOTO, 2011).

Frente aos atuais desafios postos a profissão, o comprometimento da categoria deve andar ancorado aos princípios teóricos-metodológicos e políticos que contribuam para a formação de profissionais com sólidos conhecimentos, capazes de atuar, analisar e interpretar a sociedade capitalista no comprometimento com a classe trabalhadora e com a efetivação do projeto profissional, arguida de visão crítica, para assim, cooperar com a construção de um Brasil justo e igualitário.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, A.; MOTA, A.E. Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro. Ana Elizabete Mota, Ângela Amaral, (org.). – São Paulo: Cortez, 2016.

BEHRING, E. R. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

BURKE, E. Reflexões sobre a Revolução na França. Tradução, apresentação e notas de José Miguel Nanni Soares – 1. Ed. -São Paulo: EDIPRO, 2014.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético –político do Serviço Social. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais.

CANTALICE, L. B. de O. Projeto ético-político do serviço social brasileiro: as teses da crise, da (possível) dissolução da hegemonia e da viabilidade histórica.

\_\_\_\_\_. Neoconservadorismo na produção do conhecimento em serviço social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

CHAVES, H. L. A.; OLIVEIRA, E. M. A. P de. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0143.pdf>>, acessado em 27/05/2019

ESCORSIM, L. N. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: ed. Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M.V. Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

166

\_\_\_\_\_. Renovação e conservadorismo no serviço social: Ensaio crítico. – 11. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e serviço social – 7. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. – 8.ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Biblioteca básica de serviço social; v.1)

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão. Serviço Social & Sociedade, n. 50, São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

\_\_\_\_\_. IN: Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, J. M. A. de. Tendências ideológicas do conservadorismo. 2016. 304 folhas. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

\_\_\_\_\_. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

\_\_\_\_\_. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. Revista Serviço Social & Sociedade nº 122, edição de abr-jun/2015.



VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. Verinotio, n. 12, Ano VI, out./2010.

## A QUESTÃO DO USUÁRIO DE CRACK: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO ESTADO NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Gabrielly Souza de França<sup>108</sup>  
Evelyne Medeiros Pereira<sup>109</sup>

### RESUMO

O consumo de crack no Brasil já caminha para há terceira década, com notórias questões de saúde pública e questões sociais, que requerem a intersectorialidade das políticas públicas. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo propor o debate sobre a posição do Estado frente ao usuário de crack, entendendo que ele é resultado de inúmeras expressões da questão social. Porque ao conhecer esses indivíduos e suas dinâmicas socioeconômicas torna-se possível problematizar a configuração das intervenções dadas, repensando novos caminhos e o posicionamento profissional. Diante disso, fez-se necessário a utilização de estudos dessa temática para se promover a discussão do perfil desses usuários e do encolhimento no papel do Estado na garantia dos direitos sociais desses, resultando em respostas moralizantes e de iniciativas privadas. Com isso, o Serviço Social tem encontrado inúmeros limites na promoção da intersectorialidade e da integralidade na perspectiva de garantia dos direitos sociais dos usuários de crack, pois ao estigmatizar esse público e ao entender a dependência do crack com um desvio de moral, as questões por trás passam a ser abafadas. Desta forma, busca-se suscitar reflexões pertinentes ao tema apresentado, olhando o Estado neoliberal e suas intervenções ao/a usuário/a do crack por meio do proibicionismo e moralismo.

**Palavras-chave:** Estado. Crack. Serviço Social. Respostas.

168

### INTRODUÇÃO

O uso e o abuso de drogas lícitas e ilícitas acompanha a história da humanidade. Há milhares de anos, o homem faz uso de substâncias psicoativas por várias razões, como por motivo cultural, religioso, para facilitar a socialização ou mesmo para se isolar. Mas no último século saiu da esfera religiosa às esferas biomédica, da Justiça e de expressões sociais. Com isso, as substâncias psicoativas foram classificadas como drogas, se tornando um assunto polêmico em quase todas as partes do mundo. (RIBEIRO; LARANJEIRA, 2012). É dentro desse conjunto de substâncias chamadas de drogas que se encontra o crack, no qual sua dependência tem se transformado nos últimos 25 anos, em um dos principais problemas de saúde pública em diversos países do mundo, inclusive no Brasil (ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, 2011). Para abordar este assunto, o presente trabalho afasta-se de

<sup>108</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [gabysouzafv@gmail.com](mailto:gabysouzafv@gmail.com);

<sup>109</sup> Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

perspectivas que culpabilizam os indivíduos ou de qualquer entendimento higienista, pois, o ponto de partida é analisar a desigualdade social como geradora da exclusão social, essa relação que de acordo com Souza (2016) provoca, de modo bastante significativo, dependência dessa droga. Desse modo, será abordado o descaso do Estado na totalidade da vida dessas pessoas promovendo políticas sociais cada vez mais fragmentadas e, de modo contraditório, canalizando recursos financeiros para Instituições de caráter filantrópico.

Isto posto, o assunto assume importância, porque pretende fomentar o conhecimento sobre as características socioeconômicas dos usuários de crack e da realidade que os cerca, para que seja possível entender a existência da necessidade de respostas qualificadas e intersetoriais. Por isso, torna-se indispensável à promoção do debate que fundamente propostas para melhores respostas e tratamentos, otimizando os recursos disponíveis e lutando por novos, revelando a posição do Estado na promoção de respostas. Portanto, “pensar, refletir, analisar e pesquisar sobre as interseções entre as drogas, a ‘questão social’ na realidade brasileira e as políticas sociais é uma tarefa de enorme relevância” (RIBEIRO; LARANJEIRA, 2012).

Assim sendo, objetiva-se com esse artigo promover o debate sobre o perfil social dos usuários de crack, no qual é marcado pelas expressões das condições sociais. Também, relacionar essa questão com os desmontes das políticas sociais, essas que deviriam atuar em conjunto, visando à promoção da cidadania. Partindo disso, pretende-se colaborar com a discussão de como o Estado tem intervindo nessa problemática, e por fim, analisar as dificuldades das (os) assistentes sociais diante da promoção da garantia dos direitos sociais e da intersetorialidade.

Para alcançar esses objetivos foi preciso traçar um caminho de estudos, onde se iniciou durante a experiência do estágio curricular em Serviço Social no Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano (HUP), em Recife- PE, sendo observado o número de usuários de crack presentes na Instituição e as dificuldades do Serviço Social em responder essas demandas. Assim, esse estudo consiste em um trabalho descritivo, utilizando a metodologia fundamentada na pesquisa bibliográfica, essa entendida como uma caixa de ferramentas. O trabalho contará com um posicionamento crítico, não levando em consideração a presença da neutralidade. À vista disso, foram manuseadas fontes como a Legislação Federal brasileira, publicações do Ministério da Saúde e do CFESS, livros e artigos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais, esses disponíveis na internet. Logo, esse trabalho não propõe um “conhecimento novo” ou “novas categorias”, mas se utiliza de pesquisas para acrescentar na discussão sobre o perfil social dos usuários de crack e como as políticas sociais



estão sendo desenhadas diante do encolhimento do papel estatal e da ascensão do conteúdo religioso.

Por isso, que a princípio, o trabalho trará a discussão de como o Estado neoliberal é configurado, sendo essa posição determinante para observar as intervenções direcionadas à população estudada. Posteriormente, será construído um breve levantamento histórico sobre o consumo do crack e as características das vulnerabilidades sociais dos/as usuários/as da substância, porque é fundamental conhecer o público-alvo para o qual se direcionam as atividades de prevenção e “tratamento”. Esse momento irá propor uma relação entre exclusão social e uso de crack, como fundamental para desenhar as políticas sociais, compreendendo que a análise sobre essa relação tem sido negligenciada. Por fim, será debatido sobre os inúmeros limites encontrados pela ação profissional do Serviço Social na promoção da intersetorialidade e da integralidade na perspectiva de garantia dos direitos sociais dos/as usuários/as de crack.

## DESENVOLVIMENTO

Para iniciar as propostas estabelecidas nesse estudo, é fundamental considerar o que se entende por neoliberalismo, este ainda mais forte no atual momento do capitalismo brasileiro e determinante na configuração das intervenções a dependência do crack. Então, se compreende o neoliberalismo como uma realidade ideológica em defesa dos interesses do capital, favorecendo grupos monopolizados, em detrimento dos trabalhadores, realidade essa, velada por um discurso de direitos individuais, tende-se a uma naturalização da desigualdade social (PIANA, 2009). Dessa maneira, a proposta neoliberal visa reduzir as Políticas Públicas, em outras palavras, reduzir a presença do Estado nas questões sociais, propondo o livre acesso ao Mercado, vendendo ao capital os direitos e o acesso aos serviços.

Para acrescentar na descrição do Estado brasileiro é indispensável trazer à tona a questão do conservadorismo este, que também repercute sobre as políticas sociais. Com a junção do neoliberalismo e do conservadorismo no trato da questão dos usuários de drogas, provoca respostas que não levam em consideração os determinantes sociais que envolvem quem consome o crack, pois tendem a culpabilização da moral individual, retirando a responsabilidade Estatal para com tal questão (BASTOS; BERTONI, 2014).

## BREVE DISCUSSÃO SOBRE A HISTÓRIA CRACK

A partir do exposto, retornaremos especificamente a questão da “droga” estudada, o crack. Para chegar à discussão atual envolvendo o crack, é preciso falar da cocaína. O início da cocaína foi marcado pela ausência de leis que limitassem ou proibissem a sua venda ou consumo, era vendida em farmácias, mercearias e bares, até comercializada por ambulantes de porta em porta, o Brasil também vivia esse mesmo cenário. Esse comércio ocorria devido os efeitos anestésicos e estimulantes da cocaína, sendo indicada para doenças consumptivas, desordens digestivas, exaustão e sífilis. Todavia, esse livre comércio mudou a partir do decreto Pure Food and Drug, nos EUA, em 1906, sendo responsável pela proteção e promoção da saúde pública, determinou as primeiras restrições à importação da folha de coca. Outras datas posteriores contribuíram para essa alteração, como o decreto do Tratado de Haia em 1912 e o Harrison Act em 1914, ambos estabeleceram taxas de impostos para a produção e importação de cocaína e opiáceos, exigindo registro em agência federal (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Ferreira e Martini (2001), o conhecimento sobre os efeitos negativos da cocaína ajudou no declínio dessa droga. Depois de 50 anos, o mundo deparou-se com o ressurgimento da cocaína e da sua variação, o crack. Assim, surge o crack em bairros pobres e marginalizados de Los Angeles, Nova York e Miami, em 1980. Obtido por meio de um processo realizado dentro de casas com graus variados de precariedade e abandono, chamadas de crack house (FERRI et al., 1997). Essa substância “atinge altas concentrações sanguíneas num período de tempo muito rápido [...] tornando mais graves as complicações neuropsiquiátricas e cardiocirculares, bem como os transtornos sociocupacionais” (Ibidem, p.222 ). Logo, o crack é um derivado da pasta base da coca, misturada com alguma substância alcalina, aquecida e depois resfriada, tornando-a uma pedra, ou seja, essencialmente a mesma droga que a cocaína (BASTOS; BERTONI, 2014).

A década de 1980, marca os EUA com o crescimento da presença de substâncias psicoativas em sua sociedade instigando que os representantes do país propusessem intervenções. Para que essas ocorressem com a justificativa de promover o “fim do consumo as drogas” estigmatizaram os usuários de crack, pois esses eram latinos, negros e pobres, contribuindo assim, para a marginalização e encarceramento desses indivíduos, e para o agravamento do preconceito contra estes, associando-os a marca de uma droga demonizada pela sociedade. Enquanto a maioria dos consumidores da cocaína, esses de classes mais elevadas economicamente, não eram vistos dessa forma, revelando a dimensão social e a classe que permeia o consumo da substância desde a sua origem (ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, 2011).

A principal intervenção da época, foi à implementação de uma legislação que punia com penas mais severas a quem portasse crack, não usando da mesma medida para quem portasse cocaína. Isso que segundo Souza (2016), mostra que “a diferença não estava na droga, mas nas pessoas que faziam uso de uma ou outra droga”, colocando-as como alvo da construção de estigmas, permeando até os dias de hoje. Espinheira (2004), também entende que “as drogas não têm efeitos iguais para pessoas socialmente diferentes”, em outras palavras, as mesmas substâncias, no caso o crack como substância derivada da cocaína, não iguala seus consumidores, porque eles em sua maioria pertencem a classes e raças diferentes. Nessa lógica a problemática do consumo de drogas é enquadrada no campo moral-religioso-repressor.

Essa substância chega ao Brasil no final desta mesma década, através da Colômbia, pelas fronteiras com Acre, Roraima e Amazonas. A droga se disseminou, inicialmente, no estado de São Paulo e acabou se popularizando devido ao preço baixo e efeito intenso (FERRI et al., 1997). A partir do início desse consumo a “questão das drogas” no Brasil foi tratada por uma perspectiva punitiva e disciplinadora das práticas sociais.

Até 1998, as políticas públicas na área de drogas no âmbito federal estavam sob a responsabilidade do Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), vinculado ao Ministério da Justiça. O governo federal priorizava a repressão ao tráfico de drogas em detrimento das ações de prevenção (ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, 2009, p. 11).

Nessa década, constituiu-se o marco inicial no Brasil do controle sobre drogas, resultando na publicação de uma lei restritiva ao consumo dessas drogas com punições aos usuários. Foi apenas na década 20 que essa matéria passa a ser alvo também de políticas sociais, até então, não havia qualquer regulamentação oficial sobre as drogas ilícitas no País. Porém, não foi o suficiente para lidar com a questão, pois o consumo do crack além de causar danos à vida de seus usuários, ele os estigmatiza. Não lidando com essa questão de forma qualificada os indicadores tem apontado que essa questão do consumo de crack tem tomado dimensões preocupantes nessas últimas décadas (BRASIL, 2006).

Portanto, ao verificar as pesquisas realizadas em 2014, pela Fundação Oswaldo Cruz com financiamento da SENAD/MJ (BASTOS; BERTONI, 2014), é possível trazer a tona aspectos que revelam o perfil social desses indivíduos, para compreender que o problema do consumo de crack não é ligado apenas à dependência, mas também, a questões sociais, revelando essas dimensões preocupantes. Estes que aproximadamente 60% são homens e 40% são mulheres, majoritariamente jovens adultos/as; apenas 20% dos usuários do crack e/ou similares são de cor branca, prevalecendo os/as que se declaram negros/as ou pardos/as; 64%





se declararam como solteiros/as; Oito em cada dez não chegaram ao ensino médio, mas estiveram em algum momento na escola, reforçando a importância de construir estratégias de prevenção em âmbito escolar; 49% tem passagem pelo sistema prisional, sem a possibilidade de assumir se na época da prisão o consumo da substância já estava presente ou se o uso foi iniciado ao sair do encarceramento; 47% das mulheres entrevistadas relataram histórico de violência sexual; Cerca de 40% vivendo em situação de rua, não possuindo nenhum local para ir, a outra parte, declara que passa o maior tempo nas ruas, mas que tem algum local de moradia, desses a maioria com vínculo familiar rompido; 44% iniciaram o uso da droga antes dos 18 anos de idade; 65% dos usuários de crack obtêm dinheiro por meio de trabalho esporádico ou autônomo, a segunda renda mais frequente é proveniente de esmolas, 7,46% da renda é proveniente do sexo, cerca de 8% conseguem dinheiro e/ou droga por meio de furtos/roubos e tráfico de drogas, esse último dado se torna bem curioso porque é consideravelmente baixo comparado a porcentagem total de usuários de crack no país; sobre os padrões de consumo, por mais que a relação de pedras/dias tenha frequência bastante variável, 56,30% referiam usar todos os dias; Mais de 70% dos usuários de crack e/ou similares no Brasil disseram compartilhar os aparelhos utilizados para o uso destas drogas, algo preocupante diante da transmissão de infecções, como hepatites virais.

Para acrescentar a esses dados ainda há o nível alto de mortalidade desses indivíduos, no qual é sete vezes superior à população geral. Ainda existem pesquisas mais recentes da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), divulgando em 2016 que entre as regiões do Brasil, o Nordeste lidera o uso regular de crack e similares, com 40% do total, seguido do Sudeste, do Centro Oeste, do Sul e do Norte. Esse perfil aponta para a relação de diversos fatores que levam ou favorecem ao consumo dessa substância psicoativa. Deste modo, entende-se que “é nas favelas ou periferias que estão presentes um dos segmentos mais ‘vulnerabilizados’ e expostos às ‘situações de risco’ e de violência, ou seja, os/as jovens, pobres, negros/as, filhos/as de trabalhadores/as” (ALBUQUERQUE; AZEVEDO; NOBRE, 2016).

Então, de forma esmagadora essas pessoas pertencem às classes dominadas, excluídas diariamente nesse âmbito de exploração, sendo possível afirmar que atualmente no *Brasil* o *crack* é uma expressão concreta de um país marcado por profundas injustiças sociais. Partindo dessas características sociais que faz com que entendamos a “questão das drogas” no capitalismo contemporâneo, se materializa como uma das expressões da chamada “questão social”, esta última compreendida como a “expressão politizada das desigualdades sociais” produzidas pela sociabilidade capitalista (MOTA, 2009). Dessa maneira, é preciso promover o debate das respostas do Estado para com tais questões.

## A POSIÇÃO DO ESTADO DIANTE DOS/AS USUÁRIOS/AS DE CRACK

Como dito, a dependência ao crack tem trazido graves consequências, principalmente para os jovens e adultos jovens, que se expressam nas várias interfaces da vida cotidiana. Mas em contrapartida, as respostas ainda são insuficientes para lidar com essas consequências, pois ainda tem sido pautadas primeiramente na política de guerra às drogas, no qual governos, profissionais e a sociedade de modo geral, não possuem a facilidade em entender o aspecto social desta questão. O horror ao assunto e aos usuários químicos é reforçado diariamente nos programas e reportagens alarmistas, dificultando as abordagens que intervenham no âmbito social, pois “o pânico também inviabiliza a justiça, a defesa e a assistência social” (ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, 2011, p. 143). Entretanto, a questão do aumento do uso de crack no país não pode ser compreendida como individual/moral ou de horror, devendo ser dimensionada em um contexto social mais amplo.

Por isso, que neste momento a discussão será direcionada as resposta paliativas do Estado. Logo, ao observar e problematizar as respostas fragmentadas vindas da esfera Estatal e as punições aos/as usuários/as de drogas, particularmente os/as consumidores de crack, se torna essencial à leitura dos dados já mencionados. Essa leitura entende que os/as dependentes de crack são majoritariamente caracterizados por um perfil socioeconômico marcado pelo desemprego, com baixa escolaridade, baixo poder aquisitivo, proveniente de famílias pobres, residindo em lugares “urbanisticamente mal projetados e historicamente preconceituados” (ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, 2011, p. 143). Em sua maioria, são pessoas desprovidas de condições, de direitos, de deveres, de necessidades sociais, privados de acesso à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer e à justiça social (CFESS, 2018). Entretanto, o Estado atualmente tem canalizado as respostas a esse público para a Política de Saúde mental, porém não cabe apenas a essa Política ou a Política de Álcool e outras Drogas lidar com as demandas dessas pessoas, porque como dito, são compostas de muitas questões. Acrescentando a essas “respostas” o Estado ainda tem direcionado recursos a organizações religiosas, a fim, de que essas se responsabilizem e “cuidem” da moral destes usuários, libertando-os da dependência.

Então, podemos dizer que as respostas atualmente dadas os/as dependentes do crack, estão sendo configuradas de modo fragmentado e moralistas, pois as intervenções destinadas a este público com características sociais tão complexas, precisando que essa população seja vista como público alvo da promoção e da garantia dos “serviços de educação, cultura, esportes, lazer, saúde, bem-estar, justiça, etc. devendo funcionar de forma articulada e

planejada junto à realidade de cada usuário” (UCHOÁ, 2011). Essa movimentação de respostas que garantam essa condição de cidadania, só pode ser dado com a aproximação das políticas de saúde com as outras existentes, promovendo a assistência à saúde, mas também promovendo outras assistências.

## O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DAS RESPOSTAS DADAS AOS USUÁRIOS DE CRACK

Por fim, cabe analisar o exercício profissional da/o assistente social nesse contexto e na “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993) de todas as pessoas, inclusive dos usuários dessa substância, entendendo-os como pessoas de direitos. Ao lembrar a gênese do Serviço Social, percebemos que as/os profissionais eram convocadas/os “não pelo seu caráter propriamente técnico especializado, antes basicamente pelas funções de cunho educativo, moralizador e disciplinador” (IAMAMOTO, 1996), para intervir no sentido de moralizar e controlar as práticas sociais. Mesmo que essa vertente tenha sido superada por outro projeto hegemônico, esse cotidiano repleto de contradições tem pressionado a/o profissional a ações fragmentadas, repressoras e morais. Porém, é necessário que a atuação das/os assistentes sociais deva ser pautada na lógica da redução de danos e na promoção da cidadania, democratizando os direitos desses usuários, otimizando os recursos disponíveis e lutando por novos. Entendendo a complexa dimensão socioeconômica de tais pessoas.

Então, mesmo que o cenário seja desastroso, com enormes desmontes das políticas sociais, faz-se necessário que a profissão lute pela efetivação dos direitos dos/as usuários/as de crack, entendendo cada particularidade desses indivíduos e as expressões da questão social que os cercam, essas que são objeto de intervenção profissional. Resistindo a lógica moralista de lidar com essa situação, para que não sejamos capturados novamente por essa ideologia, buscando o acesso as condições de vida para os usuários de crack, concretizando a integralidade dos sujeitos e intersetorialidade dos serviços, assim como posto no Código de Ética da profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos aspectos mencionados, “reforçamos aqui o fato essencial e fundamental para o enfrentamento social do problema: a compreensão qualitativa das



situações de vulnerabilidades associadas ao consumo desta substância” (ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, 2011, p. 139). Conclui-se, então, que é necessário um olhar sob a luz das influências direta do complexo de questões socioeconômicas a dependência da substância discutida, para que se permita a compreensão de que as estratégias de enfrentamento devem ser pensadas por meio da natureza pública, direcionadas pela política de saúde e de assistência aos usuários de crack.

Cabendo, a busca por meios de atuação que vão além da intervenção ao uso do crack, partindo da compreensão qualitativa, olhando para esses indivíduos, para as múltiplas expressões da questão social que os envolve e que configuram índices tão altos de negligências de direitos. Para que assim, se reivindiquem pela presença urgente de ações Estatais e recusem-se concepções moralizantes. Portanto, concerne as/os profissionais do Serviço Social se manter permanentemente vigilantes em seus posicionamentos éticos e políticos, de modo a transformá-los em ações que combatam as diversas manifestações do preconceito e do moralismo, tão presente nas dinâmicas socioinstitucionais e nos desmontes das políticas sociais.

## REFERÊNCIAS

176

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; AZEVEDO, Estenio Ericson Botelho de; NOBRE, Maria Cristina de Queiroz (Org.). **Drogas, “Questão Social” e Políticas Sociais: Entre os direitos de cidadania e a criminalização da pobreza.** In: GONÇALVES, André de Menezes; ALBUQUERQUE, Cynthia Studart. **Drogas e Proteção Social: Os desafios da intersectorialidade.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. Cap. 1. p. 35-63. Disponível em: &lt;<http://cress-ce.org.br/wp-content/uploads/2017/05/cynthia-studart-andre-menezes-LIVRO-drogas-e-protecao-social.pdf>&gt;. Acesso em: 20 nov. 2019.

BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileira?.** Rio de Janeiro: Lis/ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BRASIL. Lei nº LEI Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. . Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Acesso em: 05 dez. 2019.

CFESS. **Serviço Social e a inserção de assistentes sociais nas Comunidades Terapêuticas.** Brasília: CFESS, 2018.

DIP, Andrea. **Comunidades terapêuticas religiosas lideram tratamento contra o crack.** 2013. Disponível em: <[terra.com.br/noticias/brasil/comunidades-terapeuticas-religiosas-lideram-tratamento-contra-o-crack,b0d73c3b99862410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html](http://terra.com.br/noticias/brasil/comunidades-terapeuticas-religiosas-lideram-tratamento-contra-o-crack,b0d73c3b99862410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html)>. Acesso em: 23 nov. 2019.

ESPINHEIRA, G. Os tempos e os espaços das drogas. In TAVARES, L. A. e ALMEIDA, A. R. et al. (orgs). **Drogas - Tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. EDUFBA, Salvador, 2004.

**ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS: Dossiê sobre drogas**. Recife: Revista de Cultura, v. 28, n. 9, dez. 2011.

FERREIRA, P. E. M; MARTINI, R.K. Cocaína: lendas, história e abuso. In: Revista Brasileira de Psiquiatria, vol. 23, nº 2, p. 96-99. São Paulo: 2001.

FERRI, C.P et al. Aumento da procura de tratamento por usuários de crack em dois ambulatórios na cidade de São Paulo, nos anos de 1990 a 1993. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 1, n. 43, p.24-28, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ramb/v43n1/2068.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

FIOCRUZ (Pernambuco). **Crack: pesquisa identifica perfil, comportamento e vulnerabilidade de usuários**. 2016. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/crack-pesquisa-identifica-perfil-comportamento-e-vulnerabilidade-de-usuarios>>. Acesso em: 27 set. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: os fundamentos teórico metodológicos e técnico-operativos do trabalho profissional**. In: \_\_\_\_\_. Metodologias e Técnicas do Serviço Social Caderno Técnico 23. Brasília: CNI, 1996

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4ª. edição. São Paulo: Cortez, 2009.

177

OLIVEIRA, L. R. Avaliação da cultura do uso de crack após uma década de introdução da droga na cidade de São Paulo. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2007.

PIANA, Maria Cristina. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. **Editora Unesp**, São Paulo, p.21-56, set. 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

SOUZA, Jessé (Org.). **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

UCHOÁ, Roberta (Org.). **Ensaio sobre as drogas: necessidades humanas e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

## A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E OS REBATIMENTOS NA POLÍTICA SOCIAL

Gabriel Borges Vitor<sup>110</sup>  
Francisca Rafaela Pinheiro<sup>111</sup>  
Guilherme Pereira Antunes<sup>112</sup>  
Maria Jaiane Moreno de Amorim<sup>113</sup>  
Rebeca Oliveira dos Santos<sup>114</sup>  
Adriana Alves da Silva<sup>115</sup>

### RESUMO

O presente artigo discute a institucionalização do neoliberalismo no Brasil, e os rebatimento desta ideologia na política social. Compreende que o neoliberalismo é reflexo de uma reestruturação produtiva, necessária na década de 1970, num momento de instabilidade do capital; Constata que a implementação do neoliberalismo nos países latino-americanos, se deu após o Consenso de Washington chegando ao Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio de um padrão de acumulação flexível no qual afetaram nocivamente o tripé da seguridade social, saúde, assistência e previdência.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; rebatimentos; política pública;

### INTRODUÇÃO

É correto afirmar que foi a partir do acirramento da questão social que as políticas sociais surgiram e que apesar de serem uma forma de apaziguar e manter o controle da classe subalterna ela também assegurou as mínimas formas de direitos para a classe em questão. A partir dela foram se construindo e se conquistando as formas de seguridade que foram legitimadas após sua inscrição no marco da Constituição de 1988. No entanto com a implantação do ideal neoliberal se evidencia a degradação constante das formas de seguridade, extinguindo as políticas sociais do desenvolvimento das relações sociais.

---

<sup>110</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [oibiel18@gmail.com](mailto:oibiel18@gmail.com);

<sup>111</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [rafaelapinheiro71@hotmail.com](mailto:rafaelapinheiro71@hotmail.com);

<sup>112</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [guilhermepereira201@gmail.com](mailto:guilhermepereira201@gmail.com);

<sup>113</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [jaiamoreno@outlook.com](mailto:jaiamoreno@outlook.com);

<sup>114</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [beccabeth17@gmail.com](mailto:beccabeth17@gmail.com);

<sup>115</sup> Professor orientador: titulação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [adriana\\_as\\_ce@hotmail.com](mailto:adriana_as_ce@hotmail.com).



Através de pesquisas bibliográficas em livros, TCCs, artigos e web sites o presente artigo tem como objetivo abordar a institucionalização do Neoliberalismo no Brasil, a partir dos conceitos liberais que se faziam presentes em meio a conjuntura capitalista do pós Segunda Guerra Mundial. O neoliberalismo foi respaldado no Consenso de Washington que preconizou inúmeras regras econômicas para melhorar o desenvolvimento da economia, sendo este fortalecido logo em seguida por um processo de estruturação economia através da lógica financeira da flexibilização do trabalho fomentada nas privatizações e na intervenção mínima do Estado.

Discutir o processo de institucionalização do Neoliberalismo no Brasil neste momento se faz imperativo, uma vez que sua ideologia expressa em agenda de compromissos tem contribuído de forma ampla para um verdadeiro retrocesso e desmonte das conquistas do âmbito público. Com efeito, é notório a transferência da responsabilidade estatal para o setor privado e implantação da lógica do cidadão consumidor pregadas pelo neoliberalismo que não se trata apenas de estratégias econômicas para melhorar a economia e o desenvolvimento do país, mas também para elevação da taxa de lucro e continuidade do capital. Isso tem contribuído para o acirramento da questão social, para a generalização do pauperismo e da barbárie sendo caracterizado um verdadeiro desmonte dos direitos sociais.

## DESENVOLVIMENTO

A concepção de Estado de bem estar social ganha força no início do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, como resposta à crise do capital monopolista e ao mesmo tempo para preservar esse sistema. Neste propósito necessário se fez a implementação de políticas destinadas ao combate à questão social, para redução dos conflitos sociais e favorecimento do processo de acumulação capitalista.

Behring e Boschetti (2011, p. 94), apresentam o que Mishra aponta sobre o welfare state:

Os princípios que estruturam o Welfare State, segundo o autor, são aqueles apontados no *Plano Beveridge*: 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social

O Estado de bem estar social representou uma grande melhoria de vida para os trabalhadores, a partir do aumento dos recursos destinados aos benefícios sociais, permitindo a criação de serviços públicos gratuitos, garantias trabalhistas, saúde e educação, geração de emprego, etc. Fato que contribuiu para a redução da pobreza, do desemprego e da desigualdade social.

Na década de 1970 os anos de ouro chegam a exaustão provocando mais uma crise do capital, tendo esta como principal causa a elevação do preço do petróleo em 1973, crise que provocou para uma grave recessão, expondo as contradições do capitalismo e fazendo-o perder a legitimidade adquirida com o Estado de bem estar social

O pensamento liberal ressurgiu assim na segunda metade do século XX, em meio ao Estado intervencionista, porém só ganha força na década de 1980, com articulação dos Estados Unidos e Inglaterra, desaguando as propostas desta articulação e de contenção da crise no Consenso de Washington que delibera a proposição de uma agenda neoliberal.

Ocorrido em 1989, o Consenso de Washington foi um encontro realizado com a intenção de implantar o neoliberalismo nos países latino-americanos, tendo como pretexto o rápido desenvolvimento e crescimento econômico desses países. Neste encontro a líder do Reino Unido Margareth Thatcher e o presidente dos Estados Unidos na época Ronald Reagan, apresentaram o modelo Neoliberal para todos os países presentes, sugerindo o redirecionamento dos investimentos para o setor empresarial. De acordo com as fundamentações dos mesmos, tais práticas seriam benéficas para movimentar e fomentar a economia mundial e melhorar as oportunidades de vagas de emprego e o aumento de salários.

A orientação neoliberal logrou êxito, uma vez que a maioria dos países, optaram por adotar as medidas sugeridas, contudo, muitos dos outros não possuíam as quantias necessárias para arcar com tais parâmetros, o que gerou uma grande demanda ao Fundo Monetário Internacional(FMI) se constituindo em estímulo para gerar um sistema de privilégios para países desenvolvidos, que lucravam com o monitoramento do FMI.

Como demonstra Salvador (2010, p. 612),

Por intermédio do FMI, tratava-se de persuadir os governos dos países em desenvolvimento e dos países desorientados pelo desabamento do comunismo a se engajar rapidamente na liberalização financeira para um ajuste estrutural rumo à economia de mercado. Os países que aderiram aos novos rumos da globalização financeira ficaram conhecidos como “mercados emergentes”. Sendo alvo para os grandes intermediários financeiros internacionais de uma convenção financeira otimista, atraíram uma avalanche de capitais especulativos com regras tributárias favorecidas.

As ideias neoliberais ganharam destaque nos anos 1990, sendo as principais Retirada da atividade estatal na economia, como um agente produtivo e em determinadas situações saindo também de funções de regulamentação, de setores produtivos da economia por meio de uma política de desestatização; viabilização de reformas fiscais, isto é, diminuição significativa de impostos sobre os investimentos mais altos e rendas; e, redução progressiva nos gastos das áreas sociais (políticas de saúde, educação, previdência e outros).

A implantação destas medidas não tiveram as consequências desejadas, visto que o capitalismo para sobreviver necessita de um desenvolvimento desigual e combinado que impactou sobre a realidade latino-americana provocando um aumento do pobreza, das taxas de juros, da inflação, da desigualdade, etc. em contradição aos países chamados de centro localizados na América do Norte e Europa.

Cabe lembrar que enquanto os países ocidentais vivenciavam o Welfare State, o Brasil se encontrava desde 1964 em um regime de ditadura militar, marcado pela censura, repressão e autoritarismo por parte dos governos militares, tendo fim, somente em 1985 quando Tancredo Neves e José Sarney assumem a presidência do Brasil e instauram a nova república. Esta realidade, marcada pela recessão e pelo principal vilão da economia dos anos de 1980 e 1990, a inflação, exigia uma resposta, sendo bem vindo naquele momento as ideias neoliberais.

A justificativa para a implantação das ideias neoliberais no Brasil teve portanto como principal motivo, acabar com a inflação, sendo objetivo tanto no governo de Fernando Collor de Mello, como no de Fernando Henrique Cardoso.

No governo de Fernando Collor de Mello os planos de reformas estruturais voltadas para o mercado e pôr fim a inflação, não lograram êxito, vindo o neoliberalismo se concretiza no governo de FHC.

Possuindo um caráter extremamente neoliberal, FHC defendeu a absoluta liberdade de mercado e a restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim em um grau limitado. Além disso, preconizou a privatização como melhor forma de prestação de serviços, colocando o Estado como mero regulador, contribuindo dentre muitos fatores para o processo de *terceirização* dos trabalhadores.

No contexto neoliberal ganhou força a terceirização que pautada na lógica da flexibilização do trabalho, que vista de sua superfície, pode ser entendida como a variedade no custo da mão-de-obra, caracterizando valores variados no pagamento do trabalho, uma maior e melhor organização no tempo de trabalho e a impressão de “autonomia” e liberdade



para os trabalhadores que nela se inserem. No entanto, indo mais a fundo, é perceptível que apesar dela parecer uma melhoria nas condições de trabalho, o seu objetivo na verdade é favorecer apenas o capitalista e o processo de acumulação em detrimento ao trabalhador.

A flexibilização traduzida na precarização do trabalho afeta diretamente as relações de trabalho e as formas de seguridade, provocando impactos nocivos aos trabalhadores e suas condições de vida, pois está ligada indissociavelmente aos direitos trabalhistas, que são alocados como onerosos e como empecilhos para o desenvolvimento econômico. Assim, direitos como férias, salários adicionais, licenças e muitas outras formas de seguridade vão sendo colocadas de lado e até mesmo desaparecendo na hora da contratação.

Como afirma Andrade:

Flexibilizar é a capacidade do indivíduo de renunciar a seus costumes e adaptar-se às novas circunstâncias do mercado de trabalho. Traduz-se pelo uso de instrumentos jurídicos que permitam adaptar as relações de trabalho às flutuações econômicas, às alterações ocorridas na ordem social e às constantes inovações tecnológicas. O objetivo da flexibilização é a garantia de emprego, embora com redução de direitos trabalhistas. (ANDRADE, 1999, p.16)

A terceirização é mais que uma forma de organização trabalhista, como uma expressão do processo de flexibilização, ela contribui de forma preponderante para a desregulamentação da proteção social no campo do trabalho, refletindo nocivamente na vida profissional e social dos trabalhadores.

182

Graças a aparelhagem da flexibilização a seguridade conquistada no trabalho formal é posta em cheque, visto que o trabalho informal contribui de forma acirrada com o formal devido não só a grandeza do exército industrial de reserva, mas também pelo fato que nele as empresas se isentam de qualquer responsabilidade, custo ou obrigação com os direitos do trabalhador.

Em meio ao contexto de terceirização, perda de direitos e desmonte das políticas sociais constata-se que a institucionalização do neoliberalismo contribuiu para o retrocesso das conquistas no âmbito público, com ênfase principalmente das políticas públicas.

Em se tratando da política social, o neoliberalismo a vê como dispensável, pois quando o mercado funciona adequadamente não há necessidade de implementação destas, já que cada indivíduo é capaz de adquirir seus próprios bens, e tudo depende do seu esforço. E ainda, a atitude de implementar políticas, visando a justiça social, alteraria a ordem natural e provocaria desequilíbrio. Além de que, de acordo com esse pensamento, a desigualdade social é necessária para um melhor desenvolvimento da sociedade, pois a concentração de renda nas

mãos de poucos proporciona uma intensificação de investimentos, colaborando para o crescimento econômico.

A implantação do neoliberalismo no Brasil trouxe diversas consequências como redução dos direitos, impactando nas políticas sociais e as tornando cada vez mais focalizadas, limitadas e precárias. A seguridade social – composta pelos pilares saúde, assistência social e previdência – parecia adentrar em grandes mudanças com a Constituição de 1988. Porém, com as reformas neoliberais, as políticas sociais acabam sendo deixadas de lado em detrimento das políticas econômicas. Sendo assim, na política social vemos privatizações e extrema seletividade, focalizada nos pobres dos pobres.

Com efeito no contexto neoliberal o Estado adequa-se a lógica do mercado. Devido à grande demanda da população e a escassez de recursos, bem como a má administração, o Estado fere o princípio de universalização da saúde, que deveria atender a todos sem distinção, adotando a ideia de focalização, priorizando a parcela mais pobre da população. O Estado transfere sua responsabilidade da Seguridade Social para a população, e direciona recursos para o terceiro setor. Na saúde é possível ver cada vez mais uma atuação de Organizações Sociais, que desresponsabiliza o estado e tira a característica da saúde como direito, para ser entendido como favor. No que se refere a Assistência Social seus impactos foram capazes de descaracterizar tanto a constituição Federal de 1988 como também as Leis Orgânicas, simbolizando um verdadeiro retrocesso.

Em meio um contexto de privatizações e mercantilização das políticas que potencializam a ideia do cidadão enquanto consumidor, se tratando da Assistência Social, pode se destacar os programas de transferência de renda e o enfoque apenas nas populações mais pobres, não abrangendo um todo que necessita destas políticas, caracterizando assim a viabilização de tais ações de forma compensatória para o enfrentamento da questão social. Além disso, outro ponto negativo se faz presente nas práticas e formas de atuação profissional por parte dos assistentes sociais que devido ao contexto neoliberal e sua adesão a nos meios da terceirização acabam não solidificando vínculos com os usuários, suas ações se dão de forma fragmentadas e estímulo para a participação do controle social é inexistente, desconsiderando a totalidade social e fragmentando não só as demandas mas também os usuários.

Segundo Correia (2005) a sociedade pode controlar as ações do Estado através do controle social. Porém, com o advento do neoliberalismo e seu caráter individualista a sociedade coletiva deixou de ganhar espaço. A partir da efetivação de seus ideais o ajuste

Neoliberal se institucionalizou através do âmbito privado, e o enxugamento nos gastos sociais foram responsáveis por instituir a precarização das Políticas Públicas. Um dos componentes ideológicos por trás desse tipo de proposta é a ideia de que o setor público caracteriza-se, por princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma “racionalidade” e uma “vocação” capazes de levar ao crescimento econômico. As possibilidades de sucesso da proposta privatizante estariam assim garantidas desde que o Estado não interferisse (SOARES, 2009, p. 40).

Constata-se assim que com o ápice do desenvolvimento da agenda neoliberal, as políticas sociais entraram em declínio, a pobreza foi aumentada em larga escala e as adversidades oriundas da exclusão social ganharam proporções, alterando a realidade social. Um novo sentido foi atribuído a essas políticas e a universalidade foi modificada para seletividade, a descentralização agora   transferência de responsabilidades para outros níveis da sociedade civil, e a integralidade agora corresponde a uma dificuldade de acesso, já que a demanda se sobressai através da oferta, sendo necessário utilizar o sistema de urgência para casos extremos, tudo isso corrobora para disseminação de uma ideia de ineficiência do serviço público e para o processo de privatização de tais serviços.

Em face do exposto, tais processos escondem o desmonte dos âmbitos de direitos sociais, em virtude da terceirização, privatização, escassez de oferta dessas políticas e a publicização, ao acesso distributivo com finalidades de acumular capital das instituições privadas, que tornam um aglomerado de dificuldades para desenvolver, melhorar e fazer justiça aos princípios da seguridade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante as discussões aqui apresentadas, pode-se afirmar que o processo de institucionalização do Neoliberalismo no Brasil não configurou apenas uma elevada precarização nos modos de trabalho que se deram através da terceirização e da lógica da flexibilização, marcadas pela desregulamentação das leis trabalhistas nas quais foram conquistadas através de muitas lutas e esforços pelos trabalhadores. Ela também resultou em impactos diretos nas formas de seguridade social provocando um desmonte das políticas sociais, pois como colocado pela lógica liberal as mesmas impedem o desenvolvimento econômico, devido o auto custo para mantelas.

A importância das políticas que dizem respeito a s ude, a assistência e a previdência são postas em xeque pelo conceito de cidadão consumidor, no entanto, tal conceito são



contribui para promover a ascensão das expressões da questão social visto que diante do presente desemprego estrutural as pessoas não possuem condições mínimas para se ter acesso a qualquer forma de seguridade ou qualidade de vida, desse modo, tais políticas acabam sendo administradas de forma compensatória abrangendo somente as áreas mais pauperizadas e não o todo como deveria acontecer.

Com fica evidente o neoliberalismo gerado no ceio do sistema capitalista serviu apenas para reafirmar o fato de que no processo de acumulação capitalista não importa a geração de empregos, o bem estar ou garantir as formas de seguridade, o que importa são os superlucros e a mais-valia, e para tal manipular e extinguir até as formas de seguridade social e os direitos já conquistados.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Thinally Ribeiro. As políticas sociais no neoliberalismo: expressões da luta de classes. São Luis. 2017

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. **A epidemia da terceirização.**

BEHRING, E. R. ; BOSCHETTI, Ivanete . **Política Social - fundamentos e história.** 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **BRASIL EM CONTRA-REFORMA: Desestruturação do estado e perda de direitos.** 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2008

DELGADO, Guilherme. et.al. **Seguridade social: redefinindo o alcance da cidadania.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

MIQUELUZZI, Oswaldo. **Neoliberalismo e Flexibilização: Consequências e alternativas para os trabalhadores e seus sindicatos.** FLORIANÓPOLIS, 1997

MAGALHÃES, Vinicius Pinheiro. **Características do desmonte neoliberal na seguridade social brasileira.**

NEOLIBERALISMO E SEUS REFLEXOS NA POLÍTICA DE SAÚDE NO ... - SEER/UFAL. Acesso em: 09/dez/2019.

SALVADOR, E. . **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo.** Serviço Social & Sociedade, v. 104, 2010.

SANTOS, Glaucya Núbia Barros dos. Neoliberalismo e seus reflexos na política de saúde no Brasil. Disponível: [www.seer.ufal.br > downloadPDF](http://www.seer.ufal.br/downloadPDF).

SOUSA, Franciele Santana de. Os impactos do neoliberalismo na política de seguridade. 2013.

## MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Luiz Carlos Antunes da Silva <sup>116</sup>  
Patrícia Gomes de Carvalhos 1 <sup>117</sup>  
Jocasta Bezerra dos Santos 2 <sup>118</sup>  
Felipe Vinicius Mendonça da Silva 3 <sup>119</sup>  
Dra Adriana Alves da Silva <sup>120</sup>

### RESUMO

O presente texto trata-se de um ensaio teórico acerca da articulação do serviço social com a educação via medidas socioeducativas. Parte-se do entendimento de que os sujeitos em conflito com a lei, em sua maioria adolescentes, são, antes de tudo, sujeitos de direitos, os quais não podem ser negados nem pelo Estado nem pela sociedade civil. Dessa forma, objetiva-se refletir sobre a atuação do assistente social em espaços de cumprimento de medidas socioeducativas, pontuando alguns desafios e perspectivas. A partir das leituras realizadas e dos apontamentos feitos ao longo do texto, entende-se a importância do assistente social para a operacionalização do direito à educação escolar, uma vez que esta acontece em espaços de privação de liberdade, fazendo com que direitos possam vir a ser negados. Assim, conclui-se que o trabalho colaborativo entre serviço social e outros campos de atuação representa um sólido caminho para a ressocialização desses sujeitos em conflito com a lei.

**Palavras-chave:** Educação. Medidas socioeducativas. Serviço Social.

### INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira está despertando para a materialização de uma democracia que englobe a maior parte da população, todavia, ainda é notório o conservadorismo enraizado no

---

<sup>116</sup> Graduado em Letras pela Universidade Estadual – UECE do Ceará; Graduando do Curso de Serviço Social e pós-graduando em Educação Profissional e Tecnologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [lcantunes@outlook.com](mailto:lcantunes@outlook.com) ;

<sup>117</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [paticarvalho0712@gmail.com](mailto:paticarvalho0712@gmail.com);

<sup>118</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [jocastabezerra71@gmail.com](mailto:jocastabezerra71@gmail.com);

<sup>119</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [vinicius.silvaigt@icloud.com](mailto:vinicius.silvaigt@icloud.com);

<sup>120</sup> Professora orientadora: Doutoura, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [adriana\\_as\\_ce@hotmail.com](mailto:adriana_as_ce@hotmail.com);

território nacional que cotidianamente (re)produz mecanismos de violação dos princípios democráticos, ferindo, por sua vez, os direitos humanos, especialmente em contextos neoliberais e de privatização dos bens e espaços públicos, como vivenciado nos últimos anos.

Pinzani e Rego (2014, p. 15) consideram ser necessário, nesse contexto, antes da elaboração de políticas públicas, dentre as quais boa parte possui caráter assistencialista, definir “[...] quais elementos as instituições e os(as) agentes formuladores(as) das intervenções estatais, que criam políticas públicas, consideram irrenunciáveis como componentes da cidadania e da dignidade de seus(suas) concidadãos(ãs).” Isso porque a cidadania implica em igualdade, porém, levando em consideração o contexto brasileiro assolado pelas desigualdades, a cidadania e a democracia não se efetivam na prática.

Nas entrelinhas desse contexto, Leite (2014, p. 16) compreende que “[...] a escola pública, que deveria ser igual para todos, acaba por reproduzir e reforçar as desigualdades econômicas, sociais e políticas presentes em nossa sociedade”, carecendo, portanto, de uma transformação desse espaço social. Arelado a essa narrativa, Arroyo (2013, p. 664) discute que os documentos oficiais que circunscrevem a educação brasileira passaram a estabelecer a criação de processos educativos pautados na cidadania e na garantia do direito ao trabalho sem, contudo, levar em consideração “[...] a que padrões de trabalho e de cidadania têm sido atrelados os trabalhadores e os coletivos populares, supostos destinatários do sistema educacional público”.

No campo do Serviço Social, o direito à educação de e com qualidade para a população tem representado um dos objetivos desta área, uma vez que se tem pensado a dimensão pedagógica e educativa do Serviço Social para “[...] um trabalho desenvolvido pelos profissionais na perspectiva de desmistificar e desvelar a realidade produtora e reprodutora de desigualdades, visando à autonomia, à participação e à emancipação dos indivíduos sociais” (PIANA, 2009, p. 186). Essa atuação do assistente social se torna mais latente em espaços de medidas socioeducativas por lidarem com jovens e adolescentes em conflito com a lei.

As medidas socioeducativas são previstas pela lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no entanto, quanto à atuação do assistente social, Freitas (2011) aponta que as produções teóricas são incipientes no país, embora a execução de tais medidas seja recorrente. Seu trabalho deve ter como base a busca pela materialização dos direitos do sujeito em conflito com a lei a fim de que estes não sejam descumpridos, logo, ao assistente social, cabe “[...] a busca por construir com o sujeito um atendimento orientado pela perspectiva do direito” (p. 43).



Considerando tais apontamentos, o presente estudo situa-se no campo teórico, do tipo ensaio, dessas discussões objetivando refletir sobre a atuação do assistente social em espaços de cumprimento de medidas socioeducativas, pontuando alguns desafios e perspectivas. Trata-se de um estudo teórico, qualitativo, pois conforme defende Godoy (*apud* FREITAS; JABBOUR, p. 8, 2011), “quando a nossa preocupação for, a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados”.

## O ASSISTENTE SOCIAL E SUAS ATRIBUIÇÕES: DIÁLOGOS COM O CAMPO DA EDUCAÇÃO

A assistência social no cenário mundial surge em tempos remotos sob a ótica da caridade e da solidariedade às pessoas pobres e doentes. Contudo, tais características, com a evolução da sociedade, passaram a perturbar as práticas de assistência social que reforçavam a concepção meritocrática da situação dos desiguais, já que entendia-se que a pobreza, por exemplo, poderia ser superada a partir dos esforços individuais de cada sujeito, sendo estes responsáveis pelos seus próprios sucessos e fracassos. Logo, quando o Estado passa a “assumir” a responsabilidade pelas políticas de assistência, surge uma dualidade do seu formato: “uma que se insinua como privilegiada para enfrentar politicamente a questão social; outra, para dar conta de condições agudizadas de pauperização da força de trabalho” (SPOSATI, 2014, p. 46).

Tal fato fez com que a assistência social não fosse concebida como uma via constitucional para a garantia de direitos à população até 1988. A partir de então, com a Constituição Federal, esta passa a incorporar o tripé da seguridade social, compreendida como “[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, Art. 194). Quanto à assistência social, a constituição estebeleceu que esta será prestada à qualquer pessoa que dela necessitar, ainda que não tenha contribuído para a seguridade social.

A partir de então, a constituição cidadã, como ficou conhecida, instituiu ao Estado a obrigatoriedade da criação de políticas de assistência à população com vistas à erradicação das práticas assistencialistas e de caridade até então executadas. No entanto, torna-se importante pontuar que essas perspectivas assistencialistas, por vezes, ainda são postas em prática no país, a depender dos governantes que estejam no poder. Nesse limiar, torna-se

importante considerar as reflexões de Bobbio (2004, p. 93), ao afirmar que “o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem são a base das constituições democráticas, e, ao mesmo tempo, a paz é o pressuposto necessário para a proteção efetiva dos direitos do homem em cada Estado e no sistema internacional”.

No entanto, atualmente, o Brasil tem vivenciado um retorno ao passado em virtude dos retrocessos governamentais que instituíram o golpe de Estado contra uma presidenta democraticamente eleita, em 2016, levando à presidência da república membros de partidos políticos que coadunam com um Estado mínimo e à favor da privatização. Essa realidade tem potencializado as desigualdades socioeconômicas, fazendo com que o Brasil ocupe os patamares de desigualdade social e má distribuição de renda entre a população a nível mundial.

Por sua vez, o campo da educação não apresenta-se distoante do cenário geral, tendo em vista os ataques governamentais que tende, cada vez mais, desqualificar a educação pública, gratuita e de qualidade enquanto direito da população e dever do Estado. Nesse cenário, torna-se oportuno discutir a atuação do profissional da assistência social na educação, pois:

“[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo” (IAMAMOTO, 2015, p. 28).

189

Nesse âmbito, ao profissional do Serviço Social nas políticas educacionais, bem como nos demais espaços sócio-ocupacionais, compete realizar a análise crítica da realidade e, de acordo com as demandas sociais compreendidas dentro de um contexto sócio-histórico, construir as estratégias necessárias para respondê-las, tal como preconizado na lei n. 8.622, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre esta profissão (BRASIL, 1993). Vale destacar que, assim como outros profissionais, é cada vez mais requisitado do assistente social o desenvolvimento de ações socioeducativas de forma interdisciplinar, pois cada profissão possui conhecimentos e competências específicas que são sistematizadas, permitindo maior diálogo, compreensão e contribuição entre os envolvidos.

Conforme o documento *Serviço Social na educação* elaborado pelo grupo de estudos sobre serviço social na educação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2001), a inserção do assistente social na política educacional poderá contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possibilidades para o enfrentamento da problemática social vivenciada no âmbito escolar. Com isso, o assistente social deve colaborar com ações que

tornem a educação uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais e históricos.

Um dos campos do assistente social na educação que tem merecido destaque nos últimos anos diz respeito às medidas socioeducativas, uma vez que entende-se a escola e demais instituições de ensino como um caminho socioeducativo para sujeitos em conflito com a lei em detrimento das práticas impositivas de internação compulsória, como é de costume no Brasil. Dessa forma, entendendo que o trato para com àqueles “[...] que cometem atos infracionais deve considerar não apenas as sanções punitivas, de natureza coercitiva, mas, antes de tudo, aspectos educativos” (PADOVANI; RISTUM, 2013, p. 972), no item a seguir, será discutido o direito à educação enquanto medida socioeducativa para sujeitos em conflito com a lei e o papel do assistente social para a garantia desse direito.

## **MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

Desde o surgimento do Serviço Social, a profissão se apresenta com uma dimensão pedagógica no seu exercício profissional como afirma Abreu (2004, p. 44), configura-se como uma “[...] profissão de cunho educativo, inscrita, predominantemente, nos processos de organização/reorganização/afirmação da cultura dominante [...]”. A ação educativa desenvolvida pelo assistente social apresenta perfis pedagógicos diferenciados, estruturados pelo sistema capitalista com atividades que incidem nos processos políticos de formação da cultura humana. Porém, posteriormente, sob influência do Movimento de Reconceituação que influenciou importantes mudanças na profissão, como a formulação do atual Código de Ética Profissional de 1993, essa dimensão pedagógica passa a ser reconfigurada, assumindo um caráter mais crítico e emancipatório, atribuindo-lhe uma dimensão política sustentada na luta pela garantia de direitos democráticos.

No campo das medidas socioeducativas, a relação do assistente social com a educação se afunila à medida em que os sujeitos em conflitos com a lei tendem a ser visualizados pelo Estado como sujeitos abjetos e, logo, não dignos da materialização dos seus direitos. Dessa forma, a atuação do assistente social frente às medidas socioeducativas implica no atendimento a esses sujeitos e suas famílias, quanto ao acesso aos serviços sociais e assistenciais através de programas, informações e encaminhamentos, como aos profissionais da educação, no que tange às questões socioeducacionais. Sendo assim,



[...] o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em que pese a dimensão sócio-educativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais (ALMEIDA, 2000, p. 21).

A sociedade brasileira, ao longo de sua história, apresenta-se como um território de conflitos que tendem a potencializar as desigualdades existentes. Essas desigualdades são maximizadas entre a população pobre, negra e periférica, cujo violento cotidiano lhes expõem à um cenário de guerras subsidiadas pelo Estado, os quais tendem a reproduzir-lás em suas relações de sociabilidade, podendo leva-los a cometer atos infracionais e, assim, entrarem em conflito com a lei. A partir de então, quando em situação de privação de liberdade, a adoção de medidas socioeducativas pode oportunizar a construção de caminhos para uma não reincidência dos atos cometidos.

Conforme destacam Padovani e Ristum (2013, p. 971), “a reincidência em atos infracionais, diferentemente do que é veiculado pela mídia, não faz parte do repertório da maioria dos adolescentes”. Em consonância com essa afirmação, o ECA estabelece o direito de os adolescentes em situação de privação de liberdade, por exemplo, ou em demais situações que o coloquem em conflito com a lei, de serem submetidos às medidas socioeducativas de acordo com as especificidades de cada caso, ficando garantida a possibilidade, por essas vias, de superação e reinserção na sociedade a fim de gerar não gerar processos de exclusão dos mesmos.

O ECA institui seis diferentes tipos de medidas socioeducativas para sujeitos em conflito com a lei, contemplando uma faixa etária de até 21 anos, e não apenas de 18, conforme entende-se por adolescência. São estas: i) advertência; ii) obrigação de reparar o dano; iii) prestação de serviço à comunidade; iv) liberdade assistida; v) inserção em regime de semi-liberdade; vi) internação em estabelecimento educacional; e vii) qualquer medida prevista pelo art. 101, inciso I ao VI<sup>121</sup>. Neste estudo, reconhece-se a educação como uma das principais vias de transformação desses sujeitos, embora concorde-se com Volpi (2002) que a internação em estabelecimentos vai ao desencontro com o direito de ir e vir dos adolescentes, por exemplo, já que o mesmo estará privado de sua liberdade.

Entende-se que essa medida só é e deve ser adotada em situações de alta periculosidade, isto é, que apresente grave ameaça ou violência à pessoa. Assim, “[...] a

<sup>121</sup> “I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos” (BRASIL, 1990, Art. 101).

contenção não é a medida socioeducativa em si, mas tão somente a condição para sua aplicação, significando limitação no exercício do direito de ir e vir, porém com a garantia de que os demais direitos sejam atendidos, incluindo-se o acesso à educação” (PADOVANI; RISTUM, 2013, p. 972).

A partir desse entendimento, a atuação do profissional da assistência social assume relevante papel na busca pela garantia à educação e demais direitos dos sujeitos em conflito com a lei, pois, quando assim encontram-se, o Estado e a sociedade civil tendem a não reconhecê-los como cidadãos. Logo, “o Estado se ausenta nas políticas públicas universais que deveriam garantir os direitos fundamentais – à saúde, à educação, à convivência familiar, ao lazer, em suma, o direito à vida –, e mantém a polícia como única força representativa [...]” (MOREIRA *et al.*, 2015, p. 291) nesses espaços.

Nessa direção, o assistente social, quando inserido nesses espaços de privação de liberdade, deve conceber um trabalho colaborativo com outros profissionais, isto é, realizar um trabalho multi ou interdisciplinar, levando em consideração não apenas o cumprimento do que foi determinado pela justiça quanto aos atos dos sujeitos em conflito com a lei. Daí, emerge a concepção de sujeitos de direitos, os quais devem ser vistos, acima de tudo, como seres humanos, vendo-os não como objetos, mas como um sujeito que possui desejos, sonhos, angústias, necessidades, limites, potencialidades. E que o direito não está relacionada à conduta humana, mas ao ser pessoa humana.

Nessa rede de colaboração, pontua-se que a família deve ser inserida nesse processo de ressocialização desses sujeitos via educação, cujos encaminhamentos oriundos do grupo familiar podem ser encaminhados pelo assistente social para a rede de serviços que sustenta as medidas socioeducativas, tais como educação e saúde. Esse encaminhamento, dentro das instituições de privação de liberdade, não devem ser vistas como um processo de terceirização da assistência social, mas sob a lógica de colaboração e fortalecimento das ações executadas. Portanto, é de suma importância a atuação desses profissionais para a garantia da educação enquanto medida socioeducativa, pois concorda-se com Castel (2005, p. 81) que os sujeitos em conflito com a lei “[...] possam continuar a pertencer a uma sociedade de semelhantes”, inclusive pela via das políticas de escolarização”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos avanços obtidos através dos processos de lutas acerca da garantia dos direitos que culminou na implementação do ECA, os adolescentes em conflito com a lei

foram inseridos na nova legislação que tinha como finalidade responsabilizar o adolescente pelo ato infracional praticado através de medidas socioeducativas e, com isto, minimizar a prática de novos atos infracionais, bem como possibilitar que a exclusão e a estigmatização fossem reduzidas. Dentre essas medidas, a educação é reconhecida como uma via de ressocialização desses sujeitos, ainda que esta aconteça em espaços de privação de liberdade.

Dessa forma, a atuação do assistente social se configura como relevante na busca pela garantia dos direitos desses sujeitos que, a partir de então, correm o risco de serem visualizados como abjetos pelo Estado e pela sociedade civil, tendo sua cidadania negada e, não obstante, seus direitos violados. Assim, a operacionalização da educação escolar como medida socioeducativa deve ser concebida com base em um processo dialógico e colaborativo com outros profissionais, a fim de que efeitos surtam dessas ações e esses sujeitos tenham suas necessidades socioeducacionais supridas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. O Serviço Social na Educação. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 6, p. 19-24, 2000.

ARROYO, M. G. Reinventar a política – reinventar o sistema de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 653-678, jul./set. 2013.

193

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em 11 dez. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm). Acesso em 10 dez. 2019.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CFESS. Grupo de estudos sobre Serviço Social na educação. **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao%282001%29.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%282001%29.pdf). Acesso em: 11 dez. 2019.

FREITAS, T. P. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 30-49, jan./mar. 2011.



FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LEITE, L. H. A. **Escola**: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza – Módulo 3 - Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Brasília/DF: Secadi/MEC, 2014.

MOREIRA, J. O. *et al.* Medidas socioeducativas com seus dispositivos disciplinares: o que, de fato, está em jogo nesse sistema? **Psicologia política**, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 285-302, maio/ago. 2015.

PADOVANI, A. S.; RISTUM, M. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 969-984, out./dez. 2013.

PIANA, M. C. Serviço Social e educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

PINZANI, A.; REGO, W. L. **Pobreza e Cidadania** – Módulo 1 – Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Brasília/DF: Secadi/MEC, 2014.

SPOSATI, A. O. (org.). **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

VOLPI, M. (org.). **O adolescente e o ato infracional**. 4. ted. São Paulo: Cortez, 2002.

## RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA E SUA RELEVÂNCIA NO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Aglison Igor Ferreira Oliveira<sup>122</sup>  
Luana Duarte da Silva<sup>123</sup>  
Gabriela Oliveira Ferreira<sup>124</sup>  
Iara Camila de Sousa Amorim<sup>125</sup>  
Danielle da Silva Oliveira<sup>126</sup>  
Fabricio Rodrigues da Silva<sup>127</sup>

### RESUMO

O presente artigo pretende trazer uma reflexão sobre um dos dilemas mais recorrentes da formação e do exercício profissional: a premissa de que “na prática a teoria é outra” dentro do processo de estágio em Serviço Social. Supõe-se que o perfil profissional que se pretende, capaz de responder às demandas da cena contemporânea, não pode mais se adequar por essa suposição. Esse trabalho apresenta um breve resgate histórico sobre a formação profissional e contexto do país, que desencadearam mudanças no Serviço Social brasileiro e também será discutido sobre as três competências que compõem a formação do assistente social na contemporaneidade: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política e seus desafios na atualidade. E por fim, propõe o fortalecimento entre as competências profissionais, articuladas e mediadas acerca do trabalho do assistente social nos equipamentos, sob o olhar observatório dos estudantes, trazendo alguns impasses e desafios na garantia de direitos dos usuários.

195

**Palavras-chave:** Serviço Social. Formação Profissional. Teoria e Prática.

### INTRODUÇÃO

A formação e o modo de intervenção profissional dos assistentes sociais estão estabelecidos pelas inúmeras dificuldades da cena contemporânea. E isso mostra uma grande necessidade de competência dos profissionais de Serviço Social para enfrentá-la. Diante dessas duas esferas da vida profissional, é requerido dos Assistentes Sociais uma ação

<sup>122</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [agli.igor@gmail.com](mailto:agli.igor@gmail.com);

<sup>123</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [luana\\_dsl@hotmail.com](mailto:luana_dsl@hotmail.com);

<sup>124</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [gabi.jucas10@gmail.com](mailto:gabi.jucas10@gmail.com);

<sup>125</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [camilaamorim1616@gmail.com](mailto:camilaamorim1616@gmail.com);

<sup>126</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [dannioliver2012@gmail.com](mailto:dannioliver2012@gmail.com);

<sup>127</sup> Professor orientador. Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [fabricioico@hotmail.com](mailto:fabricioico@hotmail.com).

analítica, crítica e responsável, que seja capaz de proporcionar compreensão para uma ação qualificada na realidade social. Para que isso seja possível, é necessário que haja o entendimento da economia atual, da cultura, da política, da dinâmica das relações sociais, ou seja, é fundamental uma compreensão da realidade social que propicie uma atuação profissional responsável, pois, é de extrema importância se ter uma visão dos processos sociais como totalidades que se apresentam em diferentes níveis de complexidade. Por isso, é indispensável uma teoria que permita perceber como as principais contradições contemporâneas se apresenta pro Serviço Social e se expressam nas requisições e competências profissionais e também, na cultura profissional.

Por conta da complexidade que é a realidade social, é exigido dos profissionais de Serviço Social que respondam, apenas, de modo tradicional e imediato às demandas que são postas no cotidiano, mas que seja entendido que as respostas profissionais devem ser carregadas de compreensão dos significados sociais dessas demandas e intervenção que possam atribuir outros. Sendo assim, o desafio é formar profissionais que sejam hábeis de atuar na realidade, por meio da capacidade crítica adquirida na academia e das demandas a eles(a) dirigidas, porque só assim serão dadas possibilidades para construir estratégias sociopolíticas e profissionais para responderem às demandas e aos requisitos que a profissão impõe.

Aos profissionais que não se limitam ao que é imposto pelo mercado de trabalho, cabe a eles uma forte formação teórico-metodológica e ético-política, que seja de uma qualidade suficiente no que diz respeito aos conhecimentos teóricos e possibilidades de intervenção. Assim, é preciso destacar que a teoria sozinha não é capaz de processar qualquer alteração na realidade e que a prática como uma atividade que permite transformar a realidade social, proporciona conhecimentos, transformações e fornece meios, caso a intenção seja modifica-las.

É comum se ouvir que “na prática a teoria é outra” e refletindo quanto a essa frase, trata-se de um dos principais dilemas da formação e do exercício profissional, pois cabe ao profissional, a busca de responder às necessidades sociais, com embasamento teórico suficiente que não lhe permita limitar-se ao senso comum, fazendo que o mesmo não se influencie por esse falso dilema.

Cabe a destacar, que se quer que a intervenção profissional rompa com o pragmatismo e com o conservadorismo, partindo do pressuposto que a possibilidade de questionar à ordem burguesa só é possível se houver uma leitura crítica da realidade.



É a partir do entendimento de teoria e prática que é possível romper com o pragmatismo e com o discurso de que “na prática a teoria é outra”, conforme (SANTOS, 2012, p. 27-28):

na perspectiva do materialismo dialético, na prática a teoria só poder ser a mesma, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim não há como na prática a teoria ser outra. Essa posição só é verdadeira se se considerar por teoria algo pronto, acabado, que se ajusta a uma prática. Aqui teoria é constante movimento, movimento que acompanha a prática e pode contribuir com ela.

Quando se entende que a prática é objeto do conhecimento e que nela que está o critério de verdade, a mesma é colocada como transformadora somente a partir da reflexão teórica. Assim, a teoria só existe em relação a prática e esta é fundamento da teoria. É somente a partir desse entendimento que o Serviço Social poderá intervir na realidade a partir de um fundamento teórico que aponte para metodologias éticas, com direcionamento político crítico e consciente, articulados a partir da dimensão técnico-operativa.

A partir deste contexto, este artigo apresenta como objetivo geral refletir acerca de um dos dilemas mais recorrentes da formação e do exercício profissional: a premissa de que “na prática a teoria é outra” dentro do processo de estágio em Serviço Social. Recorre-se a uma pesquisa bibliográfica, bem como, a observação simples da realidade durante o processo de estágio supervisionado I e II, desenvolvido durante a formação profissional em Serviço Social, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

## **FUNDAMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL**

O Serviço Social, para Iamamoto (1995) se desenvolve como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tendo como cenário o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, que no processo de produção e reprodução capitalista, a profissão se insere nas atividades que são indispensáveis do movimento do capital.

É importante pensar a identidade profissional do Assistente Social dentro da história da profissão, do seu protagonismo no desenvolvimento dessa história e sua capacidade de se renovar diante as exigências que colocam em cheque seu compromisso ético, sua autonomia, que é sempre relativa, suas necessidades, seus valores, limitações diante das contradições do espaço onde atua sua construção de conhecimentos.

No contexto das décadas de 1960/1970, há um desejo de romper o trabalho do assistente social do viés assistencialista, pois é colocada uma reestruturação da profissão sob parâmetros de uma fundamentação teórica e uma prática política, que em termos gerais, a profissão rompe com o caráter conservador em meio ao III Congresso da Virada, em 1979.

O Serviço Social não ficou a reboque desses acontecimentos, impulsionando um processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos de ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2010, p. 32)

E assim, inaugura uma nova fase para a profissão que se coloca a favor da classe trabalhadora, em favor da equidade e justiça social, na defesa dos direitos e construção de uma nova ordem societária, que dá um novo caminho a identidade profissional por conta do objeto de estudo da profissão, que são as contradições entre capital e o trabalho, que resulta nas mais variadas expressões da “questão social”.

Na década de 1980, o projeto ético-político do Serviço Social é discutido e mostra uma nova direção para o Serviço Social, mostrando seus valores, seus objetivos, suas atribuições, estabelecendo normas que dão norte as relações com os usuários, profissionais e instituições, dando outro caráter a categoria profissional. O Código de Ética de 1993 foi de extrema importância, pois, constitui num mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais e de garantia do exercício profissional, dando um apoio jurídico à profissão.

A fundamentação do trabalho do Serviço Social é compreendida na perspectiva das diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996), quando afirmam que a intervenção do assistente social necessita ser constituída por três dimensões, sendo elas: a dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política e a dimensão técnico-operativa. Estas três dimensões possuem níveis diferentes, por tanto cada uma possibilita uma compreensão da realidade da profissão, todavia são inseparáveis, pois elas formam uma unidade.

Segundo Guerra (2011), a competência dessas três dimensões são essenciais, porque permitem ao profissional se colocar diante das situações com as quais se defronta, podendo ver com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho.

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional em particular as formas de pensamento do assistente social. (ABEPSS, 1996 p.7)

Então embasado nessas três dimensões, se tem subsídios para a discussão das técnicas e estratégias, para intervir provisoriamente. Essa intervenção é realizada a partir de quatro questionamentos essenciais que são: o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer. Então, levando em consideração a importância destes questionamentos, percebemos o quanto é importante a dimensão intelectual e ontológica do trabalho.

No que se refere à primeira dimensão teórico metodológica, a mesma está relacionada com a apreensão das teorias e dos métodos e como se faz essa relação de ambos com a prática, no fazer profissional. Já a segunda dimensão, a técnico operativa, se refere tanto aos objetos, como a finalidade das ações do assistente social, como também aos princípios e valores humanos genéricos que os direcionam. A terceira dimensão, de acordo com Guerra (2012) “está voltada para a capacidade que o profissional deve ter de articular os instrumentos para chegar a materialização dos objetivos embasado na consecução dos valores”.

Estas três dimensões dos fundamentos do Serviço Social nunca devem ser vistas separadas, mas sim em conjunto, porque nenhuma pode ser considerada mais importante que a outra. A dimensão técnico operativa deve ser concebida para além das capacidades técnicas e instrumentais, como também o conjunto de ações e processos aderidos pelos assistentes sociais que buscam chegar a uma determinada finalidade que precisem ser avaliadas em relação ao alcance desses fins e dos objetivos da ação. Para Santos (2012) é encontrado nessa dimensão: estratégias, táticas, instrumentos, técnicas, conhecimentos específicos, cultura profissional e institucional e particularidades dos contextos organizacionais.

Desta maneira está incluído nessa dimensão os instrumentos mais técnicos que são usados pelo assistente social, e para utilizar qualquer instrumento, o profissional deve saber qual deles se adequa melhor para dar uma resposta ao seu caso. Os fundamentos técnicos operativos fazem parte de uma dimensão mais ampla, pois envolve o processo de trabalho que de acordo com a concepção do estudo marxista, todo trabalho humano tem uma implicação tecnológica. Esta dimensão deve ser apreendida como um componente sistemático do trabalho do assistente social, no que se refere ao seu objeto de intervenção, sendo ele a questão social e suas expressões, de maneira que venha a atingir seus objetivos e para que isso seja realizado e para que isso seja realizado, é necessário que se tenha uma interlocução com as demais dimensões.



A terceira dimensão constituinte do trabalho do assistente social, está ligada aos valores e princípios assegurados pelo Código de Ética Profissional. Segundo Barroso, a ética profissional deve ser compreendida em um contexto amplo, pois os valores defendidos no Código de Ética são orientadores de opções, escolhas, posicionamentos e julgamentos de valor realizados no cotidiano. Dessa forma, a dimensão ética do Serviço Social só pode ser vivida na prática social concreta. De acordo com Iamamoto (2011), dentro do Serviço Social não pode ser pensada de forma isolada, separada da política, porque a profissão tem a intenção da construção de sujeitos coletivos em sociedade livre e democrática.

Nesse ponto de vista, ambos autores enfatizam que a dimensão ético política só é vislumbrada quando o profissional efetua ações conscientes e críticas ligadas ao posicionamento político, defendendo os direitos dos seus usuários. Portanto, para Iamamoto (2011), esta dimensão concede um direcionamento para a construção de novos valores, ela mostra o compromisso da profissão no enfrentamento das expressões da questão social e é a partir da conscientização, que o assistente social vai poder buscar estratégias para realizar seu trabalho.

Na cena contemporânea, o Serviço Social apresenta uma maneira de fazer acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social. No que diz respeito a direção social, a luta pela afirmação de direitos, que reconhece as necessidade e interesses dos sujeitos sociais, é fundamental como parte do processo de desenvolvimento social inclusivo para todos os indivíduos e observa-se que o profissional de Serviço Social se encarrega de demandas que lhes exigem respostas, muitas vezes imediatas, levando em consideração que se teve uma ampliação das políticas sociais, e a forma que o mesmo encontra para responder as demandas é através da mecanização de encaminhamentos.

Refletindo sobre a prática profissional, é importante destacar que o/a assistente social é um intelectual que intervém na realidade social, que precisa entender que o particular pertence a uma totalidade e é necessário que durante todo o tempo, o profissional seja capaz de fazer reflexões críticas a respeito do que é posto na realidade, que pressupõe uma busca constante de sustentação teórica, política e ética. O profissional precisa buscar romper com o praticismo imposto pelo cotidiano e ter clareza nos usos dos instrumentais que o mesmo utiliza.

O termo “na prática a teoria é outra” faz referência de que a aplicação da teoria na prática tem de ser de forma que possam ser aplicadas no cotidiano, produzindo imediatamente o efeito previsto e isso alicerça uma concepção irracionalista, uma maneira prático-utilitária

de agir. Assim, o falso dilema parte do sentido de que o valor da teoria está condicionado exclusivamente a sua capacidade de responder imediatamente à realidade.

Essa concepção demonstra de forma clara uma valorização dos resultados, que faz parte da racionalidade capitalista que reproduz a separação da teoria e da prática. Essa concepção está presente desde os primórdios da profissão, onde sempre houve uma crítica a teoria marxista, pois alegam que a teoria não se aplica na prática profissional, então se cria uma divisão entre teoria e prática:

Cria-se uma cisão entre teoria e prática e entre os que pensam e os que executam. Tal divisão cria duas vertentes de conhecimento: de um lado o teorismo e de outro praticismo, criando graus de hierarquia entre teoria e prática. Na primeira interpretação, valoriza-se o saber teórico como único possível de lançar luz sobre a realidade, a segunda, por sua vez, defende que o conhecimento emana da prática e a teoria seria uma sistematização deste. (SIBERIA, 2016, p. 353)

A profissão também sofreu influência do pragmatismo e do positivismo, o pragmatismo afirma as concepções capitalistas de que só é verdadeiro se for útil, ou seja, a teoria só tem valor se tiver uma aplicabilidade prática.

Essa separação da teoria e da prática deram sustento a dimensão interventiva do Serviço Social, que resultou em um empobrecimento da profissão e gerou as tendências chamadas de metodologismo e instrumentalismo, que se apresentam de três formas: “(...) a defesa do Serviço Social enquanto técnica social (...), a maneira de conceber o instrumental técnico do Serviço Social (...), o entendimento de competência profissional.” (SIBERIA, 2016, p. 353)

A formação profissional se voltava para o modelo de caso, grupo e comunidade, trabalhando as potencialidades dos sujeitos, voltado para “ensinar” como “fazer”. No campo de estágio, percebemos de forma clara, como a questão social e suas múltiplas expressões se apresentam, o que nos permite, enquanto estudantes de Serviço Social e estagiários, o desenvolvimento das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica para que possamos compreender a realidade social, entendendo suas contradições e faça com que o assistente social realize um processo de construção e reconstrução dessas expressões referidas, que são postas no cotidiano.

Neste espaço de formação, por se tratar do cotidiano profissional, podemos adquirir com a experiência de estágio a capacidade de investigação, análise crítica, fazendo com que se desenvolva a capacidade argumentativa e como são elaboradas as estratégias para enfrentamento daquela situação em que se encontram os usuários.

É muito comum falarmos que o ingresso no estágio é um momento da formação profissional privilegiado, porque é nele que “aprenderemos o que o assistente social faz”, “como é a profissão, de fato, na prática” e também escutamos de profissionais que o curso de Serviço Social é bastante teórico, não dando conhecimentos práticos para a intervenção profissional, o que os levam a dizer que “na prática a teoria é outra”.

A formulação de documentos nos últimos anos, como a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2009 e a Resolução 533 do CFESS, que são instrumentos essenciais que integram o Projeto de Formação Profissional, tiveram o intuito de garantir em seus espaços de formação a articulação da unidade teoria-prática.

Cabe a dizer, que se quer que a intervenção profissional rompa com o pragmatismo e com o conservadorismo, partindo do pressuposto de que a possibilidade de questionar à ordem burguesa só é possível se houver uma leitura crítica da realidade.

É a partir do entendimento de teoria e prática que é possível romper com o pragmatismo e com o discurso de que “na prática a teoria é outra”, conforme Santos (2012, p. 27-28):

Na perspectiva do materialismo dialético, na prática a teoria só poder ser a mesma, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim não há como na prática a teoria ser outra. Essa posição só é verdadeira se se considerar por teoria algo pronto, acabado, que se ajusta a uma prática. Aqui teoria é constante movimento, movimento que acompanha a prática e pode contribuir com ela.

Quando se entende que a prática é objeto do conhecimento e que nela que está o critério de verdade, a mesma é colocada como transformadora somente a partir da reflexão teórica. Assim, a teoria só existe em relação a prática e esta é fundamento da teoria. É somente a partir desse entendimento que o Serviço Social poderá intervir na realidade a partir de um fundamento teórico que aponte para metodologias éticas, com direcionamento político crítico e consciente, articulados a partir da dimensão técnico-operativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível perceber que o Serviço Social ao longo do seu processo histórico de formação e consolidação enquanto profissão passou por transformações no seu interior. As mesmas, trouxeram novas demandas que exigiram a capacidade de se reinventar e dá novas respostas que se colocassem de forma efetiva no cotidiano dos usuários



transformando a realidade e reafirmando o compromisso com a construção de uma nova sociedade, bem como a efetivação de direitos da classe trabalhadora.

É importante compreender que é dentro da relação contraditória entre capital x trabalho que o Assistente Social vai criar estratégias de enfrentamento as expressões da questão social, diante das contradições do Estado e da precarização das políticas que dão respostas a essas expressões.

Sendo assim, a formação profissional de qualidade de acordo com as diretrizes curriculares que possibilitem a direção crítica na defesa dos direitos é essencial no processo de relação das dimensões profissão e leitura da realidade no seu espaço de intervenção profissional.

Consideramos que a teoria e a prática é indissociável e a atuação profissional depende diretamente da relação desenvolvida entre ambas na construção de meios de intervenção e manipulação dos instrumentais técnicos para materialização dos serviços não se limitando apenas o que está dado no cotidiano, mas a partir de uma dimensão teleologicamente orientada com objetivação e compromisso que deixem claros sua autonomia, valores e compromissos.

## REFERÊNCIAS

FORTI, V.; GUERRA, Y. **Na prática a teoria é outra?** In: Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 3-22.

SANTOS, C. M. dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. SP, Cortez, 1995.

HAACK, Susan, In: *Compêndio de Filosofia*. Nicholas, Bunnin e Tsui-James, E. P. (Org.) Edições Loyola, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela **O Serviço Social na cena contemporânea**. In CFESS e ABEPSS (Org). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. **Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social**. *Rev. katálysis* [online]. 2016, vol.19, n.3, pp.351-360. ISSN 1982-0259.

## O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: COMPETÊNCIAS E DESAFIOS

Karen Cristiane Alves de Oliveira<sup>128</sup>  
Milena Alves Rodrigues<sup>129</sup>  
Katarine Campêlo Bento de Sousa<sup>130</sup>  
Elis Regina Santos Alencar<sup>131</sup>  
Ruth Cavalcante Bernardino<sup>132</sup>  
Adriana Alves da Silva<sup>133</sup>

### RESUMO

Objetivamos com este artigo analisar o trabalho do Assistente Social nas universidades e institutos federais, levando em consideração a dinâmica do mundo capitalista, que impacta diretamente na formação deste profissional, como também no seu exercício profissional. Discutimos também as demandas postas a profissão nestes espaços sócio ocupacionais, no trabalho com as políticas da educação e particularmente na equipe da Assistência Estudantil (AE), sob a influência da agenda neoliberal identificando neste processo as competências e desafios postos aos Assistentes Sociais.

**Palavras-chave:** Assistente Social. Educação. Assistência Estudantil

### INTRODUÇÃO

204

O exercício profissional dos Assistentes Sociais na educação não é recente, ao contrário, este espaço sócio ocupacional já existia no período de surgimento do Serviço Social, muito embora o papel do Assistente Social se encontrasse fortemente vinculado à integração dos filhos da classe trabalhadora as escolas, visando “ajustar” os estudantes classificando-os como “problemáticos”, “moldando-os” até que fossem capazes de atender as ambições do capital, e assim, conceber mais força de trabalho humana para assegurar a

---

<sup>128</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, karenluan27@gmail.com

<sup>129</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, milenaalvesro15@gmail.com

<sup>130</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, sousadkaty@gmail.com

<sup>131</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, elisreginaalencar97@gmail.com

<sup>132</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, ruth2016bernardino@gmail.com

<sup>133</sup> Doutora em Educação pela UFC. Docente EBTT do Curso Bacharelado Em Serviço Social do IFCE, *Campus Iguatu*, adriana.as.ce@hotmail.com

reprodução da racionalidade do sistema capitalista (MAYARA MEDEIROS E TERESA GOMES, 2018).

Na atualidade, em virtude do compromisso que a categoria assumiu com a classe trabalhadora e com os processos emancipatórios posto no Código de Ética Profissional (1993), na Lei de regulamentação da profissão (nº 8.662/1993), e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), este papel foi superado, estando ligado a conquista de uma formação para autonomia e emancipação dos sujeitos pelo princípio educativo do trabalho.

Compreende-se assim, que a atuação e lutas do profissional do Serviço Social distinguem-se totalmente dos Assistentes Sociais da gênese da profissão. A perspectiva atual é contribuir para a construção de uma sociedade igualitária, na qual as relações entre os sujeitos superem os quadros de expropriação, exploração e dominação. Ratifica-se portanto que o exercício profissional do Assistente Social na educação volta-se para acesso e permanência do estudante nas instituições formadoras numa perspectiva de direito social.

Cabe destacar que esta perspectiva tem ganhado força na categoria profissional nos últimos anos e mesmo com todas as controvérsias que inundaram o governo Lula, foi este que realizou a ampliação do ensino superior público federal, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), colocando as universidades e institutos federais em um progresso físico, acadêmico e pedagógico para os anos de 2003 a 2012. Esta proposta proporcionou um aumento significativo no número de indivíduos da classe trabalhadora nas universidades federais, e também foram aplicados mecanismos de expansão do acesso, qualificação e permanência desses estudantes, carecendo para todas essas propostas de profissionais, dentre esses o Assistente Social.

Registra-se também que após os governos do PT, que o contexto sócio-político brasileiro, apresenta um acirramento da crise econômica com consequente redução do Estado que diante das demandas da sociedade, tem produzido cada vez mais miséria e contraste social. Tal cenário, vinculado às reivindicações dos estudantes pobres, negros, indígenas e com diversas outras características biopsicossociais, também demandam das instituições federais e consequentemente dos assistentes sociais inseridos na educação, mais ações voltadas para dar resposta às suas situações sociais, econômicas, familiares, psíquicas, entre muitas outras.

Assim convoca-se o Serviço Social para atuar, particularmente, com este público, exercendo, para isso, ações do Decreto Nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil e objetiva expandir as condições de permanência dos estudantes na



educação pública superior, proporcionando conseqüentemente o aumento do número de Assistentes Sociais nas Universidades e Institutos Federais.

Ante esta realidade, que por um lado apresenta ampliação do acesso da classe trabalhadora aos bancos escolares, por outro retrocede sob a necessidade de atender uma agenda neoliberal, constata-se que muitas são as possibilidades, mas também os limites e desafios postos ao serviço social.

Nesta direção o presente artigo busca analisar a formação profissional, do assistente social, como se dá sua atuação dentro da área da educação, assim como os desafios postos no cotidiano, situando-os no contexto da crise do capital.

Compreendemos que o debate acerca desse tema é de suma importância, tanto por conta das modificações que estão cada vez mais acentuadas em relação a formação superior, principalmente no que se refere a expansão do ensino privado, como também para fins de esclarecimento sobre o papel desenvolvido pelo profissional do Serviço Social, dentro das instituições de ensino superior e técnico, que muitas vezes é associado apenas a concessão de auxílios.

Para alcance desses objetivos o artigo é de abordagem qualitativa e foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica. Isto significa que seu foco consiste no caráter subjetivo do objeto analisado, em que suas respostas não são objetivas ou contabilizadas em números, a pesquisa qualitativa apresenta nas ciências sociais, um nível de realidade que não pode ser quantificado.

## **EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTE SOCIAIS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ENSINO SUPERIOR**

A partir dos anos 2000 observa-se uma grande expansão da educação superior, ocasionadas por políticas e investimentos do poder público, tanto pela via do mercado como pela via estatal. Estas políticas tem se materializado por meio dos programas como Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI) dando possibilidade aos jovens de acessarem ao ensino superior.

Toda essa expansão provoca abertura de novas Universidades Federais e dos *campus* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por todo o Brasil. Este movimento de crescimento dos investimentos em educação superior, tem oportunizado chances a classe trabalhadora que passa agora a ocupar as vagas que antes não era possível, e isso aconteceu

por meio de ações como Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema de Seleção Unificada (SISU) e da Lei de Cotas de 2012.

Cabe destacar que essa expansão com a abertura de novas vagas foi fruto da organização de vários segmentos sociais, em busca de melhorias nas condições educacionais e com o movimento estudantil e de trabalhadores da educação, mobilizando também o FONAPRACE, que refletindo e discutindo a Assistência Estudantil a apoia como uma política de incentivo ao acesso e à permanência dos filhos dos trabalhadores no ensino superior e/ou técnico.

Em verdade quando nos aproximarmos da política educacional, percebemos que as expressões da questão social se apresentam das mais diversas formas na educação tendo o projeto ético-político do Serviço Social a capacidade de enfrentar essas manifestações. Aos Assistentes Sociais, portanto, são demandados sequelas da questão social fruto das desigualdades do sistema capitalista. Assim, este profissional, em seu exercício cotidiano defende uma educação que objetiva uma formação para além do mercado de trabalho, uma educação integral para a autonomia e emancipação humana.

Ressalta-se que a defesa de uma educação integral é encampada pelo projeto hegemônico do Serviço Social que se encontra em diversas disputas, defendendo uma educação que forme cidadãos críticos e reflexivos, que possa fazer uma leitura do que se estabelece no mundo. Este projeto compreende que a educação deve auxiliar/subsidiar no fortalecimento do eu, sujeito, para: “formar uma outra consciência, oposta àquela dominante na sociedade alienada, ou seja, no lugar da adaptação e do adestramento, a ação escolar deve desenvolver a autonomia e capacidade de resistência a dominação.” (VILLELA, 2007, p. 237)

Dessa forma, no âmbito da educação há demandas diversas, e o papel do Assistente Social, nesse espaço, é garantir e viabilizar direitos sociais e educacionais, captando as especificidades de cada educando, compreendendo a realidade subjetiva, aliado as suas condições econômicas e sociais, relações de gênero, raça, etnia, expressão religiosa, diversidade sexual, entre outros aspectos. Este papel, estende-se ainda, para a luta por uma gestão democrática no meio escolar, com a participação de discentes, professores, familiares e rede de atendimento biopsicossocial.

Para desvelamento e intervenção nesta realidade o Assistente Social precisa fundamentar sua atuação e estar qualificado nos domínios e arcabouço teórico metodológico, ético político e técnico operativo da profissão, compreendendo suas diretrizes, entendendo o que dispõe a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética Profissional, as

Diretrizes Curriculares da ABEPSS, as Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, que tem como destaque o tratamento das condições éticas e técnicas de trabalho. Neste processo cabe ao Assistente Social desenvolver a supervisão, elaboração, laudos e pareceres, dentre outros e ainda particularmente no âmbito educacional o conhecimento da legislação social específica, LDB- Lei de Diretrizes e Base, políticas, programas e decretos do Ministério da Educação entre tantas outras especificações.

Por todo o exposto compreende-se que a inserção de assistentes sociais na política educacional é imprescindível, principalmente se levarmos em conta as crises do capital e seus rebatimentos na educação superior para tanto necessário se faz o fortalecimento dos debates junto a comunidade escolar, desenvolvidos por meios de encontros, seminários e grupos, para uma atuação crítica nestes espaços de forma a transcende-los não apenas na luta por uma educação, mas também para alcance de uma sociedade mais justa.

## **O SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

As transformações societárias provocadas pelo regime capitalista repercutem na cultura profissional brasileira, mantendo constante relação, já que a crise do capital, a reestruturação produtiva e política neoliberal apresentam desdobramentos globais. As demandas do mercado de trabalho exigem profissionais polivalentes, dotados de técnicas e habilidades sócio intelectuais, para que ocupem diferentes postos de trabalho, o que impacta diretamente no exercício profissional, na formação e na organização dos trabalhadores. O Serviço Social, enquanto profissão assalariada e inserida na divisão social e técnica do trabalho é acometida pelos impactos que as modificações no mundo do trabalho provocam.

Nesse sentido, na atualidade assume-se uma reflexão de que há uma espécie de retorno ao passado, ou melhor, um reacionarismo do Serviço Social, visto que, a formação e o exercício profissional têm passado por enormes desafios no bojo do projeto neoliberal e da mundialização do capital.

No entanto, esta reflexão não é justificativa para afirmar definitivamente um retrocesso da profissão, pois como atesta Netto (1947), o Serviço Social rompe com suas bases conservadoras e se legitima como profissão pautada em um referencial teórico crítico. Soares também apresenta (2007) em seus escritos os níveis de aproximação do Serviço Social com a tradição marxista e a perspectiva de analisar a realidade em sua totalidade, intervindo nos espaços sócio ocupacionais criticamente para viabilização e garantia dos direitos a classe



trabalhadora, sob os princípios da liberdade, da justiça, igualdade e democracia e assim contribuir para uma nova ordem societária.

Essa reflexão é base, pois ao observarmos o Serviço Social na Educação superior no Brasil, temos que nos atentarmos para a formação profissional nas instituições de ensino superior (IES) e também para o exercício dos Assistentes Sociais dentro dessas instituições.

Assim situando estes dois aspectos na realidade, observamos que na década de 70 o mundo passa a viver uma reestruturação da produção, circulação e consumo de mercadorias e o setor financeiro se desenvolve de forma crescente, caracterizando a chamada financeirização do capital. Com isso, a educação sob a tensão da dinâmica mundial torna-se uma peça chave para o circuito financeiro, especialmente a partir de 1990. As universidades sofrem medidas de privatização, mercantilização e segregação, na qual a educação pública gratuita assegurada como direito, situa-se diante de conflitos antagônicos, pois se de um lado há o objetivo primordial de democratização da educação, de forma qualificada e emancipadora, de outro encontra-se uma verdadeira precarização nas condições de formação dos discentes e portanto os estudantes de Serviço Social também estão sujeitos a estas condições. (FREITAS, ALBUQUERQUE E PEREIRA, 2018)

Voltando a atenção para o curso de Serviço Social no estado do Ceará, existem dois em sua modalidade pública gratuita e presencial, um deles ofertado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) em Fortaleza, e o segundo ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *campus* Iguatu. Em contrapartida, há uma expansão quantitativa de cursos de graduação em Serviço Social na modalidade de ensino privado, semipresencial e a distância (EaD), estipulando-se, conforme o Sistema de Regulação do Ensino Superior (MEC) em 49 cursos destas modalidades em funcionamento no estado cearense. Essa realidade apresenta diversos desafios e problemas para a profissão de Serviço Social, pois ao mesmo tempo que se caracteriza como expansão da educação superior, também se comporta como dificuldades na garantia do cumprimento e consonância dos perfis profissionais com o Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS), uma vez que a formação profissional do Serviço Social é orientada pelo referencial teórico e metodológico crítico, pela articulação entre teoria e prática e as dimensões investigativas e interventivas, tendo como base o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como o indispensável estágio supervisionado e o Código de Ética (CE) como princípio fundamental.

No que se refere a modalidade de ensino privado e em especial o ensino EaD, é evidente uma defasagem e aligeiramento dos conteúdos, o que suprime assuntos de suma importância para a profissão, muitas vezes não há o desenvolvimento de atividades de

pesquisa e extensão, como também a realização do estágio com supervisão, o professor nessa modalidade se torna um tutor, na qual é inexistente as discussões e interação entre professor e aluno, ou seja, se constitui como um rebaixamento acadêmico, que influencia na formação de profissionais.

É importante ressaltar que, os alunos que ingressam nestas instituições privadas e de EaD, que possuem uma grande fragmentação no ensino, não são “culpados” ou responsáveis pelo grande desmonte da formação profissional, mas sim o sistema capitalista que através do seu fetiche por lucros faz com que a educação se torne uma máquina do tecnicismo, da não criticidade e não reflexão, assegurando a sua reprodução e dando ênfase a neutralidade. Assim, a classe trabalhadora que apenas dispõe de sua força de trabalho, está submetida cada vez mais a estes ensinamentos, isto porque a educação pública é alvo constante de retiradas de direitos e orçamentos, além da ideologia burguesa que busca captar alunos, por meio da facilidade do acesso nestas instituições, dos baixos preços de mensalidade e menos tempo de formação, que na verdade, se configura como limites para a universalização e democratização da educação brasileira. Com isso, forma-se Assistentes Sociais inseguros, sem dimensões críticas da realidade contraditória e da totalidade social, o que muitas vezes provoca uma intervenção conservadora, esses aspectos de formação rápida e frágil acarreta ainda mais no aumento do desemprego, na terceirização e condições de trabalho precárias. É aqui onde podemos retomar a nossa reflexão inicial, de que o Serviço Social é permeado por uma onda reacionária, já que a profissão acompanha as demandas e transformações da sociedade e dessa forma as ideias da agenda neoliberal tencionam a direção ético-política da profissão, na intenção de que os Assistentes Sociais defendam o livre mercado e propriedade privada como conquista da dignidade humana.

## **A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Voltando nosso olhar para o Serviço Social na educação superior, é preciso reconhecer que a atual conjuntura do Estado e Sociedade neoliberal, ameaçam as políticas sociais como um todo e, portanto, as políticas educacionais também sofrem impactos rigorosos. Porém, também é preciso compreender que nos anos 2000, a educação superior teve avanços consideráveis, com as políticas educacionais. No entanto iremos nos deter neste momento, na atuação dos Assistentes Sociais nas políticas educacionais desenvolvidas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, é uma política educacional que possui como objetivo a permanência e qualidade de ensino aos alunos matriculados em cursos superiores e profissionais das instituições federais. O IFCE *campus* Iguatu, citado no tópico anterior, que oferta o curso de Bacharelado em Serviço Social, é uma instituição dentro da rede federal que possui a política de assistência estudantil local, sendo um trabalho multidisciplinar, na qual os profissionais que realizam essa política orientam cada eixo de atuação. O Serviço Social é de suma importância para essa política, pois apresenta-se como profissão frente ao planejamento, operacionalização e avaliação das ações ofertadas pelo programa.

O Decreto 7.243/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil apresenta orientações para desenvolvimento do programa, no entanto, a realidade orçamentária, regional e social de cada instituição é que guiará o planejamento das ações. Estas são desenvolvidas por meio dos serviços como residências, restaurante universitário, atendimento médico, odontológico e psicológico, assim como podem ser ofertadas através de transferências dos recursos, isto é, é concedido aos discentes um certo valor para que o próprio supra as suas necessidades de acesso ao ensino, como auxílio transporte, moradia, óculos e discente pai e mãe.

Ressalta-se que a realidade brasileira de desmontes da educação pública e da ideologia de que o montante da educação está quebrado, acarreta dificuldades na vida dos discentes, pois através da insuficiência de recursos, os alunos precisam passar por processos seletivos para o recebimento de alguns auxílios, como o transporte, moradia, isto porque muitas vezes as demandas são maiores de que os recursos disponíveis.

Estes auxílios são considerados como Auxílios Financeiros em que os Assistentes Sociais são responsáveis por todo o processo de seleção, desde lançamento de editais, realização de pareceres e estudos regionais e socioeconômicos, bem como a divulgação da seleção e do próprio resultado. Os profissionais devem sempre manter diálogo com a comunidade acadêmica e com os gestores das instituições, para elaboração do Regulamento de Auxílios Estudantis (RAE), na qual estabelecem em conjunto, as normas e regras da concessão até a melhor forma de utilização dos recursos, visando à formação profissional e humana dos discentes.

Outra particularidade dos auxílios financeiros é a sua divisão em duas categorias, sendo a primeira os Auxílios Universais, aqueles que são destinados a toda comunidade acadêmica, independente de renda, para a realização de visitas, viagens técnicas, eventos acadêmicos, no entanto, podemos dizer que essa garantia não é total, pois, os auxílios não



custeiam todas as necessidades. A segunda categoria constitui-se como Auxílios de Vulnerabilidade Social, na qual possuiu um recorte de alunos com a renda familiar per capita de até um salário e meio, com a finalidade de garantir a o acesso e permanência imediata destes alunos matriculados. Os Auxílios financeiros percorrem três etapas para a concessão aos discentes, sendo-as, a) o Planejamento Orçamentário; b) o Processo de Seleção e Concessão dos Auxílios e c) o Acompanhamento aos Discentes, todas essas três etapas são de responsabilidade do Assistente Social que deve estar à frente de todo o processo.

A atuação dos Assistentes Sociais na política de Assistência Estudantil é primordial, embora, a quantidade de alunos a ser acompanhada pelo profissional tenha muitas vezes prejudicado seu o trabalho É preciso sempre reforçar que a organização política da categoria profissional é fundamental para fortalecimento e garantias das condições de trabalho nesses espaços, assim como, junto com os alunos devem lutar na defesa da Assistência Estudantil pois a correlação de forças deve ser sempre pautada pelos alunos e movimentos estudantis na resistência e luta da educação pública brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões apresentadas, podemos concluir que os profissionais do Serviço Social, possuem um papel de suma importância dentro do âmbito educacional como um componente fundamental da equipe de assistência estudantil, havendo a necessidade de maiores ofertas de vagas nos concursos públicos, tendo em vista a sobrecarga que estão colocadas a muitos assistentes sociais.

É possível observar que a categoria profissional dos assistentes sociais buscam instrumentos técnico-operativos que possibilitem conduzir respostas de maneira qualificada e efetiva, baseados nos valores contidos no Código de Ética da profissão, mesmo diante das dificuldades e retrocessos que o atual cenário impõe, fazendo valer a sua autonomia relativa. No entanto Constatamos é imprescindível que haja um maior fortalecimento e tensionamento da sociedade em geral em defesa dos direitos dos educandos nesse espaço socio-ocupacional, associados a um projeto societário para além do capital, buscando alcançar dessa forma uma universalização e democratização da educação de forma justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação. **REVISTA TEMPORALIS**, São Luís: ABEPSS, N.14, 2008.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.  
DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (organ  
RJ: Vozes, 2009. Disponível em  
<<http://www.mobilizadores.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoriam%C3%A9todo-e-criatividade.pdf>> Acesso em:  
09 dez. 2019.

FREITAS, Anderson Nayan de; ALBUQUERQUE, Cyntia Studart; PEREIRA, Evelyne  
Medeiros. Educação e Serviço Social hoje: Conexões entre a formação profissional e política  
na experiência do IFCE. In **Serviço Social: História, Formação profissional e Ética**. Fortaleza:  
Socialis, 2018.

IFCE. **Resolução N° 052/2016 do Instituto Federal de Educação do Ceará**. Disponível em:  
<<http://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/arquivos/resolucao-no-0522016.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2019.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio  
Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília 2017. Disponível em :  
<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sonopse>>. Acesso em : 01 nov. 2019.

MEDEIROS, Mayara; GOMES, Tereza. Requisições, competências e desafios da atuação  
do/a Assistente Social no ensino superior e tecnológico. In **Competências e atribuições do/a  
Assistente Social: Requisições e conhecimentos necessários**. Fortaleza: Socialis, 2018.

213

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7° ed. São Paulo: Cortez,  
2009.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e  
Toyotismo**. 2° ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL. **DECRETO N° 7.234 DE 19 DE JULHO  
DE 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Disponível  
em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso  
em: 01 nov. 2019.

SANTOS, Josiane Soares. Apropriações da tradição marxista no Serviço Social. In **Cadernos  
Especiais**. 22° ed. 2007. Disponível em <[www.assistentsocial.com.br](http://www.assistentsocial.com.br)> Acesso em: 06 nov.  
2019.

SILVA, Adriana Alves da. Práticas educativas emancipatórias a luz da teoria crítica de  
Theodor Adorno. In **Canto do Assum Preto**. Fortaleza: UFC, 2018.

## UMA ANÁLISE ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DO MESS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS E O SEU REFLEXO NA ATUAÇÃO DA CATEGORIA

Maria H. L. Cândido<sup>134</sup>  
Ana B. S. Clementino<sup>135</sup>  
Francisca S. de A. da Silva<sup>136</sup>  
Julliany L. de Sousa<sup>137</sup>  
Mariana de M. Almeida<sup>138</sup>  
Daniel Rogers de Souza Ferreira<sup>139</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar como se deu a dimensão político-organizativa do MESS - Movimento Estudantil do Serviço Social e de que forma ele contribui e se faz importante dentro da formação profissional dos/das assistentes sociais. Para isso, fomentará o debate acerca do ME do Serviço Social constituir além de um espaço de ação política, também um espaço de formação político-profissional dos/das estudantes de Serviço Social, no qual mobiliza os estudantes para luta e firma o compromisso para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão. Assim, uma das principais pautas defendidas pelo movimento é elaborar estratégias que primem pela formação crítica dos/das assistentes sociais.

**Palavras-chave:** MESS. Projeto Ético-Político. Serviço Social.

214

### INTRODUÇÃO

O Serviço Social em sua trajetória de profissão tem buscado a construção de uma outra ordem societária contrária à ordem capitalista. A partir dos anos 80, em que a profissão passa por um processo de construção do projeto ético-político vigente, ela consolida a luta em busca de uma ordem societária mais justa, democrática e garantidora de direito universais. Esse contexto traz uma proposta de formação profissional para a vida social, que vá além das demandas de mercado e que possibilite a formação de profissionais críticos numa visão totalitária, ao mesmo tempo que garante condições de intervir na realidade social. O Serviço

<sup>134</sup> Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [heloisal906.com@gmail.com](mailto:heloisal906.com@gmail.com);

<sup>135</sup> Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [biazinha@gmail.com](mailto:biazinha@gmail.com);

<sup>136</sup> Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [selmaaraujo1998@outlook.com](mailto:selmaaraujo1998@outlook.com);

<sup>137</sup> Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [julliany970@gmail.com](mailto:julliany970@gmail.com);

<sup>138</sup> Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [morais.mari2016@outlook.com](mailto:morais.mari2016@outlook.com);

<sup>139</sup> Professor orientador: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [danielrogersbr@gmail.com](mailto:danielrogersbr@gmail.com).



Social atingi sua maturidade política quando todos os seus segmentos estão em consonância com a direção social da profissão. Assim temos a ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social -, a ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social -, e o CFESS/CRESS – Conselho Federal e Regional do Serviço Social – juntos em prol das direções propostas pela profissão já citadas. O MESS- Movimento Estudantil do Serviço Social – se organizou inicialmente através da UNE – União Nacional dos Estudantes -, nas décadas de 70 a 80 e tem uma significativa contribuição na construção da história da profissão, bem como na sua formação política pedagógica. Esse movimento aproxima-se tanto dos seguimentos da profissão do Serviço Social, como das características propostas pelo próprio movimento estudantil e pela UNE.

O MESS, assim como a ENESSO, vem travando lutas e estratégias de resistência no mesmo patamar da classe trabalhadora, ficando evidente a existência de desafios que obstaculizam a ação política dos estudantes, como rebatimentos dessa estrutura que nos evoca a acabar a lógica destrutiva do sistema capitalista. Num cenário marcado pelo aprofundamento do conservadorismo, de forças antidemocráticas, da ofensiva à organização política, é colocado para o movimento a necessidade do fortalecimento político-organizativo e a resistência das lutas.

O presente artigo é resultado de reflexões a partir de pesquisas bibliográficas e documental, em leituras pertinentes ao tema. Nesse sentido, propomos apresentar uma breve reflexão de como se constituiu o MESS e sua importância para a formação profissional dos Assistentes Sociais. A contribuição desse artigo se dá pelas informações contidas acerca da importância do MESS para o processo de formação, o quão é engrandecedor no tocante de trazer consciência política para o estudante em formação e como mobiliza a própria categoria profissional, no sentido do estudante ser ativo nos movimentos sociais, concomitantemente, ser um profissional ativo na busca da efetivação dos direitos dos usuários.

## DESENVOLVIMENTO

Na década de 1990, o Serviço Social passa por um processo de maturidade intelectual dentro da profissão, em que elementos éticos, políticos e organizativos de produção de conhecimento marcam a direção do projeto hegemônico da profissão, sua concentração ao lado da classe trabalhadora e seu diálogo com perspectivas marxistas e maxianas. Como afirma BRAZ (2008), a dimensão político-organizativa está articulada e dispões dos elementos intrínsecos que dão materialidade ao projeto Ético-Político profissional.

A partir da reformulação do código de ética vigente e do processo de maturação que se encontra a profissão, esta disseminará os ideais marxistas enquanto referência para a compreensão dinâmica da sociedade capitalista. Após essa aproximação, a profissão busca a ruptura com o conservadorismo, que possibilitará na construção de um projeto coletivo de profissão, em que se busca a edificação de outra ordem societária. Assim, o Projeto Ético Político representa o respaldo do legado crítico dentro da profissão.

É a partir e por meio desses componentes que se materializam os elementos constitutivos do projeto ético político. Isso nos possibilita afirmar que são esses componentes que permitem – junto a tantos outros fatores que incidem sobre o universo profissional – a efetivação histórico- concreta dos quatro elementos supracitados, uma vez que são eles os instrumentos que viabilizam o projeto profissional na realidade objetiva, supondo a para além das ações profissionais isoladas, ainda que possam envolvê-las também, e tomando o projeto ético político como, mais uma vez, uma projeção coletiva dos assistentes sociais (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 9).

É nesse processo de complexas metamorfoses dentro da profissão, que o amadurecimento profissional se revelará em várias esferas: na formação profissional e no processo de trabalho, nas atividades de pesquisa e produção acadêmica da categoria.

O Serviço Social possui, nesse contexto, suas entidades representativas atuando em prol da direção social da profissão, que imprimem uma dinâmica de debates coletivos e democráticos sobre as diversas dimensões desta. Assim a ABEPSS, o CFESS/CRESS, a ENESSO cumprem um papel relevante no que tange o direcionamento teórico-político acerca da formação profissional.

Exercendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social, o MESS vem sendo construído por diversas gerações e é um elemento constitutivo para a profissão. Esse movimento cria a sua entidade nacional, em 1988, assumindo uma maior organização, ao mesmo tempo que colabora significativamente para os debates acerca dos rumos da profissão. Irá assumir uma nova configuração a partir do golpe militar de 64, a partir da reconstrução do Movimento Estudantil universitário e de outros movimentos sociais.

Os encontros nacionais do Serviço Social são marcos considerados importantes para o processo de construção e organização do MESS. Nesses moldes, estará inserido como organização política dos estudantes do Serviço Social, que se posicionará na defesa instigante por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade, que esteja na direção hegemônica da profissão e a serviço da classe trabalhadora. Assim, tem sua história “profundamente relacionada com as peculiaridades inerentes ao curso, no que diz respeito às reflexões e ações desenvolvidas, mas também se identifica com a história do próprio Movimento Estudantil e da UNE” (SESSUNE, *Pro dia nascer feliz*, 1993).

As lutas travadas no âmbito do MESS contribuem para o esboço do projeto profissional, que Netto (1999) denominará de Projeto Ético-Político, o qual defende a construção de outro projeto societário. Assim, enquanto movimento social, de acordo com Gohn (2011), se configuram enquanto ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas diferentes da população se organizar e manifestar suas demandas.

Entender o MESS enquanto movimento social é perceber sua inscrição no processo que permeia a totalidade da realidade social, estando inerente aos rebatimentos bem como a todas contradições postas pelo sistema. Vale ressaltar que enquanto movimento social que detém das peculiaridades da categoria do Serviço Social, apreende elementos estruturais e conjunturais. Afirma Guimarães (2013) que a ação política do MESS, nesse sentido, vem sendo materializada em um contexto enorme de ofensiva à organização coletiva crítica e combativa, mas esta continua configurando-se como um espaço potencial de luta política.

A preocupação do MESS vai para além do cotidiano da faculdade, perpassa a direção teórico-política das pesquisas e extensões fomentadas, pois esse processo interfere significativamente na formação profissional e na qualidade dos serviços futuros dos Assistentes Sociais. Assim, a luta pela educação assumirá além dessa, outra dimensão baseada na luta por uma formação de qualidade, com peculiaridades que critiquem a sociabilidade burguesa, que sejam contra todas as formas de opressões e ações que violem os direitos humanos, firmando o compromisso com o processo de construção da nova ordem societária proposta pelo Projeto Ético-Político, que tem como princípio a emancipação humana.

Está atrelado à proposta hegemônica do projeto de formação profissional, a formação de sujeitos críticos e com arcabouço político que condiciona a inserção em debates e lutas. Nesse sentido, o MESS enquanto um espaço coletivo que possibilita a formação teórico-política dos estudantes, fortalece a direção social do projeto de formação profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro, a partir da perspectiva da totalidade da realidade social. RAMOS (2011) ratifica que:

o segmento estudantil é considerado como sujeito fundamental no processo de organização política da categoria dos(as) assistentes sociais, no Brasil. Considerados como profissionais em formação, são incluídos, pelos demais segmentos da profissão, no processo de articulação e mobilização do Serviço Social. RAMOS (2011, p.119)

Em 5 de agosto de 1988, foi criada e eleita a primeira gestão da SESSUNE – Subsecretaria de Serviço Social da UNE – que teve sua primeira sede da UFRJ. Essa gestão priorizava a participação no VI CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – em



1989 e a articulação do Movimento Estudantil na América Latina. Sua segunda gestão foi eleita ao passo que se aprovava o estatuto da SESSUNE e num contexto de eleições presidenciais, em que tinham como principais sujeitos Collor e Lula. Como se sabe, Collor venceu e se instaura no Brasil a implementação do projeto neoliberal. Inicia-se na década de 90, a partir do XII ENESS, realizado na cidade de Fortaleza, a terceira gestão da SESSUNE sediada na UECE – Universidade Estadual do Ceará. Nessa gestão é realizado, no ano de 1991, o I Seminário sobre Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social – SENFPMESS – que visava culminar a importância desse seguimento para o Serviço Social.

No ano de 1993, o MESS passa por um marco histórico dentro do movimento, pois é nesse ano que há a transição de SESSUNE para ENESSO. Foi uma conquista também do MESS, em que promovia e fomentava debates acerca da necessidade de se emergir uma executiva. Assim, a ENESSO, considerada a maior entidade de representação dos assistentes sociais, vai refletir a opção política do MESS de almejar maior autonomia frente à UNE (RAMOS, 1996). Nos últimos anos, essa entidade tem realizado inúmeras lutas no âmbito da categoria profissional, além de aproximar-se com setores diversos de esquerda em lutas coletivas e ter construído espaços de luta para além do que é pautado pelos estudantes, ficando evidente seu caráter de classe, ao lado da classe trabalhadora. Concordamos com Guimarães (2013), que o que conforma as bandeiras de lutas de um movimento social é o seu projeto de ação, na medida em que direcionam e sinalizam horizontes políticos para atuação do movimento.

É nesses moldes que a ENESSO assumirá a responsabilidade do direcionamento político do MESS, (ENESSO, 2013) e do compromisso com os/as trabalhadores/as brasileiros/as e com um projeto transformador da sociedade. Suas lutas serão travadas em torno da conjuntura, do movimento estudantil, da universidade e educação, da formação profissional, da cultura e do combate às opressões.

As lutas travadas pelo MESS, advinda da responsabilidade da ENESSO, nos permitem afirmar seu caráter revolucionário, ligado à outras lutas coletivas e ao rompimento com a modo de produção vigente, no intuito de construir uma nova ordem e um projeto de sociabilidade anticapitalista. Nessa linha nos ampara Guimarães, (GUIMARÃES, 2013) quando afirma que não restam dúvidas de que a articulação do MESS com outros movimentos sociais e organizações de esquerda faz-se extremamente necessária.

Dessa forma, é possível identificar fatores que afirmarão a importância do MESS para a formação profissional dos/das Assistentes Sociais, quando este configura-se como um espaço no qual os estudantes podem dialogar valores e práticas em defesa da direção social

hegemônica da profissão, posta pelo Projeto Ético-Político, em que NETTO (1999) afirma ser a autoimagem de uma profissão, ao mesmo tempo que atua para defesa de uma formação profissional de qualidade. Assim afirma Ramos e Santos (1997) que a formação profissional tem se constituído em uma das prioridades da atuação do movimento.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social enfrenta desafios impostos pelo avanço do neoliberalismo no Brasil e por isso são necessárias a resistência e a luta permanente em sua defesa. Precisa-se, constantemente, defender a autoimagem da nossa profissão e por isso a necessidade da união de sujeitos coletivos com direção social convergente, no tocante de construir uma sociedade baseada na emancipação humana.

Partindo das bases desse projeto que caracteriza a autoimagem da profissão, a formação profissional em Serviço Social deve capacitar os indivíduos a perceber e atuar de maneira crítica e comprometida, com as diversas expressões da questão social – considerada, segundo IAMAMOTO (1998) “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontram na base da exigência de políticas públicas” – que se apresentam para este profissional.

A partir do exposto, não deve-se desconsiderar que a construção da contra hegemonia, é realizada em meio à ofensiva do capital, que aliena as pessoas e oprime a classe trabalhadora, a partir da ideologia disseminada por esse sistema em que RAMOS (2008) ratificará como sustentáculo moral e ideológico pautado na reprodução de desvalores, tais como o individualismo, a competitividade e o egoísmo.

É nesse sentido que o MESS, ao pautar dentro de sua organização processos democráticos, participativos, que lutam coletivamente com seguimentos organizados que convergem com a direção social hegemônica, irá configurar seu espaço para a formação de valores pautados conforme sua atuação, na coletividade e no compromisso com a direção social emancipatória. BOGO (2000) designa esses valores, tais como: a solidariedade como valor fundamental, a indignação com as injustiças, o compromisso com a coletividade e seus propósitos, a coerência, a esperança, pois não existem derrotas definidas, a confiança, que não deve ser perdida e a alegria, que levará a construção de sonhos coletivos.

Esses valores construídos pelo MESS, são através de lutas cotidianas nos CAs e DAs, na ENESSO, nos fóruns e espaços de discursão que analisam as situações concretas e que enriquecem o movimento, além de fomentar a vontade política. São formadas estratégias de lutas que buscam melhorias para a instituição de ensino, para o curso, além de travar lutas que respaldam nacionalmente. Concordamos com Santos e Ramos (1997) quando afirma que,

O espaço acadêmico é visto como *locas* de disputa política, por ser uma arena em que diversas concepções de sociedade, de indivíduo e de cultura estão em confronto tanto teórico-politicamente, nas salas de aula ou nas pesquisas, como também no plano político-organizativo, através da participação dos segmentos que compõe a Universidade, nas suas entidades e fóruns. SANTOS E RAMOS (1997, p.16)

A direção política é construída no cotidiano das lutas, que articulam interesses dos sujeitos coletivos, assim como da categoria profissional. Dessa forma, o projeto educacional defendido pelo MESS, está na defesa pela Universidade pública, democrática e popular, no que tange a perspectiva de democratização do acesso à educação para as várias parcelas à margem desse direito, sendo contra ao ensino EAD – Ensino a Distância – que obstaculiza a formação crítica dos Assistentes Sociais, ainda que dissemina perspectivas enviesadas da profissão. É colocada ainda como pauta a ser defendida, os interesses das classes subalternas.

São pautas do ME do Serviço Social fomentar debates sobre a atual conjuntura política e econômica, no intuito de elaborar estratégias de ação em defesa da direção social da profissão. Desse modo, é necessário entender que espaços como esses contribuem para a formação de estudantes críticos, que consigam compreender a realidade social a partir de uma visão acertada do sistema vigente opressor, explorador e cruel, ao mesmo tempo que instiga uma consciência política, que corrobora para o levantamento de bandeiras de lutas, que reivindica ao lado da classe trabalhadora e que se reconhece classe para si, que luta contra qualquer tipo de opressões, que prima pela igualdade social e que anda em consonância à direção política hegemônica do Serviço Social, que visa a emancipação humana, a criação de uma nova ordem societária e a derrocada do sistema capitalista.

É perceptível que a participação no MESS contribui significativamente para a formação profissional, ao passo que, em concordância com o Projeto-Político, busca -se pela formação teórica, ética, política, ao passo que compreende, analisa minimamente as correlações de força na sociedade, entende a dinâmica dos espaços políticos, aprende ter enfrentamento político, dentre outros fatores.

É necessário que o Assistente Social, enquanto profissional do Serviço Social, que tem a sua autoimagem pautada na construção de uma nova ordem societária, compreender a dinâmica da sociedade, perceber como sua profissão está inserida nesse meio e saber como intervir e lutar pelos direitos dos usuários. É nesse sentido que o MESS contribui para o fortalecimento teórico e político em consonância com a direção social da profissão.

A importância desse movimento social para a formação profissional dos Assistentes sociais, é compactuada na ideia do estudante ser ativo nas lutas travadas pelo movimento, e, concomitantemente, enquanto profissional, ser ativo na luta pelos direitos dos usuários, na



construção dos valores propostos para construir a nova ordem societária e na disseminação do Projeto Ético-Político e sua direção social hegemônica.

Para dar materialidade a essa importância, podemos citar duas grandes referências dentro do Serviço Social, que tiveram participação dentro do MESS no processo de formação profissional e que hoje atuam, enquanto profissionais, nesses espaços de luta, resistência e organização da categoria. Temos a professora Silvana Mara de Moraes dos Santos, que já citamos durante o exposto, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará em 1991, que é ex-conselheira do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS - e membro da ABEPSS. Assim como a professora Sâmya Rodrigues Ramos, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará em 1992, que também participou do CFESS e tem destaque dentro do Serviço Social.

Tendo em vista tudo que foi proposto a acima, é muito importante a luta do movimento social na efetivação dos direitos sociais. HELLER (1991) traz a concepção de que:

O direito regula principalmente a distribuição dos bens produzidos pela sociedade; regula além disso, as formas de contato entre os homens com base nos critérios de “lícito” e “ilícito”. Desse modo é garantido, em última instância, o poder de uma classe, de um extrato, de uma camada dominante. O direito é por princípio um fenômeno de alienação, na medida em que sua aparição como esfera autônoma está ligada à aparição de um Estado separado dos homens. Ao mesmo tempo, o direito, reduzindo as ações “ao que é lícito” e “ao que é ilícito”, é algo intrinsecamente formal. Quanto mais desenvolvido é o direito, tanto mais formal é, o grau máximo é alcançado neste campo pelo direito burguês, o qual [...] proíbe igualmente o rico e o pobre de dormir embaixo das pontes. (HELLER:1991;181)

Enquanto categoria profissional, o Serviço Social luta para efetivar os direitos sociais do usuário. Dessa forma, a ligação que se pode destacar entre movimento social e direito social, é que os movimentos sociais eles estão para mobilizar a sociedade, para que se faça a efetivação do Direito Social.

Assim, o MESS fomenta essa participação dos estudantes nas lutas pelos direitos dentro da Universidade e para além dela, o que, futuramente, enquanto profissional também estará para a reivindicação dos direitos e a efetivação destes para os usuários, que é intrínseco à profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se dizer que o protagonismo político do MESS vem sendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social brasileiro. Ao mesmo tempo que fortalece

a dimensão político-organizativa do segmento estudantil, detém de um importante papel no fortalecimento da organização da categoria profissional, no exercício profissional frente ao seu Projeto Ético-Político e no tocante das lutas sociais. A pesquisa resulta a importância do Movimento Estudantil do Serviço Social para a formação dos assistentes sociais, no que tange a ultrapassar os muros institucionais e adentrar na atuação profissional dos/das assistentes.

A relevância desse assunto se dá ao passo que compreendemos a necessidade e importância do MESS dentro da profissão, da universidade e a sua forma de contribuição para a formação profissional. Assim, num contexto de fortalecimento do conservadorismo, de perspectivas pós-modernas e da retirada eminente de direitos advindos das lutas dos movimentos sociais, tem-se o risco de desorganização e esmorecimento do movimento, o que faz desestabilizar as lutas. Concluímos pois, que não se pode haver essa desarticulação do movimento, que é de grande valia para o Serviço Social, pois este garante consciência política para aqueles que estão em processo de formação, a medida que disseminam as pautas engendradas no interior da profissão e propostas pelo Projeto Ético-Político, sendo essencial para a construção de um profissional a par da criticidade e ativo na luta pelos direitos dos usuários.

## REFERÊNCIAS

BRAZ, M.; MATOS, M. C. de. **30 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 96. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, p.9. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Documento**: pro dia nascer feliz: contribuição para momento estudantil de Serviço Social, p.3. Salvador, 1994.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Estatuto**. Cuiabá, 2013.

GUIMARÃES, Maria Clarice Ribeiro. **Movimento estudantil de serviço social: lutas, alianças e organizações**. Universidade e Sociedade, Brasília, DF, n. 51, p. 93-103, mar. 2013.

PAULO NETTO, José. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, Lisboa, 1999.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, mai/ago. 2011.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A importância da articulação entre ABEPSS**, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro. Temporalis, Brasília, DF, v. 2, n. 22, p. 113-122, jul./dez. 2011.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos**. Recife: UFPE, CCSA. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), 1996.

IAMAMOTO, Marilda. (IN) **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. Rio de Janeiro, 2001.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A materialização de valores emancipatório na construção da organização política: A particularidade do Movimento Estudantil de Serviço Social no contexto brasileiro pós-ditadura**. Aracaju, 2008. (Texto apresentado no I Seminário de Formação Política do MESS).

BOGO, Ademar. **Valores que deve cultivar um lutador do povo**. In: CONSULTA POPULAR (Org.). Valores de uma Prática Militante. São Paulo: Consulta Popular, 2000. p. 48 – 79. (cartilha nº 09)

SANTOS, Silvana Mara Moraes; RAMOS, Sâmya Rodrigues. **O Movimento Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social**. In: ABESS. N.07. São Paulo: Cortez, 1997.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana** . 3ª ed. Ediciones península, Barcelona, 1991.



## DIREITO À MORADIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA: reflexões sobre o acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida em Iguatu Ceará

Cícera Yanka de Souza Dias<sup>140</sup>

João Paulo da Silva de Oliveira<sup>141</sup>

Leonilia de Souza Oliveira<sup>142</sup>

Maria Vieira de Araújo<sup>143</sup>

Patrícia Roseane Oliveira de Andrade<sup>144</sup>

Maria Keile Pinheiro<sup>145</sup>

### RESUMO

O presente artigo traz a questão urbana entendida como expressão da questão social. No Brasil, os direitos referentes ao acesso à cidade somente são reconhecidos pelo Estado a partir da Constituição Federal de 1988, quando traz nos direitos fundamentais aquele que trata do direito à cidade e à moradia, tendo como princípio fundamental a gestão democrática das políticas sociais. Ainda reflete a contribuição que os movimentos sociais podem realizar para defesa do direito à moradia e ampliação da participação dos usuários para a luta e consolidação dos direitos. Tendo como objetivo central discutir a relação entre o direito à moradia e a gestão democrática da política habitacional quanto ao acesso à casa via Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1 - na realidade do município de Iguatu Ceará no ano de 2019. Para tanto buscou subsídio na pesquisa bibliográfica e na observação da realidade habitacional da Ocupação Padre Ibiapina na cidade referida. Como principais resultados identificamos a fragilidade quanto à participação popular e a gestão democrática no processo de acesso à casa.

224

**Palavras-chave:** Questão Urbana. Direito à moradia. Gestão Democrática.

### INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988 trouxe grandes avanços no que se refere à ampliação de direitos e a gestão democrática das políticas sociais, dentre esses o direito à moradia. Entretanto, nos anos de 1990 com seus governos neoliberais, a efetivação desse direito e demais serviços sociais teve – e continua encontrando – diversas dificuldades no que

<sup>140</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, yanka.souza1@gmail.com

<sup>141</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, joaopauloiguatu@gmail.com

<sup>142</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, leonilia27@gmail.com

<sup>143</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, elieudavieira@hotmail.com

<sup>144</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, patriciaroseane2@gmail.com

<sup>145</sup> Professora orientadora: Bacharela em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará – IFCE – campus Iguatu/CE; Especialista em Saúde da Família e Comunidade, na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde pela Escola de Saúde Pública do Ceará. keile.mp@hotmail.com.

diz respeito a sua implementação e consolidação mediante a correlação de forças favoráveis aos interesses privatistas, o Estado brasileiro é perpassado por uma contrarreforma (BEHRING, BOSCHETTI, 2011) oriunda das medidas neoliberais sob orientação dos grandes organismos multilaterais como: Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Percebe-se, nesse sentido, que embora se trate de um período onde se agravaram as desigualdades, também se tratou de um momento de ampliação das lutas sociais para se inserir na formulação, execução e controle das políticas públicas, cabendo ao Estado a atuação contraditória de reprodução do capital e enfrentamento das diversas expressões da questão social, dentre elas a questão urbana e habitacional.

De caráter qualitativo, o presente artigo tem por objetivo analisar como se deu o processo de gestão democrática na execução da política habitacional por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) - Faixa 1, no município de Iguatu, localizado no interior do Ceará. Foram utilizados levantamento bibliográfico através de artigos, dissertações e livros pertinentes ao tema – organizados sistematicamente em fichamentos. Além de uma visita à ocupação Padre Ibiapina localizada no bairro Filadélfia com intuito de elaborar um relatório através de observações e do depoimento livre de moradores locais acerca de suas vivências e desafios na busca pelo acesso à moradia adequada e à condições de reprodução da vida social.

Através desse artigo faz-se necessário trazer para o centro da atenção a relação entre Estado, políticas sociais e sociedade civil, à fim de que se observe como vem se dando a participação da população, a partir do conceito de gestão democrática, e situando a importância dos movimentos sociais na luta e consolidação do direitos sociais, dentre eles o direito à cidade e moradia.

## **QUESTÃO URBANA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL**

Várias particularidades devem ser analisadas com fins de compreender o processo em que se deu a urbanização brasileira. A imensa desigualdade entre as classes sociais é bastante nítida e no que tange à questão da habitação no Brasil aparece como resultado da presença de interesses particulares que se materializam nos mecanismos de espoliação urbana que é beneficiada por setores governamentais e pela lógica do mercado. Assim, para compreender o processo de urbanização no Brasil é fundamental uma busca histórica sobre a herança do nosso passado colonial, a fim entender de que forma o passado determina o presente.

Durante o período da Colônia, na terra que hoje é chamada de Brasil, estava em vigência a Lei de Sesmarias. Zeneratti (2017) reconhece esse momento como a gênese do latifúndio no país, uma vez que a agricultura da Colônia se sustentava em grandes áreas monocultoras, que na essência eram subproveitadas, destinadas ao mercado internacional. Silva destaca que:

No período em questão, o mercado mundial abria espaço apenas para produtos tropicais de que a Europa carecia. Foi, portanto, a forma de inserção da Colônia que no amplo mercado mundial que se abria para determinados produtos, como o açúcar, traçou o modelo da agricultura aqui instalada: latifundiária, monocultora e escravista (SILVA, 2008, p. 52).

Já no início do século XIX, o Brasil passa a ver o crescimento das cidades e os processos que levaram à abolição da escravatura e ao aumento das imigrações europeias, que para o país tem relevante influência nesse panorama. Diante desse fato no país fez com que milhares de negros fossem expulsos do campo e migrassem para a cidade sem a possibilidade de acessarem à terra, pois não podiam comprá-la especialmente pelos entraves impostos pela anterior aprovação da Lei de Terras. Somado a isso, imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar no campo e na indústria brasileira que estava em formação. Esses fatores provocaram o aumento da população das cidades.

Nesse contexto, as referências aos assentamentos denominados como favela aparecem como descrição de habitações urbanas precárias no Rio de Janeiro do século XIX. Segundo Cardoso (2008), essas habitações eram predominantemente denominadas de cortiços, estalagens ou casas de cômodos. Elas abrigavam grande número de habitantes e foram associadas à insalubridade e propagação de doenças, como febre amarela e cólera, bem como à promiscuidade e à violência.

Os chamados Cortiços sofreram, na segunda metade do século XIX, inúmeras investidas do poder público, que buscava impor medidas de higiene nesses tipos de habitação. Aos poucos, editaram-se normas municipais que buscavam proibir a construção de novos cortiços nas zonas centrais da cidade e fiscalizar com mais rigor as condições das habitações coletivas já existentes.

Diante do exposto, e sendo a questão social definida a partir das obras de Yamamoto (1995) citada na obra de Joseane Santos (2012), “a questão social não é senão as expressões de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É na manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia



[...]” Observa-se que a questão habitacional é parte estrutural da formação das sociedades e se constitui enquanto uma expressão da questão social.

## CAPITALISMO E URBANIZAÇÃO NA REALIDADE BRASILEIRA

Com o nascimento do capitalismo concorrencial, a industrialização emerge com todo seu poder sobre a sociedade feudal, modificando a maneira de viver da cidade e transformando suas atividades, exercendo a função de acelerador da economia de troca, como destaca Lefebvre (2001, p.12) quando diz que “a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a cidade já tem uma poderosa realidade”.

O processo de industrialização atua tanto nos espaços urbanos, quanto rurais, desembocando uma intensa desigualdade social. Nesse sentido, esse modo de produção foi um forte impulsionador das transformações que aconteceram nas relações sociais ao longo do tempo. No caso brasileiro, – sendo um país que apresenta várias particularidades em sua formação sócio-histórica, como o fato de ter se constituído inicialmente enquanto colônia de exploração e desde então permanece em relação de dependência e subserviência aos países desenvolvidos – o processo de industrialização que se deu de forma tardia acarretou um aumento exponencial da desigualdade entre as classes, da pauperização da classe trabalhadora, assim como, da massificação da pobreza e ademais, resultando na materialização de mecanismos de espoliação urbana, tais como especulação imobiliária, gentrificação, dentre outros, os quais beneficiam a lógica de mercantilização de terras, lógica esta que recai sobre a própria cidade.

Pode-se então perceber que, no Brasil, o processo de urbanização teve como característica, segundo Maricato (2001), conforme citado por Godoi (2014, p. 64), “uma industrialização baseada em baixos salários”, que, juntamente com a ideia da cidade como mercadoria, transferiu a reprodução da vida social das classes menos abastadas para as periferias.

Foi diante desse cenário que se desenvolveram as cidades brasileiras, refletindo todo esse processo de contradições no seu contexto urbano. Essa urbanização, tardia e acelerada, traz consigo um crescente índice de concentração de renda e de pobreza, demandando intervenção do Estado, pois torna-se cada vez mais evidente a necessidade da efetivação de políticas públicas que garantam a reprodução ampliada das relações produtivas e sociais, tendo em vista que a vida urbana se complexificou com o desenvolvimento da sociedade

industrial, colocando o Estado tanto como provedor das condições favoráveis à reprodução social, mas também nas bases de sustentação do capital e na reprodução do espaço urbano.

Diante disso e retomando a questão do déficit habitacional, esta é uma problemática anterior ao sistema capitalista, ligada aos períodos das grandes monarquias, onde riqueza e o poder estavam diretamente ligados ao domínio de grandes extensões territoriais, pertencentes aos reis e cedidas àqueles que tinham alguma ligação com a Coroa. Esse sistema causou a exclusão da maioria da população da posse de terras próprias, restando às camadas mais baixas vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Podemos destacar que essa problemática da questão urbana é uma realidade de várias sociedades e que o déficit habitacional ainda é um ponto que merece destaque na contemporaneidade, segundo pesquisa coletada no ano de 2017 pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) Projetos em parceria com a ABRAINCA (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias) a estimativa estava em 7,77 milhões de unidades, caracterizando-se como o mais alto dos últimos anos. Entende-se, portanto, a necessidade de criação de novas estratégias para enfrentamento dessa problemática.

Todas essas expressões da questão social - espoliação urbana, gentrificação, condições de trabalho precarizadas, e outras mais - incentivaram a organização de vários seguimentos da sociedade civil, que passaram a reivindicar direitos sociais e políticas públicas por parte do Estado.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DO DIREITO À CIDADE**

Quando nos reportamos ao termo “casa”, lembramo-nos de um espaço físico que deve ser construído com fim de que as pessoas se abriguem e lá constituam seus lares. No entanto, inúmeras pessoas não conseguem acessar esse direito. Esse cenário é uma realidade latente tanto nas grandes metrópoles como em pequenas cidades, onde muitas pessoas dividem os espaços das ruas, construindo barracos para se abrigarem, assim como também se abrigam debaixo de viadutos, marquises e de outros locais considerados inapropriados para instalação.

Essa condição que foi intensificada pelo modo de produção capitalista e a complexificação das relações sociais, abriga uma grande contradição, uma vez que diante dessa negação do acesso à moradia, a parcela da população afetada mostra seu poder de organização. É possível observar que essa organização se materializa nas lutas sociais, em recorte pela Reforma Urbana.

Segundo a última Constituinte, o acesso à moradia foi reconhecido enquanto direito fundamental e universal, uma vez que todos(as) devem desfrutar de um ambiente habitável. É relevante destacar que o acesso à moradia está para além de somente possuir uma casa, mas também ter acesso a infraestrutura pública, a educação, lazer, saneamento básico, entre outros direitos.

Pode-se ressaltar que é somente através desses aparatos legais, como o disposto na Constituição Federal acerca do direito à moradia, que a população pode se organizar para reivindicar quando o mesmo está em negação. Dessa maneira, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), tem se constituído enquanto importante promotor dessa luta, sendo um dos principais movimentos sociais que buscam garantir o acesso à moradia.

Não se diferenciando do resto do Brasil, o município de Iguatu, localizado no interior do Ceará, com cerca de 102,498 habitantes no ano de 2019 segundo estimativa do censo demográfico IBGE (2010), traz uma realidade semelhante ao resto do país, no que diz respeito a questão habitacional. Ressaltando que a cidade tem um dos maiores déficits habitacionais do Estado, cerca de 6%, o que representa a ausência de um média de 7.000 unidades habitacionais (BARBOSA 2005). Contrapondo ao art. 6º da Constituição Federal – o qual expressa que a moradia e a assistência aos desamparados são direitos sociais - as famílias que não tem acesso à terra, à casa, à moradia adequada, vivem em ocupações e são vítimas do descaso, da irresponsabilidade do Estado da especulação imobiliária e da segregação territorial. Segundo Maricato (2003. p. 152):

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. A dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição a ocorrência de enchentes e desmoronamento etc.) somam-se menos oportunidade de emprego (particularmente do emprego formal), maior exposição a violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável.

Assim sendo, o espaço e o tempo são direcionados ao mundo do trabalho e as necessidades de acumulação do capital, estando a luta de classes constantemente relacionada as alterações socioespaciais, o que fortalece os processos de desigualdades no campo e na cidade (BRANDÃO 2017. p. 9). Em meio a essas problemáticas e disputas antagônicas que foi realizado o processo de urbanização da cidade de Iguatu. O presidente da Associação dos Municípios do Ceará (Aprece), Nilson Diniz, disse que o problema do déficit habitacional



somente poderá ser resolvido com políticas públicas de financiamento da casa própria, priorizando as famílias de baixa renda. (BARBOSA 2019).

Na cidade referida, atualmente inexistente uma Secretaria de Habitação, o que existe é uma Coordenadoria de Interesse Habitacional, que está vinculada a política de Assistência Social do município, e trabalha no intuito de “proporcionar moradias adequadas para as famílias de baixa renda”.

O fim de uma pasta específica para atuar frente à questão habitacional não dialoga com o *boom* de ocupações que aconteceu nos últimos anos, especialmente a partir de 2015, em terrenos municipais dos bairros periféricos de Iguatu, pois se diminuiu investimento nas Habitações de Interesse Social (HIS) e em equipe profissional para atuar na política habitacional, enquanto que as demandas por moradia se intensificaram exponencialmente no município. Se não havia financiamento para as HIS, a resposta do poder público ante as várias mobilizações e denúncias quanto às condições precárias e miseráveis de acesso à casa, foi o recurso à aliança com o mercado, o que levou os gestores a edificação de 900 casas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no distrito de Gadelha, além de abertura de loteamentos e construções de casas isoladas. (BARBOSA, 2019).

O PMCMV é uma iniciativa do Governo Federal e já beneficiou, segundo a Caixa Econômica Federal (CEF), mais de 14 milhões de famílias com moradias de compra acessível. Ainda segundo a CEF o programa é importante para as pessoas de menor renda, considerando que com o projeto é possível conseguir um imóvel adequado ao seu orçamento. Os (as) moradores (as) das ocupações devem ser os (as) principais beneficiados com este programa, uma vez que estão dentro dos critérios de renda para acessar a modalidade na faixa 1. Esta faixa compreende unidades habitacionais para famílias com renda de 0 a R\$ 1800,00 onde os imóveis desta faixa podem ser custeados com até 90% do valor. O cadastro para o programa é feito na própria cidade, na prefeitura do município ou nas entidades organizadoras. (Programa MCMV)

Como já mencionado, nos interessa relatar a realidade da Ocupação Padre Ibiapina, localizada no bairro Cohab, na busca de compreender como e se tem ocorrido o processo de gestão democrática na atual política habitacional executada em Iguatu, uma vez que a participação da população é de extrema importância como destaca Raichelis (2006) sobre o controle social, representação de interesses coletivos e democratização.

**Controle social**, que implica o acesso aos processos que informam decisões da sociedade política, viabilizando a participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e arbitragens sobre os interesses em jogo, além da fiscalização daquelas decisões, segundo critérios

pactuados; [...] **Representação de interesses coletivos**, que envolve a constituição de sujeitos políticos ativos, que se apresentam na cena pública a partir da qualificação de demandas coletivas, em relação às quais exercem papel de mediadores; [...] **Democratização**, que remete à ampliação dos fóruns de decisão política que, alargando os condutos tradicionais de representação, permita incorporar novos sujeitos sociais como portadores de direitos legítimos. Implica a dialética entre conflito e consenso, de modo que interesses divergentes possam ser qualificados e confrontados, derivando daí o embate público capaz de gerar adesão em torno das posições hegemônicas. (2006, p. 9/10 grifos nossos).

Dessa maneira, faz-se necessário destacar alguns pontos acerca da mesma: a localidade foi ocupada inicialmente por uma centena de famílias; é um terreno municipal, parte integrante da Academia de Saúde (AS) do bairro COHAB, que foi concluída em 2014, mas que na segunda metade de 2015, período das ocupações, ainda não estava em funcionamento, esta assim como as outras cinco AS, estavam inutilizadas e entregues a intempéries, sendo usadas para fins por vezes ilícitos (BRANDAO 2017).

Na atualidade, a Ocupação Filadélfia abriga cerca de 32 pessoas, que estão resistindo apesar da inexistência de condições de habitabilidade, o restante mudou-se para outras localidades da cidade por causa da falta de acesso às políticas sociais, estrutura físicas do local e insegurança. As famílias convivem com a falta de saneamento, com condições irregulares do terreno que ocasionam alagamentos em dias chuvosos, com a ausência de banheiros na maioria das casas e ainda tem que lidar com o desemprego estrutural que assola a maioria das famílias e a criminalização policial junto ao preconceito da população, que assimila o discurso de “invasores” difundido pelos gestores e a mídia local, torna o cotidiano da luta por moradia mais penoso (BRANDÃO, 2017). Ainda segundo a autora:

A Ocupação Filadélfia surgiu como uma resposta a esta situação de opressão e ausência de políticas públicas efetivas do Estado, trata-se de um espaço que escancara esta realidade de exclusão e segregação social vivenciada por inúmeras famílias iguatenses e é formada por um conjunto de pessoas marginalizadas, mas que buscam viver dignamente em meio a um contexto de exclusão social que gera todo tipo de consequências e influências na vida dos indivíduos que dele fazem parte. [...] (2017, p. 3)

Sendo assim, as famílias que ainda estão no local enfrentam ainda as péssimas condições de habitação, algumas conseguiram com bastante dificuldade erguer casas de alvenaria através de empréstimos adquiridos e parcelados em vários meses, e essas estão lutando para permanecer neste local, já que a prefeitura através do Programa Minha Casa Minha Vida tipo 1 construiu em localidade mais afastadas da cidade um conjunto habitacional que segundo os gestores os principais beneficiados são as famílias das ocupações. No entanto, de acordo com os dados coletados a partir do diálogo com os(as) moradores(as), essa

operacionalização das construções, não passou por um processo amplamente democrático, considerando o que público prioritário deveria ter participação em todo processo de decisão acerca da implementação dessa política habitacional.

Observa-se ainda que as pessoas são praticamente obrigadas a se retirarem do local onde estão instaladas e devem se estabelecer no ambiente destinado, sendo possível notar que nesse processo foram desconsiderados tanto os fatores objetivos – mobilidade urbana, acesso ao mercado de trabalho, aos serviços públicos, etc. - como também os fatores subjetivos dos indivíduos, uma vez que essas pessoas construíram suas histórias no ambiente urbano.

Notadamente, muito já foi realizado no cenário nacional no tocante à situação de moradia, mas, ainda é necessário estratégias que sejam capazes de superar essa expressão da questão social, pois um grande percentual do povo brasileiro vive em extrema pobreza, sendo a falta de moradia um dos aspectos mais perversos para este dado estatístico. Pode-se realmente ver a construção de projetos habitacionais em muitos lugares do Brasil, entretanto, até a sua distribuição é feita desordenadamente, muitas das vezes beneficiando pessoas que não se encontram inseridas no contexto de baixa renda, ou seja, aquelas que definitivamente não são atendidas pelos programas habitacionais e/ou outros criados para mudar este índice que desfavorece muitos dos nossos brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que desde a CF 88, a efetivação de um marco legal e formal no que diz respeito a questão urbana, ao direito à cidade e à moradia, assim como as legislações que regulamentam esses direitos e diversos programas, como o Minha Casa Minha Vida com intervenção nessa expressão da questão social. No Brasil, assim como e todo mundo capitalista e globalizado a desigualdade social expressa pela divisão geográfica e espacial da própria cidade.

Notavelmente que o ideário neoliberal não responde ao deficit habitacional, este tem sido o motor concentrador de renda e gerador da negação do direito à cidade aos mais pobres, isto é, criador da desigualdade social. Cabe a sociedade civil organizada nos partidos e movimentos sociais construir outra política econômica e social comprometida com a garantia de direitos e consolidação da participação democrática na construção da cidade que queremos.

Diante da pouca resposta institucional ao grande déficit habitacional da cidade Iguatu-CE e da perceptível falta de gestão democrática da política habitacional, a autogestão da ocupação



Padre Ibiapina e seus processos de luta pelo acesso a moradia, apesar de materializar esse direito através do PMCMV, ainda se mostram como principal ferramenta para efetivação dos direitos.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias. FGV - Projetos. Análise das Necessidades Habitacionais e suas Tendências para os Próximos Dez Anos. Relatório Técnico Final. Out. de 2018. Disponível em: <<https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2019.

BARBOSA, Honório. **Déficit habitacional cresce nas cidades de médio porte do Ceará.** Jornal Diário do Nordeste, disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/deficit-habitacional-cresce-nas-cidades-de-medio-porte-do-ceara-1.2101092>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRANDAO, W. M. C. C: **SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E LUTA POR MORADIA:** uma análise a partir do Núcleo de Apoio à Saúde da Família e da ocupação Filadélfia no município de Iguatu-Ceará 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa Minha Casa, Minha Vida**, 2016. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000.** Altera a redação do art. 60 da Constituição Federal. Brasília, 2000. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2019.

CARDOSO, A.L. Contextualização/caracterização. In: BRASIL, **Política habitacional e integração urbana de assentamentos precários:** parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Ministério das Cidades, 2008. p.13-45. Disponível em: [cidades.gov.br](http://cidades.gov.br).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais na política urbana:** subsídios para reflexão. Brasília, 2016.

GODOI, Tânia Maria. **Questão social e direito à cidade:** reflexões sobre o trabalho social na política urbana. Revista Conexões Geraes. Minas Gerais, CRESS – MG. V.3, n.5, jul./dez. 2014.

SANTOS, Joseane Sores. **“Questão social”: particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

MARÉS, C. F. **A função social da terra.** Porto Alegre: Safe, 2003.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Disponível em: [http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_metropole desigual.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metropole desigual.pdf). Acesso em: 28 nov. 2019.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

RAICHELIS, Raquel et al. **Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil**. Serviço Social e saúde-formação e trabalho profissional, v. 3, 2006.

ROCHA, E. A **Constituição Cidadã e a Institucionalização dos Espaços de Participação Social**: avanços e desafios. In: 20 Anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social. IPEA, 2008. P. 131 – 148.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2008.

ZENERATTI, F. L. **Propriedade e latifúndio**: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil. Caderno de Geografia, v.27, n.50

## ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE: REFLEXÕES A PARTIR DO MOVIMENTO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Gabriel Borges Vitor<sup>146</sup>

Guilherme Pereira Antunes<sup>147</sup>

Maria Jaiane Moreno de Amorim<sup>148</sup>

Maria Jarlene de Sousa<sup>149</sup>

Rebeca Oliveira dos Santos<sup>150</sup>

Maria Keile Pinheiro<sup>151</sup>

### RESUMO

Esse artigo propõe-se discorrer sobre a organização do Levante Popular da Juventude, onde tem-se como ponto de partida para as discussões os Movimentos Sociais. Isto, a partir da observação histórica de expressões que marcaram a organização da classe trabalhadora, sobremaneira, das juventudes, especialmente no tocante ao Maio francês de 1968 e a relevância desse na efervecência dos chamados “Novos Movimentos Sociais”, como principal responsável pelo surgimento e fortalecimento de pautas identitárias e da organização política e cultural da juventude em contexto mundial. Na particularidade brasileira problematiza Movimento Estudantil em contexto de ditadura militar e o movimento Diretas Já que ficou conhecido como os “caras pintadas”. E, com fins de refletir a organização da juventude na atualidade serão abordados alguns fatos históricos e políticos que marcaram o surgimento do movimento Levante Popular da Juventude, que é uma forma de organização da juventude em prol da luta coletiva, da busca de direitos e da defesa de um projeto societário mais igualitário. O presente estudo se realiza a partir de levantamento bibliográfico e do diálogo com integrantes do Levante Popular da Juventude na célula organizada na cidade de Iguatu/CE. Concluímos, a partir dessas estratégias a relevância histórica da participação das juventudes nos processos de lutas da classe trabalhadora e as contribuições contemporâneas do movimento analisado.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais. “Novos Movimentos Sociais”. Direitos Sociais. Levante Popular da Juventude.

<sup>146</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, oibiel18@gmail.com;

<sup>147</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, guilhermepereira201@gmail.com;

<sup>148</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, jarlenesousaesperanca123@gmail.com;

<sup>149</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, jaijanemoreno@outlook.com;

<sup>150</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, beccabeth17@gmail.com;

<sup>151</sup> Bacharela em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará – IFCE – campus Iguatu/CE; Especialista em Saúde da Família e Comunidade, na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde pela Escola de Saúde Pública do Ceará. keile\_mp@hotmail.com.



## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de estudo o movimento Levante Popular da Juventude. Aqui buscamos fazer uma análise do que são os Movimentos Sociais, os “Novos Movimentos Sociais” e a sua relação com os direitos sociais. Em seguida, é feita uma análise histórica e política do Levante Popular da Juventude como forma de identificar como se organiza, quais as bandeiras de luta, os principais desafios e conquistas alcançadas a partir da sua organização. A principal conclusão a que chegamos é que os Movimentos Sociais, em especial o Levante **vem conseguindo** cada vez mais, organizar e formar a juventude para participar dos Movimentos e lutar contra a desigualdade social, a pauperização e expressão advindas do sistema capitalista.

Também com fins de entender esses movimentos na atualidade é fundamental escrever sobre os Movimentos Sociais e aqueles chamados de “Novos Movimentos Sociais”, que eclodiram no contexto do século XX, em que a sociedade demandava respostas concretas do Estado diante da realidade caótica que se vivenciava. É válido destacar que não há “Novos Movimentos Sociais”, mas sim um *boom* dos movimentos não mais voltados especificamente para a contradição capital / trabalho, devido a luta de classe que se configurou naquele cenário, com pautas identitárias. Ademais, busca se aproximar do Levante Popular da Juventude e levar à população informações verídicas do que de fato são esses movimentos, uma vez que, a grande parte da população vê os mesmos como “baderna”, e sem relevância.

A partir da utilização de pesquisa bibliográfica em artigos acadêmicos, livros, TCCs e arquivos digitais, e do diálogo com militantes do movimento analisado, buscamos com esse artigo, além de conhecer a participação da juventude na história, analisar os movimentos de juventude no Brasil contemporâneo a partir da experiência do Levante Popular da Juventude (LPJ) e fornecer informações com fins de demonstrar à população a importância dos movimentos sociais, como meio para manutenção e conquista de direitos. Ainda tem como objetivo identificar a relevância do LPJ e dos movimentos sociais para fomentar o questionamento do modelo de organização social vigente fundado na exploração e opressão, e entender a participação dos jovens no âmbito político.

## DESENVOLVIMENTO

### MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONQUISTA DE DIREITOS

Os movimentos sociais no Brasil e no mundo, colaboram de forma decisiva para a obtenção de direitos. Dessa forma, faremos uma breve conceituação de Movimentos Sociais, em seguida trataremos dos “Novos Movimentos Sociais”, adentrando nos Movimentos de Juventude. E no decorrer do texto, explicitaremos, também de forma breve, qual a contribuição desses para a conquista de direitos.

A Revolução Industrial trouxe enormes impactos para os trabalhadores, a instalação de máquinas gerou um enorme desemprego, conseqüentemente agravando e evidenciando a questão social. Desse modo, através de muita luta e reivindicações por parte dos trabalhadores, surgiram os direitos sociais como forma de amenizar a desigualdade social e no outro polo, também serviu para manter o capitalismo.

Mas a Revolução Industrial (1750) e o desenvolvimento do assalariamento da força de trabalho logo evidenciaram o que Max Weber (1972:51) denominou *desencantamento do mundo*, com acirrados conflitos trabalhistas nos séculos XIX e XX (a questão social), a violência das guerras pela repartição internacional de riquezas, o desemprego crescente, o aumento da criminalidade, o abandono de crianças e adolescentes, o racismo, o fanatismo religioso e o nacionalismo. Configurou-se uma clara contradição entre os interesses individuais e as necessidades públicas, expressas pela prevalência do interesse coletivo, que as instituições jurídicas tentam assegurar (SIMÕES, 2009, p. 66).

Sabemos que os direitos sociais no capitalismo não são reconhecidos de uma forma natural, a necessidade de implementação dessas garantias só é posta quando o sistema passa por tais conturbações. Silva (2003, p. 150), diz que “o traço marcante de todo esse período tenebroso para o capitalismo clássico foi a intervenção decisiva dos movimentos sociais de contestação e reivindicação”.

Segundo Duriguetto e Montão (2011, p. 264), “um “movimento social” caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização”. Ainda de acordo com os autores referidos, é preciso distinguir movimento social de mobilizações sociais e das Organizações Não Governamentais (ONGs). A mobilização social pode ser uma das ferramentas do movimento, mas pode estar restrita apenas a uma atividade. Já as ONGs expressam uma mobilização de indivíduos por busca de respostas às necessidades alheias, diferente do movimento social que se constitui pelos próprios sujeitos envolvidos e afetados na questão.

Já Behring e Santos (2009, p. 15), tratando da luta pelos direitos no pós Segunda Guerra, afirmam que:

No âmbito do pensamento crítico, a preocupação mais direta com a luta pela realização dos direitos se ergue com enorme força a partir do término da Segunda Guerra Mundial, sobretudo após as nefastas experiências do nazi-fascismo, do stalinismo, e, mais adiante, a partir da

década de 1960, com as ditaduras militares na América Latina, período em que os movimentos sociais e diferentes sujeitos coletivos passam a defender e consolidar, em sua agenda política, a cultura de defesa dos direitos. Posteriormente, são incluídas questões relacionadas às relações de gênero; raça/etnia; orientação sexual, dentre outras.

Sobre os chamados “Novos Movimentos Sociais”, Duriguetto e Montão (2011, p. 265) apresentam alguns exemplos, sendo esses: os movimentos ecológicos, urbanos, feministas, dos homossexuais. Surgem no século XX, e são tratados assim por se constituírem ora como complementos ora como alternativas aos movimentos sociais tradicionais que estão relacionados diretamente à contradição capital/trabalho. Corroborando com o entendimento dos autores quando afirmam que utilizam o termo “novos” somente por ser a forma mais usada para denominá-los, porém não podemos considerá-los novos, pois apesar de não estarem diretamente ligados à contradição capital/trabalho, reivindicam também questões advindas ou potencializadas com o capitalismo. Segundo Gohn (2014, p. 124), “Nos NMS a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função da defesa dessa identidade”.

Também podemos explicitar os movimentos de juventude. Para Brandão e Duarte (1990, p. 50), esses movimentos se radicalizam em meados da década de 60, do século XX, em meio à violência racial e o conflito no Vietnã, fazendo surgir nos Estados Unidos o que analistas sociais chamaram de contracultura, na qual, a juventude de classe média começou a se opor aos valores postos por aquela sociedade moralista, racista, consumista e tecnocrata.

Tratando da relação dos movimentos sociais com os direitos, Lima (2017, p. 6) apresenta o pensamento de Touraine, este “constata que os movimentos sociais são responsáveis pela intervenção nos moldes da democracia, do fomento de direitos e da mobilização de princípios e sentimentos”. Sabemos que Touraine é um autor da perspectiva acionalista, não marxista, que considera os “NMS” como distantes da contradição capital/trabalho, porém nessa citação ele expressa bem alguns dos pontos em que os movimentos sociais interferem ou contribuem.

Dessa maneira, podemos perceber que os movimentos sociais têm uma grande contribuição para a conquista, manutenção e efetivação dos direitos. Contribuíram também para a redemocratização política na sociedade brasileira, tomando por exemplo os movimentos que atuaram em resistência ao autoritarismo instalado com a ditadura militar, período marcado por intensa repressão e centralização política. Se destacando o Movimento Estudantil, que organizado em várias entidades representativas, protestavam contra as privatizações, por justiça social, pela democracia, entre outras pautas mais específicas, sendo um grande destaque da luta no período ditatorial.



É importante citar também o Movimento Diretas Já, ocorrido entre os anos de 1983 e 1984, que tinha como pauta, como o nome já dá a entender, a reivindicação por eleições diretas para a presidência do Brasil. Com a participação de diversos partidos políticos e personalidades públicas, o movimento contribuiu enormemente para a redemocratização do país, culminando na volta do poder civil, em 1985, e na Constituição Federal de 1988.

## **CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE**

Nos últimos anos, a juventude tem sido alvo de atenção dirigida tanto da sociedade em geral, como nos espaços da academia. Quando se fala na sociedade em geral, os jovens sempre são relacionados a assuntos de cultura e esporte, ou então aos problemas sociais, tais como: violência, drogas, criminalização, dentre tantas outras. É válido destacar, que principalmente em matérias sensacionalistas, os jovens, sobretudo os negros moradores de comunidades carentes, são culpabilizados por estarem na aquela situação de vulnerabilidade social. Depois de muito tempo sem ser alvo de análises acadêmicas, a juventude voltou a ser debatida e refletida, sobretudo no que se refere aos espaços que os mesmos estão inseridos, tais como: família, escola, sistemas jurídicos e penais, no que tange a adolescentes com problemas sociais.

Geralmente a juventude é associada ao termo problema, justamente por não se mostrarem satisfeitos ao que lhe é imposto, visto que, tudo que tem como finalidade questionar, deve ser coagido a não questionar. E os jovens não se contentam com respostas prontas, querem inovar e revolucionar, por isso que os movimentos de juventude são de suma importância para a sociedade, e ainda para romper com esse estigma, que a juventude é só uma passagem cronológica, em que os jovens se tornam rebeldes e imprudentes, mas que questionar e mudar essa ordem societária burguesa deve ser alvo de discussão não só dos jovens, mas de toda a sociedade.

O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes, direcionada para a luta da população, na busca contínua por uma modificação dos paradigmas que estruturam a sociedade brasileira. Fundamentando assim, uma proposta que procura coordenar a juventude para defender direitos e lutar enquanto grupo social. Entende-se assim, que a elaboração de um projeto popular é uma conquista das reivindicações históricas que são negadas constantemente à população brasileira, como educação, saúde, cultura e habitação.

Com base nas informações dispostas nas páginas oficiais do Levante Popular da Juventude (LPJ), a história do mesmo é definida por uma série de marcos temporais históricos fundantes dessa construção. Seu ponto de partida se deu por meio da realização do primeiro acampamento da juventude organizado em homenagem aos 250 anos da morte do líder indígena Sepé Tiaraju, realizado na cidade de São Gabriel – Rio Grande do Sul. Este contou com a presença de inúmeros povos indígenas de diferentes tribos e diversos movimentos sociais, contribuiu para destacar a relevância na contemporaneidade das lutas e convicções do lutador guarani, que simboliza o desejo de permanecer em suas terras de origem.

Conforme discutimos anteriormente, os movimentos de juventude, e no caso particular do nosso estudo, o Levante Popular da Juventude também adentra nos denominados “Novos Movimentos Sociais”. Esses ganharam visibilidade no Maio Francês de 1968 que mostrou a força da cultura jovem e de seus ideais pela renovação de valores. Essa data marca o início ativo das lutas contra os diversos tipos de preconceitos que antes não possuíam voz ou uma organização coletiva pautada na luta por direitos, igualdade e respeito. Assim como esta data se relaciona diretamente com a organização do movimento estudantil que esteve presente em vários acontecimentos históricos, como na ditadura militar, se caracterizando como o principal foco de resistência e mobilização social pela reivindicação das eleições diretas entre 1983 a 1984, e na ofensiva neoliberal dos anos 1990 com os “caras pintadas” que tinham como principal objetivo o *impeachment* do presidente da época, Fernando Collor de Mello.

Só então no governo de Fernando Henrique Cardoso, diante da ofensiva neoliberal dos anos de 1990 que as reformas voltadas para o mercado ganharam forças, pondo em xeque a eficiência dos serviços públicos e pondo em prática o processo de terceirização, de modo que a principal justificativa era que as instituições privadas se faziam mais eficientes que o Estado. Este por sua vez deveria ter uma atuação mínima. Isso não só contribuiu para o processo de flexibilização do trabalho como também para o aumento do pauperismo e da barbárie. Por isso, esse momento ficou mais conhecido como contra-reforma. É a partir dessa conjuntura que se faz mais que necessária a formação e organização das lutas de massas, a fim de ascender suas opiniões políticas, tanto no que diz respeito ao horizonte teórico quanto ao prático.

A “reforma” do Estado, tal como está sendo conduzida, é a versão brasileira de uma estratégia de *inserção passiva* (Fiori, 2000: 37) e a qualquer custo na dinâmica internacional e representa uma escolha *político-econômica*, não um caminho natural diante dos imperativos econômicos. Uma escolha bem ao estilo de condução das classes dominantes brasileiras ao longo da história, mas com diferenças significativas: esta opção implicou por exemplo, uma forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, sobretudo se vistos pela ótica do trabalho, dos

processos de modernização conservadora que marcaram a história do Brasil(...)"  
(BEHRING 2008, p. 198)

O LPJ não possui uma bandeira específica, manifesta-se nas lutas e reivindicações apoiando as diversas pautas que se fazem presentes na sociedade como por exemplo aquelas que fazem enfrentamento ao racismo, machismo, homofobia, misoginia, xenofobia etc.

Suas estratégias de formação e organização tem como base o tripé: formação, organização e luta. No âmbito da formação, diz respeito ao acúmulo de forças e do processo de conhecer, questionar e ampliar a visão de mundo de seus integrantes e dos demais que compõem a sociedade e necessitam dessa formação. Organização, que faz parte da práxis transformadora e diz respeito a necessidade da organização coletiva diante de uma sociedade tão individualista. Destacando a revolução como única saída, observamos o terceiro eixo desse tripé, aluta. A partir de sua ligação com o campo popular as lutas são para se contrapor ao sistema vigente e mostrar sua insatisfação através de atos que reivindicam melhorias e transformações. Assim, sua atuação seria no sentido de fazer despertar nas massas a consciência de classe e assim lutar em coletivo pelos direitos negados historicamente promovendo a revolução e estabelecendo um ponto muito importante no processo de luta pela hegemonia, democracia e construção de um projeto popular para o Brasil.

O fim da década de 1990 deixou uma nítida carência e necessidade de fortalecer as metodologias organizativas de inserção da juventude nos movimentos sociais. Em vista disso, a Via Campesina<sup>152</sup>, foi o campo político que possibilitou a aurora do LPJ, dessa forma, em 2005 por intermédio da Consulta Popular, uma organização política que participa da Via Campesina, determinou em Assembleia Nacional que a solução seria recorrer a uma organização da juventude enquanto classe trabalhadora e enquanto membro da periferia urbana. Esse campo analisa como necessário, engendrar uma força social que atue dentro dos centros urbanos, onde tais organizações políticas poderiam constituir uma potência transformadora.

A princípio, o LPJ encontrava suas maiores concentrações no estado do Rio Grande do Sul, este ainda não havia desenvolvido uma formulação de protótipos organizativos, que englobavam sua identidade enquanto movimento social de caráter nacional e sua concepção ídeo-política.

Essas experiências incipientes eram separadas em duas partes que constituíam a Pastoral da Juventude Rural (PJR), uma do MTD (Movimento dos Trabalhadores e

---

<sup>152</sup>É uma organização mundial dos movimentos camponeses, fundada em 1992, que tem como objetivos: constituições de relações de solidariedade, visando reconhecer a diversidade e a importância do campesinato da Ásia, África, América e Europa.





Trabalhadoras por Direito), e outra do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Estes núcleos logo iniciam os primeiros laboratórios de organização de jovens, mediante a efetivação de encontros, com intuito de debater acerca das adversidades enfrentadas pela juventude das periferias. Em vista disso, ocorre em um desses núcleos de debate, na comunidade do Morro da Cruz, que se batiza inicialmente, organização de Levante Popular da Juventude, afim de estabelecer outros núcleos e dirigir o movimento. E ainda em 2005, é gestada a primeira meta-síntese de caráter organizacional do LPJ, isto é, a construção de um acampamentonacional a partir do qual viria a fundar o movimento.

O acampamento outrora mencionado, organizado pela via capesina, também favoreceu o grupo impulsionador do Levante, que efetivou seu primeiro acampamento de jovens, que se manteve paralelo as demais atividades, um encontro que foi essencial para formação do Levante. O evento teve em sua generalidade, jovens membros da Via Campesina, a outra parte foi composta por jovens integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, e o restante foram resultados das mobilizações realizadas em periferias urbanas e universidades.

Assim sendo, no acampamento supracitado, o núcleo coordenador do LPJ estabeleceu suas bandeiras de luta prioritárias: Educação, Trabalho, Cultura e Lazer. Formando dessa forma, três campos atuantes: territorial, educacional e camponês. Determinando também sua reivindicação prioritária para a época e conjuntura descrita, como sendo a democratização do acesso ao ensino superior, a luta tinha como objetivo modificar a composição social do meio universitário, através das cotas raciais e sociais, garantindo, dessa forma, o amplo acesso ao âmbito universitário.

Em vista disso, o LPJ se fez presente em inúmeros congressos, conferências, acampamentos e fóruns, onde passou a encorajar jovens militantes de diversos campos políticos dos demais estados. Em vista de tanto destaque, o LPJ agora conhecido nacionalmente, estabeleceu um setor nacional de juventude, que se estendeu por todo o país, afim de constituir bases de nacionalização e fortificar os objetivos do movimento. Por conseguinte, foi planejado e realizado em fevereiro de 2012, o primeiro Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude, onde aproximadamente 1.300 jovens de 15 estados se reuniram, na cidade de Santa Cruz do Sul (RS), em uma organização nacional, na qual foi efetivado o esboço dos primeiros traços desta ferramenta de luta social, com o auxílio da tradicional batucada (um grande símbolo desta construção), neste momento foi constituída a primeira instância do LPJ, a Coordenação Nacional.

Em abril de 2012, o Levante promoveu em 7 estados uma série de escrachos denunciando o esquecimento dos crimes cometidos durante a ditadura militar, expondo os

criminosos e torturadores desse período, denunciando a impertinência e arquivamento de diversos crimes cometidos. Os escrachos também tiveram o intuito de buscar por “memória, verdade e justiça” em nome dos perseguidos e mortos, devido aos acontecimentos recorrentes da ditadura.

Muitas foram as influências sociais e históricas que corroboraram com a construção do Levante Popular da Juventude, contudo, torna-se possível identificar as três principais. No que remete ao projeto político o Levante recebeu muito dos movimentos e atividades da Via Campesina, na qual o LPJ se configura como ligado ao campo do projeto popular, direcionado a luta social popular.

Em termos de Trabalho e formação orgânica, herdou as experiências das Pastorais da Juventude, com exceção do caráter religioso do movimento, com relação a compreensão de que o trabalho de formação política não deve estar desassociado da elaboração de vínculos de vivência, amizade, e compartilhamento de vida, valores constantemente pregados pela Pastoral da Juventude.

Em terceiro lugar, no campo das relações de intercâmbio com movimentos populares da América-Latina, na qual o coletivo da juventude de inúmeros movimentos e o núcleo do Levante do Rio Grande do Sul já se fizeram presente em diversas edições dos Acampamentos Latinos, onde compartilharam vivências de “agitação e propaganda”, a exemplo de batucadas e músicas, por esse motivo, o levante é conhecido por outros movimentos brasileiros como “esquerda festiva”. Essas estratégias possibilitaram construir um movimento agitado que chamasse atenção das massas, fugindo das formas tradicionais de movimentos sociais no Brasil. E em poucos anos de existência oficial, o Levante já é uma referência, quando remete em organização política da juventude.

Seu caráter político está ligado às formas de entender e construir estratégias de enfrentamento coletivo às expressões advindas da lógica capitalista, o LPJ abrange não só essas formas de manifestações sociais que foram se construindo no decorrer da história devido as diversas formas de injustiça, desigualdade, preconceito e segregação que viabilizam todo um contexto histórico de retrocesso, repressão e barbárie.

## **LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE NA REALIDADE DE IGUATU-CE**

O poder pertence ao povo. Nosso lema é unir as forças revolucionárias. Podem surgir dos bairros, das ruas, dos conjuntos residenciais, das favelas, mucambos, malocas e alagados. O desejo de todo revolucionário, é fazer a revolução. Carlos Marighella .

O Levante Popular da Juventude em Iguatu, teve início em Agosto de 2012, e trouxe como pauta, a biblioteca pública, que naquele contexto estava fragilizada, tanto na estrutura física, quanto na composição de profissionais, já que não disponibilizava de todos os profissionais necessários. Assim como em todo o Brasil, o Levante tem como objetivo organizar a juventude, e em conjunto lutar contra as desigualdades e injustiças enraizadas no sistema capitalista.

O mesmo opera diante de três frentes, são elas: Frente Territorial, Movimento Estudantil e Frente Campesina. Entretanto é válido ressaltar que essas frentes, são um reflexo das necessidades postas pelo contexto histórico, onde de acordo com o mesmo pode vim á aumentar ou diminuir as suas frentes.

Para fazer parte do Levante basta participar das reuniões semanalmente , que tem por objetivo a formação, organização e luta dos integrantes, visando atender objetivos coletivos, e mensalmente há uma reunião coletiva com todas as células. Para obter maiores informações sobre as programações do Levante Popular dá Juventude é só acessar a página disponível no Facebook.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É válido ressaltar que há uma carência de materias disponíveis para o aprofundamento do assunto, o que provoca a fragilidade do conhecimento das massas, acerca do Levante. Sendo assim, é de suma importância que tenha mais documentos que abordem o tema, de forma mais abrangente, e que seja viável o acesso para toda a população, num sentido de promover o conhecimento e inserção dos indivíduos nesse movimento.

O Levante Popular da Juventude mostra-se como um movimento social que abarca discussões e reivindicações fomentadas nos chamados “novos movimentos sociais”, incita as juventudes a participarem ativamente das lutas e reivindicações por direitos, focando no coletivo e priorizando ações lúdicas. Proporcionando um arranjo teórico-prático que possibilite sua organização, formação política e cidadã, e estratégias para ações que contribua para a o desenvolvimento da sociedade de forma ampla e efetiva no sentido de promover não apenas igualdade, mas também equidade. Como partícipe da sociedade, os jovens têm a oportunidade de exercer seu papel de cidadão, e o LPJ mostra-se como um fortalecedor das lutas e um norteador das pautas coletivas.

## REFERÊNCIAS



BEHRING, E. R. ; SANTOS, S. M. M. . **Questão Social e Direitos. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. 1ed.Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 267-284.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma:desestruturação e perda de direitos** - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M. F. . **Movimentos culturais de juventude**. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Déborah, **PRÁTICAS POLÍTICAS DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO NO GRUPO DE CAMPINA GRANDE/PB**. Minas Gerais, ANPOCS, 2017.Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/spg-4/spg03-4/10941-praticas-politicas-do-levante-popular-da-juventude-um-estudo-etnografico-no-grupo-de-campina-grande-pb?format=html&path=41-encontro-anual-da-anpocs/spg-4/spg03-4>. Acesso em 5 nov. 2019.

GOHN, M. G. . **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.;

ABRAMO, Helena Wendel, (1994). **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: ANPOCS/ Scritta.

**HISTÓRIA DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE**. 2014. Disponível em: <[www.levante.org](http://www.levante.org)>. Acesso em: 20 nov. 2019.

245

MONTÃO, C.; DURIGUETTO, M. L. . **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, F. P. . **A miséria do direito: ordem jurídica, dominação e pensamento crítico**. 1. ed. Fortaleza: Imprece, 2003.

SIMÕES, C. . **Curso de direito do serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

## MOVIMENTO FEMINISTA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DA MULHER NO CAMPO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL

Ana Clara Mota<sup>153</sup>  
Andreza Melo<sup>154</sup>  
Maria Betânia Mesquita<sup>155</sup>  
Renan Barbosa<sup>156</sup>  
Tayana Lemos<sup>157</sup>  
Maria Keile Pinheiro<sup>158</sup>

### RESUMO

O artigo ora apresentado se realiza com base em levantamento bibliográfico e na análise acerca do tema: movimento feminista e suas contribuições para a inserção da mulher no campo da política institucional. O estudo objetiva mergulhar, ainda que de maneira breve, na história da mulher no cenário político que conforma as relações sociais sob o domínio do capitalismo e do patriarcado, reproduzido também no modelo de família patriarcal. As análises aqui referendadas observaram esses processos especialmente a partir das lutas e revoluções feministas, que garantiram espaços de participação feminina na política, na cultura, no mercado de trabalho, dentre outros na cena contemporânea. Por fim, apresentamos questões que confirmam a obtenção dos direitos das mulheres, trazendo em foco a contribuição do feminismo em todas as esferas sociopolíticas da sociedade, principalmente no que concerne à participação da mulher na política institucional.

246

**Palavras-chave:** Feminismo. Capitalismo. Emancipação política.

### INTRODUÇÃO

O feminismo é um movimento filosófico, político e social que tem atuação militante pelo direito à igualdade entre homens e mulheres. Inicialmente, o movimento surgiu na Europa inspirado na Revolução Francesa, este que teve como tema: Igualdade, Liberdade e

<sup>153</sup> Graduanda do curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – [anaclmota@outlook.com](mailto:anaclmota@outlook.com)

<sup>154</sup> Graduanda do curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – [betania\\_mesquita@hotmail.com](mailto:betania_mesquita@hotmail.com)

<sup>155</sup> Graduanda do curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – [tayanagomeslemos@gmail.com](mailto:tayanagomeslemos@gmail.com)

<sup>156</sup> Graduanda do curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – [andrezamelo01@hotmail.com](mailto:andrezamelo01@hotmail.com)

<sup>157</sup> Graduando do curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – [renan.felixb@gmail.com](mailto:renan.felixb@gmail.com)

<sup>158</sup> Professora orientadora: Bacharela em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará – IFCE – campus Iguatu/CE; Especialista em Saúde da Família e Comunidade, na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde pela Escola de Saúde Pública do Ceará. [keile\\_mp@hotmail.com](mailto:keile_mp@hotmail.com).

Fraternidade. As mulheres à sua época inquietaram-se por um novo espaço na sociedade cuja predominância era determinada pelas relações patriarcais, e, no auge das lutas revolucionárias do movimento referido, visaram neste cenário um favorecimento para sua imersão como os próprios sujeitos agentes de transformação social, ou seja, protagonistas da sua ação política, englobando todo o subjetivismo e coletivismo pertinentes à todas as mulheres, como também a extirpação da hierarquização e dominação prevalecente do homem sobre a mulher e de todo sexismo e machismo arraigados na sociedade. No Brasil, assim como em países da Europa, o movimento em seu berço emergiu na atuação política de enfrentamento ao sistema patriarcal.

É de extrema importância estudar a influência deste movimento que em suas contribuições abrange os avanços na história de subalternização e exploração fundada na dimensão de classe e aprofundada pela condição de gênero, corroborando para uma visão do protagonismo e desempenho coletivo das mulheres, atribuindo à ascensão do espaço na esfera pública para as militantes que tendem adentrar na atuação da política institucional com proeminência, favorecendo com diligência o ensejo da luta pelo poder e emancipação em toda a sua complexidade.

Esse trabalho traz respaldo à primeira onda do feminismo que contribui na reflexão e aprofundamento da história marcada a exemplo de todo esforço e mérito das Sufragetes, que pela árdua luta promoveram grandes manifestações, fizeram greves de fome, foram presas inúmeras vezes dentre outros esforços direcionados para o reconhecimento da mulher enquanto sujeito político de direitos.

O que se pretende com esse artigo é analisar introdutoriamente a ligação entre feminismo e política, apontando o momento em que momentos essa colisão acontece e quais os desdobramentos e vitórias para o movimento nesse sentido. Buscamos salientar a relevância que o feminismo proporciona para a presença da mulher na arena pública de decisão. Traz, ainda que de forma breve, elementos para uma reflexão acerca da ausência feminina na política relacionando a estrutura de dominação posta por uma sociedade capitalista e a aspiração de poder da mulher na sociedade moderna.

## DESENVOLVIMENTO

### O MOVIMENTO FEMINISTA NA HISTÓRIA: limites e conquistas



Apesar dos avanços conquistados desde o século XVIII, a mulher aparece na cena pública como submissa ao homem, aos padrões que são construídos pelo patriarcado e que atuam para sua dominação e controle. Historicamente lhes eram atribuídos lugares que podiam frequentar e lugares que lhes eram proibidos, com permissão de participação em alguns vetores e outros não, predominavam forças contrárias às lutas das mulheres, ao movimento feminista particularmente. Claramente, dos lugares proibidos, o cenário político e público era o mais restringido e com notáveis dificuldades de avanços, como se dá nos dias de hoje também.

Dos fatos a serem considerados, ressalta-se as conquistas adquiridas nos parlamentos de governo, em 1932, as mulheres brasileiras, através de reivindicações e lutas, conseguiram um decreto do então presidente do Getúlio Vargas, obtendo por si o direito ao voto nas eleições nacionais, entretanto, essa conquista não foi completa pois o código eleitoral da época permitia apenas que mulheres casadas sob a autorização do marido pudessem votar. Entre outras exigências, estavam algumas como classe social e boa conduta na sociedade, o que se atribui a reprodução das ordens hierárquicas presentes na sociedade que resultam nas desigualdades de classe, de gênero, de etnia, dentre outras.

As lutas feministas objetivam construir espaços que proporcionem a possibilidade de decisão da mulher em diferentes contextos sociais e perspectivas de posicionamento, no qual respalda uma nova posição desta na estrutura de dominação e levanta diversas questões, tais como: reformas políticas e espaços de inclusão na política institucional. Seus projetos visam a emancipação feminina e buscam diminuir o abismo da desigualdade social e a ordenação dos papéis sociais a partir do sexo e do gênero, que também se constrói e fortalece modelos hierarquizados de acesso aos direitos, sendo resultado disso uma forte exclusão das mulheres na vida pública, para a transformação dessa lógica, deve ser levado em consideração as ações concretas que viabilizam a transformação da posição das mulheres com estratégias políticas de mudanças, estas, capazes de questionar o paradigma vigente, pois para o movimento feminista há o reconhecimento de que dentro dessa ordem, as conquistas no âmbito dos direitos e da igualdade são fundamentais, mas não representarão a conquista da emancipação humana.

A razão de ser do feminismo enquanto movimento político e filosófico tem como finalidade central o alcance de direitos equânimes e o empoderamento no sentido de libertação dos padrões patriarcais, logrando conquistas indiscutíveis e atingindo as estruturas de poder na sociabilidade do capital, mesmo com as limitações estruturais que impõem

desafios para a participação deste “novo” movimento social, sua maior dificuldade não está na concretização dos objetivos, mas nas barreiras impostas a ele.

## **PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CAMPO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL NO BRASIL**

Ao falarmos de espaços políticos e públicos a serem ocupados na sociedade, sabemos que sempre houve uma grande diferenciação entre homens e mulheres, seja no âmbito social, profissional ou familiar, assim como na política institucional, que é o espaço do qual trataremos.

Na segunda parte desse trabalho, objetivamos explanar sobre as importantes conquistas que o feminismo coleciona quanto à participação política das mulheres, mas também dos desafios agregados historicamente a esse movimento. O tópico em questão está organizado em duas partes, sendo que a primeira resgatará perfunctoriamente a relação entre feminismo e política, apontando a importância desse movimento para entrada em cena das mulheres como protagonistas da vida política e aqui nos ateremos ao Brasil fazendo um recorte de tempo até os dias atuais, e na segunda parte discorreremos sobre os desafios políticos que se impõem às mulheres institucionalmente.

A importância e impacto do movimento feminista no campo da política em nenhum momento deve ser algo a passar despercebido, seria utópico pensar a presença da mulher na área institucional da política sem falar sobre feminismo e o quanto esse movimento é significativo para a consolidação do direito das mulheres. Historicamente, podemos apontar como o primeiro marco da luta feminina em relação à política institucional o esforço pelo direito ao voto que teve início em 1891, quando constituintes assinaram uma emenda que permitiria o sufrágio feminino, tal emenda, não sendo aceita, fez com que a mulher brasileira só tivesse direito ao voto a nível nacional no ano de 1932, como já referido antes.

A mobilização das mulheres que aspiravam direito à participação política ficou conhecida como movimento sufragista e aconteceu no decorrer do tempo em datas e conjunturas diferentes em diversos países. Essa luta buscava igualdade de gênero, direito a educação, divórcio e ao voto, prioritariamente. No Brasil, o movimento sufragista lutou contra a desigualdade de direitos e pleno exercício da cidadania, foram mulheres que mesmo sendo ridicularizadas por sua luta como ainda ocorre hoje - embora em menor proporção - tiveram a bravura e perspicácia de elaborar e defender formas de garantias de direito para elas e milhões de outras mulheres que viriam depois.

O que conhecemos como segunda onda do feminismo, é uma continuidade da primeira e do mesmo modo busca igualdade, com o incremento de outras pautas como fim da discriminação e uma igualdade entre os sexos. No Brasil, a segunda onda ocorre entre as décadas de 1960 e 1980. Iniciada na autocracia burguesa, essa ação aponta mais uma vez a ousadia das mulheres na caminhada por aquisição de direitos. 1933 é o ano em que pela primeira vez em todo país as mulheres podem votar e tendo ganhado espaço no cenário político, serem votadas. A inicial batalha é então vencida e a partir daí há uma incorporação de outras demandas das mulheres que agora contavam com representação no meio político o que tornaria os desafios e a indispensabilidade de organização cada vez maiores.

Reconhecida essa conquista essencial no âmbito da participação da mulher na política, é necessário que busquemos minimamente compreender os desafios postos historicamente às mulheres na esfera política. Também é preciso destacar a luta que organizaram pelo direito à participação política, esta que há quase 100 anos atrás obteve grandes avanços quando visto do horizonte da representatividade, assim como, observar questões que são colocadas como demandas que partem de mulheres e são representadas pelas mesmas. Por outro lado, o desafio de inserir a figura feminina nos campos institucionais como sujeito que atue na validação dos direitos civis das mulheres que foram conquistados com duras penas e muita luta ao longo do tempo, parece uma tarefa cada vez mais difícil.

Partimos de uma retomada histórica com fins de identificar o percurso da participação da mulher enquanto sujeito político que pode votar e ser votada e assim demonstrar que apesar da trajetória da política institucional no Brasil remeter a períodos bem anteriores, a primeira mulher eleita foi no ano de 1927, no caso a prefeita no Rio Grande do Norte, onde as mulheres já podiam votar. Em 1934 foi eleita a primeira deputada federal, e em 1990 é que são eleitas as primeiras senadoras.

No que se refere ao executivo nacional, somente em 2011, oitenta e quatro anos após ser eleita a primeira mulher na história do Brasil, é que temos a primeira presidenta. Esta que no seu segundo mandato sofreu um golpe marcado pelo patriarcado e pelo machismo arraigado na realidade brasileira. Esse quadro mostra como os passos femininos na carreira política são lentos e perpassados por muitas dificuldades, pois mesmo sabendo que as mulheres compõem mais de 50% do eleitorado brasileiro menos da metade dos cargos políticos são ocupados por presenças femininas.

O Brasil ocupa uma das últimas posições no ranking que aponta a participação feminina na política de cada país, segundo Inter-Parliamentary Union – IPU organização Internacional que realiza esse monitoramento o que denuncia a falta de identificação e organização



das eleitoras brasileiras, certamente influenciadas pela noção de educação sexista ensinada às mulheres, na qual essas que devem ocupar os espaços privados e de silenciamento. Elemento relevante a ser considerado para que se compreenda que existem debates a respeito dos direitos femininos que só serão bem avaliados e quiçá validados, se houver maior presença feminina nas discussões a que dizem respeito.

À uma nação cujo interior da sua história ao longo das décadas conta com resistência e explícitas delongas na efetivação dos direitos das mulheres, atribui-se também ao marco histórico no ano de 2016, pós-golpe da única presidenta que o país já teve, um fechamento democrático para movimentos feministas ou de mulheres. Isso aponta que os problemas que cercam a vida pública quanto à participação feminina na política estão fundamentalmente ligados ao machismo estrutural incorporado ao capitalismo no Brasil.

Há mais de 20 anos, o país conta com uma lei que garante que 30% das vagas nas listas dos partidos sejam direcionadas às mulheres, mas isso pouco se aplica à candidatura das mesmas e menos ainda durante o período eleitoral, sendo assim, imprescindível uma maior fiscalização.

Conforme Flávia Biroli<sup>159</sup> os obstáculos encontrados pelas mulheres estão enraizados em processos sociais, em como os partidos se organizam e também nas regras já existentes nos processos democráticos. Segundo a autora, os ganhos institucionais e a legalidade nos discursos de participação política feminina vêm da presença e organização das mesmas na rua, através de movimentos sociais e a baixa ou não participação dessas mulheres não é um problema das mesmas, mas da estrutura democrática incipiente desse país.

Esse problema que se expande e se enraíza cada vez mais, como não é discutido da forma que deveria, move essas discussões principalmente aos movimentos sociais feministas, que devem estar constantemente no processo de aproximação com todas as mulheres que objetivam espaços no cenário político, esclarecendo a importância de se fazerem presentes na política especialmente por meio do voto, depositado em outras mulheres que possam defender suas causas de fato. Representá-las incessantemente na busca e garantia de direitos civis, políticos e sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>159</sup> MULHERES NA POLÍTICA. Tv Boitempo. **Youtube**. 07 de ago de 2018. 10min57s. Disponível em: <https://youtu.be/NOXGjA6bANc>. Acesso em: 21 de nov de 2019.

Todos os avanços que o movimento feminista alcançou repercutem hoje fortemente em qualquer âmbito da vida das mulheres pelo mundo e deve-se aludir a visibilidade que o mesmo alcançou ao longo dos anos com o amparo da mídia.

Como aqui nos atemos aos alcances na esfera da política institucional, a ascensão das mulheres ainda não é satisfatória, entretanto, não podemos desconsiderar os avanços obtidos durante todos esses anos.

Para uma continuação e perpetuação dessas conquistas e direitos é relevante que o cenário político contemporâneo não faça diferenciação entre homens e mulheres, já que os dois gêneros possuem o mesmo potencial para evoluir e construir possibilidades de uma organização social mais justa e igualitária.

É de suma importância que as mulheres da classe trabalhadora tenham acesso à informações sobre como o modelo capitalista patriarcal funciona e como as mulheres enquanto sujeito político podem questioná-lo e combatê-lo. A luta é árdua, mas não se faz sozinha, portanto, é preciso que haja formações e informações disponíveis e que alcancem todos os grupos de mulheres sem nenhum recorte de raça, etnia, religião ou questões afins, pois a luta feminista que teve início buscando uma emancipação política visa também a emancipação humana que só será possível com a superação do modelo vigente de economia sobretudo a sociedade capitalista.

A emancipação política que esse estudo faz defesa depende de uma maior abertura no campo da política no que diz respeito à atuação da mulher. Uma possibilidade da mesma seria a disponibilização de vagas que garantissem 50% da presença feminina em todos os departamentos políticos do nosso parlamento, para que fossem asseguradas na forma de lei uma equidade entre os gêneros dentro do cenário político institucional. Muito ainda há de ser feito, essa luta depende da organização das mulheres, sendo indispensável o apoio de toda classe trabalhadora neste processo.

## REFERÊNCIAS

MOTOMOURA, Mariana. **Quantas mulheres mandam no mundo atualmente?**

Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/quantas-mulheres-mandam-no-mundo-atualmente>. Acesso em: 08 dez. 2019.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção História do Povo Brasileiro).

SOARES, Vera. **MOVIMENTO FEMINISTA: Paradigmas e desafios**.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089/14633>. Acesso em: 08 dez. 2019.

BUTLER, J. 2003. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FOUCAULT, M. 1999. *Les Anormaux*. Paris: Gallimard.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, **Classe e Movimentos Sociais**. São Paulo. Vol. 5. 2011.

## **MOVIMENTO “MÃES GUERREIRAS”: UMA LUTA POR DIREITOS NO CONTEXTO DO SISTEMA CAPITALISTA**

Antônia Rosyanny Soares Cavalcante<sup>160</sup>  
Cleane Silva Alves<sup>161</sup>  
Joyce Venâncio Soares<sup>162</sup>  
Paula Danny Nogueira Alcântara Cavalcante<sup>163</sup>  
Tainara Olegário Chagas<sup>164</sup>  
Maria Keile Pinheiro<sup>165</sup>

### **RESUMO**

No cenário da sociedade do capital, os movimentos sociais caracterizam lutas coletivas de grande potencial de reivindicação e conquistas de respostas, tendo em vista que, nessa organização societária, tais direitos são frequentemente negligenciados ou negados. É nessa perspectiva que se nota a importância da existência de movimentos assim. O presente trabalho visa analisar a trajetória e organização de um desses movimentos, bem como suas conquistas e desafios no contexto da sociedade capitalista. Trata-se do movimento social das “Mães Guerreiras”, localizado na cidade de Iguatu, no Ceará. O caminho percorrido para chegar ao estudo de tal movimento passa pela explicitação de sua relação com a sociedade capitalista, com as políticas sociais e conquista de direitos para, enfim, falar sobre o movimento em si, o que foi possível por meio de entrevista concedida por integrantes do grupo. Constata-se, ao fim, a necessidade de articulação dessa luta, em razão da própria configuração da sociedade capitalista e dos desafios que impõe aos movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Movimento Social. Mães Guerreiras. Deficiência. Sociedade capitalista. Política social.

<sup>160</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [rosyannygt@gmail.com](mailto:rosyannygt@gmail.com);

<sup>161</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [cleane220799@hotmail.com](mailto:cleane220799@hotmail.com);

<sup>162</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [joyceigt.venancio@hotmail.com](mailto:joyceigt.venancio@hotmail.com);

<sup>163</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [paulinhadanny2018@gmail.com](mailto:paulinhadanny2018@gmail.com);

<sup>164</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [tainaraolegario8@gmail.com](mailto:tainaraolegario8@gmail.com);

<sup>165</sup> Professor orientador: Graduação em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [keile\\_mp@hotmail.com](mailto:keile_mp@hotmail.com).



## INTRODUÇÃO

Conforme Montaño e Duriguetto (2010, p. 264), “[...] um ‘movimento social’ caracteriza uma organização, com relativo grau de formabilidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização”. Ou seja, é uma organização estruturada em prol de uma luta maior, cujas problemáticas são resultado de todo um processo estrutural e, portanto, requerem um movimento consistente.

Segundo Behring e Boschetti (2009), movimentos sociais são forças sociais que, por meio de suas lutas reivindicatórias, interferem na conformação das políticas sociais, representando sujeitos coletivos vinculados a interesses de classes.

Daí a importância de se estudar um movimento social, uma vez que percebemos o seu forte potencial demantatório em impor e requerer mudanças e a sua importância em prover o fortalecimento de uma classe, de forma a uni-la enquanto tal na luta pelos seus direitos, tonificando o sentimento de pertencimento e identificação entre seus integrantes, desse modo facilitando o processo de aquisição da consciência de classe.

Portanto, o objetivo desse estudo é conhecer a luta do movimento das “Mães Guerreiras” na conquista de direitos de seus filhos com deficiência na cidade de Iguatu, no Ceará, fazendo ligações com as condições de enfrentamento às problemáticas possibilitadas na conjuntura capitalista. Discorre, assim, a fim de construir essa correlação, sobre a evolução dos processos de conquista das pessoas com deficiência na sociedade do capital, bem como as aquisições de direitos e suas reivindicações, tais quais o direito à inclusão nas escolas, além de condições de permanência; e também o direito a terem seu espaço no mercado de trabalho. Trata também dos procedimentos exitosos com relação à publicação de leis que asseguram os direitos e inclusão das pessoas com deficiência, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e benefícios como o BPC.

Por fim, depois de feitas essas observações, pretende-se mostrar como ocorre o movimento das “Mães Guerreiras” e situar seus embates. A organização dessas lutas ocorre diversas vezes com a ajuda de ferramentas como as redes sociais, em que as mães se reúnem em grupos para discutir suas demandas, definir suas metas e organizar melhores métodos de cobrança dos direitos para as pessoas com deficiência. Essas reivindicações frequentemente acontecem pela composição de passeatas, de reuniões com responsáveis pelos serviços de saúde, bem como a promoção de arrecadações de alimentos, roupas e outros itens para as mães mais necessitadas.

A pesquisa expõe os direitos conquistados através do movimento, destacando a concessão de acompanhamento a psicólogos e psiquiatras — inclusive para as mães —, como também a presença de monitores que auxiliam as crianças com deficiência nas salas de aula, dentre outros. Explicita, no desfecho, a necessidade de articulação da luta e promoção da aquisição da consciência de classe, de forma que, ao atingir tal consciência, propicia-se uma luta com forte poder reivindicatório e maior capacidade de organização e definição dos seus objetivos principais. Tal conformação é necessária pois se constata que ainda há muita omissão com relação às demandas do movimento. Portanto, é imprescindível que se organizem estrategicamente, numa luta constante, visando adquirir os direitos que lhes são negados na sociedade do capital.

A fim de atingir nossos objetivos, no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a pesquisa utilizou-se de análise qualitativa por meio de entrevista informal a duas líderes do Movimento Mães das Guerreiras em Iguatu. Os dados foram coletados por meio de aplicativo de mensagens, de forma que as integrantes do movimento receberam determinadas perguntas acerca da trajetória da organização e responderam por meio de áudio.

Dando continuação à pesquisa, também foi feita análise documental, assim como bibliográfica de materiais já publicados, tais como livros, artigos e outros matérias encontrados na internet acerca do tema.

Dito isto, podemos avançar com o trabalho. Nas seções seguintes serão tratadas as relações entre os movimentos sociais e a sociedade capitalista, para enfim especificar a luta do movimento das “Mães Guerreiras”, assim como suas conquistas e desafios que enfrentam na atual conjuntura.

## **A LUTA POR INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

A luta por inclusão das pessoas com deficiência se dá desde os séculos anteriores, entre XVIII e XIX, nos quais as pessoas com deficiência eram tratadas como uma espécie de erro e, como decorrência dessa visão, eram abandonadas, trancadas e até mesmo mortas. Seus direitos eram mínimos ou nem existiam, sem ter oportunidade e oferta de atendimento adequado, visto que eram tidas como incapazes. As ditas sociedades pré-capitalistas até assumiam algumas responsabilidades sociais, mas não com o fim de garantir o bem comum, e sim com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem (BEHRING;

BOSCHETTI, 2009). Eram ações de cunho punitivista e repressivo, e não de “proteção” ou mesmo direito.

Essa luta por direitos se perpetua na sociedade capitalista, principalmente por ser ela flexível às demandas do capital, voltada especificamente para atendê-las e modificar-se de acordo com suas demandas, em detrimento das classes trabalhadoras. Nessa perspectiva, a fim de obter respostas satisfatórias às exigências do capital, exploram os trabalhadores em busca de uma produtividade mais rápida, exigindo daqueles competência, flexibilidade, capacidade de adequação e polivalência, de forma a serem aptos a atingir tal meta em função do capital. É extremamente difícil, então, que haja a inclusão de pessoas com deficiência numa sociedade tão exigente, tendo em vista que, para ela, tais pessoas nem mesmo eram consideradas como “normais”, nem muito menos aptas a estarem no mercado de trabalho — principalmente com o avanço das funções produtivas.

A partir do século XIX, no Brasil, depois de muitas reivindicações, surgiram as primeiras instituições e hospitais para atendimento de deficientes, começando assim as primeiras conquistas de direitos das pessoas com deficiência. Posteriormente foi posta a necessidade de também incluir essas pessoas nas escolas. Em decorrência disso, surgiram leis tais quais: Lei N° 4.024, qual seja a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, legisla sobre o atendimento educacional às pessoas com deficiência, no intuito de encaixá-las no sistema de Educação como forma de inclusão desses indivíduos na sociedade. Também a Constituição de 1988, no capítulo III - Da Educação, Da Cultura e do Desporto, Seção I - Da Educação, Art. 208, traz que o Estado, perante a educação, tem o dever de garantir o atendimento educacional especializado às pessoas que possuem alguma deficiência na rede regular de ensino; enquanto nos Art. 205 e 206 da mesma seção é assegurado que a educação e o acesso, bem como a permanência na escola é um direito de todos, visto que é a partir dela que se tem qualificação para o mercado de trabalho.

Depois de conquistado o direito à educação das pessoas com deficiência, era mais comum vê-las na sociedade capitalista pois, com a ajuda do atendimento especializado nas escolas e o contato com outras pessoas, foi possível o desenvolvimento intelectual das mesmas. Nesse contexto, emergiu também a necessidade de inseri-las no mercado de trabalho para buscar ainda mais os seus desenvolvimentos e independências. Por conseguinte, se sucedeu a fundação de leis que assegurassem a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, como por exemplo, novamente na Constituição de 1988, no capítulo II - Dos Direitos Sociais, Art 7º, que diz respeito aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social; o inciso XXXI do mesmo artigo,



discorre sobre a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador que possui alguma deficiência. Cita-se também a Lei N° 8.213, de 24 de Julho de 1991, ou lei de cotas para deficientes e pessoas com deficiência, que trata da contratação de deficientes nas empresas e dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e concede outros encaminhamentos para a contratação de portadores de necessidades especiais. Já o Estatuto da Pessoa com Deficiência, mais conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), teve sua primeira versão do texto apresentado em 2000, porém sua aprovação e publicação apenas em 2015, assegura e promove a todas as pessoas com deficiência condições de igualdade, exercícios dos direitos e das liberdades fundamentais.

Por meio da conquista dessas leis, as pessoas com deficiência passaram a ter uma inclusão mais efetiva e visível na sociedade capitalista e no mercado de trabalho em si. Para se ter uma ideia, Simões (2014), enfatiza que a Constituição de 1934 assegurava aos trabalhadores direitos sociais, tais como os direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais. No entanto, quem não era trabalhador ficava apenas com a proteção social. Já na Constituição de 1988, ainda segundo o autor, foram assegurados os direitos civis, políticos e sociais, os quais são os principais direitos para se construir valores éticos e que devem ser respeitados tanto nas ações estatais como nas relações civis.

Mesmo diante dessa trajetória de conquista as lutas por direitos continuam, pois ainda há incontáveis falhas na elaboração e implantação das leis, bem como insuficiência nesse âmbito. As consecuições são provenientes das lutas principalmente coletivas de movimentos sociais. O papel de lutar pelos direitos de pessoas com deficiência está ainda posto para o movimento das “Mães Guerreiras” diante dessa conjuntura de escassez de direitos e desafios diários no enfrentamento da vivência em sociedade.

## **POLÍTICAS SOCIAIS COMO CONQUISTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESSOAS DEFICIENTES**

De acordo com Potyara (2008), a trajetória das políticas sociais decorrem do século XIV, com as velhas Leis dos Pobres, na Inglaterra, que são espécies de protoformas das políticas legitimadas. Tais leis já assumiam certa diferenciação entre os deficientes e os não deficientes — diferenciava os "inválidos" dos “válidos” para o trabalho, mostrando assim o início da responsabilização do Estado nessas pautas. Conforme Behring e Boschetti (2009), não é possível indicar exatamente quando surgiram as políticas sociais, mas pode-se afirmar

que se gestaram na convergência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, bem como das lutas de classe e o desenvolvimento da ação estatal. Nesse contexto, o Estado, nesse momento, começa a dar respostas à “questão social”, originando as políticas sociais. Essas respostas vão se desenvolvendo como direito legitimado decorrente das lutas dos trabalhadores, culminando no Welfare State, no pós-Segunda Guerra Mundial — século XX —, como resposta às necessidades sociais agravadas pelo próprio capitalismo. No Welfare State as políticas foram implantadas pelo Estado com mais firmeza e os trabalhadores puderam se beneficiar desses direitos, melhorando consideravelmente sua condição de vida.

Por meio do exposto, é perceptível a condição contraditória das políticas sociais, visto que tanto advêm das lutas das classes exploradas quanto vêm como concessão do Estado, a fim de unicamente proteger a si mesmo do capitalismo e perpetuá-lo. Não se pode, portanto, pensar a política social sem pensar a relação entre Estado e sociedade, visto que ela nasce dessa relação, por mais que conflituosa (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Mesmo nascendo dessa relação conflituosa entre interesses divergentes, as políticas sociais não perdem sua relevância no que diz respeito a garantir os direitos da classes exploradas. É bem verdade que não passam de concessão da burguesia, porém, ao mesmo tempo, não perdem sua importância, visto que representam, por outro lado, o resultado das lutas da classe explorada. São ferramentas centrais na agenda de luta dos trabalhadores e nas suas vidas cotidianas quando são capazes de garantir ganhos para a classe trabalhadora, como também impor limites aos ganhos do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). São, portanto — e apesar de virem de uma relação conflituosa —, conquistas da classe trabalhadora e podem inclusive servir como meio de fortalecimento político e organização dessa classe.

No que tange ao Brasil, o país teve suas particularidades na efetuação das políticas sociais, já que se sempre se situou como país dependente externamente dos países centrais, e isso influenciou na forma de implementação das políticas sociais. Segundo Behring e Boschetti (2009, p. 75), "O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes", o que representa as particularidades do país.

Na década de 1980, exatamente no ano de 1988, foi então promulgada, no Brasil, a Constituição Federal, que garantiu a igualdade de todas as crianças e adolescentes por meio da Inclusão, no artigo 208. Nesse mesmo ano, na Espanha, foi divulgada a Declaração de Salamanca, uma resolução das Nações Unidas que conduziu um novo olhar para a Educação Inclusiva. Conforme a resolução, a ideia é que ter acesso a escola regular é um direito

garantido para todas as crianças, e por meio dessa maneira de abordagem foi-se determinado que garantir direitos no âmbito educacional é primordial e essencial.

Partindo do pressuposto dos direitos que devem ser assegurados às famílias de crianças que sofrem de algum tipo de deficiência, outra política a ser citada é o Benefício de Prestação continuada (BPC), que se trata do benefício de um salário mínimo mensal garantido por lei a essa criança, que no entanto só terá direito a tal bonificação caso preencha todos os requisitos legais para obter o benefício. Os requisitos estão previstos na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social - Lei 8742/93), sendo um deles ter uma renda per capita de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

## **O MOVIMENTO SOCIAL DAS MÃES GUERREIRAS EM IGUATU**

Toda a história do Brasil é marcada por grandes lutas, reivindicações por direitos, igualdade, inclusão, entre outras, as quais dão inícios a coletivos que formam movimentos sociais, se articulando em prol de algo. Os movimentos sociais têm característica de embates contra governos autoritários e lutas pela liberdade e democracia, mas só na década de 70, no Brasil, passaram a intensificar-se, assim, formando grupos que lutam por uma causa e objetivo.

Uma das lutas mais intensas por direitos e igualdade é a de inclusão de pessoas com deficiência — física ou mental—, as quais, como já visto afirmado anteriormente, ficavam à margem da sociedade, abandonadas e muitas vezes chegando à morte.

A partir do século XIX, no Brasil, foram se concretizando diversos direitos. Inicialmente para com a educação especial para pessoas cegas e surdas, com a introdução do sistema Braille. Porém, somente no século XX é que se estabeleceram as escolas para crianças com deficiência física e mental e foram criadas políticas assistencialistas para uma melhor inclusão.

Essa luta não, dado o atual contexto capitalista da sociedade, não cessa até então. O movimento “Mães Guerreira” tem se destacado bastante na cidade de Iguatu-Ce, tornando-se exemplo de mulheres/mães que lutam por uma qualidade melhor de ensino, saúde, inclusão e igualdade para seus filhos, trazendo consigo a seguinte frase: “Não posso curar a deficiência do meu filho, mas posso lutar ao lado dele a vida toda”. São mães que estão dispostas a enfrentar qualquer coisa por direitos e tratamento adequado.

O movimento é composto por mulheres mães que sentiram uma grande necessidade de assistência para crianças deficientes, de forma que pudessem ser orientadas e entender



como proceder no desenvolvimento das mesmas. A organização iniciou-se com uma conversa informal de três mães, que compartilhavam um desejo de luta por direitos e inclusão e decidiram transformar essa vontade e insatisfação em algo maior, juntando forças com outras mães que compartilhassem do mesmo sentimento. Seus primeiros contatos foram por grupo em aplicativo de mensagem instantânea, mas posteriormente sentiram a necessidade de ter grupos de conversa presencial.

A primeira reunião presencial ocorreu em 13 de março de 2018, numa roda de conversa pautada na construção de metas para conquistar suas reivindicações. O movimento se caracteriza não só pelo acolhimento das crianças deficientes, mas também como uma forma de as mães trocarem idéias e experiências, unindo forças e se articulando, de forma que também tem se tornado um grupo de terapia para as mães. No cotidiano, elas partilham a jornada exaustiva e as dificuldades que enfrentam no que diz respeito às consultas médicas, ao tratamento e estimulação da criança, além de muitas não saberem como lidar com o comportamento de seu filho e se ajudam mutuamente por meio da troca de experiência.

O movimento já se encontra composto por mais de 85 mães, e por meio dessa trajetória já conseguiram algumas conquistas, sendo uma delas a oportunidade, para as mães, de ter um encontro com uma psicóloga quinzenalmente na Universidade Regional do Cariri (URCA), no campus de Iguatu. Essa é uma notável aquisição do movimento, pois auxilia bastante na manutenção e tratamento da saúde mental dessas mães, que por conta da rotina exaustiva de cuidados com os seus filhos podem acabar se esgotando mentalmente e fisicamente, conseqüentemente desenvolvendo alguns transtornos mentais, tais como ansiedade e depressão. Além disso, o movimento também lança um olhar diferenciado para as integrantes, na medida em passa a ser também um espaço em que elas podem se desligar da rotina e ter um pouco de lazer, por meio de datas comemorativas como o “Dia das Mães”, em que elas se reúnem e celebram juntas.

Outrossim, pode-se acrescentar também como ações do movimento a realização de campanhas de doações, tendo em vista que “mães guerreiras” não possuem uma renda que comporte os gastos do mês; além de promover caminhadas pelos direitos e encontros com profissionais que as orientem desses direitos que possuem.

Não obstante, mesmo com tantas leis e resoluções acerca do tema da inclusão, o que o grupo de Mães Guerreiras vê e ouve são muitos não e portas fechadas. Há negação explícita de direitos a seus filhos, de forma que, mesmo que a escola determine vagas para essas crianças, não asseguram nem suprem suas necessidades, faltando suporte suficiente para que seja proporcionado o atendimento requerido para essas crianças. Muitas vezes são tidos como

incômodos, precisando ser distraídos de forma a não atrapalhar o desenvolvimento das outras crianças tidas “normais”. Em outras, diversas vezes o monitor responsável por tal criança deficiente é orientado a passear com o aluno que está em crise, tendo que se retirar da sala. É fato que é preciso um ajuste pedagógico nesse espaço, de maneira que haja um convívio saudável, benéfico e não prejudicial para qualquer um dos alunos, portanto deveriam ser implementadas também as normas de acessibilidade e proteção social.

Dados da prefeitura municipal de Iguatu indicam que existem em torno de 450 crianças com algum tipo de deficiência na cidade. As “Mães Guerreiras”, no seu papel de movimento social, lutam incessantemente para garantir os direitos das crianças com deficiência e, no âmbito educacional, umas das suas demandas é a requisição de um monitor por criança deficiente, visto que cada uma necessita de atenção especial, principalmente quando há momentos de crise. Faz-se necessário, por essa perspectiva, um corpo docente mais especializado e treinado.

Por conta da forma focalizada e fragmentada de implantação das políticas, algumas mães relataram, quanto ao acesso ao BPC, que só conseguiram acesso ao benefício após denúncia ao Ministério Público. Outras ainda continuam tendo seu benefício negado. É notório que a trajetória dessas mães não tem sido fácil.

Nesse contexto excludente da sociedade capitalista, não se pode aqui deixar de citar a saúde, enfatizando que, segundo a Constituição Federal, essa deveria ser uma política nos asseguradamente universal e igualitária. Embora a cidade de Iguatu tenha atendimentos multidisciplinares, contemplando atendimentos de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, entre outros, algumas integrantes do movimento das “Mães Guerreiras” relatam que tais atendimentos são poucos ainda devido à grande demanda. Os profissionais são igualmente insuficientes em número. Conforme informado por elas, há apenas uma fonoaudióloga para atender todo o município, não havendo uma constância nos atendimentos, tratando-se de atendimentos demorados e, devido a tal demora, não se obtém um resultado satisfatório. De fato, o que se vê é apenas um acalmar de ânimos para que tais usuários não venham a protestar. Essa é uma causa que está acesa pela luta dessas mães, mas há negligência dos gestores, enquanto as mães gritam e clamam por direitos, muitas vezes também adoecendo, tanto fisicamente quanto mentalmente e emocionalmente. Além da pouca resposta para a necessidade das crianças, há menos preocupação ainda com a qualidade da saúde das mães, as quais visivelmente se desgastam no cotidiano e na luta e justificadamente necessitam de atendimento satisfatório para sua saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, discutimos a luta por inclusão das pessoas com deficiência na sociedade capitalista. Aprofundamos nossos estudos no movimento social das “Mães Guerreiras”, na cidade de Iguatu. As “mães guerreiras” lutam sem cessar pelos direitos de inclusão dos seus filhos deficientes em todos os âmbitos da sociedade, na busca de melhorar a qualidade de vida dessas crianças.

Sentimos facilidade em abordar esse tema, visto que o assunto chama a nossa atenção, mas também por já termos conhecimento sobre a trajetória de luta desse grupo de mães. Constatamos, porém, a escassez de materiais que abordassem diretamente a luta desse movimento de mulheres para apoiarmos nossa pesquisa, fato que explicita a necessidade de mais estudos acerca desse movimento.

Segundo Behring e Rossetti (2009, p. 11), “Falar sobre direitos e sua relação com a totalidade da vida social pressupõe considerar os indivíduos em sua vida cotidiana, espaço-tempo em que as expressões da questão social se efetivam, sobretudo como violação dos direitos”. Nessa perspectiva, no contexto da sociedade capitalista, é necessário que haja uma luta articulada, visto que os direitos são facilmente violados e negligenciados.

Nesse contexto de lutas, destaca-se a importância da consciência de classe, sendo ela necessária para que se haja luta e reivindicações. Conforme Montañó e Duriguetto (2010, p. 111), “A consciência de classe é inseparável das lutas de classe. Ela é condição para uma luta revolucionária, que vá para além da mera reivindicação pontual [...], dentro da ordem [...], elaborando o conhecimento científico dos fundamentos da sociedade que pretende transformar.” Nesse sentido, é importante haver articulação e elaboração de conhecimento científico, a fim de conseguir atingir a “consciência-para-si” enquanto classe.

É necessária, então, a tomada de consciência de classe “para si”, para que as lutas sejam direcionadas ao extermínio dessas desigualdades, de forma a unir as lutas sociais à luta central da contradição entre capital e trabalho, num projeto societário contrário ao capitalismo, que permitirá ultrapassar a perspectiva das políticas sociais — visto que essas conformam um caráter contraditório e não atingem o cerne da “questão social”, portanto apenas ameniza ou controla os problemas sociais, sem de fato eliminá-los.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. v. 2.



\_\_\_\_\_. **Questão social e direitos.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: 2009.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. Trajetória da política social: das velhas leis dos pobres ao Welfare State. In: PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 592 p.

## LDB E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO/A ASSISTENTE SOCIAL: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL PARA ALICERÇAR O ELO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E O ÂMBITO ESCOLAR

Francisco Daniel Coelho Viana <sup>166</sup>

Ana Taís Modesto Freire <sup>167</sup>

Ana Carla Gomes de Oliveira <sup>168</sup>

Francisca Vanessa Augusto dos Santos <sup>169</sup>

Cecília Bezerra Leite <sup>170</sup>

### RESUMO

Ao analisar os Princípios da LDB – Lei nº 9.394/1996 e do projeto ético-político do/a Assistente Social o presente estudo realizado teve como objetivo desvelar as convergências entre ambos como fomento ao elo entre Serviço Social e o âmbito escolar. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, de abordagem qualitativa, seguida de análise de conteúdo. A discussão se deu por meio de três linhas de debate traduzidas nos objetivos do trabalho, sendo eles: contextualizar de que modo o Serviço Social se insere na Educação, posteriormente a isto contextualizar o projeto ético-político do/a Assistente Social, e em última instância analisar os princípios constantes na LDB e no projeto ético-político do/a Assistente Social, bem como suas convergências discutindo as relações dialógicas estabelecidas. Evidenciou-se que o Serviço Social e o âmbito escolar podem manter uma relação que vai para além do possível, uma relação desejável e necessária para que haja o fortalecimento do sistema de ensino básico. Conclui-se que há a necessidade do reconhecimento da malha estatal para que logo os/as profissionais estejam inseridos na rede de ensino em prol de uma LDB que garanta a educação de qualidade que é um dos principais direitos sociais.

264

**Palavras-chave:** Serviço Social. Educação. Âmbito Escolar. Projeto Ético-Político.

### INTRODUÇÃO

A construção conjunta deste trabalho não é algo meramente casual. Tem-se como pretexto instigar o conhecimento acerca das possíveis contribuições que o/a Assistente Social pode proporcionar a política de educação no âmbito escolar. Isso porque esta política é atravessada pelo contexto de desigualdades sociais acarretando ao seu funcionamento consequências atenuadoras do seu sentido emancipatório, enquanto direito.

<sup>166</sup> Acadêmico do curso de bacharelado de Serviço Social do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Email- danielcoelho.viana@gmail.com;

<sup>167</sup> Acadêmica do curso de bacharelado de Serviço Social do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Email- anafreiretais@gmail.com.

<sup>168</sup> Acadêmico do curso de bacharelado de Serviço Social do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Email- anacarlaajuacariri@gmail.com.

<sup>169</sup> Acadêmico do curso de bacharelado de Serviço Social do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Email- vanessinhajuacariri@gmail.com.

<sup>170</sup> Professora orientadora: Esp. Docente do curso de bacharelado de Serviço Social do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio. Email- ceciliabezerraleite@gmail.com.

As reflexões reunidas nesta pesquisa justificam-se ao vislumbrar as preocupações teóricas com a ameaçadora ação estatal que coloca o Serviço Social em uma zona de negação do âmbito escolar enquanto espaço sócio ocupacional legítimo para suas intervenções. Isso se considerar aqui os anos de luta em defesa do projeto de inserção dos/as assistentes sociais e psicólogos na rede escolar de ensino que no atual contexto político brasileiro foi negado/vetado pelo poder político e posteriormente teve esse veto derrubado, contudo ainda existem ameaças que circundam a efetivação desses profissionais nesses espaços escolares.

A tessitura metodológica traduz-se em uma pesquisa documental e bibliográfica, com a tomada de dois documentos-chave como referência: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e o projeto ético-político do/a Assistente Social (1993). Deste modo, teve-se como abordagem norteadora deste trabalho a perspectiva qualitativa, e para a análise e interpretação do material o método de análise de conteúdo, sobre esta, Bardin (2011) a caracteriza nas seguintes etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira etapa buscou-se juntamente a leitura dos materiais para identificar os pontos a serem analisados. O que acarretou na escolha dos princípios de cada documento, por visualizar nestes a essência da convergência entre ambos. Na segunda etapa foram analisados os princípios com um estudo aprofundado, para compreender o significado destes. E para o último momento foi realizada a análise crítica e reflexiva a partir das interpretações concebidas pelos autores do trabalho, e referenciados por literatura já existente.

Ademais, o trabalho buscou em um primeiro momento contextualizar de que modo o Serviço Social se insere na Educação, posteriormente a isto contextualizar o projeto ético-político do/a Assistente Social, e em última instância analisar os princípios constantes na LDB e no projeto ético-político do/a Assistente Social, bem como suas convergências discutindo as relações dialógicas estabelecidas.

### **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: uma relação para além do desejável**

Ao contemplar a perspectiva de inserção do Serviço Social na Educação, percebe-se diante do seu arcabouço que é preponderante observar que esta se orienta por um debate que já permeia a história dessa profissão desde sua origem, e que se demonstra na contemporaneidade

como um dos principais espaços sócio ocupacionais do Serviço Social.



Nesse ínterim, é imprescindível salientar de que forma essa política se apresenta como possibilidade, o que a priori pode-se caracterizar a partir da compreensão de que o perfil profissional está permeado por uma série de conquistas no espaço educacional, “protagonizando ações que possibilitem intervenções profissionais criativas, propositivas, estratégicas, ousadas, destemidas e comprometidas com a transformação social”. (PIANA, 2009, p. 183).

Diante dessa proposição, sustenta-se que o Serviço Social tem um papel fundamental para consecução da política educacional. Todavia, nas suas origens como é comum até nos demais espaços sócio ocupacionais, o/a profissional orientava-se por uma práxis dotada de intervenções para com a classe burguesa e com características ideologizantes, no entanto, sua sintonização com os novos tempos, reflexões e reestruturação do seu pensamento e projeto profissional, coloca novas condições na contemporaneidade para o trabalho profissional:

Com isso, tende a deixar o serviço de ações complementares, paliativas e emergenciais. Seu trabalho consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania. (PIANA, 2009, p. 186).

Refletir sobre essa perspectiva de pensamento colocada pela autora, requer conceber no espaço educacional um fenômeno que atravessa os seus muros, e está presente em toda sociedade, e que mais do que nunca necessita ser trabalhado: as desigualdades e vulnerabilidades sociais, que originam um conjunto de demandas na qual a profissão intervém.

Diz-se in CFESS (2014) que as intervenções profissionais irão se pautar em atribuições e competências gerais que são fundamentais para que a práxis esteja sintonizada ao projeto profissional, representado atualmente na Lei de Regulamentação da Profissão/Código de Ética, expresso em Lei nº. 8.662/93. Dentro desse esboço, a primeira competência versa sobre a “Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade” (CFESS, 2014, p. 26). Isso porque a práxis profissional orienta-se mediante o reconhecimento das relações sociais como ferramenta de conhecimento dos sujeitos inseridos na sociedade, atentando-se as suas formas de sociabilidade, costumes e interesses.

Em uma segunda competência, visualiza-se a “Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais”. (CFESS, 2014, p. 26). Como é sabido, no caso brasileiro

o capital se desenvolve tardiamente, e isso acarreta particularidade nas instâncias políticas, econômicas e sociais, o que necessita também de uma análise particularizada do seu histórico de desenvolvimento, observando as características em cada região e macrorregião, para que assim possa está sintonizado a realidade e intervir nas demandas.

Já em uma terceira, tem-se a atribuição da “Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade”. (CFESS, 2014, p. 26). Esta representa a condição necessária e posta ao/a profissional para pautar e executar suas intervenções, pois é preciso conhecer-se enquanto sujeito de um determinado processo para que se possa pensar de que modo agir diante das possibilidades (e também desafios) apresentados.

E não menos importante e em última linha de discussão, apresenta-se a atribuição de “Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996). (CFESS, 2014, p. 26). Pretendendo-se trilhar um caminho que conheça de que modo, aonde e sobretudo como intervir nas demandas postas ao/a Assistente Social. E reconhecendo na ótica pública e privada que existem diferenças, entretanto o compromisso e a inserção profissional deve ser efetivada.

As cifras desse debate, considera-se assim que o trabalho da categoria diante das requisições da política educacional estão circunscritas num cenário adverso em que nos tempos presentes o desafio é o de agir em defesa da política educacional, e do seu sentido para a profissão, que é o de emancipação dos sujeitos, sujeitos esses em sua maioria constituídos pela classe que vive para o trabalho – essencialmente a base e direção que o Serviço Social orienta suas intervenções.

### **PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO/A ASSISTENTE SOCIAL: notas sobre um guia equalizador da práxis profissional**

O contexto a ser apresentado nessa discussão, nunca se fez tão necessária quanto nos tempos presentes, mais do que nunca precisa-se (re) pensar o projeto profissional. Isso porque é vital oferecer elementos que contribuam para a compreensão do que se trata o projeto ético-político e consubstancialmente a sua implementação. Que é mais que um dever, um compromisso da categoria profissional atuante, que atuará e até mesmo aos presentes dentro da academia que já devem deixar o espaço de formação munidos da essência da profissão.

É com essa proposta e atentos para o que será salientado aqui, que fazendo uso da proposta incorporada por José Paulo Netto (2008), que antes de analisar alguns elementos do projeto profissional, observa-se que é condição *sine qua non* atentar-se para a diferença entre este e os projetos societários. Nessa dialogicidade, compreende-se que “ os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade”. (NETTO, 2008, p. 142-143).

Assim, considera-se que projetos societários permeiam-se pela perspectiva macro, tem um caráter demarcado pela relação de poderes, já que em uma sociedade pode haver diversos projetos societários, conflitantes e de constante embate. O que não se difere dos projetos profissionais nesse último aspectos, pois estes também podem divergir, mas têm a característica particular de ser idealizado por um grupo mais restrito, levando-se em consideração especificidades do que almejam aquela determinada classe profissional, em síntese a diferença está no nível de idealização.

Os projetos profissionais, como demonstra Netto (2008), orientam-se pelo intento de apresentar a autoimagem da profissão, trazendo suas prerrogativas como: valores, objetivos e funções, requisitos, normas e a quem irá se direcionar/relacionar. Nesse sentido, sendo mais específico que os projetos societários em que são legitimados por meio do conjunto dos seres teleológicos e sua sociabilidade na sociedade em que se faz presente.

Com base no exposto, visualiza-se diante da compreensão do que se trata um projeto profissional o Serviço Social e seu projeto ético-político, o que requer empreender reflexões acerca da sua pertinência. Este sendo um discurso voltado a desmistificação do que muitos falam sobre este apresentar-se teórico-criticamente de forma brilhante, mas, contudo, não ter aplicabilidade ou fragilizar-se na prática. Pensando por esse enfoque:

Não é o projeto ético-político que é ilusório ou de impossível efetivação. É a sociabilidade capitalista que não assegura condições concretas para o atendimento das necessidades humanas e dos direitos da vida cotidiana. É o projeto político das classes dominantes que busca destruir de sentido histórico as experiências de resistência e de luta do trabalho; que busca desregular e diluir profissões, desrespeitando os processos coletivos de organização, cultura política e instrumentos normativos de modo legal e democrático; que assegura por meio do Estado, iniciativas que resultam na precarização da formação e do exercício profissional (TERRA E BARROCO, 2012, p. 15).

Corroborando a essa colocação, percebe-se que o projeto profissional tem o seu valor, bem como suas especificidades, mas diante do curso da sociedade pode apresentar limites e desafios para a efetividade da profissão. O que não descaracteriza sua importância, já que este



pretende a emancipação dos sujeitos coletivos e uma respectiva mudança societária, onde não exista como estrutura os padrões de desigualdade entre as classes.

Assim sendo, compreende-se o projeto ético-político como guia norteador da práxis profissional, em que a categoria deve buscar seu eco enquanto dimensão política que orienta: a busca de um posicionamento sintonizado ao ideário de justiça social, bem como acesso integral dos sujeitos coletivos ao que é produzido na seara das suas relações, traduzindo-se como riquezas e frutos socialmente construídos.

### **DESVELANDO AS CONVERGÊNCIAS ENTRE OS PRINCÍPIOS DA LDB E DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: “olhares que entrecruzam”**

A LDB enquanto estruturante do sistema de educação brasileiro, preconiza em seu desenho mais que uma organização. É preciso compreendê-la em sua amplitude, enquanto uma dimensão necessária a efetividade do direito a Educação no Brasil, e que isso está intrínseco aos diversos níveis nos quais essa política reside: seja em seu nível de: Educação Básica, Infantil, Ensino Fundamental e Médio, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e Tecnológica, a Educação Superior e a Educação Especial.

É nessa ótica de identificação da magnitude dessa política que se pode visualizar a pertinência de debater essa legislação e paralelamente a esta a práxis do Serviço Social voltada a sua efetivação, principalmente pelo curso da contemporaneidade onde esses amplos espaços de realização da educação são vistos como linha de frente da ameaça onda neoliberal propulsora das desigualdades.

O Serviço Social sintoniza-se a partir da década de 80 com um novo ideário profissional – o de proteção e defesa dos direitos. E na educação sabe-se que esta enquanto direito dos cidadãos “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 2018, p. 08).

Neste ideário, essa política apresenta ainda como princípios: I -igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II -liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III -pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV -respeito à liberdade e apreço à tolerância; V -coexistência de instituições pública se privadas de ensino; VI -gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII -valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino

público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Como pode ser observado acima, na essência dos seus princípios a LDB tem características peculiares em prol de uma educação que busque fundamentar-se numa orientação plural, de qualidade, que possibilite as relações entre os sujeitos de classe, bem como o alcance de sua própria emancipação enquanto sujeito circunscrito em um espaço de sociabilidade.

Imbricando-se nessas apreensões da LDB, pode-se mensurar que a profundidade de sua organização envolve um conjunto de atores sociais, em que é fulcral conhecer suas particularidades. Isso significa que essa política requer uma dimensão que vai para além do ensino em si, não se tratando este apenas da figura hegemônica do/a professor/a e da coordenação escolar, pois existem um conjunto de fenômenos que vão além dos muros da sala de aula, tratando-se aqui das desigualdades sociais que também alcançam a Educação.

Vislumbrar seus princípios, requer explicitar que o Serviço Social, não oposto a essa política tem muito a contribuir para sua materialização. Em questão de comparação, visualiza-se até mesmo uma visão espelhar, onde o Código de Ética do/a Assistente Social olha para essa política, e se visualiza em imagem e semelhança.

Quando se aponta tal exemplo, o que se pretende dizer aqui é que, como pensar *igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*, sem uma análise da realidade na qual os sujeitos do processo educativo se inserem, para que se visualizem as principais lacunas que acarretam ao não acesso de boa parte da população a política, bem como os índices de evasão e repetência escolar? É claro, cabe ainda mencionar nesse arcabouço, conhecer e intervir nessa realidade, seja por via da própria política educacional ou de relações multidisciplinares, interdisciplinares e de uma rede setorial que possa atender ao estudante e a sua família.

É nesse caminho que a autora Marilda Iamamoto (2004, p. 06) ao discutir sobre as dimensões imprescindíveis ao debate aqui estruturado, sendo elas as ético-políticas e teórico-metodológicas salienta que “a categoria profissional desenvolve uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos”.

Nestas informações, elucida-se o compromisso que os/as profissionais devem ter com os direitos sociais, o ideário de pensamento em que o/a profissional se firma na luta pelo

acesso a bens e serviços, assim como também a qualidade desses serviços, onde no âmbito educacional, nunca foi tão necessária essa reafirmação da política educacional enquanto direito devido a estrutural cena de cortes, sucateamento e precarização da rede de ensino. Em particular, cita-se aqui as árduas condições postas a emenda Constitucional nº 95/2016 que altera o regime fiscal

do país acarretando na redução de investimentos em educação e saúde nos próximos 20 anos<sup>171</sup>.

Nesse segmento, outro ponto é como pensar, entender e praticar a *liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber*, se em muitos dos espaços educacionais empreguinão-se uma lógica ideologizante e reprodutora da cultura socialmente impostas, bem como suas normas e costumes, muitas vezes reprimindo e repudiando outras culturas tais como a indígena, a africana? Neste caso, necessitando-se de um/a profissional que baseado na compreensão da liberdade enquanto valor central de sua práxis possa proporcionar e estruturar um debate nos espaços escolares acerca da importância de se considerar a cultura e a forma de pensar do outro como propulsores de uma boa sociabilidade e de uma sociedade mais igualitária.

Conectando-se a essa lógica tem-se o *pluralismo* e também o *respeito à liberdade e apreço à tolerância*, prescritos nessa política na questão das ideias e concepções pedagógicas dos diversos sujeitos da Educação. O que seria possível se no seio da rede educacional o /a profissional de Serviço Social poder trabalhar em atividades extra salas, intervindo na socialização de informações, bem como atividades socioeducativas, fazendo uso da sua dimensão pedagógica. Sobre isto, versa Almeida (2005) que a,

dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser considerada não apenas em termos da valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em curso, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas. (ALMEIDA, 2005, p. 25).

O/A Assistente Social, portanto, teria a possibilidade diante da comunidade escolar de ser um aliado a educação produtiva, e não no sentido do capital, mas sim de emancipação, a partir do pressuposto de que defender um processo educativo que abarque os sujeitos em sua totalidade.

---

<sup>171</sup> Esta emenda por sua vez representa mais uma das ações capitalistas que reverberam na desestruturação dos direitos sociais e políticas sociais e não obstante disso coloca a educação no rol das não prioridades do país.



No tocante ao *respeito e a liberdade e apreço à tolerância*, sabe-se que o/a profissional apresenta-se enquanto agente defensor de um “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”.(CFESS, 2012, p. 24). Então essa com certeza se apreende como bandeira de luta para as ações dentro da escola. Possibilitando até mesmo que se desenvolva projetos articulados com essa concepção de exercício de sua práxis e em sintonia com a própria LDB.

Apesar da LDB ser uma política pública, ela também estabelece os requisitos para educação privada, isso para que esta não se dilua dos sentidos da educação independentemente da ótica. Isso implica falar do V princípio, que vem garantir a existência tanto de instituições públicas quanto privadas. E nesta divisão, não se distancia o Serviço Social, pois a inserção profissional pode se dar em ambas as óticas. Sendo é claro guiado pelo que preconiza o compromisso da educação, bem como pelo projeto categórico profissional, que já deixa claro a práxis profissional nas instituições privadas.

Ademais, observa-se diante do VI ao XI princípio algumas premissas que as instituições devem seguir, e para que isso seja alcançado é preciso esforços que garantam tal seguimento. Nisso, cabe o Serviço Social de uma forma que possa se articular com os demais profissionais da educação, pois no momento em que o/a profissional não só compreende e decifra a realidade, mas, orienta-se na perspectiva de explicitar diante do seu universo de trabalho reflexões que instigam outros profissionais, forma-se uma rede, uma capilaridade que impulsiona estes a pensarem criticamente lutando em defesa da educação de qualidade, de uma gestão que garanta a consecução da LDB, que possa fazer o elo entre escola, estudante, família e comunidade. Reconhecendo a educação enquanto espaço aplicável do direcionamento crítico dos sujeitos coletivos, bem como uma porta que ao adentrar encontra-se uma diversidade de possibilidades emancipatórias – o que é iminentemente o compromisso profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é uma novidade considerar a educação como um grande espaço de intervenção profissional e um dos lugares mais possíveis do Serviço Social realizar por duas vias a benéfica contribuição para a sociedade brasileira e principalmente no tocante a classe trabalhadora: por um lado atuando para concretização da própria LDB em seus princípios e elementos organizacionais da educação, e de um outro comprometido para efetivação do seu

grandioso projeto ético-político profissional. E a leitura e reflexão empreendida aqui reafirma estas condições.

Todavia, a novidade evidenciada aqui reside na necessidade do reconhecimento estatal de que a educação enquanto política social em todos os seus âmbitos grita por um pedido de socorro e em se tratando do âmbito básico, este grito ecoa desesperadamente pois a base para uma boa educação encontra-se nesse nível de ensino e nunca se viu tantas desigualdades, conflitos e enfim para generalizar esse contexto adverso – tantas expressões da Questão Social, em um só lugar.

Corroborar-se aqui com a importância do reconhecimento dos/as profissionais da educação, mas que, no entanto, necessita-se romper com esse padrão hegemônico centrado na figura do/a professor/a e da coordenação escolar. Outros profissionais como o/a Assistente Social e o/a Psicólogo/a poderiam transpor os muros da sala de aula trabalhando não contrário a figura dos profissionais já presentes no sistema de ensino, mas no sentido de reforçar a qualidade dos serviços de educação prestados, proporcionando uma leitura, mapeamento e planejamento interventivo na realidade dos estudantes, de sua família e da comunidade escolar.

Ao evidenciar as convergências entre os princípios da política educacional e do projeto profissional do Serviço Social, conclui-se que há uma ponte para que se possa (re) pensar esses olhares que se entrecruzam. Considerando assim esse elo mais que possível, desejável e necessário a consecução do sentido da política educacional, bem como do ideário que o Serviço Social busca para materializar seu projeto ético-político. Mas que necessita do reconhecimento da malha estatal para que logo os/as profissionais estejam inseridos na rede de ensino em prol de uma LDB que garanta a educação de qualidade que é um dos principais direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais**. Cartilha – O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005.

BRASIL. LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394. 1996. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2º ed. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CFESS. Código de Ética do/a Assistente Social - Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. CFESS, Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS, reimpressão, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: Trajetórias e desafios. Texto-base da Conferência Inaugural do XVIII Seminário Latino-americano de Escolas de Trabalho Social, São José, Costa Rica, jul. 2004.

NETTO, José Paulo. “A construção do projeto ético-político do Serviço Social”. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: Olhares que se entrecruzam. IN: Revista Serviço Social e Realidade. Vol.18, n.02. p.182-206, 2009.

TERRA, Sylvia Helena; BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.



## QUANDO O FUTURO REPETE O PASSADO: o retorno das ideias social-liberal de FHC no governo Bolsonaro

Maria Jarlene de Sousa<sup>172</sup>  
Luana Henrique de Lima<sup>173</sup>  
Patrícia Roseane Oliveira de Andrade<sup>174</sup>  
Maria Betânia Alves Mesquita<sup>175</sup>  
Adriana Alves da Silva<sup>176</sup>

### RESUMO

O artigo analisa as atuais reformas do Estado brasileiro sob o governo Bolsonaro comparando com o social liberalismo de FHC. Constata que a demonização do público do período de 1995 a 2002 para que se demandassem os serviços privados, se repetem no atual governo, ratificando a diminuição do Estado com a justificativa de torná-lo mais eficiente. Observa que embora tenham ocorrido mudanças no intervalo entre os governos estudados (FHC e Bolsonaro) sob a administração do PT este governou buscando a conciliação de classes, com bases neodesenvolvimentistas também não rompendo com a ideologia neoliberal. Conclui que o atual governo, de Jair Bolsonaro, se resgata os princípios do social liberalismo de FHC agindo como seu antecessor por decretos institucionais e medidas provisórias, num forte retorno aos direcionamentos neoliberais. Evidencia-se a importância de se compreender os processos históricos, observar seus rebatimentos nos governos atuais, para que erros do passado não se repitam, bem como para que os trabalhadores possam organizar a resistência com bases sólidas.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Neodesenvolvimentismo. Social Liberalismo

275

### INTRODUÇÃO

Pós Segunda Guerra Mundial, o mundo devastado em meio ao caos demanda ao Sistema Capitalista nova reestruturação. Diante de tal situação, o Estado, como “comitê executivo da burguesia”, como afirma Marx (1994) apud Rocha (2011), vem em auxílio do capital. Então instaura-se o Welfare State, também conhecido como Estado de bem-estar social. Esse período se configurou, dentre outras coisas, como expansão das relações trabalhistas, facilitando acordos entre patrões e empregados, o qual se observa ganhos reais

<sup>172</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [jarlenesousaesperanca123@gmail.com](mailto:jarlenesousaesperanca123@gmail.com);

<sup>173</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [luanahenrique.acop@gmail.com](mailto:luanahenrique.acop@gmail.com);

<sup>174</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [patriciaandradess@hotmail.com](mailto:patriciaandradess@hotmail.com);

<sup>175</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [betania\\_mesquita@hotmail.com](mailto:betania_mesquita@hotmail.com).

<sup>176</sup> Professora orientadora: titulação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [adriana\\_as\\_ce@hotmail.com](mailto:adriana_as_ce@hotmail.com).

com salários reais, e empregos para a maioria, demonstrando um período de abundância econômica.

Entretanto, na década de 1970, com a crise do petróleo, a queda do valor do dólar, e sobretudo com a queda da taxa média de lucros, o Welfare State entrou em estagnação. Diante disso, os países capitalistas promoveram uma série de acordos que desaguaram em um documento de orientação econômica denominado Consenso de Washington, onde foram traçadas estratégias para recuperação das taxas de lucros, tais como a mundialização do capital, reestruturação produtiva e uma forte ofensiva da ideologia Neoliberal.

Nos países centrais do Capital, tais estratégias passaram a vigoraram na década de 1980, já no Brasil, estas orientações foram efetivamente materializadas na década seguinte 1990. Com efeito, a agenda neoliberal adentra o Brasil, na passagem dos anos 1980 para 1990, mais especificamente no período de 1990 a 1994, onde vivenciamos o governo de Fernando Collor de Melo, propondo privatizações, reformas estruturais de base, reformulação do Estado, dentre outras, sendo tal agenda aprofundada no governo de Fernando Henrique Cardoso, 1995 à 2002, onde podemos afirmar que a agenda Neoliberal se desenvolve de fato no país.

Após dois mandatos consecutivos de FHC, em 2003, assume a presidência do Brasil Luís Inácio Lula da Silva que reformula à atuação do Estado, dando continuidade à agenda Neoliberal, contudo substituindo o modelo de governo social liberalista para Neodesenvolvimentista, modelo, que busca combinar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social.

Tal modelo neodesenvolvimentista teve continuidade no governo da presidenta Dilma Rousseff sendo rompido com o seu impeachment, voltando o país a ser governado sob a filosofia liberal com a ascensão ao poder do Presidente eleito em 2018 Jair Messias Bolsonaro. Em um ano de governo, observa-se que as propostas de Bolsonaro têm estreita ligação com as ações desenvolvidas no governo FHC, sendo a principal a minimização do Estado e reformas

Ante as mudanças de governo e suas formas de governar acima citadas, pode-se observar um rompimento, mas também um retorno da ideologia social liberalista. Neste sentido, o presente artigo, objetiva discutir as bases teóricas do Governo de FHC na atualidade do governo Jair Bolsonaro. Neste propósito busca evidenciar que, embora tenha acontecido um intervalo de ações com base nas ideias liberalistas e implantação das ideias neodesenvolvimentistas estas não lograram êxito uma vez que o Estado brasileiro atualmente está vivencia uma série de regressões que se caracteriza como uma contrarreforma do Estado.

A pesquisa que originou o presente artigo foi fundamentada na abordagem qualitativa com caráter bibliográfico. Para coleta de dados foram selecionados artigos e textos de livros que tratavam do tema, privilegiando os autores Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Evilásio Salvador, dentre outros. A interpretação dos dados constou de seleção, classificação e fichamento, com posterior análise crítica dos textos escolhidos.

Espera-se com o presente artigo contribuir com as discussões e promover debates, para que a população possa ter acesso a maiores informações sobre os impactos do passado na atualidade, observando que tais medidas não visam justiça social, mas sim a acumulação do capital, e a restrição de direitos sociais, políticos e econômicos antes já conquistados.

## DESENVOLVIMENTO

### O GOVERNO DE FHC

Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil no período de 1995 a 2002, ficou conhecido internacionalmente quando, então Ministro da Fazenda do Presidente Itamar Franco, lançou o Plano Real no ano de 1994. Este plano logrou o êxito de conter a inflação e tal conquista lhe valeu, no ano seguinte, a disputa a Presidência do Brasil em segundo turno com Lula da Silva, do qual saiu vitorioso, já que o Plano Real exerceu grande influência sobre a população que se dividia em votar no candidato do plano, ou correr o risco e o medo do retorno das inconstantes e altas inflações. Percebe-se então que conter o valor da moeda e a inflação, foram fatores predominantes para vencer a corrida presidencial naquele momento histórico.

Válido salientar que, segundo Benjamin (1998) apud Behring (2008) o Plano Real integrou um conjunto de planos que já haviam sido previamente idealizados no Consenso de Washington, que tinha o objetivo de renegociar dívidas antigas e promover nos países endividados, como o Brasil, uma série de direcionamentos econômicos que visavam a inserção do ideário neoliberal nos países periféricos do capitalismo. No Brasil, tais direcionamentos recebiam apoio massivo da população, desde a implementação do Plano Real, tendo em vista que FHC justificou a inserção da agenda neoliberal nas ações governamentais na promessa de alavancar a indústria brasileira, investindo na sua modernização, e pela grande crise inflacionária que se intensificava no país desde meados de 1980, assim como no fracasso das tentativas anteriores de controle da mesma através de outros planos como o Plano Cruzado, Plano Verão, e outros tantos.



Assim, observando o contexto brasileiro, percebe-se, que as dívidas com as organizações financeiras internacionais, serviram, e ainda servem, como pressão externa até a atualidade, sendo utilizadas como uma moeda de troca que não favorece grande parte da população, por se tratarem de medidas que tinham por base grandes empréstimos às organizações financeiras, acarretando o comprometimento do PIB nacional, a ampliação de serviços privados, já que preconizavam a diminuição da intervenção estatal que culminava no sucateamento de equipamentos públicos, assim como seu modelo de privatizações. Quanto ao Plano Real, o mesmo foi apenas uma jogada dos países centrais do capital que, criando as condições políticas e econômicas necessárias, inseriram no país o seu capital.

Seguindo esta linha de pensamento, constata-se que foi no governo de FHC, que o Brasil de fato implementou um modelo de privatizações, sendo estas, justificadas pela criação de verdadeira demonização do público para que se demandassem os serviços privados. Assim, foi nesse governo que ocorreu a privatização de grandes estatais, através da disseminação da ideia de que estas não geravam receita suficiente e demandavam muitas despesas ao Estado, que deveria ser mínimo e eficaz, como por exemplo: a Companhia Vale do Rio Doce (empresa do setor de siderurgia e mineração), a Telebrás (empresa de telecomunicações que teve parte de suas ações leiloadas ao capital estrangeiro, tornando-se uma estatal independente), o Banespa (banco do governo de São Paulo) e tantas outras instituições.

278

Em seu primeiro mandato, FHC deu continuidade as Reformas de bases começadas por Collor, citadas anteriormente, como o Plano Real e a estreita relação com o ideário neoliberal, com a justificativa de que as mesmas controlariam a inflação e deixariam a economia estável, e, ainda, gerariam uma poupança que viabilizaria o crescimento econômico. De fato, a promessa de campanha de controlar a inflação obteve resultado, mas não sem gerar o crescimento da pobreza e da desigualdade social no país, a flexibilização das leis trabalhistas, precariedade nos serviços públicos à exemplo da educação e saúde.

Entende-se, portanto, que as reformas do governo afetaram diretamente a vida da classe trabalhadora, já que se caracterizavam pelo fim das aposentarias integrais, a substituição o termo tempo de serviço por tempo de contribuição, implementação de previdências privadas complementares, Plano de Demissão Voluntária, dentre outras medidas. A partir da análise acima, faz-se notório que as diversas medidas, principalmente as do âmbito econômico, tomadas por FHC, eram voltadas para o mercado. Nesse sentido se observa que:

Ao longo do governo de FHC foi sendo alterada paulatinamente, a legislação infraconstitucional solapando ou tornando nulos os princípios básicos da reforma tributária realizada na constituição de 1988, agravando as distorções e, sobretudo,

aprofundando a regressividade do sistema tributário brasileiro. As modificações realizadas nos anos Neoliberais no Brasil, constitui verdadeira contrarreforma tributária, conduzida de forma sorrateira. (SALVADOR, 2010, p. 618)

Em verdade, FHC era contra um Estado paternalista e burocrático, pois segundo o mesmo, isso diminuía a eficácia e eficiência dos órgãos estatais, nesse sentido instaurou um Estado Gerencial, articulando um programa de Publicização do Estado, onde as entidades estatais transferiram suas funções para as Organizações Sociais, e Terceiro Setor. Ficando assim evidente que, o objetivo geral do governo de FHC, era diminuir o Estado, com a justificativa de que esse se tornaria mais eficiente, nesse propósito, o então presidente, em grande parte do tempo, descaracterizou o poder Legislativo e inviabilizou um modelo de gestão democrática, agindo, preferencialmente, por meio de muitas Medidas Provisórias.

No que diz respeito a estas medidas provisórias, explica Przeworski, (1999, p. 67), apud Behring (2008, p. 188) que:

O poder de governar por decreto, usado obsessivamente no Peru, Argentina e no Brasil durante a última década mutila esse processo e priva os cidadãos da oportunidade de conhecer a qualidade das políticas. Ao privar a legislatura de sua função deliberativa, e os cidadãos da informação sobre os méritos relativos as políticas alternativas, o decreto lei reduz a eficácia dos mecanismos de accountability. Na verdade, governar por decreto quase sempre passa a ideia de que o executivo está ocultando dos cidadãos e do legislativo algumas razões que o levaram a preferir determinadas políticas.

279

Porém, como um governante para se legitimar precisa atender as demandas postas por ambas as classes, FHC, também criou medidas que beneficiaram a classe trabalhadora, como: o Fundo Nacional de Assistências (FNAS), o Programa de Prestação continuada (BPC), Aprovação da Política Nacional de Assistência Social, e a Norma Operacional Básica (NOB).

Diante do exposto, vê-se que mesmo atendendo algumas demandas oriundas das classes mais baixas o caminho tomado pelo Estado, nos governos de FHC, favoreciam a implementação da agenda neoliberal no Brasil, como se percebe em sua atuação através de medidas provisórias, na manutenção das altas taxas de juros, na precarização legal das relações trabalhistas, na abertura do Estado para o capital financeiro internacional, ainda nas privatizações e tantas outras medidas, que causou no país um amplo processo de desigualdade social.

## NEODESENVOLVIMENTISMO NA ERA LULA E DILMA

O Brasil teve contato com as ideias desenvolvimentistas no governo de Getúlio Vargas em 1930, que tinham por objetivo industrializar o país, e por meio da industrialização superar o retrocesso econômico.

Já o Neodesenvolvimentismo, busca uma industrialização com investimentos tecnológicos, voltando-se para o consumo em massa, mas também atrelado ao investimento em políticas sociais. O neodesenvolvimentismo foi a ideologia de base das ações dos governos de Lula e Dilma, na verdade buscava desenvolvimento econômico com desenvolvimento social numa tentativa de conciliar classes. Nota-se que, apesar de manter o objetivo de atrair o capital estrangeiro para o país, e se inserir nessa dinâmica de capital globalizado, medidas de caráter social também foram tomadas, com o intuito de expandir o acesso das camadas mais baixas da população em diversos setores, por exemplo: saúde, educação, moradia, lazer, infraestrutura, trabalho, dentre outros.

Essa aproximação dos governos petistas com as ideias neodesenvolvimentistas acarretou em uma ampliação na transferência de renda, na infraestrutura econômica, nas políticas sociais e no acesso à equipamentos públicos que eram geridos pelo Estado. Entretanto, por meio da DRU(Desvinculação da Receita da União), iniciada no governo de FHC, aconteceu uma intensificação dos gastos do Fundo Público, tendo em vista que com o pagamento de dívida pública, sob taxas elevadíssimas e com juros flutuantes, ocorreu um aumento nas taxas tributárias da população, vindo as taxas mais altas recair sobre as camadas mais baixas da população brasileira. Por tudo isso, os recursos que vinham sendo direcionados às políticas sociais acabaram ficando cada vez mais reduzidos.

Essa situação por sua vez, gerou diversas consequências, com por exemplo: restrição dos gastos sociais, focalização em transferência de renda; congelamentos dos salários no setor público. Nesse cenário, o superávit primário e a contenção da inflação se tornaram prioridade, assim como as reformas de cunho Neoliberal, causando um retrocesso no que diz respeito às conquistas das políticas públicas, e também a diminuição do acesso da população aos seus direitos sociais estabelecidos na Constituição de 1988.

Contudo, percebe-se no governo Lula, um crescimento do PIB, de 3,2 (2003-2005) para 5,1 (2006-2008), a criação de milhões de empregos formais, diminuição das famílias com índices de pobreza, diminuição do índice Gini, que passou de 0,5830 (2003) para 0,5331 em 2010, reajuste no salário mínimo de 53,67% nos períodos de 2003-2010, e o crédito fornecido pelos bancos de 30,2% (PIB) em 2006, para 45,0% (PIB) em 2009, crescimento da classe média baixa, interrupção das privatizações, expansão das políticas de Seguridade



Social, expansão das universidades para a classe trabalhadora, dentre outros avanços que beneficiaram as camadas mais baixas da população.

Contudo, esses avanços, principalmente os de caráter social, causaram uma insatisfação na burguesia brasileira, que buscava o reenquadramento da agenda econômica do país com as ideias neoliberais. Criou-se então uma ampla e forte oposição ao governo dentro do Congresso Nacional, após a presidenta Dilma reassumir o governo em 2015, tendo por função dificultar, ou até mesmo barrar diversas ações governamentais, vetando projetos ou aprovando pautas-bomba com o intuito de desestabilizar as bases do governo. Todos esses entraves, relacionados a uma crescente crise mundial que vinha atingindo a economia brasileira, acarretou em um colapso na economia nacional, que culminou no impeachment da referida presidenta no ano de 2016, assumindo então o vice-presidente Michel Temer, interrompendo a agenda dos governos do PT e voltando-se mais uma vez ao apelo das políticas de cunho neoliberal.

## GOVERNO BOLSONARO

Jair Messias Bolsonaro ganhou a corrida presidencial no ano de 2018, e tomou posse do cargo de Presidente do Brasil no ano posterior, devendo ficar no cargo até 2022. Nesse presente momento, o atual governo se encontra com menos de um ano de mandato, porém, com as medidas que vem sendo tomadas, fica claro que o atual presidente busca elaborar seu Plano Plurianual retomando as diretrizes neoliberais, com demandas que atendem as necessidades do mercado externo.

Com a justificativa de que o Estado brasileiro tem vivenciado uma profunda crise econômica, o atual presidente propõe uma série de medidas a serem tomadas, para conter a situação e reestruturar o poder econômico do país, medidas que passam pela mesma justificativa do governo FHC, superar a crise e aumentar a eficiência do Estado. Nesse sentido, o governo objetiva colocar em prática 119 projetos, que tem como carro chefe as privatizações e as concessões, com a prerrogativa que tais medidas irão trazer ao país desenvolvimento e crescimento econômico, e ainda irá fornecer subsídio para investimentos do capital externo no país, já que a ideologia utilizada pelo governo é de que a União e os Estados brasileiros estão enfrentando uma brusca dívida financeira em decorrência das dívidas públicas, fatores que fundamentam a liberalização de recursos públicos.

Assim, na proposta do governo, 16 estatais devem ser privatizadas, dentre elas: Correios, Telebrás, CEAGESP, Parques Nacionais, Licenciamento para quatro novas

hidrelétricas, obras para seis ferrovias, desestatização de portos e também estudos para viabilizar a conclusão de obras da usina Termonuclear de Angra 3. Segundo as medidas do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) e do PPPS (Parceria Público Privadas), essas medidas devem ser tomadas até o final de 2020.

Convém ressaltar que, o modelo de tais projetos federais em andamento traz consigo: 56 concessões, 16 privatizações, 14 Arrendamentos, 12 Licenciamentos ambientais, 6 Prorrogações de contrato, 4 Investimentos Cruzados, 2 PPPs, e 9 outros Projetos que seguem a cartilha neoliberal. Desse modo, o Secretário do PPI, defende que essas implementações sejam colocadas em práticas o mais cedo possível, assim em 2020 já deve serem colocadas em práticas as vendas das Estatais.

Semelhante a FHC o atual presidente não tem um governo totalmente pautado na democracia, uma vez que prefere agir por decretos institucionais, e Medidas Provisórias, não pondo algumas ações em pautas para serem discutidas com a população. Atualmente o presidente encaminhou 23 Medidas Provisórias, das quais, somente três viraram lei, seis saíram de pauta e quatorze tramitam no Congresso Nacional. As que se tornaram leis são: a Medida Provisória 870: que objetiva a reforma administrativa, redistribuindo as atribuições e fazendo a redução de vinte e nove para vinte e dois ministérios.

Dentre essas substituições houve a extinção das pastas da Cultura e do Trabalho, e a criação do Ministério da Economia. Outra Medida Provisória é a 871, que trata do INSS, e objetiva uma revisão dos beneficiários do INSS, onde cada perito ganhará uma contribuição por cada perícia realizada. E por fim a MP, 872, que amplia até dezembro o prazo para pagamento de gratificações a servidores e empregados cedidos à advocacia-geral da União.

A perspectiva do governo Bolsonaro, segundo Gérard Duménil e Dominique Lévy, é um Estado Neogerencialista, onde se busca a diminuição do Estado, para espraiamento da sua eficiência e eficácia. Vale ressaltar que esse termo ainda não é algo concretizado em relação ao governo, permanecendo no campo das discussões, pois trata-se de um governo imbuído de conservadorismo, ainda em processo de desenvolvimento, portanto inacabado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente artigo, foi possível concluir que o governo Bolsonaro em muitos aspectos se assemelha ao período de Fernando Henrique Cardoso, no sentido de que seu modo de gerir traz de volta a estreita relação com as ideias neoliberais, que se demonstra no retorno à lógica das privatizações de estatais e de ações governamentais executadas, em muitos casos,

por meio decretos e medidas provisórias, desconsiderando a participação do Poder Legislativo, além de promover uma total reabertura comercial para o capital internacional, e ainda a retomada do Gerencialismo por meio do Neogerencialismo. Para além de se perceber a retomada de pautas econômicas, que tiveram início no governo FHC, que os governos do PT haviam interrompido ou adaptado ao seu modelo de gestão, como, por exemplo, a de promover a reforma da previdência.

Diante dessas análises, fica exposto que Bolsonaro, assim como FHC, governa para o mercado, baseando suas ações apenas no âmbito econômico com forte influência da ideologia neoliberal, transferindo poucos recursos financeiros para políticas voltadas para a área social, pautando suas decisões e direcionamentos nos interesses do capital estrangeiro.

Diante do exposto, configura-se a importância de conhecer os fatos históricos e o percurso político no âmbito do Estado brasileiro, a fim de que se entenda como se dá a influência do neoliberalismo no atual governo e como essa ideologia conseguiu adaptar-se e se manter ligada ao poder desde a sua implementação na década de 1990, principalmente após FHC assumir a presidência, atenuando sua influência nos governos do PT, impactando, na atualidade, no governo de Jair Bolsonaro.

Dessa maneira, é importante para poder-se entender, que a história presente, assim como o futuro, é um reflexo de decisões tomadas no passado. Portanto trouxemos algumas discussões e informações acerca de medidas Neoliberais, Neodesenvolvimentistas, gerencial, neogerencial, entre outras, que possam auxiliar no processo de reflexão acerca da conjuntura atual.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

ROCHA, Islânia. **O Estado moderno a partir da concepção marxista:** o comitê executivo da burguesia e a sua supressão. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luiz, 2011. Disponível em:  
<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/ESTADO\\_LUTAS\\_SOCIAIS\\_E\\_POLITICAS\\_PUBLICAS/O\\_ESTADO\\_MODERNO\\_A\\_PARTIR\\_DA\\_CONCEPCAO\\_MARXISTA\\_O\\_COMITE\\_EXECUTIVO\\_DA\\_BURGUESIA\\_E\\_A\\_SUA\\_SUPRESSAO.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTADO_LUTAS_SOCIAIS_E_POLITICAS_PUBLICAS/O_ESTADO_MODERNO_A_PARTIR_DA_CONCEPCAO_MARXISTA_O_COMITE_EXECUTIVO_DA_BURGUESIA_E_A_SUA_SUPRESSAO.pdf)> Acesso em: 24 nov. 2019



ALVARENGA, Darlan. **Mapa das privatizações:** governo tem 119 projetos anunciados e prevê realizar mais 22 leilões até o fim do ano. G1, São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://g1-globo-com.cdn.ampproject.org/v/s/g1.globo.com/google/amp/economia/noticia/2019/10/08/mapa-das-privatizacoes-governo-tem-119-projetos-anunciados-e-preve-realizar-mais-22-leiloes-ate-fim-do-ano.ghtml?usqp=mq331AQCKAE%3D&amp\\_js\\_v=0.1#aoh=15745164188706&amp\\_ct=1574516347809&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&amp\\_tf=Fonte%3A%20%251%24s&ampshare=https%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Feconomia%2Fnoticia%2F2019%2F10%2F08%2Fmapa-das-privatizacoes-governo-tem-119-projetos-anunciados-e-preve-realizar-mais-22-leiloes-ate-fim-do-ano.ghtml](https://g1-globo-com.cdn.ampproject.org/v/s/g1.globo.com/google/amp/economia/noticia/2019/10/08/mapa-das-privatizacoes-governo-tem-119-projetos-anunciados-e-preve-realizar-mais-22-leiloes-ate-fim-do-ano.ghtml?usqp=mq331AQCKAE%3D&amp_js_v=0.1#aoh=15745164188706&amp_ct=1574516347809&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&amp_tf=Fonte%3A%20%251%24s&ampshare=https%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Feconomia%2Fnoticia%2F2019%2F10%2F08%2Fmapa-das-privatizacoes-governo-tem-119-projetos-anunciados-e-preve-realizar-mais-22-leiloes-ate-fim-do-ano.ghtml)>. Acessado em 25 nov. 2019.

BARBOSA, Marina. **Só três MP's de Bolsonaro viraram lei.** Congresso em Foco, 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/so-tres-mps-de-bolsonaro-viraram-lei/>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. **O golpe de 2016:** a porta para o desastre, por Dilma Rousseff. Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/o-golpe-de-2016-a-porta-para-o-desastre-por-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

## GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI: COMO EXPRESSÃO DO MOVIMENTO NEGRO NO CARIRI

Alexsandra Viana Pereira<sup>177</sup>  
Ádna Rute Ferreira Araújo<sup>178</sup>  
Luana Henrique de Lima<sup>2179</sup>  
Maria Milena da Silva<sup>3180</sup>  
Riany Larissa Pereira<sup>4181</sup>  
Maria Keile Pinheiro<sup>182</sup>

### RESUMO

Este artigo consiste em refletir sobre o Movimento Negro na Região Metropolitana do Cariri, no estado do Ceará, destacando o (GRUNEC), que faz parte do Movimento Negro Brasileiro, que tem por característica seu marco inicial nos últimos anos do século XIX, período caracterizado como pós-escravagista. Ao longo dos anos, ele se expandiu, chegando em outros espaços do país, assim como o Interior do Ceará, na Região Metropolitana do Cariri. Nesta região, o Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), fundado na cidade de Crato, Ceará, vem a defender os direitos da cidadania da população negra, e em destaque a mulher negra no combate das questões étnico-raciais, como o preconceito, o racismo e entre outras pautas, na qual desdobram-se em manifestações, incentivando a conscientização e ao reconhecimento da pessoa negra. O grupo é responsável por a preservação da história e a cultura como forma de mantê-la viva. Atuam também registrando as comunidades negras e quilombolas existentes na região, e trabalhando com pessoas das comunidades mais pobres, onde concentra a maior parte da população de cor negra, e que são esquecidos. Por fim, o GRUNEC promove diretamente discussões acerca dessas questões políticas para as outras pessoas negras nas quais fazem parte de outras classes sociais e que não se reconhecem como tal, ou que não se sentem como parte do Movimento. Portanto, o estudo foi realizado acerca de pesquisas bibliográficas.

285

**Palavras-chave:** Movimento Negro; GRUNEC; Direitos.

### INTRODUÇÃO

<sup>177</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [alexandra.viana@outlook.com](mailto:alexandra.viana@outlook.com).br;

<sup>178</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [adnarute5@gmail.com](mailto:adnarute5@gmail.com);

<sup>179</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [luanahenrique.acop@gmail.com](mailto:luanahenrique.acop@gmail.com);

<sup>180</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [mariamili784@gmail.com](mailto:mariamili784@gmail.com);

<sup>181</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [rianylarissariany6@gmail.com](mailto:rianylarissariany6@gmail.com);

<sup>182</sup> Professora orientadora: Especialista em Saúde da Família e Comunidade pela Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), professora do curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [keile\\_mp@hotmail.com](mailto:keile_mp@hotmail.com).

O presente artigo traz um breve histórico do movimento negro no Brasil e sobre sua expressão no Cariri cearense, apresentando como principal representante o Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC) e suas ações para promover uma consciência mais sólida sobre a nossa herança afrodescendente. Bem como, o enfrentamento ao preconceito racial como umas das expressões da questão social, através da viabilização de políticas afirmativas que tentam integrar e oportunizar a população negra carirense igualdade de direitos garantidos em lei, porém negados pelo racismo estrutural arraigado em nossa sociedade capitalista.

A organização do movimento negro brasileiro que começa a despontar em meados do século XIX no Brasil e ganha força no decorrer do tempo. Dessa forma é notório suas expressões de lutas se espalhando pelo interior do país, principalmente num Estado em que se acredita praticamente inexistir população negra, como é o caso do Ceará, o Cariri tem despontado na tentativa de conscientizar essa população a se reconhecer enquanto tal e revalorizar sua cultura e história.

Esse artigo tem como objetivo conhecer e apresentar o movimento negro na região do Cariri, Região conhecida pelo tradicionalismo religioso, a fim de informar sobre a organização das lutas e pautas que vem sendo travadas pelo GRUNEC. Portanto buscamos compreender como se organiza o Movimento, explicitando um contexto histórico Nacional em que se constitui tal movimento, desse modo é possível refletir que o passado histórico ainda reflete no presente da Sociedade.

Para a construção do trabalho apresentado, utilizamos primeiramente pesquisa bibliográfica, primeiramente a partir da leitura de livros, artigos e periódicos sobre o Movimento Negro, num segundo momento, reportagens de jornais locais, blogs, materiais disponíveis na internet para tratar da atuação e origem do (GRUNEC). Materiais que, por sua vez, tratam da história do movimento negro no Brasil, discussão e reflexão da história do movimento na região, assim como das ações desempenhadas e promovidas pelo Grupo de Valorização Negra do Cariri. Após leituras e análises, fizemos uma síntese dos principais pontos abordados pelos diversos autores consultados e apresentamos o apanhado histórico do movimento e as considerações feitas a partir do entendimento adquirido na apreciação dos textos.

## O INICIO DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL



No Brasil, o Movimento Negro fortalece a partir do final do século XIX – na década de 1880 – através de jornais que possuíam foco na população negra denunciavam a forma como eram discriminados. Esses textos pediam integração e participação na sociedade e educação como forma de crescer na sociedade.

Na era republicana (1889-2000) identificamos iniciativas acerca das primeiras formas do movimento negro, entretanto vale ressaltar que, antes desse período já havia ações revoltosas e lutas travadas contra as opressões sofridas. Ademais, é sabido que, diariamente, esses enfrentam a rejeição de sua inserção no mercado de trabalho, escolas e ambientes públicos. Diante disso, ao longo das décadas vem desenvolvendo diversas estratégias de luta pela inclusão social do negro e superação do racismo na sociedade brasileira.

“Um ano após a abolição da escravatura, foi proclamado à República no Brasil, em 1889. O novo sistema político, entretanto, não assegurou profícuos ganhos materiais ou simbólico para a população negra.” (DOMINGUES, 2007, p 102)

Dessa forma, a história do movimento foi marcada por quatro fases. A primeira se deu pelas organizações de perfis distintos: clubes, grêmios literários, centros cívicos, jornais e entidades políticas e associações beneficentes. E contou também pela transformação em movimento de massa, que foi por meio da Frente Negra Brasileira. A segunda fase é marcada pelo movimento negro que passou atuar no campo político, educacional e cultural, que foi juntamente com a União de Homens de Cor (UHC), que tinha como objetivo adensar a inclusão educacional das chamadas "pessoas de cor". A terceira fase juntamente com a quarta fase marca-se pelo surgimento das entidades negras, sendo a maior delas o Movimento Unificado no Brasil.

Em 1931, na cidade de São Paulo, surge a Frente Negra Brasileira que, além de reivindicar politicamente e culturalmente o combate à discriminação racial, lutava por melhores condições de acesso da população negra ao mercado de trabalho. Chegou até mesmo a formar partido em 1936, e, entretanto, com o Estado Novo, ele é extinto. “Com o fim do Estado Novo, tivemos uma rearticulação das entidades negras, lançamentos de manifestos e ativação de suas lutas contra a discriminação racial”. (MONTAÑO, DURIGUETO, 2011, p. 282)

A partir do golpe civil-militar de 1964, esses movimentos foram desativados e as entidades desmobilizadas, e só retornaram na década de 1970. O renascimento dessas lutas se deu através dos estudantes, e do impacto do processo da libertação das colônias africanas e da luta dos negros nos Estados Unidos, nas décadas de 1950 e 1960.

Outro marco no contexto da luta dos negros no Brasil foi a manifestação nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no ano de 1978. Esta, por sua vez, protestava contra o preconceito racial e contra a violência no período da Ditadura, na qual resultou na morte do operário negro Robson Silveira da Luz durante tortura. Com a repercussão da manifestação, acontece a criação de várias entidades negras em vários estados, como o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU). Surgiram também encontros culturais, políticos e acadêmicos, e núcleos do Movimento Negro criados nas categorias de trabalhadores, nos partidos, etc.

Houve a segunda Assembleia do MNU, na segunda metade da década de 1970 – precisamente, 1978 – em Salvador, onde foi reafirmada a data do dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra” – mesmo dia em que Zumbi dos Palmares foi assassinado – com o intuito de constatar com o dia 13 de Maio, dia da Abolição da Escravatura. Nos anos 1980, programas internacionais são criados como forma de denunciar atos racistas, e em 1988, 100 anos da abolição da escravatura, eclodem manifestações e denúncias da forma de como os negros eram tratados. Com a Carta Magna Constitucional, no mesmo ano, foram contempladas as principais reivindicações desse movimento: a criminalização do racismo no artigo 5º, inc. XLII, e as terras quilombolas reconhecidas, no artigo 68 (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT).

“A partir da década de 1990, conforme Pereira (2005, p. 69) aponta, ocorre uma proliferação de ONGs que operam na luta antirracista no plano da cultura, do desenvolvimento de pesquisas, no apoio institucional às vítimas de racismo e da violência policial. Também se desenvolvem convênios ou parcerias entre entidades negras com órgãos governamentais, ONGs, sindicatos, para viabilização de aquisição e manutenção de sedes e equipamentos, qualificação e profissionalização de quadros para elaboração e implementação de políticas de ‘ação afirmativa’ e antidiscriminatórias”. (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 284)

De maneira geral, o Movimento Negro não era destinado somente a luta contra a discriminação racial, mas também em outras pautas relevantes na sociedade. Além de buscar reformas dos direitos civis, enfrentavam uma crise econômica, juntamente com uma crise social e política e as consequências culturais da opressão racial do passado. E hoje, é evidente que pessoas negras ocupam uma pequena parte dos cargos públicos, e, sobretudo os cargos políticos.

## **O GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI: GRUNEC**

Com o espraiamento do movimento negro pelo Brasil, o Cariri, interior do Ceará, tem ganhado destaque na defesa por direitos e cidadania dessa população por meio de organizações sociais pioneiras e revoluções coletivas que se caracterizam na luta por igualdade, cidadania e direito de minorias, dentre esses movimentos, o Movimento Negro do Cariri, o qual estamos abordando no presente artigo, tem como bandeira de luta viva garantir o direito e cidadania da população negra, principalmente da mulher negra no combate ao racismo e ao preconceito.

Sob essa ótica, é conveniente ressaltar que o GRUNEC, Grupo de valorização Negra do Cariri, é um grupo criado no ano de 2001, Crato Ceará, tendo como objetivo promover a igualdade étnica/Racial e também a autoestima da população negra do Cariri, pois esse grupo promove também a propagação de consciência sobre a afrodescendência com o intuito de manter atual e viva nossa história, preservando também cultura negra. O grupo tem o apoio de Entidades Governamentais e não governamentais, de líderes de Instituições religiosas, e de qualquer pessoa que queira se engajar e se identifique nessa luta.

O Grupo, foi fundado por Verônica Neuma das Neves Carvalho, atualmente preside o Conselho Nacional da Mulher Cratense desde 2016, ela é uma das principais referências na defesa dos Direitos Humanos no Ceará, esse grupo é composto por pessoas dos mais diversos níveis sociais pois foi criado a partir de uma articulação entre amigos, depois de uma aula de natação, quando conversavam sobre as injustiças sociais (CORREIA, 2016). Entre seus membros há religiosos, professores, artistas, profissionais liberais, estudantes, negros e pessoas de outras etnias.

Esse movimento tem ganhado destaque e sido objeto, inclusive, de pesquisas cuja “finalidade é desmistificar a visão da maioria de que praticamente inexistente população negra nessa região” (COSTA *et al*, 2018). Tendo atualmente 50 associados/as, apenas 15 atuam sistemática e efetivamente, enquanto outros participam de trabalhos em comunidades e grupos acompanhados (COSTA *et al*, 2018).

A criação desse Movimento, traz à tona pautas muito além das questões étnico raciais somando-se a outros fatores, pois a população negra é a mais afetada, é aquela que está à mercê da barbárie social e das desigualdades desenvolvidas pelo próprio sistema capitalista. Como, por exemplo, as mulheres negras da periferia, domésticas, assim também como os homens negros que são taxados como criminosos ou traficantes pela cor.

De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. Mas



se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação (DAVIS, 2016, pg. 109).

Desse modo é conveniente ressaltar que o índice de violência contra a população negra tem atingido altos índices, sendo que No Brasil 51% da população é negra, mas apenas 8% desses ocupam vaga nas Universidades, de acordo com o IBGE. Além do mais a violência de gênero contra a mulher negra é mais alta em relação às mulheres brancas, de acordo com dados estáticos do IPEA, uma mulher negra é assinalada a cada 01h50min. Sendo assim fica claro que a discriminação racial acontece também por meio da violência física.

Outro dado importante a ressaltar é o índice de desemprego, a PNAD Contínua do 3º trimestre de 2018 registrou um desemprego mais alto entre pardos (13,8%) e pretos (14,6%) do que na média da população (11,9%). Esse fator intensifica ainda mais as condições de desigualdade, pelo fato de colocar-se uma cor em sobreposição a outra. Por isso em decorrência de tais opressões o Movimento Negro vem se intensificado na luta por reconhecimento, respeito e, igualdade.

Conforme Behring (2009, p. 12), [...] ao invés de sujeitos de direitos, são sujeitos da desigualdade, que convivem nos cenários de violência endêmica e de barbárie. Diante dessa realidade, se faz necessária a luta pela interseccionalidade dos movimentos sociais, pelo reconhecimento da população negra pela sociedade e por si mesma, na promoção de políticas afirmativas, frente à dificuldade de negros e negras de acessarem seus direitos garantidos em lei. E na constante luta por equidade social e combate ao racismo, o qual deixa traumas irreversíveis ao longo da vida.

Segundo Correia (2016), o trabalho do GRUNEC é feito principalmente e essencialmente junto às comunidades pobres da região, onde há prevalência de população de cor negra vítima da violência e da marginalização e de tudo aquilo que ela gera. O grupo tenta promover a conscientização política, através do contato direto com a comunidade, além de trazer, apesar dos desafios, a discussão para os que estão inseridos em classes sociais que não se sentem parte desse movimento como, a exemplo, daqueles que estão em condições de privilégio como é o caso da burguesia.

O Grupo de Valorização Negra do Cariri, luta pela “promoção da igualdade etnoracial e difusão da ciência sobre afrodescendência, valorizando a história e a cultura da população de cor negra na Região Caririense” (CORREIA, 2016 *apud* COSTA et al, 2018). Por entender que o enfrentamento ao preconceito racial é encarado na sociedade como resultado de lutas,

que foi e continua sendo através destes movimentos sociais que direitos fundamentais puderam ser garantidos, uma vez que “[...] resulta de um longo processo histórico de luta da humanidade pela conquista não somente das liberdades individuais, como também dos direitos coletivos e sociais (SIMÕES, 2014, p. 66).”

Segundo Behring, 2009 p. 11, “[...] falar sobre direitos e sua relação com a totalidade da vida social pressupõe considerar os indivíduos em sua vida cotidiana, espaço-tempo em que as expressões da questão social se efetivam, como violação de direitos [...]”. É por isso que o grupo visa, dentre outras coisas, se fazer presente em fóruns, debates, no Conselho Municipal da Mulher Cratense, palestras, na produção de artigos e trabalhos, produção de oficinas e participação nos espaços de controle social das políticas públicas.

Em sua trajetória o GRUNEC já promoveu:

1ª Audiência Pública Federal no ano de 2007, para discutir a implementação da Lei nº 10.639/03 conseguindo reunir representantes de 42 municípios da Região do Cariri;

Em 2005 realizou o 1º Seminário no Crato para discutir a Igualdade Racial;

É responsável pela Semana da Consciência Negra todos os anos, desde sua formação em 2001;

Efetiva cursos para geração de emprego e renda;

Junto ao governo municipal do Crato articulou a sua adesão ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, coordenado pela SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial)

Desempenha um excepcional trabalho junto às mulheres do Alto da Penha, que é um dos bairros mais pobres da cidade (CORREIA, 2016).

O grupo também fez um mapeamento das comunidades negras e quilombolas do Cariri, apesar de muitas não se reconhecerem dessa forma. Essa iniciativa, bem como o mapeamento das comunidades negras das áreas rurais, trouxe o reconhecimento pela Fundação Palmares de mais cinco comunidades quilombolas na região do Cariri Cearense (SOUSA, 2013 *apud* COSTA et al, 2018).

O grupo também tem o apoio de outros movimentos como o Queerdal, que é um movimento criado pela professora Fábila Santos, que tem como objetivo quebrar os tabus de preconceitos e discriminação, através da poesia e da cultura, trazendo diversas pautas relacionadas a gênero e sexualidade, já que através de projetos e oficinas exercem sua resistência contra a opressão, esse Movimento, por sua vez, também contam com a parceira de diversos outros e dentre eles pode-se citar o movimento das Mulheres do Cariri, coletivo das Brenhas e Pretas do Cariri, que têm adquirido cada vez mais visibilidade na luta contra as opressões sofridas pela população Negra.

Diante disso, na Região do Cariri é realizada ainda a Marcha da Consciência Negra no dia 20 de novembro, como memorial a morte de Zumbi dos Palmares e também de diversas figuras que foram importantes no decorrer da história do nosso povo Cearense e brasileiro, como uma forma de mostrar resistência e luta. E garantir que o direito à igualdade que decorre do valor da dignidade, posto no art. 5º, inciso I, Constituição Federal que declara que todos os homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações seja efetivamente cumprido (SIMÕES, 2014, p.80).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo apresentamos como se caracteriza o Movimento Negro no Brasil, especificamente na Região Cariri, utilizamos dados bibliográficos acerca da temática, em que através de informações bibliográficos refletimos acerca da construção ao longo das décadas a organização do Movimento Negro, como uma modalidade dos Movimentos Sociais e da própria luta por direitos Sociais e Cíveis dentro da Sociedade.

Portanto, a partir das pesquisas bibliográficas concluímos que o preconceito e o racismo é algo que está arraigado na nossa sociedade desde séculos passados, pois temos um grande número de Negros e Negra em nossa população e esses ainda se deparam com as opressões sociais, portanto através desse artigo buscamos refletir sobre tais opressões, enfatizando a importância do Movimento Negro GRUNEC, das suas articulações e pautas defendidas, objetivando a reflexão e o debate sobre o assunto .

O Artigo tem por finalidade abordar e compreender como se organiza o Movimento Negro na Região Cariri, explicitando um contexto histórico Nacional, em que se constituem as ações e pautas discutidas e realizadas pelo ( GRUNEC), que busca realizar ações que amenizam o preconceito étnico/racial e as opressões sociais sofridas pela população Negra, através da realização de debates e reflexões acerca da temática abordada. Dessa forma é possível refletir que as opressões sociais do passado ainda, refletem no presente, principalmente quando se tem um contexto político em que há regressão de direitos cíveis e sociais.

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do resumo.



## REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. O pioneirismo dos movimentos sociais no interior do Ceará. 13 jun. 2015. Disponível em: <[https://www.geledes.org.br/o-pioneirismo-dos-movimentos-sociais-no-interior-do-ceara/?fb\\_ref=i2Eo7WiDHbWhatsapp&utm\\_source=WhatsApp&utm\\_medium=ShareButton&utm\\_campaign=GetSocial](https://www.geledes.org.br/o-pioneirismo-dos-movimentos-sociais-no-interior-do-ceara/?fb_ref=i2Eo7WiDHbWhatsapp&utm_source=WhatsApp&utm_medium=ShareButton&utm_campaign=GetSocial)>. Acesso em 14 nov. 2019.

ARRAES, Jarid. Preta Simoa e a Abolição no Ceará: uma história de esquecimento. 25 mar. 2014. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/preta-simoa-e-abolicao-ceara/>>. Acesso em 14 nov. 2019.

BEHRING, Elaina Rosetti. SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questões Sociais e Direitos. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

BEZERRA, Juliana. Significados de Exemplos de Movimentos Sociais. 12 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/exemplos-de-movimentos-sociais/>>. Acesso em 11 nov. 2019.

BRASIL. Constituição – Planalto. Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Art. 5º, inc. XLII da Constituição Federal. [200?]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CALEIRO, João Pedro. Os dados que mostram a desigualdade entre brancos e negros no Brasil. 20 nov. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/>>. Acesso em 14 nov. 2019.

CASTRO, Samira de. MESQUITA, Rafael. Marcada por invisibilidade, história dos negros do Ceará é recontada na academia. 29 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.sindjorce.org.br/marcada-por-invisibilidade-historia-dos-negros-do-ceara-e-recontada-na-academia/>>. Acesso em 17 nov. 2019.

CHAGAS, Inara. Racismo: como essa prática é estruturada no Brasil. 30 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/racismo-como-e-estruturado/amp/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CORDEIRO, Mauro. Consciência Negra no Cariri – Marcha das Mulheres. 18 nov. 2017. Disponível em: <<https://tribunadoceara.com.br/blogs/dialogos-urbanos/cidades/consciencia-negra-no-cariri-marcha-das-mulheres/>>. Acesso em 15 nov. 2019.

CORREIA, Jack. Conheça o Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC. 21 abr. 2016. Disponível em: <<http://negriconolau.blogspot.com/2016/04/conheca-o-grupo-de-valorizacao-negra-do.html?m=1>>. Acesso em 13 nov. 2019.

COSTA, Maria Dasdores Gonçalves. ALCÓCER, Juan Carlos Alvarado. DOMINGOS, Luís Tomás. PINTO, Olienai de Oliveira. SILVA, Maria Luciene da. Movimento Negro no Cariri: Disgressão Histórica Reflexiva. Centro Científico Conhecer: Goiânia. 03 dez. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. revista tempo, n.23, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2019.

JUNIOR, Ribamar. Políticas Públicas: Preta, preto, pretinhxs. 20 nov. 2015. Disponível em: <<https://caririrevista.com.br/preta-preto-pretinhxs/>>. Acesso em 15 nov. 2019.

MARIA, Alana. Verônica, a defensora. 13 fev. 2019. Disponível em: <<http://negronicolau.blogspot.com/2016/04/conheca-o-grupo-de-valorizacao-negra-do.html?m=>>>. Acesso em 13 nov. 2019.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. 3 ed. 2011. Editora Cortez. São Paulo. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

MOTTA PINTO, Henrique. Comunidades quilombolas: a política federal em questão no STF. 05 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/comunidades-quilombolas-a-politica-federal-em-questao-no-stf/8366>>. Acesso em 20 nov. 2019.

SOUZA, Marciana de Freitas e. FERREIRA, Tamara de Freitas. Mulheres, raça e classe: o que Angela Davis nos tem a dizer sobre Direito. 23 mai. 2019. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2019/05/23/mulheres-raca-e-classe-o-que-angela-davis-nos-tem-a-dizer-sobre-direito/>>. Acesso em 07 nov. 2019.

SIMÕES, Carlos. Curso de Direito do Serviço Social. 2014. ed.7. Editora Cortez. São Paulo.  
VALÉRIO, Erinaldo Dias. Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC. Recife. 2014

## O PROGRAMA PACTO PELA VIDA E O DEBATE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM PERNAMBUCO - 2007 A 2018

Thais de Albuquerque Maranhão Lôbo<sup>183</sup>  
Evelyne Medeiros Pereira<sup>184</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apreender as diretrizes e os fundamentos da formulação do Programa Pacto Pela Vida, identificando seus conteúdos e mecanismos de enfrentamento a violência que subsidiaram a Política de Segurança Pública do Estado de Pernambuco nos anos de 2007 a 2018, durante a gestão do Partido Socialista Brasileiro. Para isso, foi necessária uma pesquisa de caráter exploratório e documental, a partir da realização da leituras dos documentos que balizaram sua formulação. A partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, foi possível perceber como a atuação do Pacto Pela Vida sinaliza um direcionamento conservador de se fazer segurança pública, baseada no encarceramento massivo e na guerra às drogas. Espera-se, ainda, que o artigo contribua com a democratização do debate em torno da Política de Segurança Pública.

**Palavras-chave:** Pacto Pela Vida. Política de Segurança Pública. Pernambuco.

### INTRODUÇÃO

Diante da atual conjuntura, materializada pelo adensamento da questão da violência e a massificação de notícias em torno da expansão da criminalidade, a problemática do trabalho parte da necessidade de impulsionar e democratizar os debates acerca da Política de Segurança Pública. Com a conseqüente insegurança da população, a sociedade passa a demandar respostas urgentes das instituições e dos governantes, na intenção de encontrar soluções para as adversidades ocasionadas pela violência. A mobilização social se dá principalmente porque as adversidades determinadas pela criminalidade e a violência “afetam toda a população, independentemente de classe, raça, credo religioso, sexo ou estado civil” (BEATO FILHO, 1999, p. 13).

Um efeito direto da necessidade de garantir segurança à população, é a promoção de respostas imediatistas, que pouco que resolvem o conjunto de problemas em torno da temática. Tal fato pode ser percebido pela vitória nas eleições presidenciais em 2018 por um candidato ultraconservador, que fez da segurança pública carro-chefe de sua campanha, a

<sup>183</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, thais.maranhao98@gmail.com;

<sup>184</sup> Professora orientadora, adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.



partir de discursos inflamados que reafirmavam concepções repressivas e militarizantes, como o incentivo a posse de armas e a estratégia de encarceramento em massa.

Especificamente em Pernambuco, estado caracterizado pelos altos índices de violência<sup>185</sup>, a segurança pública também atuou como prioridade na campanha de Eduardo Campos para o governo em 2006. Sob o discurso de frear a escalada da violência, o até então candidato angariou votos de grande parte da população, que o elegeu como seu representante político. Já eleito, o então governador de Pernambuco, teve como ato inicial do seu mandato a implementação de um novo programa de segurança pública no estado, intitulado Pacto Pela Vida, no ano de 2007. Partindo dessa realidade e na tentativa de fortalecer os debates em torno da segurança pública, o presente trabalho tem como objetivo apreender as diretrizes e os fundamentos da formulação do Programa Pacto Pela Vida, identificando seus conteúdos e mecanismos de enfrentamento a violência que subsidiaram a Política de Segurança Pública do Estado de Pernambuco.

É a partir da compreensão de que dois representantes, de diferentes espectros políticos, foram eleitos, principalmente, por discutirem assuntos em torno da segurança - sendo que ambos a direcionam para um viés conservador - que se faz fundamental o espraio dos debates e a socialização das informações junto a sociedade sobre a segurança pública, visando disputar, cada vez mais, os espaços de formulação dessa política pública.

Ao compreender que essa forma de fazer segurança está sendo absorvido positivamente por grande parte da sociedade, surge a necessidade de tensionar, a partir de um viés progressista, os processos de formulação dessa política pública. Para isso, é imprescindível que as políticas públicas em vigência, tenham seu caráter e forma de execução problematizados, na intenção de apresentar para o conjunto da sociedade, o que fundamenta essas políticas, para que e para quem elas servem. Sendo assim, o trabalho tem por objetivo apreender as diretrizes e os fundamentos da formulação do Programa Pacto Pela Vida, identificando seus conteúdos e mecanismos de enfrentamento a violência que subsidiaram a Política de Segurança Pública do Estado de Pernambuco nos anos de 2007 a 2018.

Para desenvolver a reflexão exposta nesse artigo, as atividades de investigação e de coleta de dados se deram por meio de procedimento metodológico de natureza exploratória que nos termos de Gil (2002, p. 41) serve para “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Além disso, foi necessário a realização de pesquisa documental uma vez que a apreensão das diretrizes e

---

<sup>185</sup> O Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2017, aponta o Recife como a sétima capital brasileira com maior índice de assassinatos, com uma taxa de 58,4 homicídios para cada 100 mil habitantes.

fundamentos do Programa Pacto Pela Vida (PPV) ocorreu por meio de uma reunião dos documentos oficiais que balizaram sua formulação. Nesse sentido, realizou-se a interpretação dos dados contidos nos documentos através da elaboração de questões para que fosse possível identificar seus conteúdos balizadores e os mecanismos de enfrentamento a violência que se expressam na Política de Segurança Pública Pernambucana.

A partir disso, o trabalho tem como direção teórico-metodológica o materialismo histórico na intenção de responder à questão fundamental delineada sob a égide da totalidade social, tendo em vista a compreensão da essência do objeto através do movimento dialético da realidade. Segundo Netto (2011, p. 20-21) a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa, “pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa e esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto”. Assim, tendo como ponto de partida a dialética, é a partir da distinção entre aparência e essência que o presente artigo intenta compreender de que forma as estratégias e as orientações utilizadas a construção do Pacto Pela Vida, sinalizam determinadas perspectivas ideológicas.

## DESENVOLVIMENTO

O substrato conservador e autoritário se perpetua hodiernamente, legitimando práticas autoritárias, manifestações racistas, preconceitos de classe e justiça seletiva nos mais diversos aparelhos institucionais e sociais, como nos órgãos governamentais, na justiça e na polícia. O avanço dessas propostas tem relação direta com o distanciamento da classe trabalhadora de uma formação de consciência política e de classe, que esclarece o movimento da adesão desses indivíduos a projetos políticos conservadores, além de trazer a tona a força ideológica do Estado burguês que para Marx e Engels (1999, p. 98) o “Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para garantir recíproca de sua propriedade e de seus interesses”.

Diante disso, ao funcionar como instrumento a serviço dos interesses das classes dominantes, ou como o próprio Marx denomina de “comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1998, p. 12), o Estado necessita tanto de instrumentos político-ideológicos para conquistar o consenso das classes subalternas ao projeto burguês e camuflar o antagonismo entre as classes, como também utiliza de aparatos

coercitivos, a partir do uso legítimo da força, para manter seus privilégios e garantir a ordem social em momentos de instabilidade.

Assim, esse *modus operandi* de fazer segurança está sendo absorvido positivamente por grande parte da sociedade, principalmente pela relação de hegemonia construída pela burguesia que “é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção de mundo [...] ‘bizarra e heteróclita’” (COUTINHO, 2010, p. 30), frequentemente contraditória, que orienta o pensamento e a ação de grandes massas sociais. A classe trabalhadora é duplamente atingida por esse modo de pensar e fazer segurança pública: primeiro, é a classe que mais sofre com os malefícios da insegurança pública, com o aumento da criminalidade e o medo da violência; segundo porque tornam-se vítimas das ações policiais e do pensamento repressivo/penal da política de segurança pública vigente no país.

O modelo de segurança pública vigente no país foi importado dos Estados Unidos durante o governo de Ronald Reagan, através dos processos de globalização e de ascensão do neoliberalismo. As medidas norte-americanas de higienização urbana e do encarceramento maciço dos pobres, aliada a uma herança nacional secular, advinda da tradição escravocrata, adensada durante a ditadura militar, fizeram com que a violência policial presente no país se materializassem no cotidiano social. Baseada na “concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre “selvagens e cultos”, que tendem a assimilar marginais, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem” (WACQUANT, 2011, p. 11), a segurança pública atual se apresenta como uma verdadeira guerra ao terror contra as parcelas mais subalternizadas da sociedade brasileira, numa clara adoção da criminalização da pobreza.

O resultado desse *modus operandi* de se fazer segurança pública, apresenta números que comprovam a ineficiência desse modelo. Segundo os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2017 houve 65.602 homicídios no Brasil, o equivalente a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes, maior índice de letalidade violenta intencional registrado no país. Além disso, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2019, o Brasil chega a um número estimado de pelo menos 812.564 presos, sendo que do total da população carcerária, 41,5% (337.126) são presos provisórios (pessoas ainda não condenadas), o que revela também o grau de morosidade dos processos no poder judiciário. Esse número, confirma que atualmente o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

Contudo, apesar dos números problemáticos, o modelo de segurança pública vigente não se modifica. Pelo contrário, foi possível perceber que os representantes políticos que



reafirmaram essa prática, foram eleitos pela sociedade. Absorvidos principalmente pelas classes dominantes e internalizado pelas classes subalternas, as falácias de resposta rápida à criminalidade e a violência, através do encarceramento massivo e a política de armamento a população, que como já observado não podem ser consideradas novidades, se tornaram a forma mais rápida de conquistar votos no período eleitoral. Prova disso, foi a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, que ao utilizar a problemática da segurança pública como seu carro-chefe de campanha, acabou chamando atenção das grandes massas e da mídia para sua eleição. A propósito, é fundamental perceber que uma tendência no problema do crime no Brasil é que “ele venha a ser objeto da atenção de nossos governantes somente quando ultrapassar os limites estruturais aos quais está tradicionalmente confinado. Quando estende-se à classe média e à zona sul, imediatamente soam os alarmes da mídia e a indignação das elites” (BEATO FILHO, 1999, p. 14).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realidade Pernambucana no final da gestão do ex-governador Jarbas Vasconcelos encontrava-se permeada pelo adensamento da violência e da insegurança na sociedade, motivo pelo qual, Eduardo Campos, candidato ao governo do estado na época afirmava em sua propaganda eleitoral que “o governador precisa assumir pessoalmente o comando das ações no combate a violência” (2006). Sendo assim, ao ganhar o processo eleitoral, Eduardo teve como meta inicial de governo, a contenção dos problemas envolvendo a questão da segurança pública, aprovando e implementando, ainda em 2007, o Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE) no qual foram estruturados 138 projetos, sendo um deles o programa Pacto Pela Vida (PPV). Segundo a Secretaria de Defesa Social (SDS/PE, 2017) o Pacto Pela Vida é uma política pública de segurança, transversal e integrada, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, os municípios e a União, tendo como objetivo primordial a redução em 12% ao ano as taxas de mortalidade violenta intencional em Pernambuco.

Apesar dos indicadores alcançados, é necessário ressaltar aspectos que revelam o caráter contraditório do PPV. O programa, segundo Pergentino (2014), tem como alicerce a doutrina da “tolerância zero” promovida pelo estado de Nova Iorque, que o próprio idealizador do Pacto Pela Vida afirma que “em Nova York, o declínio no mercado do crack, a adoção de novas formas de gestão policial territorializadas somadas ao investimento social em

áreas vulneráveis parece ter produzido resultados relevantes (CERDÁ, MESSNER et al., 2010 apud RATTON et al., 2013, p. 3)”. Segundo Wacquant:

De Nova York a doutrina da "tolerância zero", instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda [...] propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante. E com ela a retórica militar da "guerra" a ao crime e da "reconquista" do espaço público, que assimila os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a invasores estrangeiros - o que facilita o amálgama com a imigração, sempre rendoso eleitoralmente [...] esse tema proporciona aos políticos de cada um dos países importadores a oportunidade de dar ares de "modernidade" à paradoxal pirueta retórica que lhes permite reafirmar com pouco prejuízo a determinação do Estado em punir os "distúrbios" e, ao mesmo tempo, isentar esse mesmo Estado de suas responsabilidades na gênese social e econômica da insegurança para chamar à responsabilidade individual os habitantes das zonas "incivilizadas", a quem incumbiria doravante exercer por si mesmos um controle social próximo (2011 , p.19).

Com isso, é possível perceber que o modelo de segurança pública absorvido no processo de formulação do PPV, se baseia principalmente na repressão estatal e na criminalização da pobreza. Um documento que corrobora toda a discussão feita até o momento, é o decreto de Gratificação Pacto Pela Vida, que se materializa sob a forma de incentivo financeiro aos policiais civis e militares que conseguirem atingir as metas de redução das taxas de homicídio apreendendo drogas ou cumprindo mandados de prisão. Isso acaba por incentivar a competitividade entre os policiais, culminando em uma verdadeira guerra ao terror contra o “crime”, que tem por consequência, o encarceramento compulsório dos indivíduos infratores. Além disso, a lei nº 14.32 que regulamenta o GPPV, conta com um artigo específico destinado a repressão contra o crack. Sendo assim, ao promover uma repressão contra o crack, o PPV, está atacando diretamente os indivíduos pauperizados que são os principais usuários do crack, especialmente a população em situação de rua, que é inclusive, resultado de um sistema capitalista que empurra essas pessoas a margem da sociedade, por não servirem objetiva e diretamente ao mercado.

Uma consequência direta dessa forma de fazer segurança é o encarceramento massivo da população. Segundo uma pesquisa feita pelo monitor da violência em 2019, Pernambuco tem a maior superlotação carcerária do Brasil, ou seja, o estado possui o maior número de presos proporcionalmente ao número de vagas. A pesquisa apresenta que apesar da redução de 181% em 2018 para 178,6% maior que a capacidade dos presídios e penitenciárias em 2019, o percentual continua sendo o maior entre as 27 unidades federativas do país.

O próprio idealizador do programa, ressalta, a partir de uma análise crítica de seu projeto que “o papel da repressão foi privilegiado em detrimento do papel da prevenção”

(RATTON; GALVÃO; FERNANDEZ, 2014, p. 21). Os programas de prevenção propostos pelo PPV, se manifestam de forma isolada, não contribuindo diretamente em mudanças da realidade da segurança no estado. A alocação de recursos para os dois eixos, repressão e prevenção, são desproporcionais entre si, principalmente porque a prevenção não traz resultados imediatos, ou seja, úteis para a propaganda política. Assim, o eixo repressão torna-se hipervalorizado, centrado na atividade policial, esquecendo que a problemática da violência e da criminalidade é perpassada por diversas facetas, de caráter sócio-cultural, reproduzindo, portanto, “de modo mais sofisticado e com êxito – o modelo conservador de segurança pública que procurava combater.” (RATTON; GALVÃO; FERNANDEZ, 2014, p. 22)

É possível perceber que ao afirmar que a “coercitividade está incorporada como eixo central do PESP-PE e está diretamente relacionada à garantia da realização dos direitos humanos, especialmente dos direitos à vida e à liberdade” (PESP-PE, 2007, p. 63) que o Pacto Pela Vida se baseia na concepção de direito burguês, que assegura a propriedade privada, deixando de lado, conseqüentemente, a perspectiva dos direitos humanos e sociais. O PPV, não traz nada de novo em sua formulação, pelo contrário, assume as mesmas roupagens da concepção policesca, que acredita no poder da repressão coercitiva do Estado, sob o discurso de proteger e assegurar a vida dos cidadãos. Contudo, foi possível perceber que essa generalização não comporta aqueles que se encontram nas comunidades, favelas e ruas do estado de Pernambuco, os cidadãos a serem protegidos fazem parte da elite.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que a questão da segurança pública se encontra permeada pelo viés conservador, punitivo, repressivo e coercitivo do Estado. Sejam candidatos ultraconservadores, como é o caso do atual presidente, ou do espectro da esquerda, como foi o caso de Eduardo Campos em Pernambuco, a Política de Segurança Pública vem sendo terceirizada pelos gestores, deixando a cargo das polícias, a resolução do problema da violência e da criminalidade. A consequência direta dessa forma de fazer segurança está disposta na afirmativa popular “a polícia que mais mata é também a que mais morre”. Tal fato, é resultado da atuação violenta da polícia brasileira, que prejudica a todos os indivíduos da sociedade, inclusive os próprios policiais.

O caso pernambucano, materializado pelo programa Pacto Pela Vida, é um exemplo claro de como a segurança pública vem sendo realizada atualmente. O PPV, enquanto política de estado e sob a articulação entre executivo, sociedade civil organizada, judiciário, ministério



público e legislativo, deveria assegurar a proteção dos cidadãos pernambucanos. Contudo, o programa mostrou durante seus anos de atuação, que continua a se fundamentar no modelo conservador de Segurança Pública. Tal fato pode ser apreendido porque o PPV intencionalmente ou não, tem como alvo de suas ações a população que vive nas periferias do estado, principalmente através do discurso de “guerra às drogas”, sendo o crack o grande inimigo a ser combatido, que como supracitado, tem nos negros, jovens e pessoas em situação de rua, seus principais usuários.

Diante do exposto, é compreensível que perguntas como: sabendo dessas questões, por que a política pública de segurança continua atuando da mesma forma? Onde estão as forças democráticas e progressistas nesse debate? Quais as propostas feitas por elas?. De fato, o debate sobre a segurança pública e as polícias é pouco tensionado no espectro político, os progressistas acabam por deixar de lado essa questão e direcionam sua atenção para outras temáticas. Resultado disso se dá pela a afirmação de Soares “se nós não nos preocuparmos com essas questões, eu lhes garanto que os setores mais retrógrados se preocuparão” e de fato eles se preocupam, a questão é que a resposta dada por estes setores é simples: mais polícia, mais prisões em flagrante, mais mortes, mais guerra as drogas, mais prisões. É fundamental, portanto, que as forças democráticas e progressistas, voltem a discutir segurança pública junto a sociedade, escutando suas demandas e apresentando suas respostas, mostrando a verdadeira face do modelo vigente. Afinal, segurança pública, não é apenas uma política pública promovida pelo estado, para a sociedade, segurança é questão de vida ou morte.

## REFERÊNCIAS

**ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019.** Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISBN 978-85-67450-14-X. Disponível em: < [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019\\_05jun\\_versão-coletiva.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_versão-coletiva.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2019.

BEATO FILHO, C. C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 13-27, dez. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88391999000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400003>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 85-224-3169-8.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã: Feuerbach**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento de informações penitenciárias INFOPEN – junho de 2014**. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>&gt;. Acesso em: 26 nov. 2018.

PERGENTINO, P. R. L. de M. **“Suave” guerra às drogas: usuários em situação de rua**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11961/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PAULA%20REGINA%20LIMA%20DE%20MORAES%20PERGENTINO.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

PERNAMBUCO. Pacto Pela Vida - Plano Estadual de Segurança Pública. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 151 p. mai. 2007.

PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social. Crimes Violentos Letais Intencionais: evolução anual dos números de vítimas de cvli em Pernambuco por município janeiro de 2004 a dezembro de 2017. Disponível em: [http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=04ac1a80-c04c-4f0c-ab4c-eb3e429efb1f&groupId=124015](http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=04ac1a80-c04c-4f0c-ab4c-eb3e429efb1f&groupId=124015)>. Acesso em: 08 out. 2018.

RATTON, J. L.; GALVÃO, C.; FERNANDEZ, M. **O Pacto Pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco**. Recife: Instituto Igarapé, 2014. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Tradução André Telles. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.



IFce

I Seminário de Política Social e Serviço Social  
do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu

17 à 18 de dezembro de 2019  
Unidade Cajazeiras



# EXPERIÊNCIAS DO CAMPO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

304



## A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ

Suilane Chavier da Silva<sup>186</sup>  
Maria Aparecida Martins da Rocha<sup>187</sup>  
Cynthia Studart Albuquerque<sup>188</sup>

### RESUMO

Este artigo é referente à experiência do estágio curricular obrigatório pelo curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Iguatu. Realizado tendo como base a bibliografia utilizada no período de estágio e as experiências vivenciadas, este trabalho visa discutir a relação entre teoria e prática inerente ao trabalho das/dos assistentes sociais. Compreendendo o estágio como um espaço de formação profissional que abarca as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política e ainda as dimensões investigativa e formativa do exercício profissional, este trabalho apresenta as principais discussões consideradas relevantes durante o período do estágio tendo recorte no projeto de intervenção *Violência Contra às Mulheres: enfrentando o machismo e conhecendo seus direitos*, que executado em três momentos, permitiu às usuárias compreender como se dá a violência e se colocarem diante das realidades vivenciadas por elas.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Formação Profissional. Estágio Supervisionado. Assistência Social.

305

### INTRODUÇÃO

Realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Andreza Alves de Lucena, no município de Quixelô, a experiência do estágio compreendeu o período entre os meses de abril a dezembro de 2019, compondo a carga horária total de 450 horas. Garantida na Constituição Federal de 1988, a Assistência Social tem o CRAS como um instrumento de sua viabilização. Configurando-se como um direito constitucional, pode-se afirmar que a Assistência Social começa a ter ganhos a partir este período. Passa a ser regulamentada a partir da LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social. Sua estrutura é formada a partir do governo Lula, que cria em 2004 o Sistema Único de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social.

---

186 Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [suilanechavier94@gmail.com](mailto:suilanechavier94@gmail.com);

187 Assistente Social, graduada em Serviço Social (UECE) e especialista em Saúde Pública e em Gestão Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Andreza Alves de Lucena – Quixelô – CE, [ap.aninha@hotmail.com](mailto:ap.aninha@hotmail.com);

188 Professor orientador, graduada em Serviço Social (UECE), mestre em Sociologia (UFC) e doutora em Serviço Social (UFRJ), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, campus Iguatu, [cynthiastudart@yahoo.com.br](mailto:cynthiastudart@yahoo.com.br).

A experiência no campo permitiu a aproximação com a prática profissional, possibilitando compreender a unidade dialética entre teoria e prática. O período de estágio permitiu relacionar a realidade vivenciada pelos usuários e usuárias da política de Assistência Social e a estruturação da sociedade capitalista que, apropriando-se da riqueza socialmente produzida pela classe que trabalha, impõe consequências na realização das necessidades humanas e materiais da população que demanda os serviços do equipamento.

Possibilitou compreender as correlações de forças existentes e como essas interferem na viabilização dos benefícios assegurados pela assistência. E, ainda, conhecer os desafios que são postos quotidianamente à profissão do Serviço Social.

Concernente à intervenção, esta foi realizada por meio de palestra com as usuárias dos grupos do PAIF, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, no intuito de debater a questão da violência de gênero que implica no sofrimento físico, psicológico, sexual e moral das mulheres. A intervenção no objeto realizou-se por perceber a necessidade da problematização do tema tendo em vista não ser muito discutido. Em exemplo, nota-se a dedicação à temas referente à saúde como setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul, mas é de pouco conhecimento o agosto lilás, dedicado ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Tendo como base a Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006 – o objetivo da intervenção foi debater o machismo como determinante da violência contra a mulher, problematizando os direitos garantidos na Lei que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e também apresentar a rede de enfrentamento a violência.

A avaliação da intervenção permitiu conhecer que grande parte das mulheres se sentem inferiores aos homens e relacionam a violência a outros fatores, muitas vezes culpabilizando as mulheres pela violência sofrida. Os momentos que aconteceram em três grupos permitiu debater essas questões e olhar para outras possibilidades.

Em síntese, este relato pretende trazer ao debate à luz de pensadores clássicos e contemporâneos a reflexão sobre o estágio no campo da Assistência Social, compreendida como um direito, e as implicações que vem se colocando no campo político e que traz consequências na execução desta política.

## **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO UM ESPAÇO DE REFLEXÃO DA UNIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA**

A Assistência Social é uma garantia que se insere na Constituição Federal de 1988 que, criando a Seguridade Social como uma proteção Social, traz em seu artigo 203 o direito a Assistência Social a quem dela precisar, não havendo a necessidade de contribuição como na previdência social. “Seu alvo é a ‘carência, que perpassa também as outras políticas, mas aqui se trata da carência dos absolutamente excluídos. Excluídos e despossuídos, não necessariamente da inserção social clássica – trabalho – mas excluídos do campo de ação das demais necessidades básicas, dado seu baixo poder aquisitivo’ (COHN et alii, 1987:93 apud YAZBEK, 2009, p. 66).

Assim, a Assistência Social compreende o campo em que se apresenta as demandas que a população pobre e extremamente pobre solicita para atender, de forma mínima, as suas necessidades humanas e materiais básicas. Segundo o Art 203 da CF88:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988)

Posterior a aprovação da CF88, o passo dado no âmbito da Assistência Social foi a LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93), trazendo as normas para organização da assistência no intuito de direcionar o Estado na garantia dos direitos. Vale considerar que no âmbito da Seguridade Social, a Assistência Social foi a última a ser regulamentada.

Outra referência na política aconteceu no início do governo Lula, mais especificamente em 2004, quando aprovou-se a PNAS, inserindo a família como parte da direção que deve ser dada nos atendimentos. Dessa forma, pode-se afirmar que o ponto desfavorável da PNAS foi o direcionamento da matricialidade sociofamiliar, pois, de certa forma, impõe à família a responsabilidade de questões que dizem respeito ao modo de produção. Concomitantemente, implantou-se o Sistema Único de Assistência Social, SUAS, direcionando as ações e formas de financiamento nas três esferas do governo.



As políticas assistenciais “[...] resulta de relações entre Estado e sociedade e dos mecanismos constituídos para gerenciar essas relações.” (YAZBEK, 2009, p. 60). Assim, a assistência ao mesmo tempo em que apresenta-se como um direito, é funcional o capitalismo por ser um meio de gerenciar as relações sociais. Contudo, no interior da sociedade do capital as políticas sociais é a única via de garantia de direitos à população trabalhadora.

No que se refere ao estágio, é um momento de grande relevância na formação acadêmica. No serviço social pode-se dizer que é imprescindível tendo em vista a diversidade de questões com que se depara quotidianamente as/os assistentes sociais que, sendo chamados da intervirem na questão social. deparam-se com uma diversidade de suas expressões.

Isto posto, o estágio supervisionado constitui-se como um espaço que possibilita a expansão dos conhecimentos teóricos tendo em vista a relação entre teoria e prática: “[...] uma unidade dialética e interdependente que pressupõe confrontos, aproximações, afastamentos, diferenciações permitindo o tratamento teórico da realidade, sistematização de práticas, a construção de saberes prático-interventivos, a aquisição de habilidades, competências e a reflexão sobre valores. (GUERRA, 2016, p. 111). Pois, a partir da realidade vivenciada, foi favorável a associação dos conhecimentos teórico-metodológicos, que, sendo parte das dimensões constitutivas do trabalho da/do assistente social, possibilita compreender as demandas impostas no cotidiano como alicerçadas na estruturação do modo social vigente.

A partir da experiência do estágio foi possível compreendê-lo como um ambiente que requer mediações entre teoria e prática. Acerca do campo de mediações afirma Reinaldo Pontes:

Considerando que a inserção da profissão na ordem capitalista consolidada e madura evoluiu, no sentido de uma diferenciação crescente e de um sincretismo prático, cultural e ideológico (Netto,1992:90), proveniente de uma copiosa pluralidade das refrações das “questões sociais” nesta sociedade, é justo considerar que a intervenção do assistente social se coloca diante deste campo de mediações complexas, que se tornam tanto mais complexo, quanto maior for a quantidade de determinações histórico-sociais, constitutivas do seu tecido social. (PONTES, s/d, p. 12)

Contudo, frente as diversidades de expressões sociais e as diversas atribuições burocráticas impostas ao exercício profissional é fato que muitas vezes essa relação entre

teoria e prática é substituída por atividades imediatas, que dispensam a referência ao contexto sócio-histórico ao qual as/os usuários estão submetidos.

Embora garantido constitucionalmente a partir de 1988 com a promulgação da Constituição Federal, foi possível perceber durante o estágio que apesar de existir a garantia legal, há muitos direitos que são negados. Isso diz respeito não apenas aos serviços oferecidos no equipamento, mas, todas as demandas que recaem na vida da população. Isso significa que a falta de renda, por exemplo, implica em outras refrações da questão social.

Referindo-se ao projeto de intervenção *Violência Contra às Mulheres: enfrentando o machismo e conhecendo seus direitos*, buscou-se problematizar a questão da violência por meio da concepção do machismo como sendo o fundante da violação dos direitos das mulheres, pretendendo, dessa forma, materializar as dimensões investigativa e formativa que compõe as dimensões constitutivas do exercício profissional do Serviço Social. A ação no objeto interventivo buscou relacionar teoria e prática e compreender, a luz de autores clássicos e contemporâneos, a assistência social e seu papel na efetivação dos direitos à população usuária.

Segundo Saffioti (2011), violência significa “[...] ruptura com qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.” (Saffioti, 2011). Posto isso, há vários tipos de violência que atingem as mulheres e viu-se a importância de considerá-las, pois, em muitas ocasiões não se considera como violência a ruptura de integridade moral e psíquica. Dessa forma, notou-se a necessidade de problematizar a violência contra as mulheres para além da compreensão da violação da integridade física, pois, essa é manifestação de outras formas de violência.

## **O OBJETO INTERVENTIVO A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR**

A experiência de estágio no CRAS do município de Quixelô, possibilitou fazer alguns questionamentos. Merece destaque o fato do município contar com apenas um CRAS em que atende apenas uma assistente social e não possui CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social. Posto isso, há casos de demandas que deveriam ser atendidas em um CREAS, mas, como o município não conta com número populacional permitido para implantação, o próprio CRAS recebe essas demandas, como exemplo o acompanhamento de adolescente em Prestação de Serviços à Comunidade.

De igual forma a questão da violência contra a mulher, que devendo ser acolhida pela Proteção Social Especial, é acolhida pela Proteção Social Básica, isso quando raramente aparece como demanda, pois o que se percebe é que o problema é ocultado no município tendo em vista não haver outros equipamentos de enfrentamento à violência contra a mulher.

A vista disso, viu-se a importância de inserir este debate no campo e problematizar junto às usuárias a discussão sobre as garantias da Lei Maria da Penha e a importância deste conhecimento na realidade vivenciada por elas, notando-se que são mulheres que vivem ou viveram em uma união conjugal. Traz a Lei Maria da Penha:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006)

Tendo como intuito problematizar a violência na concepção do machismo como estruturante, pensou-se a intervenção nos seguintes objetivos: possibilitar debates acerca dos comportamentos e discussões machistas que contribui para intensificação da violência contra mulheres; distribuir informativo sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da região centro-sul; e debater sobre a Lei Maria da Penha e os mecanismos de defesa de direitos das mulheres.

O objetivo do projeto de intervenção foi tentar trazer às usuárias o discurso da violência baseado no machismo, que tem o patriarcado como reprodutor. De acordo com Delphy (2009),

[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. (DELPHY, 2009, p. 173)

A intervenção foi direcionada a três grupos. O primeiro momento realizou-se no período da tarde com as usuárias da sede do município, tendo início às 13:30hs. Iniciou-se fazendo algumas reflexões para despertar o pensamento das mulheres com relação ao que é ser mulher. As mulheres foram bem participativas e foram ouvidas diversas opiniões. Para



explicar o machismo como estruturante da violência contra a mulher, foram expostas algumas frases machistas que incitam a violência. O intuito era utilizar um vídeo curto para contribuir com as reflexões, mas por problemas técnicos não foi possível. Portanto, após as reflexões sobre as frases foi exposto sobre a Lei Maria da Penha, colocando para as usuárias os direitos que são garantidos na Lei.

A todo momento ficou aberto para perguntas e colocações das usuárias no sentido da possibilidade delas tirarem suas dúvidas. Em sequência, foi discutido sobre a rede de enfrentamento a violência a realizada a distribuição de panfletos informativos sobre o que foi discutido durante o momento. Por fim aplicou-se um questionário objetivo no intuito de avaliar o conhecimento das usuárias.

Os dois outros momentos foram realizados com a mesma metodologia do primeiro, em razão das mesmas características do público. O segundo sendo realizado no grupo de gestantes, tendo início as 08:30hs, ocorreu com as mesmas problematizações, sendo além disso, disponibilizado um vídeo sobre a Maria da Penha pelo fim da violência contra a mulher; e o terceiro com o grupo com o grupo do Sítio Mata Pasto (zona rural), iniciado às 14:00hs.

Com relação à avaliação, foi aplicado um questionário. Ao todo participaram 34 mulheres, dessas, 16 nunca participaram de uma palestra ou outro momento com o tema, 7 não conhecia a palavra machismo, apenas 4 desconhece alguma mulher que já sofreu violência, 1 não concorda que a Lei Maria da Penha é importante para combater a violência, e 1 considera não tão importante. Dessa forma, percebe-se a partir da avaliação objetiva que a intervenção foi importante para levar às usuárias o conhecimento sobre os seus direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta a experiência vivenciada no período de estágio curricular foi possível compreender que a prática da profissão é essencial para o entendimento das teorias estudadas no curso. Assim, nota-se a importância de perceber o estágio como um processo formativo essencial para entender as mediações que se apresentam à profissão.

A partir dos debates compreende-se que a política de Assistência Social possui suas contradições, sendo funcional a manutenção do capital. Contudo, leva-se em conta que no interior da sociedade capitalista a Seguridade Social, que abrange a política de assistência, é o único meio de garantia dos mínimos direitos à população.

O estágio permitiu a aproximação com as demandas dos usuários e das diversas manifestações em que a questão social aparece. Nesse sentido, vale atentar para a necessidade dos

profissionais tanto em exercício como em formação compreender a prática como intrínseca a teoria e dessa forma buscar o aprimoramento na formação.

É de suma relevância considerar que a política de assistência social apesar de o que deixa desejar foi uma importante conquista. Frente a conjuntura atual é perceptível os retrocessos que estão sendo executados e que impactam na política atingindo a classe trabalhadora. Em síntese, a aproximação com a prática possibilitou entender como o modo de produção do capital apropria-se da riqueza trazendo implicações na vida dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei n. 8.742, 1993.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º 11.340, Brasília, 2006.

DELPHY, Christine. **Teorias do Patriarcado**. In: HIRATA, Helena. [et al] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. - São Paulo: Editora UNESP, 2009.

312

GUERRA, Yolanda. **O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática**: o perfil do profissional em disputa. In: SAN|TOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio; org.; FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda, coord. **A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios**. - Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2016.

PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do serviço social**. s/d. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>. Acesso em: 02/12/2019)

ROCHA, Flávia Rebecca Fernandes. **A unidade contraditória da assistência e da previdência social**: uma análise política da execução orçamentária no governo Lula. - Fortaleza, EdUECE, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. - 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** - 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, E. **Acumulação capitalista, fundo público e política social no Brasil.** In: BOSCHETTI, E. R. et al. (Orgs). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIENCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS V**

Maria Conceição Lopes da Silva<sup>189</sup>

Maria Aparecida Araújo Alencar<sup>190</sup>

Cynthia Studart Albuquerque<sup>191</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a experiência proporcionada pelo estágio supervisionado em Serviço Social, realizado no Centro de Referência da Assistência Social CRAS V. Reflete-se sobre a importância deste componente curricular para o processo de formação profissional dos estudantes. O relato trata da experiência do estágio na política de assistência social e do Projeto de Intervenção intitulado Tecendo os Direitos: um mapeamento dos direitos dos adolescentes no território do CRAS V, O referido projeto visou mapear, promover e fortalecer os direitos sociais dos adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos uma roda de conversa com os adolescentes e a construção de uma mapa com seus dos direitos respaldados no ECA, expressos no território onde moram. O projeto teve como resultado um debate participativo sobre o ECA e um mapa que foi construído pelos adolescentes de seus direitos no território do CRAS.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado. CRAS. Assistência Social.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo é fruto da vivência do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II realizado entre os meses de abril a dezembro de 2019 no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS V de Iguatu/CE, contabilizando 450 horas.

O CRAS é um equipamento da política de assistência social de caráter municipal que abrange um determinado território, localizado nas áreas de maiores índices de vulnerabilidades e riscos sociais. É o equipamento responsável pela execução dos serviços, programas, projetos e benefícios da proteção social básica. No caso de Iguatu, que é um

<sup>189</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [lopes\\_conceicao@yahoo.com](mailto:lopes_conceicao@yahoo.com);

<sup>190</sup> Supervisora de campo, Centro de Referência da Assistência Social CRAS V, [alencar.aparecida@yahoo.com](mailto:alencar.aparecida@yahoo.com);

<sup>191</sup> Supervisora acadêmica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [cynthiastudart@yahoo.com.br](mailto:cynthiastudart@yahoo.com.br).



município considerado de médio porte, pela quantidade de habitantes, possui seis CRAS. Cada um é responsável por um território bem delimitado. Todo CRAS é responsável pela “gestão da rede socioassistencial de proteção social básica do seu território e tem como principal serviço o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF” (BRASIL, 2009, p. 11).

O estágio supervisionado proporciona ao estudante de Serviço Social uma síntese das dimensões teoria e prática, proporcionando realizar associações entre as leituras realizadas durante o curso e a realidade social. Nesse sentido, “o estágio supervisionado tem um potencial riquíssimo como espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos, já que permite desenvolver todas as dimensões da profissão e articulá-las em torno de um perfil de profissional crítico” (GUERRA, 2016, p.101).

O trabalho do/a assistente social em diversos espaços sociocupacionais é perpassado pelas relações de precarização do trabalho, pelas condições de assalariamento e pela elevada taxa de demandas. No caso dos CRAS, existem demandas solicitadas aos profissionais tanto pelos usuários quanto pela própria instituição, levando as vezes ao trabalho burocrático-administrativo que ocupa muito o profissional, deixando de executar, por vezes, trabalhos de cunho coletivos.

A função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade. (ABREU e CARDOSO, 2009, p.594).

No estágio foi possível observar e fazer articulação de todas as dimensões do trabalho do/a assistente social, mas pela demanda dos usuários aos profissionais e demandas institucionais, identifiquei que era oportuno realizar uma intervenção no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) acionando a dimensão pedagógica da profissão. Foi a partir destes elementos e por meio de conversas com a supervisora de campo que iniciamos o processo de construção do projeto de intervenção, cuja proposta foi voltada ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, de 12 a 15 anos, grupo por ela acompanhado.

O Projeto teve como tema “Tecendo os Direitos: um mapeamento dos direitos dos adolescentes no território do CRAS V” tendo objetivo de mapear, promover e fortalecer os direitos sociais dos adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS V. O projeto contou com quatro momentos e teve o apoio da instituição, da supervisora de campo e do técnico de nível médio, responsável pelo grupo. Analisando as avaliações, em geral foi positiva. Porém, houve poucos adolescentes na avaliação e estes sinalizaram a necessidade de tratar o assunto de forma mais lúdica, visto que eles gostariam

que fosse mais dinâmico. Entretanto afirmaram que apreenderam o conteúdo e que a proposta alcançou a meta almejada, ou seja, proporcionar aos adolescentes um debate sobre o ECA de forma interativa e que eles pudessem reconhecer no território do CRAS V onde estão expressos seus direitos.

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO: IMPLICAÇÕES À FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

O estágio supervisionado em Serviço Social tem um aparato legal que o torna um componente obrigatório e indispensável à formação profissional do estudante de Serviço Social. Desde legislações que tratam sobre o estágio no âmbito nacional, para todos os cursos de graduação, até regulamentos específicos da área de Serviço Social, tal como é a Política Nacional de Estágio (PNE) (ABEPSS, 2010) e a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 533 de 2008, que regulamenta da supervisão de estágio. Conforme a PNE:

A Política Nacional de Estágio (PNE) na área do Serviço Social é uma demanda que vem sendo historicamente colocada para a ABEPSS, na direção de construir parâmetros orientadores para a integralização da formação profissional do assistente social, no horizonte do projeto ético-político profissional do Serviço Social. (ABEPSS, 2010, p.7)

Para além de regulamentos, estas normas são construções coletivas que buscam a responsabilidade e o compromisso com a qualidade da formação profissional, em consonância com o projeto ético-político da profissão, com o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993), a Lei nº 8662/1993 que regulamenta a Profissão de Serviço Social e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social da ABEPSS.

O estágio em Serviço Social tem um papel fundamental na articulação da unidade teoria e prática, fazendo com que o estudante consiga realizar uma aproximação com a realidade social posta na instituição, com os usuários e suas demandas e com a materialização do trabalho do assistente social no cotidiano do espaço socio ocupacional, articulando o que foi apreendido em leituras durante o período da graduação e do estágio. É nesse momento da formação acadêmica que o estudante acompanha o fazer profissional do assistente social de perto, dentro de uma unidade de trabalho, sendo capaz de visualizar a dinâmica da realidade.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase

financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, p.11).

O estágio se constitui em um espaço rico de aprendizado ao estudante, sendo capaz de proporcionar “investigar a realidade e lidar com os fenômenos que empiricamente se apresentam carentes de mediação” e “[...] buscar uma interpretação deles à luz de pressupostos teóricos[....]”. (GUERRA, 2016, p.105).

## RELATO DE EXPERIENCIA DE ESTÁGIO NO CRAS V

O estagio supervisionado como um momento privilegiado para conformação entre a unidade teoria e prática tem seu papel relevante na formação do estudante. No caso do meu estágio, realizado entre os meses de abril a dezembro de 2019, no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS V, equipamento da política de assistência social, foi um espaço de bastante aprendizado e aproximações com as expressões da questão social que acomete os usuários do CRAS.

A assistência social é hoje uma política pública, direito social de todos que dela necessitar, mas até alcançar esse patamar de direito, a assistência era concebida com práticas assistencialistas, de ajuda, de favor e de benemerência, voltada aos mais pobres e sem uma sistematização de ações, pois era praticada por pessoas de boa vontade, instituições filantrópicas e pelas Igrejas.

A ajuda é uma prática antiga na humanidade. Desde os tempos mais remotos, há relatos dessa assistência aos desamparados e desvalidos de toda ordem. Porém, com o desenvolvimento do capitalismo, surgiu a necessidade de criar meios, instituições e políticas para atender a demanda gerada pela questão social. (VERONEZE, 2016, p.347)

Através de muita luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, a política de assistência social foi normatizada e está garantida na Constituição Federal de 1988 como uma política pública, e segundo a Lei Orgânica da assistência social (LOAS, 1993) no seu artigo primeiro, diz que é um “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” Juntamente com a política de saúde e a política de previdência social compõem a seguridade social brasileira, formando um sistema de proteção social no Brasil.

O CRAS sendo um equipamento da política de assistência social que é responsável pela gestão da proteção social básica no território de sua abrangência, é o equipamento que tem projetos, programas, benefícios e serviços da proteção social básica que pretendem evitar,



através de aquisições e potencialidades as situações de vulnerabilidades e riscos sociais. É um equipamento que realiza diversos atendimentos junto à sua população usuária, através da atuação de seus profissionais. No quadro de profissionais dos CRAS, deve conter assistentes sociais para a composição da equipe de referência do equipamento.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (BRASIL, 2009, p. 9).

No CRAS é executado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo o carro chefe desse equipamento “consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.” (BRASIL, 2014, p. 12) junto a esse serviço o CRAS também oferta o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos “realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social”. ((BRASIL, 2014, p. 16).

Nesses dois serviços atua o assistente social, que dentro desse equipamento é um técnico de nível superior, de acordo com a NOB/RH/SUAS (2011). O assistente social historicamente luta para a efetivação de direitos da população e com a assistência social não é diferente, pois se trata de uma política que desde sua composição na seguridade social, afirmada na constituição de 1988, vem sofrendo diversos ataques pelo neoliberalismo.

Nesse período de estágio pude realizar leituras sobre a política de assistência social, sobre o cras, o trabalho do assistente social nessa política entre outras. O que ficava bem notório eram que as demandas postas ao trabalho do assistente social, como desemprego, pobreza, falta de alimentação, entre outros, eram visíveis nos atendimentos socioassistenciais individualizados, requerimento de cestas básicas e encaminhamentos para o Cadastro único, essas são todas expressões da questão social, fruto do momento de acumulação do capital que estamos vivenciando, do corte de direitos, desemprego estrutural e fragilização do trabalho.

Então a atuação do assistente nesse espaço vai ser de um profissional que vai lhe dá com as expressões da questão social diariamente, através das demandas dos usuários desse

equipamento, sendo por demanda espontânea ou busca ativa. Reconhecendo essas expressões na sua totalidade baseado nas determinações socio históricas.

Dentre essas demandas, muitas são dos usuários e outras são institucionais. Essas demandas além de respostas dos profissionais, requerem procedimentos burocráticos que muitas vezes, implica o assistente social não realizar outros tipos de atendimento de caráter mais coletivo e/ou acabam sobrecarregando o profissional.

Nesse sentido a burocratização do trabalho do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional, é um desafio a ser enfrentado, pois o atual modelo das políticas públicas vem requisitando dos profissionais uma tendência a burocratização

Cujo modelo é o de gestão de riscos sociais, criam demandas, formatam as respostas, padronizando-as em normas operacionais, legislações e procedimentos prévios já elencados no interior das próprias políticas, oferecendo ao assistente social um repertório de técnicas e instrumentos voltados para o controle da população (GUERRA, 2006, p.115).

Assim as respostas profissionais se dão de maneira imediata, focalizadas, tanto pelo o caráter da necessidade da resposta imediata, quanto pela quantidade de demandas.

Dentro do estágio também é notável a visão que se coloca sobre a política de assistência enquanto ainda sendo de ajuda aos mais pobres, assistencialista, isso em um município em que a questão política ainda é tratada nos moldes coronelistas de mando e desmando, os equipamentos e os profissionais sofrem com o descaso que se dá aos usuários da política, mesmo todos os serviços sendo normatizados, com *status* de direito, ainda reverbera a questão de que os serviços são frutos da “boa vontade” de alguns agentes políticos.

Portanto, dentro do estágio, fazendo as articulações necessárias, desdobrou-se o projeto de intervenção no estágio supervisionado, através das observações e de leituras sobre o tema, conversas com a supervisora de campo sobre a importância de se realizar uma intervenção de cunho coletivo, dentro do CRAS com os próprios usuários que frequentam semanalmente, que é o caso do SCFV, de falar sobre de direitos com os adolescentes e como estes se expressam na normativa e no território que vivem e também fortalecer que nós somos sujeitos de direitos e que precisamos nos apropriar deles e lutar para que eles permaneçam, e também entendendo que os adolescentes são pessoas em desenvolvimento, que precisam de proteção integral, mas também são sujeitos de direitos.

A proposta para a intervenção no estágio foi a partir da necessidade de se fortalecer a dimensão pedagógica do assistente social no CRAS V, visto que á uma grande tendencia a burocratização do trabalho do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional.

O projeto intitulado “Tecendo os Direitos: um mapeamento dos direitos dos adolescentes no território do CRAS V” traz como objetivo geral mapear, promover e fortalecer os direitos sociais dos adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS V, e como objetivos específicos: debater sobre os direitos sociais dos adolescentes expressos no Estatuto da Criança e do adolescente; mapear a rede de proteção social, junto com os adolescentes participantes do SCFV, no território do CRAS V; realizar culminância sobre os trajetos juvenis na rede de proteção social no CRAS V para socializar a construção do mapa.

Para cada objetivo específico, traçamos uma meta a ser alcançada durante o projeto: proporcionar aos adolescentes um debate sobre o ECA de forma interativa; construir junto dos adolescentes um mapa com os direitos que eles identificam no território que eles moram, proporcionar um debate acerca do ECA aos grupos do SCFV de 07 a 11 anos; realizar junto com os adolescentes uma apresentação do mapa que eles construíram para o grupo de 7 a 11 anos.

Os usuários que foram o público alvo da intervenção foi o grupo de 12 a 15 anos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Este grupo tinha a minha supervisora de campo como técnica de referência. A proposta era trabalhar o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA com esse grupo, afim de proporcionar a eles um debate sobre seus direitos expressos nessa legislação, bem como articular a função pedagógica do assistente social

Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos/às diversos/as atores/atrizes e sujeitos da política: os/as gestores/as públicos/as, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores/as, conselheiros/as e usuários/as. (Parâmetros Para Atuação De Assistentes Sociais Na Política De Assistência Social, 2011, p.20).

Pensou-se como estratégia, dos adolescentes serem os protagonistas desse projeto, então a metodologia utilizado foi uma roda de conversa sobre o ECA, mas utilizando-se um gibi da turma da Mônica falando sobre o tema. No primeiro encontro, cada adolescente recebeu um gibi e foi convidado a ler junto comigo, assim na medida que fomos lendo o gibi, íamos debatendo o ECA. No segundo momento, os adolescentes construíram um mapa com seus direitos expressos no território onde moram, indicando a localização da oferta destes direitos. Por fim, no terceiro momento foi apresentado o mapa construído pelos adolescentes de 12 a 15 anos, para um outro grupo do SCFV, com crianças de 7 a 11 anos, logo após as crianças desenharam um dos direitos que tinha no ECA. Na culminância foi feita uma avaliação do projeto com os adolescentes através de um questionário. No questionário os



adolescentes, presentes, avaliaram o projeto como positivo, porém, eles indircaram que o projeto poderia ter uma metodologia mais lúdica, visto que é um tema difícil e delicado. Das metas postas não foi atingida a apresentação do mapa junto com os adolescentes ao grupo do SCFV de 7 a 11 anos, já que os mesmo, em análise, apresentaram desconforto a apresentar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado é um espaço único na formação profissional. Espaço que contribui para que o estudante construa reflexões sobre a realidade que está estagiando, sobre as relações de trabalho e sobre a atuação profissional do/as assistente social. Com a supervisão de uma assistente social que está no campo profissional, atuando em uma política social, auxiliando na construção de um perfil profissional critico, junto com o supervisor academico, que faz as mediações necessárias, que ainda pela falta de amadurecimento academico, o estudante não conseguiria realizar sozinho, se forma uma tríade capaz de fomentar conhecimento e síntese entre teoria e pratica.

Em relação ao projeto de intervenção, trabalhar com um grupo de pessoas exige planejamento e organização, e que em alguns momentos o planejado deve ser remodelado para atender os objetivos postos.

É um espaço cheio de desafios também, pois dentro da lgica capitalista, sermos uma profissão que luta para uma sociedade mais igualitária e sem exploração, e a educação se moldar a partir da logica mercantilista, de produção de profissionais que sejam adaptaveis ao mercado de trabalho e o carater do nosso estágio supervisionado não é de aprender a fazer, mas sim uma unidade de ensino-aprendizagem e que corrobora com a construção do nosso perfil etico-politico guiado por nosso código de ética.

Também é importante salientar que no estágio vivenciamos o cotidiano do equipamento e da politica publica a qual o assitente social está atuando, percebemos a importancia de lutarmos por ampliação dos direitos e por qualidade e dignidade de viver. Nesses momentos em que as politicas sofrem cortes e atuam com ações fragmentadas, focalizadas e seletistas, a assitencia social também sofre esses percaussos, principalmente em um governo que não visa o social e alimenta a visão dessa politica ser uma politica de benesse como as praticas realizadas anteriormente antes de sua normatização, cortando recursos financeiros do que e direito e fortalecendo o que é de cunho focalizado, ao beneficiar entidades que fazem trabalhos voluntariados, reforçando a desresponsabilização do Estado com o social a impondo a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel e CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS & ABEPSS. Serviço Social. **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ABEPSS, 2009 (p. 593-608).

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional De Estágio Da Associação Brasileira De Ensino E Pesquisa Em Serviço Social -ABEPSS**. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf)>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da cidadania. **Lançamento do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/julho/lançamento-do-programa-nacional-de-incentivo-ao-voluntariado>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS**. Brasília: MDS, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS**. Brasília: MDS, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Ementa: Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. 2008.

GUERRA, Yolanda. o estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpídio (Org.). **A supervisão de estágio em Serviço Social: Aprendizado, Processos e Desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 101- 123.

SANTOS, José Whellison Brito dos; SILVA, Sheyla Suely Souza. Demandas institucionais e respostas profissionais no sistema único de assistência social: novas aproximações. **Temporalis**, Brasília, ano 18, n. 36, p. 306-319, jul./dez.

VERONEZE, Renato Tadeu. A Política de Assistência Social brasileira e a ameaça temerária aos direitos sociais. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 16, n. 2, p. 345 - 359, ago./dez. 2017.



## UM RELATO DA CONTRIBUIÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS DEMANDAS DE SAÚDE NO ENSINO SUPERIOR NA REALIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA

Francisco Daniel Coelho Viana<sup>192</sup>  
Marcos Bueno Pinheiro Peixoto<sup>193</sup>  
Maria Clara de Oliveira Figueiredo<sup>194</sup>

### RESUMO

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar a contribuição do/a Assistente Social para permanência discente na realidade da Universidade Federal do Cariri – UFCA no tocante as demandas de Saúde que apresentam entraves para consecução do seu processo de aprendizagem. Deste modo, obteve-se como ponto de partida as reflexões entre um profissional e um estagiário do Serviço Social da referida universidade com o processo de trabalho em um dos programas de permanência estudantil: o Programa Auxílio-Emergencial. Pretendeu-se corroborar com a compreensão da inserção em campo de estágio e posteriormente elencar o processo de trabalho com o Programa Auxílio-Emergencial na Universidade Federal do Cariri – UFCA demonstrando as áreas estratégicas do auxílio nas demandas de saúde. Trata-se de um relato experiencial, de natureza qualitativa, balizados por documentos, leis e literatura já existente. Evidencia-se a centralidade do fazer profissional na análise socioeconômica para a permanência estudantil, bem como um/a profissional mediador do itinerário de entrada para atenuar suas demandas de saúde.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Assistência Estudantil. Demandas de Saúde. Assistente Social. Estudante.

323

### INTRODUÇÃO

Ao vislumbrar o/a Assistente Social enquanto profissional inserido historicamente na divisão sócio técnica do trabalho, bem como desempenhando suas ações numa perspectiva de totalidade, apreende-se que sua relação com os sujeitos sociais independentemente do seu nível de vulnerabilidade bem como de espaço sócio ocupacional em que esteja inserido atua para efetivação dos direitos sociais, como forma de sobrepor essas vulnerabilidades apresentando possibilidades para sua emancipação e qualidade de vida.

É nesse viés que em se tratando das demandas estudantis da Universidade Federal do Cariri – UFCA, localizada com seu Campus sede na cidade de Juazeiro do Norte – CE o Serviço Social adentra a este lócus pautando suas intervenções na sobreposição de problemáticas que permeiam essa realidade estudantil, seja por necessidade de alimentação,

<sup>192</sup> Acadêmico do curso de bacharelado de Serviço Social do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Email-danielcoelho.viana@gmail.com;

<sup>193</sup> Assistsnte Social, Especialista, Universidade Federal do Cariri – UFCA, [bueno3@gmail.com](mailto:bueno3@gmail.com);

<sup>194</sup> Professora orientadora, Mestre, Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, [clarafigueiredo0310@gmail.com](mailto:clarafigueiredo0310@gmail.com);

transporte, saúde e outras situações que envolvem o contexto financeiro, contexto esse adensado pelas desigualdades sociais cada vez mais presentes na universidade.

O estágio supervisionado extracurricular realizado na instituição, teve como início o dia 02 de abril de 2018 e encontra-se ainda em vigência totalizando até o presente momento 20 meses, com carga horária total de 1600 horas, considerando 80 horas mensais. Com lotação no setor de Serviço Social da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), onde vem sendo realizada uma parceria estagiando-supervisor em prol da permanência estudantil.

O Serviço Social da referida PRAE tem como objeto de suas intervenções a parcela estudantil em situação de baixa renda, realizando para apreensão de sua realidade a análise socioeconômica. Esse procedimento é exclusivo do/a profissional de Serviço Social dentro da instituição e também nele consta a sua maior contribuição. A análise desse profissional é o pré-requisito chave para que os discentes possam adentrar aos programas de permanência estudantil. Atualmente são 4 profissionais, e um total de 3.465 discentes. As principais atividades desenvolvidas pelo/a Assistente Social, e conseqüentemente acompanhadas no processo de estágio são: análise socioeconômica, envolvendo processos de socialização de informações, entrevistas e visitas domiciliares.

Nesse período de experiência no estágio na Política de Assistência Estudantil, pondera-se que as atividades acompanhadas tem sido significativamente contributivas para a formação profissional, e nota-se o quão são aplicáveis também nos demais espaços sócio ocupacionais, o que torna ainda mais valoroso o campo de estágio.

Neste relato, apresentou-se a contribuição do/a Assistente Social para permanência discente na realidade da Universidade Federal do Cariri – UFCA no tocante as demandas de Saúde, abarcadas diante do processo de trabalho com o Programa Auxílio-Emergencial no seu intento de atenuar por meio de aporte financeiro essas demandas.

A importância dessa análise está na relevância do trabalho realizado na medida em que os atravessamentos e/ou implicações dos problemas de saúde estudantil, interferem não só na qualidade de vida universitária, mas também podem corroborar em situações de baixo rendimento e evasão do ensino superior.

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DEBATE: compreendendo o arcabouço teórico de sustentação da inserção em campo**

Antes de adentrarmos ao debate intrínseco aos estágios no campo do Serviço Social, se faz necessário compreender que a categoria estágio está posta para realidade brasileira num

aspecto que perpassa não só o ensino superior, mas também o ensino médio, e a formação técnico-profissional. Sendo que ainda nesse arcabouço, o estágio se configura enquanto uma atividade inerente as profissões, e é uma aproximação que permite o estagiando transitar do universo teórico para o universo prático, fazendo uma articulação entre essas duas dimensões.

Diante de tais considerações, para compreender o Estágio Supervisionado em Serviço Social, se faz fulcral salientar que este consiste em um instrumento de interligação entre as unidades teoria e prática, acarretando ao/a estagiando/a mais do que uma simples apreensão dos processos técnico-operativos, mas sim o desenvolvimento de competências e habilidades que associam as dimensões do fazer profissional, articulando-as para viabilizar os direitos sociais.

Nesse sentido, é imprescindível ponderar a legislação numa perspectiva macro que assegura o estágio em instituições (públicas e privadas). Deste modo, observa-se como regimento maior a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, nesse ínterim, o instrumento legal sinaliza em seu Art. 1º que o:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

Dada essa magnitude, pode-se dizer que ao vislumbrar o estágio enquanto ato preparatório para a futura atuação profissional, bem como um processo educativo-formativo, depreende-se diante dessa legislação o quão sua promulgação representa um avanço para o itinerário de formação. Sendo este um processo que só se concretiza envolvendo os diversos atores: instituição mantenedora do estágio, profissional supervisor e a principal peça desse processo o discente-estagiário.

Assim, a referida legislação contribui numa perspectiva de garantir uma efetiva relação em campo, que não se orienta unilateralmente na perspectiva de conceber o papel do/a estagiando/a como mão de obra barata que possa garantir o avanço dos objetivos meramente institucionais.

Dadas essas explicitações, pondera-se também como consequência dessa legislação, a criação da Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, elaborada em abril de 2009. Esta



por sua vez versa os esforços empreendidos coletivamente<sup>195</sup> como fomento a um estágio articulado ao projeto ético-político, corroborando com a criação de subsídios reflexivos que possam ser combustíveis para construção do perfil profissional do/a estagiando/a.

Diante de tais elementos apreendidos nesta política, resta a compreensão de que:

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p. 11).

Logo, corroborando com os ideários explicitados diante desse excerto, observa-se que ao se tratar de um instrumento sintonizado aos princípios constitutivos do projeto categórico, de refletir e estar criticamente conectado a realidade social diante dos desafios do quadro societário que tem cada vez mais dilacerado profissões e famílias na contramão dos direitos sociais e em detrimento a um sistema econômico capitalista. É condição sine qua non a apropriação desta política em detrimento a um estágio, uma inserção em campo balizadas por um Serviço Social de qualidade.

### **O PROGRAMA AUXÍLIO-EMERGENCIAL, O SERVIÇO SOCIAL DA UFCA E AS DEMANDAS DE SAÚDE ESTUDANTIL: uma relação para consecução da permanência estudantil**

O Ensino Superior tem sido pauta de debates nacionais na medida em que se reconhece que o direito a inserção nesse nível de ensino, mesmo assegurado nas diversas legislações sociais se vê ameaçado, dasdas as contradições existentes que perpassam os muros universitários. Versa-se aqui, sobre as diversas desigualdades sociais, reconhecidas e traduzidas em vulnerabilidades que ameaçam a permanência estudantil.

São várias as demandas que tem se apresentado como paradigmas para o alcance da conclusão do Ensino Superior, e posterior inserção no mercado de trabalho, sendo ainda a educação superior uma das maiores formas de desenvolvimento social dos sujeitos, bem como

---

<sup>195</sup> Esse processo coletivo de debates demonstra o caráter mobilizador e estratégico da PNE na defesa do projeto de formação profissional e instrumento de luta contra a precarização do ensino superior. Neste sentido, a resposta das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs), professores, estudantes e assistentes sociais ao chamado da ABEPSS foi significativa e propositiva, tornando a construção da PNE um elemento de mobilização efetiva em todo Brasil, conforme demonstram os dados relativos aos debates ocorridos no país que discutiram a Política: 80 eventos, que contaram com a participação de 175 UFAs e 4.445 participantes. (ABEPSS, 2010, p. 2).

sua referida ascensão. Para uma melhor compreensão desse contexto, pode-se dizer diante do Decreto 7234/2010 que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que essas demandas se traduzem diante das ações do PNAES em promover o acesso a:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010, p. 01).

Diante do exposto, observa-se que o Programa vem subsidiar condições de permanência no ensino superior. Desenvolvendo mecanismos sintonizados a esses eixos salientados. Não obstante a essa apreensão, encontram-se as bases para interface do Serviço Social com essa política, que no caso da UFCA torna-se uma profissão indispensável para a comunidade estudantil.

A inserção do Serviço Social na UFCA é recente, datada de 2014, logo após a universidade que antes era um campus da UFC, ter se tornado independente em meio ao processo de desmembramento – Lei nº 12.826 de 05 de junho de 2013. Nesse viés, a contribuição profissional tem se dado em virtude da realização de análise socioeconômica e documental para que os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam ter possibilidades de transpor suas barreiras e permanecer na universidade. Sobre o processo de análise socioeconômica, como aponta Miotto (2009), constitui uma ação inerente do trabalho do/a Assistente Social pela sua capacidade de contribuir para a apreensão da realidade dos sujeitos, e diante dessa apreensão é que se pode criar estratégias e desempenhar intervenções, neste sentido, essa análise é a porta de entrada para os programas de permanência da instituição.

E em se tratando destes programas, a UFCA dispõe prioritariamente do Programa Auxílio-Emergencial, que contribui para permanência discente em três aspectos de acordo com a resolução do auxílio<sup>196</sup>: estudantes não alcançados por outros programas e ações devido a condição de serem novatos, estudantes com demandas voltadas aos aspectos de saúde com necessidade de compra de medicamentos, realização de exames laboratoriais, de próteses,

---

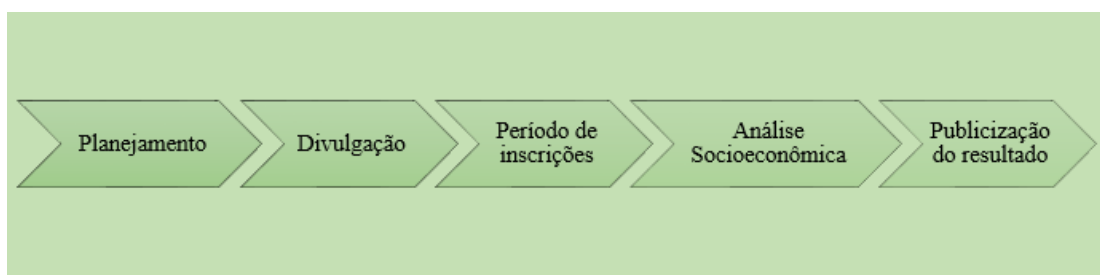
<sup>196</sup> Disponível em: site UFCA. < <https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/09/PRAE-UFCA-Anexo-que-regulamenta-o-Aux%C3%ADlio-Emergencial-25.09.2019.pdf> >.

assim como também tratamento, e por último discente que vivenciam situações repentinas que interfiram no rendimento universitário por comprometimento de sua situação financeira.

Sabe-se que tanto o acesso a saúde quanto a educação sob o olhar da constituição cidadã de 1988 estão postos como direitos sociais, todavia as políticas sociais de ambos os âmbitos ainda estão longínquos do alcance efetivo da população, o que repercute tanto no quadro familiar, como na integridade discente, que o leva a uma encruzilhada dentro da universidade, na medida em que se apresentam demandas de saúde nas quais não tem rendimentos suficientes para suprir, ainda que se tenha uma política de saúde pública e dita “universal” como o Sistema Único de Saúde (SUS). E é diante dessa perspectiva que o programa de forma complementar atua na erradicação dessas demandas tendo em vista que sem saúde, tampouco se consegue dar continuidade ao processo educativo-formativo.

Nessa magnitude, a organização do trabalho do Serviço Social para inserção dos discentes no programa vai se dá da seguinte forma.

**Figura 1** – Processo de organização do trabalho do Serviço Social no Programa Auxílio-Emergencial.



Fonte: sistematização própria, 2019.

No planejamento buscamos organizar todo um cronograma para o processo de concessão do auxílio, observando os critérios a serem utilizados, quantidade de vagas disponíveis, e principalmente pensando a celeridade para o quanto antes os discentes terem acesso ao referido programa. Logo após inicia-se a divulgação do edital do auxílio buscando socializar o máximo de informações para os discentes, e ao mesmo tempo se iniciam as inscrições com um período de em média 5 dias, em que se inscrevem no sistema virtual da universidade, entregam cópias das suas documentações de renda e identificação, bem como do núcleo familiar, e o formulário do programa com o tipo de solicitação almejada.

Após essas três primeiras etapas iniciamos a Análise Socioeconômica, como já referenciado em linhas anteriores, mas a título de informação complementar, cabe ainda ponderar esta como competência profissional prevista em legislação da categoria em seu Art. 4º: “realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços



sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”. (CFESS, 2012, p. 45). Salienta-se ainda que este processo de análise pode envolver também entrevistas e visitas domiciliares. Após a análise, os/as profissionais colocam a condição de deferidos e indeferidos no programa a partir do atendimento ou não aos critérios exigidos. E posteriormente, finaliza-se o processo que dura em torno de um mês com a publicização dos resultados no site da universidade.

Apesar da condição de seletividade no trabalho com o auxílio, observamos mediante nossa parceria nesse período de estágio o quão significativo o programa tem sido para a permanência estudantil dos que são assistidos. Em questão de valores, cabe mencionar que de acordo com a Portaria nº 296, de 06 de agosto de 2019<sup>197</sup>, em seu Art. 2º, “consiste no pagamento mensal de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais), por um período de 1 (um) a 04 (quatro) meses consecutivos dentro do ano vigente”.( CONSUP/UFCA, 2019, p. 01).

Nesse âmbito, o trabalho neste auxílio tem subsidiado a assistência nos aspectos de saúde nas seguintes áreas:

**Figura 2**– áreas estratégicas de saúde que o Programa Auxílio-Emergencial abarca



Fonte: sistematização própria, 2019.

É diante dessas áreas estratégicas que ao vislumbrar o processo de trabalho profissional para que os discentes possam ser assistidos pelo referido programa pode-se abstrair o nível de contribuição do/a Assistente Social em possibilitar essa assistência a saúde.

Deste modo, infere-se também, como versa Almeida (2013) que,

<sup>197</sup> Disponível em: site institucional da universidade < <https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/08/REITORIA-UFCA-%E2%80%93-Portaria-n%C2%BA-296-define-valores-dos-aux%C3%ADlios-da-PRAE-06.08.19.pdf> >.

(...) através de programas de assistência estudantil, universidades públicas e particulares vem contribuindo para o acesso e permanência dos discentes, considerando o perfil e a política desenvolvida por cada uma delas. E que, neste cenário, o assistente social é profissional privilegiado, pois trabalha nas diversas frentes de assistência estudantil, favorecendo não só o acesso às políticas públicas e a garantia de direitos sociais, mas também a permanência na universidade. (ALMEIDA, 2013, p. 123-124).

Compreendendo nesses moldes a tessitura das vulnerabilidades estudantis, e que estas perpassam o campo da saúde, mas também o ultrapassam. Buscando atenuar as demandas encontradas, sendo sempre a porta viabilizadora e mantenedora da inserção estudantil em programas como o mencionado neste relato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, pode-se dizer que a atuação profissional tem como prerrogativa fundamental na Universidade Federal do Cariri – UFCA apropriar-se da realidade estudantil, analisando suas vulnerabilidades, como estas incidem na sua permanência na universidade, e possibilitando a inserção em programas de permanência estudantil. Observa-se que o foco da nossa proposta de debate volta-se em específico para como se dá essa contribuição no âmbito das demandas de saúde, sendo que estas trazem interferências significativas para o processo educativo-formativo no ensino superior quando não há o devido suporte.

A importância desse contributo profissional está na perspectiva de pensamento de que “(...) pensar a formação acadêmica dos alunos implica na criação de condições para que eles possam concretizar suas expectativas em relação à sua graduação, em tempo regular e com melhor rendimento possível”. (ALMEIDA, 2013, p. 123). Tendo os programas de permanência, assim como é o caso do auxílio-emergencial a possibilidade de fazer isso acontecer, e os/as profissionais de Serviço Social diante desse cenário interventivo o privilégio de atuar para materialização dessas condições.

Destarte, cabe ao profissional seguir nesta perspectiva contributiva com a análise e inserção dos discentes nos programas de permanência e em especial, no Programa Auxílio-Emergencial, dado o seu caráter voltado ao atendimento das demandas de saúde, saúde esta cada vez mais complexificada mediante o curso contemporâneo que apresenta um contexto de crise política, no trabalho e na economia, principalmente acarretando aos aspectos de saúde mental da população estudantil o seu adoecimento.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, maio 2010. Disponível em: < [http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_1996.pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf) >. Acesso em: 16 de nov. de 2019.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; PEREIRA, Larisa Dahmer (Org.). **Serviço Social e Educação**, 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p.113 - 129, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

CFESS. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONSUP/UFCA. Portaria nº 296, de 06 de agosto de 2019. Dispõe sobre os valores dos Auxílios Emergencial, Óculos e Financeiro a Eventos pagos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Disponível em: < <https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/08/REITORIA-UFCA-%E2%80%93-Portaria-n%C2%BA-296-define-valores-dos-aux%C3%ADlios-da-PRAE-06.08.19.pdf> >. Acesso em: 16 de nov. de 2019.

MIOTO, R. C. T. **Estudos Socioeconômicos**. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

UFCA. Universidade Federal do Cariri: dados da universidade disponíveis no site institucional. Disponível em: < <https://www.ufca.edu.br/instituicao/apresentacao-e-historia/> >. Acesso em: 16 de nov. de 2019.



## DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS E CONDICIONALIDADES DO PBF: promovendo o acompanhamento e a participação

Neuria Alcantara de Matos<sup>198</sup>

Luan Lopes<sup>199</sup>

Alexandra Queiroga Cavalcante Bezerra<sup>200</sup>

Rafael Barbosa Morais<sup>201</sup>

Cynthia Studart Albuquerque<sup>202</sup>

### RESUMO

O presente relato de experiência apresenta a vivência no campo de estágio, localizado no CRAS II e a implementação do Projeto de Intervenção de Estágio, que teve como objetivo promover os direitos socioassistenciais junto aos beneficiários/as do Programa Bolsa Família (PBF), priorizando as famílias em descumprimento de condicionalidades no bairro Paraná, ressaltando a importância do fortalecimento dos serviços, programas e benefícios ofertados no CRAS. Para responder aos objetivos, utilizamos como ferramentas a busca ativa e o trabalho educativo junto às famílias. Participaram das atividades 22 famílias beneficiárias do PBF, possibilitando a aproximação destas aos serviços ofertados no CRAS e a continuidade do projeto com a deliberação de uma data para o próximo encontro.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado; Condicionalidades; Programa Bolsa Família.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo traz o relato da experiência vivenciada por ocasião do Estágio Supervisionado Obrigatório I e II, do curso de Bacharelado em Serviço Social, do IFCE-Campus Iguatu. O período de Estágio Supervisionado I e II, foi realizado no 6º e 7º semestres do curso, no período de março a novembro de 2019, com carga horária semestral de 225 horas, perfazendo um total de 450 horas.

A experiência do Estágio Supervisionado Obrigatório I e II<sup>203</sup>, foi uma significativa contribuição para a nossa formação profissional. Foi possível experimentar a relação teoria-prática a partir da inserção na realidade, nas práticas interventivas, no uso de

<sup>198</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, e-mail: [neuriacejesus@gmail.com](mailto:neuriacejesus@gmail.com);

<sup>199</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, e-mail: [luanlopesds@gmail.com](mailto:luanlopesds@gmail.com)

<sup>200</sup> Assistente Social, Bacharel em Serviço Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) II, e-mail: [alexandra\\_queiroga@hotmail.com](mailto:alexandra_queiroga@hotmail.com);

<sup>201</sup> Assistente Social, Bacharel em Serviço Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) II, e-mail: [materialtrabalho148@gmail.com](mailto:materialtrabalho148@gmail.com);

<sup>202</sup> Professor orientador, Doutora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [cynhtiastudart@yahoo.com](mailto:cynhtiastudart@yahoo.com).

<sup>203</sup> O Estágio foi realizado na Política de Assistência Social, porém em equipamentos deferentes, no Programa Acessuas Trabalho (Estágio Supervisionado I) e no CRAS II (Estágio Supervisionado II).

instrumentos e instrumentais, na elaboração de relatórios sociais e pareceres sociais, nas discussões e reflexões feitas entre estagiária e supervisora de campo. Esse processo de instrumentalidade no estágio é fundamental pois, de acordo com a ABEPSS (2010), o estágio supervisionado caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do/a estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os/as Assistentes Sociais, para que seja capacitado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional.

O projeto de intervenção intitulado “**DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS E CONDICIONALIDADES DO PBF**: promovendo o acompanhamento e a participação”, visa assim promover os direitos socioassistenciais junto aos beneficiários do Programa Bolsa Família, a partir do fortalecimento dos serviços, programas e benefícios ofertados no CRAS. O referido projeto foi implementado no CRAS II - Antônio Bezerra de Melo<sup>204</sup>, que faz parte Política de Assistência Social, e está localizado no Bairro Paraná no município de Iguatu-CE.

Tais objetivos foram alcançados a partir da busca ativa e conhecimento por meio da vigilância socioassistencial, identificação destes usuários com ênfase nos que estão em descumprimento de condicionalidades, e posteriormente, a realização de atividade socioeducativa para prevenção dos riscos e das vulnerabilidades que incidem nos descumprimentos das condicionalidades.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, e a técnica de observação fruto do campo de estágio II, que aferiu o Projeto de intervenção e este presente artigo. Como método mais adequado para compreender o processo complexo das relações sociais, utilizaremos o método dialético, por apreender as nuances sociais como um processo inserido em uma totalidade, expressando sua particularidade, em uma aplicação de uma lógica que entende uma perspectiva dialética, interconectada com os fenômenos e, sua dimensão contraditória Netto (2011).

## **O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL COMO CAMPO DE ESTÁGIO: ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO TEORIA/PRÁTICA**

---

<sup>204</sup> Este sendo implantado em 28 de agosto de 2005, no qual inicialmente foi locado na Secretária de Assistências, o equipamento passou por algumas estruturas físicas alugadas, atualmente a sede é própria, possui o registro de mais ou menos 1.000 (um mil) famílias e/ou indivíduos referenciadas, segundo a última contabilização realizada a quase dois anos.

O Estágio Supervisionado em serviço Social, de acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE), é componente curricular obrigatório que visa aproximar o estudante da realidade social, a fim de promover uma articulação entre teoria e prática. A PNE foi uma construção coletiva da categoria profissional, juntamente com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), cujo objetivo foi garantir a direção ético-política da profissão na formação profissional. A resolução do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) Nº 533 de 2008, regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, a fim de evitar descumprimento das normas de estágios e nas diretrizes curriculares.

A experiência de estágio de que trata este artigo foi desenvolvido na Política de Assistência Social. Esta política teve nos seus primórdios uma versão assistencialista, baseada na ajuda, benemerência, filantropia e caridade, tendo como divisor de águas a institucionalização da Política de Assistência Social na Constituição Federal de 1988 e ratificada nos estatutos legais posteriores - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (1993), Sistema Único de Assistência Social - SUAS (2006), Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) entre outros - como política pública afiançadora de direitos. Assim, o estágio foi realizado na unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) II.

O CRAS II é uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social, localizado na Rua 12 de outubro, S/N, Bairro Paraná, Iguatu-CE; que visa através de serviços, programas e projetos viabilizar direitos socioassistenciais aos usuários que assim fazem parte de bairros e localidades rurais onde o equipamento é territorialmente abrangente. Sendo assim o papel do CRAS é minimizar e trabalhar os impactos que refletem na estrutura das famílias e indivíduos, com rotinas e metodologias adotadas a partir do diagnóstico territorial ao qual é instalado.

A partir da observação do campo de estágio dentro do CRAS, por meio da análise institucional, percebemos que em meio ao desmonte das políticas sociais que se tornam cada vez mais precárias, sobretudo, a política de assistência social, a viabilização dos direitos socioassistenciais se torna muito mais desafiadora. Tendo em vista que a organização e mobilização dos usuários têm um papel fundamental para permanência e concretização desses direitos, propõe-se fortalecer a participação destes, em específico do Programa Bolsa Família<sup>205</sup>. O objetivo é fortalecer a importância e o papel do CRAS junto ao público da

---

<sup>205</sup> O Programa Bolsa Família - PBF é o maior programa de transferência de renda com condicionalidades, implementado em 2004, com a finalidade de enfrentamento à fome e à pobreza, prioridade social do governo Lula, a partir de 2003. No contexto da Política de Assistência Social inserido na proteção básica, foi considerado como mecanismo central para intervenção na realidade da população que vive em situação de pobreza e extrema pobreza, e negação de direitos. O PBF foi



assistência social, para assim promover informações sobre as condicionalidades do PBF, com foco na importância deste serviço para a promoção de direitos e a prevenção das vulnerabilidades e riscos sociais.

O PBF foi criado por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, pelo presidente Lula por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (BRASIL, 2004). Esse programa tem como finalidade estabelecer a famílias em situação de extrema pobreza e pobreza um mínimo de dignidade através da transferência de renda. Ao que se refere às condicionalidades o Art. 2º onde se estabelece que cabe ao MDS coordenar, gerir e operacionalizar o PBF e, em especial, executar as seguintes atividades que está em destaque no inciso II do mesmo artigo, referindo-se às atribuições de supervisionar o cumprimento das condicionalidades e promover a oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010).

Em maio de 2018 passou a vigorar o decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018, no qual o Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) e R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), respectivamente (BRASIL, 2018). Ou seja, o programa teve inicialmente como finalidade básica a retirada de famílias que estavam em situação de pobreza e extrema pobreza, com ênfase no desenvolvimento humano e social através da transferência de renda. Mas posto as condicionalidades e as novas estimativas de renda pode-se perceber o quanto esse benefício se condiciona a uma visão mais pragmática tendo um aspecto mais delimitado, que por vez pode não analisar de fato as condições socioeconômicas desses beneficiários em sua totalidade.

## PROMOVENDO O ACOMPANHAMENTO E A PARTICIPAÇÃO

O Projeto de Intervenção, intitulado por: **“DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS E CONDICIONALIDADES DO PBF: promovendo o acompanhamento e a participação”**, foi realizado com os usuários/beneficiários do Programa Bolsa Família do CRAS II no município de Iguatu-CE.

O Programa Bolsa Família tem um papel fundamental em reforçar o acesso das famílias à educação, à assistência social e à saúde, sendo esses compromissos chamados de

---

implementado pela medida provisória n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BEZERRA, 2018).

condicionalidades. Contudo, não somente os beneficiários têm a responsabilidade de cumprir esses compromissos, em contrapartida o poder público tem que ofertar e garantir esses serviços com qualidade.

No que se refere a assistência social e em relação ao trabalho a ser desenvolvido pelo CRAS, as famílias que descumprem as condicionalidades podem sofrer efeitos gradativos, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício podendo chegar ao cancelamento em casos específicos, então, cabe saber como estão essas famílias em relação ao estado de vida e acesso a esses direitos.

A partir da observação de fragilidades nas atividades socioeducativas do CRAS II com esse público, pensamos na realização do referido projeto. A primeira tarefa foi a busca desses beneficiários, visando fortalecer a participação e os conhecimentos sobre o papel deste equipamento. Levamos em consideração que se existem condicionalidades para o acesso ao direito à renda, por meio da inserção da população nos serviços sociais básicos, se faz necessário que o Estado garanta a oferta de serviços de qualidade e um diálogo horizontal com os beneficiários, isto é possível através do acompanhamento realizado pelos serviços do CRAS.

Neste horizonte, a intervenção teve como propósito proporcionar aos beneficiários o conhecimento sobre o CRAS, bem como seus projetos, programas e serviços de proteção social básica, realizado por meio da equipe multiprofissional. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o CRAS,

Além de ser responsável pelo desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias - com referência territorializada, que valorize as heterogeneidades, as particularidades de cada grupo familiar, a diversidade de culturas e que promova o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários – a equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios (PNAS, 2004, p. 29).

Propomos promover conhecimentos que visam a garantia de direitos socioassistenciais aos beneficiários que fazem ou não parte do acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e de outros serviços ofertados pelo equipamento.

A proposição do projeto de intervenção esteve atrelada ao fazer profissional do assistente social, sendo ele um integrante da equipe técnica de referência do equipamento, é requisitado a desempenhar ações pedagógicas e de cunho educativo, no qual espera-se que

tenha o direcionamento ético-político da profissão. Assim, busca-se que o assistente social informe os usuários sobre seus direitos, e viabilize o acesso destes às políticas públicas.

A intervenção como atividade do estágio supervisionado buscou realizar ações voltadas para os usuários do equipamento tendo como metodologia a busca ativa por meio de visita domiciliar de quem ainda não era acompanhados pelo CRAS. A proposta era que após o convite prévio às famílias realizaríamos uma atividade socioeducativa, buscando orientar e estimular a participação das famílias nos possíveis serviços desenvolvidos do CRAS, entendendo que o acompanhamento não é apenas um registro de informações das famílias nos sistemas, mas também o garantia do acesso às políticas sociais, bem como a prevenção aos riscos e vulnerabilidades sociais.

O projeto se iniciou com o mapeamento e identificação dos beneficiários do PBF, em especial, àqueles em descumprimento de condicionalidades, com base nas informações do território pela vigilância socioassistencial. Em seguida, foi realizada uma mobilização através de busca ativa por meio de visitas domiciliar aos beneficiários/as do PBF do Bairro Paraná, foram entregues convites e feita uma breve explicação da ação que seria realizada, tendo como cenário: o próprio equipamento.

Por fim, realizamos uma atividade socioeducativa com as famílias, cuja programação foi composta por: acolhida, exposição dialogada e roda de conversa sobre os direitos socioassistenciais e as causas dos descumprimentos de condicionalidades do PBF com os beneficiários/usuários presentes, encerrando com uma avaliação sobre o momento com os participantes.

A materialização desse projeto aconteceu no dia 28 de novembro de 2019, na sala de multiuso do CRAS II e contou com a participação de 22 (vinte e duas) famílias beneficiárias do PBF mobilizadas através do processo de busca ativa como já citado anteriormente. Vale ressaltar, a dificuldade encontrada nesse processo de mobilização devido à falta de transporte, este que deveria ser disponibilizado pelo CRAS II. Entretanto, o referido serviço não dispõe de transporte diário para a realização de suas ações e para garantir a atividade realizamos a mobilização no território circunscrito ao CRAS, visitando a pé. Uma outra dificuldade encontrada foi de localizar as famílias selecionadas para realizar a busca ativa, uma vez que a maioria, por morar em casas alugadas, teriam mudado para um outro endereço.

Porém, com as famílias que conseguimos mobilizar para participarem do momento socioeducativo, estes o avaliaram como muito proveitoso e aceitaram a ideia de um novo encontro. Consideraram de extrema importância os temas abordados e, na ocasião, ficou acordado a data do próximo encontro para janeiro. Portanto, acreditamos que o projeto deixou



uma semente plantada no que refere a participação e o fortalecimento dos direitos no CRAS II.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do estágio supervisionado nos proporcionou conhecermos mais de perto a execução da política de assistência social. Na condição de equipamento descentralizado da assistência social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), executor da Proteção Social Básica (PSB), consiste no trabalho social com as famílias, tendo o PAIF, a possibilidade de conhecer a realidade das famílias e usuários do território.

Visando realizar ações com as famílias tanto na promoção e prevenção com base nos direitos socioassistenciais, possibilitando o enfrentamento das vulnerabilidades e possíveis riscos sociais, o CRAS se torna então um equipamento referência para essas famílias, que consiste no acompanhamento familiar, caso haja a necessidade.

O projeto de intervenção visou promover atividade socioeducativa como foco as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência de renda que atua no enfrentamento a pobreza e extrema pobreza. Por meio do trabalho social com as famílias, o projeto de intervenção buscou levar informações para os beneficiários do programa, a importância do acompanhamento e desenvolvimento de atividades feitas pelo CRAS, buscou-se também levar informações sobre a amplitude do programa e suas condicionalidades.

Tendo em vista que a atividade buscou uma aproximação das famílias junto ao equipamento, visando uma atividade socioeducativa de caráter continuado, levou-se a necessidade de continuação das atividades com os beneficiários no equipamento como característica do trabalho social com as famílias.

As dificuldades do campo de estágio e execução do projeto de intervenção perpassam aos desafios enfrentados no dia a dia, seja enquanto a precarização da execução da política, ou enquanto desafios enfrentados no cotidiano profissional. Isso nos mostra que a política de assistência social vem ainda por questões estratégicas ou dos desafios que no contexto social e econômico a cada dia impossibilitam ou inviabilizam uma atuação como se tende a ser, seja na aproximação da política com os usuários que por muito ainda não conhecem seus direitos com base nessa política.

Levantados vários pontos, tanto o campo de estágio quanto todo processo do projeto de intervenção até a sua execução, nos mostrou que as dificuldades enfrentadas pelo CRAS

tem como foco está mais próximo as famílias territorialmente referenciadas em decorrência do desmonte e do desfinanciamento das políticas sociais

Consideramos então, que deve haver uma maior articulação e comunicação da rede socioassistencial, tendo em vista os desafios enfrentados pela execução da política, a aproximação das dos usuários frente à reconhecer os seus direitos. É sempre importante e o CRAS enquanto equipamento que tem esse como um dos seus objetivos deve sempre buscar e mostrar a necessidade dessas aproximação para uma melhor execução permanência da garantia dos direitos socioassistencias dos usuários.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS – **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Política Nacional de Estágio. Ano 2010.

BEZERRA, Alexandra Queiroga Cavalcante. **Programa bolsa família e enfrentamento à pobreza em Iguatu-CE: uma análise de sua particularidade contraditória**. Iguatu-CE, 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx** – 1º ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

## DESAFIOS VIVENCIADOS NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAMPO DE ESTÁGIO.

Talita de Freitas Lima<sup>206</sup>  
Maria Mayara Rufino de Souza<sup>207</sup>  
Cynthia Studart Albuquerque<sup>208</sup>

### RESUMO

O presente trabalho trata da vivência no estágio supervisionado do Curso de Serviço Social do Instituto Federal do Ceará e traz reflexões acerca desse momento importante na formação do graduando. É no estágio supervisionado que ocorre o primeiro contato do graduando com o exercício profissional e é essencial para a formação dos futuros profissionais. A experiência de estágio aqui apresentada aconteceu no correr do ano de 2019 tendo como lócus o Centro de Referência a Mulher de Iguatu – CRMI, que oferta atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, mas também, apresenta uma síntese do Projeto de Intervenção “Violência contra a mulher: a gente mete a colher” que objetivou a divulgação do equipamento e o debate sobre os desafios no enfrentamento ao problema da violência contra a mulher.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado; Serviço Social; Centro de Referência a Mulher.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um relato, a partir da vivência no campo de estágio, no Centro de Referência da Mulher de Iguatu - CRMI. Aborda o histórico da Política de Proteção a Mulher e o modo como está operacionalizada neste espaço ocupacional, dando destaque a características tais como: o modo de inserção do assistente social no ambiente sócio-ocupacional, a contextualização a partir do processo histórico e posicionamentos que originaram a política de enfrentamento a violência contra à mulher e os retrocessos contemporâneos na referida política.

Em conformidade com a Política Nacional de Estágio (PNE), o Estágio Supervisionado em Serviço Social é um componente curricular obrigatório que visa aproximar o estudante da realidade social, a fim de promover uma articulação entre teoria e prática. A PNE foi uma construção coletiva da categoria profissional, juntamente, com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), visando garantir a defesa do Projeto Ético Político na formação profissional. A resolução do Conselho Federal

<sup>206</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [talitaafreitas87@gmail.com](mailto:talitaafreitas87@gmail.com);

<sup>207</sup> Supervisora de campo, graduada em Serviço Social, especialista em Políticas Sociais e Gestão do SUAS, Centro de Referência a Mulher de Iguatu, [mmayarars@hotmail.com](mailto:mmayarars@hotmail.com);

<sup>208</sup> Supervisora acadêmica, graduada em Serviço Social, mestre em Sociologia e doutora em Serviço Social, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [cynthiastudart@yahoo.com.br](mailto:cynthiastudart@yahoo.com.br).



de Serviço Social Nº 533 de 2008, regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social, a fim de evitar descumprimento nas normas de estágios e nas diretrizes curriculares.

Perante esse gigantesco espaço de conhecimento que o discente tem maior aproximação com exercício profissional e com a realidade social, por meio da execução das políticas sociais em resposta às expressões da “questão social<sup>209</sup>”, que chegam aos equipamentos sociais. O estágio é o momento aonde devem ser realizadas reflexões críticas, fazendo-se indispensável compreender as particularidades das demandas locais, circunstanciadas pelas determinações estruturais do modo de produção capitalista.

De acordo com a ABEPSS (2010, p. 12) no curso de Serviço Social, o estágio supervisionado precisa “ocorrer em consonância como os princípios ético-políticos, explicitados no Código de Ética dos assistentes sociais de 1993, que se constituem como os valores norteadores do projeto profissional do Serviço Social brasileiro”

O estágio curricular obrigatório do IFCE é organizado em duas disciplinas obrigatórias: Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, realizados no 6º e 7º período do curso de Serviço Social, com carga horária dividida de forma equitativa em dois semestres, seguindo as recomendações das Diretrizes Curriculares. Ressalta-se que para garantir a processualidade e a qualidade do aprendizado, os dois estágios devem ser realizados preferencialmente no mesmo Campo de Estágio. (SERVIÇO SOCIAL, 2015, p. 4)

Os dados aqui contidos são resultados da observação e atuação tanto da assistente social, quanto da autora, na condição de estagiária do Centro de Referência da Mulher de Iguatu – CRMI. Este serviço é um espaço de acolhimento e atendimento psicológico, social e jurídico que proporciona o amparo necessário à superação da violência sofrida. É um equipamento vinculado à Política de Assistência Social, fundamental nas estruturas do programa de enfrentamento a violência contra a mulher, pois promove a ruptura da situação de violência por meio de ações e atendimentos interdisciplinares.

Segundo o Manual de Estágio do IFCE, “o processo ensino-aprendizagem será desenvolvido por meio da supervisão sistemática, pelo supervisor acadêmico (professor do curso de Serviço Social do IFCE) e pelo supervisor de campo (Assistente Social responsável pela supervisão na instituição/ campo de estágio), através de atividades conjuntas com os estudantes”.

---

<sup>209</sup> Segundo Yamamoto e Carvalho (1995, apud MACHADO, 1999, p. 42), “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

O estágio em Serviço Social acontece em duas etapas, o Estágio Supervisionado I e o II. Cada disciplina possui 80h de atividades acadêmicas e 225h de atividades nos campos de estágio, em cada semestre, totalizando 450h estágio curricular obrigatório supervisionado. No Estágio Supervisionado I, o estagiário deve observar e acompanhar as atividades desenvolvidas pela supervisora de campo na realização das suas atividades; colaborar na revisão e na construção dos relatórios e acompanhamento domiciliar; analisar como se dão as relações sociais no campo de estágio, observar quais as violências e negligências sofridas pelas usuárias e as possíveis respostas às demandas destas, a partir da perspectiva da garantia de direitos. No Estágio supervisionado II aprofunda-se a problematização, sistematização e socialização das experiências.

Desse modo, no estágio supervisionado, o espaço privilegiado do “ensino da prática”, ocorre a articulação entre as três dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão. Além disso, possibilita a materialização a unidade teoria e prática e das dimensões investigativa e interventiva da profissão. Com base na análise institucional realizada no semestre anterior, elabora-se e executa-se o projeto de intervenção profissional, a partir da realidade do campo de estágio. Nesse sentido, o estágio é o primeiro espaço de exercício da práxis profissional.

### **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER DE IGUATU: avanços e retrocessos no enfrentamento à violência de gênero**

A política de proteção à mulher em situação de violência se deu com base na percepção de como havia a necessidade de se garantir segurança, proteção e direitos a um público historicamente vítima pelas violências de gênero. No ano de 1979, ocorre a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, conhecida como CEDAW (da sigla em inglês) ou Convenção da Mulher. Este foi um tratado internacional que buscou garantir os direitos do gênero feminino, através de dois objetivos ordenados: a primeira, refere-se à promoção da igualdade de gênero e a segunda, coibir qualquer tipo de discriminação contra as mulheres. Alguns países aderem à referida convenção, dentre eles o Brasil, em 1984 por meio do decreto N° 89.460: “Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979.”.

No dia 9 de junho de 1994, acontece no estado do Pará, a Convenção Interamericana para prevenir e erradicar a violência contra a mulher, que ficou conhecida pela “convenção de

Belém do Pará”. O decreto passa a vigorar no Brasil no ano de 1996, e traz o entendimento da violência como qualquer ato que ocorra por motivo de gênero, que cause algum tipo de sofrimento contra à mulher.

Em 15 de dezembro de 2005, estabeleceu-se mais uma conquista para o público de mulheres que sofrem de violência: a criação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, através do decreto nº 7.393. O 180 é um contato telefônico gratuito, instituído pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) na gestão do presidente Lula da Silva. O contato telefônico permite que mulheres que foram violentadas recebam orientações ou façam denúncias sobre as violências de gênero sofridas, em suas múltiplas manifestações.

A Lei Maria da Penha, nº 11.340, promulgada pelo mesmo presidente em 07 de agosto de 2006, é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), e considerada uma das melhores legislações criadas para o enfrentamento das violações praticadas contra à mulher. Essa lei,

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2016)

O fortalecimento e a articulação dos serviços voltados ao atendimento das mulheres e enfrentamento do fenômeno da violência tem importância fundamental para a concretização da Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

Com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres em 2003, as ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres passam a ter um maior investimento e a política é ampliada no sentido de promover a criação de novos serviços (como o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, as Defensorias da Mulher, os 45 serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, as Promotorias Especializadas) e de propor a construção de Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência (SPM, 2015 apud BASTOS, 2019, p. 43-44).

“A rede de atenção à mulher vítima de violência é ampla e necessita de uma articulação numa perspectiva intersetorial e integral entre esses serviços” (Bastos, 2019, p 58). Os Centros de Referências de Atendimento às Mulheres (CRAMs) estão entre esses serviços. Seus princípios e diretrizes para atendimento e acolhimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar estão previstos em normas técnicas<sup>210</sup> de cada equipamento.

<sup>210</sup> Norma Técnica - Documento estabelecido por consenso e aprovado por uma instituição reconhecida que fornece para uso comum e repetido, regras, diretrizes ou características para produtos, processos ou métodos de produção conexos, cujo cumprimento não é obrigatório. Pode, também, tratar parcial ou exclusivamente de



Além disso, o Centro de Referência da Mulher é um espaço de acolhimento e atendimento psicológico, social e jurídico que proporciona o amparo necessário à superação da violência sofrida. É um equipamento vinculado à política de Assistência Social, é fundamental nas estruturas do programa de enfrentamento a violência contra a mulher, ao promover a ruptura da situação de violência por meio de ações e atendimentos interdisciplinares.

Centros de Referência de Atendimento à Mulher: Os Centros de Referência são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que devem proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania (Norma Técnica de Padronização- Centro de Referência de Atendimento à Mulher, SPM: 2006).

O Centro de Referência da Mulher de Iguatu - CRMI presta acolhimento em momentos de crise, minimizando o efeito traumático da violência; presta aconselhamento e acompanhamento jurídico, orientando a mulher quanto aos procedimentos no âmbito do sistema judiciário e no que se refere às medidas administrativas no aspecto policial; realiza ações socioeducativas, com atividades de prevenção, trabalhos de sensibilização e divulgação de dados sobre a violência, focados na desestruturação dos preconceitos que fundamentam a discriminação e a violência contra a mulher; oferece palestras socioeducativas, que tem como objetivo sensibilizar e prevenir no que diz respeito a violência contra a mulher; garante atendimento psicossocial com objetivo de resolver o resgate da autoestima da mulher em situação de violência e de sua autonomia, auxiliá-la a buscar e implantar mecanismos de proteção e/ou superar o impacto da violência sofrida; oferta trabalhos em grupo que favorecem situações de envolvimento, troca, participação, comunicação e criatividade, é também um espaço para reflexão sobre as relações e vínculos familiares; conta ainda, com brinquedoteca, onde são realizadas atividades preventivas, voltadas para o público infanto-juvenil, pois são seres em formação e, por isso a importância de se trabalhar com eles na perspectiva de conscientização e quebra de paradigmas.

O CRMI foi inaugurado em 20 de agosto de 2015. O equipamento tem a missão de “acolher e oferecer atendimento promovendo a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar à mulher em situação de violência”, seus atendimentos estão baseados nas violações que estão descritas na Lei Maria da Penha.

---

terminologia, símbolos, requisitos de embalagem, marcação ou rotulagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção. As normas devem ser baseadas em resultados consolidados da ciência, tecnologia e experiência, visando a otimização de benefícios para a comunidade (SPM, 2006).

Na implementação, o serviço ficou vinculado à Política de Assistência Social, especificamente, à proteção social especial. Na Política Pública de Mulheres não necessariamente especifica isso, visto que os CRM podem estar vinculados às políticas de direitos humanos de um município ou do Estado; ou até a política de saúde. Destaca-se que o importante é que se atenda às mulheres que são vítimas de violência doméstica ou de qualquer outro tipo de violência.

A equipe do CRMI é formada hoje por: 1 Coordenadora, 1 Auxiliar Administrativo, 3 Orientadoras Sociais, 1 Assistente Social, 1 Psicóloga, 1 Ajudante-geral e ainda, 1 motorista. Ressaltando que, contradizendo a Norma Técnica, a profissional de Psicologia e a de Serviço Social que oferecem o atendimento inicial, são as mesmas que realizam o atendimento social e psicológico no equipamento. Destes, apenas a psicóloga é contratada, os demais são efetivos.

O trabalho do CRMI é multidisciplinar e tem como características básicas a especificidade das intervenções, pois os atendimentos acontecem de maneira diferente para cada pessoa atendida. Os profissionais do equipamento trabalham sem conflito de papéis, o que é essencial para que o atendimento seja de fato bem articulado. No entanto, mantém-se o cuidado com as diferenças e especificidades de cada profissão e serviço prestado. As intervenções dos profissionais, mesmo sendo de diferentes áreas, podem acontecer quase que concomitantemente, visto que são ações realizadas para o alcance de resultados simultâneos.

Os profissionais de Serviço Social no que se refere ao acompanhamento intersetorial às mulheres vítimas de violência enfrentam diversos desafios, visto que os equipamentos onde se inserem - área da saúde, da segurança pública ou da assistência social - não conseguem realizar um atendimento de forma integral e articulada às mulheres vitimadas.

A assistente social do CRMI atua no enfrentamento à violência doméstica e em favor ao empoderamento da mulher, embasada nas três dimensões da profissão de Serviço Social: a dimensão ético-política, a dimensão teórico-metodológica e a dimensão técnico-operativa.

De acordo com Czapski (2014, p. 325) a dimensão ético-política tem norteado a profissão a exercer um papel no sentido de orientar as mulheres discutindo com estas podem lutar por seus direitos, se posicionando à favor da luta por políticas que venham suprir necessidades reais das vítimas dessa violência. Já a dimensão teórico-metodológica objetiva aclarar a prática profissional, à medida que dá subsídios ao profissional para a leitura da realidade e a criação de estratégias para o enfrentamento das demandas postas. E por fim, a dimensão técnico-operativa instrumentaliza o assistente social para a intervenção junto às demandas apresentadas. Czapski (2014, p. 325) traz ainda que o conjunto de instrumentais

usados pelos profissionais do Serviço Social é variado, “mas para escolher corretamente qual instrumental irá auxiliá-lo para a intervenção, o assistente social deve articular sua escolha às dimensões teórica e ético-política”.

No CRMI as atividades desenvolvidas pela Assistente Social estão no conjunto de competências e atribuições privativas do Serviço Social regulamentadas pela Lei nº 8.662/1993, a exemplo das visitas domiciliares e institucionais; atendimento social; elaboração de encaminhamentos; abertura e atualização de prontuários; construção de relatórios; elaboração de estudo social; parecer e plano de ação; orientação às usuárias e familiares sobre seus direitos sociais e atendimentos individualizados.

Entendendo que “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008). Pretendeu-se, construir um projeto que visasse fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Iguatu. Segundo Couto (2009, p. 03) “é preciso que esse projeto seja um ponto de agregação da população demandatária. Ao ser formulado, deve indicar como se coloca ante as demandas da população, como pretende atendê-las e como a população pode exercer o controle do trabalho a ser executado”.

## **RELATO DA EXPERIÊNCIA “VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER: A GENTE METE A COLHER”**

Este relato trata do Estágio Supervisionado em Serviço Social que ocorreu no Centro de Referência da Mulher de Iguatu no ano de 2019. O CRMI está localizado à Rua Guilhardo Gomes, s/n – COHAB II, e funciona de 7h:30 às 11h:30 e de 13h:30 às 17h:30, de segunda a sexta.

Na primeira etapa do estágio, foi possível entender como funciona o equipamento. Conhecer os instrumentais usados pela Assistente Social e começar a compreender do que trata o Centro de Referência da Mulher. Ao começar o estágio, houve uma dificuldade inicial devido à supervisora de campo estar a poucos meses no equipamento, portanto, ainda vivenciava o processo de conhecimento da dinâmica que conduz o território e o serviço. Este, estava em processo de reorganização do espaço do Serviço Social dentro da instituição, assim, a profissional enfrentou o desafio de reorganizar e atualizar os prontuários e atender a grande demanda do judiciário reprimida.



Durante os atendimentos domiciliares conseguiu-se fazer a relação de forma mais clara daquilo que havia sido compreendido em teoria dentro da sala de aula, mas que quando posto em prática entende-se melhor. Através dessas experiências pode-se relacionar o cotidiano da Assistente Social com a teoria que fundamenta a profissão do Serviço Social.

Tendo no Estágio Supervisionado II, o mesmo campo de atuação que no estágio I, foi possível perceber a necessidade de ações que viessem a fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade. É nesta etapa que o estagiário junto com as supervisoras, de campo e a acadêmica, planeja e desenvolve o projeto de intervenção.

Percebeu-se a necessidade de divulgação do equipamento para que houvesse a desmistificação acerca do funcionamento do serviço, já que uma grande parcela da população acredita que o CRMI atende apenas mulheres que já sofreram violência. No entanto, os Centros de Referência são estruturas que atuam desde a prevenção até o enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de enfrentamento interdisciplinar à mulher em situação de violência.

Diante disso, observamos a necessidade de um momento de divulgação sobre o equipamento e sobre toda a temática que o envolve, desde os direitos da mulher até a abordagem da pauta da violência por questão de gênero, a dinâmica, os tipos e o impacto da violência contra a mulher que são elementos basilares para a desestruturação de preconceitos que fundamentam a discriminação e a violência contra a mulher.

O projeto intitulado “Violencia contra a mulher: a gente mete a colher”, objetivou divulgar a rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Iguatu através de ação política e a criação de uma rede social através da qual seria possível realizar a divulgação do CRMI e socializar as ações desenvolvidas junto aos equipamentos e serviços da rede. O público-alvo desta intervenção foram os profissionais que estão inseridos nos equipamentos da Rede de Enfrentamento já citada (CRAS, CREAS, Vigilância Social e Delegacia da Mulher); assim como os estudantes e demais moradores de Iguatu.

Para a realização do evento contamos com a colaboração da equipe do campo de estágio, de professoras e coordenadoras do curso de Serviço Social do Instituto Federal do Ceará *Campus* Iguatu. Contamos com a parceria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Iguatu, da Casa dos Conselhos de Iguatu e da Secretaria de Assistência Social do município.

O projeto de intervenção transformou-se em I Simpósio de Prevenção a Violência Contra a Mulher do município, teve como objetivo debater sobre os desafios no

enfrentamento da violência contra à mulher e expandir a discussão sobre os encaminhamentos e ações intersetoriais possíveis no âmbito das atuais políticas públicas brasileiras. Foi realizado nos períodos da manhã e da tarde do dia 28 de novembro de 2019. Estiveram presentes 83 pessoas pela manhã e 76 à tarde. O evento contou com palestras e mesas redondas envolvendo gestores, professores, acadêmicos e sociedade civil, onde se abordou temáticas desde a pauta da saúde mental das mulheres, as políticas de proteção, assim como a visibilidade das mulheres negras e trans. A avaliação foi de que o projeto alcançou seus objetivos. A variedade de assuntos abordados contribuiu para a compreensão do que é a violência contra à mulher nas suas várias formas, durante os debates percebeu-se que o simpósio foi um instrumento capaz de disparar processos de reflexão nos presentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no campo de estágio faz com que o estudante e futuro profissional de Serviço Social observe de perto as demandas do equipamento e como se dá na prática à atuação do profissional de Serviço Social.

Diante do observado, evidencia-se que apesar do equipamento ser de extrema importância no que diz respeito ao combate a violência contra a mulher, enfrenta desafios que são comuns a muitos espaços sócio-ocupacionais nas políticas públicas: a precarização das relações de trabalho e das condições objetivas materiais para desenvolver sua ação, a persistente visão clientelista e de favor a respeito das políticas e programas sociais por gestores e usuários/as, entre outros.

São inúmeros os desafios enfrentados pelos profissionais dentro do equipamento, visto que há um sucateamento o que dificulta o atendimento das usuárias. Pude observar isso desde o princípio, visto que a primeira questão a qual me deparei foi com a falta de privacidade para o atendimento da vítima, pois o CRMI hoje divide o espaço físico com o CRAS V e ainda com a Casa dos Conselhos. Além disso, diversas outras características mostram claramente a precariedade do equipamento, desde a deficiência nos recursos materiais da instituição até o não repasse de verbas das diversas esferas do governo e que não atingem o trabalho do profissional e a qualidade de atendimento.

Embora haja toda essa precariedade, o Centro de Referência da Mulher de Iguatu é uma instituição que procura combater a violência doméstica sofrida por tantas mulheres. É certo que, cabe ao Estado a garantia de subsídios materiais, e aos profissionais e ao equipamento as contribuições para que juntos possam, como traz Marinho (2017), “tentar

garantir todos os serviços que a rede oferece a esta mulher e lutar diariamente contra essa cultura machista que permite que várias vítimas continuem vivendo no ciclo de violência”.

Tendo em vista os aspectos observados vários são as necessidades de intervenção no equipamento, como: o resgate de sua história desde seu projeto de criação até hoje; criação de grupos de mulheres e/ou oficinas de esclarecimentos e orientações para que se desfaça o estigma que circunda o Centro de Referência da Mulher, visto apenas como órgão de cuidados a mulheres que já sofreram violência.

## REFERÊNCIAS

BASTOS. Maria Micaelle de Sena. **MAIS PONTES MENOS MUROS: uma análise da Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar no município de Iguatu – CE.** Maria Micaelle de Sena Bastos – 2019

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Lei Maria da Penha Nº 11.340/2006.** Brasília-DF. 2016. (Cartilha)

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/relatorios-ligue-180> Acesso em: 01/12/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm) Acesso em: 30/11/2019

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO, SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Norma Técnica de Uniformização:** Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. 2006.

CFESS. **Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Brasília, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Gestão “Tempo de Luta e Resistência”. **Cartilha Estágio Supervisionado Meia formação não garante direitos.** Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf). Acesso em: 01/12/2019.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 651-663, 2009.

CZAPSKI, Alessandra Ruita Santos. O assistente social no atendimento à violência doméstica contra a mulher. *Travessias*, v. 6, n. 1, 2014.



MARINHO, Heleysânia Olimpio. **A Violência que mata: uma análise da violência contra a mulher a partir do centro de referência da mulher de Iguatu** / Heleysânia Olimpio Marinho - Iguatu, 2017.

SERVIÇO SOCIAL. **Manual de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social**. Acompanhamento e Sistematização do Estágio em Serviço Social. Curso de Bacharelado em Serviço Social. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE campus Iguatu. n. 1 . V.1. Iguatu – CE, 2015.

## ANÁLISE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO: COM SUA MENTE EM PAZ, VOCÊ PODE MUITO MAIS!

Marcones da Silva Nascimento <sup>211</sup>  
Cynthia Studart Albuquerque <sup>212</sup>  
Sheila de Sousa Teodosio <sup>213</sup>

### RESUMO

Este artigo foi produzido a partir da experiência de estágio no setor de Serviço Social do IFCE – Campus Cedro, realizando uma discussão sobre estágio supervisionado em Serviço Social, lócus da unidade dialética entre teoria e prática e relatando a experiência de aplicação do projeto: com sua mente em paz, você pode muito mais! Através de discussões sobre índices relacionados a sofrimento mental, apresentados na V Edição da Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais, e por demandas que surgem no lócus onde está inserido o estagiário.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Saúde Mental. Estágio

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um relato da minha experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE – campus Cedro), e ainda, do processo de implementação do Projeto de Intervenção desenvolvido neste espaço ocupacional. Este processo teve início com a análise institucional, que se configura um momento preliminar para levantamento de dados sobre uma determinada problemática que se coloca no espaço onde o/a estagiário/a está inserido.

Desta forma, a referida análise me subsidiou desenvolver uma atividade de intervenção no intuito de contribuir com o espaço profissional de forma significativa. As inúmeras expressões da questão social que se colocam de forma fragmentada são componentes de uma essência produtora e reprodutora de desigualdades, que segundo Netto (2011, p. 07) “[...] a questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração.” Dentro do leque de expressões da “questão social” atentamos no IFCE – Campus Cedro, as inúmeras e recorrentes demandas dos estudantes em torno do sofrimento mental, que estão ligadas as desigualdades sociais no

<sup>211</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Campus Iguatu, [marconesflautista@gmail.com](mailto:marconesflautista@gmail.com);

<sup>212</sup> Doutora em Serviço Social – UFRJ, Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Campus Iguatu, [cynthiastudart@yahoo.com.br](mailto:cynthiastudart@yahoo.com.br);

<sup>213</sup> Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica – IFCE, Assistente Social do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Campus Cedro. [sheila.teodosio@ifce.edu.br](mailto:sheila.teodosio@ifce.edu.br);

âmbito familiar e comunitário, a falta de renda, conflitos, preconceitos e discriminação, e questões mais peculiares do ambiente acadêmico como sobrecarga de trabalhos, prazos, rotinas, mudança na vida social. Assim, me propus desenvolver o Projeto de Intervenção: “Com sua mente em paz, você pode muito mais!” A proposta foi realizada por meio de oficinas, para identificarmos questões como: De que forma o campus tem contribuído para a redução de fatores negativos na saúde mental dos discentes? Que demandas são recorrentes? De que forma podemos sensibilizar a gestão para adoção de medidas que reduzam o sofrimento mental? Em seguida, realizamos uma palestra intitulada Saúde Mental e Educação: desafios no processo de ensino-aprendizagem. Proferida pela professora Dra. Cynthia Studart, trazendo significativas contribuições, e inclusive propostas de adoção de medidas dentro do campus, para redução de fatores negativos, que impulsionam o sofrimento mental.

### **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL LÓCUS DA UNIDADE DIALÉTICA ENTRE TEORIA E PRÁTICA.**

Para a formação profissional de um/a assistente social, o estágio supervisionado se constitui como momento elementar para complementação do processo ensino aprendizagem, pois, possibilita ao/a estagiário/a que vivencie no cotidiano as inúmeras expressões da “questão social” que chegam aos/as profissionais em forma de demandas institucionais. Além disso observar como o cotidiano é repleto de requisições que por muitas vezes, levam o profissional a ter um jogo de cintura para efetivar direitos constituídos. É no momento do estágio que a formação vai adensando e ganhando mais elementos.

Para que se processe um entedimento de estágio supervisionado, é necessário que, inclusive, haja uma compreensão do projeto ético-político da profissão, que expressa compromisso com a classe trabalhadora e os processos de emancipação na perspectiva da construção de uma nova ordem social, corrobora-se na perspectiva de um perfil profissional. Aliçercado no entendimento da contradição entre as classes sociais. Segundo Guerra:

[...] o estágio supervisionado tem um potencial riquíssimo como espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos, já que permite desenvolver todas as dimensões da profissão e articulá-las em torno de um perfil profissional crítico[...] (2016, p. 101)

A formação deste perfil, compreende a articulação de dimensões essenciais ao exercício profissional, onde o/a estagiário poderá no campo perceber para além das aparências das expressões da “questão social”, e encontrar formas para intervir no jogo dessas contradições.



A dimensão técnica operativa “[...] desenvolve a capacidade de dar respostas instrumentais as diferentes e divergentes requisições sócio-profissionais[...].” (GUERRA, 2016, p. 102), concebe o fazer, por meio de manuais formais abstratos e instrumentais, mas que essa operacionalização necessita estar articulada com a dimensão teórico-metodológica “[...] necessidade do referencial teórico para responder às demandas do cotidiano[...].” (IDEM, 2016, p. 102), trata-se de todo o arcabouço teórico-metodológico para iluminar o fazer profissional.

A direção que guiará o fazer a um objetivo, compõe a dimensão ético-política “[...] apreende a realidade e as estratégias a serem selecionadas, segundo determinados objetivos, prioridades, modos de fazer, dentre outros” (IDEM, 2016, p. 102). A partir da articulação dessas dimensões citadas, é que o estagiário inserido em um espaço sócio-profissional, conduzirá seu olhar numa perspectiva crítica. Sua inserção se realiza nas mesmas circunstâncias e correspondências que estão condicionados os profissionais. É preciso muita capacidade crítica!

Desta forma que inserido no espaço da unidade dialética entre teoria e prática, entendendo que “[...] teoria é o movimento real do objeto transposta para o cérebro do pesquisador – é o real produzido e interpretado no plano ideal [...]” (NETTO, 2011, p. 21) que os/as estagiário/as desenvolvem análises institucionais, diários de campo e projetos de intervenção, como instrumentos de síntese da relação teoria e prática, articulação, investigação e intervenção.

Portanto o estágio configura-se como espaço privilegiado possibilitando ao/a estudante o desenvolvimento das dimensões e suas articulações, investigando a realidade e observando e aprendendo os elementos concretos e formas de intervenção. Adiante teremos o relato de uma experiência de intervenção no IFCE – Campus Cedro.

## **PROJETO DE INTERVENÇÃO: COM SUA MENTE EM PAZ, VOCÊ PODE MUITO MAIS!**

O alto índice de estudantes que relatam estresse e sobrecarga com a rotina acadêmica no IFCE – Campus Cedro, nos faz buscar ampliar a discussão de saúde mental na comunidade acadêmica. O esforço por uma vida universitária tranquila é recorrente entre os espaços de socialização do campus. O que nos leva a fazer a seguinte indagação: De que forma o campus tem contribuído para a redução de fatores negativos na saúde mental dos discentes? Que

demandas são recorrentes? De que forma podemos sensibilizar a gestão para adoção de medidas que reduzam o sofrimento mental?

O ambiente universitário faz parte da vida de boa parte dos estudantes do nosso país, é marcado por inúmeras mudanças significativas na vida, como mudança de hábitos alimentares, rotina, adequação de novos horários, inserção em grupos sociais diferentes dos quais se estava convencionado a participar, mudanças de comportamento, visão de mundo. A transição da adolescência para a vida adulta e a entrada no mercado de trabalho exige de muitos jovens essas novas adequações, conciliando estudos, carreiras, vida pessoal e familiar. Mas quando isso se torna um problema? E principalmente no ambiente educacional? Por que tantos universitários estressados e ansiosos nos dias de hoje?

Conforme dados da Pesquisa por amostra de domicílios – Pnad contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a taxa de desemprego entre os jovens (18-24 anos) ficou em 27,3% no primeiro trimestre do corrente ano, o que faz com que muitos jovens busquem trabalho e qualificação profissional. Ingressar no ensino técnico e superior não é mais um sonho, é uma necessidade posta pelas determinações sociais contemporâneas, que exigem competências diversas para o mercado. A construção da carreira profissional envolve esforço, cobrança e bastante pressão por resultados, que não respeitam o tempo de cada indivíduo, os levando a um estresse contínuo. Nos últimos anos, a quantidade de jovens visivelmente desgastados com a rotina acadêmica e profissional tem preocupado especialistas da área de saúde mental. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), apresentou recentemente a quinta edição da Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais, esta pesquisa tem como objetivo reunir além de dados do perfil social e econômico, indicadores acadêmicos, o que leva a comunidade acadêmica a refletir sobre as principais problemáticas no meio universitário. Conforme a pesquisa:

As cinco dificuldades que mais afetam o desempenho acadêmico, em ordem decrescente, são a falta de disciplina de estudo (28,4%), as dificuldades financeiras (24,7%), a carga excessiva de trabalhos estudantis (23,7%), empatada com os problemas emocionais (23,7%) e o tempo de deslocamento para a universidade (18,9%).

A carga excessiva de trabalhos estudantis, acarretam uma ansiedade em relação a nota para obtenção de êxito, ou mesmo da qualidade daquilo que se está se fazendo. Sobrecarga e auto cobrança, faz com que muitos estudantes, ou desistam da carreira estudantil, ou continuem a sofrer mentalmente e até adquirir problemas futuros. Considerando o percentual

apresentado pela pesquisa, percebemos que mesmo sendo um índice de 23,7%, este se apresenta alto em virtude do número de Universidades, e está relacionado à carga excessiva de trabalho. Quando comparamos com outros dados apresentados pela pesquisa, como:

A V Pesquisa revela que 32,4% da população-alvo estiveram ou está em atendimento psicológico (uma diferença de 1,9 p.p em relação a 2014): 13,7% procuraram atendimento psicológico há mais de um ano, 9,0% disseram procurar atendimento no último ano, e 9,7% declararam estar fazendo acompanhamento psicológico.

A densa rotina de estudos, alinhada com prazos para entrega de trabalhos, provas, seminários, amplifica os problemas relativos ao sofrimento mental, o que exige das instituições posturas flexíveis com os discentes e também docentes que são altamente cobrados em torno de resultados, que muitas vezes não se colocam na esfera da qualidade, e sim da quantidade, exigindo um nível de cobrança além das forças dos sujeitos sociais envolvidos nesse processo. As IFES, ao longo do tempo conforme vem apresentando os resultados da pesquisa promovida pelo FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis, que citamos anteriormente, vem ampliando as ações em torno da saúde mental, aderindo a campanhas como “Janeiro Branco”, “Setembro Amarelo”. Estas visam conscientizar, discutir, debater com a comunidade acadêmica sobre o adoecimento mental, sofrimento psíquico e suicídio. Conforme a pesquisa:

O percentual de estudantes que disseram conhecer alguma dificuldade emocional é de 83,5%. Ansiedade afeta 6 a cada 10 estudantes. Ideia de morte afeta 10,8% da população-alvo e pensamento suicida 8,5%. Relativamente à IV Pesquisa, o percentual de estudantes com ideação de morte era 6,1%, enquanto pensamento suicida afetava 4%.

Observando o campo onde estamos inseridos, o IFCE – Campus Cedro nos últimos cinco meses do corrente ano tem apresentado casos de alunos(as) que tentaram suicídio, e inclusive que cometeram, estes relatam problemas relacionados a vivência familiar, a não perspectiva de projetos futuros com a formação profissional. Essa descrença da realidade envolve inúmeros fatores, familiares, comunitários, escolares e faz parte do nosso projeto reunir as demandas do público discente e entender quais os fatores que mais estão em alta na vida de tais sujeitos, para que ocorra a mobilização da gestão do campus em torno das demandas apresentadas. A equipe da Assistência Estudantil do IFCE – Campus Cedro, tem atentado para essas questões, realizando reuniões com a equipe de enfermagem, psicologia, serviço social, coordenação técnico pedagógica, com intuito de problematizar os casos e buscar medidas que reduzam esse contingente de acontecimentos.



No I Fórum da Assistência Estudantil do IFCE – Campus Cedro, que teve como objetivo dialogar acerca do Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis, a demanda em torno da discussão em saúde mental no ambiente acadêmico disparou como necessidade latente, ao avaliarmos o evento verificamos que no quesito oitavo da folha de avaliação, que indaga sobre possíveis temas para discussão, a temática educação e saúde mental ocupou primeiro lugar com 30 solicitações dos discentes.

Existem várias causas para o estresse e ansiedade no ambiente acadêmico, após a saída do ensino médio, para uma pressão sobre o estudante, sobre o que fazer? Para onde ir? Qual curso escolher? A entrada na universidade requer capacidades cognitivas como também comportamentais, o ambiente é novo, os professores são novos, a saída da família, a mudança de cidade, um novo ritmo de vida. A universidade exige autonomia, responsabilidade, e durante o curso isso vai se tornando cada vez mais complexo a medida que os semestres vão acontecendo. Há um primeiro nível de estranhamento e reconhecimento, em seguida há o engajamento nesta nova rotina, e por fim a velha pergunta: Onde vou trabalhar? A instituição de ensino deve ter um papel atuante quanto a escuta das demandas por parte dos sujeitos, conforme BROWN:

No entanto, um dos fatores que dificulta o tratamento e prevenção de transtornos mentais nos estudantes é a comunicação deficitária entre diferentes serviços de suporte e alunos. As universidades precisam aumentar os investimentos em serviços e programas relacionados à orientação, acompanhamento, aconselhamento e encaminhamento de estudantes, identificando quais as necessidades dentro de suas políticas atuais relacionadas (*apud* CASTRO, 2017, p. 386).

A escuta se torna muito importante por parte da Universidade, para que haja o reconhecimento das demandas, e os tipos de problemas que estão sendo vivenciados. Este projeto de intervenção, vem como suporte neste sentido de em um primeiro momento entender o que se processa utilizando uma pesquisa e no segundo momento e realizar uma conscientização da gestão.

A partir de toda esta discussão, entendeu-se que a necessidade de realizar uma atividade que abordasse educação e saúde mental, seria muito produtiva para o espaço acadêmico do IFCE- Campus Cedro. Tendo como objetivo geral: conhecer as demandas de saúde mental junto aos estudantes do IFCE – Campus Cedro e sensibilizar a instituição para adoção de medidas de enfrentamento ao sofrimento mental e promotoras de bem estar. E como objetivos específicos: compreender os processos e as demandas de sofrimento psíquico dos estudantes do IFCE – campus Cedro; identificar os fatores de risco e proteção para saúde

mental dos estudantes no contexto educacional do campus; sensibilizar a comunidade acadêmica para adoção de medidas que contribuam na redução de processos de sofrimento psíquico e potencializem as situações de bem-estar, visando o êxito e a permanência dos estudantes no IFCE – campus Cedro.

O projeto em questão trabalhou em parceria com a Assistência Estudantil da referida instituição, em especial o Setor de Serviço Social do Campus. Antes de realizarmos as ações do Projeto que possibilitou o alcance de seus objetivos, foram necessárias algumas atividades prévias de articulação, mobilização, formulação de parcerias e divulgação, foram elas: apresentação de proposta da intervenção com a supervisora de campo e a Coordenação de Assuntos Estudantis, com objetivo de articular as melhores datas para a execução das oficinas preliminares que recolheram as demandas de saúde mental junto aos discentes. Apresentação da proposta junto ao psicólogo do campus. Após este primeiro momento o passo seguinte fez-se a articulação com profissionais e estudantes que tenham interesse pela área para contribuir com os dois espaços que antecederam a palestra final denominada de Saúde Mental e Educação: desafios no processo de ensino-aprendizagem.

O primeiro espaço intitulado: Dinâmicas para redução do estresse, foi conduzido pelo Paulo Vinícius Sampaio – graduando em Fisioterapia pela UNIVS – Universidade Vale do Salgado. O espaço iniciou com uma rápida apresentação dos discentes, seguida da explanação sobre o projeto de intervenção e a finalidade proposta. Após isso, o facilitador fez questionamentos sobre em que situações os discentes se sentem estressados, cansados e onde sentem dores, feito isso o próximo momento foi ginástica laboral, com dinâmicas em grupos, alongamentos, justamente para que os discentes pudessem se sentir mais a vontade no ambiente e se envolvessem na temática proposta.

O facilitador utilizou um método terapêutico chamado “shiatsu”, que está totalmente ligado com nossa temática, pois, este método tem aplicações variadas dentre a saúde individual e coletiva, tratando desde problemas físicos e problemas psicossomáticos e emocionais. Finalizou com a massoterapia, entendida pelo meio profissional como um conjunto de técnicas milenares que auxiliam na redução de dores musculares, estimulando a circulação sanguínea e combatendo ao estresse, momento realizado em dupla, (entre os discentes) onde o facilitador orientou nos fundamentos da massoterapia, ensinando formas de reduzir cansaços, estresses, preocupações oriundas da pressão do contexto educacional.

Cada oficina foi dividida em dois horários, com duas turmas, totalizando um total de 4 (quatro) oficinas, sendo ofertadas 16 vagas por sessões, priorizadas por ordem de inscrição,

em um formulário eletrônico, que foi divulgado nas mídias sociais do Campus, bem como fixados cartazes nos flanelográficos.

O segundo espaço foi intitulado: Análises Sentimentos e Sentidos: a arte como expressão psicológica, conduzido pela Psicóloga Mayara de Oliveira Ferreira CRP 11/13653, pós-graduanda em docência no ensino superior e sexualidade humana. O espaço iniciou com um breve momento de apresentação entre os discentes e exposição da temática trabalhada no projeto, após isso uma dinâmica de relaxamento, onde em círculo se buscou o toque do cuidado, a psicóloga trabalhou técnicas de expressão corporal inspiradas na biodança, onde foram adotadas músicas mais agitadas e gradativamente mais leves para condução de um momento mais introspectivo. Através desses momentos foi possível apresentar as diversas emoções aos discentes desde algo bem contagiante a sentimentos mais íntimos. No passo em que o momento foi ficando mais leve, reflexivo, os discentes foram convidados a sentar, ou mesmo deitar (que ficassem da forma mais confortável) e foram direcionados a uma imersão “no EU”, refletindo sobre suas histórias de vida, terminado foi realizado o momento de partilha e escuta.

Cada oficina foi acompanhada pela supervisora de campo, que auxiliou no processo de coleta dessas demandas durante o período em que a oficina estava acontecendo. Feito isso, após a execução das duas oficinas, o estagiário encaminhou as principais questões levantadas pelos discentes nos espaços, que serviu de análise para a palestrante que realizou um momento de discussão junto a comunidade acadêmica, com objetivo de conscientizar para a redução de fatores de risco que prejudicam o ensino e aprendizagem.

É interessante pontuar que no processo de avaliação, feita com a adoção de um instrumental para cada discente, realizado pela equipe de execução do projeto e entregue ao final de cada oficina, apresentou os seguintes dados, considerando uma escala entre: péssimo, fraco, médio, bom, excelente e não se aplica, vejamos na tabela:

<b>Para cada item, assinale a opção que melhor reflete sua opinião.</b>	Péssimo	Fraço	Médio	Bom	Excelente	Não se aplica
<b>1. Divulgação do Evento.</b>			2	13	7	
<b>2. Delimitação do público.</b>		1	4	5	12	
<b>3. Organização das oficinas.</b>				1	21	
<b>4. Tema(s) abordado(s).</b>					22	
<b>5. Conhecimento do(s) ministrante(s) em relação ao(s) tema(s) da(s) atividade(s).</b>					22	
<b>6. Adequação das instalações à realização do evento.</b>			1	4	17	

(Instrumental elaborado pela equipe de execução)



Contamos com 22 (vinte e dois) participantes, divididos entre as quatro oficinas, e percebemos que as avaliações foram satisfatórias, considerando a pontuação no quesito excelente. Ainda contamos com mais um espaço dentro do instrumental avaliativo para que os discentes pudessem realizar comentários opcionais, entre críticas construtivas e elogios. O resultado em torno deste quesito foi que, a maioria 18 (dezoito) discentes disseram que desejariam “mais momentos como estes”, e os outros 4 (quatro) não efetuaram comentários.

O encerramento do projeto, contou com a participação da equipe de assistência estudantil do campus. Neste espaço a supervisora de campo apresentou introdutoriamente a necessidade da intervenção baseada na avaliação do I Fórum de Assistência Estudantil, como também nas demandas que aparecem para a equipe de Assistência Estudantil, feito isso, o estagiário apresentou o projeto de intervenção, dados da avaliação e as principais demandas colocadas pelos discentes durante o processo de realização das oficinas. A Profa. Dra. Cynthia Studart conduziu o momento de encerramento com a palestra intitulada: Saúde Mental e Educação: desafios no processo de ensino-aprendizagem. Fazendo análises do percurso do projeto, dos dados apresentados pelos discentes que estiveram presentes nas oficinas e da necessidade do debate de educação e saúde mental no processo de ensino-aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno de educação em saúde mental, tem suma importância dentro das instituições de ensino, considerando as inúmeras vivências de cada indivíduo inserido em tais contextos. São diversos os fatores que levam nossos discentes a trancarem seus cursos, evadirem, ou mesmo desistirem do processo de formação profissional. A sociabilidade burguesa no *modus operandi* atual revela a necessidade de se investigar e propor alternativas capazes de reduzir sofrimentos mentais que podem levar a adoecimento e consequentemente a medicalização.

Entende-se que o projeto executado em questão, está inserido numa totalidade de contradições, e que muitas foram as dificuldades para execução, dentre elas o não entendimento de muitos docentes da instituição sobre a necessidade de liberar os alunos de sala de aula, para participar de tais atividades, que são promotoras de bem estar social, que não só incidem na vivência dentro do ambiente escolar, mas também refletem em todos os âmbitos da vida do indivíduo.

Compreende-se também, que as inúmeras fragilidades em torno das vulnerabilidades sociais e econômicas enfrentadas pelos indivíduos, reforçam os fatores negativos, impulsionando-os a frustrações, inseguranças, ansiedades. Uma vez que estas expressões sendo identificadas e tratadas com atividades dentro do espaço estudantil, de acompanhamento, análise, avaliação e inclusive adoção de parcerias como a rede de proteção social do município onde o campus está inserido, poderá contribuir significativamente para a redução de fatores negativos. Em que as ações a serem trabalhadas estejam previamente articuladas e inseridas no calendário de atividades do campus.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Vinícius Rennó. Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. Revista Gestão em Foco-Edição nº, p. 380-481, 2017.

ESTADO DE MINAS, Desemprego entre jovens com idade de 18 a 24 anos ficou em 27,3% no 1º tri. Disponível em <  
[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/05/16/internas\\_economia,1054307/desemprego-entre-jovens-com-idade-de-18-a-24-anos-ficou-em-27-3-no-1.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/05/16/internas_economia,1054307/desemprego-entre-jovens-com-idade-de-18-a-24-anos-ficou-em-27-3-no-1.shtml)>. Acesso em 22 de outubro de 2019.

FONAPRACE, V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais, 2018.

NOGUEIRA, Maria José; BARROS, Luísa; SEQUEIRA, Carlos. A Saúde Mental em Estudantes do Ensino Superior: Relação com o gênero, nível socioeconômico e os comportamentos de saúde. Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental, n. SPE5, p. 51-56, 2017.

ROBAERT, Damaris Wehrmann; SCHONARDIE, Elisiane Felzke. EDUCAÇÃO E PRÁTICAS PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA. Revista Contexto & Educação, v. 32, n. 103, p. 191-212, 2017.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM OLHAR SOBRE OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Nathalia Tavares Silva<sup>214</sup>  
Letícia Pinheiro Martins<sup>215</sup>  
Maria Naiani Holanda Ferreira<sup>216</sup>  
Cynthia Studart Albuquerque<sup>217</sup>

### RESUMO

O presente trabalho discute acerca da experiência vivenciada no estágio supervisionado em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS II) em Acopiara, problematizando questões importantes como a importância do estágio na formação profissional, propiciador da articulação entre teoria e prática, da identificação das múltiplas expressões da questão social. Em seguida, relata a experiência de implementação do projeto de intervenção, enfatizando os limites e as possibilidades no processo de realização do projeto, bem como do exercício profissional do assistente social no referido campo de estágio.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado. Serviço Social. Projeto de Intervenção. Questão Social.

### INTRODUÇÃO

O campo de estágio supervisionado se localiza no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) II Vila Nova. Está situado na Proteção Social Básica – PSB. O CRAS é a porta de entrada da assistência social. O seu objetivo é prevenir a ocorrência de situações de “vulnerabilidade” e “riscos” sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

O Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório, possui carga horária de 450 horas, divididas em dois períodos. O presente relato irá abordar o segundo período, compreendido nos meses de agosto a dezembro de 2019. Através dele foi possível apreender a realidade do cotidiano profissional no espaço sócio-ocupacional em questão e

<sup>214</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [nathalia.tavares.10@hotmail.com](mailto:nathalia.tavares.10@hotmail.com)

<sup>215</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [leticiaacopi.325@gmail.com](mailto:leticiaacopi.325@gmail.com);

<sup>216</sup> Assistente Social, Bacharel em Serviço Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) II, [naianimaria@hotmail.com](mailto:naianimaria@hotmail.com);

<sup>217</sup> Professor orientador, Doutora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [cynthiastudart@yahoo.com](mailto:cynthiastudart@yahoo.com)



permite aliar teoria e prática, ao fazer os contrapontos entre as disciplinas e realidade social. Segundo a Brochura de Estágio Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), existem inúmeras estratégias para operacionalizar este componente curricular para que ele seja mais eficiente o possível, já que é nele que o estudante muitas das vezes tem sua primeira aproximação com a realidade. O estágio supervisionado proporcionou para nós uma rica experiência, pois através dele foi possível nos aproximarmos da realidade, conhecer os limites e as possibilidades na atuação profissional.

O CRAS oferece o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que possui o objetivo de:

[...] prevenir e proteger os usuários de riscos e violações de direitos, por meio do fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários. É um serviço organizado em grupos de convivência e percursos que consideram o ciclo de vida dos usuários. Os grupos de convivência são grupos de usuários reunidos por faixas etárias, para participar de encontros, ações e atividades com função preventiva, protetiva e proativa em relação aos seus direitos, com vistas ao fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários. (BRASIL, 2019)

O projeto de intervenção foi realizado mediante a necessidade que o equipamento nos apresentou durante o período de estágio, pois ao observar o espaço institucional podemos apreender que a sua maior demanda no momento estava relacionada com mobilização dos usuários para a participarem nos serviços de convivência. Desta maneira, pensamos junto com a assistente social supervisora de campo e a orientadora social dos grupos de crianças e adolescentes do CRAS que poderíamos fortalecer a participação nos grupos do SCFV.

“A mobilização e articulação para a permanência de crianças de 7 à 11 anos no serviço de convivência do CRAS Vila Nova”, foi o objetivo principal da nossa intervenção, cuja ação voltou-se para a mobilização das famílias das crianças para que elas conhecessem o serviço e, assim, garantir a permanência dos seus filhos nas atividades ofertadas pelo CRAS. Esse processo ocorreu através da busca ativa das crianças que se evadiram do serviço, visando convidá-las para retornar e reforçar o convite àqueles que já estão presentes no dia a dia. O segundo momento, foi destinado a realização de palestras de conscientização para os pais ou responsáveis sobre a importância da participação e frequência das crianças no SCFV. Por fim, no terceiro momento do projeto, realizamos uma atividade lúdica e pedagógica para as crianças abordando sobre os direitos das crianças e adolescentes, bem como os serviços ofertados pelo CRAS.

O projeto de intervenção repercutiu positivamente, pois a equipe do CRAS se mobilizou para a sua efetivação. Em relação aos recursos financeiros, todo o investimento ocorreu por parte das estagiárias. Os usuários responsáveis pelas crianças que participam dos

serviços prestados pelo CRAS responderam positivamente ao questionário aplicado ao final da aplicação do projeto, concordando com a importância de fortalecer os espaços que busquem pontuar e esclarecer sobre os direitos de todos os cidadãos. O projeto evidenciou que é possível construir caminhos que proporcionem o diálogo com as famílias, possibilitando a compreensão da importância da presença de seus filhos no serviço, pois é um direito que está sendo garantido para os mesmos.

## O SERVIÇO SOCIAL E A ARTICULAÇÃO TEORIA E PRÁTICA DURANTE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O desenvolvimento capitalista promove um grande desenvolvimento das forças produtivas, no entanto, todo o desenvolvimento fica a serviço de uma classe minoritária. O capital então se apropria de toda a riqueza socialmente produzida com a finalidade de lucrar o trabalhador, desta relação decorrem grandes desigualdades sociais que vão se materializar nas expressões da questão social.

O seu sentido histórico está ligado diretamente a contradição entre capital e trabalho, atingindo tamanha dimensão que não poderia mais ser acalmada pela caridade, benemerência, filantropia ou conformismo da Igreja. Neste momento, houve fortes reivindicações por parte da classe trabalhadora que adentra ao cenário político buscando melhores condições de vida, e o Estado vai agir como um regulador a serviço da burguesia.

Dentro da dinâmica capitalista apresentada hoje, que cada vez mais agudizam as expressões da questão social, coisifica o ser humano, e todos são obrigados a viver com os mínimos necessários para a manutenção da vida, o Estado encontra-se a cada dia mais ausente dando mais subsídios para a lógica desenfreada de acumulação capitalista, e investindo cada dia menos nas políticas públicas sociais, e em projetos que melhorem a qualidade de vida das pessoas. Ou como afirma Netto (2004, p.72):

A reestruturação do Estado pode ser sinalizada como hipertrofia da sua função de garantidor da acumulação capitalista simultaneamente à sua atrofia como legitimador desta; na medida em que o fundamento dessa reestruturação é a concepção de que o único regulador societal legítimo e eficiente é o mercado, o que vem emergindo da reestruturação em curso é um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital.

O Assistente Social por sua vez, vem desde o processo de Renovação do Serviço Social<sup>218</sup>, (com algumas exceções) exercendo o papel de conscientizar, politizar, fornecer suporte, viabilizar os direitos, e os meios para se ter acesso a eles. Trabalhando a perspectiva de conscientizar os cidadãos dos seus direitos, fortalecendo os sujeitos em coletivo, para se organizarem e defender seus interesses, fazendo isso através de trabalhos de base, como por exemplo, educação, organização e conscientização popular, entendo as particularidades regionais e locais, para elaborar e efetivar estratégias em favor das necessidades e interesses das classes depauperadas. Rompendo com o caráter de Estado ou mesmo do político provedor, o coronelismo, o clientelismo, o populismo, numa perspectiva de superar esse ideário.

Apesar desses governos, que esperam do profissional uma postura de convivência com a precariedade da máquina pública em todos os sentidos, e de um agir profissional a favor do Estado e não da classe trabalhadora, o Assistente Social vem trabalhando ao contrário tentando manipular as políticas públicas para pelo menos amenizar as expressões da questão social.

Essas expressões são o conjunto de desigualdades, produzidas pelo sistema capitalista e que com o passar dos anos vem se agudizando mais. Neste semestre com o novo governo o Brasil vem enfrentando grandes recessões no que diz respeito aos direitos já conquistados, citando alguns podemos destacar: os cortes nas universidades públicas federais, o bloqueio de medicamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), inúmeros cortes na assistência incluindo bloqueio de benefícios sociais, reforma da previdência, reforma trabalhista. Além disso, não se vem buscando nenhuma estratégia para conter o avanço das miséria, fome e desemprego que assolam o país, as medidas tomadas até então são de retirada de direitos e enxugamento das políticas públicas sociais, bem como privatizações.

O estágio supervisionado permite que nós enquanto assistente social em formação consigamos articular os ensinamentos em sala de aula com a realidade observada no espaço ocupacional. Conforme pontua Santos (2016, p. 138):

O estágio aproxima os estudantes do caráter interventivo da profissão, favorecendo a percepção crítica da realidade, de suas contradições, limites e potencialidades. Isso reforça e institui o estágio como um espaço fundamental na formação da capacidade da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do discente, que precisa apreender os elementos concretos aos quais se constituem a

---

<sup>218</sup> . O Processo de Renovação Do Serviço Social, foi um movimento histórico, tipicamente brasileiro que ocorreu entre 1965 a 1985, num lastro de 20 anos. No qual Assistentes Sociais estavam rompendo com o conservadorismo profissional e adotando através de sucessivas aproximações um viés crítico de bases teóricas marxistas.



realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir posteriormente, como profissional, nas diferentes expressões da questão social.

No campo de estágio as expressões da questão social são visíveis a partir dos instrumentos que o assistente social faz uso no seu dia a dia como, as visitas domiciliares, os atendimentos individuais, os grupos do serviço de convivência no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Nestes momentos, é perceptivo o quanto Estado encontra-se omissos no que diz respeito ao bem estar dos seus cidadãos, principalmente aqueles que se encontram em condição de vulnerabilidade social.

A cada momento são estabelecidos novos critérios para que essas pessoas tenham acesso há algo que é direito, e nas mais diversas situações as ações que poderiam reivindicá-los não são possíveis de se realizar por falta de investimento nos setores socioassistenciais. A recessão, o controle, a política seletiva, focalizada, é observada ao vivo nestes espaços já que os assistentes sociais estão à todo momento através dos seus laudos técnicos, pareceres, entrevista, visitas, empunhados de decidir dentro de uma peneira de condicionalidades que o Estado fornece, qual usuário vai poder fazer uso da política pública.

Ao observar o modo operacional da assistente social supervisora de campo, identificamos que na formação de grupos do Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos uma evasão dos usuários deste serviço. Como a supervisora encontra-se na posição de técnica de referência dos grupos de crianças e adolescentes do CRAS, despertou-nos o interesse em realizar o projeto de intervenção nesta linha. Desta forma pactuando o interesse com a assistente social, iniciamos a construção teórica do projeto de intervenção que é um dos requisitos do Estágio Supervisionado.

Os objetivos gerais e específicos do projeto visaram fortalecer a permanência das crianças da faixa etária de 7 à 11 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visando prevenir possíveis riscos sociais e assegurar-lhes os direitos socioassistenciais, a partir da demanda institucional que tem uma das suas maiores evasões no grupo de crianças.

É importante a intervenção com esse grupo porque ao informá-los sobre os seus direitos tanto a eles como aos seus familiares, pode-se desenvolver estratégias para que eles participem dos serviços e assim partilhem esses momentos com outras pessoas que podem vir a se utilizar dos serviços do CRAS, perpetuando ideias como valores, direitos, deveres, conscientizando-os sobre violações de direitos, como agir em determinadas situações, a quem procurar, e também acolhê-los para que acima de tudo eles se sintam bem no ambiente do

CRAS, valorizando-os trazendo sempre através de momentos lúdicos ideias que os tornem seres humanos emancipados cientes dos seus direitos.

A importante articulação com as três dimensões da profissão foi de extrema importância para conseguir efetivar este projeto, e segundo a ABEPSS (1996):

[...] competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante de situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais.

A dimensão teórico metodológica é imprescindível para a atuação profissional que o assistente social compreenda a história do Serviço Social como ele se configura, em que momento da história ele vem surgir, a sua aproximação com as teorias, quais as teorias que embasam o exercício profissional, compreender o cotidiano na qual ele se insere, a formação sócio histórica do país, a compreensão do método e relação teoria e prática, para que assim o assistente social possa visualizar na realidade a necessidade ter um posicionamento crítico embasado teoricamente mediante os desafios que o capital impõe a profissão.

Já a dimensão técnico-operativa se configura como objetivos e finalidades, princípios e valores, técnicas e instrumentos que guiam a profissão, desta forma conhecer o projeto ético político e os valores que a profissão defende caracteriza uma ação fundamental para evitar ações equivocadas, conservadoras, policiais e punitivas no exercício profissional. A dimensão ético-política vem tratar justamente de como o assistente social com embasamento teórico e técnico, e munido do seu Código de Ética é capaz de articular, sair da imediatividade, suspender o cotidiano e materializar os objetivos que são os direitos da classe pauperizada, a conscientização dela à cerca dos seus direitos e as estratégias para que isso possa concretizar-se. Como bem ressalta Guerra (2009, p.4) no estágio supervisionado podemos verificar que o fazer profissional deve

[...] constitui-se num processo de síntese entre teoria/prática, entendendo-a enquanto unidade indissolúvel, na qual, a partir de um determinado referencial teórico, no enfrentamento das condições concretas do real, serão construídas alternativas e respostas profissionais. Trata-se de um processo dialético, que incorpora um conjunto de atividades e procedimentos, que mantém uma certa continuidade e que apresenta certa unidade, organicidade, exigindo particulares modos de fazer, metodologias e procedimentos adequados, ainda que não definidos a priori, mas a partir de reflexões e problematizações, os quais dependem da clareza acerca dos objetivos, da convicção nos valores e princípios e da escolha e utilização de um conjunto de estratégias e instrumentos adequados.

É entendido, pois, que o profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho acaba por vezes se deixando contaminar devido a exaustão e a ineficiência dos serviços. No

entanto, se ele se coloca para observação dessa correlação de forças que ocorre no âmbito geral do município. Aqui nos referimos ao município de Acopiara que é o local de estágio em que me insiro, ainda perdura muito a cultura do favor<sup>219</sup> e o assistente social por ter seu vínculo empregatício ameaçado acaba se retraindo de realizar ações mais críticas.

Outro fator preponderante é o fato da burocratização dos serviços que atola o profissional e o deixa sem tempo hábil para realizar as articulações com as visões críticas da profissão são inúmeras demandas pontuais que exigem o preenchimento de grandes formulários físicos e eletrônicos que dificulta o agir crítico do profissional que muitas vezes realiza a reflexão fora do local de trabalho ou depois da saída dos usuários. Em conformidade com as palavras de Guerra (2009, p.104):

A mediação do assalariamento, as condições de trabalho do assistente social, que não são distintas daquelas que submetem os demais trabalhadores, suas formas precarizadas e informais de contratação a extensão de sua carga horária, os processos de desregulamentação, intensificação, informatização, simplificação do trabalho e normatização burocrática, a banalização das atividades complexas e específicas e a hierarquização entre os profissionais são indicadores de possibilidades e limites do exercício e da realização das diversas competências que cabem ao profissional, uma vez que os espaços profissionais se constituem espaços plenos de contradição.

Mesmo diante de todos os desafios postos pelo Estado pautados pelos ditames do capitalismo, no estágio podemos observar que é possível delinear metas e através de um reflexão sobre as condições dos usuários e como estão sendo desenvolvidas as propostas dos espaços institucionais é possível elaborar metas, e criar um projeto que atraia os usuários para esclarecer-lhes a fundamental importância do conhecimento dos seus direitos para que estes entendam que os poucos espaços ofertados podem servir de fortalecimento da classe proletária, já que quanto mais nos apropriamos do conhecimento dos nossos direitos mais munição temos para lutar contra a opressão do sistema capitalista.

## **ENTENDENDO AS CONTRADIÇÕES PRESENTES NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL Á PARTIR DA EXPERIENCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

A partir do que vivenciamos no dia a dia dos espaços institucionais que estvemos e também da atuação profissional que nos deparamos ao longo do percurso foi possível entender quais são as estratégias faladas em sala de aula que necessitam ser utilizadas nas intervenções

---

<sup>219</sup>. A cultura do favor é um termo utilizado por Carlos Nelson Coutinho, para designar como ocorrerão no Brasil a implementação das políticas públicas e sociais no Brasil e como os direitos sociais são tratados até hoje mesmo com a garantia dos direitos sociais estando estabelecidas em lei.



profissionais para viabilizar os direitos do usuários. Ou como bem é pontuado pela cartilha do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS, 2017, p.01).

O estágio supervisionado em Serviço Social se constitui como um momento fundamental do processo de formação profissional ao materializar não somente o “ensino na prática”, mas, sobretudo, por desafiar: Assistentes sociais em suas funções de supervisores/as de campo e acadêmico; instituição de ensino, como unidades de formação, produzindo conhecimento e reflexão crítica; espaços sócioocupacionais, como esferas em que a atuação profissional é confrontada a dar respostas às demandas institucionais e aos usuários; e discentes, sujeitos em seu processo de formação profissional

Desta experiência destacamos a importância de ocupar estes espaços ainda como estudantes para entendermos o cotidiano profissional, como ocorrem as múltiplas da questão social e como o Estado à serviço do sistema capitalista intervém para controlar e minimizar os serviços socioassistenciais. E ainda, como as diversas expressões da questão social chegam aos espaços institucionais e o trato delas de acordo com as possibilidades do equipamento. Entendemos também a partir desta experiência, que nada funciona com roteiro. As demandas não chegando corriqueiramente, atreladas a diversas condicionalidades que enquadram os usuários naquela situação e que o profissional apesar de toda sua carga teórica precisa para além disso saber manipular os manuais formais abstratos presentes na atuação profissional.

Sendo assim, a supervisora nos orientou por diversas vezes como manipular os sistemas informáticos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de como preencher prontuários, cadastros, como conduzir uma entrevista, uma visita domiciliar sem ser invasivo ou polialesco, como também a produção de relatórios e pareceres sociais que são instrumentos importantes no trabalho do assistente social. Observamos ainda o que é bem pontuado por Guerra (2016, p. 109)

Esses sujeitos históricos que chegam às instituições (também produto histórico), espaços de estágio, são resultado da estrutura de classes da sociedade brasileira e retratam as condições de vida, trabalho e as limitações de acesso aos bens e serviços sociais em razão do nosso padrão de concentração de riqueza e de renda

Estas pessoas como foi observado não tendo conhecimento dos seus direitos e muitas vezes desconhecem os serviços ofertados pelo CRAS que pode ser até de orientá-los para buscar os órgãos competentes que possam dar segmento às suas dificuldades. Por este motivo escolhemos o grupo de crianças e também falar sobre os direitos e ressaltar a importância para que eles e seus familiares ocupem estes espaços para buscar conhecimento a partir da apresentação dos seus direitos que é uma pauta constante dos grupos do SCFV.

Ocupar os espaços do exercício profissional do assistente social é de grande valia porque como estudante observador, mas que, em momentos oportunos pode fazer

considerações, perguntas, executar algum serviço, corrobora para que possamos entender as contradições da profissão no cotidiano caótico, apreender as múltiplas dimensões e como elas podem ser utilizadas nos mais variados momentos, fazendo as mediações necessárias pontuando, sendo corrigido, observado, orientado, enriquecendo o nosso arcabouço teórico e construindo uma postura profissional balizada pelos preceitos do Código de Ética, do Projeto Ético Político, da Política Nacional de Estágio (PNE).

Nos oportunizou compreender melhor a realidade apresentada pelos usuários, como as questões de enxugamento das políticas sociais, esvaziamento dos espaços de luta, aumento das desigualdades sociais, abordadas na teoria se fazem presentes na vivência das pessoas, e como através das brechas do Estado é possível além de viabilizar os serviços, conscientizar as pessoas.

O projeto de intervenção buscou alcançar esta linha de que as políticas são direitos e sempre que necessário eles devem recorrer a elas, mesmo que a cada momento mais capengas e retrativas mas ainda estão garantidas e precisa da luta constante da população para não se findarem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

369

O presente trabalho demarca a importância do estágio supervisionado na formação do assistente social, pois ele possibilita uma real aproximação com o cotidiano profissional, indo, além disto, ele também é responsável por aliar o conteúdo da teoria à prática, enquanto estudantes de serviço social.

As relações contraditórias entre capital e trabalho se expressam no cotidiano profissional, uma vez que a classe trabalhadora vem em um processo crescente de pauperização. Os espaços sócio-ocupacionais vêm sofrendo crescentes desmontes, pois estamos vivenciando períodos de contra reformas instauradas pelos últimos governos. E isto tem grande impacto na vida dos usuários, visto que o público que mais se descolca para a assistência são os pobres. Neste ponto é gerado um paradoxo diante da situação referida, pois há um enxugamento do Estado, em contrapartida a pobreza é alarmante. O Estado vem adotando os preceitos neoliberais, as instituições governamentais estão instaurando em seus espaços a lógica gerencialista, que dificulta o acesso dos cidadãos aos direitos.

A realidade é um campo recheado de determinações e que não se esgota em uma aproximação preliminar, pois está sempre em constante transformação. Desta forma podemos compreender que o objeto do projeto de intervenção não se esgota a partir da sua

aplicabilidade. Uma vez que existem determinantes que condicionam os serviços prestados pela assistência social.

Portanto o projeto não se esvazia no momento de sua aplicação, é necessário travar lutas diárias pela efetivação dos direitos na vida dos usuários, para de fato garantir um serviço de qualidade que possibilite a permanência do usuários no equipamento. Indo além da mera permanência que visa garantir somente a frequência dos usuários no serviço, mas sim construir em uma luta coletiva pela emancipação humana, onde os direitos são garantidos de forma plena em uma sociedade sem exploração.

## REFERÊNCIAS

PAULO NETTO, J. **Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil.** In: BOSCHETTI, I. *et al.* (Org.). *Política social: alternativas ao neoliberalismo.* Brasília: UnB, 2004, p. 61-83. (v. 1).

GUERRA, Y., & Braga, M. E. **Supervisão em Serviço Social.** In: CFESS.(Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS, 2009.

SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpídio. **A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.



## O PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) DO MUNICÍPIO DE IGUATU

Danyelee Braga Araujo<sup>220</sup>  
Naila Silva Andrade<sup>221</sup>  
Cynthia Studart Albuquerque<sup>222</sup>  
Maria Izolândia Vieira de Lima<sup>223</sup>

### RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo discutir o processo de estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social, realizado na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Iguatu. O referido estudo foi realizado a partir de revisão bibliográfica e discussão teórica acerca do estágio supervisionado obrigatório como também sobre a política de saúde, espaço sócio ocupacional do estágio, seguindo com um relato de experiência sobre a vivência do processo de estágio e as contribuições para a formação profissional.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado, Serviço Social, Política de Saúde.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo foi realizado a partir da experiência do estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social I e II, realizado na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Iguatu, desenvolvido no período de março/2019 a janeiro/2020, com carga horária de 450 horas.

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Iguatu é um equipamento da política de saúde que dispõe de equipe multidisciplinar e atua em conjunto com a atenção básica e o Serviço de Atendimento Móvel (SAMU-192). As UPAs são equipamentos de média complexidade que tem como objetivo amenizar as demandas por atendimento e internação hospitalar, já que absorvem boa parte dos atendimentos de urgência e emergência.

Funcionam 24 horas por dia, 7 dias por semana, no entanto, não realizam internação, o usuário que precisa de um acompanhamento mais contínuo relacionado à internação é

<sup>220</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE-*campus* Iguatu. Email: danyvirgulino12@gmail.com.

<sup>221</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE-*campus* Iguatu. Email: naila.s.andrade@gmail.com.

<sup>222</sup> Supervisora acadêmica, Professora do curso de bacharelado em Serviço Social do IFCE-*campus* Iguatu, graduada em Serviço Social (UECE), mestre em sociologia (UFC) e doutora em Serviço Social (UFRJ). Email: cynthiastudart@yahoo.com.br.

<sup>223</sup> Supervisora de campo, Assistente Social da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Iguatu, especialista em regulação em saúde. Email: izolandiavieira@bol.com.br

encaminhado para outros equipamentos da rede de saúde, tanto em nível municipal como também a nível da macro região, Cariri ou Fortaleza, conforme a situação clínica.

A partir do processo de estágio compreendemos as contradições presentes na prática profissional do assistente social a partir das requisições institucionais e dos usuários. Observamos também, a necessidade que as profissionais têm de estarem sempre atentas às necessidades nem sempre explícitas dos usuários, as constantes mediações que são feitas tanto com a equipe do equipamento como com as equipes e profissionais da rede assistencial, visando garantir a integralidade do atendimento e, também, outros direitos sociais dos usuários para além do direito à saúde.

A partir desse processo, percebemos as diversas contradições que perpassam a prática profissional e as particularidades da área da saúde, campo onde ainda há predominância da superioridade clínica em detrimento da atenção pautada em uma visão totalitária do indivíduo, compreendendo seu processo de inserção social, as violações de direitos e vulnerabilidade social, fatores que contribuem diretamente no processo saúde-doença.

Diante de todas essas observações, possibilitadas pela mediação teoria-prática proporcionada pelo estágio, identificamos a necessidade de uma abordagem com a equipe multidisciplinar acerca da humanização no cuidado em saúde. Bem como, intervenção com os usuários sobre o direito à saúde, pautado em um atendimento humanizado, o qual deve se nortear no respeito à dignidade da pessoa humana, na empatia com o sofrimento do outro, livre de qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Assim, foi elaborado o projeto de intervenção “Humaniza UPA: na defesa dos direitos dos usuários(as) e trabalhadores(as) do SUS. O referido projeto teve como objetivo geral: promover a Política Nacional de Humanização do SUS na UPA de Iguatu por meio do debate e fortalecimento dos direitos dos usuários(as) e trabalhadores(as) do SUS. E como objetivos específicos: fortalecer junto aos usuários da UPA o SUS como um direito e a política de humanização como instrumento de efetivação dos princípios do SUS; fomentar o debate acerca da política de humanização do SUS junto à equipe multiprofissional da UPA; possibilitar a mudança nas fragilidades dos serviços por meio da articulação do GTH ou colegiado gestor como espaço estratégico de fortalecimento da integralidade e equidade da atenção em saúde.

O projeto foi desenvolvido através de palestra com os usuários sobre o direito à saúde, com base no artigo constitucional 196, que trata do direito à saúde, o SUS como materialização do direito à saúde, a importância de defendê-lo e lutar por sua melhoria, por

último foi abordado os princípios contidos na Carta dos direitos e deveres dos usuários do SUS, elaborada pelo Ministério da Saúde com base na Política Nacional de Humanização.

Com relação aos profissionais foi desenvolvida uma roda de conversa, em dois momentos, buscando alcançar o máximo de trabalhadores da equipe. O momento foi desenvolvido através de dinâmica e recurso audiovisual, visando à interação dos envolvidos.

Através desses métodos foi abordado os princípios, as diretrizes e os dispositivos da PNH, de modo a possibilitar debate e reflexão dos profissionais sobre a qualidade do atendimento prestado à população e as dificuldades vivenciadas nos seus processos de trabalho.

Os dois momentos foram bem participativos, tanto dos usuários quanto dos profissionais. Através da avaliação percebemos que a maioria dos usuários tem consciência da saúde como um direito que deve ser garantido pelo Estado, no entanto, não percebem a real importância do SUS, recaindo no entendimento de que o Sistema Único de Saúde é somente para os que não podem pagar, sob o argumento de que a demora nos procedimentos na saúde pública não condiz com o direito constitucional.

Na roda de conversa houve questionamentos e reflexão por parte dos profissionais, como por exemplo, o questionamento por parte de profissionais sobre a dificuldade de materializar a humanização em um equipamento de urgência e emergência, no que foi explicado que é possível sim realizar um atendimento pautado na humanização em todos os níveis de atenção e esclarecido que a PNH traz em seus documentos vários dispositivos referentes a cada nível de complexidade.

O momento foi avaliado de forma positiva pela maioria, no entanto, foi percebida uma fragilidade no conhecimento sobre a PNH e também relatado a dificuldade em materializar algumas de suas diretrizes. De forma geral, avaliamos que o projeto teve bom aproveitamento e eficiência, demonstrando que a humanização é uma temática importante de ser trabalhada com os sujeitos envolvidos.

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DA SAÚDE**

O estágio é um dos períodos mais significativos para o estudante, tendo em vista que é através deste que passamos a conhecer de forma mais direta o campo de atuação do Assistente Social, vivenciando o contato direto com a realidade e materializando o conhecimento teórico adquirido na academia. De acordo com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS,



Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do (a) estagiário (a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos supervisores acadêmico e de campo e estagiários (as). (PNE, 2010, p.15)

É durante o estágio que temos a oportunidade de observar, analisar e identificar os instrumentos utilizados na intervenção, as estratégias e métodos, além do posicionamento comprometido com o projeto ético-político da profissão.

Dessa forma, esse processo é marcado pela primeira aproximação do futuro profissional com o espaço sócio ocupacional do assistente social e a partir dele é possível perceber as mediações necessárias à prática profissional. Assim, conforme Guerra (2016, p. 104) não se trata de “[...] representá-lo no âmbito ideal, mas de captar, no âmbito real, as suas contradições, bem como as contradições postas na política social que mediatiza o exercício profissional”.

Dessa forma, é um momento determinante para a formação profissional, o qual possibilita a articulação entre as dimensões profissionais: técnico-operativa, teórico-metodológica, ético-política, investigativa e dimensão formativa (GUERRA, 2016, p. 102-103).

A dificuldade de usar a teoria para intervir na realidade, constitui-se em um momento desafiador já que, a realidade apresenta-se de forma dialética e requer do estudante para além do conhecimento teórico a criatividade para responder satisfatoriamente as demandas dos usuários, compreendendo os limites e as dificuldades institucionais. Conforme Lewgoy (2016, p. 125) o estágio supervisionado,

[...] se apresenta como um campo fértil à reflexão, tendo em vista sua autoimplicação entre as dimensões investigativas e interventivas, seja pela perspectiva metodológica, teórica e técnico-política da formação profissional, seja pelas implicações do mercado de trabalho na experiência educacional efetivada por meio do estágio.

Concordamos com a referida citação já que a partir da experiência do estágio foi possível perceber os reflexos da diminuição dos direitos sociais na vida dos usuários e os impactos da crescente precarização dos espaços de trabalho e formas de vínculos profissionais.

Essa realidade se torna gritante na política de saúde já que se constitui em um direito de extrema importância na vida da população. Nesse sentido é perceptível que a diminuição

dos direitos sociais e a dificuldade no acesso a serviços básicos refletem na diminuição da qualidade de vida das pessoas, revertida no aumento dos mais diversos tipos de adoecimentos biológicos.

Como espaço sócio ocupacional, a saúde ainda é uma área com predominância do conhecimento técnico, onde se faz necessário alguns embates institucionais para garantir os direitos dos usuários e o reconhecimento da saúde como processo condicionado pelas condições de vida e trabalho das pessoas.

No que diz respeito ao processo de supervisão de estágio constitui-se em uma demanda da categoria profissional, tanto dos trabalhadores quanto dos estudantes em formação, que seja revisto a necessidade de remuneração dos profissionais que realizam a supervisão de campo, já que esta se constitui em uma atribuição profissional que demanda tempo e energia do profissional, e que de certa forma pelo fato de não ser remunerado alguns profissionais não veem a supervisão como uma prioridade, ocasionando na diminuição de campos de estágio profissional.

Contudo, no período de estágio compreendemos a importância da ligação entre teoria e prática que se complementam e assim possibilita através da relação entre estagiário, instituição e supervisor responder as demandas e dificuldades vivenciadas, no intuito de nos capacitar com uma formação profissional fundamentada a partir dos princípios éticos, de maneira crítica e competente.

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA APROXIMAÇÃO COM A PRÁTICA PROFISSIONAL**

Durante o período de estágio na UPA do município de Iguatu, considerando todo histórico do cenário político até os dias atuais, notamos que os processos de trabalho se desenvolvem de forma complicada ressaltando a conjuntura em que está inserida a política de saúde. O elevado número de demandas em relação ao número de profissionais, a fragilidade dos recursos financeiros da unidade, assim como a pouca valorização dos profissionais que muitas vezes desempenham suas atividades sem incentivo e sem motivação.

Com isso, observamos que a partir dos desmontes dos equipamentos públicos, a precarização do trabalho e cortes de recursos das políticas sociais contribui para o aumento das situações consideradas (desumanas) na atenção a saúde, assim como, aumento das relações individualizantes que geram conflitos entre os trabalhadores e usuários.

A partir desta percepção identificamos a necessidade de intervir nessa realidade, visando problematizar a carência de organização coletiva dos trabalhadores e usuários do SUS em prol da defesa do direito à saúde.

Dessa forma foi elaborado o projeto de intervenção “Humaniza UPA: em defesa dos direitos dos usuários(as) e trabalhadores(as) do SUS”, que se configurou como uma ação política pedagógica com os trabalhadores e usuários da unidade de pronto atendimento (UPA) do município de Iguatu.

O referido projeto teve como objetivo geral: promover a Política Nacional de Humanização do SUS na UPA de Iguatu por meio do fortalecimento dos direitos dos usuários(as) e dos trabalhadores(as). E como objetivos específicos: compreender a percepção dos usuários(as) acerca da humanização no processo de assistência em saúde na UPA de Iguatu e fortalecer o SUS como um direito dos trabalhadores(as); fomentar o debate acerca da Política Nacional de Humanização do SUS junto à equipe multiprofissional da UPA; possibilitar a mudança nas fragilidades dos serviços por meio da articulação do GTH ou colegiado gestor como espaço estratégico de fortalecimento da integralidade e equidade da atenção em saúde.

Para alcançar os objetivos citados acima, foram elaboradas as seguintes metas: Para alcançar o primeiro objetivo específico vislumbramos alcançar cerca de 80% dos usuários que buscam atendimento na unidade; para alcançar o segundo objetivo específico pretendia-se alcançar cerca de 80% dos trabalhadores da equipe multiprofissional; para alcançar o terceiro objetivo específico buscamos sensibilizar ao menos um profissional de cada área.

O projeto teve como público alvo os profissionais que compõe a equipe multiprofissional da unidade e os usuários que buscam atendimento na mesma, buscando promover a humanização no sentido de politizar o direito a saúde e dessa forma proporcionar melhorias nos processos de trabalho e consequentemente no atendimento prestado a população. No intuito de alcançar os objetivos almejados foram articulados quatro momentos de discussão coletiva, dois com os profissionais e dois com os usuários da referida unidade.

Os dois primeiros momentos foram direcionados aos usuários da unidade, sendo realizados no período da manhã. Através de palestra foi abordado o direito a saúde de acordo com o artigo constitucional 196, que trata do direito a saúde. Também ressaltamos o que é o SUS, o que nos oferta e a importância do sistema único de saúde como materialização do direito a saúde, destacando a necessidade de defendê-lo e lutar por sua melhoria.

Para finalizar, enfatizamos os princípios contidos na “Carta dos direitos e deveres dos usuários do SUS”, elaborada pelo Ministério da Saúde com base na Política Nacional de



Humanização, no intuito de salientar a saúde enquanto direito de todos e dever do Estado, mas ressaltar que todos nós, usuários, também temos deveres como, por exemplo: zelar pelos equipamentos públicos, respeitar e valorizar os profissionais, além de prestar todas as informações necessárias no momento de atendimento.

Após a palestra foi distribuído para os usuários um panfleto informativo contendo todo assunto apresentado no momento e realizado avaliação do momento com os mesmos.

Os outros dois momentos foram realizados através de roda de conversa com a equipe multiprofissional, no período da tarde e em horários diferentes, o primeiro por volta das 14:00 horas e o segundo às 16:00 horas no intuito de alcançar o máximo de profissionais da equipe. Iniciamos o momento com a exposição do projeto, passando para os profissionais o nosso objetivo principal e motivação, logo em seguida desenvolvemos uma dinâmica visando expor a temática apresentada de forma mais criativa e proporcionar a interação dos envolvidos.

A dinâmica utilizada chama-se teia de relações. A mesma foi realizada com a utilização de um barbante, onde cada participante falava seu nome, uma característica que lhe descrevesse e o que este é dentro da unidade (usuário, trabalhador ou gestor do SUS), passando assim o barbante para o próximo colega, ao finalizar todas as apresentações e colocações formou-se com o barbante uma teia.

O objetivo da dinâmica era expor a importância da interdisciplinaridade na equipe multiprofissional, ressaltando que assim como a teia formada, para se construir o “SUS que dá certo” conforme a PNH é necessário o compromisso de todos os profissionais independentemente de sua função, o trabalho de cada um se faz de extrema importância para funcionamento da unidade de forma que venha a garantir um atendimento qualificado e humanizado. Foi exposta a importância de respeitar uns aos outros, as habilidades e limitações e a valorização do trabalho e do trabalhador da saúde.

A outra proposta da dinâmica era abordar a questão da escuta qualificada, para isto indagamos um dos profissionais sobre o que o outro colega havia citado como algo que lhe descrevia, a intenção era através da resposta mostrar para a equipe a importância da escuta qualificada, que é um dos destaques da PNH presente na diretriz do acolhimento e que diante das observações no campo de estágio identificamos a necessidade de evidenciar, ressaltar a importância de ouvir o outro com atenção e respeito, tanto no que diz respeito os usuários e também entre a própria equipe.

O outro ponto que buscamos trabalhar com a dinâmica foi observar como os profissionais se identificavam dentro da unidade, ao solicitar que descrevessem o que são dentro da UPA a intenção era analisar quantos profissionais se reconheceriam não apenas por

sua função, mais também enquanto usuário do SUS, e assim dialogar no sentido da valorização do SUS, da necessidade de lutar por melhorias enquanto classe trabalhadora e assim buscar desenvolver um atendimento mais humanizado e qualificado.

Após a dinâmica, foi exposto um pouco sobre a Política Nacional de Humanização (PNH/HumanizaSUS), seus princípios, diretrizes e dispositivos e distribuído panfletos informativos contendo todos esses dados sobre a política.

E como forma de complementar tudo que foi retratado durante o momento de uma forma mais reflexiva, utilizou-se um vídeo com o propósito de possibilitar debate e reflexão dos profissionais acerca da qualidade do atendimento prestado aos usuários, assim como também das dificuldades vivenciadas nos seus processos de trabalho.

Finalizamos o projeto com a aplicação de uma avaliação para os participantes, contendo quatro perguntas de múltipla escolha e um espaço destinado para críticas e sugestões. A partir das respostas avaliativas analisamos que o projeto de intervenção teve um bom aproveitamento, apresentando um número significativo de respostas positivas.

Ao serem questionados sobre a importância da temática, em relação à organização do momento, a metodologia utilizada e a necessidade de momentos como aquele, as respostas foram positivas por todos os profissionais que participaram.

Em relação aos usuários foi possível perceber o entendimento dos mesmos sobre a saúde como direito, no entanto, identificamos que existe uma descrença com relação à efetividade dos princípios do SUS na assistência prestada à população, porém reconhecem os avanços ocorridos e a importância da saúde pública de qualidade para a sociedade.

Em relação aos profissionais, o debate se desenvolveu de maneira satisfatória, sendo uma temática bem aceita, exceto por um dos profissionais que expôs a dificuldade na efetivação de práticas humanizadas em uma unidade de urgência e emergência como a UPA. Nos demais, foi possível sensibilizar os profissionais em relação à PNH, sendo identificada uma fragilidade no conhecimento sobre a política, além de ser relatada a dificuldade em efetivar algumas de suas diretrizes.

Assim, algumas metas não puderam ser alcançadas como a criação do GTH ou colegiado gestor, notou-se que há uma fragilidade e certa descrença por parte dos profissionais acerca desses espaços. No entanto, com relação às demais metas e objetivos o projeto de mostrou exitoso.

Concluimos o projeto de intervenção de forma satisfatória, identificando a necessidade e importância de se proporcionar mais momentos como este. Como forma de prestar

informações coletivas para os usuários e profissionais, expor o conhecimento adquirido na academia e as observações da prática profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho buscamos abordar alguns pontos importantes para a formação acadêmica e profissional observadas no referido campo de estágio (UPA) do município de Iguatu. A partir da vivência do estágio supervisionado I e II, onde materializamos a partir das observações de campo o projeto de intervenção acima mencionado sobre a humanização na atenção à saúde. Consideramos que desenvolver este estudo contribuiu para o conhecimento e formação do perfil profissional alinhado ao projeto ético-político da profissão.

A partir do cenário político que se estende até os dias atuais, é possível observar que os processos de trabalho se desenvolvem de forma cada vez mais complexa no que tange a conjuntura em que esta inserida a política de saúde. São inúmeros os obstáculos enfrentados pelos profissionais, além do próprio cotidiano que demanda ações imediatas a partir das requisições institucionais e demandas dos usuários.

Assim, o assistente social encontra no seu cotidiano profissional fragilidades dos equipamentos, excesso de demandas, precarização da política de saúde e das demais políticas que compõem a seguridade social brasileira, além de um sistema que exige respostas.

Contudo, o campo de estágio nos possibilitou desenvolver a capacidade reflexiva e analítica relacionada à importância do assistente social na saúde, no sentido de reconhecer as demandas sociais que chegam à unidade ultrapassando o adoecimento biológico, mas que necessitam de um atendimento humanizado e totalitário, tratando a pessoa e não somente uma parte do corpo doente.

Portanto, o trabalho do assistente social, seja nos atendimentos de saúde, no CAPS, ou em demais instituições, encontram-se em posição especial, pois estão em contato constante com os usuários, e apresentam uma visão para além do papel burocrático, mas na garantia do acesso à saúde, e com uma percepção do problema como um todo nos sentidos sociais econômicos e culturais.

Através das vivências no campo de estágio, considerando as observações realizadas, foi possível identificar a necessidade de desenvolver um projeto de intervenção que abordasse a temática da Humanização e também uma intervenção com os usuários esclarecendo para



eles o direito à saúde, relacionado a um atendimento humanizado, o qual se deve respeitar a dignidade da pessoa humana, na particularidade de cada um, pautado na empatia com o sofrimento do outro, livre de qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Alinhado ao código de ética profissional e ao projeto ético político, vislumbrando mudanças na forma de atendimento e qualidade dos serviços ofertados à população.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Disponível em: <[portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/entenda-o-sus](http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/entenda-o-sus)>. Acesso em: 25 de novembro de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil- art 196**. Disponível em:<[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_06.06.2017/art\\_196](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_196)> Acesso em: 05 de dezembro de 2019.

CFESS. **Parâmetros para a atuação de assistentes sócias na saúde**. Disponível em: <[www.cfess.org.br/arquivos/parametros\\_para\\_assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude\\_-\\_versao\\_preliminar.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/parametros_para_assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf)>. Acesso em: 24 de novembro de 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social**. 10 ed. Disponível em:< [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)> Acesso em: 25 de novembro de 2019.

DE ALMEIDA, Suênya; SOUZA, Thatiane. **A importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social**. Belo Horizonte, 2013.

GUERRA, Y. **O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate**. Palestra proferida na Oficina Regional–região Sul I, da ABEPSS, 2002.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. **Supervisão em Serviço Social**. CFESS. ABEPSS. (Org.). Serviço Social. 2009.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Babtista; ABREU, Maria Helena Elpidio. **A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ABORDAGEM NO ESPAÇO ESCOLAR

Maria Albaneide Fortaleza<sup>224</sup>

### RESUMO

Objetivou-se relatar a experiência da aplicação de um projeto acerca da violência contra a mulher, realizado sob a orientação da professora de sociologia, em colaboração com os demais professores e profissionais do multimeios da Escola Estadual do Ensino Médio de Campos Sales-Ceará, no primeiro semestre de 2019. O desenvolvimento do projeto se deu em quatro etapas. Primeiro, a pesquisa ação realizada com 18 alunos do 1º ano D do período da tarde. A coleta de dados realizada através de um questionário semiestruturado, tendo em vista realizar um diagnóstico da percepção dos escolares sobre a violência contra a mulher. Segundo, foram realizadas pesquisas buscando fundamentação teórica acerca da temática, envolvimento do mesmo com os direitos humanos e com os direitos da mulher, assim como o levantamento de dados de como os casos de violência contra a mulher são vistos dentro do município de Campos Sales e do país, considerando estatísticas sobre o tema. Na sequência, aplicação de intervenções educativas sobre relacionamento abusivo na adolescência para os alunos das três séries do 2º grau dentro do espaço escolar, visando uma maior conscientização dos escolares em diversos aspectos da violência contra a mulher. Constatou-se que as ações desenvolvidas contribuiu com aprendizagem, promoveu a troca de saberes e debate entre os estudantes e os educadores. E, por último, a divulgação do projeto na XI Feira de Ciências e suas Tecnologias da EEM de Campos Sales para disseminar as informações produzidas na comunidade em geral.

**Palavras chave:** Direitos Humanos. Educação. Violência Contra a Mulher.

381

### INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é um fenômeno de grande amplitude. Essa realidade atinge o Brasil, que é um dos países mais violentos do mundo. Já que, 4.762 mulheres foram assassinadas em 2013, um percentual de 4,8 mortes por 100.000 habitantes (WAISELFISZ, 2015). Esse percentual cresceu 21% de 2003 a 2013. 50,3%, dessas mortes ocorrem no contexto de violência familiar, sendo que especificamente 33,2% são praticadas pelo companheiro.

Segundo a ONU, na última estimativa realizada (2014), colocou o Brasil em 16º lugar no ranking mundial da violência, estimativas que 10% dos 437 mil assassinatos ocorridos no mundo no ano anterior (2013) teriam sido registrados em território brasileiro. Outro aspecto pesquisa realizada na região Nordeste, com 10.000 mulheres documentou que 27% das

<sup>224</sup> Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente, Assistente Social da PM de Campos Sales-Ceará e Professora de Sociologia da EEM de Campos Sales. E-mail: albafortcs@yahoo.com.br

entrevistadas já sofreram ao menos um ato de violência doméstica em sua vida, sendo que 11,9% do total teria sofrido um ato de violência doméstica no último ano (CARVALHO e OLIVEIRA, 2016).

Por sua vez as estatísticas do serviço de saúde apontam que a violência acompanha a vida da mulher, mudando apenas o autor da agressão. Na infância, as mulheres são mais vitimadas pelos pais, com uma preponderância da mãe na primeira infância, na adolescência elas são preponderantemente agredidas pelo pai, padrasto, namorado e irmão, durante sua vida jovem e adulta são agredidas pelos namorados, companheiros e irmãos, e na velhice são agredidas pelos filhos, seguidos dos companheiros, irmãos e cuidadores (WAISELFISZ, 2015).

Diante disso, a violência atinge a parte mais vulnerável da família, pois a maioria dessas mulheres é mãe e os filhos acabam presenciando ou sofrendo as agressões (BRASIL, 2019). Dentre todos os tipos de violência contra a mulher, aquela praticada no ambiente familiar é uma das mais cruéis e perversas. No entanto, o lar, poderia ser identificado como local acolhedor e de conforto passa a ser, nestes casos, um ambiente de perigo contínuo que resulta num estado de medo e ansiedade permanentes (Brasil, 2015).

Para modificar essa realidade, faz-se necessário desenvolver um projeto acerca da violência contra a mulher no campo da sociologia com os estudantes da EEM de Campos Sales-CE, para promover espaço de debate, discussões e informações acerca da temática, tendo em vista uma maior conscientização em diversos aspectos da violência contra a mulher.

Entende-se que a escola é um espaço potencial para desenvolvimento de ações educativas, onde buscou fomentar o diálogo, identificar a percepção dos escolares acerca desse tema, como também realizar intervenções educativas, visando refletir os diversos aspectos que envolvem a violência contra a mulher.

Então, tal problemática torna-se o foco da investigação, que se dará por meio de uma pesquisa ação numa proposta educativa, em trabalhar com uma tecnologia leve, privilegiando metodologias críticas e reflexivas, dentro de uma perspectiva dialógica-libertadora.

A partir dessa abordagem, surge os seguintes questionamentos: Qual é a percepção dos escolares acerca da violência contra a mulher? Quais são as tipologia da violência contra a mulher identificadas pelos escolares? Quais são as ações educativas realizadas de combate a violência contra mulher no ambiente escolar? Se os escolares conhecem a rede de atendimento de violência contra a mulher?

Frente a esses questionamentos, justifica-se esse estudo pela necessidade de promover espaço de debate e discussão acerca da violência contra a mulher no ambiente escolar e, a



partir daí sensibilizá-los à adesão a novas formas de agir, tendo em vista combater as diversas formas de violência às quais as mulheres são contidamente submetidas.

A partir do exposto, o objetivo do estudo é provocar o debate acerca da violência contra mulher, contribuir com reflexões no enfrentamento dessa situação e possibilitar mudanças de comportamentos social dos escolares da EEM de Campos Sales-CE.

## DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O projeto intitulado: “Violência Contra a Mulher: Abordagem no Espaço Escolar” na Escola de Ensino Médio de Campos Sales, realizado no período de fevereiro a junho de 2019, sob orientação da professora de sociologia e a colaboração dos demais docentes da escola mencionada. Esse se deu em quatro etapas, a primeira aplicação de um questionário sociodemográfico, com 18 estudantes entre 14 a 18 anos de idade, do 1º ano do ensino médio do período da tarde, tendo em vista realizar um diagnóstico da percepção dos escolares acerca da violência contra a mulher.

Na sequência, esse grupo de estudante realizou pesquisa sobre a fundamentação teórica do tema, direitos humanos e os direitos da mulher, assim como levantamento de dados no município de Campos Sales-CE, por meio de visitas previamente agendada no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e Delegacia Municipal, como também do país, considerando as estatísticas nacionais. A terceira etapa, de forma interdisciplinar foram realizadas as intervenções educativas, por meio de metodologias ativas, tais como: exibição de documentário sobre relacionamentos abusivos, palestras, peça teatral, envolvendo os alunos do turno da tarde, dentro e fora da sala de aula, que teve como função clarear e disseminar as informações acerca da violência.

E, por última, a participação da XI Feira de Ciências e suas Tecnologias da Escola de Ensino Médio de Campos Sales, oportunidade de socializar as informações e os conhecimentos produzidos pelos alunos do 1º ano D aos demais estudantes da escola e a comunidade em geral. O estudo obedeceu aos aspectos éticos e legais da pesquisa envolvendo seres humanos, sendo apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional do Cariri-URCA, conforme o CAAE: 23920619.6.0000.5055.

## DIREITOS HUMANOS

A noção de direitos humanos é construída histórica, política e culturalmente. No meio acadêmico existem diálogos que busca reflexão densa sobre conceitos, noções e ideias implicadas na prática de direitos humanos. Assim, a importância de espaço de discussões que envolvem os direitos humanos têm ganhado força, desde a proclamação da Declaração Universal dos Direitos humanos em 1948.

Compreende-se por direitos humanos aqueles direitos inerentes ao ser humano e reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza (ONU, 2019).

Para Bobbio (2004), os fundamentos dos direitos humanos na sociedade contemporânea, o desafio é garanti-los, já que o problema está na área jurídica e política, mas qual o modo seguro de assegurá-los, para impedir que, apesar das convenções e das solenes declarações eles sejam continuamente violados.

Como diz Herkernhof (2011) os direitos humanos constituem um projeto histórico a ser realizado por meio de luta. Trata-se da transmissão de valores que constituem e se alicerçam de uma cultura de direitos humanos, uma cultura voltada a promoção da paz, do direito a não violência do respeito e da valorização da diversidade.

Nesse sentido, os direitos humanos não interessam apenas juristas, militantes, educadores e cientistas sociais, mas todos aqueles sujeitos engajados na promoção de justiça e de igualdade no seu dia a dia. Isto passa por transformações das lutas sociais e pela quebra de padrões de dominação, pela participação popular em processos decisórios e pela construção de agendas política.

Nessa direção, o debate acerca dos direitos humanos, diz respeito não somente a ideia sobre a pessoa humana em geral, mas ideias específicas, práticas, sociais e culturais ao modo como percebemos e nos relacionamentos com “outro.” Isso posto, pensar a vida cotidiana e na comunidade são marcadas por relações de poder e por lutas sociais travadas para superação de opressão, de exploração, do preconceito e de violência.

Destaca-se o enorme potencial dos direitos humanos para reflexão sociológica sobre os conflitos, desigualdades sociais que afetam a vida social contemporânea, dos indivíduos, mulheres e escolas, dentre outros.

Buscando nos ater a temática referente à violência contra a mulher devemos compreender principalmente o fato de que os direitos humanos são garantidos a qualquer pessoa, independente dentre outras coisas, de sexo, nesse sentido, os direitos que são garantidos especificamente à mulher são também parte fundamental dos Direitos Humanos.

## DIREITOS DA MULHER

O Estado Brasileiro, já havia percebido, da necessidade de se tratar da temática violência contra a mulher, ratificando tratados como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher em 1979, e em 1994 a Convenção Internacional para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (OLIVEIRA, 2012).

A aprovação de tratados que objetivassem a proteção da mulher consistiu um avanço para Estado Brasileiro, pois, muito além de criarem obrigações perante a comunidade internacional, originaram também obrigações perante a ordem interna. Assim, as vítimas passaram a contar com uma instância internacional de decisão, após insuficientes tentativas perante o país de origem, mostrou um novo horizonte para aquelas que se sentiam ameaçadas com a morosidade da prestação jurisdicional. (OLIVEIRA, 2012, p.161.)

Considerando a Lei nº 11.340/2006 uma das mais completas no que concerne à violência contra a mulher, tanto no âmbito privado quanto no público, a lei, que elencam os tipos de violência contra a mulher, tais como a violência verbal e a violência patrimonial. A presente lei, recebeu o nome de Lei Maria da Penha, uma referência à Cearense Maria da Penha que em 1983 foi vítima de violência por parte do Marido, com um tiro nas costas que a deixou paraplégica. Maria da Penha foi a responsável pela denúncia do Brasil para a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), após essa denúncia o Estado Brasileiro foi obrigado a cumprir recomendações (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2012).

## DIAGNOSTICO SITUACIONAL

Para efeito de sistematização das informações contidas neste item, faremos uma breve apresentação dos dezoito sujeitos incluídos no estudo, considerando algumas variáveis: idade, sexo, escolaridade, etnia/raça, religião, com quem mora, renda familiar e situação ocupacional. Estes estão organizados no Quadro 1.

**Quadro 1 – Distribuição dos sujeitos segundo dados sócio demográficos. Campos Sales-CE, 2019.**

Identificação	Idade	Sexo	Escolaridade	Etnia/Raça	Religião	Com quem mora	Renda Familiar	Situação Ocupacional
---------------	-------	------	--------------	------------	----------	---------------	----------------	----------------------



Q1	15	F	1º Ano	NS	C	PI	Até 2S	NT
Q2	18	M	1º Ano	NS	N	P	Até 2S	NT
Q3	15	F	1º Ano	N	C	PI	Até 2S	NT
Q4	15	M	1º Ano	P	C	P	Até 2S	T
Q5	15	F	1º Ano	P	C	CP	Até 2S	NT
Q6	15	M	1º Ano	B	N	O	Até 2S	NT
Q7	15	F	1º Ano	P	C	CP	Até 2S	NT
Q8	16	F	1º Ano	B	E	O	Até 2S	NT
Q9	15	F	1º Ano	P	C	CP	Até 2S	NT
Q10	15	F	1º Ano	P	N	CM	Até 2 S	NT
Q11	16	F	1º Ano	B	C	CP	Até 2 S	NT
Q12	14	F	1º Ano	P	C	O	Até 2 S	NT
Q13	15	M	1º Ano	N	C	CP	Até 2 S	T
Q14	17	M	1º Ano	N	NS	CP	Até 2 S	NT
Q15	14	F	1º Ano	B	E	CP	Até 2 S	NT
Q16	15	F	1º Ano	B	C	PI	Até 2 S	NT
Q17	15	F	1º Ano	B	C	PI	Até 2 S	NT
Q18	14	F	1º Ano	A	C	PI	Até 2 S	NT

**Fonte:** Dados da pesquisa

\*Legenda: Q=Questionário; F=Feminino; M=Masculino; C=Católica; E=Evangélica; PI= Mora com pai e irmãos; P= Mora com pais; CM=Mora com mãe; CP= Mora com parentes; O=Outros; NS= Não sabe; S=Salário; N= Nenhuma religião; NS= Não sabe; A=Amarela; B= Branca; N=Negra; P=Parda; NT= Não trabalha; e, T=trabalha.

No quadro 1 apresenta a consolidação dos dados dos 18 sujeitos participantes neste estudo. Pode-se observar que em sua maioria eram jovens entre 14 a 18 anos de idade, com predominância do sexo feminino e em sua totalidade eram estudantes do 1º ano do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio de Campos Sales.

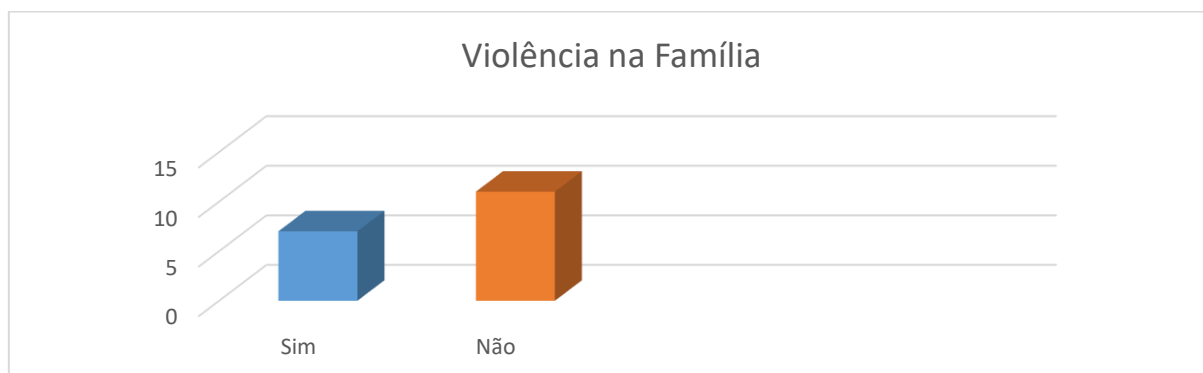
Com relação à etnia/raça, predominância da cor parda, seguida em igual número negro e branco e apenas uma amarela. No que diz respeito a religião a maioria é católicos, na sequência nenhuma religião, e relativo a escolaridade todos são alunos do 1º ano D do ensino médio da rede estadual de ensino.

Observa-se que a maioria dos participantes do estudo é igual número dos sujeitos mora com os pais e com pai e irmãos, com renda familiar mensal menos de dois salários-mínimos e a grande maioria não trabalham.

## PERCEPÇÃO DOS ESCOLARES ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Os sujeitos da pesquisa ao serem interrogados se em sua casa já ter presenciado algum caso de violência, verifica-se que os 61% não presenciaram nenhum tipo de violência em seus lares, enquanto que 39% já presenciaram casos de violência na família. Nota-se que, uma porcentagem significativa a violência dentro dos lares dos escolares do 1º ano do ensino médio. Conforme o gráfico 1.

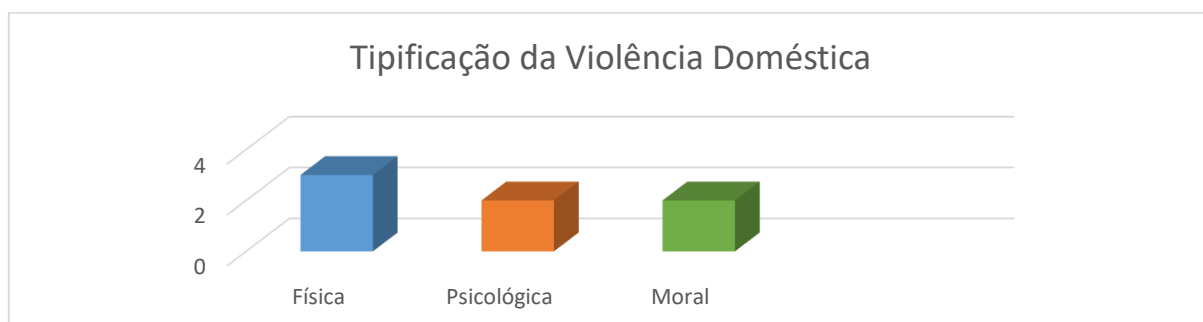
**Gráfico 1** - Em sua casa você já presenciou algum caso de violência?



Fonte: Dados da pesquisa.

Outro aspecto abordado, a tipificação da violência doméstica no lares dos sujeitos da pesquisa, constata-se que 16,6% afirmaram que já presenciaram a violência física e igual porcentagem 11,1% casos de violência psicologia e moral, o que é interessante notar que essa tipificação s mais sutis e que não deixam marcas aparentes. Apresentados no gráfico 2.

**Gráfico 2** – Qual o tipo de violência?

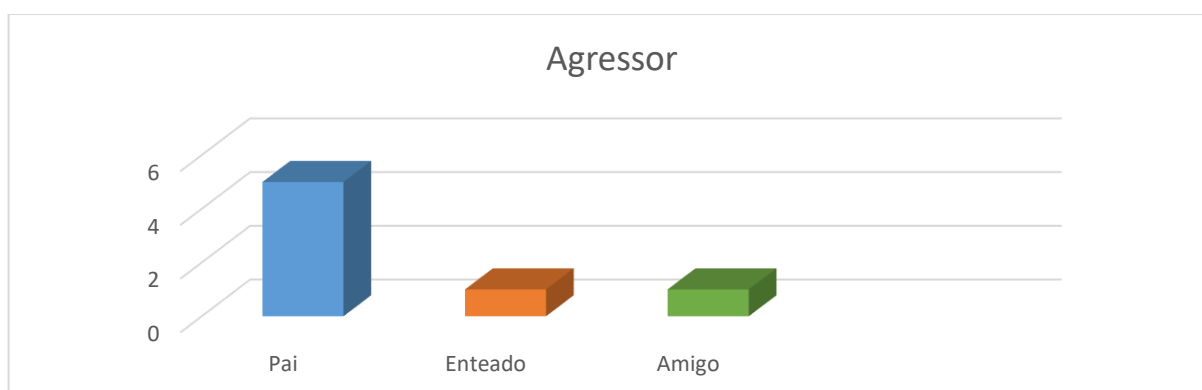


Fonte: Dados da pesquisa.

Os achados convergiram com estudo realizado em escolas públicas estaduais e particulares em dez estado brasileiros em 2014, a existência de violência psicológica entre os pais foi mencionada por 25% dos entrevistados (MATTES; ROCHA, 2016). No mesmo estudo, uma realidade similar ocorre para a violência psicológica entre amigos e entre os pais, que se associam à elevação de 18,6% e 18,1%, respectivamente, a violência psicológica.

A pesquisa identificou, também que o maior agressor das mulheres no ambiente doméstico apontam o pai, ou seja, o marido, com 33,3 % das respostas. Em seguida, o enteado e amigo passam a serem o potenciais agressores, ambos com 5,5%.

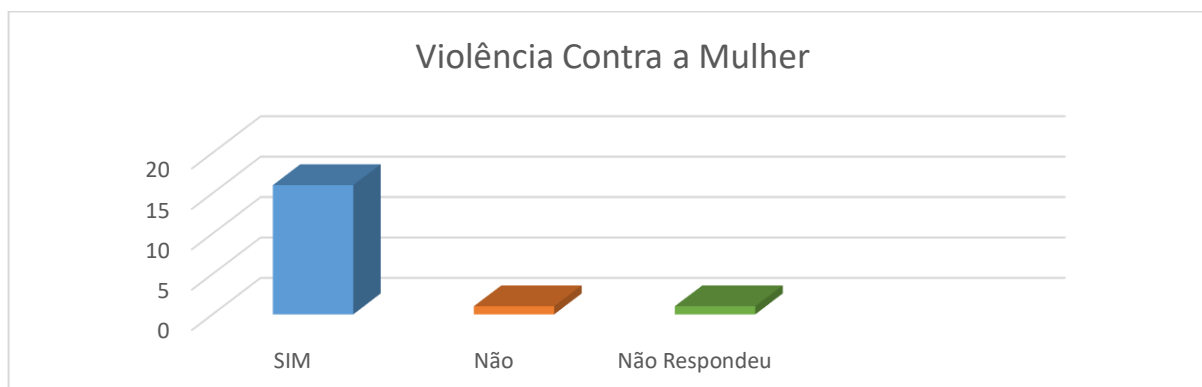
**Gráfico 3 – Quem foi o agressor?**



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao serem questionados sobre a compreensão acerca da violência contra a mulher cerca de 88,8% dos sujeitos responderam que sabem o que é violência doméstica, embora 11,1% não compreendem. Outro aspecto, que 74,6% sabem para onde ligar em caso de presenciar algum caso de violência contra à mulher, enquanto que, 19% não sabem e apenas 6,4% não responderam. Apresentamos no gráfico 4.

**Gráfico 4 – Você sabe o que é violência contra mulher?**

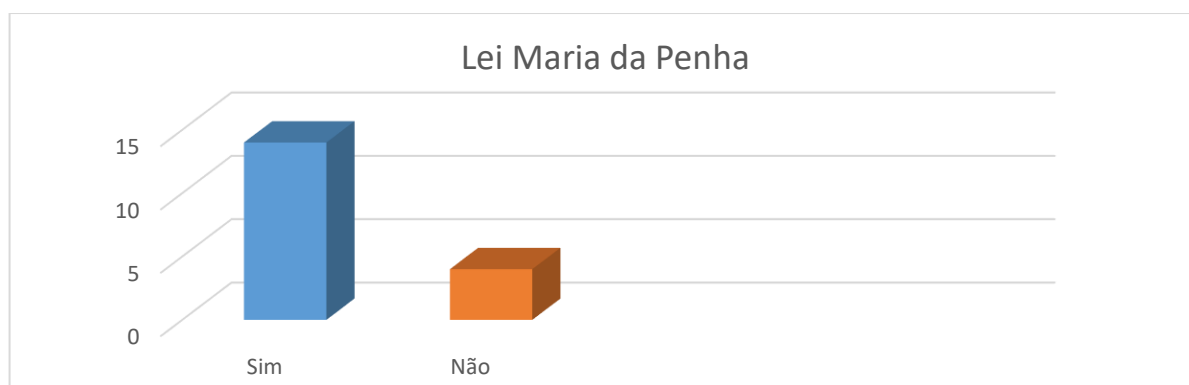




Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntamos acerca da Lei Maria da Penha, a lei nº 11.340/2006, que cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, verifica-se que 77,8% dos sujeitos apontam que já ouviram falar sobre a lei e que a escola desenvolvem atividades educativas sobre a temática. A seguir, no gráfico 5.

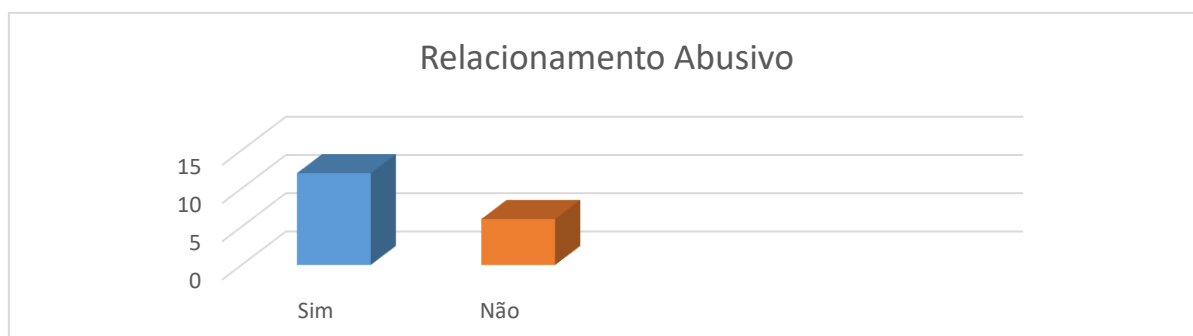
**Gráfico 5** – Você conhece a Lei Maria da Penha?



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados sobre o que seria um relacionamento abusivo, 66,7% responderam que sabia do que se tratava. No entanto, 33,3% não tem conhecimento e apresentam algumas dúvidas sobre o tema. Nesse sentido, esse estudo busca clarear as perspectivas para que haja uma efetiva diminuição de meninas/mulheres vítimas de agressões, principalmente por seus namorados, cônjuges ou companheiros, e para isso, visa esclarecer os malefícios causados por relacionamentos ciumentos e conturbados na adolescência. Conforme o gráfico 6.

**Gráfico 6** – Você sabe o que é um relacionamento abusivo?



Fonte: Dados da pesquisa.

## Intervenções educativas no espaço escolar

Neste item, iremos descrever as ações educativas desenvolvidas no ambiente escolar envolvendo alunos dos três anos do ensino médio. Inicialmente, realizamos palestras sobre a violência contra a mulher, ministrada por professor de sociologia, utilizando tecnologia leve, com a participação aproximadamente de 50 alunos.

Na sequência, exibição de documentário sobre “Meu relacionamento abusivo” produção do Cento Universitário Franciscano, Coletivo UNAS, dentro e fora da salas de aulas, em várias seções e em parceria com a equipe de trabalho do multimeios com objetivo de provocar o debate, discussões coletivas e sensibilizá-los acerca da temática, com a presença de 120 alunos.

Outra prática educativa desenvolvida foi uma peça de teatro abordando uma situação cotidiana, um caso de violência doméstica envolvendo os 18 sujeito da pesquisa, embora não foi apresentada, nesse sentido, se tratam ainda de sugestões para dar continuidade ao projeto.

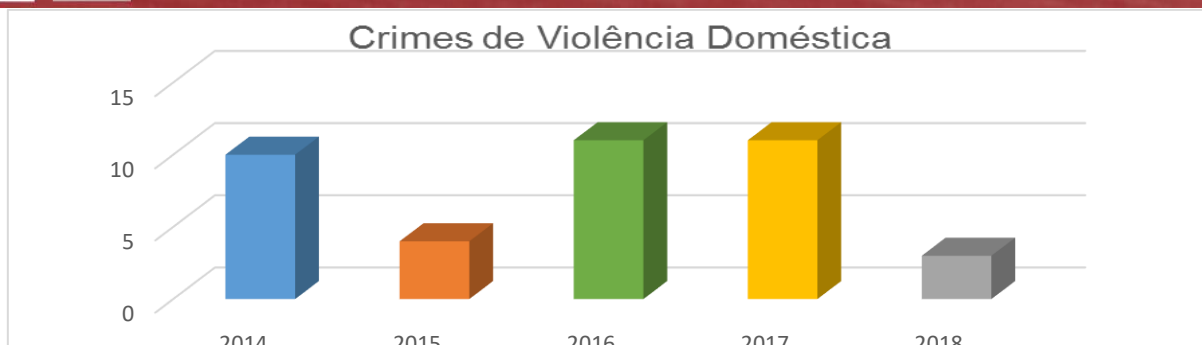
Por último, apresentação do projeto “Violência contra a mulher: abordagem no espaço escolar” desenvolvidas pelos alunos do 1º D na XI Feira de Ciências e suas Tecnologia com objetivo de socializar as informações produzidas, contou com participação de alunos, professores, visitantes e a comunidade em geral.

## REDE DE APOIO SOCIAL AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Foram realizadas visitas ao Centro de Referência Especializado da Assistência-CREAS, tendo em vista conhecer os serviços, os pontos de articulação e atenção às mulheres vítimas de violência. No entanto, nota-se a fragilidade dos serviços e das ações intersetoriais prestados às mulheres vitimizadas.

Com relação aos registros de crimes de violência doméstica na Delegacia Municipal de Campos Sales-Ceará, o maior números de casos ocorreu em 2016 e 2017, ambos com 11 registros de boletim de ocorrência no período, em 2014, foram registados 10 casos, em 2015, 04 casos, em 2018, apenas 03 casos. Conforme indica o gráfico 7.

**Gráfico 7** - Boletim de ocorrência de crimes de violência doméstica 2014 - 2018, Campos Sales- Ceará.



Fonte: Delegacia Municipal de Campos Sales-CE, 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a importância de abordar a temática violência contra a mulher no espaço escolar, no decorrer do presente estudo percebe-se que apesar dos inúmeros avanços alcançados nas últimas décadas em relação à igualdade de direito entre homens e mulheres e, principalmente, com Lei Maria da Penha que visa combater a violência doméstica e familiar, ainda há muito caminho a percorrer no combate à violência, uma vez que a sociedade naturaliza. Assim, esse projeto possibilitou reflexão, discussão e sensibilização acerca da violência contra a mulher, além de ampliar o conhecimento. Entretanto, observa-se a fragilidade das informações e da rede de atendimento à mulher vítima de violência no município de Campos Sales-Ceará.

Constatou-se que as intervenções educativas contribuiu com aprendizagem e promoveu a troca de saberes e debate entre os estudantes e os educadores. Para compreender mais profundamente faz-se necessário ampliar o diálogo e favorecer para implementação de campanhas educativas de violência contra a mulher.

Esse estudo permitiu aproximação entre os adolescentes e abertura do espaço de diálogo e informações que possibilitem a mudança de comportamento social dos jovens em relação a violência contra a mulher.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. 7ª reimpressão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2004.

CARVALHO, J. R.; OLIVEIRA, V. H. **Pesquisa de condições socioeconômicas e violência doméstica e familiar contra a mulher: Prevalência da violência doméstica e impacto nas novas gerações**. 2016. Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2016/12/Pesquisa-Nordeste\\_Sumario-Executivo.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2016/12/Pesquisa-Nordeste_Sumario-Executivo.pdf)>. Acesso em: 04 de abril de 2019.



BRASIL, Lei nº 11.340, 07 de agosto de 2006, Brasília, DF, Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_, **Mapa da Violência: Os jovens do Brasil**, Secretária-geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude, Brasília,-DF, Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_, **Mapa da Violência contra a Mulher 2018**. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, agradece à Linear Clipping e à Associação de Educação do Homem de Amanhã de Brasília (HABRA). Brasília, DF, 2018.

\_\_\_\_\_, Relatório de Pesquisa. **Violência Doméstica. Brasília-DF**, Brasil, 2015.

HERKEREHOF, G.B. **Os direitos da personalidade da pessoa jurídica de direito público**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, SP, Brasil, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha**. Sem data 2014.

MATTES, E.G; ROCHA, N.F. **Adolescentes e os relacionamentos abusivos: a tendência a se concretizar em casos de violência doméstica contra a mulher**. XXIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, Porto Alegre, 2016.

OLIVIERA, Q.B.M.; et al. **Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais**. Revista de Saúde Coletiva. 2014.

392

OLIVEIRA, Eliza Rezende. **Violência Doméstica E Familiar Contra E Mulher: Um Cenário de Subjugação do Gênero Feminino**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília. Ed 9. Maio 2012.13.SILVA, Tamires Olímpia. **"Violência no Brasil"; Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/brasil/violencia-no-brasil.htm>>. Acesso em 04 de março de 2019.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação no campo da comunicação sócio-política**. Comunicação & Sociedade, 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso, 2015.

## ACESSO AOS DIREITOS E A MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR: um relato de experiência a partir do estágio na vigilância Socioassistencial

José Aurício Lopes Araújo<sup>225</sup>  
Antonia Mônica Tavares Rodrigues<sup>226</sup>  
Cynthia Studart Albuquerque<sup>227</sup>

### RESUMO

O presente trabalho é uma síntese do processo de estágio supervisionado em Serviço Social no setor da vigilância socioassistencial da Secretaria de Habitação, Trabalho e Assistência Social – SETHAS da cidade de Iguatu, bem como da implementação do projeto de intervenção que trabalhou com as famílias usuárias do Cadastro Único e Programa Bolsa Família questões referentes a matricialidade sociofamiliar e o acesso aos direitos socioassistenciais, em um cenário onde o Estado se coloca como gerenciador da pobreza. Consiste então num relato de experiência a partir das vivências em campo e dos conhecimentos ali apreendidos, num processo de constante relação entre teoria e prática bem como de ensino-aprendizagem. Trazendo elementos para a leitura da realidade social dos usuários do CadÚnico e PBF do município de Iguatu, bem como ressaltando a importância da intersetorialidade como estratégia de superação de ações focalizadas, e a necessidade de levar conhecimento de forma palatável para a população que faz uso da assistência social.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado, Matricialidade Sociofamiliar, Acesso aos Direitos.

### INTRODUÇÃO

A retirada de direitos sociais frente ao cenário neoliberal de ajuste fiscal tem sido cada vez mais recorrente desde a década de 1990. A construção/regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, lei N° 8.742 de 07 de dezembro de 1993 que aparece na contramão da tendência à redução dos gastos sociais e que, institui a assistência social como direito dos cidadãos e dever do Estado, vai paulatinamente sofrendo ataques no intento de, cada vez mais, precarizar o que nela está preconizado.

Na seara da proteção social via assistência social, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, informa/organiza o funcionamento da política pública de assistência social através de princípios, objetivos, diretrizes, define os tipos de proteção, além de determinar quem são os seus usuários. Dentro dessa tessitura, a PNAS ainda elenca a

<sup>225</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [auricioaraujo8@gmail.com](mailto:auricioaraujo8@gmail.com);

<sup>226</sup> Assistente Social- graduada pela UNITINS/CE. Especialista em Políticas Sociais e Gestão do SUAS (Faculdade Vale do Salgado)- Serv. pública de Iguatu - Profissional Responsável pela Vigilância Socioassistencial de Iguatu/CE; [monicacras@hotmail.com](mailto:monicacras@hotmail.com);

<sup>227</sup> Professora do curso de bacharelado em Serviço Social do IFCE - campus Iguatu, graduada em Serviço Social (UECE), mestre em Sociologia (UFC) e doutora em Serviço Social (UFRJ), [cynthiastudart@yahoo.com.br](mailto:cynthiastudart@yahoo.com.br).

matricialidade sociofamiliar como uma forma de organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Isto posto, uma das formas de se analisar e problematizar as questões que se apresentam frente ao cenário de ajuste fiscal e restrição de direitos é através da matricialidade sociofamiliar, esta coloca a família na centralidade da intervenção profissional e do trabalho social que deve ser realizado. Desta forma, ela se apresenta como uma forma de superação das ações focalizadas no âmbito da assistência social e da busca de ações que sejam pautadas nas necessidades dos membros integrantes dessas famílias.

Nesse espectro, o que pode ser percebido é que, em alguns casos, a discussão de família tem se distanciado do que está preconizado na PNAS, ocasionando dois processos que serão fruto da nossa análise nas páginas subsequentes, a responsabilização feminina e o fenômeno do familismo. Fato é que, mais ou menos acentuados, esses fenômenos são bem recorrentes na nossa realidade e precisam ser enfrentados.

Assim, o presente trabalho se apresenta como a síntese da experiência do projeto de intervenção de estágio no setor da Vigilância Socioassistencial, no período de agosto a dezembro de 2019 (totalizando 225 horas de estágio) que, em parceria com o setor do Cadastro Único da Secretaria de Habitação, Trabalho e Assistência Social – SETHAS do município de Iguatu-CE, trabalhou com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF, questões referentes a matricialidade sociofamiliar, responsabilização feminina e familismo. Tendo por objetivos equalizar os conteúdos abordados no trabalho social com as famílias, despertar o senso crítico dos beneficiários do bolsa família enquanto sujeitos de direitos e buscar estratégias permanentes de se trabalhar tais questões. Para tanto, a realização/aplicação da intervenção deu-se após uma série de estudos e reuniões com a supervisão de campo e acadêmica para a criação de estratégias e metodologias, bem como, para se pensar os métodos de avaliação da ação interventiva. Resultados?

## **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

O período do estágio representa para o estudante o momento de vivenciar na realidade os conteúdos aprendidos na academia durante todo o processo formativo. É o momento chave para além de colocar em prática o que aprendeu, também buscar estratégias de intervenção para diversas demandas que se apresentam conjuntamente com a supervisão de campo. Dessa forma, o estágio supervisionado em Serviço Social:



Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do (a) estagiário (a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos supervisores acadêmico e de campo e estagiários (as). (PNE, 2010, p.15).

Nesse sentido, a vigilância socioassistencial por ser um campo de ligado a gestão do SUAS, que possui a peculiaridade de não ter contato direto com os usuários que demandam à política de na assistência social. A materialização da vigilância socioassistencial se da através da sistematização e análises dos dados extraídos dos sistemas de informações do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e outros, visando subsidiar no que for necessário à rede socio assistencial. Nessa direção a partir da NOB/SUAS<sup>228</sup>, podemos entender que o papel da vigilância socioassistencial “consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da assistência social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social” (BRASIL; 2005; P.93). Para alcançar esse objetivo, o referido documento traça a função da vigilância socioassistencial:

- Produz, sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias / pessoas nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos);
- identifica pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono;
- Identifica a incidência de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos vítimas de formas de exploração, de violência, de maus tratos e de ameaças;
- Identifica a incidência de vítimas de apatenação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;
- Exerce vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social, em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários (BRASIL; 2005, P.93).

Nesse prisma, o estágio em Serviço Social é o espaço para desenvolver e articular as três dimensões profissionais, que são elas a técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Dessa forma, é possível compreender a realidade caótica que se apresenta, desenvolver uma ilação com a teoria e, a partir disso, dar respostas às demandas postas. Enquanto espaço sócio ocupacional, a vigiância socioassistencial se constitui como um avanço na gestão do SUAS, apresentando-se para a realidade social como um elemento essencial para o planejamento, supervisão e execução de serviços socioassistenciais.

<sup>228</sup> Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

## O CAMPO DE ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE DISCUSSÃO DA CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA PNAS, RESPONSABILIZAÇÃO FEMININA E FAMILISMO

O período de estágio é indispensável no processo de observação da realidade social, bem como a utilização prática dos diversos instrumentos técnicos que compõe o dia a dia do profissional de Serviço Social. Nesse sentido, cabe sempre estar atento as requisições que se apresentam e analisá-las criticamente, tendo em vista que o estágio se configura como um espaço de ensino-aprendizagem.

A vista disso, durante todo o período de estágio no setor da vigilância socioassistencial, que ocorreu num período em que se emergiu uma profunda crise econômica e política na sociedade brasileira, implicando em cortes de gastos sociais e, portanto, agudização da pobreza, ficou eminente a necessidade de problematizar certas questões. O cenário nacional reflete diretamente na oferta dos serviços, programas e projetos na esfera municipal, dessa forma, adquirem cada vez mais um aspecto fragmentado e precarizado, tanto no trabalho profissional como para a população usuária.

Nessa tessitura, algumas questões preexistentes tendem a se agravar ainda mais. Por dividir espaço no mesmo prédio com o setor do Cadastro Único. Com base nas análises feitas na vigilância socioassistencial, foi possível perceber que a matricialidade sociofamiliar não tem sido tratada no trabalho social com as famílias que buscam atendimento. E, a partir disso, foi pensado estratégias de se discutir esse tema como forma de fortalecimento do acesso aos direitos socioassistenciais.

Na intenção de romper com a focalização das ações no âmbito da Assistência Social, é pensado uma nova maneira de atuação/intervenção profissional. Nesse panorama, a família adquire a centralidade do trabalho social ofertado pela rede de proteção socioassistencial. Destarte:

A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; A defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência. O fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade (BRASIL, 2004, p. 90).

A vista disso, a família torna-se o escopo da atuação profissional, sendo destinada àquelas em situação de risco e vulnerabilidade social, os serviços, programas e projetos que visam a melhoria da qualidade de vida destas pessoas. Nesse panorama, a PNAS destaca que a matricialidade sociofamiliar como um eixo estruturante e que

passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (BRASIL, 2004, p. 41)

Tendo por base o exposto, foi pensado um projeto de intervenção que tratasse da centralidade da família na Política de Assistência Social, problematizando uma visível responsabilização da mulher e a desresponsabilização do Estado tendo em vista abordagens familistas. Nesse direcionamento, o projeto teve como objetivos: equalizar os conteúdos abordados no trabalho social com as famílias, que podem reproduzir a responsabilização feminina na matricialidade sociofamiliar; despertar o senso crítico dos usuários do CadÚnico, enquanto sujeitos de direitos, sobre a responsabilização coletiva no âmbito da matricialidade sociofamiliar; construir estratégias permanentes no trabalho social com as famílias, de promoção a consciência crítica sobre a matricialidade sociofamiliar, responsabilização feminina e acesso aos direitos.

Após uma série de estudos, foi realizado a primeira etapa do projeto no dia 30 de outubro de 2019 através de uma reunião envolvendo o estagiário da vigilância socioassistencial, supervisora de campo e as duas assistentes sociais do Cadastro Único e Bolsa Família. As assistentes sociais do PBF quando indagadas sobre a matricialidade sociofamiliar confirmaram o que prevíamos, não era trabalhado com as famílias, no entanto, reconheciam a necessidade da discussão. Ressaltaram ainda, que a predominância de mulheres na busca de atendimento no PBF reforçava a sobrecarga de responsabilidade feminina em detrimento da desresponsabilização dos homens. Como resultado do que foi discutido na reunião, traçamos um caminho a ser discutido com essas famílias usuárias: a centralidade da família, a responsabilização feminina e as abordagens familistas.

A materialização do segundo momento, em que as famílias usuárias seriam o objeto da intervenção, aconteceu no dia 10 de dezembro de 2019 no auditório da Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social de Iguatu. Participaram do momento 25 usuários do CadÚnico e PBF, desse total, 07 eram da zona rural e 18 da zona urbana. Recortando por gênero, tínhamos o total de 23 mulheres com idade que variam entre 29 a 63 anos e, 02



homens com idades de 51 e 76 anos. A disparidade entre homens e mulheres materializa a dupla face do PBF que por um lado oferece uma relativa autonomia para essas mulheres por oferecer uma renda mínima e, assim uma “liberdade financeira”, e por outro, as responsabiliza pela manutenção do benefício, como podemos observar:

O Estado cobra das mulheres pobres a execução de tarefas relacionadas ao cuidado de crianças, adolescentes, idosos, doentes e pessoas com deficiência. Igualmente, convoca as mulheres para a participação em atividades extras, como, por exemplo, grupos de geração de trabalho e renda (com duvidosa potencialidade para a melhoria do bem-estar) e grupos de ações educativas, sendo estas, via de regra, relacionadas às tarefas reprodutivas. Ao fazê-lo, o Estado está gerando, para as mulheres pobres, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social (MARIANO E CARLOTO, 2009, p. 902).

Para que as famílias se mantenham como beneficiárias do PBF é necessário cumprir uma série de condicionalidades divididas entre as políticas de Assistência Social, Educação e Saúde. Pelo princípio da matricialidade sociofamiliar essas condicionalidades deveriam ser divididas entre todos os membros da família, entretanto não é assim que acontece na prática visto que, as questões de gênero ainda não foram enfrentadas e a responsabilidade é colocada sobre as mulheres, tendo em vista que, na maioria dos casos, elas são as titulares do benefício. Contudo:

Em uma família beneficiária do PBF a mulher-mãe ou aquela que eventualmente a substitui na função de maternagem tem como responsabilidade, entre outras: a) a realização do Cadastro Único para inclusão da família no programa; b) a atualização do referido cadastro sempre que ocorre alguma modificação na situação familiar (por exemplo, mudança de endereço, alteração no número de pessoas no domicílio, oscilação nos rendimentos); c) o recebimento do recurso repassado pelo programa; d) a aplicação do recurso de modo a beneficiar coletivamente o arranjo familiar; e) o controle sobre crianças e adolescentes, tendo em vista o cumprimento das condicionalidades do programa; e f) a participação em reuniões e demais atividades programadas pela equipe de profissionais responsáveis pela execução e pelo acompanhamento do programa (MARIANO E CARLOTO, 2009, p. 904).

Dos(as) 25 usuários(as) participantes do projeto de intervenção, 17 deles avaliaram o momento. A partir da análise, 08 pessoas afirmavam não conhecer sobre a temática abordada e 09 diziam que já conheciam. Dentre os que avaliaram, 15 usuários consideravam importante a discussão desses temas com as famílias e 16 pessoas classificaram a discussão como “Boa” ou “Muito Boa”. Quando perguntados(as) se eles tinham alguma sugestão de melhoria, a principal sugestão foi a necessidade de melhorar o acesso a informação e as atividades oferecidas pela rede socioassistencial.

Vale destacar que, a intervenção ocorreu num período delicado para o Estado brasileiro que, desde o golpe político que culminou no impeachment da presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, vem ocorrendo de maneira

desavergonhada e escatológica, cortes nos direitos e políticas sociais que assistem aos segmentos mais empobrecidos da população brasileira. Os cortes que se iniciam no governo ilegítimo de Michel Temer, se agudizam rapidamente após a posse do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que ascende ao poder com um discurso que flerta com o fascismo.

O Estado deixa de investir na área social em detrimento de uma política de forte ajuste fiscal e de contenção de gastos fruto do modelo político e econômico neoliberal defendido pelas elites nacionais/internacionais e pela extrema direita que tomaram conta do governo. Isso se materializará na desresponsabilização do Estado no enfrentamento da pobreza, na precarização dos serviços ofertados e, conseqüentemente, na responsabilização das famílias pela sua condição econômico/social através do reforço do familismo. Portanto:

Ao passar a receber benefícios da assistência social, em muitos casos constando da mulher sozinha, a família passou a ser condicionada, e ainda mais responsabilizada, leia-se cobrada, por certas obrigações definidas administrativamente em torno da educação e saúde dos filhos, sob pena de perder o subsídio (MIOTO, 2015, P. 33).

Nesse prisma, o Estado assume o papel de gerenciador da pobreza. Ele não a enfrenta mais com o intuito de amenizá-la ou até erradica-la, ao contrário, ele realoca esse papel para as famílias, responsabilizando-as com o discurso amplamente difundido de que aqueles indivíduos é que precisam buscar maneiras de superação de seus problemas.

399

Vale destacar ainda que durante a aplicação do projeto aconteceram alguns problemas, das duas assistentes sociais do CadÚnico e PBF apenas uma participou, portanto apenas uma teve a oportunidade de ouvir o debate e as demandas da população usuária. Outro ponto que merece destaque é que, como as famílias tinham autonomia para participar ou não do momento, alguns usuários, vale frisar, principalmente homens, optaram por ficar na sala de espera e não contribuir com o debate.

Percebeu-se ainda a necessidade de haver mais momentos de discussão, em que se possa ouvir que se utiliza dos serviços socioassistenciais, posto que, apesar do debate ter durado em torno de 40 minutos, aparentemente e pelo que foi colocado pelos(as) usuários(as) a discussão diz respeito diretamente com a realidade em que estão inseridos.

Outras dificuldades ainda foram encontradas, como por exemplo o horário que teve de ser realizada a roda de conversa com os(as) usuários(as), de 07:30 a 08:00 horas, pois não poderíamos em nenhuma medida atrasar o atendimento que seria feito no setor do cadastro único e PBF. Sendo assim, àquelas famílias que chegaram após o início do debate não foram encaminhadas para o auditório e, desta forma, não contribuíram para a discussão. São essas e

outras questões que precisam ser reavaliadas para momentos posteriores de trabalho permanente com essas famílias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decomposição de modelos engessados é essencial para a superação de problemas sociais que afetam a classe mais empobrecida da população, desta maneira, é necessário cada vez mais, discutir temas de relevância bem como ouvir as demandas dessa classe. A discussão de acesso aos direitos socioassistenciais e a matricialidade sociofamiliar representa uma forma de superação de velhas práticas do trabalho do assistente social como o mero aconselhamento e a culpabilização dos sujeitos, visando dessa maneira a superação da focalização.

O fortalecimento do trabalho intersetorial também se apresenta como forma de superação de ações fragmentadas, nesse caso, a ação não poderia ser realizada se não fosse a integração entre o setor da vigilância socioassistencial e o setor do CadÚnico e Programa Bolsa Família.

Também não podemos esquecer, que estamos passando por um momento de criminalização da pobreza, retirada de direitos, cortes de investimentos na área social e conseqüentemente a diminuição dos benefícios socioassistenciais. Nesse prisma, torna-se mais difícil a realização do trabalho social com as famílias, visto que se precariza as condições de trabalho dos(as) assistentes sociais. Vale destacar que, temos de ter muito cuidado no trato com essas famílias, para não recairmos em velhas práticas já superadas do serviço social mas que retornam a cena frente ao desmonte da política pública de assistência social e desresponsabilização do Estado.

Cabe a nós, desenvolver uma prática profissional de acordo com o nosso projeto ético-político que priorize a criação de uma consciência política e de classe nos usuários da assistência social, bem como leve a eles informação de forma palatável. Para que assim, possamos construir estratégias de defesa da política e de resistência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional De Estágio Da Associação Brasileira De Ensino E Pesquisa Em Serviço Social** – ABEPSS. 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome. 2004. Reimpresso em 2009.



BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome. 2004. Reimpresso em 2009.

CARLOTO, Cássia Maria. **A Família e o foco nas mulheres na política de assistência social.** Cássia Maria Carloto e Silvana Mariano. Sociedade em Debate, Pelotas, 14(2): 153-168, jul.-dez./2008.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Gênero E Combate À Pobreza: Programa Bolsa Família.** Silvana Aparecida Mariano e Cássia Maria Carloto. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009.

MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, Direitos E Cidadania: Contradições Da Política Social.** São Paulo: Cortez, 2015.



IFce

I Seminário de Política Social e Serviço Social  
do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu

17 à 18 de dezembro de 2019  
Unidade Cajazeiras



# PREVIDÊNCIA SOCIAL

402

## CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Atonia Karine Costa Soares<sup>229</sup>  
Tamyris Alves da Silva Lavor<sup>230</sup>  
Maria Soraya Uchoa Araújo<sup>231</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>232</sup>

### RESUMO

O presente trabalho faz uma análise sobre as implicações da reforma da previdência brasileira na vida das mulheres. Seu objetivo é identificar de que maneira a cotrarefa expressa na PEC 06/19 aprovada pelo atual governo (EC 103/19), irá impactar no cotidiano feminino, no que se refere as condições de acesso ao direito previdenciário e condições de trabalho. Tendo em vista que, historicamente a mulher é categoria excluída na sociedade, tal contrarreforma configura-se como mais uma forma de reprodução da desigualdade de gênero, pois explicitamente atua como um instrumento de negação de direito da mulher. Neste sentido, é realizada uma pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Desigualdade de Gênero. Trabalho. Contrarreforma da previdência.

### INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar como a contrarreforma da previdência através da PEC 06/19 (aprovada recentemente e transformada na Emenda Constitucional nº 103/19) irá impactar de forma mais expressiva a vida das mulheres, uma vez que, considerando todo o processo histórico, político, econômico e social de exclusão da mulher ao longo dos anos na sociedade, tal reforma se constitui como mais uma negação de direito e retrocesso em relação às conquistas alcançadas por meio de muita luta.

A mesma se constitui enquanto pesquisa teórica, realizada através de estudo bibliográfico, a partir de uma abordagem qualitativa. Na busca de responder de maneira satisfatória as proposições levantadas por esta pesquisa, utilizou-se como base o método materialista histórico dialético. “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais, não podem ser entendidos

<sup>229</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [karinecsoares@hotmail.com](mailto:karinecsoares@hotmail.com);

<sup>230</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [tamylavor28@gmail.com](mailto:tamylavor28@gmail.com);

<sup>231</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [soraya\\_uchoa@hotmail.com](mailto:soraya_uchoa@hotmail.com);

<sup>232</sup> Professor orientador. Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [fabricao@hotmail.com](mailto:fabricao@hotmail.com).



quando considerados isolados, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” (GIL, 2008, p. 14).

Em um primeiro momento, faremos uma breve explanação sobre relação de gênero e as condições de desigualdades que historicamente permeiam este contexto. Em seguida apresentaremos um pouco do percurso histórico e político no que se refere a construção dos direitos trabalhistas e previdenciários da mulher até os dias de hoje. Considerando neste sentido os principais marcos no contexto de avanço e retrocesso desses direitos, em especial no que se refere as implicações da contrarreforma da previdência. Diante de todos os apontamentos traremos ainda, as discursões e reflexões que os achados da pesquisa nos permitem fazer.

Assim, tal discursão se faz de fundamental importância diante de uma realidade de desigualdade, estabelecida historicamente pela sociedade em que vivemos. Diante do avanço de conceitos políticos e ideológicos – como o conservadorismo e o neoliberalismo – os quais são base de sustentação de um modelo de sociabilidade onde a desigualdade, a retirada de direitos, o preconceito e a exclusão de uma parcela da sociedade são naturalizados e justificados mediante os interesses de um outro grupo elitizado.

## DESIGUALDADE DE GÊNERO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

404

A desigualdade na relação de gênero antecede a própria sociedade capitalista, sendo resultado do patriarcado, sistema de dominação e exploração das mulheres. Porém, foi a partir da ascensão do sistema capitalista com incorporação do patriarcado que, as desigualdades, sejam elas socioeconômicas, de raça e mais especificamente a de gênero se intensificaram. Isso se deu pelo fato de o capitalismo ter como lógica de organização a necessidade de exploração e acumulação. A opressão, desigualdade econômica e social imposta as mulheres tornam-se então funcionais ao capitalismo.

Dessa forma, conhecer o conceito de gênero é essencial para que possamos compreender de que forma a opressão de gênero, dada pela imposição do masculino sobre o feminino, tem impactado na realidade cotidiana da mulher. De acordo com Machado (1999), há uma diferença entre o termo gênero e o termo sexo, pois o primeiro foi criado para a compreensão de que homem e mulher são categorias sociais historicamente construídas e não somente características biológicas, uma vez que possuem também características psicológicas e culturais. Portanto, como enfatiza Safiotti (2004, p. 454) “o gênero é a construção social do masculino e do feminino”.

Ao longo da história, muitos foram os obstáculos postos para que as mulheres conseguissem ascensão social. A desigualdade de gênero protagonizou os principais entraves que dificultaram e tardaram a conquista de direitos essenciais para a garantia da cidadania das mulheres. A divisão sexual do trabalho caracteriza-se, sobretudo pela hierarquização dos tipos de trabalhos, de forma a diferenciar e inferiorizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos. Reforçando e naturalizando assim, a partir de tal conceito a ideia de que existem trabalhos para homens e trabalhos para mulheres.

Para compreendermos melhor, podemos observar que recentemente a Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo o Relatório Mulheres no Trabalho: Tendência 2016, afirmou que a paridade salarial entre as mulheres e homens ainda vai levar mais de 70 anos para ser alcançada e a nível global as mulheres ganham 77% do salário que os homens recebem para executarem a mesma função.

Assim no que se refere às mulheres, especialmente as negras, temos assistido a aceleração das formas mais degradantes da exploração da força de trabalho, a partir da precarização do emprego e da destituição de direitos. É principalmente com as iniciativas e organização do movimento feminista, nos diferentes contextos históricos que se teve a conquista e inserção da mulher na política e na economia, bem como no mercado de trabalho.

## **DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO DA MULHER NO BRASIL: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS**

Como podemos perceber, com base em alguns estudos, até 1962 as mulheres só poderiam trabalhar fora de suas casas com a permissão dos seus maridos, pois era algo que vinha sendo imposto pelo Código Civil de 1916. Mas, com o passar dos anos, podemos observar através da história, como tem sido árdua e intensa a luta das mulheres, para conseguir o seu espaço de direito, nessa sociedade em que vivemos. Essa luta pela igualdade de direitos vem se mostrando de forma mais acentuada a partir dos anos de 1970, pois foi a partir do então contexto de enfrentamento de opressão ditatorial, que se tem a busca por uma maior organização e fortalecimento de vários segmentos das lutas sociais para derrubar o autoritarismo implantado pelo governo no referido período.

É nesse momento que se começa a ter algumas mudanças nas políticas públicas para as mulheres. Pois foi nesse momento que as mulheres passaram a questionar de forma mais imponente por seus direitos ao levantar temas como, direitos trabalhistas, creche, saúde, educação, sexualidade e principalmente a violência contra a mulher. Essas pressões feitas

pelas mulheres eram direcionadas a vários níveis do governo. Foi então através do impacto que esses movimentos causaram que foram firmadas as primeiras políticas públicas, nos anos 80 com o recorte de gênero.

A partir de então foi criado o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (1983), e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da mulher (1985), inicialmente no estado de São Paulo, e depois se espalhando por todo o território Brasileiro. Outro marco muito importante também para a luta de gênero foi a Constituição de 1988, onde foram incorporados vários temas como, relacionado à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, entre vários outros. Apesar de ser algo que estava apenas no papel, mesmo assim já era um grande avanço para as mulheres.

O século atual, também foi de grandes conquistas para as mulheres, onde se pode ver uma maior participação nas organizações governamentais, nos órgãos internacionais de direitos humanos, em setores acadêmicos e em tantos outros cargos, que anteriormente só eram ocupados pelos homens. Um grande marco deste século para a luta feminina foi a Lei Maria da Penha criada em 2006, apesar de não cessar a violência contra a mulher, mais inibe e dá um “amparo” para aquelas que têm coragem de denunciar.

Apesar de todas essas conquistas e avanços, nos últimos anos, também vem se tendo muito retrocesso. Em 2016, o Ministério das Mulheres, foi extinto, e todos os ministérios passaram a ser ocupados por homens. Tal fato configura-se como um grande retrocesso, dificultando ainda mais a busca pela igualdade de gênero. Com isso o país desceu 22 posições no ranking internacional de igualdade de gênero. Os direitos que foram conquistados pelas mulheres, diga-se que através de muita luta, vêm sofrendo diversos ataques. No que se refere aos direitos trabalhistas e previdenciários da mulher não é diferente, estes são permeado por avanços e retrocessos, uma vez que estão envoltos de interesses políticos, econômicos e societários, como poderemos observar no percurso histórico que traremos a seguir.

Referente ao avanço constitucional do Brasil tem-se que, a Constituição de 1934 foi a responsável por consagrar, pela primeira vez, o princípio da igualdade entre os sexos. E ainda:

- Proibiu diferenças de salários para um mesmo trabalho por motivo de sexo;
- Proibiu o trabalho de mulheres em indústrias insalubres;
- Garantiu assistência médica e sanitária à gestante e descanso antes e depois do parto, através da Previdência Social.



A Constituição de 1937 manteve as conquistas das Constituições anteriores, e acrescentou o direito a voto para as mulheres. Em 1967 o único avanço no tocante à condição da mulher foi a redução do prazo para a aposentadoria, de 35 para 30 anos.

Até 1960 não existiam muitas diferenças quanto ao critério de concessão dos benefícios previdenciários entre homens e mulheres. Com a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), e em seguida a criação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) se teve a unificação do sistema, o que gerou a criação de diferentes medidas entre os sexos. Observou-se na legislação por um tempo as seguintes condições; aposentadorias por tempo de contribuição: 30 anos para as mulheres e 35 anos para os homens, sem o estabelecimento de uma idade mínima; aposentadoria por idade rural: 55 anos para as mulheres e 60 anos para homens, sem comprovação de tempo de contribuição, é devida pelo trabalho; aposentadoria por idade urbana: 60 anos para as mulheres, 65 anos para homens e quinze anos de contribuição.

A promulgação da constituição cidadã de 1988 também foi uma das principais conquistas para a garantia de direitos – de todas as esferas – para as mulheres e sociedade como um todo, ao estabelecer a garantia legal da igualdade, sem distinção de qualquer natureza, sendo homens e mulheres iguais em direitos e obrigações, seja na vida civil, no trabalho, e na família. Embora esta realidade não tenha ganhado tanta materialidade, mas já é um avanço tê-la no corpo da lei.

É importante situar também a conquista de direitos trabalhistas tais como: a proibição de diferença de salário, admissão e função, por motivo de sexo; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento, até 06 anos de idade em creches e pré-escolas; reconhecimento e extensão dos direitos trabalhistas as empregadas domesticas.

Todavia, muitas são também as tentativas de deslegitimar tais conquistas por meio da instauração de contrarreformas. Na década de 1990, quando do governo Fernando Henrique Cardoso, tem-se a primeira das contrarreformas da previdência através da aprovação da EC de n.º 20, aprovada em 12 de dezembro de 1998, destinada especialmente para os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). E desde então passando pela EC nº 41/2003, já no governo Lula, contribuindo para que a Previdência Social se tornasse cada vez mais privatizada. Dando continuidade as contrarreformas iniciadas nos governos anteriores, o governo Dilma concede a aprovação da Lei Ordinária de n.º 12.618, em 30 de abril de 2012

que instituiu a Previdência Complementar para os Servidores Públicos (FUNPRESP) no âmbito do poder executivo, legislativo e judiciário.

Com o golpe político que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o então vice Michel Temer assume o cargo de presidente e dar continuidade as alterações já iniciadas, apresentou a PEC n.º 287/16, usando como justificativa o suposto déficit da previdência. Embora a medida não tenha sido aprovada no referido governo, esta foi apenas adiada, uma vez que serviu de base para outras medidas, que infelizmente foram concretizadas posteriormente.

Desta forma, o atual presidente, Jair Bolsonaro, em 20 de fevereiro de 2019, enviou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional n.º 06 (PEC 06/2019) que “modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias”. Em 23 de outubro de 2019 a proposta de emenda à Constituição (PEC) 6/2019, foi aprovada em segundo turno, onde o texto-base já havia sido aprovado pelos senadores na terça-feira (22), por 60 votos a 19 – 11 além do mínimo necessário de 49. O novo regulamento introduz algumas mudanças na previdência, situaremos alguns das principais. De acordo com dados do DIEESE (2019, p. 05),

Idades mínimas de aposentadoria: de 62/65 anos, para mulher/homem, como norma geral do RGPS e do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) da União. Com isso foi extinta a aposentadoria por tempo de contribuição no RGPS, que não exige idade mínima. Idades diferenciadas foram fixadas para: a) Professor - aos 57/60 anos (mulher/homem), ou seja, com cinco anos a menos do que a regra geral; b) trabalhador rural e da economia familiar - aos 55/60 anos (mulher/homem, não muda em relação à regra atual); c) policial civil federal, de ambos os sexos – aos 55 anos; d) segurado do INSS exposto a condições que prejudiquem a saúde - aos 55, 58 ou 60 anos de idade, para tempo de exposição de 15, 20 ou 25 anos, respectivamente; e) servidor público federal exposto a condições prejudiciais à saúde – aos 60 anos; e f) pessoa com deficiência - não há idade mínima mediante tempo de contribuição que varia de 20 a 33 anos, dependendo do sexo e da severidade da deficiência, ou com 55/60 anos (mulher/homem), cumpridos 15 anos de contribuição. O Senado confirmou a decisão da Câmara contra a elevação automática das idades mínimas de aposentadoria conforme aumento da expectativa de sobrevida da população, em oposição à proposta do governo. Aposentadoria compulsória: mantida em 75 anos, foi estendida aos trabalhadores celetistas das empresas estatais (aos quais atualmente não é aplicável). Tempo mínimo de contribuição no RGPS: mantido em 15 anos para os homens que hoje estão no RGPS e para as mulheres. Para os futuros segurados homens (os que se registrarem após a promulgação da reforma), o tempo mínimo de contribuição passa de 15 para 20 anos.

O que se pode ver é que além de todo esse retrocesso nos direitos das mulheres, o pior de tudo é ver que a cada ano que se passa, mais mulheres morrem assassinadas, e que a violência contra as mesmas, no nosso país só aumenta, e ainda que as leis brasileiras, não garantem a nossas mulheres, nem mesmo o direito a vida.

Como já foi explanado, a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente no que se refere às condições trabalhistas, é reflexo de um sistema de exploração que tem como alguns de seus pilares o patriarcado e a divisão sexual do trabalho. Apesar dos avanços e conquistas de direitos nos diversos espaços da sociedade, ainda são de difícil acesso alguns postos de trabalho para as mulheres, como por exemplo aqueles que envolvem tecnologia. As mulheres também ainda sofrem com a discriminação salarial, sendo a maioria inseridas em postos de trabalho precários, muitas vezes sem nem uma regulamentação o que conseqüentemente lhes restringe o acesso a direitos previdenciários.

O que podemos perceber é que, a provação da contrarreforma da previdência proposta pelo governo, exigirá muito mais sacrifício das mulheres do que dos homens. De modo geral o que teremos é que as aposentadorias e pensões acima do salário mínimo terão seu valor significativamente reduzido, inclusive para os trabalhadores que possuem um salário bem pouco acima do valor mínimo. Sabe-se que grande parte dos pensionistas são mulheres. Para aqueles trabalhadores que se encontram em situações desgastantes e insalubres o tempo de trabalho será prolongado. São as mulheres que também ocupam a maioria dos espaços de sala de aula da educação básica brasileira. A elevação da idade mínima de aposentadoria poderá colocar algumas trabalhadoras na inatividade por alguns anos, deixando-as totalmente desprotegidas economicamente.

Há de se considerar ainda como agravante, no que se refere a mulher que, embora, com o avanço e modernização da sociedade tenha-se hoje uma maior inserção da mulher nos diferentes espaços de trabalho, é inquestionável que as mulheres ainda enfrentam condições de trabalho muito mais desfavoráveis que os homens. De acordo com dados da Pnad Contínua, no 4º trimestre de 2018, no ano de 2017, os números apontavam que 62,8% do total de aposentadorias por idade concedidas no (RGPS), correspondam as trabalhadores do sexo feminino, enquanto que 37,2% correspondam aos do sexo masculino. No entanto, em aposentadorias por tempo de contribuição, a diferença era de 68,1% homens, para 31,9%.mulheres. Ou seja, a aposentadora por idade se torna o tipo de aposentadora mais comum entre as mulheres, muito em função da dificuldade encontrada em conseguir acumular o tempo mínimo exigido para a aposentadoria por tempo de contribuição.

Considerando que as mulheres estão ainda sujeitas a uma situação de maior distanciamento da atividade formal, tendo assim um menor tempo de trabalho e sob condições mais insalubres e precarizadas, em consequência sua contribuição para com a previdência também se dá forma desvantajosa. O que pode resultar em empecilhos futuros para que se



consiga atender aos requisitos exigidos para acessar os direitos previdenciários e garantir que se consiga estar amparado por uma proteção social quando necessário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante, salientar a importância de dar voz a este debate, de aprofundar o estudo sobre gênero e suas determinações política, econômica e sociais na vida dos indivíduos. Para que seja possível a compreensão de que, a superação da desigualdade de gênero perpassa pela garantia de acesso da mulher, de forma igualitária, a todos os espaços da sociedade.

Portanto é preciso que a discussão sobre a reforma da previdência, e elementos constitutivos da PEC 06/19 (aprovada e expressa na EC 103/19), e de qualquer outro dispositivo que de alguma forma restringe ou impossibilita a garantia de que os plenos direitos das mulheres sejam ampliados e concretizados. “A luta é grande, certamente, mas a história nos mostra que as mulheres nunca esmoreceram diante dos desafios impostos pela conquista e efetividade de seus direitos. Temos certeza que agora não será diferente” (LIMA, 2018, p. 15).

410

## REFERÊNCIAS

DIEESE. **Nota técnica.** PEC 6/2019: Como ficou a Previdência depois da aprovação da reforma no Senado Federal. Número 214, Novembro 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua: 4º trimestre de 2018.

LIMA, Karina de Mendonça. **A “modernização” da legislação trabalhista, o retrocesso das normas de proteção ao trabalho da mulher e a permanente luta pelos direitos das trabalhadoras.** 2018. Disponível em: <http://revistaelectronica.oabrij.org.br/wp-content/uploads/2018/03/REFORMA-TRABALHISTA-E-TRABALHO-DA-MULHER.pdf> /direitos-da-mulher-avancos-e-retrocessos. Acesso em 20 de nove. de 2019.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A incorporação do gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios.** São Paulo: Annablume, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.



IFce

I Seminário de Política Social e Serviço Social  
do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu

17 à 18 de dezembro de 2019  
Unidade Cajazeiras



TOSI, Marcela. **Direitos da mulher: avanços e retrocessos na legislação e políticas públicas.** 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direitos-da-mulher-avancos-e-retrocessos/>. Acesso em 20 de novembro. de 2019.

## MODERNIZAÇÃO OU RETROCESSO?: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E A NECESSIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL

Tatiane Souza da Silva<sup>233</sup>  
Laís Layanne Cardoso Pinheiro<sup>234</sup>  
Lara Moreira Giló<sup>235</sup>  
Lívia Alves de Araújo<sup>236</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>237</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo pontuar as dificuldades do acesso à política de previdência social, considerando o processo de desenvolvimento tecnológico e de informatização, e como o Serviço Social pode contribuir na efetivação dos direitos previdenciários, tendo em vista que essa modernização vem se tornando um obstáculo para população usuária. Assim, através de estudos bibliográficos e de pesquisa documental, que elenca as diversas transformações dessa política, explanando os processos de cotrarreforma na política de previdência social, vivenciados no Brasil. Para análise dessa realidade o presente trabalho se baseou na perspectiva do método materialismo histórico-dialético como forma de compreender a necessidade da atuação crítica do Assistente Social na referida política.

**Palavras-chave:** Previdência Social. Informatização. Acesso. Serviço Social.

412

### INTRODUÇÃO

Considerando a atual conjuntura da previdência social, tencionada pelo ultraconsevadorismo/facismo do atual governo brasileiro, que respresenta um forte ataque aos trabalhadores/as do país, tendo em vista o aumento dos critérios de acesso aos benefícios e serviços disponibilizados pela previdência social. Considerando que a modernização da previdência social pode contribuir significativamente para a efetivação dos direitos dos usuários, mas que se apresenta na atual conjuntura como uma nova estratégia de desmonte dessa política, utilizando-se da informatização como ferramenta central para a não efetivação dos direitos previdenciários previstos pela Constituição Federal de 1988.

<sup>233</sup> Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [tatianesouza123456@gmail.com](mailto:tatianesouza123456@gmail.com);

<sup>234</sup> Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [laislayannecp@hotmail.com](mailto:laislayannecp@hotmail.com);

<sup>235</sup> Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [gilolara10@gmail.com.com](mailto:gilolara10@gmail.com.com);

<sup>236</sup> Graduada do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [alvesliviaufca@gmail.com](mailto:alvesliviaufca@gmail.com);

<sup>237</sup> Professor orientador. Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [fabricaoico@hotmail.com](mailto:fabricaoico@hotmail.com).



Com base nisso, o presente trabalho busca contribuir com o debate sobre o retrocesso dos direitos previdenciários e sobre como o Serviço Social atua na política de Previdência Social em defesa das demandas da classe trabalhadora. Entendendo a totalidade através do materialismo histórico-dialético e revelando as investidas do capitalismo financeiro, correlacionando com o falso déficit previdenciário, com a informatização da política e com a importância da atuação do/da Assistente Social, não como cargo genérico, mas como profissional qualificado e necessário para atuar na Previdência Social.

Portanto, esse artigo contou com o auxílio de revisão bibliográfica, a partir de estudos que abordam o tema, bem como de uma pesquisa documental fundamentada nas legislações que tratam política previdenciária, com o objetivo de debater sobre a importância da defesa por esse direito na esfera pública.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Durante o século XX, no Brasil, se instaurou um sistema amplo de proteção social, a Seguridade Social. A implementação ocorreu marcada por contradições inerentes ao crescimento atrasado, dependente e periférico desse país. Foram através das lutas da classe operária e dos movimentos sociais que se consumou a Seguridade Social brasileira, essa, agrega diversas iniciativas advindas dos poderes públicos, da sociedade e se destina a garantir os direitos no tocante à Saúde, à Assistência e a Previdência – esse conceito está presente na Constituição Federal de 1988, no Art 194 – e sua organização está pautada nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 194)

Inserida na Seguridade Social, a política de previdência social quando implantada na realidade brasileira trouxe consigo reflexos de processos históricos, políticos e econômicos, como também reações impostas pelo cenário mundial, devido a dependência que o país possui com as grandes economias centrais. No referido cenário, as políticas sociais são definidas e implementadas numa dualidade onde é os “mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das

elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão” (FALEIROS, 2017, p. 4).

Assim, a previdência social, segundo consta o Art 201 da Constituição Federal de 1988, “se organiza sob forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória”, essa cumpre o objetivo de restituir a renda dos indivíduos que estejam em situação de invalidez, temporária ou continuamente, o que impossibilita a capacidade de exercer as atividades trabalhistas. Os riscos sociais cobertos pela Previdência são: doença, invalidez, maternidade, velhice, morte, acidentes e doenças ligadas ao trabalho.

Dessa forma, desde a década de 1990, essa política vem sofrendo severos desmontes sobre a proteção social do trabalho em que o Estado vem se apropriando dos recursos financeiros dessa política para amortizar os juros da dívida externa e usando como argumento a ideia da necessidade de implementar uma política de ajuste fiscal, onde atinge fortemente a classe trabalhadora. Porém, os governos renunciam tributos de contribuições sociais dos setores favoráveis ao capitalismo e os recuos da política através da Desvinculação de Receitas da União (DRU), se torna “instrumento determinante de “socorro” às empresas em momentos de crise do capitalismo” (SALVADOR, 2017, p. 427).

Uma das investidas do capital para alavancar as taxas de lucro é massivamente espalhar a ideia da existência de uma previdência deficitária, geradora de grandes custos para o Estado, demonstrando com isso, a necessidade de diminuir os “gastos” através de recessão econômica.

Assim, destacamos que as ações das agências multilaterais influenciam direta ou indiretamente as reformas que a previdência social brasileira vem sofrendo nos últimos 20 anos. Pois há evidências que as propostas de agências, tais como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas em seus relatórios e documentos sobre a saúde financeira dos países periféricos e condições das políticas sociais, tenham sido utilizadas como norteadoras de um processo de enxugamento dos gastos públicos para geração de superávit primário voltado ao pagamento de parte da dívida externa. (SANTOS, 2017, p. 15)

A primeira contrarreforma da previdência foi desencadeada no governo de FHC (1995-2003), através da EC 20/1998, pautada na ideologia neoliberal. “Nesse período houve uma crescente privatização de empresas estatais, iniciou os programas de transferência de renda com vies assistencialista (bolsa escola, auxílio gás e bolsa alimentação) e as consideradas “reformas” das políticas sociais” (SANTOS, 2017, p. 16).

Já os governos do Partido dos Trabalhadores, se baseavam na perspectiva do “neodesenvolvimentismo”, tendo em vista a necessidade de haver o crescimento da produção industrial e infraestrutura do país, em que o Estado tem o compromisso de alavancar o

consumo. Nos mandatos de Lula, a principal medida implementada na previdência social se materializou por meio da EC 40/2003. Já no Governo Dilma destacam-se as Medidas Provisórias 664/2014 e 676/2015.” (SANTOS, 2017, p. 16). No entanto, após o golpe de 2016 o governo fortalece a perspectiva neoliberal em detrimento dos direitos do trabalho.

A atual contrarreforma aprovada em 22 de outubro de 2019 consegue ser desastrosamente pior, articulada pelo governo Bolsonaro, a partir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 06, foi aprovada sem muita resistência devido a desarticulação existente da organização popular e dos sindicatos. Essa atual contrarreforma (Emenda Constitucional nº 103/2019), busca aumentar a precarização da situação de vida e da exploração da força de trabalho, representando um desmonte completo da previdência pública.

A pior investida – embora não tenha sido aprovada, mas merece destaque – é a anulação do importante princípio de financiamento da previdência social, a “solidariedade”, disseminando a proposta de capitalização existente na previdência privada, se esse processo de transferência chegasse a ocorrer, o trabalhador seria duramente responsabilizado a garantir os bens e serviços essenciais a vida. Vale ressaltar a crescente informalização do trabalho, o que gera rendas incertas, colocando essas pessoas em situação de vulnerabilidade financeira e impossibilitando que elas tenham acesso a previdência.

Esse processo de desmonte se agudiza através da Medida Provisória nº 905 de 11/11/2019, em que o governo institui a necessidade da extinção do Serviço Social nessa política, sendo esse profissional essencial na efetivação do direito dos cidadãos. Nesse sentido, outro aspecto que compõe as investidas do capital na previdência social é o processo de informatização do atendimento aos usuários, em que esse acaba dificultando o acesso a política.

## **INFORMATIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E A DIFICULDADE DO ACESSO DOS USUÁRIOS**

A inovação tecnológica é um fenômeno fundamental para manutenção e ampliação do modo de produção capitalista, tendo em vista que esse se realiza com base no avanço das forças produtivas, onde essas possibilitam o aumento da produção e a diminuição dos custos. Nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico proporciona a aceleração dos ciclos produtivos, aumentando as taxas de lucro com base na intensificação da exploração do trabalho.



Diante disso, nas últimas décadas as áreas de ciências e tecnológicas ganharam centralidade, como resultado de grandes investimentos em pesquisas, o que resultou na ampliação significativa do sistema capitalista principalmente após os anos 2000. É relevante perceber que esses avanços ocorreram em diversas áreas para além do desenvolvimento de máquinas que auxiliam na produção industrial, como a saúde, a comunicação, os transportes, entre outras. Ou seja, além da evolução no setor primário e secundário<sup>238</sup>, essa modernização alcançou também o setor terciário.

Desse modo, a informatização do setor de serviços se dá com a finalidade de acelerar e controlar os processos internos e externos de uma instituição, diminuir a quantidade de funcionários com a implantação de sistemas e aumentar a produtividade. Portanto, o desenvolvimento tecnológico no setor terciário, segundo Silvino e Abrahão (2003, p. 04) consiste na relação entre uma instituição e um usuário interessado no serviço ofertado, contudo é importante compreender que essa mediação se realiza tanto no esfera privada como pública.

No Brasil, apesar do desenvolvimento do capitalismo tardio, vivenciamos também a centralidade na ciência e tecnologia como forma de modernizar e melhorar a qualidade dos serviços públicos, as políticas públicas passam a ser permeadas por diversos sistemas informatizados, principalmente aqueles referente aos atendimentos e cadastros.

É nesse sentido que, em 2011 é instituído o Processo Eletrônico no âmbito do INSS, por meio da resolução nº 166, onde considera a necessidade de soluções tecnológicas para o atendimento ao usuário, para o compartilhamento de informações, para facilitar e padronizar a tramitação dos processos. E posteriormente, em 2014, em harmonia com a contrarreforma da previdência social, se tem a resolução nº 438, onde essa se refere à normas de atendimento.

Dessa forma, a supracitada resolução determina que o atendimento poderá ser realizado de forma remota, autoatendimento ou presencial, sendo que esse último poderá ser realizado com o agendamento prévio ou não, entendendo que, segundo o Art. 7º “o agendamento consiste no protocolo do requerimento de um serviço específico, com a fixação de data, horário e local para prestação do atendimento presencial ao requerente ou outorgado”. Contudo, esse agendamento deve ser realizado exclusivamente por meio do sistema informatizado oficial, como apresenta o Art. 8º.

Conforme o exposto, foi aprovado uma série de decretos e resoluções com o intuito de modernizar a tramitação dos processos realizados pelo INSS, assim, destacaremos duas

---

<sup>238</sup> Ver mais em: <https://www.infoescola.com/economia/setor-terciario/>.

resoluções que alteram significativamente a política. Nesse sentido, em janeiro de 2018, através da resolução nº 627, foi implementado um novo modelo de atendimento tendo como base a criação do “INSS Digital”<sup>239</sup>, com destaque para o “Meu INSS” um sistema que permite ao usuário acompanhar e requerer os serviços online.

Nessa perspectiva, recentemente em agosto do ano vigente, por meio da resolução Nº 700, foi instituído o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos do INSS, onde conforme o Art. 2º, tem como objetivo,

- I - aumentar a produtividade e a celeridade na tramitação dos processos;
- II - aprimorar a segurança e a confiabilidade dos dados e das informações;
- III - criar condições mais adequadas para a produção e a utilização de informações;
- IV - facilitar o acesso às informações e às instâncias administrativas; e
- V - reduzir o uso de papel, bem como os custos operacionais e de armazenamento da documentação.

No entanto, o que essas resoluções não observam é que se tratando do setor público, como no caso da previdência social é relevante considerar o perfil de usuários dessa política, pois o processo de inovação tecnológica e modernização pode gerar mais dificuldades de acesso para os usuários, tendo em vista que,

Enquanto mais de 90% das pessoas nas classes A e B são usuárias de internet, nas classes D e E apenas 42% estão conectados. Há diferença também entre áreas urbanas e rurais, por exemplo. Mais de 70% dos moradores das cidades fazem uso da internet, contra 44% nas áreas rurais (IPEA, 2019, p 01).

417

Portanto, as mudanças revestidas pela ideia de modernização, são permeadas pelo caráter excludente uma vez que, não é considerado as condições dos usuários de acessar a política através de sistemas eletrônicos, pois condições como baixa escolaridade, situação de vulnerabilidade, baixa renda, entre outros, incidem diretamente no não acesso a meios digitais. Além disso, é válido salientar que o processo de informatização, com base no aumento da produtividade também presume a dispensa de alguns profissionais, já que os sistemas implantados realizarão determinados processos, o que contribui com a precarização da política.

## SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

<sup>239</sup> Os pilares do projeto são o processo eletrônico – agendamento e concessão de benefício pela Internet para o segurado (deverá ser testado futuramente) ou por meio de entidade representativa que tenha celebrado Acordo de Cooperação Técnica com o INSS – e a distribuição das demandas entre as unidades. Ver mais em: <https://www.inss.gov.br/inss-digital-nova-forma-de-atender-aos-segurados/>.

Frente aos argumentos abordados, buscaremos discutir a importância do Assistente Social dentro da política previdenciária, como forma de enfrentamento a retrocessos e deslegitimação dos direitos sociais vivenciados pela classe trabalhadora, principalmente no tocante ao processo de informatização que vem excluindo e dificultando o acesso a essa política.

De acordo com o informativo do INSS, o Serviço Social inserido nesse espaço ocupacional, tem como função o esclarecimento aos usuários sobre seus direitos sociais, apontando a eles a maneira mais adequada para resolver sua problemática. Assim, o/a assistente social “ajudará” para que o sujeito que demanda esse serviço consiga “solucionar” sua problemática (INSS, 2019).

É notório a equivocada utilização de termos por essa política para designar o papel desempenhado pelo o/a assistente social, partindo de uma dimensão de ajuda (assistencialismo) para resolver problemas da população usuária. A atribuição desse profissional estar para assegurar e garantir os direitos dos usuários, que muitas vezes são negadas, assim, é importante desconstruir as ideias de favores vinculadas aos direitos conquistados a classe trabalhadora.

O código de ética da profissão é o principal direcionamento para atuação profissional dentro de qualquer espaço sociocupacional, pautando a justiça e a equidade social. Assim, o profissional,

[...] ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da questão social pela via do estudo social (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

Diante disso, pontuamos a necessidade do fortalecimento da perspectiva crítica da profissão, para que não seja considerada somente a dimensão Estatal, mas como eixo principal prezar pela efetivação de direitos dos usuários, nesse sentido, a perspectiva crítica do assistente social incide também na defesa frente aos retrocessos da referida política, como já abordamos, a digitalização das ações previdenciárias exclui grande parcela da população usuária desses serviços.

De acordo com pesquisas desenvolvidas pelo CFESS a PNAD (2015)<sup>240</sup>, apontam que a população com 60 anos ou acima disso, são os usuários que menos utilizam da tecnologização (12,6%). No ano de 2013, foi constatado que a classe que mais utiliza a internet, são a população com mais de 10 salários mínimos, equivalente a 89,9%, enquanto a

<sup>240</sup> Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93373.pdf>



menor parcela são a população com rendimento de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, um total apenas de 23,9%.

Essa problematização nos aponta a perda de possibilidades do acesso aos direitos, nos levando a considerar a função fundamental que o/a assistente social tem de ampliar e potencializar o processo de democratização e informação dos direitos dentro desse equipamento, assim devemos considerar as seguintes contribuições:

- a) Diminuição do quantitativo de exigências presentes nos processos de concessões;
- b) Diminuição da ação de intermediários na busca dos direitos previdenciários;
- c) Diminuição de vários retornos dos(as) usuários(as) às Agências da Previdência Social;
- d) Diminuição nos agendamentos nas situações em que o(a) requerente ainda não completou as exigências necessárias para o reconhecimento do direito ao benefício, impactando também na diminuição das solicitações de recursos;
- e) Diminuição da insatisfação do(a) requerente com a resposta às demandas solicitadas;
- f) Aumento do conhecimento pelos(as) usuários(as) dos critérios legais para acesso aos benefícios, familiarizando-se com conceitos como carência e qualidade de segurado;
- g) Aumento de acesso pelos(as) usuários(as) aos recursos ofertados por outras políticas sociais a partir de articulação com a rede de serviços, tais como as políticas de saúde, educação, assistência social e trabalho, que impactam diretamente no acesso aos seus direitos previdenciários e assistenciais, como o tempo de duração do Auxílio-Doença, retorno ao trabalho das pessoas com deficiência, dentre outros;
- h) minimizar o índice de judicialização dos benefícios previdenciários e assistenciais. (CFESS, 2018, p.7-8)

Partindo da compreensão das restrições ao acesso previdenciário vivenciados no Brasil atualmente, com base na modernização, se faz cada vez mais necessário a inserção dos assistentes na política de previdência social,

419

Através da Matriz Teórico-Metodológica, os Assistentes Sociais do INSS repensam sua prática e a reconstruem, contribuindo para garantir um novo estatuto ao posicionar-se não como “meras peças burocráticas” da instituição, mas como construtores de uma prática diferenciada e histórica, construindo estratégias profissionais que contribuem para reduzir a desigualdade pressuposta nas próprias relações contraditórias entre a instituição e os usuários, agindo de maneira transformadora em direção ao projeto ético-político profissional, articulando, portanto, sua capacidade mediadora com sua consciência crítica (GARLET, RENKA, 2017, p. 11).

Diante o exposto, é notório o processo de fragilização do Serviço Social dentro desse espaço, refletindo diretamente na população usuária. De acordo com CFESS, todos os espaços que se referia ao Serviço Social foi substituído por “avaliação social”, trazendo consigo, não só a mudança de termos, mas anos de retrocessos, atingindo não somente assistentes sociais, “mas as/os milhares de usuárias/os destes serviços, que diariamente são atendidas/os em todo o Brasil, por meio da atuação dos/as profissionais de Serviço Social nas agências, gerências e superintendências do INSS” (CFESS, 2017).

O CFESS já está tomando medidas no sentido de construir, em conjunto com a categoria e demais entidades, formas de resistência que garantam a manutenção dos serviços previdenciários. Reafirmamos a defesa desse serviço, que tem por objetivo: “esclarecer, junto aos beneficiários, seus direitos sociais e os meios de exercê-lo, e estabelecer, conjuntamente com eles, o processo de solução dos problemas que emergirem de sua relação com a previdência social, tanto no âmbito interno da instituição, como na dinâmica da sociedade” (Artigo 88 da Lei 8.213/91). E que, ao longo de seus 73 anos, se faz presente na previdência e tem atuado na defesa dos direitos e, com a sociedade, buscado a ampliação da previdência social brasileira como direito social. (CFESS, 2017, p. 03-04).

Pontuamos aqui que a classe luta em coletivo para que acima de tudo seja garantida a efetivação e ampliação dos direitos desses trabalhadores, mantendo os profissionais de serviço social, em que a partir de seu olhar crítico compreenda a realidade social, considerando as singularidades dos usuários, na perspectiva da diminuição da desigualdade social e da democratização dos direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se perceber que a história da Política de Previdência Social é uma história de retrocessos, desde o surgimento da Seguridade Social até os dias atuais, isso acontece devido as inúmeras investidas do capital financeiro para se apropriar da política por causa da sua grande arrecadação, advinda da classe trabalhadora. E essa riqueza só não é maior devido as renúncias tributárias e algumas concessões permitidas pelo Estado que favorecem a classe dominante burguesa – incluindo a DRU e demais instrumentos de capturam de recursos.

A informatização é uma dessas investidas, apesar de acelerar a tramitação dos processos internos ela dificulta o acesso dos usuários, tendo em vista a exclusão do atendimento presencial, além disso, esse processo resulta também na diminuição de funcionários com base na intensificação da exploração do trabalho, ou seja, a produtividade.

Portanto, abordando o tema Previdência Social como direito fundamental, disposto no art. 6º da Constituição Federal, e entendendo as competências e atribuições<sup>241</sup>, bem como o projeto ético-político do Assistente Social é de notória importância a presença deste/desta profissional para contribuir na defesa da Previdência enquanto política pública, para a proteção do trabalho enquanto classe trabalhadora, com a intenção de impedir o enfraquecimento da previdência, não sendo messiânico, mas buscando a garantia da efetividade da tutela do direito previdenciário.

<sup>241</sup> Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social, FENASPS, Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social. **DIRETRIZES DE AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO INSS**. Brasília-DF, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessFenasps-DiretrizesINSS.pdf> Acesso em: 30/11/2019.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS divulga nota em defesa do Serviço Social no INSS**. 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1411> Acesso em: 30/11/2019.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. CFESS MANIFESTA. **Os impactos da “reforma” da Previdência na classe trabalhadora. Brasília, 2019**. Acessado em: 28/11/2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2019-manifesta-previdencia-outubro.pdf>.

DE PAULA FALEIROS, Vicente. **O que é política social**. Brasiliense, 2017.

GARLET, Claudia Lago; RENKA, Elisônia Carin. **SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL: ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL, UNIEDU, 2017**. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Claudia-Lago-Garlet.pdf> Acesso em: 30/11/2019.

421

GIRARDI, Edson Canal. **Setor Terciário**. InfoEscola: navegando e aprendendo. Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/setor-terciario/>. Acesso em: 29/11/2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela et al. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço social**, p. 341-375, 2009.

INSS, Instituto Nacional do Seguro Social. Serviço Social. Instituir o Processo Eletrônico no âmbito do INSS. **Resolução, nº 166 de 11 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-inss-166-2011.htm>. Acesso em: 02/12/2019.

INSS, Instituto Nacional do Seguro Social. Serviço Social. Dispõe sobre a organização do atendimento ao público nas unidades do INSS. **Resolução, nº 438 de 03 de setembro de 2014**. Disponível em: [http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/441857/RESPOSTA\\_PEDIDO\\_rs438PRESINSS.pdf](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/441857/RESPOSTA_PEDIDO_rs438PRESINSS.pdf). Acesso em: 29/11/2019.

INSS, Instituto Nacional do Seguro Social. Serviço Social. Dispõe sobre os procedimentos para expansão do novo modelo de atendimento do INSS. **Resolução, nº 627 de 21 de fevereiro de 2018**. Disponível em: <https://sindprevba.org.br/2018/02/26/inss-publica-resolucao-no-627-sobre-expansao-do-programa-inss-digital/>. Acesso: 29/11/2019.



INSS, Instituto Nacional do Seguro Social. Institui o Sistema Eletrônico de Informações como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos. **Resolução, nº 700 de 03 de setembro de 2019.** Disponível em: [http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/inss700\\_2019.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/inss700_2019.htm). Acesso em: 29/11/2019.

INSS, Instituto Nacional do Seguro Social. **Serviço Social. 2017.** Disponível em: <https://www.inss.gov.br/inss-digital-nova-forma-de-atender-aos-segurados/>. Acesso em: 02/12/2019.

INSS, Instituto Nacional do Seguro Social. **Serviço Social. 2019.** Disponível em: <https://www.inss.gov.br/orientacoes/servico-social/> Acesso em: 30/11/2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2019. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34796](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34796). Acesso em: 02/12/2019.

SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In: **Revista Ser Social e Sociedade**, N. 130, São Paulo, p. 426-446, set./dez. 2017.

SANTOS, M.d. (2017). As influências das agências multilaterais nas “reformas” da previdência social brasileira. In: **Revista Ser Social**, N. 40, Brasília, p. 1- 264, jan.-jun./2017.

SILVINO, Alexandre Magno Dias; ABRAHÃO, Júlia Issy. Navegabilidade e inclusão digital: usabilidade e competência. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 2, p. 1-17, 2003.

## A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E SEUS REBATIMENTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA

Neuria Alcântara de Matos<sup>242</sup>

Janaina Martins da Silva<sup>243</sup>

Luana Henrique de Lima<sup>244</sup>

Maria Jarlene de Sousa<sup>245</sup>

Maria Lucilene Oliveira Esperdiao da Silva<sup>246</sup>

Luciana Sátiro Silva<sup>247</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como centralidade de discussão refletir acerca dos impactos da atual contrarreforma da Previdência Social brasileira, apontando suas graves consequências para a classe trabalhadora. Observamos que esta contrarreforma objetiva ofertar ao mercado rentista nacional e internacional, a mercantilização de direitos sociais historicamente conquistados, e permitir o usufruto indiscriminado ao fundo público nacional, favorecendo assim, o financiamento dos direitos. As implicações envolvem o negação e diminuição de benefícios sociais, agravamento da distribuição de riqueza, aumento de indicadores relacionados a pobreza, enxugamento do papel do Estado em operar políticas sociais de forma pública, dentre inúmeros outros.

423

**Palavras-chave:** Previdência Social; Contrarreforma.

### INTRODUÇÃO

A contrarreforma da previdência social brasileira tem sido um assunto recorrente nas discussões contemporâneas, pois seu objeto interfere diretamente na vida de todos os cidadãos, havendo recortes para as minorias sociais por sua condição de classe social, sexo e raça/etnia, já que atinge em especial, as mulheres negras e pobres deste país, havendo forte

<sup>242</sup> Discente do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *campus* Iguatu – CE. Email: [neuriacejesus@gmail.com](mailto:neuriacejesus@gmail.com).

<sup>243</sup> Discente do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *campus* Iguatu – CE. Email: [janainamartins1401@hotmail.com](mailto:janainamartins1401@hotmail.com).

<sup>244</sup> Discente do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *campus* Iguatu – CE. Email: [luanahenriqueluanahenrique.acop@gmail.com](mailto:luanahenriqueluanahenrique.acop@gmail.com).

<sup>245</sup> Discente do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *campus* Iguatu – CE. Email: [jarlenesousaesperanca123@gmail.com](mailto:jarlenesousaesperanca123@gmail.com).

<sup>246</sup> Discente do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *campus* Iguatu – CE. Email: [lennasab@hotmail.com](mailto:lennasab@hotmail.com).

<sup>247</sup> Assistente Social Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Analista do Seguro Social do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, agência de Iguatu – CE. Email: [lusatiro@yahoo.com.br](mailto:lusatiro@yahoo.com.br).

incidência também, para a juventude negra e pobre. Isso implica em afirmarmos, que a políticas sociais de natureza sócio-econômica, inclinam sua razão de existência para além da mera transferência de renda, mas sobretudo, em permitir que a população brasileira possua menor desigualdade social e consiga atingir patamar de sobrevivência de forma mais digna e cidadã.

Dessa forma, é de extrema importância tomarmos conhecimento do que realmente ocasionou para se pensar em reforma, sobretudo entender quem irá ser mais atingido.

Essa contrarreforma da previdência social aprovada teve sua gênese ainda no governo Michel Temer com a Projeto de Emenda Constitucional – PEC 287/2016, contudo este não teve força política para sua aprovação, por falta de apoio do próprio congresso e inclusive da população. Tão logo o governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro iniciou, esse assunto foi retomado e de forma mais célere, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional em 22/10/2019 como EC 06.

Ambas as propostas, embora apresentassem poucas diferenças tinham diretrizes balizadas em um suposto déficit fiscal previdenciário como forma de persuasão e de aceitação da retirada de direitos da classe trabalhadora.

Como já mencionado o déficit no fundo público é uma farsa que vem sendo usada por contínuos governos e abordam várias estratégias para levar o povo ao engano. Os dados expostos são arrecadação da folha que são pagas por funcionário e empregadores comparando com toda despesa da previdência, ou seja contam apenas com esse tipo de arrecadação. Quando calculam somente essa arrecadação e comparam com toda despesa da previdência é gerado esse déficit enganoso, para o aumento do déficit calculam as contribuições sociais garantidas pela constituição e junto das despesas que vão além da seguridade social outras despesas que são tratadas em outro capítulo da constituição gerando um grande endividamento fraudulento deixando em risco algumas garantias que são mínimas e que são direito do povo.

Destacamos que é importante mencionar que outros fatores de aceitação do Estado para satisfazer ao grande capital como: a isenção fiscal das grandes empresas, retirada de um terço dos recursos da seguridade social com a desvinculação das receitas da União, a famosa DRU, os gastos com outros regimes como militares e parlamentares, sonegação de impostos das grandes empresas, dentre outros, são pontos centrais de gastos do orçamento público, que não são levados em consideração antes de se aprovar uma contrarreforma tão perversa quanto a que estamos analisando.



Tudo isso para favorecer o grande capital e para isso induz o povo a entender que é necessário esse desmonte, e por esse motivo precisa-se de uma reforma pois o que tem causada crise é o gasto do Estado com as políticas sociais, sendo os direitos sociais da classe trabalhadora, objeto mais visado para sacrificar.

Como o capital encontra-se em período de crise, sendo esta inerente ao capitalismo como objetivo de, primeiramente, aumentar o exército industrial de reserva repercutindo na maior oferta da força de trabalho, pressionandos para que ocorra o rebaixamento de salários e maior exploração do trabalhador, e além de enfraquecer o potencial de lutas sociais na correlação de forças pela garantia de direito.

A relevância desta análise se fundamenta em apontar reflexões teóricas e conjuntural com foco no movimento de contrarreformas e colocando em êxito a mais recente contrarreforma da previdência social, observando as dimensões que envolvem suas causas e consequências, quem serão mais afetados de forma mais intensa..

Para tanto, realizamos análise de natureza qualitativa e de cunho empírico mediante estudo bibliográfico dos(as) principais estudiosos(as) sobre o tema. Ainda, também fizemos pesquisa documental por meio de leitura e análise do projetos de Emendas Constitucionais e legislação previdenciária.

## DESENVOLVIMENTO

A política de previdência social no Brasil sempre foi alvo de alterações e contrarreformas, no governo atual não está sendo diferente como abordaremos. Para entender melhor se faz necessário um resgate histórico da construção dessa política no Brasil até o contexto atual.

O nascimento da previdência no Brasil é consenso entre vários autores que se deu a partir do surgimento da Lei Eloy Chaves (Decreto, nº 4.682, de 24 de Janeiro de 1923) que criou as primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) nas empresas de estrada de ferro em todo o país, como afirma Aragão (2013), que era de natureza privada e bipartite. Era responsabilidade dos trabalhadores o recolhimento das contribuições assim como também a sua gestão. De acordo com Aragão

[...]as ações de saúde e assistência eram complementares aos benefícios previdenciários, ou seja, eram também contributivos, ainda que indiretamente, uma vez que apenas os trabalhadores que contribuam para a previdência social tinham acesso aos serviços de saúde e a prestações de benefícios assistenciais. Foi

exatamente a interrelação entre as três políticas que dificultou uma definição mais precisa do sistema de proteção social e impôs uma desigualdade no próprio sistema.

Percebemos que o acesso aos benefícios ainda eram restritos aos trabalhadores que contribuíam com a previdência que cobria apenas aqueles que faziam parte dessa contribuição. Segundo Júnior e Costa (2016) foi só em 1933 através do Decreto 22.872 que houve a criação do Instituto de Previdência dos Marítimos (IAPM), o que poderia ser chamada de primeira previdência pública no país em que era gerida pelo poder público e passou a abranger demais categorias de trabalhadores.

Em 1934 com a Constituição ocorreu um salto em que a previdência comparou-se ao que é hoje, em que passou a exigir contribuição do Poder Público, das empresas e dos trabalhadores (JÚNIOR e COSTA, 2016, p. 62) e em 1946 surge uma nova Constituição em que o artigo 157 contempla pela primeira vez o termo Previdência Social.

Essas iniciativas por parte do Governo, segundo Aragão (2013), passaram a intervir mesmo que de forma focalizada no mundo do trabalho, garantindo minimamente o pleno emprego e a reprodução da força de trabalho.

Em 1960 foi instituída a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) que reuniu os benefícios de todos os institutos, o que acarretou na criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1967 unificando a previdência urbana e inserindo o seguro de acidente de trabalho no âmbito da Previdência Pública (JÚNIOR e COSTA, 2016).

A partir de então foi desencadeado uma sequência de regulamentações tornando a política de previdência mais abrangente e assumindo um caráter estruturado sendo algumas delas como sendo, em 1971 a inclusão dos trabalhadores rurais no rol de proteção com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural) sustentado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador (FUNRURAL), por conseguinte em 1977 a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social cobrindo o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) que era responsável pela arrecadação e fiscalização de contribuições; o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS); Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que tem como atribuição a gestão dos benefícios previdenciários; Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) que cuidava dos idosos e gestantes; Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) responsável pelos menores carentes; Central de Medicamentos (CEME) que fabricava medicamentos de baixo custo; e também a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (DATAPREV) que seria responsável pelo controle de dados da

previdência, todos esses que a partir de tal momento se fazia de forma conjunta em um sistema de proteção previdenciário (JUNIOR e COSTA, 2016).

Foi então em 1988, na tentativa de redemocratização do país que é criada a Constituição Federal e com ela a Política de Previdência passa a fazer parte do tripé da seguridade social, que segundo Júnior e Costa (2016), com um conceito nunca visto em uma Constituição, com a saúde de forma não contributiva e universal, a assistência para quem dela necessitar e a previdência contributiva e com caráter de seguro social.

A Constituição de 1988 foi um marco na história da seguridade e consequentemente da Previdência Social, que é o principal foco deste trabalho. A partir daí essa política passou a ser gerida integralmente pelo Estado e ser um direito garantido a todo aquele trabalhador que contribuir. Porém, como nem tudo é perfeito, foi em meados da década de 1990, como afirma Schmidt (2016), que se deu início a uma sequência de contrarreformas do Estado, com o intuito de reestruturar a seguridade social e a Previdência Social como centro dessas reformas.

A inserção da Previdência na seguridade social não agradou ao capital que por ser capaz de captar recursos do Estado passa a ser visada pelo capital financeiro como alvo de especulações onde o mercado e o próprio governo se utiliza de manobras ideológicas com o fim de desarranjar os direitos já garantidos por meio da Constituição para assim transformar a previdência em uma mercadoria de livre negociação no mercado financeiro (SCHMIDT, 2016).

Segundo Araújo (2009), o que está em jogo no contexto de contrarreformas da previdência em primeiro lugar a criação de um superávit fiscal que estejam compatíveis com o pagamento das dívidas interna e externa, que se tornou o principal objetivo dos organismos financeiros como FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, em meio a crise do capitalismo na realidade dos países “emergentes”, em segundo lugar a abertura do mercado para a inserção de planos de previdência privada.

A década de 1990, como destaca Silva (2018) foi marcada por uma onda de desemprego e aprofundamento da pobreza ocasionada pela crise do capital e o fortalecimento do projeto neoliberal coroado pelos governo de Collor e Fernando Henrique, impulsionando a reestruturação produtiva pautada na retirada de direitos trabalhistas e na institucionalização das reformas do Estado.

O governo de FHC (Fernando Henrique Cardoso), utilizando das orientações oriundas do Consenso de Washington deu início a reforma do Estado, dentre elas apresenta a proposta que foi aprovada e tornou-se a Emenda Constitucional (EC) nº 20 de 15 de dezembro de 1998. Como afirma Araújo (2009) o eixo principal dessa reforma eram as mudanças nas condições



para o acesso a aposentadoria, onde o tempo de contribuição passa a ser critério principal substituindo o tempo de serviço, fragilizando o alcance da aposentadoria por parte dos trabalhadores.

Em 2003 o presidente Lula assume o poder e com ele acende uma grande esperança de melhorias para a classe trabalhadora. Tomou a frente do país com índices elevados de desemprego, a economia estagnada e o Orçamento Geral da União comprometido pela amortização da dívida pública e os serviços (SILVA, 2018).

No que diz respeito à Previdência Social no governo Lula não foi diferente, logo em 2003 foram aprovadas duas contrarreformas, a PEC nº 40 e a 41 em que ambas alteravam o regime dos servidores públicos, a primeira estipulando um teto de remuneração e proventos para essa categoria e agentes políticos, e a segunda que foi justificada como uma medida de ajuste social, alegando que os trabalhadores do setor público tinham privilégios que não eram de uso dos trabalhadores da iniciativa privada (LOURENÇO et al, 2017, p. 475).

Por conseguinte, como aponta Silva (2018), o governo Dilma encontrou um agravamento da economia e situações delicadas no que diz respeito a elevação da inflação e uma piora nos indicadores sociais e de acesso ao trabalho. Foram consolidadas as renúncias tributárias, no que diz respeito ao movimento de contrarreforma.

A partir de 2012 foi autorizada a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) com o intuito de gerir os planos de previdência complementar dos servidores dos três poderes, o que fortaleceu, como já foi citado anteriormente, esses planos de previdência.

Michel Temer durante seu mandato no cargo de presidente do Brasil, no ano de 2016, apresentou a proposta da PEC 287/2016. Porém, durante seus dois anos de governo essa proposta de Reforma enfrentou uma forte resistência por parte de alguns setores da população e por parte da oposição Política, inclusive por falta de apoio do Congresso Nacional Brasileiro. Pois após passar por diversas modificações ao transitar na Câmara e por conta da conjuntura do País, essa PEC acabou não sendo aprovada em todas as instâncias necessárias.

Entretanto, ao assumir o cargo de presidente do Brasil, ou seja de chefe imediato do Estado, neste ano de 2019 Jair Messias Bolsonaro, apresentou ao Congresso a proposta de Reforma da Previdência e que foi aprovada como Emenda Constitucional nº 06/2019, sob novas prerrogativas e circunstâncias, já que a mesma passou por uma série de alterações durante o processo de tramitação no Senado. Desse modo, a principal justificativa usada é que o sistema da previdência possui um grande déficit, que a tornará insustentável, caso essa Reforma não seja efetivada, sendo assim é colocado como argumento para a população que o

gasto com a Seguridade Social têm afetado esse sistema previdenciário e que a causa dessa possível falência ou instabilidade da Previdência são os recursos destinados aos direitos dos trabalhadores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da atual contrarreforma, só será possível aposentar-se por idade. No que se refere a alteração, apenas às mulheres tiveram mudanças, pois a idade mínima que era de 60 anos, será de 62 anos, enquanto que os homens permanecerão com a idade mínima de 65 anos. A idade mínima será válida tanto para trabalhadores da iniciativa privada quanto para Servidores, o tempo de contribuição na iniciativa privada será de 15 anos para mulheres e 20 para homens. Já para servidores da União o período mínimo de contribuição será de 25 anos para ambos os sexos. O trabalhador receberá 60% da média Salarial adicionado de 2% a cada ano, para além do tempo mínimo obrigatório.

Quanto aos dependentes do contribuinte, passará a receber uma pensão que corresponde ao valor de 50% do benefício do INSS, com o acréscimo de 10% por cada dependente do pensionista, a regra se aplicará tanto para a iniciativa privada quanto para os Servidores Públicos. Ademais, será limitada a acumulação de benefícios, em que somente será recebido 100% do maior o benefício é somente uma parcela do segundo benéfico . As alíquotas passarão a serem pagas por meio de uma alíquota efetiva única. Na iniciativa privada, na faixa de renda 1, a contribuição será de 7,5%, já na faixa 2 seta de 9%, na faixa de renda 3 a contribuição será de 12% e na faixa de renda 4 será de 14%.

Quanto ao setor público é proposto pelo governo alíquota s progressivas que dependendo da renda irá variar entre 7,5 à 22%. A proposta de Reforma traz consigo uma série de alterações, nas regras de concessão e cálculo da aposentaria dos benefícios em forma de pensões do regime geral e também do Servidores públicos Federais, além de criar novas regras de transição de renda. Nessa Reforma sofreram redução de direitos os: servidores, militares professores, pensionistas, mulheres e aposentados por invalidez.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas mudanças iniciais da contrarreforma da previdência, se aponta um grande questionamento da população, de especialistas, enfim, por parte de todos os brasileiros; o questionamento de quem será mais afetado com as mudanças impostas por esta

contrarreforma, principalmente com essas mudanças nas aposentarias, quais seus impactos e quais soluções para minimizar os impactos que ela traz.

Os pontos sobre a idade mínima e o tempo de contribuição são bastante questionados quando avaliada entre as classes, pois quem acaba recorrendo a esta modalidade são as pessoas de baixa renda, os mais pobres, que muitas vezes não se chegam a completar os 35/30 anos de serviços que é exigido para se conseguir se aposentar pelo tempo de contribuição. Um desses motivos se deve a dificuldade desses indivíduos conseguirem um emprego formal, e demorar mais tempo para atingir os 20 anos de contribuição, pela falta de políticas que garantam o acesso ao mundo do trabalho, pois a prioridade para o governo

É importante, antes de tudo, enfatizar que a reformulação da contrarreforma da previdência social, não tem como objetivo melhorar a vida dos que contribuem ou os que são beneficiados do sistema, o que se foi pensado pelo o governo, é a redução de gastos, que vem crescendo anualmente, para que o rombo na previdência não venha a corroer a verba pública, e que impossibilite a continuação da previdência. Então, a partir de pesquisas e dados se chega o consenso de que os maiores afetados são os indivíduos da classe trabalhadora em geral, principalmente os trabalhadores de baixa renda, e que dentro dessa classe as mulheres são as que sofrem maiores impactos.

Os pontos sobre a idade mínima e o tempo de contribuição são bastante questionados quando avaliada entre as classes, pois quem acaba recorrendo a esta modalidade são as pessoas de baixa renda, os mais pobres, que muitas vezes não se chegam a completar os 35/30 anos de serviços que é exigido para se conseguir se aposentar pelo tempo de contribuição. Um desses motivos se deve a dificuldade desses indivíduos conseguirem um emprego formal, e demorar mais tempo para atingir os 20 anos de contribuição.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elizeu Serra. As reformas da previdência de fhc e lula e o sistema brasileiro de proteção social. **Rev. Pol. Públ.** São Luis. v. 13. n. 1. p. 31-41. 2009.

ARAGÃO, Maciela Rocha Souza. **Previdência Social no Brasil: trajetória e atualidades.** VI JOINPP. São Luís, 2013.

GRAFULHA JÚNIOR, P. R. A.; COSTA, José Ricardo Caetano. O estado social e a perícia médica previdenciária como limitadora de direitos sociais: a necessidade de adoção de um modelo pericial complexo. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social.** Curitiba. v. 2. n. 2. p. 56 – 73. 2016.



LOURENÇO, E. A. S.; LACAZ, F. A. C.; GOULART, P. M. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo. n. 130. p. 467-486.2017. Também disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.119>.

SCHMIDT, Jonas ALBERT. A reforma da previdência e seus aspectos jurídicos, sociais e econômicos. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**. Curitiba. v. 2. n. 2. p. 189 - 209. 2016.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo. n. 131. p. 130-154. 2018. Também disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.134>.

## OS IMPACTOS DA ERA DIGITAL PARA A POLÍTICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Marciana Fernandes da Silva<sup>248</sup>  
Alexandra Queiroga Cavalcante Bezerra<sup>249</sup>  
Carmem Maria Vieira de Amorim<sup>250</sup>  
Maria Heloiza Alexandre Marques<sup>251</sup>  
Nathalia Soares de Oliveira<sup>252</sup>  
Luciana Sátiro Silva<sup>253</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como centralidade de discussão refletir acerca dos impactos do processo de informatização e digitalização dos processos administrativos previdenciários, apontando suas consequências de acesso a política de previdência social para a classe trabalhadora. Observamos que este processo possui uma melhor organização e transparência dos serviços previdenciários que por anos foi monopólio do Estado, e agora pode ser visibilizado pela população, contudo, este apresenta desafios significativos na forma de acesso, principalmente a classe social mais pobre por relacionar sua baixa escolaridade, difícil acesso a internet, dificuldade de compreensão sobre as ferramentas digitais, dentre outros. Esses fatores, prejudicam sobremaneira ao reconhecimento de direitos previdenciários e assistenciais em todo o país.

**Palavras-chave:** Flexibilização do trabalho. Previdência Social, Digitalização.

432

### INTRODUÇÃO

No início da década de 1990, inicia-se mudanças estruturais que afetaram significativamente a economia brasileira em virtude da forte influência do neoliberalismo<sup>254</sup> em toda a América Latina, com destaque para a abertura comercial ocasionado novo grau de

<sup>248</sup> Graduada pelo Curso de Serviço Social no IFCE – *Campus* Iguatu. E-mail: [ir.marciana@hotmail.com](mailto:ir.marciana@hotmail.com)

<sup>249</sup> Graduada pelo Curso de Serviço Social no IFCE – *Campus* Iguatu. E-mail: [alexandra.queiroga@hotmail.com](mailto:alexandra.queiroga@hotmail.com)

<sup>250</sup> Graduada pelo Curso de Serviço Social no IFCE – *Campus* Iguatu. E-mail: [carmem.ip@hotmail.com](mailto:carmem.ip@hotmail.com)

<sup>251</sup> Graduada pelo Curso de Serviço Social no IFCE – *Campus* Iguatu. E-mail: [heloisamilitao@hotmail.com](mailto:heloisamilitao@hotmail.com)

<sup>252</sup> Graduada pelo Curso de Serviço Social no IFCE – *Campus* Iguatu. E-mail: [nataliaelisesmendes@hotmail.com](mailto:nataliaelisesmendes@hotmail.com)

<sup>253</sup> Professor orientador: titulação mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará– UECE, [lusatiro@yahoo.com.br](mailto:lusatiro@yahoo.com.br).

<sup>254</sup> [...] neoliberalismo como direção ideopolítica do processo de restauração do capital em crise fizeram com que as promessas da ideologia desenvolvimentista gradativamente passassem a entrar em contradição com os interesses do projeto burguês. Nesse momento histórico de intensificação da mundialização capitalista, o objetivo da política neoliberal era se apresentar como uma alternativa ideológica viável ao esgotamento do antigo modelo de substituição de importações e da ideologia desenvolvimentista (MARANHÃO, 2014, p. 05).

competição ao mercado nacional. Esse acirramento, desencadeou em processos generalizados de reestruturação produtiva<sup>255</sup> com vários desdobramentos, sendo os mais significativos: fechamento de fábricas e empresas; enxugamento do papel do Estado, principalmente com a execução das políticas sociais; terceirização; modernização tecnológica, entre outros. As mudanças organizacionais, em parte, resultaram num fenômeno de demissão em massa de dimensão jamais observada na história da industrialização brasileira (Costa, 2003).

Nas últimas décadas, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação tem contribuído para o desenho de um novo mundo do trabalho, dando novos contornos às atividades profissionais nos contextos industriais e de serviços, e nos setores públicos e privados. Esta questão tem sido objeto de crescente interesse científico, a partir de recortes que incluem: a natureza da relação homem-tecnologia-organização, a construir relações cada vez mais mediatizadas entre usuários e trabalhadores no âmbito da prestação de serviços, com implicações para o coletivo profissional, e riscos de exclusão de trabalhadores.

O que torna valioso analisar, é a reprodução dessas flexibilizações e modernização do trabalho contemporâneo sendo apropriado pelo Estado, a medida que este vem paulatinamente substituindo a sua obrigação de executar serviços sociais por tecnologias e softwares que alteram e dificultam o acesso a estes serviços.

Essa pesquisa tem como relevância, contribuir para o debate acerca da integração das novas tecnologias na atividade profissional, a partir da análise sobre as transformações em curso da relações de digitalização e informatização ocorridas recentemente o serviço público federal brasileiro responsável pelo gerenciamento da política de Previdência Social no Brasil. Diversas iniciativas pautadas na desburocratização do atendimento vêm sendo empreendidas por seu órgão executor, a autarquia Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), principalmente com a concepção do “Projeto INSS Digital”, uma nova forma de atender, que vem já se expandiu para todas as unidades de atendimento do país.

---

<sup>255</sup> A reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e a hegemonia neoliberal, conforme apontado neste capítulo, têm provocado importantes reconfigurações nas políticas sociais. O desemprego de longa duração, a precarização das relações de trabalho, a ampliação de oferta de empregos intermitentes, em tempo parcial, temporários, instáveis e não associados a direitos, limitam o acesso aos direitos derivados de empregos estáveis. Além das tendências já apontadas acima, outra que vem ganhando destaque desde a década de 1970, em quase todos os países da Europa, é a expansão de programas de transferência de renda. O exaustivo estudo de Stein (2005: 242-244) sobre as políticas de transferência de renda na Europa e na América Latina mostra que todos os países da Europa ocidental instituíram essa modalidade de política social: Dinamarca (1933), Reino Unido (1948), Finlândia (1956), Alemanha (1961), Holanda (1963), Áustria (1974), Bélgica (1974), Irlanda (1977), Suécia (1982), Luxemburgo (1986), França (1988), Espanha (1988- 1992), Portugal (1997) e Itália (1998). Observe-se que os países da Europa do norte fomos pioneiros, o que se explica pela natureza universalista e Beveridiana de seus sistemas de proteção social. Mas a maioria dos países só passou a implementar esses programas a partir da crise de 1969-1973 (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 133).



Diante disso o objetivo desse estudo, é analisar quais os impactos da digitalização na política da Previdência Social brasileira apontando uma breve abordagem sobre as reestruturações nas unidades do INSS, e identificando seus aspectos e principais impactos sobre a vida dos(as) trabalhadores(as).

A pesquisa se realizou a partir de um levantamento bibliográfico, como também frutos de discursões do grupo de estudo em Seguridade Social, Fundo Público e Ajuste Fiscal<sup>256</sup>, que tem como tema os impactos da digitalização na Previdência Social, a luz do materialismo histórico dialético, justamente por nos fornecer uma lente de análise crítica e aguda na aproximação sucessivas com a realidade.

## A REESTRUTURAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E SUA TRANSVERSALIDADE NA ERA DIGITAL

Ao falar da categoria trabalho, é necessário entender a discussão que lhe permeia, uma vez que o mesmo sofre significativas mudanças e reconfigurações ao longo da história, decorrente de fatores políticos, econômicos, sociais e históricos. Assim, trabalho pode ser entendido em seu sentido ontológico como algo diferente da concepção que se tem atualmente no modo de produção capitalista.

434

Esse percurso se faz oportuno para se perceber que a mudança ontológica da categoria trabalho e sua subsunção real ao capital se correlaciona com a metamorfose da divisão social do trabalho e, conseqüentemente, com a expropriação do trabalhador dos seus meios de produção. Tudo isso será melhor compreendido ao se fixar o trabalho no contexto das diferentes formas de organização societal, uma vez que essa atividade eminentemente humana nem sempre desfrutou do mesmo significado e valor que predomina dos dias atuais (DIAS, 2014, p. 27).

Deste modo, o trabalho é mais que um mero instrumento de produção e reprodução do capital, que passa por um processo de transformação na sociedade desde o seu processo inicial, até os dias atuais. Na perspectiva marxista, explica-se o trabalho ontológico, como sendo aquele que humaniza o homem na medida em que ele transforma o meio em que vive, ou seja, uma ação da práxis. Conforme Alves (2007), a categoria trabalho é:

[...] a categoria trabalho possui um significado historico-ontológico. Nesse caso, trabalho significa intercâmbio orgânico entre o homem e a Natureza. Eis o pressuposto estrutural (e estruturante) da atividade humano-social. O princípio ontológico constitutivo do ser social. É um traço distintivo primordial da espécie

<sup>256</sup> Refere-se ao grupo desenvolvido pelo curso de Serviço Social do Instituto Federal do Ceará unidade Iguatu-CE.

homo sapiens diante dos demais animais superiores. Apenas o animal homem tornou-se capaz de constituir um intercâmbio orgânico com a Natureza, no sentido de mudar as formas da matéria, constituindo objetivações que aparecem como —segunda natureza em sua busca pela satisfação das necessidades vitais (ALVES, 2007, p. 71).

Conforme Dias (2014), p. 29,

o detalhe é que no seio do modo de produção capitalista- MPC-, em razão de desdobramentos históricos processados num vasto decurso temporal, a categoria trabalho, em vez de progredir na qualidade de fonte natural de liberdade dos homens, desdobrou-se na síntese de exploração deste.

Assim, tem-se que o trabalho no modo de produção capitalista, perde seu sentido essencial (ontológico) e ganha um sentido valorativo, a medida que os homens tornam-se refens do mesmo, sendo conduzidos a perda de sua “liberdade”, sendo submetidos à subsunção do trabalho, uma vez que sua força de trabalho será expropriada pelo mundo das mercadorias, se levando em conta o fator principal e base do sistema capitalista, o que dá vida a este (além da exploração e as desigualdades): a propriedade privada.

Deste modo, conforme Dias (2014), p. 29, “O trabalho, pois, convertendo-se em trabalho abstrato, condiciona os homens ao misterioso e fatasmagórico mundo das mercadorias, como também reforça a permanência e reprodução da organização social pautada na propriedade privada”. Assim, é que se dão as relações de trabalho no Modo de Produção Capitalista, pautadas exclusivamente na obtenção de lucros pautadas através da exploração do trabalhador (a) (“homem”), o que conseqüentemente gera as desigualdades de classe fruto desse embate, Capital X Trabalho, formando classes antagônicas com projetos duais em disputa, em uma sociabilidade.

Neste sentido, tem-se que a formação e desenvolvimento das forças produtivas são frutos dessas relações antagônicas de Classes dominantes X Classes proletárias, uma vez que as desigualdades são inerentes a formação da propriedade privada e também pela busca desenfreada por a obtenção de lucros do capital. Deste modo, torna-se necessário a figura de um mediador e legislador das relações sociais e econômicas, surgindo assim o Estado para garantir às permanência dessas relações, mediante a execução de serviços e políticas sociais.

Não se sabe ou se pode falar de um período específico do surgimento das políticas sociais. O que se sabe, é que as primeiras iniciativas são reconhecidas a partir dos movimentos de transição e ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, decorrente das lutas de classe e do intervencionismo estatal. Todavia, sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa de Estados-nação da Europa Ocidental do final do

século XIX, mas sua generalização se dá mesmo é com a passagem do Capitalismo Concorrencial, para o Monopolista, em especial em sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial, no que concerne ao período do pós 1945. Assim, sendo:

Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa socialdemocratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX (Pierson 1991), mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós 1945) (PIERSON, 1991 apud BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 47).

Neste sentido, é inerente ao metabolismo do sistema Capitalista, os períodos de onda longa (expansão e crescimento do capital) e ondas curtas (depressão), sendo característico do sistema capitalista crises, períodos de inflexão ao lucro. Em cada período específico, o capital se articulará e adquirirá taxas de lucros diferentemente, se dando em diferentes períodos essas acumulações, podendo existir os períodos de crise, onde deixa-se de acumular e obter lucros acima da média, deixando o mesmo de lucrar.

No período pós Guerra (1945), mais uma vez o Capital em uma de suas fases de depressão, para se reerguer e voltar ao pleno desenvolvimento precisará contar com mecanismos para se reestruturar, pois os países recém-saídos de uma guerra estavam destruídos economicamente e politicamente. Assim, é que ficará marcado esse período de 1945 a 1965, como sendo denominado de Welfare State<sup>257</sup> ou Estado de Bem-Estar social, donde se terá a intervenção do Estado através de Políticas Públicas/Sociais, estas que davam acesso aos bens de consumo, dando suporte ao pleno desenvolvimento e reerguimento do Capital. Assim, como novo mecanismo para reestruturação, aliado a um novo modelo de produção, se terá um novo sistema de produção, quando se terá em conjunto, caracterizado por Produção em massa X Consumo em massa, a qual ficará denominado de Fordismo - Keynesiano.

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a passagem dos anos sessenta aos setenta, o capitalismo monopolista viveu uma fase única em sua história, fase que alguns

<sup>257</sup> Os princípios que estruturam o Welfare State, segundo o autor, são aqueles apontados no plano Beveridge: 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado afim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p 94).



economistas designam como os “anos dourados” ou ainda, as “três décadas gloriosas”. Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiram mais: as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado (em geral, sob a inspiração das ideias de Keynes) e, sobretudo, as taxas de crescimento mostraram-se muito significativas (NETTO E BRAZ, 2012, p.208).

Desta maneira, decorrente de todos esses elementos, considera-se que o período caracterizado como “três décadas gloriosas” ou “Anos de Ouro”, teve um saldo muito positivo, uma vez que proporcionou aos trabalhadores Europeus e dos países cêntricos, uma série de direitos e conquistas através de muita luta e pressão da classe trabalhadora da época, dentre tantas outras coisas. Isso tudo foi decorrente de um amplo movimento de organização e luta do movimento dos trabalhadores desses países, que historicamente tem como característica e descendência a luta e organização dos trabalhadores, a exemplo da Inglaterra e a Alemanha.

Deste modo, as políticas sociais são frutos desses períodos de luta e repressão da classe trabalhadora, quando o Estado passou a mediar essas relações. Sabe-se que desde essa época, na medida em que o Estado atende os interesses da classe trabalhadora através de Políticas Sociais, contraditoriamente, atende os interesses do Capital, mantendo sua lucratividade e funcionalidade (AMORIM, 2019).

437

Com relação às crises do Capital sabe-se que de 1970 até os dias atuais, por exemplo, na Crise da década de 1970, tem-se toda uma falácia com relação às crises, pois se atribui a culpa das Crises ao investimento do Estado em Políticas Sociais, o que se sabe que é uma falácia, uma vez que esse discurso é utilizado pelos neoliberais para desresponsabilizar o Estado de seus deveres e funções. Assim, destaca-se:

Não é inexplicável, portanto, o ataque do discurso neoliberal, na década de 1970, as políticas sociais, com o argumento do excesso de paternalismo do welfare state, dentre outros. Quando a regulação estatal cede aos interesses do trabalho, interferindo em alguma medida nas demais ações reguladoras em benefício do capital, multiplicam-se as reclamações do empresariado. Com a crise fiscal, decorrente da ampliação das demandas sobre o orçamento público (O'Connor, 1977) e da diminuição dos recursos --- expressão das antinomias do capital mais profundas do capitalismo no final do século XX ---, a “guerra” em torno da 83 destinação dos públicos é cada vez mais acirrada. Para a política social, esse conjunto de tendências e contratendências que constituem o capitalismo na sua fase madura do capital traz conseqüências importantes. À luz dessa leitura dos desdobramentos expansivos do capitalismo após a crise de 1929- 1932 e a Segunda Guerra, e seu processamento contraditório que levará à nova estagnação a partir do fim dos anos de 1960, vejamos como a política social se desenvolveu nesse período (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p 91).

Destarte, a década de 1970, é caracterizada por mais uma crise do Capital, chegando ao fim o modelo de produção taylorista-fordista<sup>258</sup>, sendo estruturado e implantado um novo modelo, sendo este caracterizado como modelo de produção Toyotista, onde se terá ao invés de uma Produção em Massa X Consumo em Massa, será atribuída uma nova forma de produção, passando esta a ser por demanda, sendo este modelo de produção denominado e caracterizado, Toyotismo<sup>259</sup>. Deste modo, se tem uma Reestruturação Produtiva a nível mundial, em especial uma Reestruturação do Capital (AMORIM, 2019).

Desta maneira, que se dará o processo de “Mundialização do Capital”<sup>260</sup>, uma vez que este, decorrentes dessas mudanças pós-crise, passará por uma série de reformas/reconfigurações, deste modelo, havendo a denominada Reestruturação Produtiva, donde se terá mudanças a nível mundial, impactando em especial os países periféricos ou em “subdesenvolvimento”, principalmente no que diz respeito às relações de trabalho que serão cada vez mais frágeis e flexibilizadas.

Neste sentido, exemplo dessas mudanças e impactos, tem-se o Brasil sendo um país periférico sofrerá os impactos, uma vez que todas essas reconfigurações impactam sobre a operacionalização das políticas públicas/ sociais, havendo a Contrarreforma do Estado<sup>261</sup> brasileiro, esta que afetará a condição de vida do trabalhador, em especial a população de velhos, pois em decorrência das mudanças e reflexos mundiais, se terá alterações na recém e conquistada Seguridade Social Brasileira, advinda da Constituição Federal de 1988, o que se observa em 1990, retrocessos no campo das políticas públicas e dos direitos, consequência da contrarreforma do Estado e do Neoliberalismo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

<sup>258</sup>O trabalho taylorista-fordista, que marcou a era automóvel ao longo do todo o século XX, fora marcado por um caráter parcelar, fragmentado, e pela produção em série. Nesse sistema, a concepção e a elaboração são responsabilidade dos/as trabalhadores/as (ANTUNES e PINTO, 2017, p. 49).

<sup>259</sup> Em seus traços básicos, o Toyotismo estabelece uma produção mais diretamente vinculada à demanda, diferenciando-se com frequência da produção em série e de massa do taylorismo-fordismo. É um sistema que se estrutura no trabalho em equipe, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo, baseando-se num processo produtivo flexível onde o/a trabalhador/a opera simultaneamente várias máquinas. O Toyotismo tem como princípio o just in time, metodologia que busca reduzir continuamente todo “estoque” de tempo e de efetivos (ANTUNES e PINTO, 2017, p. 64).

<sup>260</sup>[...] Pode ser apontado como processo de mundialização da economia, de constituição de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro, ou melhor, “uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação” [...] (CHESNAIS, 1996 E 1997, apud BEHRING 2008).

<sup>261</sup> Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da idéia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 149).

Embora a construção da seguridade social no Brasil, garantida com a Constituição Federal de 1988, seja a materialização de um processo intenso de mobilização social, em especial resultado dos tensionamentos da organização política dos movimentos sociais efervescentes naquele período histórico, está tem passado por momentos de disputa desde então.

Foi somente com a Constituição de 1988 que as políticas de previdência, saúde e assistência social foram reorganizadas e re-estruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o sistema de seguridade social brasileiro. Apesar de ter um caráter inovador e intencionar compor um sistema amplo de proteção social, a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência). (BOSCHETTI, 2010 p. 08)

Contudo, a abertura projetada pelos governos de FHC ao neoliberalismo econômico a partir dos anos 1990 tem gerado uma série de impactos e ameaças à previdência social, que orientadas pelas “contrarreformas” do Estado tem facilitado que propostas de flexibilização de direitos trabalhistas ou retirada destes, precarização do trabalho, privatizações, entre outras, sejam pautadas e aprovadas no congresso. Que sustentadas pela falácia da crise, ou pelo suposto “déficit da previdência” tem ganhado aliados e defensores mesmo dentro da classe trabalhadora.

439

As “contrarreformas” em curso desde a CF/88 tem construído a ideia nacional de que algumas medidas são necessárias para enfrentar os momentos de crise vivenciados no país, o que tem possibilitado a idealização de propostas que visam desde a redução dos gastos públicos, cortes no financiamento das políticas públicas à precarização do trabalho. A exemplo, temos o processo de digitalização de documentos, que em especial vai atingir as agências do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, operacionalizadores da previdência social brasileira.

O projeto de lei nº 7920/2017 prevê a alteração da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a digitalização de documentos. De autoria do Senador Federal Magno Malta - PR/ES.

A proposta do PL é digitalizar todos os serviços relacionados à Previdência Social, de modo que o acesso aos serviços da Previdência Social passem a ser via canais digitais e eletrônicos, como por aplicativos, de *sites* e do número de atendimento telefônico 135. Ao segurado só será necessário ir à agência em caso de exigência específica, como na



necessidade de complementação de documentação ou para fazer perícia para auxílio-doença, com agendamento prévio feito pela internet. Dentre os serviços à disposição do segurado estão o recebimento de salário-maternidade, a solicitação de aposentadoria por tempo de contribuição, a obtenção de extrato de pagamento de benefício e a geração de guia da Previdência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns aspectos que precisam ser apontados e observados nesse movimento é que estratégias como essa são construídas para atender um ideal meramente burguês de controle da classe dominada e manutenção das riquezas da classe dominante. A digitalização de documentos no âmbito da previdência social tem camuflado uma real intensão de desmonte desta como política de seguridade social. Na mesma medida que reduz os custos com sua manutenção, precariza o trabalho e fragiliza o acesso da população aos direitos previdenciários. Setores antes indispensáveis passarão a perder sua importância dentro da lógica da substituição do trabalho manual pelo virtual/digital.

É fato que a tecnologia tem auxiliado de forma positiva, inclusive em dar celeridade aos processos, porém, vale destacar que o Brasil é um país subdesenvolvido, com uma massa gigantesca de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza que dificilmente compreenderá tais mudanças, tão menos ter acesso a mecanismos tecnológicos que lhes garantam o acesso à seus direitos, e mesmo para aqueles com condições mínimas de acesso à tecnologia, esse não será um processo facilitado.

Contudo, observamos que o elevado rigor administrativo e legal de cumprir com as exigências da instituição com documentação comprobatória da sua condição de pobreza e mesmo de identificação civil, muitas vezes recaindo na impossibilidade dos requerentes de acessarem todos os documentos necessários.

De forma mais geral, pela seletividade do benefício por si só, que exclui pessoas que seriam potenciais trabalhadores formalizados, mas que pela lógica do seguro social, são excluídos de acessar o auxílio doença por se constituírem em sua maioria, como trabalhadores na informalidade, não lhes permitindo acesso a benefícios previdenciários na condição de doença temporária, lhes sobrando as tentativas do benefício de prestação continuada mesmo com doenças temporárias e não incapacitante.

Pelo momento de transição de gestão do INSS que se encontra vivenciando o incremento da digitalização dos procedimentos previdenciários e assistenciais, a partir da

criação de uma ferramenta virtual que descentraliza os serviços online para o segurado, a fim de que estes requeiram benefícios e serviços previdenciários, o que responsabiliza os requerentes em conhecer sobre legislação, serviços e procedimentos previdenciários, dificultando o acesso da população pobre e de baixa escolaridade, sobretudo o público rural.

Em virtude das alterações da reforma da previdência, ocasionando mudanças no quadro funcional da instituição que tem sido paulatinamente reduzido com requisição de aposentadorias para os servidores que se encontram com tempo para se aposentar, o que repercute na redução da análise de benefícios. Esses dois últimos pontos, a informatização do acesso e a redução de servidores, estão associados diretamente a diminuição de análise de benefícios, nos últimos meses, contribuindo para formação de uma fila virtual que leva meses para a conclusão de análise de benefícios;

E pontuamos por fim, a precarização da política da previdência social brasileira que vem sofrendo com os desdobramentos da crise econômica, política e social brasileira, e com a forte influência do mercado financeiro em privatizá-la ou precarizá-la, abrindo espaço para o setor privado.

## REFERÊNCIAS

441

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru, 2007.

AMORIM, Carmem Maria Vieira de. **AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DO IDOSO : UMA ANÁLISE DA REALIDADE DO CREAS NO MUNICÍPIO DE IGUATU-CEARÁ**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Instituto Federal do Ceará, Bacharelado em Serviço Social, Campus Iguatu, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_, Ricardo, PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação**: da especialização Taylorista à flexibilização Toyotista. - São Paulo: Cortez, 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. – São Paulo: Cortez, 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DIAS, Ana Patrícia. **A Terceirização da Força de Trabalho**: Precarização, Desigualdade e conflitos. Natal- RN: EDUFRN, 2014.



IFce

I Seminário de Política Social e Serviço Social  
do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu

17 à 18 de dezembro de 2019  
Unidade Cajazeiras



NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

WOLFF, Simone. O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. In: ANTUNES, Ricardo, BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários** : degradação real do trabalho virtual. São Paulo : Boitempo, 2009. p. 89-112



## SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NA AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA RELATIVA PROFISSIONAL

Cilânia Roseno Rodrigues<sup>262</sup>  
Matheus Cardoso Oliveira<sup>263</sup>  
Walex Brendo Pereira de Lima<sup>264</sup>  
Thatiara Oliveira Nascimento<sup>265</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>266</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo trazer para discussão o papel do Serviço Social frente às requisições e demandas que permeiam o exercício profissional na política de previdência social no Brasil, concomitante à um aprofundamento de como a profissão vem vestindo novas roupagens com o passar dos anos, assumindo um caráter crítico e de luta política juntamente com a classe trabalhadora, na busca da garantia de direitos sociais por parte do Estado. Tendo em vista seus espaços sócio ocupacionais atualmente, o artigo em tela permite um debate sobre a autonomia relativa profissional do assistente social dentro da Previdência Social, um de seus campos de atuação atualmente e um dos primeiros na origem da profissão. Sabendo-se das contradições existentes da profissão de Serviço Social que, logicamente, refletem no exercício profissional, devido as inúmeras tensões e correlações de forças que a rodeiam, o Assistente Social muitas vezes é induzido à uma atuação limitada ao simples atendimento imediato e superficial, seja na política de previdência, seja em qualquer outra política social, tendo de buscar e se fazendo extremamente necessário uma autonomia relativa eficiente e atenta no campo de atuação profissional, fazendo com que de fato seja viabilizado direitos aos usuários e minimamente “estimulando” estes para que possam se articular enquanto coletividade e lutar por seus direitos dentro daquela instituição. Este artigo não almeja o fim da discussão em tela, porém, busca contribuir para o debate sobre o tema, visto os inúmeros retrocessos que a política citada vem sofrendo atualmente, além de fazer necessário, permanentemente, se discutir sobre o fazer profissional.

443

**Palavras-chave:** Serviço Social. Previdência Social. Autonomia Relativa

### INTRODUÇÃO

O presente estudo, idealizado e elaborado a partir da disciplina de previdência social e serviço social do curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, campus Iguatu, situa-se no âmbito do debate do exercício

<sup>262</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [cirose@gmail.com](mailto:cirose@gmail.com);

<sup>263</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [matheuslm@gmail.com](mailto:matheuslm@gmail.com);

<sup>264</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [walekslima@hotmail.com](mailto:walekslima@hotmail.com);

<sup>265</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE [thatiara.on@gmail.com](mailto:thatiara.on@gmail.com);

<sup>266</sup> Professor orientador: titulação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE,, [fabricaoio@hotmail.com](mailto:fabricaoio@hotmail.com).

profissional do assistente social no sistema previdenciário, de modo a perceber sua relação com a autonomia relativa profissional do Serviço Social previdenciário.

Entendendo o Serviço Social como uma profissão dentro do quadro das relações sociais entre as classes e destas com o Estado, podemos afirmar que esta profissão é legitimada e reconhecida, historicamente, como defensora dos interesses da classe trabalhadora, fato concretizado por meio do projeto ético-político da profissão e também por meio das contínuas ações cotidianas no fazer profissional dentro dos diversos espaços sócio ocupacionais tendo como direcionamento a garantia de direitos para seus usuários.

Uma profissão, hegemonicamente, formada e amparada a partir de uma teoria social crítica, o Serviço Social envolve um conjunto de ações investigativas e intervencionistas, principalmente no que diz respeito ao enfrentamento das expressões da “Questão Social”, objetivando, por meio de ações estratégicas, intervencionistas e propositivas, a garantia de direitos para a classe em que se espelha o conjunto de documentos que rege eticamente e juridicamente a profissão, a classe trabalhadora.

Cabe ressaltar que a profissão em tela advém de um processo formativo histórico e contraditório, no que se refere desde suas técnicas operativas até suas dimensões teórico metodológicas e política, o que nos confere citar aqui, suas características conservadoras nos primórdios da profissão, dotadas de práticas policialescas, livres de qualquer olhar crítico e/ou desvelador dos moldes para o qual está colocado a sociedade capitalista dentro da política em discussão, a previdência.

Porém, trazemos para o debate o Serviço Social crítico aproximando e embasando minimamente na teoria social crítica e as suas contribuições no exercício profissional na política de previdência. Embora o exercício profissional do assistente social seja voltado à atender as demandas da classe trabalhadora por meio da garantia de direitos sociais e a implementação e efetivação de políticas sociais, este profissional também se encontra e se reconhece enquanto membro da classe trabalhadora, fazendo com que se tenha uma ação profissional guiada por normas, regras ou manuais de instruções institucionais, ou seja, o profissional de serviço social, seja na previdência ou em qualquer outra política pública, está em meio à uma série de requisições por parte do Estado. Esse último, resumido, principalmente no governo atual, a ações de cunho neoliberal, privilegiando a cada dia mais os interesses da classe burguesa, ao passo em que degrada ainda mais os direitos da classe trabalhadora.

Os primeiros resquícios de benefícios com características previdenciárias são originários do governo de Bismarck na Alemanha, em 1883, onde se tinha como contribuintes

tanto o trabalhador, como também o patrão, geridas em caixas pelo Estado para atender as fortes pressões de greve por parte dos trabalhadores, como também para fornecer ao capitalismo as condições necessárias de reprodução, “cedendo” minimamente direitos a classe trabalhadora, no que diz respeito a acidentes de trabalho e doenças, para que se tenha a reprodução da força de trabalho, de extrema importância para o modo de produção capitalista.

No Brasil, os primeiros ideais de benefícios previdenciários surgem somente no século XX – em 1923, para sermos mais precisos – não diferente do modelo alemão, este se deu por meio de inúmeras reivindicações da classe trabalhadora, diante da modernização no âmbito da produção e consequentemente do aumento do risco de acidentes e contração de doenças no ambiente de trabalho. Expandindo as políticas ligadas ao seguro social e exigindo profissionais que atuassem frente a essa demanda.

Tomando para discussão a previdência como a concebemos hoje em dia e do mesmo modo a profissão de Serviço Social, como profissão ativa na viabilização de direitos, faremos uma breve discussão sobre o papel da(o) assistente social, identificando os desafios impostos no cotidiano responsáveis pela obstrução da ampliação de sua autonomia relativa na política de previdência social, analisando as possibilidades coniventes para um fazer profissional satisfatório.

## A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E NO MUNDO

Os primeiros resquícios de benefícios com características previdenciárias são originários do governo de Bismarck na Alemanha, em 1883, onde se tinha como contribuintes tanto o trabalhador, como também o patrão, geridas em caixas pelo Estado para atender as fortes pressões de greve por parte dos trabalhadores, como também para fornecer ao capitalismo as condições necessárias de reprodução, “cedendo” minimamente direitos a classe trabalhadora, no que diz respeito a acidentes de trabalho e doenças, para que se tenha a reprodução da força de trabalho, de extrema importância para o modo de produção capitalista.

No Brasil, os primeiros ideais de benefícios previdenciários surgem somente no século XX – em 1923, para sermos mais precisos – não diferente do modelo alemão, este se deu por meio de inúmeras reivindicações da classe trabalhadora, diante da modernização no âmbito da produção e consequentemente do aumento do risco de acidentes e contração de doenças no ambiente de trabalho. Expandindo as políticas ligadas ao seguro social e exigindo profissionais que atuassem frente a essa demanda.



O nascimento do modelo de previdência social brasileiro, do qual concebemos atualmente, é originário de 1923 com a implementação da Lei Eloy Chaves, tida e nomeada como marco histórico do sistema previdenciário no Brasil por conter em seu seio as características mais próximas ao conceito atual de previdência social que se temos hoje em dia.

Inicialmente os benefícios eram destinados somente aos trabalhadores ferroviários, pois estes eram os que se encontravam em condições trabalhistas extremamente vulneráveis de acidentes ou perda de capacidade para trabalhar. Porém, com as grandes transformações na sociedade, tendo em vista a modernização e a implementação da industrialização capitalista que começava a se expandir a outras áreas de trabalho, as garantias trabalhistas passaram a estar em pauta, principalmente por parte da tensão dos trabalhadores por meio de greves, exigindo uma ampliação no alcance do amparo da previdência para um maior número de trabalhadores e não somente aqueles da indústria de estradas e ferrovias.

Ainda na década de 30, houve uma reestruturação nesse modelo previdenciário, com o intuito de atender as dinâmicas da área política e econômica do início do processo de industrialização no Brasil, ou seja, as caixas de pensões que já se tinham desde 1923 foram transformadas em Institutos de Aposentadorias e Pensões, como por exemplo o IAPM (instituto de aposentadoria e pensões dos marítimos) em 1933 e o IAPB (instituto de aposentadoria e pensões dos bancários), dentre outros, ressaltando que estes e os demais institutos criados eram restritamente direcionados aos trabalhadores da zona urbana. Aqui, mais uma vez, prevalecendo os anseios do capital frente aos interesses dos trabalhadores.

Com essas profundas transformações marcadas pela industrialização, ao final dos anos 40 já se tinha crescido enormemente o número de trabalhadores participantes na previdência social em relação as décadas anteriores. Na década de 60 é criada a Lei orgânica da previdência social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960), que tinha como proposta a unificação de todos os institutos de pensões e aposentadorias, incumbidos de obedecer as mesmas normas no campo previdenciário, porém, foi somente 6 (seis) anos mais tarde que se unificaria a gestão, implantada com a criação do INPS (instituto nacional de previdência social).

Passada toda essa trajetória de previdência social paralela a estruturação do mercado de trabalho, chegamos à década de 80, onde, por meio da constituinte democrática de 1988, foi implantado o conceito de Seguridade Social no Brasil, composto por três segmentos básicos: Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Trazendo para o debate o segmento previdência social, Silva (2012, p. 137) afirma:

Na área da previdência social alguns direitos foram ampliados: o piso mínimo dos benefícios igual ao salário mínimo; a irredutibilidade dos valores dos benefícios; o valor da aposentadoria não inferior ao último salário recebido; aposentadoria por tempo de trabalho, independente de limite de idade; e o direito de participação no sistema mediante contribuição direta, independente do trabalho assalariado.

Resultado de fortes lutas e tensões por parte da classe trabalhadora, segmentos políticos vinculados ao ideal progressista e o ideal liberal, os direitos previdenciários assegurados mediante a constituinte, possibilitaram uma, em tese, universalização do acesso à previdência social – apesar dessa universalização esbarrar no limite estrutural chamada trabalho informal e desemprego estrutural– independente de condição trabalhista, seja ela rural ou urbana, ou seja, o direito à participação da previdência desvinculou-se exclusivamente do trabalho assalariado, ocasionando um novo caráter determinado por contribuição. Silva (2004, p. 16) aponta que:

[...] este período foi marcado por dois embates, pois de um lado a Constituição era vista pelos segmentos progressistas da sociedade como um assistencialismo da Previdência e, por outro, na visão dos liberais, como agravante do *déficit* a demandar mais aportes fiscais.

Porém, é também nesse período que podemos observar com mais intensidade os rebatimentos do ideário neoliberal no Brasil, acarretando diversas reformas e reconfigurações tanto por parte do mercado de trabalho, como por parte do Estado. Destacamos a reestruturação do modelo previdenciário com a extinção dos antigos INPS e IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social), dando lugar ao atual Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que consolidou a previdência como uma forma de seguro social.

Essa mudanças da década de 90 não ocorreram por acaso, mas decorrem de todo um processo de reestruturação produtiva advinda da década de 70 com a crise do *Welfare State* (estado de bem-estar social), que levou a uma profunda transformação no mercado de trabalho e no âmbito estatal, aprofundando as expressões da “Questão Social”, como o desemprego estrutural, o retrocesso de direitos conquistados pela classe trabalhadora, entre outros. No âmbito estatal, é notório a redução do financiamento de políticas sociais e no que diz respeito ao desequilíbrio entre a receita e despesa do Estado, foram desembocadas diversas contrarreformas na previdência social, com intuito de cortar “gastos” públicos.

Diante disso, analisaremos como essas “tendências” na previdência social enquanto um direito universal e constitucionalmente garantido reflete na atuação profissional do

assistente social, enquanto profissional que busca assegurar e efetivar o acesso da classe trabalhadora à direitos sociais, levando em conta a sua Relativa Autonomia.

## **AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL**

Posto que o Serviço Social deve ser compreendido dentro das relações sociais, podemos afirmar que o exercício profissional da(o) assistente social está sujeito às transformações e reconfigurações na sociedade, pois ao passo em que a profissão busca a viabilização e efetivação de direitos da classe trabalhadora, está também inserida na divisão sócio técnica do trabalho, como um trabalhador assalariado que inclui-se em tal classe.

As mudanças e reestruturações do mercado de trabalho afetam o exercício profissional do assistente social na medida em que este é um profissional assalariado e que também tem obtido a sua inserção no mundo do trabalho através da prestação de serviços, da terceirização e do trabalho em Ongs e fundações (TABORDA, ELIS, 2015).

A relativa autonomia do exercício profissional da(o) assistente social nos distintos campos sócio ocupacionais, está diretamente ligada à objetivação de sua prática profissional, e conseqüentemente na vida dos usuários.

A atuação profissional da(o) assistente social é limitada não só pelos condicionantes internos (limites do conhecimento teórico-metodológico, pratico-operativo e investigativo do profissional), mas também pelos condicionantes externas à profissão, como: hierarquia, metas, normas, atribuições, condições precárias de trabalho e relações de trabalho, sucateamento das políticas públicas sociais, entre outros.

É assim também na Previdência, onde a(o) assistente social deve desenvolver a ampliação e consolidação do acesso à Previdência Social; segurança e saúde do trabalhador; direito das pessoas com deficiência e das pessoas Idosas, através de informações, instruções, mediações e articulação com a rede de atendimento (Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Secretaria de Serviço Social, Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros) deve esclarecer aos usuários seus direitos sociais e os meios de exercer os direitos (GARLET, 2017).

No entanto, essa atuação torna-se limitada devido aos condicionantes externos supracitados que, em muitos casos, impossibilitam à(o) profissional o pleno usufruto de suas capacidades teórico-metodológicas e prático operativas.



Considerando a relativa autonomia que o profissional de Serviço Social dispõe nos diferentes espaços sócio institucionais, coloca-se como desafio para este profissional articular os limites e possibilidades direcionando sua ação para os interesses dos usuários, buscando expandir seu campo de trabalho através de suas possibilidades e competências técnico-operativa, respondendo as demandas de forma ética e política, efetivando sua atuação na direção social e política do projeto profissional (IAMAMOTO, 2005).

Para exercer uma prática profissional satisfatória em qualquer setor, a(o) assistente social deve levar em conta sua relativa autonomia, compreendendo seus limites ao atender as demandas dos usuários, incentivando-os a buscarem seus direitos dentro das possibilidades que a instituição empregadora lhe oferece, seja ela uma instituição privada, uma organização não governamental (ONG), ou o próprio Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico da Previdência Social brasileiro levantado no presente texto retoma os primórdios da sua implementação com a Lei Eloy Chaves que garantia o benefício aos trabalhadores do segmento dos trabalhadores ferroviários, destacando as mudanças no processo de produção capitalista e suas refrações nos modelos previdenciários posteriores, como por exemplo, a reestruturação da previdência social na década de 1930 que buscou ampliar o número de trabalhadores beneficiados, até os dias atuais, onde a garantia da Previdência está vinculada à contribuição previa, e não mais ao trabalho assalariado. Para além, gostaríamos de destacar a importante contribuição, durante todos os períodos, dos tensionamentos por parte da classe trabalhadora para a garantia de direitos previdenciários.

Procuramos expor também o caráter de relativa autonomia presente no exercício profissional nos diversos campos de atuação profissional e mais especificamente no setor previdenciário, apontando condicionantes externos que dificultam a realização de uma adequada atuação do assistente social frente as demandas apresentadas no cotidiano profissional.

## REFERÊNCIAS

GARLET, Claudia Lago; RENK, Elisônia Carin. **SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL: ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.** Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Claudia-Lago-Garlet.pdf>. Acesso em 29 de nov. de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relação sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. Ed. São Paulo, Cortez: 2005.

SILVA, Ademir Alves. A reforma da Previdência Social brasileira entre o direito social e o mercado. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 16-32, jul.-set. 2004.

SILVA, M. L. L. **Previdência Social no Brasil:** (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.

TABORDA, Elis; MANN Lilian dos Santos; PFEIFER Mariana. **A AUTONOMIA RELATIVA NO EXECÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.** Disponível em: [http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo\\_2\\_61.pdf](http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_61.pdf). Acesso em 29 de nov. de 2019.

## SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL: OS DESMONTES DE DIREITOS A ESSA CATEGORIA TRABALHADORA

Maisa de Sales Costa	267
Francisca Alcione da Silva Duarte	268
Daliane de Oliveira Dias	269
Maria Luzirene Alves de Souza	270
Fabrcício Rodrigues da Silva	271

### RESUMO

Este trabalho discute o Serviço Social na Previdência Social, sua gênese, evolução e construção dentro dessa política social, bem como, enfatiza a profissão como uma categoria que assegura de forma justa o acesso aos direitos da classe mais vulnerável dessa sociedade, a classe trabalhadora. Trata-se também, de sua categoria junto a Previdência Social e sua importância, na efetividade e fortalecimento dessa política dentro de um cenário histórico, a partir das mudanças políticas ocorridas no atual governo. Ainda, alerta para as alterações previstas no que tange o exercício dos Assistentes Sociais, os impactos negativos que acompanharão as modificações no governo de Jair Bolsonaro.

**Palavras-chave:** Previdência Social. Serviço Social. Desmonte profissional.

451

### INTRODUÇÃO

Na realidade brasileira a política de Previdência Social, é resultante de processos históricos, políticos, econômicos e sociais e se transforma de acordo com as particularidades do modo de produção capitalista. Sendo assim, se torna necessário aprofundar-se e fazer um resgate histórico, a fim de reconhecer as transformações que ocorreram em torno dessa política no decorrer dos vários anos, e, como também, compreender as modificações postas pelos governos de direita e neoliberais.

Desde a Constituição Federal de 1988 as políticas sociais vêm sofrendo refrações, e neste cenário neoliberal, a Previdência Social é campo de disputa e retrocessos na garantia de

<sup>267</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [maisasallescosta@gmail.com](mailto:maisasallescosta@gmail.com);

<sup>268</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [alcionylouro@hotmail.com](mailto:alcionylouro@hotmail.com);

<sup>269</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [delyaneoliveira33@gmail.com](mailto:delyaneoliveira33@gmail.com);

<sup>270</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [maria.luzirene@yahoo.com.br](mailto:maria.luzirene@yahoo.com.br);

<sup>271</sup> Professor orientador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus Iguatu. Mestrando em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [fabricao@hotmail.com](mailto:fabricao@hotmail.com).



direitos da classe trabalhadora. Por consequência dos retrocessos envolvendo especialmente a política previdenciária, justifica-se discorrer sobre o tema Serviço Social na Previdência Social, haja vista o cenário atual, é mais que necessário a produção de conhecimento que leva a população a compreender o processo de negação de direitos conquistados.

O trabalho tem como objetivo discutir acerca da Previdência Social, seu contexto histórico até a sua construção como uma política social e como um direito a ser acessível por todos os trabalhadores de forma justa, e ainda como se deu a inserção do profissional de Serviço Social nesta instituição. Nos resultados e discussões o trabalho aborda a importância do Serviço Social na política previdenciária ainda em um cenário econômico liderado pelo neoliberalismo, ressaltando ainda para as alterações previstas ao exercício profissional dos assistentes sociais, e os impactos negativos que acompanharão as modificações no governo de Jair Bolsonaro, como por exemplo, a Medida Provisória (MP) de nº 905/2019.

O percurso metodológico trilhado no decorrer da pesquisa, será orientado sob o materialismo histórico dialético que parte do princípio real e concreto, da concepção ontológica da realidade social. Segundo Netto (2011) o método de Marx não resulta de operações repentinas, de intuições geniais ou de inspirações iluminadas. Mas uma extensa elaboração teórica, seguidas de sucessivas aproximações com o objeto a ser desvelado.

Para alcançar os objetivos do artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, é uma pesquisa de cunho eminentemente investigativa, a qual se busca desvelar o objeto em estudo. Sendo assim, a pesquisa só é possível mediante um “recorte” da realidade, a fim de que se possa proceder à construção de um objeto de estudo, que deve ser abordado na perspectiva de um corpo teórico específico (GONDIM, 1999).

Fundamentou-se na leitura de artigos e livros que debatem sobre o assunto abordando a história de luta pela garantia de direitos e a implementação, assim como, o acesso a políticas sociais que favorecem a classe trabalhadora. O tripé da Seguridade Social formado pela Assistência Social Saúde e Previdência são pilares que dão sustentabilidade aos trabalhadores, contribuindo para a melhoria em suas condições de vida.

Em um contexto de desmonte de direitos, é relevante a pesquisa e o estudo do processo de conquista desses direitos e instigar a sociedade a não desistir do que já foi adquirido com tantos embates e não permitir que os entraves vividos na atualidade sejam os determinantes da situação. Os textos analisados foram também na perspectiva de compreender como é importante a atuação do Serviço Social dentro da política de previdência na função de assistente social.

## HISTÓRICO: PREVIDÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA

A partir da Revolução Industrial ainda no século XVIII e seu espraiamento pelo mundo, intensificando a produção e modificando-a com a chegada das máquinas, ficou bem visível a divisão da sociedade em duas classes: uma que produzia (força de trabalho) e outra que enriquecia (donos dos meios de produção). Ao passar do tempo o trabalhador percebeu a quantidade de acidentes de trabalho que ocorriam sem nenhum direito garantido. A classe operária estava simplesmente exposta aos riscos. (MEIRELLES, 2009)

O advento do direito previdenciário é resultado da luta dos operários que sofriam as consequências dos riscos, oriundos do ambiente de trabalho, e que os impossibilitavam de prover o sustento próprio e de seus dependentes. Frisando que o direito previdenciário era apenas para amenizar a situação, pois nem sequer recebiam o mesmo valor do salário recebido quando na ativa. (MEIRELLES, 2009)

Realizando uma retrospectiva da evolução do direito previdenciário no Brasil, podemos citar as nossas Constituições Federais e o que garantiram em relação a esse direito. A Constituição de 1934<sup>272</sup> foi a primeira que trouxe em seu texto algumas garantias trabalhistas e definições de como seria o custeio. Definindo a forma de custeio tripartite entre trabalhadores, empregadores e Estado, como também, as regras para a aposentadoria compulsória aos 68 anos, por invalidez com salário integral, aposentadoria ao funcionário público com 30 anos de serviço prestado, benefício integral ao funcionário acidentado, entre outros.

Já a Constituição de 1937<sup>273</sup> regrediu no que se refere aos seguros de vida, por invalidez, idade, e em casos de acidente, além de não expor em sua matéria a participação do Estado no custeio do sistema, o que desresponsabilizou o Estado ocasionando a não implantação de alguns direitos. Com a Constituição de 1946<sup>274</sup> nasce a expressão previdência social, antes se denominava seguro social. Nela é incluso o direito do Trabalho em seu artigo 157. Entre os direitos garantidos estão às férias remuneradas, o salário mínimo, a carga horária de trabalho diário de 8 horas etc.

Havia legislações diferentes para as diferentes categorias de trabalho. Com a promulgação da LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social<sup>275</sup> em 1960, todos os institutos de previdência foram unificados, apesar de algumas diferenças persistirem como, por

<sup>272</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 08/12/19.

<sup>273</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 08/12/19.

<sup>274</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 08/12/19.

<sup>275</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3807.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm). Acesso em: 08/12/19.

exemplo, a assistência médica. Nas palavras de Meirelles (2009), a “LOPS promoveu a eliminação legislativa das diferenças históricas de tratamento entre os trabalhadores; igualdade no sistema de custeio com a unificação das alíquotas de contribuição incidentes sobre a remuneração do trabalhador (entre 6% e 8%)”. Nesse período o Brasil contava com 17 benefícios obrigatórios. Seguindo no histórico da previdência a Constituição de 1967<sup>276</sup> não trouxe novidades. Outros fatos importantes ainda ocorreram no percurso evolutivo da previdência a respeito do empregado doméstico, do amparo previdenciário para os idosos a partir de 70 anos de idade ou inválido, entre outros fatores.

Em 1977 foi instituído o SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social<sup>277</sup>, pela Lei nº 6.439. Este Sistema integrou a previdência social, a assistência médica, a assistência social e a gestão administrativa, financeira e patrimonial. Envolvendo o que diz respeito às ações do Ministério da Previdência e da Assistência Social (MEIRELLES, 2009). O SINPAS era a união de vários órgãos: IAPAS, INPS, INAMPS, DATAPREV, LBA, CEME, FUNABEM.

A carta magna de 1988, nossa atual Constituição, trouxe em seu texto um capítulo especial para a Seguridade Social, formada pelo tripé Assistência Social, Saúde e Previdência descrita nos artigos 194 a 204<sup>278</sup>. E da aglutinação do IAPAS com o INPS é criado o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. Continuando nesse assunto, é importante citar que as leis as quais regulamentam a previdência são a 8.212 a qual dispõe acerca do plano de custeio e a 8.213 sobre os benefícios, ambas do ano de 1991.

Diante de toda a explanação supracitada faz-se necessário ainda chamar atenção para a Lei Eloy Chaves que resultou no Decreto nº 20.465 de 1931 e pode ser considerada como o marco inicial dos seguros sociais, dando cobertura a variados riscos como invalidez, velhice e morte e, ainda, assistência hospitalar e aposentadoria por tempo de serviço e/ou por idade. A história da previdência passa por vários períodos: formação, expansão, unificação, reestruturação e seguridade social. (MEIRELLES, 2009).

O Serviço Social faz muitos anos que está na previdência contribuindo com essa política. Desde 1944, por meio da portaria nº 52 do Conselho Nacional do Trabalho - CNT, quando ainda era conservador, tradicional e seguia a doutrina da igreja católica e se constituía em uma direção que favorecia os interesses do capital.

<sup>276</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em 08/12/19.

<sup>277</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6439.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6439.htm). Acesso em 08/12/19.

<sup>278</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 08/12/19.



O Serviço Social atua no âmbito da previdência viabilizando o acesso aos benefícios dispostos e que são de direito do cidadão, como também, colabora no processo de tomada de consciência acerca da previdência social e sua implementação como política de seguridade social e o controle democrático que deve existir sobre ela. (SILVA, 2015)

O Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho, tem como objeto de trabalho as expressões da Questão Social e como instrumento para minimamente suavizar as condições de vida atual da população, as políticas sociais que por sua vez são fragmentadas, seletivas e vão ser modificadas de acordo com cada governo.

A princípio, as atividades do Serviço Social atendiam mais diretamente ao que objetivava as instituições de Governo, agindo em um viés assistencialista voltado para a família, o trabalho, habitação, etc. Atuou em alguns serviços de Assistência aos trabalhadores como o SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social e o SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência.

Com o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, iniciaram as mudanças mesmo que ainda pequenas dentro da previdência, no entanto, é a partir dos anos 90 que se percebe com mais força uma nova atuação do Serviço Social na política de Previdência. (SILVA, 2015)

As competências do Serviço Social ficam definidas de forma legal, com a promulgação da Lei 8.213 no Artigo 88:

Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.<sup>279</sup>

De acordo com Silva (2015), em 1994 foi elaborada a Matriz Teórica Metodológica do Serviço Social – MTMSS que traz a ideia de “previdência como uma política pública” e o “Serviço Social como um fenômeno histórico determinado na realidade social pelas relações sociais de produção”. Essa matriz norteia o desenvolver das ações do Serviço Social inserido na Previdência, já com a visão crítica de “um novo pensar e um novo fazer profissional”.

Com base no texto de Silva (2015) essa MTMSS é de fundamental importância para a percepção da previdência social como um direito social e, assim, agir para que seja garantido o acesso aos benefícios e serviços aos cidadãos, como a atuação do profissional do serviço social para além das atividades burocráticas, inserindo-se no exercício de construção da coletividade para proteção dos trabalhadores. O Serviço Social assume dentro da

<sup>279</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213compilado.htm). Acesso em: 08/12/19.

Previdência uma posição crítica embasada e conduzida pelos valores do Projeto Ético-político Profissional.

Com a implementação de projetos para atender as demandas dos trabalhadores rurais, projeto de saúde do trabalhador, projeto para os contribuintes individuais, o BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para idosos e pessoas com deficiência expandiram a atuação do assistente social dentro da previdência na garantia do acesso a direitos. E o profissional do Serviço Social muito assiste para o fortalecimento das políticas sociais e para que essas cheguem a quem tem direito.

Na seguridade social este profissional já contribuiu bastante e ainda tem muito contribuir, por isso é relevante a presença do assistente social na previdência não apenas como um analista do seguro social, desenvolvendo uma função técnica, mas sim, atuando na previdência de modo a torná-la um direito acessado por todos, dentro da Lei. “O Serviço Social do INSS tem contribuído para o aperfeiçoamento das políticas sociais, sobretudo as políticas de seguridade, com destaque para previdência e assistência social, de modo a torná-las mais acessíveis e vinculadas às necessidades dos trabalhadores.” (SILVA, 2015, pag.89)

No contexto neoliberal é intensa a agudização das expressões da Questão Social e os desafios que o Serviço Social vive em todas as políticas que atua. Com a previdência não é diferente. A luta em oposição aos interesses do capital no neoliberalismo é constante e a previdência é uma política que desperta o desejo de lucratividade desse capital.

## **MUDANÇAS NA ESTRUTURA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: COMO FICARÁ O SERVIÇO SOCIAL?**

A Política de Previdência Social brasileira em torno da dinâmica do capitalismo mundial tem particularidades próprias em relação aos acontecimentos históricos, políticos, econômicos e sociais. E que, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a classe trabalhadora se deu um grande passo nas conquistas e consolidação dos seus direitos, principalmente em torno da Seguridade Social, garantindo assim, direitos à saúde, à previdência e assistência social. Conforme declara Rodrigues e Davi (2019, p. 01):

A discussão em torno da política de Previdência Social, na particularidade brasileira, tem relação com os processos históricos, políticos, econômicos e sociais brasileiros em sincronia com a dinâmica mundial do capitalismo, sendo esta totalidade que determina as transformações desta.

Porém, é indiscutível falar do Serviço Social na Previdência Social e não relacionar ao contexto estrutural, político e econômico que o Brasil vem sofrendo nesses últimos anos, com os governos neoliberais que passaram e estão no poder atualmente, que deixa bem claro que seu único propósito é atender cada vez mais ao interesse do capital, excluindo os direitos conquistados com tanta luta pela classe trabalhadora.

Os retrocessos e as propostas de contrarreformas da previdência social se aprofundaram mais ainda com o golpe sofrido pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2016), e a assumida do governo de Michel Temer, que veio para aprofundar as ofensivas já existentes e criar novas, que intimidava e prejudicava os direitos da classe trabalhadora, apoiando-se no velho argumento do déficit da previdência. Iniciou-se pela aprovação, da Emenda 95/2016, anunciada pelos críticos como a PEC da “morte” por congelar os gastos primários – gastos sociais – por 20 anos.

Agravando ainda mais a situação da classe trabalhadora, que já sofria com as perdas dos seus direitos, uma inédita associação entre extrema direita e liberalismo econômico assumiu o governo em janeiro de 2019, com a transição para o governo de Jair Bolsonaro (2019), significou um terremoto político, na vida política e social brasileira. Amedrontando a população brasileira das incertezas diante das declarações feitas, e uma nova abertura para o desmonte dos direitos e a confirmação da contrarreforma da Política de Previdência Social.

Depois de um mês que o governo de Bolsonaro estava em exercício, em fevereiro de 2019, foi enviado para o congresso o texto base da reforma da Previdência Social, o que não demorou muito para ser aprovada, precisamente, no dia 22 de outubro do ano em vigor, foi aprovada em segundo turno, com um placar de 60 votos favoráveis e 19 contrários, eram necessário apenas 49 votos, dos 81 senadores. Justificando a necessidade da “reforma”, de que existe um déficit previdenciário. Porém, insistimos em pergunta: há realmente esse déficit na política previdenciária? Talvez, não seria apenas mais uma justificativa desse governo neoliberal de atender aos interesses capitalistas? “Todos os governos que fizeram alterações na previdência social e as propostas que estão em vigor usam como principal argumento um déficit previdenciário e que medidas como estas apresentadas são necessárias à salvação do futuro o da previdência. [...] os dados oficiais revelam que o sistema previdenciário não tem déficit.” (RODRIGUES, DAVI, 2019, p. 11).

A partir desse texto base, outra ofensiva se materializou de forma rápida, pois o governo divulgou a Medida Provisória (MP), de nº 905/2019, que dá continuidade aos desmontes de direitos da classe trabalhadora, atacando diretamente os benefícios sociais. Se



não fosse o bastante, essa mesma medida, propõem a extinção do quadro profissional de Assistentes Sociais no INSS.

Além disso, a MP 905/2019 crava um severo golpe no acesso aos serviços prestados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), extinguindo o Serviço Social, área onde hoje atua grande número de assistentes sociais e que atualmente é o único atendimento presencial ao qual usuários/usuárias têm acesso na autarquia. A medida possibilita também a transferência destes/as servidores/as do INSS, o que gerará ainda mais espera e demora no processo de reconhecimento de direitos previdenciários. (CFESS, 2019, p.1)

Esta MP 905/2019 confirma o golpe na entrada dos serviços prestados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), enfatizando a burocratização dos serviços e deixando de lado os profissionais de Serviço Social inseridos nessa política, e sua importância dentro do INSS, para a garantia dos direitos da classe trabalhadora.

Atualmente, para ser ter ideia, contém um número de 1596 (mil quinhentos e noventa e seis) profissionais de Serviço Social, inseridos dentro da política de Previdência Social, que realizam pareceres sociais nos processos de concessão de benefícios previdenciários e assistenciais, como também, atendimentos de socialização de informações para esclarecer os segurados da Previdência e a população de modo geral sobre seus direitos sociais. Realizam ainda, junto à perícia médica, avaliação da deficiência para concessão de benefício assistencial – BPC – e aposentadoria antecipada do trabalhador com deficiência, além de várias ações externas de informações à rede socioassistencial sobre o funcionamento dos benefícios.

Portanto, para realização desse trabalho nos postos das agências, é exigido um profissional graduado, que contém todo um arcabouço teórico e uma criticidade a respeito da leitura da realidade. Toda via, esses trabalhos dizem respeito ao Assistente Social, sendo que, qualquer outro profissional não poderá exercer essa mesma função.

Com a MP 905, e a focalização da burocratização nas APS, os serviços prestados atualmente, está se dando em torno do chamado “INSS Digital”, que foi uma ferramenta criada pelo Governo, a fim de generalizar os atendimentos que eram feitos presenciais pelos usuários, e diminuir o número do quadro de profissionais, que acarreta ainda mais os indeferimentos dos benefícios solicitados pela classe trabalhadora, que está perdendo gradualmente as conquistas que lhes eram de direito. Extinguindo os acessos aos serviços e benefícios previdenciários e assistenciais, como também, o Serviço Social, como serviço no Regime Geral de Previdência Social, que é um direito do/a trabalhador/a brasileiro/a desde a década de 1940.

Desse modo, irá acarretar a extinção dos serviços dos assistentes sociais no INSS, na qual, impede que a população goze do acesso qualificado à Previdência Social e tenham seus direitos fundamentais garantidos. Cabe, portanto, a categoria profissional enquanto classe trabalhadora se posicionar contra a Medida Provisória 905, que limita e amedronta a extinção do Serviço Social no INSS. Dando-se de extrema urgência a articulação, para que essa classe continue a caminhar juntamente com a população mais vulneráveis que estão frentes as expressões da “questão social”, para a garantia dos serviços às pessoas que mais precisam de um Estado garantidor de direitos e de cidadania. “[...] diante de uma nova conjuntura que, requisitará da classe trabalhadora deste país uma nova frente consciente e de base contra o desmonte do país”. (RODRIGUES, DAVI, 2019, p. 14).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já retratado no decorrer do trabalho, os processos históricos a qual se vivenciou a política previdenciária, é necessário salientar novamente que os direitos sociais foram conquistados através de lutas e resistência por parte da classe trabalhadora, por meio desta, trouxe o serviço social para estar inserido dentro da Política de Previdência Social, dando continuidade a garantia de direitos.

Não é nova a categoria profissional dentro deste âmbito político, já perpassa por mais de 70 anos, porem com as contrarreformas neoliberais assumidas pelos governos após a Constituição Federal de 1988 são vastas, e atualmente afetam diretamente a permanência desse profissional no INSS, fazendo com que os direitos sociais arduamente conquistado vá escorrendo pelo ralo.

Sendo assim, o trabalho intitulado Serviço Social na Previdência Social: Os desmontes de direitos a essa categoria trabalhadora, servirá tanto como produção de conhecimento na área, como também levara informação a população que desconhece desses desmontes, que lhes retiram direitos e dificultaram a aprovação dos benefícios no âmbito previdenciário, pois, a categoria dos assistentes sociais é um profissional crítico que enxerga para além do aparente da realidade social, sua permanência no INSS é primordial na garantia de direitos para a classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

CFESS. **Sem Serviço Social no INSS, quem perde é você! Sabe por quê?** 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1639>. Acesso em 04 dez. 2019.

GONDIM, L. M. D. P. (1999). **Pesquisa em ciências sociais:** o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: EDUFC.

JORNALCONTABIL. **Serviço social dentro dos postos do INSS será extinto em todo país.** 2019. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/servico-social-dentro-dos-postos-do-inss-sera-extinto-em-todo-pais/>. Acesso em 5 dez. 2019.

MEIRELLES, Mário Antônio. **A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SEGURIDADE SOCIAL – ASPECTOS HISTÓRICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL –**. 2009. Disponível em: <<http://www.oabpa.org.br/index.php/2-uncategorised/1574-a-evolucao-historica-da-seguridade-social-aspectos-historicos-da-previdencia-social-no-brasil-mario-antonio-meirelles>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POLITIZE. **REFORMA DA PREVIDÊNCIA: ENTENDA OS PRINCIPAIS PONTOS.** 2019. Disponível em: [https://www.politize.com.br/reforma-da-previdencia-entenda-os-principais-pontos/?https://www.politize.com.br/temas/reformas/&gclid=CjwKCAiA8qLvBRABEiwAE\\_ZzPYDOj1\\_M6RxcLGfE5LhkhYnJAsx48ttAZVPMjw7u7n88\\_gj12mAShRoCupIQAvD\\_BwE](https://www.politize.com.br/reforma-da-previdencia-entenda-os-principais-pontos/?https://www.politize.com.br/temas/reformas/&gclid=CjwKCAiA8qLvBRABEiwAE_ZzPYDOj1_M6RxcLGfE5LhkhYnJAsx48ttAZVPMjw7u7n88_gj12mAShRoCupIQAvD_BwE)>. Acesso em 04 dez. 2019.

RODRIGUES, F; DAVI, J. **O LUGAR DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DE AJUSTE FISCAL PERMANENTE:** desmonte da previdência social pública. 16<sup>a</sup> Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), 2019, Brasília-DF.

SILVA, M. L. L. **70 anos do Serviço Social na previdência:** luta pela efetivação da seguridade social no Brasil – 2015.



## CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS

Marcionília Vieira Macedo<sup>280</sup>  
Talita Alves Freire<sup>281</sup>  
Julia Maria Lopes de Oliveira Barbosa<sup>282</sup>  
Jurandir Lopes da Silva<sup>283</sup>  
Carla Cristina Duarte Bezerra<sup>284</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>285</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar quais os impactos e influências dos benefícios previdenciários concedidos a população dos municípios. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com base em artigos e coletas de dados disponibilizados pelo IBGE e pela ANFIP. Buscando-se compreender análises feitas da Previdência Social no sentido do papel que ela desempenha na realidade dos municípios ressaltando-se a Previdência como um elemento de expressiva importância na economia, uma política pública responsável pela redução das desigualdades e garantia de direitos a população de que dela mais necessita e como a atual contrarreforma poderá impactar na vida dos beneficiários, na economia dos municípios e conseqüentemente, do país inteiro. Conclui-se que os benefícios previdenciários garante uma melhor distribuição de renda, qualidade de vida e desenvolvimento econômico e social, principalmente para pequenos municípios e a população rural.

461

**Palavras-chave:** Previdência Social. Economia. Municípios. Contrarreforma.

### INTRODUÇÃO

A Previdência Social Brasileira, a partir da segunda metade da década de 90, passou a enfrentar pressões deficitárias – este é um dos argumentos usados pelo governo e que precisamos sempre enfatizar que é falacioso, usado para tentar justificar as contrarreformas – em função da construção do sistema de proteção social, do aumento do número de idosos na

<sup>280</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [marrvihmac@gmail.com](mailto:marrvihmac@gmail.com);

<sup>281</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [talitaalvesfreire@hotmail.com](mailto:talitaalvesfreire@hotmail.com);

<sup>282</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [juliamarialob@gmail.com](mailto:juliamarialob@gmail.com);

<sup>283</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [jurandyh@hotmail.com](mailto:jurandyh@hotmail.com);

<sup>284</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [karla201135@hotmail.com](mailto:karla201135@hotmail.com);

<sup>285</sup> Professor orientador. Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [fabricao@hotmail.com](mailto:fabricao@hotmail.com).

população brasileira, sendo cada vez mais crescentes as aposentadorias por idade, das questões demográficas e das recentes alterações no mercado de trabalho, exigindo mais qualificação dos cidadãos para este mercado, sendo esse motivo que impede essa população idosa de se inserir nesse mercado de trabalho, e justamente por não ser mais útil os seus serviços, segundo Scalzaretto (2009), “no Brasil, o país está caminhando em direção a essa situação, o envelhecimento da população traz problemas como a possibilidade de faltar jovens no mercado de trabalho”.

No entanto, as mudanças na vida econômica e social ocorridas no contexto das transformações maiores do capitalismo fazem com que os sistemas de proteção social sofram constantes retrocessos e direitos estes conquistados estão cada vez mais dificultados a essa população mais vulnerável, sendo que é preciso continuar a beneficiar os mais vulneráveis, mas o Estado, que é o grande administrador da riqueza que a classe trabalhador produz e que ele captura através dos impostos e contribuições e que deve financiador os programas sociais, já não consegue atender a todas essas demandas.

A Previdência social ela se apresenta como equalizadora das desigualdades sociais e vem refletindo de alguma forma na cidadania das pessoas mais pobres com o pagamento de benefícios previdenciários, promovendo a distribuição de renda e movimentando a economia local. Em princípio pretende-se evidenciar a Previdência como política de seguridade social, que garante ao cidadão contribuinte e à sua família uma renda mensal quando estes cidadãos mais precisam.

Sabe-se que os municípios têm sua economia local diretamente influenciada pelos valores pagos pela Previdência, os quais possuem montantes superiores aos repassados pelo Fundo de Participação dos Municípios – FPM e a arrecadação local de impostos e tributos – por exemplo. Assim, o objetivo deste estudo é conhecer quais os impactos e influências positivas dos benefícios previdenciários concedidos aos municípios. O fato é que a Previdência Social Brasileira tem sido à base de sustentação da economia de muitos municípios brasileiros de baixa renda, e dentro desse contexto, deixou de ser um simples seguro para se tornar um direito social, executado pelo Estado a fim de amenizar as desigualdades, gerando renda, emprego e inclusão previdenciária para os mais desprovidos.

Certo é que a Previdência social tem exercido um importante papel no campo do desenvolvimento econômico e social, o benefício previdenciário que fomenta a economia de milhares de municípios, transformando-se assim, no mais importante instrumento de redistribuição de renda. O trabalho aqui desenvolvido busca compreender e analisar a Previdência Social no sentido do papel ela que desempenha na realidade dos municípios,

ressaltando-se a Previdência Social como um elemento de expressiva importância na economia, como uma política pública responsável pela redução das desigualdades e garantia de direitos a população de que dela mais necessita, onde o pagamento dos benefícios previdenciários constitui, por vezes, para a maioria das famílias locais, a única fonte estável de renda.

## A CONSTRUÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

A Constituição de 1988 apresenta o termo “aposentadoria” como um benefício aos funcionários públicos, que este benefício só poderia ser dado nos casos de invalidez, e somente para os que estivessem a serviço da Nação. Devido a não haver nenhuma fonte de custeio, o benefício era considerado como uma simples doação (HOMCI, 2009).

De acordo com Homci (2009), a Constituição de 1891 traz como destaque o Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, denominado Lei Eloy Chaves, o qual criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões para os ferroviários, sendo esta a primeira norma a instituir a Previdência Social no Brasil, considerada como marco inicial. Criou também os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), como por exemplo, os dos marítimos (IAPM), pelo Decreto nº 22.872; dos comerciários (IAPC), pelo Decreto nº 24.273; dos bancários (IAPB), pelo Decreto nº 24.615, entre outros.

Já a Constituição Federal de 1934 prever um sistema previdenciário, com a participação do Estado no financiamento da Previdência Social, que tinha a contribuição dos empregados, que eram segurados obrigatórios, e dos empregadores, que faziam suas contribuições sobre a folha de pagamento. Assim, é perceptível que a Constituição de 1934 estava prevista a tríplice forma de custeio: ente público, empregado e empregador, sendo obrigatória a contribuição. (LOPES; MENDES; ALVES, 2015)

O termo previdência social, de acordo com Lopes, Mendes e Alves (2015), vem surgir em 1946 pela Constituição o qual antes era conhecido pelo nome de seguro social. Foram também implementados na Constituição outras conquistas: assistência aos desempregados e previdência contra doença, velhice, invalidez e morte, aposentadoria voluntária aos 35 anos de serviço e a contagem recíproca entre o tempo de serviço público municipal, estadual e federal para fins de aposentadoria.

A Constituição de 1967 tem como destaque o Decreto-Lei nº 564, de 01 de maio de 1969, o qual estendeu a Previdência Social ao trabalhador rural, porém, não inovou no quesito da previdência comparado à Constituição anterior. E em 05 de outubro de 1988, foi



promulgada a Constituição de 1988, trazendo um novo capítulo que trata somente da seguridade social, a qual se subdivide em: Saúde, Previdência Social e Assistência Social. O qual teve responsáveis pela sua elaboração e que aplicaram o entendimento do termo seguridade social como sendo uma política integrada de cidadania, fazendo com que a Previdência Social brasileira deixasse de ser um simples seguro e viesse a se tornar um direito social. O marco inicial da Previdência iniciou-se em 1923 com a Lei Eloy Chaves e a extensão da proteção social aos trabalhadores rurais que teve início somente após a década 60, pois, embora os habitantes da área rurícola constituíssem a maioria da população brasileira, eles não tinham uma representação política influente (LOPES; MENDES; ALVES, 2015).

Com isso, se inicia uma preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas do meio rural, já que se estendeu a Previdência Social para esta categoria de trabalhadores. E com essa inclusão dos direitos previdenciários para os trabalhadores rurais, apenas se contemplava aqueles trabalhadores da indústria canavieira. Somente com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL, através da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, é que tais direitos foram estendidos para outras categorias de trabalhadores rurícolas, todos os grandes e pequenos proprietários rurais, desde que trabalhassem em regime de economia familiar (LOPES; MENDES; ALVES, 2015).

Com isso, Lopes, Mendes e Alves (2015) dizem que a Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, segue com um princípio importante para a categoria dos trabalhadores rurais, que é a “uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais” que é equiparado com o direito previdenciário para estes trabalhadores.

## POSSÍVEIS IMPACTOS DA CONTRARREFORMA NOS MUNICÍPIOS

As principais transformações no perfil da pobreza brasileira nos últimos anos foram direta ou indiretamente pautadas ao aumento do bem estar com grande participação social, seja por meio da Previdência Social, por meio dos aumentos reais do salário mínimo ou pela ampliação do valor das transferências de renda (RAMOS, 2015).

A cobertura quase integral dos idosos por meio de transferências da Previdência e da assistência social com benefícios de piso atrelado ao salário mínimo tornou-se, para eles e para os membros de seu grupo familiar, um seguro contra a pobreza, ou pelo menos contra a pobreza extrema. Logicamente, a importância da política social, sem o desenvolvimento e a geração recorde de empregos formais e o aumento real do salário mínimo, teria menos impactos distributivos.

A crítica – lembremos, falaciosa – feita à Previdência Social brasileira se baseia no fato de que as despesas com benefícios excederem as receitas oriundas da arrecadação do INSS, causando déficits crescentes, ano após ano. Essas críticas, no entanto, escondem a existência do Orçamento da Seguridade Social (OSS), que trata de maneira conjunta Previdência Social, Saúde e Assistência Social – as quais contam com diversas contribuições sociais para financiá-las.

Esse Orçamento da Seguridade Social, de acordo com Salvador (2017), vem sofrendo inúmeras ações de desmonte desde Desvinculação de Receitas da União (DRU), renúncias tributárias até outras despesas que deveriam ser do Orçamento Fiscal, por isso considera-se que não há justificativa econômica para realização de uma nova “reforma” da previdência social sem a devida restituição dos recursos que são desviados anualmente do OSS para o pagamento de juros da dívida pública que alimenta o capital financeirizado.

Também é de grande importância relatar e mostrar, que a grande maioria dos municípios brasileiros vive com recursos pagos pela Previdência. Segundo o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil Álvaro França, a nossa Previdência Social é responsável pelo sustento de milhões de famílias brasileiras – especialmente nas pequenas cidades e nas áreas rurais. Ou seja, mesmo não sendo considerado um programa de “combate à pobreza”, os recursos da Previdência Social têm exercido um papel importante no arranjo da renda familiar (ANFIP, 2011).

Utilizando somente o mês de agosto de 2011, em todo o Brasil a Previdência Social garantiu renda direta a mais de 28,8 milhões de pessoas. Avaliando que, conforme dados do IBGE, para cada beneficiário direto há 2,5 pessoas que se beneficiam indiretamente, os pagamentos da Previdência chegaram a 72 milhões de pessoas (ANFIP, 2011). Representando, de forma direta e indireta, mais de 100 milhões de pessoas beneficiadas pela Previdência, cerca da metade da população brasileira.

De acordo com essas informações, se implicarmos que as pessoas menos favorecidas consomem toda a renda e que 68,3% dos benefícios previdenciários são de até um salário mínimo, podemos afirmar que a Previdência injeta diretamente na economia mais de R\$ 10,5 bilhões mensais. Isso sem ponderar aquele contingente que recebe entre 01 e 04 salários mínimos (27% dos beneficiários e R\$ 9 bilhões mensais) e que gasta boa parte de suas rendas em consumo.

Tendo um grande alcance no meio rural, haja vista a quase totalidade dos beneficiários receberem o piso previdenciário. São mais de 8,4 milhões de homens e de mulheres da zona rural depositando na economia mais de R\$ 4,5 bilhões mensais. O mundo

rural deixou de ter, como única ou principal fonte de renda, a produção agrária. O comércio, as pequenas indústrias, os serviços e as aposentadorias constituem hoje os principais vetores de recursos, principalmente para os pequenos municípios brasileiros. Ousamos afirmar que, se não fossem os benefícios pagos mensalmente a aposentados e a pensionistas, principalmente no meio rural dos pequenos municípios, já teria se instalado uma situação de calamidade na maioria das cidades brasileiras, considerando que o acesso ao benefício que possibilita a fixação das pessoas no campo, assim, desestimulando o êxodo rural.

Mas, ainda assim, o Brasil é um país cuja desigualdade social, o aumento da pobreza e da miserabilidade se manifestam de forma crescente diante do desaquecimento da economia, das desonerações tributárias e da redução do número de empregos formais.

Conforme o IBGE (2016/2017)

A linha de pobreza proposta pelo Banco Mundial (rendimento de até US\$ 5,5 por dia, ou R\$ 406 por mês), a proporção de pessoas pobres no Brasil era de 25,7% da população em 2016 e subiu para 26,5%, em 2017. Em números absolutos, esse contingente variou de 52,8 milhões para 54,8 milhões de pessoas, no período. Nessa mesma análise, a proporção de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos que viviam com rendimentos de até US\$ 5,5 por dia passou de 42,9% para 43,4%, no mesmo período. Já o contingente de pessoas com renda inferior a US\$ 1,90 por dia (R\$ 140 por mês), que estariam na extrema pobreza de acordo com a linha proposta pelo Banco Mundial, representava 6,6% da população do país em 2016, contra 7,4% em 2017. Em números absolutos, esse contingente aumentou de 13,5 milhões em 2016 para 15,2 milhões de pessoas em 2017. (apud ANFIP, p. 15, 2019)

Com isso, pode-se ressaltar ainda mais que a importância da Previdência, pode está ainda maior. Em uma atualização no seu estudo, a ANFIP (2019) trouxeram os dados levantados em dezembro de 2017, mostrando que foram pagos pelo INSS mais de 34 milhões de benefícios ligados ao RGPS. Desse total, 24,9 milhões foram designados ao setor urbano e 9,5 milhões ao setor rural. O mais surpreendente é que a maioria dos benefícios pagos, 67,7%, correspondeu a um salário mínimo, sendo que, na clientela urbana, esta faixa de beneficiários representou 55,6% do total e, no meio rural, quase a todos os benefícios, alcançando 99,3%. Essa análise realizada denota a importância de se defender o crescimento constante do salário mínimo, por ser um fundamental instrumento de redistribuição de renda, não só como meio de valorização do trabalho, mas como prestação básica de sustentação dos beneficiários da Previdência.

A pesquisa corrobora também que o montante dos benefícios pagos foi superior ao valor da arrecadação em 87,9% dos municípios, o que corresponde a 4.896 municípios brasileiros, cuja população varia entre 10 mil e 20 mil habitantes. Nessas cidades, os recursos



derivados dos benefícios previdenciários ultrapassam também a receita do Fundo de Participação dos Municípios.

Portanto, os benefícios previdenciários são essenciais para a melhoria das condições de vida da população brasileira considerando, principalmente, o fato de que são a única fonte de renda de milhares de brasileiros. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos 100 municípios com melhor IDHM, 98 deles o valor dos benefícios emitidos superou os valores do *Fundo de Participação dos Municípios* (FPM), enquanto que entre os 100 municípios com pior IDHM apenas 32 deles o valor dos benefícios superou os valores do FPM com base nos indicadores de emprego, renda, educação e saúde. Dados que reafirma a importância dos benefícios previdenciários tanto para o desenvolvimento humano e para a economia dos municípios. (ANFIP, 2019)

Como coloca Santos et al. (2009) em uma pesquisa realizada em um município do interior da Bahia mostra claramente que o movimento econômico da cidade, até mesmo nas atividades comerciais, acontecem exatamente nos dias de pagamentos dos benefícios previdenciários, e que a população considera a previdência como a renda principal, de acordo com os dados, para 37% das famílias. Essa mesma situação também foi constatada em outros estudos, como nos municípios paraibanos na pesquisa de Medeiros e Barrancos (2011) que analisou 223 municípios da Paraíba, percebendo também que desse apenas 20 exibiram recursos do FPM maiores que o da Previdência.

No entanto ao contrário do que muitos imaginam, conforme ANFIP (2019) o grande número de pagamento de benefícios previdenciários nos municípios superiores ao FPM não é um fenômeno exclusivamente nordestino. Os percentuais, também, são expressivos na Região Sudeste. No Rio de Janeiro, em 92 dos 92 municípios os benefícios previdenciários ultrapassam o FPM, o que representa 100,00%; no Espírito Santo isto se confere em 78 dos 78 municípios (100,00%); em São Paulo em 556 dos 645 municípios (86,20%), e em Minas Gerais em 577 dos 853 municípios (67,60%). Na Região Sul o maior percentual está em Santa Catarina, (84,10%), 248 do total de 295 municípios, no Rio Grande do Sul, 404 dos 497 municípios, logo, 81,30%, e, por fim, no Paraná, do total de 399 municípios, 316 vivem com essa realidade, ou seja, 79,20%. Na Região Nordeste, o recorde fica com o Ceará, onde em 173, (94,00%) dos 184 municípios o pagamento de benefícios excede o FPM, o segundo lugar fica com a Bahia (87,10%), onde em 363 dos 417 municípios ocorre esta realidade, seguido de Pernambuco (87,00%), 161 de 185 municípios.

Desta forma, pode-se dizer que as principais alterações no desenvolvimento social econômico da população brasileira devem-se à Previdência Social que garante a uma grande parcela da população o acesso ao benefício previdenciário.

Em evidência, os dados analisados pela ANFIP e das outras pesquisas comprovam que a Previdência Social é a responsável pela maior e mais expressiva política pública de redistribuição de renda do Brasil, operando profundamente na diminuição das desigualdades regionais e ajudando expressivamente na economia de todo o país.

Desta forma, é importante destacar que a defesa da Previdência Social é de interesse coletivo, já que esta garante o direito a cidadania, a qualidade de vida e a justiça por meio da repartição da renda, influenciando no desenvolvimento econômico dos municípios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentado enfatiza que a restrição dos direitos sociais em um município atinge diretamente sua economia, pois grande parte dos municípios dependem de recursos pagos pela previdência como aposentadorias e pensões, com a diminuição gera uma queda crescente na economia em um país com tantas desigualdades sociais aumentando em um todo a pobreza e a miserabilidade.

Embora os benefícios não obrem milagres a política social da previdência salva a economia e garante o sustento de milhares de pessoas, mas é bom lembrarmos que juntamente com a distribuição de renda é primordial a criação de empregos formais e o aumento do salário mínimo, pois embora os benefícios da política social da Previdência garanta, um ótimo desenvolvimento na economia dos municípios, deve-se atrelar a essas políticas uma geração de empregos formais e o aumento do salário mínimo para diminuir e atenuar as disparidades sociais, e gerar um maior impacto de distribuição de renda.

Além dessas medidas a conscientização e propagação da infinita contribuição da previdência na sociedade brasileira para a economia e geração de uma vida digna é de relevante importância, diante disso é valioso a aprimoração da política social previdenciária, em prol de beneficiar não só o sustento de milhões de famílias brasileiras, como também o suprimento de suas necessidades mais básicas, proporcionando não só o aquecimento econômico mas a cidadania, a equidade e a justiça social.

Conclui-se com as análises que é nítido a importância da Previdência Social no Brasil, tendo em vista que esta política social beneficia um grande numero de pessoas, não apenas quem recebe o benefício diretamente, mas também indiretamente, e se caracterizando

nesse sentido, muita das vezes como principal ou única forma de sustento de uma família inteira, principalmente para famílias residentes no meio rural, provocando com isso não só o combatendo a migração urbana como também promovendo a economia entre os municípios e a qualidade de vida dessas pessoas.

## REFERÊNCIAS

ANFIP. **A Previdência social e a economia dos municípios**. 6 ed. Brasília: ANFIP, 2011.

ANFIP. **A Previdência Social e a Economia dos Municípios**. 7 ed. Brasília: ANFIP, 2019.

HOMCI, A. L. A evolução histórica da previdência social no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2104, 5 abr. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12493>. Acesso em: 04 de dez. de 2019.

LOPES, B. M; MENDES, J. S.; ALVES, P. de A. IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA/BA. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII – N. 2 - Salvador, BA – p. 953 – 968, Dezembro de 2015.**

MEDEIROS, A K. N. de; BARRANCOS, J. E. **O PAPEL SOCIAL DA PREVIDÊNCIANA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS**. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA, 2011.

469

RAMOS, C. A. A queda da pobreza e da concentração de renda no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, setembro-dezembro de 2015.

SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Revista Ser Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017.

SANTOS, C. C. B. et al. Previdência Social: uma discussão sobre o seu impacto no desenvolvimento dos pequenos municípios brasileiros - o caso de Macururé, Bahia. **SER Social**, n. 11, p. 219-242, 14 ago. 2009.

SCALZARETTO, R. **Entenda as consequências do envelhecimento da população no mundo**. Site G1, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL1284471-5604,00-ENTENDA+AS+CONSEQUENCIAS+DO+ENVELHECIMENTO+DA+POPULACAO+NO+MUNDO.html>. Acesso em 01 de dez. de 2019.



## AS CONSEQUÊNCIAS DA REFORMA TRABALHISTA PARA O TRABALHADOR BRASILEIRO

Alexsandra Viana Pereira<sup>286</sup>  
Maria Mylena da Silva<sup>287</sup>  
Riany Larissa Pereira<sup>288</sup>  
Tayana Lemos dos Santos<sup>289</sup>  
Adriana Alves da Silva<sup>290</sup>

### RESUMO

O presente artigo analisa a reforma trabalhista promulgada em 2017, e objetiva contribuir com as discussão e resistência e de conscientização da classe trabalhadora sobre os retrocessos dos seus direitos. Demonstra que a aprovação de tal reforma trará grandes retrocessos e não serão mais assegurados os direitos que outrora através de grandes lutas, foram arduamente conquistados. Aborda as especificidades da reforma, situando-a no sistema capitalista e neoliberal, cujas consequências atingirá precisamente a classe sindical bem como as classes mais subalternizadas.

**Palavras-chave:** Reforma trabalhista. Consequências. Trabalhador Brasileiro.

### INTRODUÇÃO

O artigo apresenta a reforma trabalhista recentemente promulgada buscando entender as consequências da reforma no âmbito de debates no campo do diálogo dos fatores decorrentes, bem como as causas que tratam da legitimidade perdida dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, argumentando-se em oposição o fim da seguridade e desmonte das leis trabalhistas que se tinha como base sustentável a legitimação da CLT através das lutas sócio históricas.

O artigo objetiva ampliar as discussões e demonstra os impactos políticos e econômicos da reforma na vida dos trabalhadores e que remete ao princípio da proteção e seguridade social.

---

<sup>286</sup> Estudante do curso de Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Iguatu. e-mail: [alexandra.viana@outlook.com.br](mailto:alexandra.viana@outlook.com.br)

<sup>287</sup> Estudante do curso de Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Iguatu. e-mail: [mariamili784@gmail.com](mailto:mariamili784@gmail.com)

<sup>288</sup> Estudante do curso de Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Iguatu. e-mail: [rianylarissariany6@gmail.com](mailto:rianylarissariany6@gmail.com)

<sup>289</sup> Estudante do curso de Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Iguatu. e-mail: [tayanagomeslemos@gmail.com](mailto:tayanagomeslemos@gmail.com)

<sup>290</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará- UFC; Professora EBTT no IFCE – Campus Iguatu – CE. E-mail: [adriana.as.ce@gmail.com](mailto:adriana.as.ce@gmail.com)

A análise crítica da reforma trabalhista, constata que sua promulgação vai ao encontro da lei maior, afetando a proteção dos direitos fundamentais, num estado democrático de direito, tomando o ponto de vista do direito individual e coletivo do trabalho, como também de cunho processual.

No desenvolvimento do artigo, apresentamos como a supramencionada reforma, tem sido implementada com argumentos do raciocínio jurídico, e concluiremos com uma reflexão para a resistência da luta da classe trabalhadora.

### **PROMULGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA.**

Em 2017, a Reforma Trabalhista, instrumentalizada pela lei N° 13.467 de 2017, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e já sob o governo de seu vice presidente, Michel Miguel Elias Temer, também autor da proposta começou a tramitar na Câmara dos Deputados. Essa reforma é considerada uma grande mudança, uma vez que, modifica mais de 100 artigos contidos na consolidação das leis trabalhistas (CLT), e das conquistas advindas ainda da era Vargas.

Infelizmente, essas transformações não contribuem para minimizar a opressão, exploração e as injustiças sociais sofridas diariamente pela classe trabalhadora, mas uma transformação que retrata o retrocesso de suas lutas ao decorrer dos séculos, desde o advento do capitalismo e com ele o trabalho assalariado. Segundo Carvalho (2017, p. 92): A discussão do custo-benefício de qualquer legislação trabalhista nunca deve estar dissociada de qual é o objetivo que a legislação deve alcançar. Assim, alterações no arcabouço do direito do trabalho devem ser realizadas pontualmente, baseadas em evidências concretas, em que se busca atingir um novo equilíbrio potencialmente melhor, sem desconsiderar a natureza do direito do trabalho.

A reforma trabalhista há muito tempo se fazia necessária, para combater o desemprego e a crise econômica do país, que teve início em 2014, ainda sob o governo da então presidenta Dilma Rousseff. No entanto, a desburocratização do trabalho e da diminuição dos custos com o mesmo, não foi contemplada na atual reforma, e acentuou ainda mais as desigualdades entre as classes, além de aumentar o desemprego e agravar a crise econômica fragilizando e precarizando ainda mais as relações de trabalho.

De acordo com Carvalho (2017, p.81), “há, no conjunto da Lei N°13.467/2017, uma lógica que busca diminuir, no marco do direito do trabalho no Brasil, a noção de que a venda

da mercadoria força de trabalho trata-se de uma relação entre pessoas, substituindo-a por uma visão que trata essa venda como uma relação entre coisas”.

Válido lembrar que, no cenário brasileiro, desde os governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995-2002, temos uma ofensiva neoliberal com a flexibilização do trabalho que, cada vez mais se torna agressiva, em contraponto a quebra das políticas sociais e dos direitos sociais. Assim, a reforma que se apresenta, é defendida pelos empresários e economistas, e, severamente criticada pela Central Única dos Trabalhadores e outros sindicatos, bem como pelo Ministério Público do Trabalho, pela Organização Internacional do Trabalho, e veio beneficiar apenas o empresariado.

De acordo com o site do planalto - gov., as principais mudanças da reforma trabalhista aprovada em na Câmara dos deputados em 26 de abril de 2017, no Senado Federal, em 11 de julho e sancionada pelo Presidente da República no dia 13 de julho sem vetos, e que passou a valer no país a partir de 11 de novembro do mesmo ano são:

1. **Contribuição sindical:** antes obrigatória e equivalente a um dia de salário do trabalhador, paga uma vez ao ano, através de desconto, tornou-se opcional;
1. **Banco de horas:** o excesso de horas em um dia de trabalho poderia ser compensado em outro dia, desde que não excedesse, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas. Havia um limite de 10 horas diárias. Passou a ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
2. **Demissão:** se o trabalhador se demitisse ou fosse demitido por justa causa, não teria direito a sacar FGTS, seguro-desemprego e não receberia multa. Se fosse demitido sem justa causa, receberia multa de 40% sobre os depósitos do FGTS, poderia sacar o fundo e teria direito a seguro-desemprego. Agora, empregador e empregado podem chegar a acordo para demissão. Nesse caso, o trabalhador recebe multa de 20% do FGTS, pode movimentar até 80% do fundo e não tem direito a seguro-desemprego.
3. **Descanso:** o trabalhador que exercia a jornada padrão de 8 horas diárias tinha o direito a no mínimo uma hora e a no máximo duas horas de intervalo para repouso ou alimentação. Com a reforma, o intervalo dentro da jornada de trabalho poderá ser negociado, desde que tenha pelo menos 30 minutos.
4. **Férias:** as férias de 30 dias podiam ser fracionadas em até dois períodos, e um deles não poderia inferior a 10 dias. Com a nova regra, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.



5. **Gravidez:** antes, mulheres grávidas ou lactantes, eram proibidas de trabalhar em lugares com condições insalubres. A reforma revogou essa medida, porém, devido a críticas, foi editada a MP 808 de 14 de novembro de 2017, regulamentando o afastamento do trabalho da gestante de locais com qualquer grau de insalubridade, excluído o pagamento do adicional de insalubridade e em casos de insalubridade de grau médio e mínimo, poderá retornar apenas se voluntariamente e apresentando atestado médico, que a autorize.
6. **Home office:** neste caso, houve um ganho, já que a legislação não contemplava o trabalho realizado fora do local de trabalho. A partir de agora, desde gastos com energia e demais equipamentos usados em casa, deverá ser formalizado com o empregador via contrato. O controle de seu trabalho feito por tarefa.
7. **Jornada de trabalho:** A jornada era limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais, podendo haver até 2 horas extras por dia. Com a reforma, a jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48 horas, com as horas extras) e 220 horas mensais. E segundo a MP 808 de 2017, poderá ser estabelecida a jornada apenas se estiver convencionado em acordo ou convenção coletiva de trabalho, sendo que apenas os profissionais de saúde podem fazer também por acordo individual escrito.
8. **Multa:** A empresa poderia ser multada em um salário mínimo, se agregasse empregado não registrado, e acrescido do mesmo valor se reincidisse. Com a mudança, a multa para empregador é de R\$ 3 mil por empregado, e cai para R\$ 800 nos casos das microempresas ou empresas de pequeno porte.
9. **Negociação:** Acordos poderiam estabelecer condições de trabalho diferentes das previstas na legislação, mas tinham que beneficiar o trabalhador, a um patamar superior ao que estiver previsto na lei. Porém, com a reforma, o acordado prevalece sobre o legislado, os sindicatos e as empresas podem negociar condições de trabalho diferentes das previstas em lei, mas que nem sempre precisa beneficiar mais o trabalhador.
10. **Plano de cargos e salários:** O plano de carreira, não precisa mais ser homologado no Ministério do Trabalho nem constar no contrato, pode apenas ser negociado entre patrões e trabalhadores sem precisar de registros, homologações etc. E pode mudar a qualquer momento.
11. **Remuneração:** A partir de agora, os trabalhadores e as empresas podem negociar todas as formas de remuneração que não fazem parte do salário. Antes, a remuneração

por produtividade não poderia ser inferior à diária correspondente ao piso da categoria ou salário mínimo e as comissões e gratificações integravam os salários. Agora, o pagamento do piso ou do salário mínimo não é obrigatório na remuneração por produção.

12. **Homologação da rescisão:** A rescisão de contrato não precisa mais ser feita no Ministério do Trabalho ou no Sindicato, pode ser feita na mesma empresa na qual o empregado trabalhava.
13. **Tempo na empresa:** Enquanto na regra antiga era considerado serviço efetivo o período em que o empregado estava à disposição do empregador, fosse executando ou esperando ordens, não são mais consideradas dentro da jornada de trabalho as atividades dentro da empresa como descanso, estudo, alimentação, et;
14. **Terceirização:** A terceirização, regulamentada pela lei Lei Nº 13.429, de 31 de Março de 2017, foi alterada com a reforma e a MP 808, estabelece um prazo de 18 meses para a migração de um contrato por prazo indeterminado para o contrato de trabalho intermitente.
15. **Trabalho intermitente:** A legislação anterior não contemplava. Porém, de acordo com a nova lei, os trabalhadores só são pagos pelo período que trabalhar, ou seja, diária ou por hora. Tem direito a férias, FGTS, previdência e 13º salário proporcionais. Deve ser estabelecido no contrato o valor da hora de trabalho, não podendo ser inferior ao valor do salário mínimo por hora ou à remuneração dos demais empregados que exerçam a mesma função. O empregado deverá ser convocado com, no mínimo, três dias corridos de antecedência. Quando não estiver ativo na empresa, pode prestar serviços a outros.
16. **Trabalho parcial:** A antiga regra, previa a jornada máxima de 25 horas por semana, mas eram proibidas horas extras. O trabalhador tinha direito a férias proporcionais de no máximo 18 dias e não podia vender dias de férias. Agora, o trabalhador pode ter uma jornada de até 30 horas semanais, continuando proibidas as horas extras, porém, pode optar por 26 horas semanais ou menos, e ter 6 horas extras, as quais são pagas com acréscimo de 50%. Além, de um terço do período de férias pode ser pago em dinheiro.
17. **Transporte:** O tempo de deslocamento do funcionário até o local de trabalho, não é mais considerado como parte da jornada de trabalho.

Os Pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) (2017, p.71), da Universidade de Campinas, ao analisar os fundamentos da reforma concluíram que algumas de suas consequências são: “ a desconstrução dos direitos da classe trabalhadora, a desestruturação de mercado de trabalho, a fragilização e fragmentação dos sindicatos; a descentralização da definição das regras que sugerem a relação de emprego e ampliação da vulnerabilidade”. Para os autores, essas alterações evidenciam a instabilidade e a insegurança nas quais as condições e os vínculos empregatícios dos trabalhadores estão submetidos, e dos quais se tornaram cada vez mais vulneráveis. Além de representar a perda de legitimidade de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, visto que as relações contratuais foram precarizadas, dificultando a reivindicação dos trabalhadores por seus direitos, na Justiça e facilitar a exploração capitalista.

## **A REFORMA TRABALHISTA E SUA ARTICULAÇÃO COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS PARA O TRABALHADOR**

A Reforma da Previdência, aprovada em outubro de 2019, tinha como justificativa de realização que o setor previdenciário passava por um déficit, e que era necessário realizar tal reforma, pois com as regras vigentes causava uma fragilidade, com tendência à quebra. Com a PEC aprovada, observa -se quem estivesse próximo de se aposentar antes da Reforma entrar em vigor, pode sentir na pele as novas regras desta tal reforma.

Nas regras anteriores à Nova Previdência, os homens se aposentavam com 35 anos de contribuição e as mulheres com 30 anos de contribuição. Com isso, não tinha uma idade definida para ser concedido tal benefício, mas o trabalhador estava sujeito ao fator previdenciário; também poderia conseguir o benefício da aposentadoria através da soma de pontos, na qual era somados a idade do indivíduo e o tempo de contribuição do mesmo. Agora, com a Reforma da Previdência, aumenta a idade da mulher para a aposentadoria: 62 anos – antes era 60 anos – e 65 para os homens, o que não muda nada, pois nas regras anteriores à Nova Reforma era 65 anos para os homens. Essa estipulação da idade para a aposentadoria entra em vigor para os setores privados e para aqueles que possuem vínculos com o RGPS.

Há mudanças também no tempo de contribuição: 15 anos para as mulheres e 25 anos para os homens, para quem atua em setores privados.

Para quem recebe o benefício de pensão, também sentirá na pele as mudanças da Nova Previdência. Quem é dependente do benefício, recebe no valor de 50% do valor pago, e mais



10% para cada dependente que o beneficiário possuir. Também há a limitação de acúmulo de benefícios, ou seja, quem recebia pensão e aposentadoria, por exemplo, receberá somente 100% de um deles e, o outro de menor valor receberá uma parcela.

E, por fim, incide nas alíquotas. Agora, há classificação de pagamento das alíquotas por faixas de renda, em que, a porcentagem paga é fixa e única. Para os setores privados, aí recebe até um salário mínimo, contribuirá para o INSS 7,5% (faixa de renda 1). E, de acordo com o salário, a alíquota aumenta, até em 14% - neste caso, é para quem recebe de R\$3.000,00 (três mil reais) até R\$5.839,45 (cinco mil e oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos), valor este do teto do INSS. Para os setores públicos, o valor da taxa varia entre 7,5% até 22%; posteriormente a aplicação dessa alíquota progressiva, a mesma se tornará efetiva: alterna a alíquota entre 7,5% a 16,79%.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas no Brasil expandiram-se em 1988, através da Constituição Federal. Especificamente as políticas públicas relacionadas ao trabalho, a carta constitucional assegurou um programa que possui a finalidade de assegurar o trabalhador, denominado de "Programa Saúde-Desemprego". Nele, é caracterizado um conjunto de benefícios e serviços onde possui foco nas políticas de emprego.

Como parte desse programa, foi instituído através da Lei nº7.998/1990 o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Conselho Deliberativo deste FAT, onde foi ampliado a política de emprego em três setores: políticas de apoio ao desempregado, abono salarial e seguro-desemprego. Além disso, havia também as políticas ativas de emprego, em que, em especial, englobava as de qualificação profissional e de intermediação do trabalhador a fim de sua inserção no mercado de trabalho; e as políticas de crédito produtivo.

Em 2010, o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNEDT), foi criado, contendo três prioridades com relação ao trabalho, voltadas para reduzir as taxas de emprego informal, a rotatividade de emprego, às desigualdades relacionadas ao gênero, etnia, raça, e com o intuito de aumentar a renda de produtividade e de melhorar as condições de segurança e de saúde no trabalho. A primeira prioridade é destinado a criação de novos e melhores empregos, com igualdades de oportunidade e tratamento, onde seria investidos em setores estratégicos. A segunda prioridade se relaciona ao combate do trabalho infantil e escravo, mediante a implementação, monitoramento e avaliação dos Planos Nacionais que visam enfrentamento ao tráfico de pessoas e à violência sexual entre crianças de adolescentes (II

Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo). E a terceira prioridade está no fortalecimento das relações entre governo, trabalhadores e patrões, como forma de aplicar medidas e dialogar entre esses setores como forma de governabilidade democrática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, discutimos através de pesquisas bibliográficas a Reforma Trabalhista, delineando os aspectos que podem impactar direitos conquistados pela classe trabalhadora. Constatado que, a reforma faz um retrocesso de todos os direitos que foram conquistados ao longo do tempo, através das lutas dos trabalhadores. Ou seja, é um desmonte de direitos, que eram assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com consequências graves para o trabalhador que, será cada vez mais explorado, seu trabalho precarizado, e o patrão só tem a ganhar.

Nesse sentido, é necessário a conscientização da população, sobretudo a classe trabalhadora de que, é importante discutir sobre o assunto, uma vez que, a Reforma Trabalhista e a Nova Previdência pode produzir impactos futuros, não apenas para quem já está no mundo do trabalho, mas também quem nele vai se inserir.

477

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma: Desestruturação do Estado e Perca de Direitos**. ed 2. São Paulo. Editora Cortez.

BRASIL. Constituição – **Planalto. L13429**, de 31 de Março de 2017. Ano 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm)>. Acesso em 01 dez. 2019.

BRASIL. Constituição – **Planalto. L13467**, de 13 de julho de 2017. Ano 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm)>. Acesso 01 dez. 2019.

CORREIA, Henrique et al. **Reforma Trabalhista: 200 Questões Objetivas e 50 Discursivas Comentadas**. 2. 2018. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/44825661/reforma-trabalhista---200-questoes-objetivas-e-50-discursivas-comentadas-2017--->>. Acesso em: 16 jun. 2018.

GALVÃO, Andréia et al. **Dossiê: Reforma Trabalhista (em construção)**. 2017. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/dossie-reforma-trabalhista/>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

SACCHET DE CARVALHO, Sandro. **Uma visão geral sobre a Reforma Trabalhista**. 2017. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8130/1/bmt\\_63\\_vis%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8130/1/bmt_63_vis%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2018

WIKIPEDIA. **Reforma Trabalhista no Brasil em 2017**. Atualizado 08 dez. 2019. Disponível em: <[https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Reforma\\_trabalhista\\_no\\_Brasil\\_em\\_2017](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Reforma_trabalhista_no_Brasil_em_2017)>. Acesso em 01 dez. 2019.

CEOLIN, Monalisa. MORAES, Isabela. **Reforma da Previdência 2019**. Atualizado 18 nov. 2019. Disponível em: <[https://www-politize-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/www.politize.com.br/reforma-da-previdencia-entenda-os-principais-pontos/amp/?usqp=mq331AQOKAGYAY7tntGR5uDT\\_AE%3D&amp\\_js\\_v=a2&amp\\_gsa=1#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&ampshare=https%3A%2F%2Fwww.politize.com.br%2Freforma-da-previdencia-entenda-os-principais-pontos%2F](https://www-politize-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/www.politize.com.br/reforma-da-previdencia-entenda-os-principais-pontos/amp/?usqp=mq331AQOKAGYAY7tntGR5uDT_AE%3D&amp_js_v=a2&amp_gsa=1#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&ampshare=https%3A%2F%2Fwww.politize.com.br%2Freforma-da-previdencia-entenda-os-principais-pontos%2F)>. Acesso em 10 dez. 2019

POLÍTICAS PÚBLICAS. **Trabalho, Emprego e Renda..** Disponível em: <[https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/trabalho\\_emprego\\_renda/entenda/informacoes\\_gerais.html?tagNivel1=10&tagAtual=10](https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/trabalho_emprego_renda/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=10&tagAtual=10)>. Acesso em 09 dez. 2019



# SAÚDE

## A MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE EM TEMPOS DE AJUSTE FISCAL

Francisca Alcione da Silva Duarte<sup>291</sup>  
Lívia Alves Araújo<sup>292</sup>  
Bárbara Cristina da Silva Brandão<sup>293</sup>  
Cícera Yanka de Souza Dias<sup>294</sup>  
Suilane Chavier da Silva<sup>295</sup>  
Adriana Alves da Silva<sup>296</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar uma discussão acerca do Sistema Único de Saúde – SUS, analisando os principais desafios e limites impostos à sua efetivação, considerando a legislação que o regulamenta e sua atual configuração em tempos de crise intensificada do capital e avanço do neoliberalismo na captura do fundo público. Desde 1988, com a aprovação da Constituição Federal, a saúde passou a ser um direito pautado no princípio da universalidade e política integrante do Sistema de Seguridade Social. No entanto, nos últimos anos, apesar de sua consolidação em aparatos legais, evidencia-se que o mesmo tem sofrido inúmeros ataques, resultando em seu sucateamento e desvalorização. Soma-se ainda o fato de que a saúde é vista pelo capital como um potencial gerador de lucro, dessa maneira criou-se um processo de mercantilização do Sistema Único de Saúde. Diante disso, fora despertado o interesse de compreender esse processo que se apropria do SUS, partindo de estudo sistematizado.

480

**Palavras-chave:** Sistema Único de Saúde. Fundo Público. Mercantilização. Ajuste Fiscal.

### INTRODUÇÃO

A política de saúde compõe o tripé da seguridade social juntamente com as políticas de assistência social e previdência. Está expressa na Constituição Federal de 1988, no artigo 196, que prevê a saúde como um “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas

---

291 Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, alcionylouro@hotmail.com;

292 Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, alvesliviaufca@gmail.com

293 Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, barbara-brandao@hotmail.com

294 Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, yanka.souza1@gmail.com

295 Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, suilanechavier94@gmail.com

296 Professor orientador: Doutora em Educação pela UFC, Docente EBTT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Campus Iguatu, adriana.as.ce@gmail.com.

sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Para materialização deste preceito a CF de 1988 também estabelece prerrogativas para criação do SUS – Sistema Único de Saúde. Neste sentido em Lei Complementar, no ano de 1990 o Congresso Nacional aprovou a LOS – Lei Orgânica da Saúde, a qual descreve toda estrutura e funcionamento desse sistema, determinando seus princípios e diretrizes para garantia de acesso universal e gratuito a saúde de todos os brasileiros.

A implantação do SUS assim como seu desenvolvimento é resultado de intensa luta. Nesta, destaque se faz ao movimento da Reforma Sanitária nascido ainda no contexto da ditadura militar e de pesado ataque para a derrubada de tal regime, datando do início da década de 1970. Outro marco de relevância para a implantação do SUS foi a 8ª Conferência Nacional da Saúde, realizada em março de 1986, a primeira Conferência em que a sociedade pôde participar e cujas propostas serviram de indicativo para construção do SUS que temos hoje.

Da implantação do SUS aos dias atuais, muitas mudanças ocorreram. Ressalta-se que o SUS que temos se constitui em “uma engenharia político-institucional criativa” que possibilitou a elaboração de normas operacionais básicas, pactos, programação pactuada integrada, plano de desenvolvimento da regionalização e plano diretor de investimentos que contribuíram para a sustentabilidade institucional do SUS e para a sua materialidade expressa em estabelecimentos, equipes, equipamentos e tecnologias (PAIM, 2018).

Acrescenta-se que o SUS tem um legado de avanços no sistema de vigilância em saúde, na vigilância sanitária, na assistência farmacêutica, nos transplantes, no SAMU, além do Programa Nacional de Imunizações que é o maior do mundo, e, com a autossuficiência de imunobiológicos. Também merece destaque a atenção primária em saúde, vinculando cerca de 60% da população brasileira às equipes de Saúde da Família (PAIM, 2018).

Mesmo com tantos avanços o SUS ainda não é um sistema consolidado, ao contrário vem sofrendo nos últimos anos intensas ameaças, fato que nos desperta para o conhecimento e discussão dos ataques a essa política, bem como para sua valoração. Para compreender a não consolidação do SUS bem como contexto de ofensiva sobre ele, sem dúvidas, é necessário reconhecer o expressivo ataque e captura do capital financeiro sobre o fundo público – já que é o fundo público que irriga o financiamento do SUS e demais políticas sociais/públicas.

Em verdade, a saúde, ditada como *um direito de todos e dever do Estado* dentro da sociabilidade capitalista tem se tornado uma preocupação, visto que o objetivo do capital é antagonico ao que é gratuito e de qualidade. Na persistência pela lucratividade exorbitante, há



sempre a descoberta de novas formas de enriquecer, tornando tudo a sua volta mercadoria, matéria a ser transformada em dinheiro. Nesta dinâmica os serviços de saúde se constituem em fontes de recursos de alta lucratividade. Isso chama a atenção do capital que sob a ideologia neoliberal, passa a ideia de que o que é público e estatal não presta e que só tem valor o que é privado, assim, “o indivíduo passa a reconhecer no direito à saúde propriamente não um direito social, exigível num Estado Democrático de Direito, mas um objeto de consumo individual que pode ser comprado, simplesmente.” (SANTOS, 2013, p. 2)

Atualmente há uma grande mercantilização dos serviços em saúde. Por ser esta uma área lucrativa é bem visualizada pelo capital na exploração de demandas que gere lucros. Ressaltando que mesmo com um sistema público que garante a saúde como um direito de todos, sempre houve a venda de serviços nessa área, no entanto, hoje, isso cresce de forma preocupante, ainda mais devido o desejo incessante do grande capital em desregular e precarizar o público para privatizá-lo, como uma suposta solução a melhoria de determinado serviço – ao mesmo tempo em que saqueia – pelo outro lado – o fundo público, através do sistema da dívida pública.

Ante esta realidade e de necessidade de fortalecimento do SUS, seus princípios e gratuidade de todas as suas ações, o presente artigo<sup>297</sup> objetiva discutir a política de saúde no Brasil, identificando as dificuldades e entraves de efetivação do SUS e desmonte do direito à saúde. A pesquisa que originou este ensaio foi fundamentada na abordagem qualitativa com caráter bibliográfico. Para coleta de dados foram selecionados artigos e textos de periódicos que tratavam do tema. A interpretação dos dados constou de seleção, classificação e fichamento dos textos escolhidos com posterior análise crítica e compuseram a revisão que ora passamos a apresentar, optando-se pelo materialismo histórico dialético, para compreender esta realidade.

## SAÚDE: DILEMAS CONTRA SUA EFETIVAÇÃO

Inserida na Seguridade Social, a saúde apresenta-se com uma particularidade em relação ao público de direito tendo em vista a sua universalidade. A ideia de universalidade remete o entendimento de que o Estado deve encarregar-se na criação de mecanismos para assegurar serviços de forma ilimitada. A particularidade da saúde se dá por não exigir contribuição para se ter acesso como na previdência, e não haver necessidade de comprovar

---

<sup>297</sup> Este artigo é fruto dos estudos, pesquisas e discussões realizadas no âmbito do Grupo de Estudos em Seguridade Social, Ajuste Fiscal e Fundo Público, do Serviço Social do IFCE/INSS.

baixa renda como na assistência social. Contudo, desde a década de 1990 a universalidade da saúde vem sendo atingida, tendo como consequência a separação de determinados serviços para os que podem pagar e outros para os que não têm condições de adquirir (SOUZA, 2014). Isso se caracteriza como a mercantilização do Sistema Único de Saúde e que será discutida no decorrer deste artigo.

Criado em 1988, o Sistema Único de Saúde que foi impulsionado pelo movimento da reforma sanitária tem como alicerce a universalidade. Contudo, apesar de legalmente estarem assegurados toda a população do país, há várias questões que implicam na concepção do SUS como uma política para os pobres. De acordo com Mendes e Weiller (2015) a renúncia fiscal é um dos determinantes da desconstrução da universalidade do SUS e foi principalmente durante os dois governos Lula e início do governo Dilma (2003-2012) que ela teve uma influência maior nos impactos ao Sistema Único de Saúde. Dessa forma, pode-se dizer que a regressão da universalidade do SUS se dá em razão da reconfiguração que o capital vem realizando para livrar-se de suas “crises”. De forma que, entre as várias medidas tomadas, o Estado se articula a partir de políticas de austeridade<sup>298</sup>, corte de gastos públicos e redução salarial para assim atender os interesses do capital.

Atentando para a atualidade é válido considerar os dados da auditoria cidadã da dívida<sup>2</sup> acerca da distribuição do PIB brasileiro onde mais de 40% é destinado ao capital financeiro para o pagamento de juros e amortizações da dívida externa e apenas pouco mais de 4% é direcionado à saúde. Isso indica que a forma como é distribuído o orçamento Federal do país reproduz o SUS não como uma política que abrange todas as pessoas, mas que ao passar do tempo vem caminhando para o atendimento mínimo à população que necessita, negando um direito social que é garantido na Constituição Federal de 1988, descumprindo assim, o seu papel de uma política universal. Assim sendo, por não cobrir o universal o SUS vem apresentando dificuldades no acesso dos usuários a política, no qual muitas vezes acaba funcionando de forma que seleciona o mais necessitado entre os necessitados, episódio que se presencia, por exemplo, nas filas de esperas de consultas, exames e cirurgias em que os usuários são obrigados a aguardar.

Acerca dos recursos direcionados a saúde enfatiza-se a redução ao longo dos anos, que notório, tem o papel do capital na busca de ampliação de seu desenvolvimento:

---

<sup>298</sup> A política de austeridade é utilizada quando o governo pretende equilibrar o déficit público por meio do corte de despesas, mantendo um equilíbrio entre gastos e arrecadação. Isso tem implicado no desfinanciamento das políticas sociais no Brasil.

[...] observamos que em 2003 o setor saúde respondeu por 22,2% do gasto tributário total, isto é, R\$ 32,3 bilhões. Essa participação foi decrescente ao longo do período, atingindo 11,7% em 2015. Essa redução se explica em boa parte pela ampliação das desonerações fiscais e previdenciárias promovidas pelo governo federal. (Ocké-Reis, s/d, p. 2037-2038)

De acordo com Mendes e Weiller (2015) a renúncia fiscal favorece a reprodução do sistema privado de saúde. Sob a imposição do Capital Portador de Juros, o Estado concede às empresas espaços de valorização que traz prejuízos ao financiamento do SUS e sua efetivação enquanto política de garantia de direito.

No período compreendido entre 1994 e 2011 vários eventos contribuíram na intensificação das tensões que ferem a universalidade do SUS. É relevante destacar a criação da Desvinculação da Receita da União, em 1994, permitindo o uso de recursos de políticas como educação e saúde – e demais políticas sociais – em outras despesas que o governo considere como prioritária, inclusive para o pagamento dos juros da dívida<sup>299</sup>. Sobre a DRU:

A DRU cumpre historicamente o papel de uma perversa ‘alquimia’ de transformar os recursos destinados ao financiamento da seguridade social em recursos fiscais para a composição do superávit primário e, por consequência, utiliza-os para pagar juros da dívida (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006). [...] todos os governos que passaram pelo Palácio do Planalto desde 1988 não transformaram o dito constitucional em ação efetiva. Pelo contrário, apropriaram-se das contribuições sociais destinadas para fins da seguridade social, utilizando-as para outras políticas de cunho fiscal, principalmente, o pagamento dos encargos financeiros da União (amortização e juros da dívida) e para a realização de ‘caixa’ visando garantir o superávit primário. (SALVADOR, 2017, p. 68)

484

Interessa notar ainda, a ameaça de reforma tributária iniciada em 2008 que, seguindo em tramitação no atual governo de Jair Bolsonaro, poderá dificultar mais ainda o acesso da população aos serviços do SUS, já que altera a forma do financiamento da Seguridade Social:

[...] por meio da extinção das contribuições sociais, tornando todas as fontes agregadas por somente três impostos: Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto do Valor Adicionado Federal (IVA), o que impediria a vinculação de recursos para a seguridade social. (MENDES; WEILLER, 2015, p. 494)

Devemos lembrar que, de acordo com o artigo 198 da Constituição Federal, o financiamento do Sistema Único de Saúde se dá “com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.” (BRASIL, 1988).

<sup>299</sup> Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2019/02/grafico-2018.pdf>. Acesso em: 13/12/19.



A proposta de reforma tributária cria o IVA, Imposto Sobre Valor Agregado, em substituição a alguns impostos como o COFINS<sup>300</sup> o que prevê a possibilidade do aumento das dificuldades no acesso aos serviços do SUS, previdência e assistência social, já que os impostos que têm como destino específico as políticas da Seguridade Social, não necessariamente terão como caminho a garantia de direitos à classe trabalhadora.

As políticas de ajuste neoliberal propõe a restrição econômica dos investimentos do Estado nas políticas sociais. O Estado brasileiro se encontra em crescente desmonte nas políticas de Seguridade Social, havendo uma desresponsabilização do governo diante das atribuições relativas a setores como saúde, assistência, previdência e educação. Assim, a ideia permeada pela ideologia neoliberal é que o Estado abandone seu papel de distribuidor de melhores condições de vida para a população e esta passe a ser responsável por proporcionar qualidade de vida, saúde e bem estar.

Nesse contexto de desmontes de direitos ocorre o aumento das desigualdades sociais, alargamento da pobreza e descrédito da população perante a oferta dos serviços públicos. É nessas circunstâncias que se encontra, nas últimas décadas, a Política de Saúde no Brasil. A “reforma” do Estado se baseia na minimização dos gastos sociais e na mercantilização dos direitos sociais, com isso, a política de saúde não está apartada das investidas neoliberais, sofrendo fortes restrições financeiras na distribuição dos recursos direcionados a essa política. Soares (2000) afirma que “os escassos recursos tem sido mal distribuídos, sem respeitar a heterogeneidade regional e as reais necessidades da população”.

Um dos argumentos utilizados para a efetivação das “reformas” nas Políticas de Seguridade é que a Constituição de 1988 tem sido um problema para a modernização e o crescimento econômico do país. Ademais, “o orçamento da Seguridade Social não vem sendo efetivado, pois se encontra submetido à política econômica favorecedora do ajuste fiscal” e da amortização dos juros da dívida externa. Para atender a vontade do grande capital, “o Estado mercantiliza a saúde e a previdência social, estimulando fundos e planos privados, e focaliza a assistência social.” (DAVI, 2010)

Portanto, fica claro que “[...] a formação e o desenvolvimento do sistema capitalista são impensáveis sem a utilização dos recursos públicos” (DAVI, 2010, p. 63). Os serviços sociais, na sociedade do capital e seu crescente ajuste fiscal, passam a ser focalizados e seletivos, agindo unicamente com o intuito de minimizar os conflitos sociais ocasionados pelo acirramento da pobreza.

---

<sup>300</sup> Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social: O COFINS é um imposto que se aplica sobre o faturamento mensal das empresas e se usa para o financiamento da Seguridade Social.

[...] prestigiando uma ideologia de proteção só para os ‘desprotegidos’, ou seja, as ações de proteção social advindas de recursos do Estado só focalizarão uma parte da população, logicamente aquela que se encontra abaixo da linha da pobreza, enquanto o resto da população encontrará sua proteção nas prateleiras e vitrines do livre mercado. (DAVI, 2010, 64)

Refletindo sobre a realidade anteriormente citada e trazendo para realidade que preconiza a política de saúde e o SUS<sup>301</sup>, notamos que as premissas previstas nesse programa de saúde deixam de ser aplicadas, quando ocorre da mercantilização, focalização e seletividade dos serviços. Fere a condição de oferta ao acesso integral, universal e gratuito, pois a população se vê na obrigação de buscar os serviços privados aptos a resolverem suas demandas.

Em relação à cobertura da população e aos fatores de risco que a acomete, o Brasil tem o maior sistema de saúde do mundo. Porém, esse sistema é permeado por inúmeras dificuldades, assim como expõe Mendes (2011, 493) *apud* Lima (2006): “[...] perversas desigualdades no acesso e utilização dos serviços (com prejuízo para os mais pobres), o mau atendimento, as filas dos leitos hospitalares, a demora para marcação de exames, inadequações entre o proposto no arcabouço jurídico-legal do SUS e a realidade dos serviços;” Mas, em contrapartida, segundo aponta Mendes (2011, 500) *apud* Lima (2006)

486

Possibilita a realização de transplantes de coração, acesso à hemodiálise, dispensação gratuita de medicamentos contra AIDS, muitas vezes não consegue garantir a distribuição de antibióticos ou a realização de consultas médicas básicas permitindo que pessoas se amontoem nas salas e espera das emergências sem atendimento adequado; traz a integralidade, mas é tratamento desumanizado, fragmentado e centrado nos procedimentos.

A realidade da saúde desarticulada, garantidora de direitos mínimos, não é por acaso. É difícil “fazer saúde” em um Estado que só prioriza aumentar as taxas de lucro do capital e utilizar a classe trabalhadora como reparadora de desastres históricos firmados, como é o caso da dívida pública. Por sermos um país dependente das superpotências mundiais, nosso crescimento é proporcionalmente estratégico, se configurando de forma “desigual e combinada<sup>302</sup>”. Isso resulta ao Brasil uma dependência externa com os países desenvolvidos.

<sup>301</sup> O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>. Acesso 06/12/19.

<sup>302</sup> A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky — que não se refere ao texto de Marx — é uma tentativa de explicar estas “modificações” e, por consequência, de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo. (LÖWY, 1995)

As mudanças propostas pelas ideias neoliberais demonstram uma necessidade cada vez maior de articulação da sociedade para que com isso haja uma superação dos desafios impostos por esse sistema, individualizante, degradante e desarticulador dos direitos sociais historicamente adquiridos. O sistema de Saúde é um direito de todos os brasileiros, sendo assim, a articulação desse povo na defesa do SUS e de seus ideais se faz cada vez mais necessário, porque, esse serviço tem condições de ser efetivado da melhor maneira possível, se houver os desmontes dos ideários neoliberais e a tomada de consciência da classe trabalhadora.

### **A MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE E SEUS IMPACTOS PARA O SUS**

O processo anteriormente analisado – em que se expressa a captura do fundo público que financia as políticas sociais, incluindo a saúde – é resultado dos impactos advindos da crise estrutural do capital e das políticas neoliberais em prática no Brasil desde os anos 1990, assim, resultando no crescimento das relações mercantilistas dentro do setor Saúde. Como consequência desse crescimento aprofunda-se a negação do direito à saúde como sendo de acesso universal, mediante a produtividade e lucratividade de um sistema de saúde privado.

A legislação do SUS, através da lei 8080/1990, em seus arts. 24 e 26, possibilitou a ampliação de serviços privados dentro do SUS, principalmente nos setores mais rentáveis como a média e alta complexidade. Porém, essa flexibilização da atuação privada dentro do SUS que supostamente traria melhorias nos serviços, não tem tido essa funcionalidade na prática, pois como já pudemos observar a privatização dos serviços não implica na melhoria da qualidade dos mesmos.

Atualmente, cerca de 75% da população brasileira faz uso exclusivamente do SUS, onde é investido anualmente R\$ 103bi, enquanto a saúde suplementar atende apenas 25% da população e tem um investimento de cerca de R\$90,5 bilhões por ano. Essa discrepância em valores de investimento demonstra o quanto a cultura de valorização do privado em detrimento do público é favorecida em nosso país. Vale salientar que mesmo que parte da população tenha condições de adquirir planos privados de saúde, tem também direito ao atendimento pelo SUS, considerando-se que um de seus princípios é a universalidade.

O crescimento do setor privado da saúde é preocupante, juntamente com a má qualidade dos serviços prestados. De acordo com dados da Agência Nacional de Saúde



Suplementar (ANS, 2019)<sup>303</sup>, as operadoras de planos de saúde que administraram o mercado nacional durante os anos de 2008 a 2017 tiveram a receita acumulada de R\$ 1,01 trilhão. Sendo que apenas em 2017 foram faturados R\$ 179 bilhões pelas operadoras de planos de saúde. Com isso, torna-se evidente que a mercantilização da saúde estabelece um negócio bilionário no Brasil.

Em contraponto a essa valorização do setor privado de saúde há um projeto de privatização do SUS pautado no sucateamento dos serviços públicos oferecidos gratuitamente. Enquanto o SUS necessita de mais investimento se tem a aprovação da Emenda Constitucional N.º 95/2016 que congela o teto de gastos sociais por 20 anos e ameaça a efetividade dos serviços prestados pelo SUS fazendo com que aumente a procura pelos serviços privados e assim se justifique a falta de investimentos na saúde pública.

Vale ressaltar que estamos vivenciando um período de crise no qual o aumento da taxa de desemprego é constante e boa parcela da população já não tem mais condições de pagar um plano privado, sem a assistência suplementar essas pessoas voltam não só a usar os serviços públicos de saúde, como passam a depender exclusivamente dele. Assim, esse sucateamento do SUS passa a atingir também a seguridade social, pois mais pessoas doentes e não atendidas, significa mais pessoas necessitando de atenção socioassistencial e previdenciária.

Considerando que a saúde é um serviço público indispensável à existência digna do ser humano e que o processo de mercantilização é inerente ao sistema capitalista, os ataques a este setor tornam-se lucrativos ao grande capital que, por sua vez, não investe em serviços de qualidade, mas objetifica as pessoas para que possa cada vez obter lucros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões conduzidas a partir da elaboração do presente constructo teórico denotam a urgência de se pensar estratégias que garantam o funcionamento do Sistema Único de Saúde mediante seu princípio de universalidade, de forma que o mesmo possa assegurar e ofertar os serviços que estão propostos em sua regulamentação. Considerando que o SUS, apesar de sofrer um intenso processo de desmonte e precarização, continua sendo o sistema de saúde com o maior número de atendimentos em relação ao sistema de saúde privado. É diante de tal afirmativa e por ser uma política de acesso gratuita, que o Estado neoliberal tem

---

<sup>303</sup> Dados extraídos do portal da ANS. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

apresentado várias investidas na perspectiva de desregulamentação do mesmo, uma vez que se desresponsabiliza da sua função de garantidor das políticas públicas e passa a reduzir ou desviar o investimento que deveria pertencer ao SUS para setores da economia, por exemplo, o pagamento dos juros da dívida pública – que alimenta a financeirização do capital.

Em virtude dos fatores supracitados e somando-se outros elementos que interferem e determinam o funcionamento do Sistema Único de Saúde, é imprescindível destacar os processos de mercantilização e privatização do sistema de saúde, processos estes que refletem diretamente na saúde dos usuários que necessitam do mesmo. Assim como, observar neste ensaio que há tempos tem ocorrido a transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil que se percebe obrigada a buscar cotidianamente estratégias para suprir essa carência do SUS, principalmente através de serviços ofertados filantropicamente.

Mediante a análise realizada a partir dos estudos de diferentes autores, bem como dos dados disponibilizados em vários órgãos e expostos no presente artigo, compreendemos que o Sistema Único de Saúde é extremamente importante para a maior parte da população, visto que a mesma depende dele para fazer os mais diversos tratamentos de saúde. Em face do mencionado, infere-se que para superar esses processos faz-se necessário que o Estado assumira suas funções, operacionalizando investimento em políticas que assegurem a manutenção e ampliação do SUS, atendendo o que está proposto na legislação e fornecendo os serviços adequados aos usuários. É preciso lutar contra a ofensiva do capital financeiro sobre o fundo público no âmbito do Estado brasileiro, pois ele é quem tem perturbado as políticas sociais, incluindo a saúde.

## REFERÊNCIAS

ANDREAZZI, M. F. S. O público e o privado na atenção à Saúde: notas para uma caracterização de trajetórias e desafios no Brasil. IN: BRAVO, M. I. S; MENEZES, J. S. B. (Orgs.) **Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012.

DAVI, J. et al. A Seguridade Social em tempos de crise do capital: o desmonte de seu orçamento. **SER Social**, v. 12, n. 26, p. 59-87, 2010.

FIGUEIREDO, J. O. et al. **Gastos público e privado com saúde no Brasil e países selecionados**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe2/0103-1104-sdeb-42-spe02-0037.pdf>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista outubro**, v. 1, n. 01, p. 70-80, 1995.

MENDES, J. M. R. Et al. Gestão na saúde: da reforma sanitária às ameaças de desmonte do SUS. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 2, p. 331-344, 2011.

SOARES, L. T. As atuais políticas de saúde: os riscos do desmonte neoliberal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 53, n. SPE, p. 17-24, 2000.

MENDES, Á; W, J. A. B. **Renúncia fiscal (gasto tributário) em saúde: repercussões sobre o financiamento do SUS.** SAÚDE DEBATE, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p.491-505, 2015.

SOUSA, A. M. C. **Universalidade da saúde no Brasil e as contradições da sua negação como direito de todos.** R. Katál, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 227-234, 2014.

SALVADOR, E. S. **A Desvinculação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal:** instrumento de apropriação do fundo público pelo Capital Portador de Juros. Advir, 2017.

OCKÉ-REIS, C. O. **Sustentabilidade do SUS e renúncia de arrecadação fiscal em saúde.** Ciência & Saúde Coletiva, p. 2035-2042, 2018.



## O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CAPS FRENTE ÀS RUPTURAS E CONTINUIDADES DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Francisca Raquel de Oliveira<sup>1</sup>

Sinara Kelly Cardoso Menezes<sup>2</sup>

Sylvia Ferreira Miranda<sup>3</sup>

Vitória Lima da Costa<sup>4</sup>

Adriana Alves da Silva<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o exercício profissional dos assistentes sociais nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) frente as rupturas e continuidades da política de saúde mental no Brasil, como forma de garantir direitos aos usuários na busca pela construção da cidadania e autonomia, estimulando a integração social e familiar.

491

**Palavras – Chave:** Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Política de Saúde Mental. Assistentes Sociais.

### INTRODUÇÃO

Para termos uma melhor reflexão sobre o exercício profissional dos assistentes sociais nos CAPS frente as rupturas e continuidades da política de saúde mental no Brasil é importante salientarmos alguns elementos sócio - históricos relacionados a trajetória da

---

<sup>304</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, raquelquixelo@hotmail.com;

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, sinaramenezes01@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, sylviacombs\_rcc@hotmail.com;

<sup>4</sup> Graduando do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, vitorialima001@hotmail.com;

<sup>5</sup> Professor orientador: titulação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, adriana\_as\_ce@hotmail.com

Política de Saúde Mental, e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), no Brasil, trajetória esta, marcada por discursos e ações estigmatizantes, discriminatórias e excludentes, nas quais configuram uma violação de direitos aos indivíduos com algum tipo de transtorno mental.

Ao longo da história, a loucura sempre esteve atrelada a ideia de segregação, punição, ao conceito de “anormalidade”, entre outros. O Estado tinha autorização legal para “corrigir” e isolar esses indivíduos, no sentido de que o tratamento a estes sempre foi marcado por uma cultura de asilamento, confinamento em hospitais psiquiátricos baseados num discurso de <sup>305</sup>“cuidar” no qual cada vez mais legitimavam tais práticas isolando os sujeitos da vida política, jurídica, familiar e dentre outros. Com a emergência do modo de produção capitalista, tais estigmas se acirram tanto pelo discurso ideológico de loucos, como pela intensa transformação e exploração da força de trabalho que acabou desencadeando transtornos mentais nos indivíduos que eram o alvo do capital, os produtores da mais valia. E dentro dessa lógica de acumulação capitalista sob a proteção legítima do Estado, é preciso compreender que até o cuidado de forma asilado entra como mercadoria, ou seja, hospitais e manicômios que se constituem como mecanismos do “cuidado”, revelam o caráter de exclusão violando os direitos dessas pessoas.

Somente no século XX, o asilamento dos sujeitos com transtornos mentais foi substituído pelo cuidado na comunidade, vindo neste processo as instituições asilares como manicômios e hospitais psiquiátricos a serem demolidas. Neste processo o Assistente Social trouxe grandes contribuições, auxiliando a família e o usuário na garantia de direitos a assistência médica e medicamentosa com apoio familiar. Não obstante, nos últimos anos percebe-se retrocesso a esses direitos, vindo a ser disseminado na sociedade a ideia do retorno dos manicômios. É diante desta realidade que o presente estudo se justifica, assim objetivamos discutir a política de saúde mental, bem como seus retrocessos e reflexos no trabalho do Assistente Social.

## DESENVOLVIMENTO

O Movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, que tomou força na segunda metade dos anos 70, mais especificamente em 1978, como destaca Vasconcelos (2002), devido aos intensos movimentos sociais bem como o acelerado processo de redemocratização, foi a base para garantir uma nova direção, política, crítica e social aos sujeitos com transtornos mentais

como direito fundamental do cidadão. Este movimento apresenta como influência ideologias propagadas no contexto internacional. Uma das influências importantes que podem ser destacadas é a figura do médico psiquiatra italiano Franco Basaglia, que condenou o modo com que eram tratados os pacientes das instituições psiquiátricas, muitas vezes pautados em práticas violentas. Dessa forma inaugura um novo estatuto social para os indivíduos com transtornos mentais, visando formas de sociabilidades inclusivas, participativas e sobretudo humanizadas na comunidade em que vivem.

É no horizonte da busca por essa nova forma de sociabilidade pautada na garantia de direitos, e no acesso a saúde universal e integral que o Serviço Social passa a atuar na Política de Saúde Mental. Em verdade o movimento de Reforma Psiquiátrica bem como a nova direção do Projeto Ético e Político da Profissão inaugurado com o Código de Ética do (da) Assistente Social em 1993, articulados constituem garantias no sentido de que esses profissionais são requisitados para elaborar respostas no âmbito das políticas públicas de saúde de forma a afirmar a assistência a esses indivíduos.

O movimento de Reforma Psiquiátrica inserido na Reforma Sanitária contribuiu para a garantia do direito à saúde mental, através da Lei da Reforma Psiquiátrica, a lei Federal 10.216/2001, por esta lei os hospitais psiquiátricos, manicômios e outros espaços de “cuidado”, foram substituídos por instituições como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) que possibilitam uma maior aproximação dos pacientes da saúde mental com a sociedade. Nesse processo, os/as assistentes sociais bem como os demais profissionais da saúde desenvolveram estratégias compartilhadas para integrar as pessoas tanto em sofrimento mental quanto pelo uso problemático de substâncias psicoativas a comunidade.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), tem valor estratégico na produção de ações em saúde mental, uma vez que, este dispositivo demonstra potencialidades promissoras quanto ao processo de descentralização da assistência à saúde mental, porém essas unidades de saúde têm sofrido retrocessos. Cabe lembrar, que com a da Constituição de 1988 as políticas sociais e públicas no nosso país vivenciaram progresso, não obstante elas em seguida foram mergulhadas numa conjuntura de retrocessos e contrarreformas sob a égide da ofensiva neoliberal, se tornando fragmentadas, precarizadas comprometendo o funcionamento da rede de proteção social não só da saúde mental, mas de toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS), através de privatizações e financiamentos.

Ressalta-se que depois de um recessivo período, avanços nos anos 2000 podem ser constatados, sobretudo nos governos do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma),



mergulhando novamente na atualidade numa era obscura antidemocrática, conservadora e centralizadora, na qual cogita a possibilidade de volta dos manicômios, representando um ponto negativo e regressivo da política em relação aos anos anteriores, resultando assim, em violação dos direitos sociais e individuais duramente conquistados.

Dessa forma, o exercício profissional do/da Assistente Social dentro do espaço do CAPS se orienta pela análise e leitura de realidade como: o tipo de instituição, a sua história, a organização da equipe, a configuração dos processos de trabalho, dentre outros. Suas ações são realizadas de forma a sempre ter em vista a realidade cotidiana.

Rosa e Lustosa (2012) ao tratar da inserção do assistente social no campo da atenção psicossocial ressaltam que há vários tipos de CAPS inclusive alguns em que o assistente social não compõe a sua equipe, mas independentemente do tipo de CAPS não está na responsabilidade ou função deste profissional a realização de terapias em 2010 CFESS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL), dispor sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao exercício do profissional de assistente social.

Vale ressaltar que a proibição se dá na realização de terapias e não de “práticas terapêuticas” pelo assistente social. No entanto, quando nos referimos as “práticas terapêuticas” devemos considera-las numa perspectiva ampla, todo usuário cadastrado no CAPS precisa de um Projeto Terapêutico Singular que é composto por todas as atividades prestadas por cada profissional da equipe, sendo nessa perspectiva, consideradas terapêuticas todas as práticas profissionais exercidas para promoção da saúde mental, estando incluídas nestas o serviço social.

Também na Resolução CFESS 569/2010 e nos parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na saúde (CFESS, 2010), identificamos que o assistente social, estando em qualquer área, principalmente, na área da saúde, realiza ações semelhantes a de qualquer outro profissional de equipe, o que o diferencia é a necessidade de acessar conhecimentos teórico-metodológicos específicos para responder a cada demanda de forma particular, dentro de cada modalidade de atenção. De acordo com os parâmetros de atuação do/a Assistente Social na Política de Saúde (CFESS, 2010), destacamos as principais ações desenvolvidas nos CAPS, tais como:

- a) **Ações Socioassistenciais** – Acolhimento, atendimentos sociais individuais e familiares, visitas domiciliares e visitas institucionais. No que diz respeito aos atendimentos sociais, o profissional com todo o conhecimento que é específico da profissão, exercerá tais ações embasadas pelo conteúdo teórico-metodológico da sua formação profissional, com a abordagem e linguagem específica da profissão. Nesse

espaço o assistente social construirá os instrumentais específicos para os atendimentos sociais, a exemplo de uma entrevista, parecer social ou mesmo um estudo social. Nos demais casos seguem-se instrumentos padronizados, onde todos os registros dos pacientes devem ser escritos em um prontuário de forma objetiva e que não exponha a vida particular do usuário.

- b) **Ações de Articulação com a Equipe de Saúde** – São exercícios interdisciplinares, mas o assistente social tem habilidades e competências que o diferencia no processo de articulação e inserção na rede de serviços de saúde e as demais políticas setoriais. Essas competências vão desde a capacidade de articular os diversos serviços públicos e privados, além de promover processos de organização e participação popular dos usuários na área dos direitos sociais.
- c) **Atendimentos Socioeducativos** – Grupo de direitos sociais, grupos de família, grupos socioeducativos, grupo de artes e atividades socioculturais. No que se refere ao grupo de direitos sociais nos serviços de saúde mental e, especificamente no CAPS, esta tem sido uma prática de forma específica do/a assistente social, assim como, também reconhecida pelos demais profissionais. Já nos demais tipos de atividades grupais há a participação de um ou mais profissionais de formações diferentes.
- d) **Mobilização e Participação Social** – De forma ampla as ações que envolvem o fortalecimento do controle social democrático e da participação popular são instrumentos bem conhecidos da formação profissional do/a assistente social. Há também o envolvimento em atividades de articulação, formação e assessoria aos conselhos locais, regionais e municipais de saúde, bem como a organização e o fortalecimento da participação dos usuários em assembleias gerais, fóruns, conferência e demais espaços políticos.
- e) **Investigação, Planejamento e Gestão** – Linhas de pesquisas, elaboração de estudos, relatórios e pareceres sociais, registros de informações em protocolos especializados, reuniões setoriais e interdisciplinares. Sendo no espaço do CAPS e saúde mental, lugar propício para se desenvolver processos investigativos necessários ao desenvolvimento de uma prática profissional crítica e competente, não apenas na área de pesquisas mais também para desenvolvimento de abordagens individuais e grupais qualificadas, seja do ponto de vista da prática do assistente, seja da atuação interdisciplinar. Pelo o fato do/a assistente social apresentar conhecimentos em relação aos diversos serviços tanto na área de saúde mental como em relação a organização e operacionalização das

políticas setoriais, isso o fortalece na condição de possível gestor dos serviços das políticas de saúde mental.

- f) **Assessoria, Qualificação e Formação Profissional** – Supervisão de estágio acadêmico, preceptoria das Residências Multiprofissionais, assim como de Programas PET Saúde, dentre outras possibilidades neste eixo de ação. Os CAPS tem sido um espaço de qualificação e formação profissional tanto no que se refere a busca de estudantes de graduação e pós-graduação para vivências de estágio como para realização de pesquisas.

É importante salientar que além das dificuldades enfrentadas diante das conjunturas posta, ora de progressos, ora de retrocessos, temos os desafios dentro da própria atuação profissional nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), isto é, na Política de Saúde Mental como todo. Dentre esses desafios, destaque se faz ao fato da formação acadêmica não contemplar muitas vezes um diálogo com a política de saúde mental, situação que dificulta o fazer desses Profissionais nos espaços de atuação, pois a falta de investimentos no campo da saúde mental dentro da formação acadêmica do Serviço Social, vai incidir na dificuldade de incluir esse tema na operacional da política, gerando um enorme empobrecimento para os assistentes sociais e consequentemente para o usuário. Essa perspectiva muitas vezes faz com que alguns/algumas assistentes sociais acabem lidando com essa questão dentro senso comum, nas quais o certo seria levantar questões técnicas e éticas.

Outro desafio que podemos destacar e digamos que marca e confunde a atuação desses profissionais nos espaços de saúde mental é o fato do caráter psicologizante atribuído a formação no período da Ditadura Militar, mais especificamente em uma das vertentes do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, a Reatualização do Conservadorismo, no qual esses profissionais eram requisitados com o intuito de sanar os “problemas psicológicos” dos indivíduos, sejam eles relacionados a família, sociedade trabalho e entre outros, que o/a assistente social era o/a responsável por reconstituir os elos destruídos. Esse fator reflete negativamente no fazer profissional ainda hoje no sentido de deslocar a verdadeira contribuição dos/das assistentes sociais inseridos nesses espaços, que não estão para realizarem “terapias”, como já mencionado anteriormente, e sim como promotores de direitos, promovendo a cidadania dos indivíduos com transtornos mentais ou que fazem uso de substâncias psicoativas.

Nesse sentido hoje, pelo fato dos valores e os compromissos éticos da profissão estarem em consonância com os princípios da Reforma Psiquiátrica, bem como a efetivação da Política de Saúde Mental tendo o/a assistente social inserido, nos remete a um processo



contínuo de luta e resistência, pautados na defesa rígida dos Direitos Humanos, sobretudo porque não se pode eliminar as correlações de forças existentes na sociedade, considerando todo o cenário macrossocial dentro da lógica do modo de produção capitalista, ou seja, há implicações nesse cenário principalmente quando o capital entra em crise, por isso é na perspectiva de enfrentamento às refrações da “questão social”, que o fazer dos/das profissionais serão norteados, é considerando os espaços de conflitos, fragilidades sociais e existenciais, discriminação, preconceitos e entre outros que age o assistente social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Complementando o conteúdo apreendido, e as discussões fomentadas, sobre a saúde mental aqui disposta trazemos neste item a contribuição do exercício profissional do Assistente Social no CAPS dentro da nossa realidade em Iguatu/CE.

- O CAPS II de Iguatu compõe a Rede de Saúde Mental da região, onde faz atendimentos no município de Iguatu e ainda atende a mais nove municípios. Em Iguatu, a rede é composta da seguinte forma:

<b>CAPS III</b>	São CAPS para atendimento diário e noturno de adultos, durante sete dias da semana, atendendo à população de referência com transtornos mentais severos e persistentes.
<b>CAPS AD</b>	É uma unidade de saúde que presta atendimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas e também de seus familiares. A unidade é fruto de um convênio entre a Prefeitura e o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde.
<b>CAPS i</b>	Atendimento a crianças e adolescentes, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, atende cidades e ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes.

497

- A rede conta ainda com a Residência Terapêutica que está vinculada ao CAPS III.
- A rede é composta por três Assistentes Sociais residentes, uma para cada unidade.
- Dentre os exercícios desenvolvidos pelos Assistentes Sociais, destacamos a garantia de direitos políticos, sociais, interação familiar, e todos os direitos do usuário. Ainda podemos citar como exercício deste profissional a articulação com a rede de saúde, rede comunitária, ações sócio educativas com os familiares, visitas em grupo, individual ou coletiva.
- No que se refere aos desafios atuais citamos a falta de contribuição das famílias em relação ao usuário, falta de transporte para atendimentos domiciliares e a luta contra a lei do atual governo que tenta implantar novamente o tratamento a esses usuários por meio de choques e manicômios

Sabe-se que antes a forma de tratar as pessoas com problemas psíquicos era trancar em um “quartinho”, colocando em manicômios. Um dos pontos mais difícil é a contribuição da família em relação ao usuário, onde muitas vezes falta a compreensão e paciência tendendo a família a levar o usuário ao CAPS porque não aguenta mais ou porque quer uma resposta, quer que o Assistente Social dê um jeito. E isso embate diretamente na questão do imediatismo, de ter uma resposta pronta, sem deixar que o Assistente Social analise pela perspectiva da totalidade, levando em consideração o contexto histórico, político, social e econômico do usuário. Constata-se que a questão do preconceito é algo estrutural dentro da sociedade, pois onde estamos vivendo um contexto em que muitas pessoas passam por dificuldades, entrando em depressão. E para a sociedade a depressão passou a ser algo “romântico”, aceitável, onde todos falam se buscam maior aceitação, mas a pessoa com problemas psíquicos é tida como louca, onde as pessoas a sua volta não querem ter contato e busca de alguma forma se livrar daquela situação.

Esse avanço em que as pessoas deixam de ser tratadas através de choques, no isolamento, e passam a ser tratadas de outra maneira, (mesmo que somente de forma física porque na mente de muitas pessoas, o usuário ainda deve ser trancado e isolado) já tende com força a regredir nessa conquista devido o atual governo que está centralizando a lei de novo, nos hospitais psiquiátricos. É muito difícil conscientizar que o ser humano com problemas psiquiátricos não é um louco, que ele não deve ser privado de sua liberdade, de suas escolhas, do convívio com as pessoas. Isso é algo que deve ser construído no cotidiano, desconstruindo certas brincadeiras.

Têm-se duas formas de cuidar dessas pessoas, ou a família consegue construir o pensamento de que é apenas uma pessoa que passa por problemas, mas tem seus direitos ou essa pessoa será trancada dentro de sua própria casa, com grades nas janelas e aquela família faz da sua casa um manicômio. E muitas vezes dentro da realidade em que vivemos levam essas pessoas até o CAPS e ele é encaminhado ao Assistente Social, como se ele fosse um problema específico do Assistente Social ao invés de um caso em que necessite do empenho de toda a equipe multiprofissional que trabalha naquela instituição.

Uma grande dificuldade tem sido lutar contra o tratamento por meio de choques porque o governo está disponibilizando verbas para os municípios nesse intuito e onde tem verba sabemos que a disputa é grande, porque muitos municípios querem se apropriar das verbas para outros benefícios, e isso acaba sendo uma “mão na luva”. Como também tem residentes que torcem por isso, sem basear seu trabalho na lógica comunitária e sim na lógica hospitalar como algo central.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante as discussões e reflexões aqui expostas, consideramos que o fazer do/da assistente social na Saúde Mental é atravessada por uma série de determinações, uma vez que, numa sociedade capitalista, com tantas desigualdades sociais como no Brasil, as manifestações da questão social apresentam – se multifacetadas, no sentido de que o/a profissional deve ter uma estrutura teórico – crítica, metodológica e operacional para lidar com isso, refletindo as determinações universais (totalidade), singularidade e particularidade, as quais relacionam o indivíduo a sociedade, em outras palavras, as condições de sobrevivência destes. É por esse motivo que a atuação do/da assistente social nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), é determinada pelo histórico de cada usuário, lugar, aspectos econômicos, sociais, culturais e entre outras, pois este fazer deve sempre está ancorado aos princípios do Código de Ética da profissão e as concepções elencadas na Reforma Psiquiátrica, fortalecendo o aspecto crítico e reflexivo da atuação profissional, objetivando a exclusão de juízos baseados no senso comum, garantindo assim a defesa dos direitos de cidadania, dignidade e entre outros.

É importante salientar como já mencionado mas fortalecendo mais uma vez, os retrocessos que estamos presenciando frente a uma conjuntura conservadora e reacionária, na qual há uma luta em pauta pela volta dos manicômios, uma reconfiguração do capital, frente a um processo de flexibilização produtiva, resultando em mudanças no mundo do trabalho, entendendo que tais mudanças afetam significativamente a vida das pessoas, sobretudo da classe trabalhadora, onde nesse cenário estão desprovidas de direitos trabalhistas, postos de empregos e etc., Cabe a nós compreendermos que diante da atual conjuntura, os efeitos desse processo tornam – se ainda mais agressivos, pois há um sistema de financeirização alimentando as grandes fortunas através do lucro resultante de juros, um capital que necessita de subsídio do Estado buscando isso na apropriação do Fundo Público, isto é, o uso dos recursos da Seguridade Social para amortização e pagamentos de dívidas, em outras palavras a capitalização dos recursos que deveriam ser usados no fortalecimento das políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social. E quais consequências na Política de Saúde Mental? Inúmeras! Além da ideia de manicômios há um sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), o corte de recursos para esses dispositivos como os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e tantos outras consequências.

Portanto é no horizonte da luta e resistência, bem como direitos, que deve ser pautada a atuação dos/das assistentes sociais, frente a Saúde de Mental com ênfase nos CAPS,



construído uma unidade com os demais profissionais dentro das suas limitações e competências, de forma crítica e reflexiva.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BISNETO, J. A; NICÁCIO, E.M. (Orgs) **A prática do assistente social na saúde mental**. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. In: Revista Temporalis. Ano II, nº03 (janeiro – junho). Brasília: ABEPSS Graflin, 2001.

## SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: OS ENTRAVES QUE IMPEDEM A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO SUS

Cícera Barbosa dos Santos<sup>306</sup>  
Elieuda Maria Vieira de Araújo<sup>307</sup>  
Francisca Selma de Araújo da Silva<sup>308</sup>  
Renan Barbosa Felix<sup>309</sup>  
Satyla Medeiros Barreto<sup>310</sup>  
Adriana Alves da Silva<sup>311</sup>

### RESUMO

O presente trabalho discute o acesso ao Sistema Único de Saúde e busca identificar os entraves para a universalização deste sistema. Resgata os princípios e o arcabouço legal instituído na Constituição Federal e Leis Orgânicas 8.142. E 8.090. Conclui que na atualidade o acesso aos serviços e assistência em geral de saúde não tem sido garantido podendo comprometer e ameaçar a continuidade do princípio de universalização. Alerta para a necessidade de resistência dos trabalhadores para que o SUS não acabe.

**Palavras-chave:** Acesso. Universalização. SUS.

### INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído na Constituição Federal de 1988, e sua materialização está expressa em Lei Complementar, intitulada lei orgânica composta das leis, 8.080/90 e 8.142 ambas sancionadas no ano de 1990.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo e atende a todos os brasileiros sem qualquer distinção de raça, credo ou classe social, oferecendo serviços de saúde gratuitos e de qualidade seja nos níveis primários, secundários ou terciários de saúde. Pelo SUS, consultas médicas, exames, internações, vacina, transplantes, assistência oncológica além de ações de promoção da saúde e de prevenções de doenças são garantidos a todos que precisem.

Mesmo com toda essa disponibilidade de ações e serviços para toda a população o SUS tem enfrentado na atualidade graves problemas, dentre os quais falta de leitos nos hospitais, aparelhos de RX e imagens quebrados, laboratórios interditados, falta de médicos

<sup>306</sup> Graduanda em Serviço Social – IFCE. E-mail: [cicinha36@gmail.com](mailto:cicinha36@gmail.com).

<sup>307</sup> Graduanda em Serviço Social – IFCE. E-MAIL: [elieudavieira@hotmail.com](mailto:elieudavieira@hotmail.com).

<sup>308</sup> Graduanda em Serviço Social – IFCE. E-mail: [selmaaraujo199@8otlook.com](mailto:selmaaraujo199@8otlook.com).

<sup>309</sup> Graduando em Serviço Social – IFCE. E-mail: [renan.felixb@gmail.com](mailto:renan.felixb@gmail.com).

<sup>310</sup> Graduanda em Serviço Social – IFCE. E-mail: [satyla.barreto26@gmail.com](mailto:satyla.barreto26@gmail.com).

<sup>311</sup> Doutora em Educação pela UFC, Docente EBTT do Curso de Bacharelado em Serviço Social do IFCE, Campus Iguatu.

nos prontos socorros de saúde, trazendo dificuldades para grande número de família que precisa de assistência médico hospitalar.

Em verdade o descaso com a saúde pública no Brasil tem se tornado um verdadeiro martírio, a insuficiência de profissionais, infraestrutura precarizada e superlotação são algumas das mazelas do sistema fragilizado. Dentre as causas desse caos destaque pode ser dado a corrupção e mau uso dos recursos públicos provocando problemas como grandes demanda de pessoa em fila de espera por atendimento, exames, medicamentos, leitos para internamento, algumas delas não conseguindo atendimento e falecendo, não pela doença, mas pela falta de atendimento.

Muitos especialistas no assunto, no entanto, observam que o problema da saúde no Brasil não é apenas de financiamento, mas também de gestão dos recursos. Não obstante a promessa de atender a todos, o Brasil é um dos países que menos investe em saúde: menos de 490 dólares por habitante em 2012.

Apenas 3,6% do orçamento do governo federal foram destinados à saúde em 2018. A média mundial é de 11,7%, segundo a OMS. Essa taxa é menor do que a média no continente africano (9,9%), nas Américas (13,6%) e na Europa (13,2). Na Suíça, essa proporção é de 22% (REVISTA VEJA 2018).

Como é possível perceber, apesar da promessa de atender a todos, o Brasil é um dos países que menos investe em saúde: menos de 490 dólares por habitante em 2012. Para a presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde; “Não podemos manter o Sistema Único de Saúde com a missão para a qual ele foi criado com esse volume de recursos”. É preciso buscar um atendimento digno e humanizado para toda a população (REVISTA VEJA, 2018, P.01).

Todo esse processo de fragilização do SUS tem impactado no acesso da população aos serviços, bem como na própria existência do sistema de forma gratuita, integral e equitativa. Impacta também na qualidade de assistência, uma vez que a população desassistida e sem recursos para buscar atendimento no setor privado, amplia a situação epidemiológica das doenças.

Diante do exposto e compreendendo que SUS em si é uma política pública com princípios amplos e diretrizes de atenção a todas as demandas daqueles de quem dele necessita, porém nos últimos anos seu atendimento tem deixado a desejar comprometendo a saúde da população, no presente artigo buscamos refletir e discutir a saúde pública no Brasil,



identificando os entraves que impedem a universalização do acesso e consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS.

Para alcance desse objetivo, resgatamos a história de implantação e desenvolvimento do SUS, bem como os retrocessos que tem vivenciado esse sistema nos últimos anos. A ideia é a defesa desse sistema para que seus princípios como universalidade, integralidade, equidade, regionalização, calcados no atendimento integral e gratuito e na participação da comunidade nas ações de assistência sejam realmente efetivados.

## **SUS: UM SISTEMA DE ACESSO UNIVERSAL E ATENÇÃO INTEGRAL**

A Constituição Federal de 1988 consagrou a saúde como "direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença e de outros agravos e possibilitando o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação" (BRASIL, 1988).

Para materialização deste preceito constitucional foi criado o Sistema Único de Saúde, resultado de uma política social e universalista, que tem a Constituição Federal e as Leis nº 8.080 e nº 8.142, ambas de 1990, como sua base jurídica, constitucional e infraconstitucional (BRASIL, 2007).

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde dispõe acerca das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes, mostrando de forma clara os objetivos do SUS, suas competências e atribuições, assim como as funções da União, dos Estados e dos Municípios (BRASIL, 1990).

A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde (Brasil, 1990).

Após a promulgação destas leis o SUS foi implantado, sendo ao longo da década de 1990, verificada uma grande aceitação dos municípios pela municipalização, a qual pode ser explicada pelo interesse em aumentar a renda orçamentária de suas receitas, o que é perceptível quando, no ano de 2000, 99% dos municípios estavam habilitados no Sistema Único de Saúde (ARRETCHE, 2002).

O SUS tem sua materialização baseada no conceito ampliado de saúde da Organização Mundial de Saúde, "saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não

somente a ausência de doença", envolvendo questões como emprego, lazer, educação, moradia, saneamento, entre outras (WHO, 1946).

São três os princípios doutrinários que conferem legitimidade ao SUS a universalidade, a integralidade e a equidade. A universalidade está ligada a garantia do direito a saúde por todos os brasileiros, o significado deste princípio é extremamente relevante para a consolidação da democracia, outro princípio fundamental é integralidade. Tal conceito parte da ideia de que existem várias dimensões que são integradas envolvendo a saúde do indivíduo e da coletividade.

A integralidade da atenção corresponde a um dos grandes desafios do SUS e diz respeito a tratar cada pessoa como um ser indivisível e integrante de uma comunidade. Para tanto ações de promoção, proteção e recuperação da saúde devem ser vistas como um todo indivisível que não pode ser compartimentado, já às unidades prestadoras de serviço, com seus diversos níveis de atenção à saúde, Básica, secundária e Terciária, devem formar uma unidade configurando um sistema capaz de prestar assistência integral (BRASIL, 1990).

Da mesma forma, a equidade como princípio complementar ao da igualdade significa tratar as diferenças em busca da igualdade. Assim este princípio veio ao encontro da questão do acesso aos serviços, acesso muitas vezes prejudicado por conta da desigualdade social entre os indivíduos. Neste sentido false prioridade no acesso as ações e serviços de saúde por grupos sociais considerado mais vulnerável do ponto de vista sócio econômico, portanto a saúde como “um direito de todos e dever do Estado’.

O SUS procura ter ações continua no sentido da promoção da proteção, da cura e da reabilitação, esse princípio orienta a expansão e qualificação das ações e serviços do SUS que ofertam desde um elenco ampliado de imunização até os serviços de reabilitação física e mental além das ações de promoção da saúde de caráter nacional intersetorial.

O SUS que temos hoje trouxe um grande avanço para a saúde pública da população brasileira. Explica o doutor Jairnilso da Silva Paim em uma entrevista ao Intituto Humanista Unisinos que o Sistema Único de Saúde SUS é algo muito além de uma política de saúde pública, na verdade é um sistema público, e não um sistema de saúde .

A explicação do Dr. Paim (2018) refere-se à potencialidade do SUS que não se limita as questões de agravos biológicos, mas melhoria da qualidade de vida em geral, uma vez que é possível constatar que com o advento do SUS, houve reduções significativas das taxas de mortalidade por doenças transmissíveis por causas evitáveis, da morbimortalidade materno-infantil e da desnutrição infantil, ampliação da expectativa de vida da população, passando de

68,4 anos, em 1990, para 75,2 anos, em 2016, além de tantas outras conquistas alcançadas com o advento deste sistema.

Com efeito, no Brasil foi empreendida a descentralização de atribuições de recurso, ampliando ofertas, acesso aos serviços de saúde pública. No ano de 2000, a Emenda Constitucional 29 determinou que os municípios investissem em saúde pelo menos 15% do que arrecadam, e os estados, 12%. Já o governo federal deve investir, pelo menos, o mesmo valor do ano anterior reajustado pela inflação. Apesar de garantir investimentos mínimos, a regra não estimula o governo federal a fazer muito mais do que isso.

Embora a EC nº 29, hoje lei sancionada, tenha contribuído com a determinação dos recursos para gastos em saúde, em 2017 com o governo Michel Temer os recursos das políticas sociais e dentre esses da saúde sofreram um contingenciamento de 20 anos. Essa realidade tem provocado aumento da debilidade do SUS que sem verbas, amplia e contribui para persistências de riscos e agravos.

Cabe lembrar que mesmo antes do contingenciamento, a saúde já não tinha recursos para assistência, um exemplo se refere ao Projeto de Lei Complementar 321/13, de iniciativa popular, também chamada de “Saúde+10”, que se encontra na Câmara dos Deputados para ser votado que prevê a destinação, pelo governo, de pelo menos 10% das receitas correntes brutas para a saúde. Em 2014, poderiam ter sido R\$ 41 bilhões a mais.

505

Os recursos para a saúde nunca foram avultosos, no entanto também se observa que o Sistema Único de Saúde é considerado fraudulento em vários aspectos. Roberto Luiz d’Ávila, ex-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM) defende que “isso precisa ser resolvido e se resolve com um gerenciamento competente e também com um financiamento adequado” (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Ante a esta realidade é a população mais carente que sofre, ficando à mercê de garantir seus direitos e/ou seus atendimentos básicos. Infelizmente a saúde pública não é vista como uma prioridade em nenhum dos espaços governamentais. Nem no eixo federal, tampouco nos eixos estaduais e municipais, nenhum ente se preocupando em priorizar o atendimento de saúde para a população.

Assim o que se vê na realidade, são filas enormes se estendendo ao longo de quarteirões, cirurgias sendo desmarcados, exames que não são marcados quando o paciente necessita e, uma total insatisfação no atendimento feito pelos profissionais da saúde.

Um agravante ainda maior é quando se pensa em distribuição de medicamentos. Muitas pessoas hoje estão sendo penalizadas, pelo simples fato de não receber sequer seus



remédios simples e prioritários; tais como: medicamentos para pressão, diabetes e outros que sejam de uso diário.

Toda esta realidade nos chama a atenção, uma vez que o SUS é um sistema universal e gratuito e tem contribuído com a minimização das doenças da população. Neste sentido a população precisa entender os riscos e ameaças de extinção que tem corrido este sistema de forma a se organizar, resistir e lutar para seu fortalecimento.

### **DESMONTES DO SUS: ANECESSIDADE DA ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA PARA CONSOLIDAÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL**

Atualmente, a saúde é uma das principais preocupações do brasileiro e também um dos maiores desafios dos governantes. O sistema de saúde pública que tem como objetivo o acesso universal e gratuito a todos os brasileiros, sem distinção apresentar falhas em seus principais programas.

Dentre os principais problemas identifica-se que faltam médicos no interior, ausência de estrutura para o atendimento e oportunidades para a capacitação dos profissionais. A formação dos médicos também é questionada. Estes profissionais também se sentem inúteis diante de alguns procedimentos, visto que os mesmos muitas vezes não têm sequer material para serem usados, quando deles necessitam.

Cabe lembrar que em termos ideológicos, os valores dominantes na sociedade brasileira tendem mais para a diferenciação, o individualismo e a distinção do que para a solidariedade, a coletividade e a igualdade. Esse aspecto negativo é agravado pelas limitadas bases sociais e políticas do SUS que não contam com a força de partidos, nem com o apoio de trabalhadores organizados em sindicatos e centrais para a defesa do direito à saúde inerente à condição de cidadania, tal como ocorrera em países europeus que optaram pelo Estado de Bem-Estar Social.

Nestes termos o SUS sofre resistências de profissionais de saúde, cujos interesses não foram contemplados pelas políticas de gestão do trabalho e educação em saúde. Além da crítica sistemática e oposição da mídia, o SUS enfrenta grandes interesses econômicos e financeiros ligados a operadoras de planos de saúde, a empresas de publicidade e a indústrias farmacêuticas e de equipamentos médico-hospitalares.

Com insuficientes recursos o SUS enfrenta problemas na manutenção da rede de serviços e na remuneração de seus trabalhadores, limitando os investimentos para a ampliação da infraestrutura pública. Diante dessa realidade, a decisão de compra de serviços no setor

privado torna-se fortalecida e a ideologia da privatização é reforçada. Neste sentido é urgente e necessário garantir financiamento adequado para o SUS e para outras políticas públicas. Realizar ampla reforma do modelo de gestão pública, avançando no sentido de torná-la republicana e democrática. Consolidar e estender modelo de atenção inspirado na tradição consolidada dos sistemas nacionais e públicos de saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão contida no presente artigo nos fez perceber a um só tempo a relevância desta temática, enfatizando a importância do SUS e suas instâncias, mas também os retrocesso deste sistema.

Foi possível constatar que em mãos de governantes maldoso e mau orientados , os programas são sucateados com vista a privatização, beneficiando interesses individuais e particulares. Como consequência observa-se grandes demandas e poucos recursos para supri-las, gerando grandes filas de espera que duram meses até mesmo anos, desqualificando os serviços e atendimento sem qualidade a população. Contraditoriamente constata-se que o SUS atende a 80% da população brasileira, aproximadamente 150 milhões de pessoas de forma gratuita e em todas as suas necessidades.

507

Do exposto necessário se faz a ampliação do debate e a luta em favor do fortalecimento do SUS, não se tratando apenas de uma lei bonita e posta, mas exercitada tal como está decretado, pois garantida e prevenida de corrupção por vias legais e repudiando qualquer desvio de uso indevido de recursos o SUS pode ser uma política de atenção de qualidade a todos os brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 05 out. 1988. Seção II, p. 33-34.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da Saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 1990a. Seção 1, p. 18055-18059.

BRASIL. Lei n. 8.142, de 28 de setembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da Saúde edá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 1990b. Seção 1, p. 25694-25695.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. *ABCdo SUS*. Brasília, DF, 1990c.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Legislação estruturantedo SUS*. Brasília, DF, 2007 a. (Coleção Progestores - Para entender a Gestão do SUS, 12).

MEDILAB. Conheça os 9 maiores problemas de saúde pública no Brasil- 29/ 01 de 2019. Disponível em: <http://medilab.net.br/2019/01/29/5-maiores-problemas-de-saude-publica>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

CONSELO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE CREMESE: SUS completa 20 anos, mas não implanta seus princípios fundamentais\_ Disponível em [http://www.cremese.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20986:sus-completa-20-anos-mas-nao-implanta-seus-principios-fundamentais&catid=3](http://www.cremese.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20986:sus-completa-20-anos-mas-nao-implanta-seus-principios-fundamentais&catid=3). Acesso em 10 de dezembro de 2019.

CIÊNCIA E SAÚDE: Brasil tem mais de 2 mil unidades de saúde pontas e sem funcionar, - 17/10 de 2018, disponível <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/10/17/brasil-tem-mais-de-2-mil-unidades-de-saude-prontas-e-sem-funcionar.ghtml>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Saúde pública no Brasil ainda sofre com recursos insuficientes. 08/01/2015. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/448436-saude-publica-no-brasil-ainda-sofre-com-recursos-insuficientes/> Acesso em 02 de dezembro de 2019

508

INSTITUTO UMANISTAS UNISINOS: SUS é mais do que uma política de saúde pública. Entrevista especial com Jairnilson Paim, 11 de agosto de 2019 <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/581727-sus-e-mais-do-que-uma-politica-de-saude-publica-entrevista-especial-com-jairnilson-paim> Acesso em 10 de dezembro de 2019.

PORTAL EDUCAÇÃO. SUS gestão: dificuldades encontradas- 27 /11/ 2013. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/sus-gestao-dificuldades-encontradas/52516>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

SeiELO Saúde Pública. SUS: o que e como fazer?- 23/6 /2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2018.v23n6/1707-1714/>. Acesso em 03de dezembro de 2019.

VASCONCELOS, C. M.; PASCHE, D. F. O Sistema Único de Saúde. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (Org.). Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. P. 531-562.

VEJA. Veja os 10 principais problemas da saúde brasileira - 09/05/18. Disponível em <https://www.noticiasominuto.com.br/economia/588696/veja-os-10-principais-problemas-da-saude-brasileira>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.





VIANA, A. L. D.; LIMA, L. D.; OLIVEIRA, R. G. Descentralização e federalismo: a política de saúde em novo contexto: lições do caso brasileiro. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 493-507, 2002.

WHO. Constitution of the World Health Organization. Geneva, 1946. Disponível em: <[http://whqlibdoc.who.int/hist/official\\_records/constitution.pdf](http://whqlibdoc.who.int/hist/official_records/constitution.pdf)>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

## A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE: AS IMPLICAÇÕES ENTRE O PROJETO PRIVATISTA E A REFORMA SANITÁRIA

Sarah Maria Lemos de Souza<sup>312</sup>  
Laísa Rolim Sousa de Araújo<sup>313</sup>  
Maria Amélia Bezerra Rodrigues Alves<sup>314</sup>  
Rosa Mística Vieira da Silva<sup>315</sup>  
Fabrício Rodrigues da Silva<sup>316</sup>

### RESUMO

O artigo em questão se propõe a tematizar sobre o processo de inserção do trabalho do (a) assistente social no âmbito da saúde, realizando um apanhado e uma análise histórica de como ocorreu essa inserção na Política de Saúde, destacando às atribuições e serviços realizados por esses profissionais, como também quais os principais limites e desafios que são postos e enfrentados no cotidiano profissional desse coletivo de trabalhadores no cenário atual, levando em consideração a presença de dois movimentos antagônicos: A Reforma Sanitária e o Projeto Reformista

**Palavras-chave:** Serviço Social. Reforma Sanitária. Projeto Privatista. Saúde. Trabalho.

### INTRODUÇÃO

510

Para que haja uma compreensão a respeito da atuação do Serviço Social na área da saúde é preciso primeiramente esclarecer como ocorreu o desenvolvimento deste, o Serviço Social como profissão tem sua história iniciada a partir do momento em que esse passa a ser requisitado enquanto um instrumento de controle pelos setores dominantes da sociedade, assim, a constituição do Serviço Social se dá nos anos 30, período em que o Estado, começa a se sentir pressionado pelos coletivos de trabalhadores, esses que viviam extremamente pauperizados e passam a se organizar e a reivindicarem por melhorias nas suas condições de vida e de trabalho na realidade Brasileira.

<sup>312</sup>Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [sarahmaria10@gmail.com](mailto:sarahmaria10@gmail.com);

<sup>313</sup>Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [rlaisarolim@hotmail.com](mailto:rlaisarolim@hotmail.com);

<sup>314</sup>Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [ameliarodrigues1979@gmail.com](mailto:ameliarodrigues1979@gmail.com);

<sup>315</sup>Graduanda do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, [rosamisv@gmail.com](mailto:rosamisv@gmail.com);

<sup>316</sup>Professor orientador. Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE [fabricaoico@hotmail.com](mailto:fabricaoico@hotmail.com).

Decorrente desse processo, o Estado sente a necessidade crescente de intervir nas expressões da “questão social”<sup>317</sup>, no qual, era preciso que houvesse um meio que pudesse ser capaz de subsidiar às relações entre o capital e a classe trabalhadora, dessa forma, o Serviço Social é a profissão requisitada para atuar junto aos trabalhadores, em uma perspectiva de mediar às relações entre as classes, evitando assim, ameaças contra a propriedade privada e o eminente confronto letal entre as classes – é no sentido de contribuir na manutenção do *status quo* que o Serviço Social é requisitado pela classe dominante através do Estado – apesar da profissão, hoje, a partir do projeto ético-político, não atender mais a essa direção.

Dessa forma, cabia ao Assistente Social a “missão” de amenizar os efeitos causados pela constante exploração de sua força de trabalho, que impactam diretamente no processo de saúde-doença desses trabalhadores, resultando em consequências físicas e psicológicas. Os (as) assistentes sociais através da doutrina social da igreja católica, estavam incubidos de propagar a ordem vigente capitalista, providenciando assim serviços para ajustar aqueles que fossem contra tais princípios.

É somente com o caminhar do movimento de reconceituação do Serviço Social nos anos 60, que esse passa a negar e romper com as suas práticas profissionais conservadoras, essas que marcaram as protoformas da profissão, isso porque se buscava construir um Serviço Social que fosse legítimo da América-latina, se opondo aos ideais norte-americanos.

No entanto, é somente nos anos 80 com o processo de redemocratização do Brasil, tendo em vista que, desde de 1964 se sofria os intensos rebatimentos causados pela autocracia burguesa expressa pela ditadura militar, é que finalmente o Serviço Social se aproxima verdadeiramente da obra de Marx – e sua teoria social crítica –, fato esse que, marca o amadurecimento intelectual da profissão, que se desenvolve principalmente no interior das universidades brasileiras.

Os anos 80 representaram um grande avanço também no que se refere, a garantia de direitos, isso porque foi graças a amplitude alcançada pela luta organizada da classe trabalhadora, essa que vinha se organizando em prol de melhorias, no que se refere, tanto às condições de trabalho como de suas vidas, resultante desse processo ocorre em 1988 o estabelecimento da Constituição Federal brasileira – inserindo nela a Seguridade Social brasileira.

---

<sup>317</sup> Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.



Desse modo, é a Constituição Federal de 1988 que marca o estabelecimento da seguridade social no país, essa que tem sua base de fundamentação em três distintos elementos: Previdência Social, Saúde e Assistência Social. O Art.196 da Constituição em questão estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravamentos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Dessa forma, o direito a saúde brasileira ganhou novos contornos e definições, com a introdução do campo da saúde no interior da seguridade social, fato este que representa o cenário de avanço se levarmos em consideração a perspectiva da garantia de direitos sob a ótica de tal acontecimento, principalmente, levando em consideração, que a política de saúde sob essa ótica possui um caráter universalizante, trazendo esta responsabilidade para o âmbito público, responsabilidade evidenciada nas palavras de Vianna (2001, p. 173):

Significa que a sociedade se solidariza com o indivíduo quando o mercado o coloca em dificuldade. Ou seja, significa que o risco a que qualquer um, em princípio, está sujeito - de não conseguir prover seu próprio sustento e cair na miséria - deixa de ser problema meramente individual e passa a constituir uma responsabilidade social, pública.

512

No entanto, toda essa construção e perspectivas de direitos, foi duramente abalada com as crises econômicas que desde cedo batem na porta do Brasil, crises essas que sempre impactam de maneira brutal o sistema social, tendo em vista, o fato de que, esse é o primeiro setor que sofre com a falta de repasses, sempre que uma nova ameaça de crises se instaura no país, diante disso pode-se considerar que a seguridade mencionada linhas atrás, não se instaurou como se previa em terras brasileiras.

A partir dessa breve introdução, este artigo tem como objetivo tematizar sobre o processo de inserção do trabalho do (a) assistente social no âmbito da saúde, realizando um apanhado e uma análise histórica – a partir de uma pesquisa bibliográfica – de como ocorreu essa inserção na Política de Saúde, destacando às atribuições e serviços realizados por esses profissionais, bem como os principais limites e desafios que são postos e enfrentados no cotidiano profissional desse coletivo de trabalhadores no cenário atual, tendo em vista a disputa da saúde entre dois projetos antagônicos: A Reforma Sanitária e o Projeto Reformista.

## A SAÚDE NO PROJETO DA REFORMA SANITÁRIA

O enfrentamento entre a Reforma Sanitária e o Projeto Privatista, é outro ponto que marca a atuação do (a) assistente social na área da saúde. Dessa forma, a Reforma Sanitária se refere, ao movimento que se estabeleceu a partir dos anos 70, no qual esse movimento se posicionava contra a ditadura militar e principalmente, a favor da mudança nos modelos de atendimentos e prática utilizados no campo da saúde, o movimento não buscava somente se posicionar contra o Estado, ou ir contra o setor público, o objetivo principal era melhorias e mudanças no atendimento da população e da saúde como um todo.

E para além disso, esse movimento em seu desenvolvimento de abertura política foi de suma importância para os processos de reconstrução no que diz respeito ao modelo que existia da atenção sócio-política de saúde, bem como propiciou o estímulo dos conceitos democráticos na vida em sociedade.

Desse modo, o movimento da Reforma Sanitária tem como principal objetivo a constituição da saúde enquanto um direito social, garantido para cada indivíduo que dele precisar, sendo estabelecido enquanto um dever do Estado, assim como, está presente na Constituição Federal brasileira.

Ao passo que no Brasil, aumentava a discussão a respeito do direito à saúde de forma ampliada, resultava assim em melhores condições de vida dos usuários com um acesso igualitário e universal a esses serviços, sendo eles assegurados pelo Estado. Valendo ressaltar, que foi através da reforma sanitária que o Sistema Único de Saúde (SUS), passou a ter vigor no Brasil.

Em 1986 foi realizada em Brasília a 8ª Conferência Nacional de Saúde com a participação de usuários, trabalhadores de saúde, prestadores de serviços e gestores. A 8ª Conferência significou um marco na formulação das propostas de mudança do setor de saúde, consolidadas na Reforma Sanitária Brasileira. Seu relatório final definiu a saúde como “resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde”. Esse documento serviu de base para discussões na Assembleia Nacional Constituinte em 1987.

Como resultado do debate entre as diversas propostas ao setor de Saúde apresentadas na Constituinte, a aprovação da Constituição Federal de 1988 criou o Sistema Único de Saúde, reconhecendo a saúde como um direito a ser assegurado pelo Estado e pautado pelos princípios de universalidade, equidade, integralidade e organizado de maneira descentralizada, hierarquizada e com participação da população. Antes da criação do Sistema Único de Saúde, o Ministério da Saúde desenvolvia quase que exclusivamente ações de

promoção da saúde e prevenção de doenças, como campanhas de vacinação e controle de endemias. A atuação do setor público na chamada assistência médico-hospitalar era prestada pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), autarquia do Ministério da Previdência e Assistência Social, sendo que a assistência à saúde desenvolvida beneficiava apenas os trabalhadores da economia formal, segurados do INPS e seus dependentes, não tendo caráter universal – isso implica reconhecer que milhares de brasileiros não acessavam a esse modelo de saúde, sobretudo, tendo em vista a situação do desemprego estrutural e das condições de informalidade do trabalho. É importante salientar que, até então, quem precisasse de assistência médica ou deveria pagar diretamente por ela, ou ser atendido em instituições filantrópicas, ou ser um trabalhador vinculado formalmente ao mercado de trabalho.

O Sistema Único de Saúde (SUS), é o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas nos âmbitos: federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. A iniciativa privada é permitido participar desse sistema de maneira complementar, segundo contrato de direito público ou convênio (mais utilizado), tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. O SUS é considerado uma das maiores conquistas sociais consagradas na Constituição de 1988. Seus princípios apontam para a democratização nas ações e nos serviços de saúde que deixam de ser restritos e passam a ser universais, como também, deixam de ser centralizados e passam a nortear-se pela descentralização.

Na verdade, o SUS representa uma nova concepção da assistência à saúde em nosso país. Antes a saúde era entendida como medidas curativas. Essa lógica, que significava apenas remediar os efeitos com menor ênfase nas causas, sem exercer a prevenção dos agravos e a promoção da saúde.

Dessa forma, a saúde passa a ser relacionada com a qualidade de vida para a sociedade, a qual é composta pelo conjunto de bens que englobam a alimentação, o trabalho, o nível de renda, a educação, o meio ambiente, o saneamento básico, a vigilância sanitária e farmacológica, a moradia, o lazer etc, resultados obtidos na 8ª Conferência Nacional de Saúde. Os níveis de melhorias na saúde, organização social e qualidade de vida passaram a serem considerados elevados, os indicadores de saúde da população servem para medir o nível de desenvolvimento do país e o de bem-estar social da população.

Importante notar que a luta pela instituição do SUS parte da base da sociedade, com forte participação das/os profissionais de Serviço Social. As reivindicações que nortearam o movimento que ficou conhecido por Movimento Sanitarista eram apresentadas,



fundamentalmente, por meio dos secretários municipais de saúde e foram estabelecidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. As resoluções dessa conferência deram os parâmetros que mais tarde viriam a ser inscritos na Constituição de 1988. Antes disso existia um controle na área da saúde por dois departamentos, o Ministério da Saúde cuidava das ações preventivas e o Ministério da Previdência Social cuidava dos serviços médicos curativos dos trabalhadores. O acesso a esses serviços médicos, até então, não era um direito de todos, universal, mas somente para os trabalhadores com “carteira assinada”, supracitado. Ocorreu a unificação de comando, representada pela transferência ao Ministério da Saúde de toda a responsabilidade pela saúde no plano federal.

Houve também mudanças nos estados e municípios, onde a responsabilidade ficara a cargo das respectivas secretarias estaduais e municipais de saúde. Sob outro aspecto, o princípio da universalidade, inscrito no artigo 196 da Constituição, representou a inclusão de todos os cidadãos brasileiros nos cuidados prestados pelo SUS. “A saúde é um direito de todos e um dever do Estado assegurado mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (BRASIL, 1988). Acesso e Garantia de assistência de saúde para qualquer pessoa, que passa a ter o direito de ser atendida nas unidades públicas de saúde.

As mudanças e avanços democráticos continuam, a descentralização da gestão, ou seja, o município, passa à receber a responsabilidade pela política de saúde que deve implantar no seu território, pois, o mesmo está mais próximo da realidade da sua população, considerando a diversidade e a disparidade de realidades das localidades brasileiras e os aspectos da sociedade. No entanto, além da descentralização de serviços e dos recursos de saúde, outro avanço foi a participação social, que promove a existência e o funcionamento de conselhos de saúde, que passam a ser obrigatórios em todos os âmbitos de governo (federal, estadual, municipal), visando garantir a participação social nas políticas de saúde, tanto em sua formulação, execução e fiscalização.

O SUS permanece em constante processo de aperfeiçoamento e estruturação. Por um lado, a promoção da saúde à população nunca deixará de sofrer transformações, pois como as sociedades são dinâmicas, a cada dia surgem novas tecnologias e ações que devem ser incorporadas para a melhoria dos serviços e das ações de saúde. Da mesma forma, é constante o surgimento de novos agravos de saúde que necessitam de novas profilaxias e de novos cuidados e atenção, principalmente nessa conjuntura, no retrocesso e ataques nas políticas

publicas, as ameaças de retiradas de direitos adquiridos, agravando a qualidade de vida da população brasileira.

Desse modo, as/os assistentes sociais trabalham pela consolidação de seus princípios doutrinários (universalidade, equidade e integralidade nos serviços e ações de saúde), bem como dos princípios que dizem respeito à sua operacionalização (descentralização dos serviços, regionalização e hierarquização da rede e participação social). Diferente dos outros profissionais envolvidos no trabalho na política de saúde que é no sentido de capacitar os municípios a assumirem suas responsabilidades diante do SUS, bem como desenvolver ações que deem prioridades à prevenção, à promoção de saúde. A validação constitucional do SUS trouxe a previsão da necessidade de novas leis para sua regulamentação, uma delas foi a lei orgânica da saúde que evoluiu e foi modificada durante a década de 1990, mediante a edição de três Normas Operacionais Básicas (NOB), cada qual substituindo e aperfeiçoando a anterior.

Apesar das alterações e dos aperfeiçoamentos em relação a sua edição original, é que está em vigor. Além dessas normas e de outras normas não citadas, esse processo também é agraciado por uma série de portarias do Ministério da Saúde e de diversas resoluções dos Conselhos e das Conferências Nacionais de Saúde, se trata de um processo em constante aperfeiçoamento.

Os aperfeiçoamentos mais relevantes da atualidade foram os dos anos de 2001 e 2002, a publicação das NOAS (01/2001 e 01/2002) – Norma Operacional da Assistência à Saúde – buscou avançar o processo como resultado das negociações entre o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), essas normas são instituídas por meio de portarias ministeriais, que tem como objetivo definir as competências de cada esfera de organização da política de saúde. Em janeiro de 2006, foi lançado o Pacto pela Saúde objetivando a consolidação do SUS, e em três de setembro de 2009 foi aprovado o Regulamento do Sistema Único de Saúde, essa regulamentação trouxe o acesso ao sistema por níveis dos serviços de atenção que são: a atenção primária e os casos mais complexos deverão ser referenciados para os serviços de maior complexidade (secundário e terciário).

## A SAÚDE NO PROJETO PRIVATISTA

Enquanto isso, o Projeto Privatista, se iniciou a partir dos anos de 1990, momento em que o Estado brasileiro passava por um processo de redimensionamento, fato este, que levou a

um enfraquecimento da seguridade social brasileira, isso porque, com a instauração da Contrarreforma do Estado, o setor social foi um dos mais prejudicados, levando em consideração, que grande parte da quantia de recursos de que tal setor necessitava, não estava destinado para esse, pelo fato que ocorreu uma super valorização do setor econômico.

Sendo assim, o Estado começa a perder a sua responsabilidade enquanto um regulador, e passa a realizar ações e construir estratégias que sejam efetivadas com vistas para o beneficiamento do capital, para assim ocorrer um considerável aumento da produtividade, ou seja, o Estado deve contribuir para o desenvolvimento do capital, mas no entanto, sem deixar de oferecer certos serviços básicos para a classe trabalhadora, para que essa continue se desenvolvendo sem ameaçar a ordem social vigente – daí a função de integrador que o Estado exerce no capitalismo.

O cenário resultante do Projeto privatista é marcado pela não instauração da saúde como apontada pela Constituição Federal de 1988, além de serviços privatizados, prezando pela parceria entre público e privado, como uma forma de beneficiar o mercado, pois todo o lucro e investimento está sendo direcionado para o âmbito privado, sendo que o Estado pode oferecer alguns serviços, desde que, esses estejam dentro do mínimo que se possa ofertar, para que os serviços mais caros sejam de responsabilidades do setor privado, que poderá aumentar sua lucratividade com o alto valor desses serviços, como também se potenciou a idéia de que a não garantia de acesso a saúde eram problemas cotidianos, ou seja, era algo naturalizado e sem reconhecimento dos aspectos estruturais que acarretaram esses retrocessos.

E diante de todo esse contexto de privatização, os profissionais eram orientados a trabalharem por meio de escolhas socioeconômicas entre os usuários, bem como fiscalizando os mesmos no que diz respeito aos planos de saúde e conseqüentemente agindo sobre a ideologia do favor/assistencialismo. No que vai totalmente contra os propósitos da reforma sanitária que seria o acesso aos serviços de saúde, democratização do acesso aos mesmos, bem como criação de metas que aproximassem a realidade do usuário com as unidades de saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os fatos mencionados e as demandas problematizadas, verifica-se um grande desafio na prática profissional perante a conjuntura atual. A qual, visa cada vez mais o retrocesso dos direitos da população e o não acesso dos mesmos, principalmente no campo da política de saúde, tendo em vista que a saúde se caracteriza como



um espaço contraditório de resistências e conflitos entre os interesses da ordem capitalista, a qual se expressa no desenrolar do projeto privatista e as necessidades da classe trabalhadora representados e bem expostos por meio do projeto da reforma sanitária como foi citado linhas acima. O que resulta em um conflito entre essas classes e que requer a atuação do Assistente Social no campo da política de saúde.

Se tornando evidente e de suma importância o fazer profissional do Assistente Social no processo de fortalecimento e luta pelo SUS, assim como para que se consiga também de fato romper com a perspectiva conservadora ainda existente a respeito da não crença da Saúde enquanto uma política pública universal.

Diante disso, se faz necessário que o assistente social atue de acordo com as orientações éticas da profissão, levando em consideração o conceito de saúde, como também entendendo os aspectos sociais do processo saúde-doença, ou seja, o sujeito em sua totalidade, não compreendendo apenas como um processo de ausência de doença, mas sim como um fruto das relações sociais que se manifestam no meio físico, cultural e social na vida dos usuários.

Portanto, o profissional deve estar sempre pautado com o compromisso ético e político para que se efetive cada vez mais a luta em prol dos direitos sociais da classe trabalhadora, e sobretudo, no campo da saúde atuar em conformidade com o projeto de Reforma Sanitária, para que se possa barrar com o propósito de mercantilização da saúde e garanta o acesso universal a mesma, o que significa está intimamente ligado ao projeto Ético-Político Profissional do Assistente Social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, E. R. et al. (Orgs). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008..

BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, E. R. et al. (Orgs). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008..

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Grupo de Trabalho “Serviço Social na Saúde”. **TRABALHO E PROJETO PROFISSIONAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**, Brasília, p. 15-65, 11 jan. 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, 1993. in CRESS. Conselho Regional de Serviço Social 10ª Região. Coletânea de Leis: Revista e Ampliada, 2005.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social** no Brasil Ed. Cortez, SP, 1982.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social** no Brasil Ed. Cortez, SP, 1982.

NOGUEIRA, D. O; SARRETA, F. O. 80 Anos do Serviço Social: Tendências e Desafios. **A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE: desafios atuais**, São Paulo.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.





# I SEMPSS

I Seminário de Política  
Social e Serviço Social

# IFCE

## **ANAIS DO I SEMINÁRIO DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL – I SEMPSS DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS IGUATU**

  
INSTITUTO  
FEDERAL  
Ceará  
Campus  
Iguatu

  
Serviço Social

*Cress*  
3ª Região - Ceará